Universidade de Brasília

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE

RELATÓRIO I SETEMBRO 2015

Capa Ana Rita Grilo
Diagramação Ana Rita Grilo e Marcelo Jatobá
Revisão Karin Ventura
Apoio Secretaria de Comunicação - UnB



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UnB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Faculdade de Comunicação, Brasília - DF, CEP: 70910-900 BRASIL
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO
Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)
César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)
Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

94(81)

Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016.

ISBN 978-85-93078-09-5

1. Universidade de Brasília 2. Direito à Verdade 3. Direito à Memória I. Relatório da Comissão Anísio Teixeira .

CDU: 94(81)

Universidade de Brasília

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV - UnB)

Relatório final da Comissão criada pela Resolução da Reitoria/UnB nº 85, de 2012, para apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade a análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades individuais na Universidade de Brasília durante o período de 1º de abril de 1964 a 5 de outubro de 1988.

Brasília, setembro de 2015.

MEMBROS

Roberto Armando Ramos de Aguiar (Presidente)

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto (Coord. Relações Institucionais)

José Otávio Nogueira Guimarães (Coord. Pesquisa)

Daniel Barbosa Andrade de Faria
(Coord. Redação e Sistematização do Relatório)

Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende

Claudia Paiva Carvalho

Cláudio Antônio de Almeida

Eneá de Stutz e Almeida

Fernando Oliveira Paulino

Ivonette Santiago Almeida

Luiz Humberto Miranda Martins Pereira

Nielsen de Paula Pires

Paulo Eduardo Castello Parucker

Simone Rodrigues Pinto

Era uma vez um czar naturalista
que caçava homens.
Quando lhe disseram que também se caçam borboletas
e andorinhas,
ficou muito espantado
e achou uma barbaridade

“Anedota búlgara”
Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília registra seus agradecimentos às seguintes pessoas e instituições que foram importantíssimas para a elaboração do Relatório Final:

Aos depoentes:

Aldir Nunes
Alduísio Moreira da Silva
Álvaro Lins
Anelino José de Resende
Ângela Maria Carneiro Araújo
Antonio Ibañez Ruiz
Antônio Ramaiana Ribeiro
Arlete Avelar Sampaio
Aylê-Salassié Filgueiras Quintão
Carlos Alberto
(Beto) Almeida
Carlos Teixeira
Claudio Antônio de Almeida
Erika Jucá Kokay
Euclides Pireneus
Eustáquio Ferreira
Felipe Lindoso
Fernando Molina
Flávio Tavares
Francisco de Assis Chaves Bastos
(Xico Chaves)
Frank Svensson
Gilmar José Rocha (Magal)
Gilson Dantas de Santana
Haroldo Lima
Hélio Doyle
Isaura Botelho
Ivonette Santiago de Almeida
Jarbas Marques
João Augusto da Rocha
João Dominguez Pereira
Jorge Bittar
José Aurélio de Oliveira Michilles
José Carlos Córdova Coutinho
José Luiz Clerot
Luís Humberto Martins
Luiz Fernando Victor
Marcus Santilli
Maria Elisabete Barbosa de
Almeida (Betty Almeida)
Maria José da Conceição
(Maninha)
Maria José Silveira (Lindoso)
Maria Nazareth Pedrosa
Paulo Speller
Rogério José Dias
Romário Schettino
Sônia Hypólito
Tereza Cruvinel
Zuleika Porto

Aos demais colaboradores:

Adalgisa Maria Vieira do Rosário
Adonai Rocha
Ana Pompeu
Ana Rita Grilo
Ana Teresa Alves Malta
Analu D. Fernandes
Andréa Valentim Alves Ferreira
Angélica Müller (CNV)
Anna Carolina Soares
Caio Cateb
Carlos Antônio Ferreira Teixeira
Carlos Henrique Siqueira
Carolina Rezende
Clarissa Galindo de Moraes
Siqueira
Coletivo 'Da OCA ao Centro
Olímpico' / 'Companheiros de 68'
Comissão de Anistia
Comissão Nacional da Verdade
– CNV
Comitê Memória, Verdade e
Justiça do DF (CMVJ-DF)
Coordenação Regional do Arquivo
Nacional no Distrito Federal
– COREG/AN
Daniele Perdomo
Davi Renault
Departamento de História/UnB
Edilberto Sebastião Dias Campos
Fábio Borges Brasileiro
Faculdade de Comunicação/UnB
Felipe Augusto Vicente Pereira
Fernanda Emerick
Gabriel Cirmondes Fernandes
Gabriel Rezende de Souza Pinto
Geralda Dias Aparecida
Gilberto Costa
Gustavo Chauvet
Gustavo de Pádua Vilela e
Gouveia
Isabel Luíza Muzeka Alves

Ítalo Ouriques Maciel
João Augusto de Lima Rocha
Juliana Mundim
Kárin Giselle Ventura
Lana Sato de Morais
Larissa Messias
Lenine Bueno Monteiro
Lucas Hideki da Silva Nakamura
Luís Adriano Salimon
Luís Henrique Santos Brandão
Luiza Erundina
Maiara Fernandes de Oliveira
Marcelo Jatobá
Marcelo Torelly
Márcio Marques de Araújo
Maria Carolina Bissoto
Maria Celina Monteiro Gordilho
Maria Eduarda Gomes Penaforte
Maria Vilar Ramalho Ramos
Mariana Barroso da Costa
Mariana Wiecko V. de Castilho
Mário Salimon
Maryna Lacerda
Mateus Guimarães
Nadine Borges
Natália Medina Araújo
Nynna Fável
Paulo Cesar Marques da Silva
Paulo de Barros Gabriel
PPGDH-UnB
PPGDSCI
Ramon Barroncas
Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias
Reitor Ivan Marques de Toledo Camargo / UnB
Renata Leite Emerick
Scarlett Rocha
SECOM/UnB Agência / UnB Hoje
Sílvia Urmila Almeida Santos
Suellen Maciel
Taís Morais
Tereza Eleutério de Sousa
UnBTV – Neuza Meller, Jairo Faria, Letícia Almeida, Wily Andrada
Vivien Ishaq

SIGLAS E ABREVIAURAS

477 (ou DL 477): Decreto-Lei nº 477/69, de 26 de fevereiro de 1969, que "define infrações disciplinares praticadas por professôres (*sic*), alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências"

A/2: (ou A2) segunda seção do estado-maior de determinada unidade militar; cobre a área de segurança e informações)

AA1: notação arquivística referente ao Fundo ASI-UnB, acervo do órgão de segurança e informação da Universidade de Brasília, ora sob a custódia da COREG/AN

AAE/UnB: Assessoria de Assuntos Especiais da UnB (criada em 1971; também Assessoria para Assuntos Especiais-ApAE/UnB; depois, Assessoria Especial de Segurança e Informações-AESI/UnB; e Assessoria de Segurança e Informações- ASI/UnB)

ABSB/SNI: Agência Brasília do Serviço Nacional de Informações

AC/SNI: Agência Central do Serviço Nacional de Informações

ADA: Administração Acadêmica (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)

ADUnB: Associação dos Docentes da UnB

AESI: Assessoria Especial de Segurança e Informações (também ApAE, AESI ou ASI)

AGR: Administração Geral (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)

AI-5: Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (Ementa: "São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.")

AJD: Ações judiciais (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)

AJu: Assessoria Jurídica/UnB (também AsJur)

ALN: Aliança Libertadora Nacional (organização clandestina)

AN: Arquivo Nacional do Brasil

ANF: Anfiteatro (sala-auditório; o ANF, normalmente, aparece acompanhado de um número, que o localiza ao longo de um dos dois blocos paralelos do ICC; exemplo: ANF-1, ANF-2, ANF-3 etc.)

AP: Ação Popular

ApAE: Assessoria para Assuntos Especiais (também AAE, AESI ou ASI)

APML: Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA: Aliança Renovadora Nacional (partido político situacionista criado pela ditadura em 1965 na implantação do bipartidarismo; seu adversário era o MDB)

ARSI: Assessorias Regionais de Segurança e Informações

ASFUB: Associação dos Servidores da FUB

ASI: Assessoria de Segurança e Informações (também ApAE, AAE ou AESI)

ASR: Assistência ao Reitor (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)

BGP: Batalhão da Guarda Presidencial (Exército)

BNM: Projeto 'Brasil Nunca Mais' (registro da documentação judicial comprobatória das torturas e dos assassinatos da ditadura brasileira de 1964-1985, coordenado pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns, da Igreja Católica, e pelo Reverendo Jaime Wrigth, da Igreja Presbiteriana, ambas de São Paulo, e financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas - CMI, à época do Secretário-Geral Philip Potter)

BNM-D: projeto BNM em versão digital (http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/)

BPEB: Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (ou, simplesmente, PE)

CA: Centro Acadêmico

CAB: Colégio Agrícola de Brasília (ensino técnico)

CASEB: escola da rede pública de ensino em Brasília (o nome tem origem na sigla Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, da época da fundação da cidade)
CEDOC/UnB: Centro de Documentação da Universidade de Brasília (antes, CEDARQ e atual ACE)
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha
CI/DPF: Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal
CIA: *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América)
CIE: Centro de Informações do Exército
CIEX/MRE: Centro de Informações do Exterior/Ministério das Relações Exteriores
CISA: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CM: Comando Militar
CMD: Controle de material de divulgação (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
CMP/11ªRM: Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar [do Exército]
CNB: Comando Naval de Brasília
CO: Centro Olímpico (complexo de equipamentos e instalações esportivas da UnB, e também referência ao alojamento estudantil situado nessa área)
CODI: Centro de Operações de Defesa Interna
Colina: Conjunto de edifícios residenciais de propriedade da UnB situados a norte do *campus*;
COLINA: Comando de Libertação Nacional (organização clandestina).
COMAR: Comando Aéreo Regional (em número de 6; exemplo: I COMAR; II COMAR etc.; o VI COMAR situa-se em Brasília)
CONEG: Conselho Nacional de Entidades Gerais (colegiado da UNE)
CONSUNI: Conselho Universitário [da UnB]
COREG/AN: Coordenação-Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal
CTJ: Casa Thomas Jefferson (escola de inglês ligada à embaixada norte-americana, em Brasília)
DA: Diretório Acadêmico
DAC: Decanato de Assuntos Comunitários (também DEC)
DAE: Diretoria de Assuntos Estudantis.
DU: Diretório Universitário
DAC: Decanato (ou Diretoria) de Assuntos Comunitários/UnB (ver DEC)
DAE: Diretoria de Assuntos Educacionais/UnB
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DN: Distrito Naval
DEC: Decanato de Assuntos Comunitários (também DAC)
DF: Distrito Federal
DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública
DGI: Departamento Geral de Investigações
DOI: Destacamento de Operações de Informação (ver DOI/CODI)
DOI/CODI: Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna do Exército (I, II, III ou IV, conforme o Comando de Exército a que se subordinava; por exemplo, no Rio de Janeiro, DOI/CODI I; em São Paulo, DOI/CODI II; etc.; unidade militar ligada ao SISSEGIN)
DOPS (ou DEOPS, ou DELOPS): Departamento ou Delegacia [Estadual] ou Divisão de Ordem Política e Social, órgão das Secretarias de Segurança estaduais; no Distrito Federal, órgão adstrito ao Departamento de Polícia Federal
DPF/MJ: Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça
DSI/MEC: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
DSI: Divisões de Segurança e Informações (órgão do SISNI subordinado ao SNI)
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
DU: Diretório Universitário
EMFA: Estado-Maior das Forças Armadas
ESG: Escola Superior de Guerra
EsNI: Escola Nacional de Informações

EVE: Eventos (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEUB: Federação dos Estudantes Universitários da Brasília
FSP: jornal Folha de São Paulo
FUB: Fundação Universidade de Brasília (entidade mantenedora da UnB)
GRE: Gabinete do Reitor
HDB: Hospital Distrital de Brasília (hoje Hospital de Base do Distrito Federal, HBDF)
ICA: Instituto Central de Artes
ICC: Instituto Central de Ciências ("Minhocão")
ICCH: Instituto Central de Ciências Humanas
ICCL: Instituto Central de Letras
ICP: Instituto Central de Psicologia
INF: Informes e Informações (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
Infão: Informação
Info: Informe
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM: Inquérito Policial-Militar
JB: Jornal do Brasil
JBr: Jornal de Brasília
L2: Avenida L-2 (sul ou norte, Brasília)
LDB: Levantamento de Dados Biográficos
LGS: Legislação, normas e procedimentos (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
LSN: Lei de Segurança Nacional, Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que "define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências"
MCI: Movimento Comunista Internacional
MDB: Movimento Democrático Brasileiro (partido político oposicionista criado pela ditadura em 1965 na implantação do bipartidarismo; seu adversário era a ARENA)
ME: Movimento Estudantil
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MEx: Ministério do Exército
MGA: Média Global Acumulada (índice de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes na UnB, baseada no histórico e no aproveitamento das disciplinas cursadas; fundamentava processos de jubilamento/exclusão)
MPL: Movimentos políticos (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
MRE: Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)
MRT: Magnífico Reitor (Gabinete do)
NSA: *National Security Agency* (Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América)
OESP: jornal O Estado de São Paulo
P/2: (ou P2, ou P-2, a seção de informação e segurança da Polícia Militar)
PB: Pedido de Busca
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PE: Polícia do Exército (ver BPEB)
PES: Serviço de Pessoal/UnB
PIC: Pelotão de Investigações Criminais (Exército)
PM: Polícia Militar
POLOP: Política Operária (também ORM-POLOP, Organização Revolucionária Marxista-Política Operária)
PORT: Partido Operário Revolucionário Trotskista (organização clandestina)
PRT: prontuário (referente aos arquivos de organizações de segurança e informação)
PSI: Plano Setorial de Informações
RM: Região Militar (Exército)

RSAS: Decreto nº 60.417, de 17 de março de 1967, chamado Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
RE: Representação Estudantil
ROS: Relação com Órgãos de Segurança (Série documental integrante do Fundo ASI/UnB, COREG/AN)
RU: Restaurante Universitário (“Bandejão”)
SE: Superintendente-Executivo/UnB
Segundas Seções: agências dos estados-maiores das Forças Armadas: 2ª/EM, 2ª/EMAer e M-20, do Exército, Aeronáutica e Marinha, respectivamente (ver A/2)
SISNI: Sistema Nacional de Informações e Contra-Informação (‘espionagem’)
SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna (‘repressão’)
SBS: Setor Bancário Sul (bairro de Brasília)
SEP/DF: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (também SSP/DF)
SMU: Setor Militar Urbano (bairro de Brasília)
SNI: Serviço Nacional de Informações (órgão central do SISNI)
SPA: Serviço de Protocolo e Arquivo/UnB
SPP: Serviço de Proteção ao Patrimônio/UnB
SSP/DF: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (também SEP/DF)
UH: jornal Última Hora
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UMESB: União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
VAZ: notação arquivística referente ao Fundo CISA, acervo do órgão central de segurança e informação da Aeronáutica, ora sob a custódia da COREG/AN
VRE: Vice-Reitor (Gabinete do)
VRT: Vice-Reitor
W3: Avenida W-3 (sul ou norte, Brasília)

SUMÁRIO

Sumário Executivo 13

Apresentação 15

Atividades da Comissão
Anísio Teixeira da Memória e da Verdade da UnB 16

A Justiça de Transição e as comissões da verdade 20

Repressão e resistência na Universidade: a luta das gerações 22

Nota metodológica 26

Relação de Depoimentos colhidos pela CATMV-UnB 29

UnB: projeto inicial interrompido 32

Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM):
um momento da educação em Brasília 37

PARTE I: Organização cronológica UnB, Ditadura, Resistência: periodização e cronologia das graves violações de direitos humanos na ditadura e do processo de luta contra o regime 56

Periodização e cronologia da ditadura e da resistência na UnB 59

1962-1965: da materialização do projeto de universidade criativa e voltada aos problemas do país à sua brusca interrupção 59

1962: nasce uma nova universidade 59

1964-1965:
o golpe em abril; a primeira invasão policial-militar da UnB; prisão de professores e estudantes; demissão do reitor Anísio Teixeira; crise do pedido de demissão coletiva de professores 60

1964 60

Crise de 1965: O cerco se fecha sobre a universidade 83

a. Prisões arbitrárias 89

b. Demissões por motivo político 91

1968-1974:
repressão exacerbada a todo foco de oposição: expulsões, prisões, torturas, desaparecimentos 96

1968 96

Um prelúdio: a visita do embaixador John Tuthill 98

De março a abril de 1968 104

Maio a Agosto de 1968 110

29 de agosto de 1968 113

A expulsão de Honestino Guimarães, 26 de setembro de 1968 123

a. Agosto: Ação Terrorista de Estado 124

b. O perfil do Reitor e a nomeação de José Carlos de Almeida Azevedo para o cargo de Vice-Reitor 127

c. Torturas 129

1969: o ano da clandestinidade e do 477 137

O Decreto-Lei n° 477, de 26 de fevereiro de 1969 140

Clandestinidade e resistência 144

1970-1971 A universidade sufocada 145

1971: Onda repressiva sobre a APML 151

Mais algumas palavras sobre as torturas 160

1973-1974: “Where have all the flowers gone?” Uma onda repressiva em torno de repúblicas e seus moradores 162

A fabricação do inimigo 166

1974: Mais um caso intrigante 167

1974-1979: Na corda bamba, sem rede embaixo: entre o terrorismo de Estado e o retorno à democracia limitada 169

1974 (Improvável) rearticulação estudantil 169

1975 movimento estudantil e repressão 173

1976 Ensaio Geral de repressão e resistência 176

1977 Greve histórica e mais invasões policiais-militares 182

1978 *UnBgate,* ADUnB, DCE Livre 200

1979-1988: Em clima de abertura (pontuada por atentados de extrema-direita), avança a luta democrática; integrando-se aos movimentos sociais e populares, estudantes e professores se juntam na luta pela derrocada da ditadura 209

1979 O ano da UNE e da Anistia 209

1980-1984, 1985-1988: do outono da ditadura a um rascunho de democracia 214

1980 Docentes e discentes movem-se juntos 215

1981 Kissinger de camburão 217

1982-1983 A força dos estudantes e professores 224

1984 Diretas Já, Reitoria ocupada, fim da ditadura 228

1985-1988 Nova República, eleição direta na UnB, etc. 235

PARTE II: eixos temáticos 234

II.1 - Estrutura da rede repressiva interna e externa 239

II.2 - Cartografia da ditadura e da resistência na UnB 246

II.3 - Tortura no DF 254

Parte II.3: VIDAS 257

Desaparecidos políticos da Universidade de Brasília (UnB) 257

Paulo de Tarso Celestino da Silva (1944-1971) 258

Honestino Monteiro Guimarães (1947-1973) 265

Ieda Santos Delgado (1945-1974) 288

Considerações sobre o caso Anísio Teixeira 295

PARTE IV: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 298

Recomendações

ANEXO - O olhar de fotógrafos profissionais sobre o período e sobre as fotografias produzidas pela ditadura existentes nos arquivos da ASI/UnB 300

1) MARCOS SANTILLI 301

2) ADONAI ROCHA 354

Referências Bibliográficas **359**

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Comissão:

- Contexto legal: Lei de Acesso à Informação (LAI) e Comissão Nacional da Verdade (CNV), Leis nº 12.527 e nº 12.528, ambas de 18 de novembro de 2011.

- Institucionalidade: a CATMV foi criada pela Resolução da Reitoria nº 85/2012, de 10 de agosto de 2012, e modificada pela RR nº 9/2014 e pela RR nº 85/2014.

- Desde então, realizou diversas atividades (detalhadas mais à frente), incluindo parcerias com a CNV, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a Rede Nacional de Comissões da Verdade; a atuação da Comissão é considerada de relevante interesse público e não enseja remuneração.

- Finalidade: assegurar o exercício do direito à memória e à verdade, em relação às violações de direitos humanos e liberdades individuais no período compreendido entre 1964 e 1988, pertinentes à UnB.

- **Objetivos:**

  - localizar e inventariar acervos documentais e organizar e sistematizar informações atinentes ao escopo da comissão;

  - organizar e produzir documentos e informações a esse respeito e subsidiar o trabalho da CNV, da Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);

  - elaborar Relatório Final e dele dar publicidade junto à comunidade acadêmica e à sociedade, apresentando análise circunstanciada sobre as referidas violações.

- **Atribuições e prerrogativas:**

  - solicitar documentos à UnB e requerer do Arquivo Nacional e de outros órgãos informações que possam subsidiar os trabalhos da Comissão;

  - estabelecer parcerias e mobilizar voluntários;

  - colher depoimentos de professores, estudantes, funcionários e colaboradores da UnB e outros convidados e organizar audiências públicas;

  - estimular atividades de pesquisa e extensão no âmbito da graduação e da pós-graduação;

  - promover atividades públicas de divulgação e debate sobre as ações da Comissão.

- Composição: 14 membros, a saber: o Presidente, ex-Reitor Roberto Aguiar; três Coordenadores, os professores Cristiano Paixão (Coord. Relações Institucionais), José Otávio Nogueira (Coord. Pesquisa) e Daniel Faria (Coord. Redação e Sistematiz.); e mais dez membros, os professores Luiz Humberto Martins, Fernando Paulino, Beatriz Vargas, Simone Rodrigues, Nielsen Pires, Eneá Stutz e Ivonete Santiago, esta também ex-aluna; e os ex-alunos Cláudio Almeida, Cláudia Paiva e Paulo Parucker. A Comissão contou com os esforços de cerca de 45 colaboradores (voluntários) e, durante alguns meses, de 3 estudantes bolsistas.

- Prazo: 22 de abril de 2015.

- **Atividades realizadas:**

  - Tomadas de depoimentos (46, no total):

    - Audiências públicas (14 realizadas, com 27 depoentes);
    - Debate na TV Comunitária (1 realizado, com 4 depoentes);
    - Oitivas reservadas (9 realizadas, com 7 novos depoentes);
    - Testemunhos escritos (5 recebidos, com 5 depoentes);
    - Depoimentos via internet/Skype (2 realizados, com 2 depoentes).

  - Pesquisa em fontes documentais:

    - Acervos arquivísticos:
      - Arquivo Nacional/COREG: Fundo ASI-UnB (62.328 fls.; 7,42 m); Fundo CISA (sobre UnB, mais de 200 entradas; no total: 19,6 m); Fundo SNI e outros, alcançando um volume bastante significativo de documentos;
      - Outros arquivos: ACE (ex-CEDOC) / UnB; Setor de Pessoal / CD; ArPDF/GDF; Brasil Nunca Mais-Digital (BNM-D) e outros, esparsos;

    - Acervos jornalísticos (O Globo, JB, UH, OESP, FSP, CB etc.);

  - Participação em eventos (CD, SF, PGR, OAB, CA/MJ, UnB etc.);

  - Contato com rede de CVs Universitárias;

  - Constituição de um rico acervo (docs, textos, som, imagem etc.);

  - Convênios com CNV e Comissão de Anistia;

  - Parcerias com CEV-RJ, CEV-SP Rubens Paiva, CEV-PE D. Helder Câmara, CMVJ-DF, CDHM/CD;

  - Sistematização das atividades com vistas ao Relatório Final (c/ Recomendações).

- **Resultados:**

  - identificação de numerosas situações e episódios de violações aos direitos humanos (graves torturas físicas e psicológicas; sequestros; prisões ilegais; censura e violação de comunicações; vigilância, controle e perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa, de reunião, de manifestação política, artística e de ideias; de organização etc.), associadas a uma estrutura legal e burocrática repressiva, operando em redes internas e externas à Universidade; ademais, identificação de formas variadas de resistência, protesto e luta pelo Estado Democrático de Direito; e elaboração de Recomendações com vistas à preservação do direito à memória e à verdade e à não repetição;

  - Relatório Final;

  - Vídeo de 10 minutos sobre os trabalhos da comissão, pela cineasta documentarista Erika Bauer e equipe da UnBTV;

  - RECOMENDAÇÕES

APRESENTAÇÃO

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília apresenta, por meio deste documento, os resultados de suas atividades, que foram desenvolvidas entre agosto de 2012 e abril de 2015. Foram realizadas 46 tomadas de depoimentos, entre audiências públicas, testemunhos escritos e oitivas reservadas. Diversos fundos documentais foram consultados e muitas obras – acadêmicas ou não – sobre o período repressivo foram analisadas.

Texto preliminar do Relatório da Comissão foi publicado em versão impressa e eletrônica e esteve disponível para consulta pública e eventuais propostas de alteração entre 22/4/2015 e 22/5/2015. A Comissão agradece aos rementes das diversas mensagens recebidas, que contribuíram significativamente para o aprimoramento desta versão final do Relatório.

Ao longo de trinta e dois meses de trabalho, a Comissão Anísio Teixeira identificou a prática sistemática de violações a direitos humanos no período compreendido entre 1º de abril de 1964 e 5 de outubro de 1988. Essas violações não foram atos isolados. Elas são o resultado de uma estrutura repressiva formada no Brasil a partir do golpe de estado de abril de 1964 e que atingiu uma dimensão profunda e estendida no tempo na Universidade de Brasília.

É possível sintetizar algumas das conclusões alcançadas pela Comissão, que são detalhadas e analisadas com profundidade ao longo do Relatório. Entre elas estão: a existência de **mecanismos de espionagem** das atividades de docentes e discentes da UnB, o **controle ideológico** exercido no ato de contratação de professores e admissão de alunos, a **severa perseguição** realizada contra movimentos estudantis e de professores, a existência de um **arquivo político**, no âmbito do Batalhão da Guarda Presidencial, destinado a registrar atos de espionagem e investigação na UnB e uma evidente **conexão entre repressão militar-policial e a censura a costumes e práticas** imputadas aos estudantes e professores.

Os depoimentos colhidos reiteram a prática sistemática de **crimes contra a humanidade** como **tortura e desaparecimento**. Além disso, as **prisões** promovidas pelo regime, de forma ampla, arbitrária e indiscriminada, são mencionadas, de forma enfática, na expressiva maioria dos relatos prestados por testemunhas. São igualmente referidos **atos de resistência** à repressão, como a realização de passeatas, assembleias, manifestações, impressão de textos contrários ao regime e outros. Ficou também registrada a existência de uma **atmosfera carregada de medo**, produto das ações do aparelho repressivo. Ao mesmo tempo, fica clara, pelo exame dos documentos e depoimentos, a construção de **mecanismos de solidariedade** entre os atingidos pela repressão, traduzidos numa convivência voltada à realização de uma luta comum e de afirmação da democracia.

Por intermédio do presente Relatório Final, procuramos enfrentar uma série de questionamentos sobre a repressão e a resistência na Universidade de Brasília. Entre essas indagações, podemos formular:

1. Como retomar a experiência dos princípios que marcaram a fundação e implantação da Universidade de Brasília?

2. Como o aparato repressivo da ditadura afetou vidas e trajetórias de pessoas ligadas à Universidade em diversos níveis (desde crimes contra a humanidade até alunos e professores que sofreram perseguições de todo tipo ao longo do regime)?

3. Como medir o impacto da ditadura e seus efeitos no presente em relação à Universidade, especialmente na concessão de homenagens e títulos e denominação de locais públicos?

4. Como a Universidade pode ser uma parte importante na construção de uma educação para os direitos humanos, para que futuras gerações mantenham as premissas democráticas e libertárias que estavam na origem da UnB?

O trabalho de construção da verdade, memória e justiça no âmbito da Universidade de Brasília não se encerra nunca. Ele permanece sob a responsabilidade da Universidade, da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. O presente Relatório é uma parte desse longo processo.

ATIVIDADES DA COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DA MEMÓRIA E DA VERDADE DA UnB

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (CATMV-UnB) foi constituída pela Resolução da Reitoria nº 85/2012. Editado pelo então reitor José Geraldo de Sousa Júnior, o ato constitutivo da CATMV-UnB incumbiu-a de promover o direito à memória e à verdade e o direito de acesso à informação relativos a violações de direitos humanos pertinentes à UnB, ocorridas no período de 1º de abril de 1964 a 5 de outubro de 1988. Insere-se, portanto, no contexto de proliferação de comissões estaduais e setoriais, que se seguiu à instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e que caracteriza o processo da justiça de transição no Brasil. A cerimônia de instalação da CATMV-UnB foi realizada no dia 12 de agosto de 2012 e marcou o início dos trabalhos de investigação sobre a repressão e a resistência política na UnB durante a ditadura militar brasileira.

Inicialmente, o artigo 11 da Resolução da Reitoria nº 85/2012 fixou o prazo de 18 meses para a conclusão dos trabalhos da CATMV-UnB. Esse prazo foi prorrogado até o dia 22 de abril de 2015, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 9/2014, de 13 de fevereiro de 2014. No ato de criação, foram designados 11 membros para compor a CATMV-UnB, constando como seu presidente o ex-reitor Roberto Armando Ramos de Aguiar. Em fevereiro e julho de 2014, a Reitoria editou novas Resoluções[1], atendendo ao pedido de prorrogação dos trabalhos e de inclusão de três novos membros à Comissão, que passou a contar, portanto, com 14 integrantes.[2]

1 Resolução da Reitoria nº 9/2014, de 13 de fevereiro de 2014, e Resolução da Reitoria nº 85/2014, de 2 de julho de 2014.

2 Os membros da Comissão são os seguintes: o Presidente, ex-Reitor Roberto Aguiar; três Coordenadores, os professores Cristiano Paixão (Coord. Relações Institucionais), José Otávio Nogueira (Coord. Pesquisa) e Daniel Faria (Coord. Redação e Sistematização do Relatório); e outros dez membros, os professores Luiz Humberto Martins, Fernando Paulino, Beatriz Vargas, Simone Rodrigues, Nielsen Pires, Eneá Stutz e Ivonete Santiago, esta também ex-aluna; os ex-alunos Cláudio Almeida e Paulo Parucker; e a aluna Claudia Paiva Carvalho.

A Comissão contou com os esforços de 3 estudantes bolsistas, por alguns meses, e cerca de 45 colaboradores voluntários, que participaram das atividades de pesquisa durante os dois primeiros anos de trabalho. Também firmou parcerias e acordos de cooperação com instituições ligadas à efetivação do direito à memória e à verdade, como a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, além da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A partir do contato com comissões da verdade implantadas em outras universidades, a CATMV-UnB tornou-se membro da Rede Nacional de Comissões Universitárias, que visa fomentar a troca de experiências no trabalho de recuperação da memória política. No processo de investigação sobre as vítimas da ditadura ligadas à UnB, a CATMV também recebeu contribuições de comissões estaduais que se dedicaram aos mesmos casos de mortos e desaparecidos políticos, como a Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão da Verdade "Rubens Paiva" do Estado de São Paulo e a Comissão Dom Hélder Câmara.

De acordo com o artigo 2º da Resolução da Reitoria nº 85/2012, a CATMV-UnB foi instituída para cumprir os seguintes objetivos:

> I - localizar e inventariar os acervos documentais atinentes a violações de direitos humanos e liberdades individuais ocorridas entre o período compreendido de 1º de abril de 1964, data do Golpe militar e da intervenção na UnB, até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição democrática brasileira;
>
> II - localizar, produzir e reunir novos documentos referentes ao período referido no inciso I;
>
> III - analisar a documentação e acervos localizados;
>
> IV - apresentar informações que subsidiem o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;
>
> V - roduzir e publicar relatório final apresentando para a comunidade acadêmica e para a sociedade a análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades e individuais na Universidade de Brasília durante o período investigado.

Tendo em vista o cumprimento dessas finalidades, a mesma Resolução previu uma série de atribuições a serem exercidas pela CATMV-UnB, previstas no art. 3º da Resolução da Reitoria nº 85/2012:

> I - solicitar documentos à UnB;
>
> II - requerer documentos e informações ao Arquivo Nacional e outros órgãos que possam contribuir com os trabalhos da Comissão;
>
> III - estabelecer parcerias com o objetivo de adquirir acesso a outros acervos documentais;
>
> IV - colher depoimentos de professores, técnicos, estudantes e colaboradores da UnB;
>
> V - colher depoimentos de convidados;
>
> VI - realizar audiências públicas;
>
> VII - mobilizar voluntários;

VIII - estimular atividades de pesquisa e extensão no âmbito da graduação e da pós-graduação por meio, inclusive, de publicação de editais;

IX - promover atividades públicas de divulgação e debate sobre as ações da Comissão.

No desempenho de suas atividades, a CATMV-UnB adotou duas principais frentes de trabalho: i) a pesquisa documental em acervos relacionados à repressão e resistência política; ii) a tomada de depoimentos de pessoas que participaram da história da UnB no período ditatorial.

A pesquisa em fontes documentais analisou acervos arquivísticos localizados no Arquivo Nacional, com especial atenção ao Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UnB (Fundo ASI-UnB). Também foram consultados documentos de outros órgãos repressivos da comunidade de informações, como o Fundo do Serviço Nacional de Informações (Fundo SNI) e o Fundo do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Fundo CISA).

Ao longo do presente Relatório, as referências feitas aos documentos pesquisados serão apresentadas de acordo com a notação que os identifica no Arquivo Nacional. Assim, um documento constante do Fundo ASI-UnB do Arquivo Nacional será referenciado, por exemplo, como BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0119 (onde "BR_DFANBSB" indica tratar-se de documento do Arquivo Nacional custodiado por sua Coordenação Regional no Distrito Federal, COREG; "AA1" caracteriza que o documento integra o Fundo ASI-UnB, diferentemente de outros fundos, como, por exemplo, "VAZ"/Fundo CISA; e "AGR" indica que o documento encontra-se na pasta Administração Geral desse fundo ASI-UnB, o qual tem outras pastas, sendo as mais frequentemente citadas a "MPL", Movimentos Políticos; "INF", Informes e Informações; e "ROS", Relação com Órgãos de Segurança.

A Comissão também trabalhou com acervos jornalísticos de veículos de imprensa da época e com arquivos judiciais e policiais disponíveis no fundo Brasil Nunca Mais Digital. Outros arquivos foram igualmente consultados, como o Arquivo Central da UnB (ACE, ex-CEDOC); o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF/GDF); o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Acervo do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (iEVE) ligado à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A CATMV-UnB colheu 47 depoimentos, tendo realizado 14 audiências públicas com 27 depoentes, 9 oitivas reservadas, um debate na TV Comunitária com a participação de 4 convidados, 2 depoimentos via internet/Skype com 2 depoentes, além 5 testemunhos escritos que foram recebidos. A coleta dos depoimentos permitiu incorporar ao relato sobre a memória política da UnB no período ditatorial as vivências daqueles/as que presenciaram ou que foram diretamente atingidos por atos de perseguição e violência política. A CATMV-UnB buscou recolher testemunhos de pessoas que participaram dos diferentes momentos da repressão e da resistência dentro da UnB.

A CATMV-UnB também convidou ex-funcionários da UnB, que estavam ligados à estrutura administrativa da Universidade na época, a prestar depoimentos em audiências reservadas. Em fevereiro de 2015, foram enviados convites para quatro ex-funcionários que atuaram em órgãos repressivos dentro da Universidade: Francisco Pedro de Oliveira, que foi Chefe da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UnB durante a década de 1970; Sindulfo Chaves Filho, Chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio da UnB na década de 1970; Miguel Joaquim Bezerra, que atuou como escriturário da ASI-UnB, também durante a década de 1970; e José

Francisco Paes Landim Sobrinho, que foi professor do Departamento de Direito da UnB e participou de processos de sindicância instaurados contra alunos. A CATMV-UnB chegou a estabelecer contato telefônico com os senhores Francisco Pedro de Oliveira, Sindulfo Chaves Filho e Miguel Joaquim Bezerra. No entanto, nenhum dos agentes aceitou o convite para prestar seu depoimento oral ou escrito.

A CATMV-UnB, coletivamente ou por meio de seus membros, realizou uma série de atividades, a saber: participação em numerosos eventos públicos, entre os quais a) audiências públicas no Congresso Nacional (na Câmara dos Deputados: Comissões de Educação – CE e de Cultura – Ccult, sobre o tema Ditadura e Educação; e Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, sobre os temas: 1. morte de Anísio Teixeira; 2. repercussão da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; no Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, sobre os temas: 1. memória, verdade e justiça; 2. repercussão da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; b) "descomemoração" do Golpe de 64", no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF/OAB); c) debates na TV Rede Minas e na TV Comunitária do DF (TV Cidade Livre); d) 73ª Caravana da Anistia, da Comissão de Anistia, ocorrida na UnB, para julgamento do processo de Honestino Guimarães e homenagem aos Professores de 1965; d) Seminário "Tortura em Brasília?", no Auditório do Instituto de Ciências Humanas/ICC/UnB; e) 2ª Semana de Filosofia Política da UnB, no Memorial Darcy Ribeiro/Beijódromo – UnB; f) entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF/OAB); e g) Seminário "Ditadura e Democracia", no Auditório Joaquim Nabuco/FA/UnB. Além dessas participações, a CATMV-UnB promoveu a elaboração de um vídeo de registro sobre seus trabalhos e sobre o período da ditadura na UnB (com a perspectiva de desdobrar-se em um longa-metragem para cinema ou média-metragem para televisão).

Assim, a CATMV-UnB tem contribuído para o exercício prático do direito à memória e à verdade, bem como estimulado a reflexão crítica e a mobilização política em torno desse tema.

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E AS COMISSÕES DA VERDADE

Em 22 de dezembro de 2009, o governo brasileiro publicou o Plano Nacional de Direitos Humanos – III, sob severas críticas e desavenças políticas. A principal "pedra de toque" foi o Eixo Orientador VI, que diz respeito ao direito à memória e à verdade e faz remissão ao período da ditadura (1964-1985).

O Plano evoca o dever moral de resgatar a história do período de repressão política no intuito de neutralizar tentações totalitárias e erradicar práticas violentas, como a tortura, "ainda persistente no cotidiano brasileiro" (PNDH 3). No contexto desse debate, foi criada a Comissão Nacional da Verdade em 2012. Além do trabalho de investigação liderado pela CNV, muitas comissões da verdade foram estabelecidas em nível regional e algumas dentro de órgãos estatais, como a comissão da memória da Câmara dos Deputados, as comissões instituídas por Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas estaduais. Também foram criadas comissões vinculadas a sindicatos de trabalhadores e a universidades. Nesse contexto foi estruturada a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, da Universidade de Brasília.

No Brasil, o próprio conceito de justiça de transição é ainda pouco compreendido. O termo surgiu no final da década de oitenta e início da década de noventa principalmente em resposta às mudanças políticas ocorridas na América Latina e no Leste Europeu. Da junção de demandas por justiça e por transição democrática, o termo justiça transicional (ou justiça de transição) foi cunhado para expressar métodos e formas de responder a sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos. Assim, justiça transicional não expressa nenhuma forma especial de justiça, mas diversas iniciativas que têm por intuito reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia.

Em 1988, esta área ganhou importante fundamento no direito internacional. Parte disto em função da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, relativa ao caso Velásquez Rodríguez v. Honduras, em que ficou definido que todos os Estados estão sujeitos a quatro obrigações: a) tomar medidas para prevenir violações aos direitos humanos; b) conduzir investigações quando as violações ocorrerem; c) impor sanções aos responsáveis pelas violações e d) garantir reparação para as vítimas. Estes princípios foram reafirmados em decisões subsequentes e adotados também por decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos e por tratados e resoluções da ONU. Daí surgem os fundamentos do direito à justiça, direito à verdade e memória e do direito à reparação.

A justiça de transição se compõe dos processos de juízos, purgas e reparações que se levam adiante após a transição de um regime político para outro. O seu objetivo é processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições facilitadoras de abuso e promover a reconciliação (VAN ZYL, 2009, p.32). A efetivação desta pode compreender uma série de práticas distintas, que envolvem uma combinação de estratégias judiciais e não judiciais como: anistias restritas (não incluem crimes contra a humanidade e genocídio); procedimentos judiciais para os crimes não anistiáveis; comissões da verdade e reconciliação; restituições, compensações e reparações simbólicas e o desenvolvimento de uma memória coletiva (a abertura de arquivos do governo à população, a elaboração de livros didáticos, a construção de memoriais e museus da memória e a instituição de uma data cívica que relembre os fatos que ocorreram).

Apesar de haver diversas alternativas de justiça transicional, não há uma fórmula única para lidar com um passado de abusos aos direitos humanos. Cada sociedade determina sua relação com o regime anterior e com as feridas causadas pelos abusos. A justiça de transição na América Latina tem sido caracterizada por uma longa duração no tempo, o que perpetuou a demanda por verdade e justiça. Ainda hoje, passados muitos anos do fim do ciclo dos regimes ditatoriais, a maioria dos países está revendo suas leis de anistia a fim de derrogá-las ou promovendo interpretações que permitem julgamentos penais para os crimes mais graves. O Brasil se insere neste movimento regional pela responsabilização dos agentes do Estado, executores e mandantes de violência e crime.

Entre os dezenove países da América Latina que passaram por ditaduras militares no final do século XX, dezesseis optaram por leis de anistia geral. Ainda assim, muitos estão encontrando meios de responsabilizar os principais perpetradores. No Chile, embora a lei ainda esteja em vigor, uma recente interpretação dos tribunais excluiu os crimes de desaparecimento forçado de sua égide. Na Argentina, a Suprema Corte declarou inconstitucionais as leis do *Punto Final* e da *Obediencia Debida* e reiterou o dever do Estado de julgar e punir os responsáveis pelas violações de direitos humanos do período ditatorial. Recentemente a Suprema Corte uruguaia também restringiu a abrangência da anistia para excluir a tortura e outros crimes graves. Apesar de o Brasil se colocar à frente de muitos países no que concerne ao direito à reparação, pode ser considerado extremamente conservador no que diz respeito ao direito à justiça. Cabe salientar que a criação de uma Comissão da Verdade significou um imenso avanço em relação ao direito à memória e à verdade.

A primeira comissão da verdade foi estabelecida no governo Idi Amin em Uganda em 1974. Mais de sessenta comissões da verdade têm sido estabelecidas desde então. Este número é muito variável de acordo com a opção por contar as investigações extraoficiais, as comissões criadas por ONGs ou apenas as estabelecidas por meio de atos governamentais. Cabe salientar que uma comissão da verdade não tem caráter persecutório e jurisdicional, ou seja, não tem o poder de condenar quem quer que seja ou de estabelecer punições, mas de investigar os fatos relacionados ao seu mandato. As comissões da verdade vêm se transformando ao longo dos anos. Muitas delas se restringem à investigação da verdade de forma mais sigilosa e não oferecem a oportunidade para audiências públicas de testemunhas, vítimas e acusados. Somente a partir da experiência da África do Sul em 1995 é que as comissões surgem como um instrumento poderoso de expurgo social por meio dos relatos públicos dos envolvidos. Na África do Sul, a transmissão diária pela mídia era acompanhada por todo o país e tornou-se um instrumento significativo de reflexão, de transparência e de consolidação do processo de reconciliação social.

Uma comissão de verdade é inerentemente vulnerável a limitações politicamente impostas. Sua estrutura, financiamento, mandato, suporte político, pessoas, acesso a informações e força do relatório final são largamente determinados pelas forças políticas do momento. É o mandato ou a lei que institui a comissão que define seus poderes investigatórios. Seu sucesso é muito dependente das condições encontradas no país onde está atuando.

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE: A LUTA DAS GERAÇÕES

É importante frisar, na apresentação deste Relatório, um elemento importante da resistência ao regime ditatorial inaugurado em 1964: a dimensão intergeracional e transgeracional das lutas por liberdade e inclusão. Tal dinâmica é bastante presente no caso da repressão dirigida à Universidade de Brasília.

Todas as atividades ligadas à Justiça de Transição no Brasil têm como fundamento a Constituição da República promulgada em 5 de outubro de 1988. Isso porque o processo constituinte, que nasceu como fruto da transição política, teve seu curso modificado por uma expressiva participação da sociedade civil e, especialmente, pela capacidade que a Assembleia Constituinte demonstrou para ouvir as vozes de vários segmentos sociais que foram reprimidos durante o período ditatorial. A linguagem da Justiça de Transição empregada pelo legislador constituinte é bastante reveladora dessa transformação. O art. 5º, inciso XLIII, da Constituição da República dispõe que a tortura é crime "insuscetível de graça ou anistia", o que conduz a uma dupla afirmação: a negação da prática em si e a vedação de um uso "parasitário" ou inadequado do instituto da anistia.

O art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias implantou, por seu turno, uma verdadeira política de reparação. E é interessante registrar que o dispositivo se refere às perseguições cometidas contra opositores como "atos de exceção", o que revela, antes de tudo, uma dimensão de negação ao Estado de Direito, com todas as suas consequências. O mesmo art. 8º elegeu o período compreendido entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 como lapso de tempo destinado à reparação pelas violações a direitos humanos praticadas no passado. Esse mesmo período é reproduzido pela Lei nº 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (art. 1º, *caput*).

Ao estabelecer uma política de reparação e reconhecimento que suplanta o tempo de duração do regime de 1964, o constituinte originário demarcou a necessidade de enfrentamento de uma prática recorrente na história brasileira: as violações a direitos humanos cometidas por governos, forças de segurança e instituições políticas. E estabeleceu uma dimensão dúplice ao tema da justiça de transição. No que diz respeito ao passado, instituiu uma anistia compreendida como reparação. Naquilo que se relaciona com o futuro, a mensagem do constituinte deve ser compreendida como a designação de uma responsabilidade, de um diálogo consciente entre gerações que resulte na irrepetibilidade das experiências da ditadura e na concretização dos direitos fundamentais previstos na atual Constituição.

O elemento intergeracional está evidenciado nas lutas empreendidas pelo movimento estudantil ao longo do tempo. Como noticiado por Marcelo Ridenti, houve uma "extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos entre 1966 e 1968. Quando se tomam os dados referentes a organizações que atuavam desde antes de 1964, é possível mostrar que o peso proporcional que os estudantes tinham então nessas organizações era muito menor do que aqueles que viriam a representar na composição das esquerdas nos anos seguintes" (RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 114).

Essa trajetória da atuação política para o futuro também possui uma história. Consoante a minuciosa narrativa propiciada na obra de Victoria Langland, já na década de 1970 a trajetória de Honestino Guimarães começa a ser interpretada como um poderoso exemplo de resistência. Em fins dos anos 1970, começam a surgir tentativas de recriar a UNE. E, nesse movimento – que experimentou vários ritmos e processos –,

três figuras históricas foram decisivas como verdadeiros símbolos de resistência e luta: Edson Luis (morto em 28 de março de 1968), Alexandre Vannucchi Leme (morto em março de 1973, tendo sido realizada uma missa em sua homenagem, na Catedral da Sé em São Paulo, no dia 30 de março de 1973) e Honestino Guimarães (desaparecido a partir de outubro de 1973).

Como assinalado por Langland, no dia 28 de março de 1978, quando se completaram dez anos da morte de Edson Luis e cinco anos da morte de Alexandre Vannucchi Leme:

> organizações estudantis enunciavam, em tom solene, os nomes de 40 pessoas assassinadas pelo regime, enquanto aqueles que estavam na audiência respondiam a cada um dos nomes com um grito de "presente!"; essa prática produzia um duplo efeito: instruía os participantes acerca daqueles mortos pelo regime e ao mesmo tempo incentivava uma identificação comum com eles (LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers – student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil*. Durham/London: Duke University Press, 2013, p. 227)

Ainda segundo Victoria Langland, o comitê pró-UNE desencadeia, durante os esforços para reconstrução da entidade, o movimento "Onde está Honestino" e organiza visitas aos ministros da Justiça e da Educação para que fossem fornecidas informações sobre o paradeiro daquele que tinha sido o último presidente da UNE. Como se sabe, pouco ou nada foi descoberto sobre o paradeiro de Honestino, mas essas iniciativas foram cruciais na definição da exemplaridade de sua trajetória e no simbolismo da sua luta.

Na manifestação de 1978, prossegue Langland, surgiram as primeiras referências memorialísticas relacionadas a Honestino. Naquela oportunidade, foi lido um documento escrito por Honestino (o mandado de segurança popular, referido no presente Relatório, na parte alusiva à trajetória dos desaparecidos) pouco antes de sua captura pelas forças da repressão (LANGLAND, 2013, p. 232-233).

Nesta parte da fundamentação, merece ser recuperado outro documento que traduz algo da luta de Honestino. Trata-se de um ensaio histórico produzido por Daniel Faria, Professor do Departamento de História e integrante da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. No texto, o Prof. Daniel propõe uma "anamorfose de um dia", o dia em que Honestino escreveu uma carta destinada a sua família. Reproduziremos aqui alguns excertos do ensaio, também com a finalidade de recuperar a escrita de Honestino. Na primeira parte da citação, está o texto de Daniel Faria.

> Com os depoimentos e informações disponíveis, podemos imaginar como poderia ser um dia na vida de Honestino em dezembro de 1972. Em primeiro lugar, ele morava num apartamento com outros militantes da *Ação Popular*, no Rio de Janeiro. Em segundo, os moradores do apartamento estavam preocupados com a aproximação violenta da repressão, visto que planejavam se mudar dali antes do final do ano. A repressão já se abatia sobre a *AP*, com raptos e assassinatos. Portanto, havia um clima de tensão no ar – para além da tensão "normal" da vida em clandestinidade.
>
> Honestino costumava dormir pouco, por volta de 4 horas por noite. Praticava yôga, para se preparar para resistir à tortura. E vinha se dedicando a uma elaborada auto-análise – não apenas política, mas emocional, subjeti-

va. Deste último aspecto sabemos pelo teor da carta, em que Honestino assume a voz de irmão mais velho e se dirige aos seus dois irmãos, dando-lhes conselhos sobre a vida, indicando leituras etc. A carta de 11/12/1972 pulsa solidão, saudade da família, mas, ao mesmo tempo, é uma afirmação ética da vida que ele escolheu para si.

Na segunda parte, um trecho da carta enviada por Honestino, tal como transcrita no livro escrito por sua mãe, Maria Rosa Leite Monteiro:

> (...) (Maria Rosa Leite Monteiro. *Honestino. O bom da amizade é a não cobrança.* Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998. Trecho da carta de 11/12/1972: p. 161-162):
>
> "Tenho pensado bastante em vocês todos. E sinto que gosto muito da família que tenho. Nestas horas me dói profundamente não estar com vocês. Sei que seria muito bom a gente conviver um pouco. Quando há amor e uma vontade de transformação em nós e nas pessoas próximas e se leva isso na prática, não há nada melhor. Quando estive com os manos este ano senti que cada vez tenho maior amizade, carinho, ligação com eles. Me sinto amigo pacas destes dois. E quanto não pagaria para convivermos juntos e interagirmos uns sobre os outros! Vi que os dois estão muito inquietos, não estão acomodados dentro de si. E isso é muito bom. Lembra-me o Torquato Neto (não sei se vocês conhecem): 'Não era um anjo barroco/ era um anjo muito louco/ com asas de avião/ que disse: Vai bicho/ desafinar o coro dos contentes'. É isso aí. Enquanto não estivermos fazendo coro com os contentes, enquanto sentirmos a cuca quente e o sangue correndo, tá tudo azul. Não seremos mortos vivos dos tipos que o Henfil fala: não seremos os mesquinhos da vida. E vejam, meus caros, que a acomodação que eu tô combatendo é uma bem geral, e não apenas acomodação política. O negócio é cada um descobrir a própria medida dos seus passos. Ninguém tem o direito de se amesquinhar, de virar morto-vivo. Ou ainda, ninguém se transforma em morto-vivo sem deixar de ser vivo, de ser gente, e tudo o mais. Aí virado morto-vivo: contente beato, bobo alegre; aplaudidor dos poderosos, das leis morais que estão aí impostas e impositivas; aí, bem aí. Não sei se vocês estão com consciência disso. E isso é nada mais do que filosofia, rumo, perspectiva de vida. É verdade e verdade é coisa inquieta que mexe com a gente." (FARIA, Daniel. *Anamorfose de um dia: 11/12/1972*. Manuscrito inédito. Brasília, 2013).

O caso de Honestino Guimarães é bastante representativo da repressão que se abateu sobre a Universidade de Brasília. Uma das dimensões que merece ser destacada é o impacto da sua luta, da sua trajetória, no futuro da UnB.

O Diretório Central dos Estudantes da UnB possui, desde 1997, o nome de Honestino Guimarães. E um dos três espaços inaugurados em maio de 2012 destinados à convivência dos integrantes da comunidade acadêmica da UnB – os chamados MASCS, ou Módulos de Apoio e Serviços Comunitários – se intitula "Honestino Guimarães" (os outros dois são denominados "Ieda dos Santos Delgado" e "Paulo de Tarso Celestino", homenageando os outros dois estudantes desaparecidos). Há que ser registrada também a firme atuação dos familiares na luta por verdade, memória e justiça, especialmente o seu sobrinho Mateus Guimarães, integrante do Comitê Memória, Verdade e Justiça no Distrito

Federal e presença forte e inserida na luta por uma educação pública e de qualidade.

Outro caso emblemático – e ilustrativo dessa perspectiva intergeracional – é o de Paulo Fonteles Filho. Os pais de Paulo Fonteles Filho, então estudantes da Universidade de Brasília, foram aprisionados e torturados por forças do Exército no Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Quando foi vitimada pela ação da repressão, sua mãe, Hecilda Fonteles, estava grávida. No Requerimento n° 2010.01.66508, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça reconheceu que o filho fora torturado ainda no útero da mãe. Hoje Paulo Fonteles Filho é um altivo e atuante militante em prol das populações que sofreram, no Araguaia, os efeitos do aparato de repressão da ditadura.

O caso de Joaquim Eduardo de Alencar, também ele professor universitário, é igualmente emblemático. Médico, professor, militante comunista, ele passa a ser perseguido pelos órgãos de segurança em maio de 1946. É fichado em 1948 pelo DOPS e monitorado em 1949, 1955, 1960, 1961 e 1962. Fica claro, por essa história, que o indiciamento de Joaquim Eduardo de Alencar em Inquérito Policial Militar, em maio de 1964, não foi fruto de supostas atitudes após o golpe militar. O que ocorreu foi o contrário: já visado pelo regime que antecedeu o movimento golpista, sua condição de "inimigo do regime" fora "conquistada" bem antes, ou seja, em pleno interregno democrático (informações extraídas do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65097, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça).

Joaquim Alencar nasceu em 1912. Paulo Fonteles Filho veio ao mundo, no cárcere, em 1972. Essas duas trajetórias, que se expandem para muito além do período que vai de 1964 a 1985, revelam a complexidade e o alcance da cultura autoritária construída no Brasil ao longo do século XX. E mostram às gerações atuais a diversidade, a importância e a integridade da luta contra os regimes ditatoriais.

Os personagens históricos aqui mencionados têm sua trajetória ligada à Universidade. Joaquim Alencar foi um grande especialista em Medicina Tropical, tendo sido professor e fundador da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Os pais de Paulo Fonteles Filho, Hecilda e Paulo Fonteles, eram estudantes (de Sociologia e Direito, respectivamente), na Universidade de Brasília, onde militavam no movimento estudantil na década de 1970, consoante descrito, no presente Relatório, na parte destinada ao período 1970-1971. Hecilda Fonteles é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O que essas trajetórias comunicam ao tempo presente?

Elas impulsionam um diálogo intergeracional. A Constituição da República estabelece as condições desse diálogo, ao expandir o período de reparação aos atingidos por atos de exceção. E assume uma perspectiva transgeracional, ao eleger a proteção dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana como núcleos normativos dos quais emanam outros dispositivos constitucionais e legais.

Num artigo bastante comentado, referente à tutela do meio ambiente, a Constituição estipula, como dever do Poder Público e da coletividade, defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado "para as presentes e futuras gerações" (art. 225, *caput*).

Essa mensagem deve ser compreendida em perspectiva ampla, e estendida ao campo da Justiça de Transição. Um dos maiores desafios lançados ao presente e ao futuro é o das reformas institucionais. As forças armadas e policiais brasileiras continuam estruturadas de modo muito

similar aos tempos autoritários. Abusos como violência estatal e tortura continuam a ser praticados. Estudantes que protestam permanecem sofrendo todo tipo de tratamento violento – como demonstram os episódios vividos por alunos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina em 25 de março de 2014 e como experimentado, de modo dramático, por estudantes da Universidade de Brasília que organizaram o movimento "Fora Arruda" em 2009-2010.

Após muita repressão, muitos cadáveres, muita tortura e muitas ações disciplinares como expulsões e punições, o movimento estudantil resistiu, se reergueu e se renovou. Esse processo não termina nunca. Ele segue como tributo e realização dos sonhos e projetos de gerações de estudantes que, comprometidos com a liberdade e com a universalização da educação, foram uma parte fundamental para a consolidação da democracia que vivemos hoje. A mensagem que lançaram para o futuro permanece entre nós, 50 anos após o golpe de estado.

NOTA METODOLÓGICA

O trabalho de investigação da Comissão Anísio Teixeira se deu, basicamente, em duas frentes: coleta de depoimentos (privados ou em audiências públicas) e análise de acervos documentais. Entre os acervos pesquisados, o mais importante foi o do fundo ASI/UnB, guardado no Arquivo Nacional. Isso tanto pelo volume quanto pela qualidade das informações encontradas. Informações, estas, não necessariamente produzidas pela ASI, uma vez que este órgão era responsável por receber e responder correspondências de outros serviços de informação da ditadura, como CIE (Exército), CENIMAR (Marinha), CISA (Aeronáutica), SNI (Serviço Nacional de Informações), CI/DPF/MJ (Polícia Federal) e DSI/MEC (divisão do SNI no Ministério da Educação e Cultura). As informações trocadas entre esses órgãos diziam respeito a uma grande variedade de temas relacionados ao cotidiano da Universidade, à carreira de docentes e servidores técnico-adminstrativos, produção intelectual, movimentos políticos, vida estudantil, prisões, expurgos, presença de parlamentares no *campus*, manifestações etc. Vale destacar, neste contexto, que a Universidade não somente recebia, mas também produzia informações, constituindo-se assim como braço complementar e ativo dos serviços de espionagem. Assim, por exemplo, quando um ex-estudante da UnB era preso, a Universidade enviava informações detalhadas sobre a sua vida acadêmica e política ao órgão solicitante. Estando relativamente bem preservado, mesmo que sabidamente incompleto, este acervo foi de grande valia para a feitura deste relatório.

Outros fundos também foram fundamentais: também no acervo do Arquivo Nacional, no fundo do SNI se encontra grande número de documentos com assuntos ligados à UnB. O fundo do CISA (Aeronáutica), tem um número razoável de fontes. Estranhamente, há pouquíssima documentação originada na Polícia Federal e no CENIMAR (Marinha). No caso da Polícia Federal, isso configura um verdadeiro sequestro da

memória sobre a ditadura, especialmente no caso da UnB, uma vez que o *campus* era área de atuação de agentes federais e que o DOPS do Distrito Federal era de responsabilidade daquela agência. Quanto ao CENIMAR, alguns documentos indicam, explicitamente, que o interventor no cargo de vice e depois de reitor José Carlos de Almeida Azevedo mantinha contatos frequentes com o serviço de informações da Marinha. Inclusive, há sugestões de que Inquéritos Policiais-Militares relativos à UnB ficassem a cargo de Marinha, devido à presença do Capitão-de-Mar-e-Guerra no *campus.* Citem-se ainda fontes complementares como acervos de órgãos de imprensa e o rico projeto Brasil Nunca Mais, além de livros da época e a historiografia (em especial a produzida pelo professor Salmeron).

Quanto aos documentos, evidentemente eles não podem ser usados como meras fontes de informação. O contexto de sua produção – a perseguição política, a espionagem, as delações e as incriminações as mais arbitrárias – impede qualquer tipo de ingenuidade semelhante. Eles nos revelam, sobretudo, as orientações, o vocabulário, o quadro de valores e as finalidades práticas imediatas dos órgãos ditatoriais. É comum pessoas serem acusadas de crimes incompatíveis e simultâneos, como o de serem anarquistas, stalinistas, maoistas e guevaristas. No conjunto, porém, tais acusações se consubstanciavam na vaga, mas mesmo assim tristemente eficaz, noção de "subversivo". Questões morais também faziam parte dos quadros montados pela repressão. De modo que os documentos costumeiramente trazem calúnias e difamações. Sempre é bom lembrar que a finalidade de tais fontes era pragmática e muitas vezes imediata: decidir sobre expulsões, prisões, autorizações a viagens, licenças etc. Pode-se imaginar, facilmente, a quantidade de motivações pessoais e políticas que estavam envolvidas.

Além de trazerem informações, desde que cuidadosamente analisadas, e revelarem os ideários da ditadura em seus meandros pragmáticos, os documentos escritos também configuram uma espécie de mapa da rede repressiva. Claro que, diante das lacunas, tratando-se mais de um esboço do que de mapa acabado. Neste esboço, observa-se os informes partindo de diversas redes de espionagem (muitos relatos encontrados pressupõem que o delator estivesse numa sala de reuniões, numa aula etc), sendo produzidos e trabalhados em esquemas operacionais com certo grau de sofisticação (documentos que pressupõem um certo grau de estrutura técnica etc) e depois partindo para a análise por parte de autoridades, dentro e fora da UnB. Lembre-se, ainda, que, numa ponta, essas informações digeridas e assimiladas pelo Leviatã estatal tinham continuidade em operações, muitas vezes violentas – detenções, torturas, assassinatos; em outra, os informes eram, eles mesmos, produtos de violência institucionalizada.

Quanto à segunda frente de trabalho, a coleta de depoimentos privados e em audiências públicas, ela se revelou insubstituível. Os documentos escritos raramente revelam a memória viva, as trajetórias pessoais, os ideais, as perdas, as dores e as alegrias. Sob a corrente aparentemente impessoal dos fatos, pulsam vidas. Os depoimentos também são muito ricos no sentido de revelar as opções e as diferenças políticas, as amizades construídas. Todo ponto de exercício de poder é também um ponto sensível de resistência. As memórias relatadas, além disso, trouxeram novas e substanciais informações. Como, por exemplo, sobre o contexto de produção de documentos encontrados nos acervos. Isso é fundamental porque, comumente, nos documentos oficiais, a fala dos considerados "subversivos" é capturada e adaptada aos interesses dos agentes dos crimes de Estado. Menos importante, mas não a se desconsiderar, lacunas também são desfeitas em depoimentos – lapsos de datas, um nome que falta, uma história que o agente da repressão não quis, não pôde ou não soube contar.

A confluência destas pesquisas se dá no Relatório. Fruto de um trabalho dedicado de comparação, entrelaçamento. Mas também vai além do Relatório. Muitas pesquisas, assim se espera, serão inspiradas pelo que se realizou. Cada capítulo, cada personagem, é como um fio de uma trama em construção, em estado potencial. Nesse sentido, a Comissão Anísio Teixeira convida a pesquisadores que se inspirem neste trabalho, mesmo que para contradizê-lo, corrigir erros ou falhas de interpretação. Além disso, muitas histórias ficaram incompletas. A Comissão não só produziu este Relatório, mas um acervo considerável de novas fontes de pesquisa, o qual está longe de ter se esgotado. Espera-se, ainda, que novas fontes venham a público, afinal de contas, a memória e a verdade são direitos inalienáveis. Ao lado da pesquisa, que este Relatório também seja usado por todos aqueles comprometidos com a luta democrática, com a justiça e o enfrentamento de um passado de terror que, lamente-se, tem inúmeros desdobramentos no presente.

Uma última observação. Algumas vezes, pergunta-se sobre a palavra "verdade" que está inscrita no nome da Comissão Anísio Teixeira. Há quem diga que tal nomenclatura revela algo de presunçoso. Porém, aqui não se trata de "verdade" num sentido metafísico, último. A própria língua portuguesa, na contribuição milionária dos usos cotidianos, designa sentidos mais concretos e modestos para a palavra "verdade": preencher lacunas que encobrem o destino dado a vidas singulares, desfazer mentiras, confrontar-se com a ocultação proposital de informações, encontrar pistas que esclareçam pontos obscuros da história. Esta verdade em seus sentidos múltiplos e concreto não é algo que se possui, mas que se almeja. E, se se almeja, que se busca ativamente. Há ainda o sentido da veracidade, num viés ético. Ao invés de ser a última palavra sobre um assunto, a verdade como veracidade é abertura ao diálogo.

RELAÇÃO DE DEPOENTES À CATMV-UNB
(por ordem alfabética)

Nº	Nome	Vínculo	Data	Local	Evento
1	Aldir Nunes	ex-aluno	22/06/2013 (novo depoimento 26/01/2015)	(TV Cidade Livre, Canal Comunitário do DF)	Debate
2	Alduísio Moreira da Silva	ex-aluno	23/08/2013	Residência do depoente	Sessão reservada
3	Álvaro Lins	ex-aluno	23/08/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
3.a	Anelino José de Resende	ex-aluno	21/05/2015	Residência do Coord. Redação	Sessão reservada
4	Ângela Maria Carneiro Araújo	ex-aluna	24/07/2014	Sala da CATMV (ICC, mód.8)	Sessão reservada
5	Antonio Ibañez Ruiz	Professor aposentado; ex-reitor	21/05/2013	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
6	Antônio Ramaiana Ribeiro	ex-aluno	28/03/2014	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
7	Arlete Avelar Sampaio	ex-aluna	17/03/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
8	Aurélio José Michiles	ex-aluno	24/01/2015	Teleconferência (Skype)	Sessão reservada
9	Aylê-Salassié Filgueiras Quintão	ex-aluno	27/09/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
10	Betty (Maria Elizabete) Almeida	ex-aluna	04/04/2014	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
11	Beto (Carlos Alberto) Almeida	ex-aluno	09/05/2014	Auditório Pompeu de Sousa – FAC	Audiência pública
12	Carlos Teixeira	filho de Anísio Teixeira	06/11/2012	Memorial Darcy Ribeiro / Beijódromo	Audiência pública
13	Claudio Antônio de Almeida	ex-aluno	23/03/2015	Depoimento por escrito (e-mail)	Depoimento escrito
14	Erika Jucá Kokay	ex-aluna	17/03/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
15	Euclides Pireneus	ex-aluno	12/03/2015	Residência do depoente	Sessão reservada
16	Eustáquio Ferreira	ex-aluno	22/06/2013	(TV Cidade Livre, Canal Comunitário do DF)	Debate
17	Felipe Lindoso	ex-aluno	17/10/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
18	Fernando Molina	ex-aluno	17/10/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
19	Flávio Tavares	professor aposentado	21/10/2014	Sala de Reuniões da Pós-Graduação – FAC/UnB	Sessão reservada
20	Francisco de Assis Chaves Bastos (Xico Chaves)	ex-aluno	31/03/2015	Depoimento por escrito (e-mail)	Depoimento escrito
21	Frank Algot Svensson	professor aposentado	16/10/2014 e 18/04/2015	Depoimento por escrito e Res. Dep.	Dep. escrito e s. res.
22	Gilmar José Rocha (Magal)	ex-aluno	10/10/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública

Nº	Nome	Vínculo	Data	Local	Evento
23	Gilson Dantas de Santana	ex-aluno	10/10/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
24	Haroldo Lima	familiar (sobrinho) de Anísio Teixeira	06/11/2012	Memorial Darcy Ribeiro / Beijódromo	Audiência pública
25	Hélio Doyle	ex-aluno e professor aposentado	23/08/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
26	Isaura Botelho (ex-companheira de Honestino)	ex-aluna	21/10/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
27	Ivonette Santiago de Almeida	ex-aluna e professora aposentada	21/11/2013	Auditório Pompeu de Sousa – FAC/ UnB	Audiência pública (e depoimento escrito)
28	Jarbas Marques	ex-aluno	04/04/2014	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
29	João Augusto da Rocha	(biógrafo de Anísio Teixeira)	06/11/2012	Memorial Darcy Ribeiro / Beijódromo	Audiência pública
30	João Dominguez Pereira	ex-aluno	01/09/2014	Depoimento por escrito (e-mail)	Depoimento escrito
31	Jorge Bittar	ex-aluno	22/06/2013	(TV Cidade Livre, Canal Comunitário do DF)	Debate
32	José Carlos Córdova Coutinho	professor aposentado	04/06/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
33	José Luiz Clerot	advogado de estudantes	21/10/2013	Auditório Pompeu de Sousa – FAC	Audiência pública
34	Luís Humberto Miranda Martins Pereira	professor emérito	20/11/2013	Residência do depoente	Sessão reservada
35	Luiz Fernando Victor	professor aposentado	04/06/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
36	Marcos Santilli	ex-aluno	26/062014	Teleconferência (Skype)	Sessão reservada
37	Maria José da Conceição (Maninha)	ex-aluna	21/10/2013	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
38	Maria José Silveira (Lindoso)	ex-aluna	16/10/2014	(entregue por Felipe Lindoso)	Depoim. por escrito
39	Maria Nazareth Pedrosa	ex-aluna e professora aposentada	25/04/2014	Sala da CATMV (ICC, Mód.8)	Sessão reservada
40	Paulo Speller	ex-aluno	05/07/2013	Sala-Auditório da Fac. Arquitetura e Urbanismo/UnB	Audiência pública
41	Rogério José Dias	ex-aluno	22/06/2013	(TV Cidade Livre, Canal Comunitário do DF)	Debate
42	Romário Schettino	ex-aluno	21/05/2013	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
43	Sônia Hypólito	ex-aluna	27/09/2014	Auditório da Reitoria-UnB	Audiência pública
44	Tereza Cruvinel	ex-aluna	28/03/2014	Salão de Atos (Reitoria-UnB)	Audiência pública
45	Zuleika Porto	ex-aluna	10/04/2014	Residência da depoente	Sessão reservada

Relação dos depoimentos à CATMV-UnB:

Tomadas de **depoimentos (46, no total)**:

- **Audiências públicas** (14 realizadas, 27 depoentes);
- **Debate na TV Comunitária** (1 realizado, 4 depoentes);
- **Oitivas reservadas** (11 realizadas, com 8 novos depoentes);
- **Testemunhos escritos** (5 recebidos, 5 depoentes);
- **Depoimentos via Skype** (2 realizados, 2 depoentes);

• Audiências Públicas (14 sessões, com 27 depoentes):

- 06/11/12: João Augusto da Rocha, Carlos Teixeira e Haroldo Lima;
- 21/10/13: Isaura Botelho e Maria José da Conceição (Maninha);
- 21/3/13: Ivonette Santiago e José Luiz Clerot;
- 21/5/13: Antônio Ibañez e Romário Schettino;
- 04/6/13: José Carlos Coutinho e Luís Fernando Victor;
- 17/7/13: Paulo Speller;
- 23/8/13: Álvaro Lins e Hélio Doyle;
- 17/3/14: Arlete Avelar Sampaio e Érika Jucá Kokay;
- 28/3/14: Tereza Cruvinel e Antônio Ramalho Ribeiro;
- 04/4/14: Betty Almeida e Jarbas Marques;
- 19/5/14: Carlos Alberto (Beto) Almeida;
- 27/9/14: Aylê-Salassié Quintão e Sônia Hypólito;
- 10/10/14: Gilson Dantas e Gilmar Rocha (Magal);
- 17/10/14: Felipe Lindoso e Fernando Molina;

- Debate na TV Comunitária (1 debate, com 4 depoentes):

    - 22/06/13: Aldir Nunes, Eustáquio Ferreira; Jorge Bittar e Rogério Dias;

- Depoimentos reservados (11 sessões):

    - 23/8/13: Alduísio Moreira da Silva;
    - 20/11/13: Luís Humberto Miranda Martins Pereira;
    - 10/04/14: Zuleika Porto;
    - 25/04/14: Maria Nazaré Pedrosa;
    - 24/07/14: Ângela Maria Carneiro Araújo;
    - 21/10/14: Flávio Tavares;
    - 26/01/15: Aldir Nunes (ver também debate)
    - 9 e 12/03/15: Euclides Pireneus;
    - 22/03/15: Rogério Dias (ver também debate);
    - 18/04/15: Frank Svensson (também dep. esc.);
    - 21/05/15: Anelino José de Resende;

- Depoimentos escritos:

    - 23/3/15: Cláudio Almeida;
    - 16/10/14: Maria José Silveira Lindoso;
    - 01/09/2014: João Dominguez Pereira;
    - 16/10/14: Frank Svensson;
    - 31/03/15: Francisco de Assis Chaves Bastos;

- Depoimentos via internet/Skype:

    - 16/6/14: Marcos Santilli;
    - 24/01/15: Aurélio José Michilles.

UnB: PROJETO INICIAL INTERROMPIDO

A criação da Universidade de Brasília resulta de esforços voltados para o fortalecimento da educação pública em compasso com os ventos transformadores do processo de transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do país. Dessa forma, O projeto de criação da UnB precisa ser compreendido como iniciativa resultante de processo histórico que passa pela formulação, implementação e avaliação de ações que congregam esforços de importantes personalidades brasileiras.

Em contato com Anísio Teixeira, Hermes Lima e outros responsáveis por ideias sistematizadas em documentos como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e por iniciativas como a inovadora e curta experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1937), que já buscava alcançar um modelo de ensino transformador, Darcy Ribeiro conseguiu sistematizar e viabilizar os primeiros anos de um projeto de instituição de educação superior na nova capital. Para colocá-lo em prática, teve que enfrentar resistências de políticos como Israel Pinheiro para quem estudantes e/ou operários poderiam ocasionar perturbação.

Darcy Ribeiro também teve que criar condições de convencer o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira da necessidade de uma universidade pública na nova capital. Além dos argumentos de que Brasília não poderia prescindir de um polo pensante e formador de pensamento moderno e transformador, o educador teve que desenvolver estratégias ousadas. Entre elas, conseguiu mobilizar o dominicano Frei Mateus Rocha (posteriormente reitor da UnB entre setembro de 1962 e janeiro de 1963) para ir ao Vaticano e conseguir uma carta do Papa João XXIII apoiando uma universidade laica com Instituto de Teologia.

Brasília não era apenas uma espécie de laboratório para um projeto inovador de educação superior. Ela era também um local de experimentação para o ensino compreendido em sua acepção mais ampla. Não é por acaso que, no plano original da nova capital, estavam previstas escolas parque e escolas classe, nos moldes imaginados por Anísio Teixeira, também ele um dos idealizadores da UnB.

Para viabilizar o projeto da Universidade de Brasília, Darcy também foi desafiado a demonstrar habilidade política em conseguir aprovação do Congresso na noite de renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 e sanção do presidente João Goulart na Lei n° 3998, em 15 de dezembro do mesmo ano, que estabeleceu não só a fundação da UnB em si, mas também as bases patrimoniais para o seu funcionamento com a previsão de doze superquadras em Brasília.

Após pouco mais de cinco meses de esforços hercúleos na construção física dos primeiros prédios, a inauguração da UnB foi a maior marca do aniversário de dois anos da nova capital federal. O evento aconteceu no Auditório Dois Candangos num 21/4, data de fundação da cidade em homenagem a Tiradentes e que coincidentemente também era um Sábado de Aleluia. Em seu discurso como primeiro reitor, Darcy Ribeiro anunciava que, em 24 meses, a UnB oferecia cursos noturnos e estaria aberta à população do DF como um vibrante centro cultural. O então reitor também manifestava o interesse da Universidade em sediar eventos relacionados à Assembleia Geral da UNESCO prevista para ocorrer em Brasília em 1964, ano que infelizmente foi palco de eventos que levaram o país para outros rumos.

Entre muitas inovações no projeto da UnB, merecem ser destacadas: a ênfase na interdisciplinaridade, tanto no ensino quanto na pesquisa, a distribuição “transversal” de cursos colocados em troncos temáticos, que permitissem flexibilidade dos currículos das disciplinas, a intensa atividade de extensão, que tinha como pressuposto a forte relação da Universidade com a comunidade e, por fim, a liberdade atribuída aos docentes na elaboração de seus cursos (SALMERON, 2009, p. 168-179).

No panorama da educação superior brasileira do início dos anos de 1960, fortemente marcado pelas diretrizes estipuladas durante o Estado Novo – sistema de cátedras, aliado à rígida fixação, por órgãos da burocracia estatal, dos conteúdos dos cursos a serem ministrados –, as propostas contidas no projeto político pedagógico da UnB assumiam uma dimensão de vanguarda.

O projeto de criação da UnB também dialogava com documentos importantes da formação da educação superior na América Latina. Uma das referências é o Manifesto Liminar da Reforma Universitária proposto pelos estudantes de Córdoba em 21 de junho de 1918. Entre as ideias colocadas em prática, a UnB aboliu a possibilidade de cátedra vitalícia, estimulando o ambiente de interação entre os docentes, e também colocou em prática regime de flexibilidade na organização dos currículos, participação estudantil nos conselhos e desenvolvimento da extensão universitária. Entre as funções básicas da UnB, estavam (RIBEIRO, 2011, p. 20):

> * Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.
>
> * Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.

* Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, pela criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.

* Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.

* Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.

* Facilitar aos podêres públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.

* Dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.

As regras, a estrutura e a concepção da Universidade foram definidas pelo Plano Orientador, datado de 1962. Publicação inicial da Editora UnB, o Plano demonstra o ambiente inovador da instituição: “Só uma universidade nova, inteiramente planificada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”.

O Plano previa que os institutos centrais tinham competência de ministrar: a) cursos introdutórios de duas séries para todos os alunos da Universidade, a fim de lhes dar preparo intelectual e científico básico para seguir os cursos profissionais nas faculdades; b) cursos de bacharelado de 6 semestres em qualquer disciplina departamental, para alunos que desejam seguir a carreira do magistério; c) cursos de graduação científica de dois anos mais, após o bacharelado, para os alunos que revelem maior aptidão para pesquisas e estudos originais; e d) programas de estudos pós-graduados de dois anos para os candidatos ao doutoramento. O documento norteador dos primeiros anos era ousado por possibilitar a convivência de estudantes de cursos diferentes, proporcionando que egressos do ensino médio entrassem na Universidade por meio de cursos gerais e escolhessem especialização ao longo de ampla formação humanista-científica-cultural.

A preocupação em estabelecer diálogo permanente com a sociedade e contribuir com a transformação da realidade brasileira, o projeto de criação da Universidade de Brasília determina o estabelecimento de um corpo de órgãos culturais destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para a cidade e para o país[3]:

* A *Aula Magna*, grande auditório montado para atender às necessidades da Universidade e da Capital Federal, dotado dos recursos audiovisuais que possibilitam a realização de reuniões e congressos internacionais. A construção desta unidade deverá ser encetada prontamente, porque Brasília servirá de sede à Assembléia Geral da UNESCO, em 1964 e precisará contar, então, com um auditório com capacidade para acolher as representações

3 Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/unbdarci.html>. Acesso em: 13 abr. 2015

de mais de 90 países para reunião em que serão faladas simultâneamente cinco línguas. Contando com a Aula Magna e com os recursos de hospedagem que a Universidade poderá proporcionar nos períodos de férias, Brasília far-se-á um dos principais centros latino-americanos de conferências internacionais.

* A *Biblioteca Central* que coordenará uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico e cultural e dezesseis bibliotecas especializadas, sediados nos Institutos Centrais e nos conjuntos e faculdade afins. O acervo básico destas bibliotecas deverá montar a um milhão de obras, representando um dos principais investimentos da Fundação e aquêle para cuja constituição mais se necessitará apelar para a ajuda de instituições estrangeiras e internacionais. Na Biblioteca Central funcionará o curso de Biblioteconomia montado para receber alunos bacharelados pelos Institutos Centrais e especializá-los na biblioteconomia e documentação nos respectivos campos de especialidade.

* A *Rádio Universidade de Brasília*, que terá como programa básico a difusão cultural e artística, através de emissoras de ondas médias e curtas. Deverá, contudo, especializar-se em cursos por correspondência e radiodifusão para aperfeiçoamento do magistério de nível médio. A relevância dessa tarefa é evidente, em face do crescimento das matrículas nesse nível de ensino que ascenderam de 60.000 alunos em 1933, para mais de um milhão, atualmente. Êsse extraordinário incremento foi acompanhado da inevitável improvisação do professorado.

* A *Editora Universidade de Brasília*, que se destina a traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. Somos, hoje, um dos maiores importadores de livros técnicos da Espanha, do México e da Argentina. Vale dizer que os alunos de nossas universidades estão estudando em espanhol. A exemplo do que fizeram todos os países modernos, impõe-se editar em português a bibliografia básica para a formação profissional comum, em nível universitário.

* O *Museum*, que compreenderá o Museu da Ciência, o Instituto de Artes e o Museu de Civilização Brasileira. Êste último com o objetivo de vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar, aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem, uma visão do nosso esfôrço secular para criar uma civilização.

* As *Casas de Cultura*, para o ensino de línguas e o estudo da literatura e da tradição cultural das nações a que estamos vinculados e que se disponham a manter, junto à Universidade de Brasília, um centro de difusão cultural.

Para a execução de ousado projeto, Darcy e Anísio convidaram cientistas, artistas e professores para desenvolverem atividades inovadoras de ensino, pesquisa e extensão. “Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana”, relatou Darcy Ribeiro, em *A Invenção da Universidade de Brasília*.

Em síntese, conforme apresentação de Heron de Alencar à Assembleia Mundial de Educação no México, a UnB resulta de "uma consciência crítica dos mais autênticos intelectuais brasileiros. Não foi imposta a realidade nem tampouco nasceu de um desejo alienado de nivelação cultural e científica com universidades dos países chamados desenvolvidos" (RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio: Paz e Terra, 1975, p. 271).

A estrutura administrativa e financeira era amparada por um conceito novo nos anos 1960 e até hoje um desafio para a gestão das instituições de educação superior: a autonomia. Segundo Darcy Ribeiro, em *UnB, Invenção e Descaminho*. "A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo".

Dessa forma, a história da Universidade de Brasília representa uma espécie de microcosmo da história brasileira pós-1960. A sua relação com o projeto moderno de Brasília, o caráter vanguardista de sua concepção original, as dificuldades políticas para sua efetiva implementação, as expectativas depositadas em seu desenvolvimento iluminam, por um lado, aquele expressivo sentimento de transformação que marcou o início da década de 1960. Por outro lado, os atos que se sucederam após o golpe de 1964 também podem ser compreendidos como uma imagem refletida do regime repressivo que se abateu sobre o Brasil: as perseguições iniciais, o afastamento imediato de seus dirigentes, as sucessivas ondas de repressão, as invasões no *campus,* a ocupação militar e, por fim, a conversão da sua estrutura diretiva num verdadeiro aparato de segurança e informações.

Com a instauração do Golpe Militar, a Universidade de Brasília passa a ter atividades reprimidas e diretamente acompanhadas por agentes do regime. Neste período, relatam-se inúmeros casos de restrições a atividades acadêmicas, entre elas, aquelas que eram consideradas subversivas por suas características políticas. Anísio Teixeira foi destituído da reitoria em abril de 1964. No ano seguinte, mais de 200 professores se demitem da instituição, havendo descaracterização gradual do projeto pedagógico institucional original da UnB corroborada pela contratação de professores sem compreensão ou conhecimento do projeto pedagógico original e a perda da autonomia administrativa/financeira.

O interventor José Carlos Azevedo tentou explicar tais restrições com a acusação de que o projeto de criação da UnB era permissivo com a uma trama que levaria a juventude "consciente ou inconscientemente ao subnivelamento intelectual; fazendo-a perder a perspectiva histórica e, numa modernidade vazia, a desacreditar mesmo das mais altas conquistas das gerações passadas; viciando-a em soluções simplistas para problemas difíceis; destruindo-lhe os valores mais altos e permanentes e ensinando-lhe que a violência é meio e fim, que a família é uma concepção burguesa ultrapassada e que o uso de drogas é uma forma a mais de afirmação adulta." (José Carlos de Almeida Azevedo. *Omissão da universidade?* Rio de Janeiro: Artenova, 1978, p.24). Tal necessidade de mudança de rumos na educação superior, especialmente da UnB, por alegadas questões morais também está presente em documentos formulados por mentores da obrigatoriedade de Educação Moral e Cívica aos estudantes brasileiros.

O general Moacir Araújo Lopes, por exemplo, faz um apelo, em 1967, para que fosse lembrado que a mocidade "ainda espera sequiosa a palavra de fé da liderança nacional, na encruzilhada difícil em que se encontra. Nenhuma bandeira tem, na conjuntura, maior significado do que o da

PROJEÇÃO DE VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS (de fundo religioso assectário) NA EDUCAÇÃO DO BRASILEIRO". (LOPES, Moacir Araújo. *Rumos para a educação da juventude brasileira.* Palestra realizada para o Lions Club (Leme) no Auditório do Ministério da Educação e Cultura e para a Universidade Federal de Goiás, setembro de 1967.)

O fato é que, por mais que reminiscências do DNA do projeto original tenham orientado atividades de resistência à ditadura militar entre 1964-1985, somente com a volta de um civil eleito pela comunidade acadêmica no final do período autoritário é que surgem condições para buscar resgatar e tentar colocar em prática um ambiente de liberdade e autonomia pautado no ideal de fazer da UnB um centro de referência e de transformação para Brasília, para o Brasil e para a integração do país com outras nações, especialmente da América Latina.

CENTRO INTEGRADO DE ENSINO MÉDIO (CIEM): UM MOMENTO DA EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA

No início do ano de 1964, duas experiências educacionais já apresentavam seus resultados positivos em Brasília. Era a CASEB, primeiro grau, e o Colégio Elefante Branco, com os cursos científico e clássico. Mas naquele ano correu a notícia de que uma nova experiência educacional seria implementada na cidade, ligada à Universidade de Brasília. Era o CIEM. Os alunos se submeteram a uma pré-seleção, passando a vivenciar uma extraordinária proposta pedagógica, como suporte à implantação de uma educação superior, funcionando como centro de experimentação de educação média.

Para muitos estudantes seria difícil conciliar os horários do CIEM, que exigia tempo integral. Mas o investimento era válido. Quase todos os candidatos eram oriundos do Colégio Elefante Branco. Naquele ano, foi aberta seleção apenas para os estudantes do terceiro ano científico. Foram alunos do CIEM, entre outros: Honestino Monteiro Guimarães, Claudio Fonteles, George Zarur, Aylê-Selassié, Marcos Arruda, Paulo Sérgio Ramos Cassis, Paulo Frossard Portilho, Fernando Queiroz, Francisco Baroni, Cláudio Almeida. O espírito do CIEM, consubstanciado nas práticas pedagógicas e seus fundamentos, gerava nos alunos um sentimento de liberdade e responsabilidade.

O CIEM surgiu em um contexto de desenvolvimento do país, herança das metas do governo do Presidente Juscelino Kubistcheck e no qual a educação exerceria um papel fundamental na consolidação de uma nova ordem.

Para Teresinha Rosa Cruz, autora de *Uma experiência de educação Interrompida – CIEM-UnB – 1964-1971*, Darcy Ribeiro, José Aloísio Aragão, Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira tinham consciência de propor

um colégio que, seguramente, iria perpassar o projeto da Universidade de Brasília, dando suporte à implantação de uma nova concepção de educação superior. Para aqueles educadores, segundo a autora, o CIEM deveria estar intimamente relacionado à Faculdade de Educação da UnB, com o propósito de funcionar como um verdadeiro centro de experimentação de educação média, com novas aberturas pedagógicas, objetivando formar um outro tipo de estudante, no qual os conceitos de inter e transdisciplinaridade e o aprendizado centrado na relação aluno-professor estavam dentro das propostas adotadas por docentes, estudantes e a comunidade escolar. Assim, os princípios pedagógicos do CIEM emanavam de um novo conceito de relação pedagógica e se materializavam em novos padrões de desempenho e de avaliação dos estudantes.

O CIEM foi criado, de acordo com a Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com o propósito de explorar toda a sua amplitude em termos de regime e currículo, tendo como finalidades, definida pelo seu primeiro diretor José Aloisio Aragão, no documento intitulado “Planejamento do Trabalho Anual”:

> criar e divulgar novos modelos de ensino médio multiplicáveis em qualquer ponto do país onde haja razoáveis condições de funcionamento de uma escola desse nível.
>
> ministrar a seus alunos uma educação média de excelente qualidade, dentro dos mais avançados padrões nacionais e internacionais.
>
> funcionar como centro de experimentação e demonstração da Faculdade de Educação da UnB.
>
> contribuir para o aperfeiçoamento do ensino médio da Capital da República, na região e em todo o país, através da divulgação das experiências pedagógicas que se realizar.

Não era o CIEM uma escola experimental, mas um centro de experimentação e demonstração, com vistas a inovar, não apenas em métodos e técnicas de ensino médio, mas também em sistemas organizacionais e administrativo-pedagógicos.

O educador José Aloísio Aragão foi o responsável quase absoluto pelo desenvolvimento da linha de ação proposta para a criação do CIEM, e plenamente aceito pelo corpo docente. Cearense, de Ipueiras, formado em Letras Clássicas, com doutorado pela Universidade de São Paulo, católico, com sólidas convicções humanísticas, que dirigiram suas ações como homem e suas experiências como profissional. Para melhor compreender o seu humanismo na educação, ou seja, sua filosofia de vida em ação, são apresentados, a seguir, parte de documentos básicos do CIEM, escritos por ele, apresentados em seminários gerais de professores, podendo-se entender e compreender como o colégio foi idealizado e qual a principiologia que o norteou.

> Escola de Vida, de Trabalho e de Amor (1966).
>
> Por ser uma comunidade onde todos se empenham numa obra de educação (obra que exige muita fé, muita paciência e seriedade), toda escola deve ser uma comunidade de amor. E há muito o que amar numa escola: jovens estudantes, possuidores de um imenso potencial de generosidade, entregues aos nossos cuidados por desígnios eternos da providência; professores que a mão de Deus colocou perto de nós para trabalharmos juntos

e para juntos participarmos das mesmas angústias e das mesmas esperanças; funcionários das mais diversas procedências, todos desejos de se realizarem em plenitude como seres humanos".

Há o humanismo cristão, que realça sobretudo o valor do homem como pessoa, isto é, como princípio autônomo e individual de consciência e responsabilidade, aberto à plenitude do ser e ultimamente orientado para Deus (...). Quando afirmamos que o homem é um fim e nunca meio, queremos dizer, antes de tudo, que o homem, a pessoa, representa um valor, isto é, um ser agradável, amável em si mesmo e por si mesmo (...) O homem nunca pode ser considerado como meio para outro fim. Ele é valor absoluto. O que não significa que ele seja valor último ou absoluto.

Cada pessoa é digna do nosso melhor respeito. Pois cada um de nós é um mundo. Cada um tem sua vocação e os seus ideais. Cada um representa o fruto de um pensamento criador de Deus.

E todas essas pessoas, quanta capacidade de amar, quanta dose de generosidade, de bondade e de lealdade, quanto desejo de servir, quanta fidelidade a princípios e ideais e também quantos defeitos que poderíamos ajudar a corrigir, quantas falhas que o nosso amor poderia fazer sanar. Tudo isso oferece um imenso quadro de beleza humana a que só muita cegueira de coração não poderia deixar insensíveis.

Cada efeito, toda e qualquer educação, sabemo-lo hoje, é fundamentalmente técnica, embora tenha e deva ter sempre seus aspectos científicos, literários e estéticos. Daí, também a impropriedade de conceito restrito de educação humanística, que herdamos da Idade Média. Como só existia, outrora, a educação literária, considerávamos a educação científica ou técnica como formas à parte, mecânicas e limitadas de educação, sem harmonia e o sentido integrado da educação literária. Hoje, toda a educação de ser essencialmente técnica, com o enriquecimento do aspecto científico, quando pudermos ensinar o fundamento teórico da técnica e do aspecto literário o estético, quando ensinamos também o sentido humano das técnicas e lhe acrescentarmos essa dimensão imaginativa.

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que uma criatura harmoniosamente desenvolvida (...) É preciso, enfim, tendo em vista uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem.

A classe é um patrimônio da turma e de cada componente dela. E a classe, em primeiro lugar, são os alunos que formam uma pequena sociedade. Valorizar o nome dessa sociedade mirim, através da atuação pessoal, nos estudos, no cumprimento das normas regimentais da

escola, na relação com os professores e com os colegas de outras turmas, na participação em todos os momentos da vida do estabelecimento. Em segundo lugar, há o patrimônio da classe. (...). É preciso que cada estudante compreenda que é um usuário daquele patrimônio, patrimônio que lhe cumpre zelar carinhosamente e o entrar enriquecido às novas turmas que dele se beneficiarão.

Aluno é para nós, alguém a quem amamos. Muito longe de ser um simples número nos assentamentos escolares, ele é um ser humano, criado por Deus, portadores de uma destinação eterna, com vocação a realizar e um ideal a conquista. Um ser original, único, insubstituível, igual a quem nunca houve alguém antes e nunca haverá ninguém depois.

Comunidade onde centenas de pessoas realizam juntos um trabalho que visa os mesmos objetivos e que se norteia pelos mesmos princípios, onde passam lado a lado as melhores horas dos nossos dias, dedicados a uma tarefa comum – a escola é uma comunidade de vida e de trabalho e como tal deve ser considerada por todos os que dela participam.

Não adianta, em qualquer escola, esperar que a cultura, a bondade, o senso de dever e a retidão de consciência de cada educador seja suficiente para operar o prodígio de sua comunhão de ideais, se essa comunhão não é intencionalmente buscada, encontrada e nutrida.

Uma das mais importantes conclusões a que chegamos em anos de experiência pedagógica à frente de escolas-laboratórios: a de que a força de uma principiologia comum, unificando propósitos e evitando dispersão de esforços, é a mais poderosa motivação para o estacionamento de amenas e fecundas relações interpessoais.

O princípio de respeito pela pessoa humana não é patrimônio do CIEM. Ele tem varado os séculos com outras formas. Ele nasceu em todas as partes e é núcleo de todas as doutrinas filosóficas. Cristo o batizou com o '"amai ao próximo como a vós mesmos e com o façais aos outros que quiserdes que nos façam"'.

As modernas diretrizes educativas não puderam subtrair-se à inveterada tendência de conferir primazia às faculdades mentais. A julgar pelo conteúdo dos programas oficiais de ensino, os valores do sentimento continuam relegados a plano secundário, como se realmente o cérebro, que elabora a teoria, devesse viver divorciado do coração, que inspira a prática. Pertence à história de todos os povos civilizados a experiência decorrente desse injustificável separatismo: destrutiva e má é a inteligência sem sentimentos, perniciosa e vã é a cultura sem amor.

O pensamento é que deve usar a língua. O verdadeiro professor de português deveria ser um ´professor de pensamento´. Cuide-se de desenvolver o pensamento, o vocabulário, a compreensão, o poder de análise e síntese; penetre-se fundo no comentário dos textos, nas meditações dos grandes escritores, que a linguagem irá acompanhando, implicitamente, este trabalho de maturação intelectual, vez que a linguagem é instrumento do pensamento"

> A mais grave tarefa do professor é elaborar os INSTRUMENTOS DE TRABALHO. Como os livros didáticos são imprestáveis, para isso (...) o melhor mesmo é fazer monografias com ampla bibliografia para os alunos trabalharem a parir delas.

De acordo com Teresinha Rosa Cruz, "a concepção da Faculdade de Educação na estrutura da UnB, as ideias propostas, demonstravam a intenção de Darcy Ribeiro e seus colaboradores em criar uma Faculdade de Educação que fosse o centro propulsor da qualidade do ensino na nova Universidade, com preocupação na qualidade da educação básica, sem a qual não seria possível promover um ensino superior de alto nível e, consequentemente, o avanço na produção e transmissão do conhecimento".

Continuando, a autora afirma que "o objetivo era integrar os três graus de ensino, tanto dentro quanto fora da UnB, junto ao Sistema de Educação do Distrito Federal, envolvendo unidades universitárias que deveriam preparar professores para as diversas modalidades de educação média e primária, sob a coordenação da Faculdade de Educação, quanto aos princípios e métodos de ensino".

A educadora conclui que "o CIEM havia nascido antes da Faculdade de Educação. Surgiu pelo Ato de Designação Administrativa nº 4/63, por meio do qual o reitor, Professor Darcy Ribeiro, designa o professor Heli Menegali para exercer as funções de coordenador geral do Centro Integrado de Ensino Médio, instalado em cumprimento ao determinado pela Resolução XXIX, do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, e assinada por Frei Mateus Rocha". A Faculdade de Educação teve seus primeiros ensaios em 1966, sob gestão do reitor Laerte Ramos de Carvalho, e foi reconhecida em 1972, quando o reitor era Amadeu Cury.

Na concepção de Darcy Ribeiro, a principal razão da criação do CIEM veio em decorrência de suas aspirações de transformar a UnB em uma grande Faculdade de Educação, razão pela qual era fundamental criar os meios para que toda a Universidade se preocupasse com a formação de professores para todos os graus de ensino. O sonho de Darcy era um novo país renascendo do Planalto Central através da educação.

O CIEM, de acordo com Teresinha Rosa Cruz, teria surgido como medida de emergência, tendo em vista a necessidade de colocar na Universidade alunos com capacidade de atender aos anseios de um ensino superior de qualidade e de corrigir os desvios de conhecimento dos recém-ingressados na Universidade, via vestibular.

Era início de 1964 e ainda não havia sido dado o golpe militar ao governo democrático do Presidente João Goulart. Naquele ano, o estudante Aylê-Salassié Quintão criou um jornal, denominado *CIEM-te*, passando para os alunos informações acerca de fatos ocorridos no CIEM e na UnB, além de diversos assuntos educacionais e políticos, transformando-se em um instrumento importante para aqueles que desejavam ler e escrever crônicas, poesias, cinema, música e principalmente política. Para Aylê lhe era ainda um treinamento profissionalizante, pois ele iria fazer vestibular para Jornalismo. O jornal terminou por contribuir para gerar uma organização dos estudantes, resultando nas eleições do Grêmio Estudantil. Cláudio Almeida foi indicado para se candidatar à Presidência do Grêmio, de acordo com o Aylê, "por ser um sujeito sempre presente nas nossas discussões, simpático e discreto, de bom senso e (que) não atropelava ninguém".

Após o mês de abril, eram poucas as pessoas que se apresentavam como direitistas, mas sempre havia os satisfeitos com a Ditadura Militar instalada no país. O candidato da direita era Marcos Arruda, alto, forte, paraibano, de discurso empolgante e inflamado. Cláudio foi

eleito com boa margem de votos, formando sua Diretoria, com vários Departamentos. Os estudantes ganhavam autonomia e começavam a incomodar a Direção do Estabelecimento e, consequentemente, Direção da UnB.

Os contatos com a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), através do seu então presidente, Tadeu Gama, eram frequentes. Vários grupos políticos se formavam. Entre eles, a Ação Popular, o Partido Comunista, a Política Operária, o Partido Comunista do Brasil. Nessa época, Cláudio Almeida já se identificava com o grupo denominado Ação Popular (AP), iniciando uma romaria de reuniões, distribuindo documentos e convocando os alunos para participar das Assembleias Gerais, no CIEM e também na UnB. Tendo Honestino como companheiro de sala, Cláudio Almeida iniciou um trabalho, no sentido de levá-lo para a AP, visto que Honestino já se destacava nos debates estudantis, sempre apresentando teses avançadas. Mas o golpe de 1º de abril não iria permitir que uma instituição de ensino, associada à Universidade de Brasília, se transformasse num estopim de movimentos então considerados subversivos.

O Diretor do CIEM, Professor José Aloísio Aragão, e seu vice, padre Marconi Freire Montezuma, convocaram a Diretoria do Grêmio para uma reunião. Estavam presentes, além dos alunos, professores e pessoas até então desconhecidas. O recado era direto: o Grêmio deveria ser extinto. Houve muita mobilização por parte de todo corpo discente, havendo inclusive pressão por parte da FEUB. Sob protestos e lamentações, o Grêmio encerrou suas atividades e o Jornal *CIEM-te* foi proibido de circular. No final do ano, todos prestaram vestibular para suas áreas e passaram a viver um novo momento político estudantil. O clima era muito tenso em 1965. A Universidade acabara de passar por um de seus momentos mais tristes, com a demissão de mais de 200 professores, em solidariedade a um grupo de mestres sumariamente destituídos da instituição pelo crime de pensar. Os professores do CIEM também começaram a ser fiscalizados e perseguidos pelo regime militar, conforme comprovação de documento do Arquivo Público Nacional:

> Confidencial (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES Agência Brasília, DF, 29 JUN 1970 OFÍCIO PB 26 2 /ABSB/SNI/70 (ss.19/031) Do Cel Ch ABSB/SNI Ao Magnífico Reitor da UnB Assunto: Relação de Professores. A fim de atualizar os registros disponíveis, com vistas, em particular, a acompanhar as atividades de elementos subversivos que vêm tentando conduzir os jovens secundaristas para as ideologias e grupos de esquerda, enc areço sua valiosa e indispensável colaboração de V. Magnificência, no sentido de nos ser fornecida, com a urgência possível, a relação dos professores do Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM)- Cel. Luciano Salgado Campos – CHEFE ABSB – SNI

Posteriormente, o então vice-Reitor da UnB, José Carlos Azevedo, exercendo suas prerrogativas ditadas pela Ditadura, responde:

> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA GABINETE DO REITOR Of. FUB-C-019/70 Brasília, 19 de julho de 1970 Senhor Coronel: Em atenção ao OFÍCIO PB n9 262/ABSB/SNI/70, de 29 de junho p.p.f encaminho em anexo trinta e nove cópias das fichas dos seguintes Professores lotados no CIEM: 1. ALACIEL FRANKLIN DE ALMEIDA 2. ARLINDO MARTINS RAPOSO 3. ANTÔNIO CARLOS GABRIELLI 4. BELA SZANIECKI PERRET SERPA 5. PELZA LOPES DA SILVA 6. EDA COUTINHO BARBOSA 7. EDNA FRANCISCHETTI FERREIRA PIZA 8. EDSON GUIDUCCI 9. FRANCISCO DE ASSIS TRINDADE BELEZA 10. FERNANDO FERREIRA PIZA 11.

> FLAVIO QUIXADÃ LINHARES 12. FRANCISCO ALCILONE ARAGAO 13. HELIOMAR LUCENA DE ARAÚJO 14. HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA 15. IRENE MARIA CASTILHO FLORES DA CUNHA. Colocando-me ao inteiro dispor de Vossa Senhoria para prestar qualquer esclarecimento complementar que se fizer necessário, aproveito para reiterar minhas expressões de elevada estima e distinguida consideração. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO Vice-Reitor, no exercício da Reitoria.

Vários professores seriam posteriormente excluídos do quadro docente do CIEM. No ano de 1965, a seleção para o ingresso de estudantes no CIEM seria para os três anos do Curso Científico, porém, havendo restrição a certos alunos que exerciam atividades político/estudantis no Colégio Elefante Branco. O corpo discente, então, havia se fortalecido. Em depoimento a essa Comissão, os ex-alunos do CIEM Hélio Doyle e Álvaro Lins relataram suas experiências ali vividas. Vieram também do Colégio Elefante Branco, onde já exerciam atividade política em grupos políticos – Membros da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil. Ressuscitaram o Grêmio Estudantil e fizeram a eleição. Hélio era o candidato da esquerda, sendo o ex-Presidente da República, Fernando Collor de Melo, candidato da direita. Por incrível que pareça, a vitória de Hélio Doyle foi apertada. Integrantes do Grêmio estudantil, incluindo Doyle e outros 27 alunos, foram expulsos do estabelecimento por apoiarem uma aluna que tinha sido expulsa do CIEM, Hileana Menezes Carneiro, o que gerou uma grande crise institucional na Universidade de Brasília. Após uma grande mobilização estudantil e nos meios políticos do Congresso Nacional, todos foram reintegrados, fazendo provas em casa. Mas até essa solução salomônica foi precedida por uma crise que a seguir será demonstrada, por documentos existentes no Arquivo Público Nacional.

A expulsão de Hileana levou os alunos do estabelecimento a uma grande mobilização. Convocados os estudantes a uma assembleia, ficou decidida uma greve, que não foi bem recebida, principalmente, pelos discentes do 3º ano que fariam vestibular naquele ano. Resultando no documento a seguir apresentado.

> COMUNICADO AOS COLEGAS Na Assembleia Geral, realizada ontem à tarde, no auditório “Dois Candangos”, uma das propostas apresentadas, foi aprovada por maioria esmagadora dos membros do GECIEM. A proposta determinava a ausência dos alunos nas atividades letivas do dia de hoje (26/10). Entretanto pela manhã, 30 colegas de 3º ano, acompanhados de 10 colegas do 2º e do 1º, compareceram às aulas. Ao mesmo tempo, surgiu um comunicado dizendo que os “ESTUDANTES DEMOCRATAS” não acatariam a decisão da maioria, e que viriam às aulas. Lançamos aqui um apelo à consciência dos colegas que se deixaram levar por uma minoria insignificante, que tenta nos desunir numa hora de luta, onde é imprescindível a UNIÃO, Aos colegas do 3º ano esperamos que o vestibular não seja uma arma de coação para os seus interesses individuais.

A desunião no CIEM não era apenas do corpo discente, já se sentindo descontentamento, por parte de alguns professores e, principalmente, do seu vice-Diretor, padre Montezuma, conforme ofício dirigido ao Reitor da UnB a seguir:

> Magnífico Sr. Reitor, Apresento abaixo uma série de informações a respeito da estrutura administrativa e educacional do Centro Integrado de Ensino Médio da Uni-

versidade de Brasília. Isso faço na esperança de contar com Vossa Magnificência no processo de expurgo dos entraves do funcionamento daquele Centro. Como é do conhecimento de Vossa ‘Magnificência, o CIEM é um departamento altamente oneroso para a UnB.

Quanto ao caráter pessoal dos principais membros, basta atentar para poucos fatos. Por exemplo, prof. Aragão (aliás, muito simpático) obteve há cerca, de um ano para aquisição, através da Universidade, um apartamento. Pois bem, o mesmo está alugado a terceiro, enquanto o prof. Aragão conseguiu outra habitação que a Universidade paga elevado aluguel. Já o Pe. Montezuma não foi menos esperto. Conseguira por aquela ocasião (sendo que muitos professores foram prejudicados) um apartamento também. O Pe. Montezuma vendeu o referido - apartamento por NCr$ 5.000,00 a outro prof. do estabelecimento - de nome Aloísio (Equipe de Física). Atualmente, o “padre” reside num dos apartamentos do CIEM, mas está aguardando outra casa da Universidade.

Pelo relato apresentado, pode Vossa Magnificência perceber o clima moral e intelectual que existe no CIEM. Os professores que não fazem parte da “panelinha” vivem angustiados pelo fantasma da não renovação do contrato de trabalho, sendo os mesmos constantemente ameaçados disso caso discordem dos métodos da direção do CIEM, como o recente caso das assinaturas dos “atos presentes, passados e futuros” (de triste memória). Servem também estas breves informações para advertir Vossa Magnificência do perigo de contar com certas pessoas no andamento da UnB. Cuidado, pois, com lobos em peles de ovelha.

Certo de que Vossa Magnificência saberá sanear o Centro Integrado de Ensino Médio da UnB, pondo fim aos abusos que ali existem, aproveito o ensejo para desejar-lhe uma gestão profícua e redentora. Atenciosamente”. (assinatura ilegível).

Em documento dos alunos do CIEM, dirigido ao Reitor da Universidade de Brasília, os alunos buscaram uma intermediação à expulsão dos 28 colegas listados.

Reunidos em Assembléia Geral, deliberaram apelar, muito respeitosamente, por intermédio da Comissão que esta subscreve, a direção do Estabelecimento (...) e a Vossa Magnificência objetivando o reexame da situação criada com o desligamento de 28 (vinte e oito) alunos e da conclusão ao período letivo, ainda este ano. Fundamentam o presente pedido nos próprios princípios pregados pelos mestres e vividos pelos – alunos.

Em comunicação direta com a Direção do CIEM, assim se manifestaram os estudantes:

Considerando que o CIEM é uma experiência única que se faz no Brasil, no sentido de elevar o nível de nosso ensino médio; Considerando que desta experiência muito se poderá aproveitar para a verdadeira melhoria deste ensino; Considerando que o CIEM foi fundado e mantido dentro de uma mentalidade de ensino completamente inovadora; Considerando que o fracasso desta

> experiência redundará, certamente, na vitória do ensino tradicional, com visível prejuízo para o aperfeiçoamento do ensino secundário; Considerando a necessidade de prosseguir na realização do sistema educacional em absoluto respeito aos princípios de autoridade e disciplina; Considerando que o episódio dos últimos tempos foi produto da peculiaridade do método de trabalho e de vida do CIEM, e que as distorções havidas, são compreensíveis e reparáveis, face à conduta dos alunos atingidos, em toda a sua vida escolar passada, dentro e fora do CIEM; Considerando a posição especial em que se encontrava a maioria dos atingidos, membros do Conselho de Representantes, agindo em decorrência de decisões das Assembleias, com a presença da maioria dos alunos, a Comissão abaixo assinada, devidamente credenciada pela Assembléia Geral dos alunos, vem solicitar a V. Excia. e demais responsáveis pela direção do CIEM, se dignem reexaminar a situação criada com a exclusão de 28 alunos deste estabelecimento, e a possibilidade de conclusão do presente período letivo ainda neste ano.

Foi a seguinte a resposta da direção do CIEM:

> A Direção de Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) comunica aos alunos desta escola, afim de esclarecer definitivamente quaisquer dúvidas: a) que, tendo havido paralisação das atividades escolares do CIEM, durante algumas semanas, por iniciativa e sob a responsabilidade da Direção, NENHUM ALUNO PODERÁ SOFRER QUALQUER PREJUÍZO, quer nos registros de sua freqüência, quer na atribuição de suas menções, quer ainda na determinação de seu percentual de faltas, em virtude da referida paralisação; b) que, em razão disso, a Direção está determinando o exame das situações individuais dos alunos deficitários, a fim de dar a cada caso a solução adequada, de acordo com a legislação e normas pertinentes à matéria Brasília , 7 de dezembro de 1967". José Aloisio Aragão, Diretor.

O Diretor do CIEM, Aloísio Aragão, já sofria uma campanha difamatória, por parte de alguns professores e, principalmente, pelo Diretor Executivo, Sávio Luiz Ferreira das Neves, que fez denúncias sem qualquer sustentação, relacionadas ao regime de tempo integral optado pelo professor, conforme documentos agora conhecidos e mostrados a seguir. "Concluindo: Nessas condições, se de acordo Vossa Magnificência, propomos que o assunto seja levado ao judicioso exame do Doutor Consultor Jurídico, com a sugestão de que seja o referido professor convidado a reembolsar a esta Universidade tudo que recebeu irregularmente. Como se vê, tanto em relação às normas da UnB quanto à legislação federal (dedicação exclusiva), parece-nos totalmente ilegal e irregular a situação do Prof. José Aloísio Aragão".

O então reitor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, complementa seu salário em mais 50%, reconhecendo a argumentação apresentada pelo Professor Aragão, em relação à dedicação exclusiva questionada, conforme Instrução 22 de 1966, e que a designação para a Coordenação do Ensino Médio do Distrito Federal não prejudica àquela vinculação ao regime de dedicação exclusiva, colocando por terra toda aquela campanha difamatória.

> De acordo com documentos do DSI, do Ministério da Educação, no período compreendido entre dezembro de 1968 e 20 de fevereiro de 1969, vários professores foram demitidos da UnB. Os motivos que determinaram essas

> demissões foram vários, entre eles, sua posição ideológica, a má qualidade do ensino, ociosidade, acumulação indevida de cargos, corrupção etc. Entre os demitidos, estava RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS, professor do Departamento de Musica. CONFIDENCIAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES PEDIDO DE BUSCA 315/SI/Ol/DSI/MEC/71 (16/JUL/71).

Da mesma forma, também o Professor LUIZ EURICO MOREIRA foi dispensado, por autorização do Senhor Vice-Reitor, em 20 de fevereiro de 1971. O motivo da dispensa alegado foi de ordem técnica, mas o epigrafado não goza de "bom conceito junto à Administração da Universidade. Professor da UnB, responsável pela cadeira de Paleontologia; considerado comunista inteligente, possuindo registros como elemento de grande ação doutrinadora. PEDIDO DE INFORMAÇÃO N» 235/SI/03/DSI/MEBC/71.DSI/MEC.".

Honestino Monteiro Guimarães, então Presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), já desempenhava uma efetiva liderança na Universidade, onde ingressara, passando em primeiro lugar geral do vestibular, para o curso de Geologia. Fez carreira política rapidamente, estreitando suas relações políticas com as lideranças políticas do CIEM e de outras instituições de ensino da Capital Federal. A seguir, documento apreendido pelo SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, acerca das atividades exercidas na UnB, pelo então Presidente da FEUB.

> AGÊNCIA DE BRASÍLIA INFORMAÇÃO N.° ABSB/19.6.7.. (S.S.1 9 - 102) 18 Dez 67 Atividades da FEUB Nossos Informes: 028 e 035, e Informações: 058, 072, 077 161, 189, 203, 290, 295, 318 e 350, tudo referente a 1967 CH/SNI - SNI/ARJ - 2a.Sec/EMR/11ª RM 1.
>
> A Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), órgão ilegal face ao Dec. 228, de 28 Fev 67, continua em franca atividade na UnB. O atual Presidente, H0NESTIN0 MONTEIRO GUIMARÃES, indiciado ultimamente no IPM que apurou as atividades da AP, em ITAUÇU-G0, tem procurado dinamizar a atuação subversiva do órgão estudantil, como passaremos a demonstrar: a) Procurando agravar a crise do CIEM O anexo "1" mostra o manifesto da FEUB, de 26 Out 67, no seu parágrafo 3 procurava identificar a crise, que era de âmbito disciplinar, com o quadro de luta que a Subversão apontou para os estudantes brasileiros e aceito pela FEUB; no parágrafo 2, tentava criar a repulsa dos alunos do Centro Integrado contra seus professores e, no parágrafo 4, estimulava os alunos a se unirem e a fazerem um movimento, já que até então não havia movimento organizado. Os estudantes do CIEM explicam a crise, como se pode constatar no anexo 2, por motivos diferentes daqueles que a FEUB quer atribuir.

Naquele momento, Honestino já exercia uma liderança inconteste também junto aos Diretórios Acadêmicos da UnB. O documento a seguir, igualmente apreendido pelo SNI, é um demonstrativo dessa assertiva:

> AOS COLEGAS DO CIEM E DE BRASÍLIA no momento em que nós, estudantes da UNIVERSIDADE DE BRASILIA continuamos nossa luta contra a arbitrariedade, que hoje se fazem características de um estado amplo de coisas, por entendermos o que significa CULTURA para

um povo e todas as suas raízes e consequências em um processo de transformação. CONSIDERANDO, não só os últimos, mas como todos os acontecimentos que envolvem o CENTRO INTEGRADO DE ENSIN0 MÉDIO, CIEM, e os seus estudantes, vimos aos mesmos para: 1- prestar nosso irrestrito e total apoio às atitudes que os colegas tomaram ato o momento, em todo o seu processo de luta, em defesa do patrimônio cultural que representa o CIEM, tentativa de experiência de ensino em padrões nacionais, e, da convivência assim como pretendeu ser a própria UnB, 2 – manifestar nosso repúdio às falsas autoridade e pseudo-educadores, instrumentos da tentativa de sufocação dos resquícios de liberdade do expressão e pensamento da juventude, que sem dúvida toma agora a consciência exata dos problemas do país, que dirigirá brevemente e de cuja vida não pode se omitir hoje, 3 – identificar-nos com sua luta, pois ela é única em todo o país, em todos os setores da população, uma vez que são as mesmas as suas causas, ou seja, a entrega do nossa cultura em troca de imposições ideológicas estranhas ao desenvolvimento histórico do nosso povo, e que na realidade, constitui outro sustentáculo da dominação econômica a que estamos submetidos, 4- demonstrar aos colegas nossa plena confiança na CONSISTÊNCIA E UNIDADE do seu movimento e a certeza das vitórias que poderão advir do mesmo, uma voz que ele representa, concretamente a fidelidade àquilo que é verdadeiro e fundamental papel dos estudantes na luta ampla de todo o povo brasileiro; Brasília, 26 de outubro de 1967 FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA". SUBSCREVEM TODOS OS DIRETORIOS ACADÊMICOS da UnB.

Assim, se posicionou o Conselho de Representantes do GECIEM (Grêmio Estudantil do Centro Integrado de Ensino Médio), em relação à crise reinante no CIEM:

> Queremos: Conhecer os estatutos ou o Regimento Interno do CIEM. A continuação do diálogo com a participação de professores e alunos. Adotar novo critério de menção desvinculada de faltas. Participação do corpo discente, através do Conselho de Representantes, em qualquer medida de caráter punitivo tomada contra os alunos desta Casa. Que seja posta em prática por parte da direção e dos alunos a liberdade com responsabilidade. Que exista a auto-disciplina. Não queremos nem admitiremos coações ou expulsões sumarias ou ameaças.

O estudante Hélio Doyle, em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, relatou as perseguições e os constrangimentos, vividos como aluno de Comunicação na Universidade de Brasília, provocados pelo então vice-reitor, José Carlos Azevedo. Para ele, Azevedo contava com eficiente sistema de informação a seu serviço. Conhecia detalhadamente a vida de cada estudante envolvido nos movimentos políticos da Universidade. Com a instauração do AI-5 em 1968, o movimento estudantil foi ainda mais perseguido. Hélio foi preso seis vezes. Para ele, o fato de ser filho de importante autoridade do judiciário federal o salvou da tortura. Lembra que, na terceira vez em que foi preso, foi entregue ao Exército, por agentes da Polícia Federal. O descuido dos policiais em não encapuzá-lo o livrou de ser torturado. Pôde identificar o prédio do antigo Ministério da Guerra, atual Comando do Exército na Esplanada dos Ministérios. Disse que, no local, as salas tinham isolamento acústico e espelhos falsos. O depoimento reforça a suspeita de Paulo Speller e Romário Schettino, ex-alunos da UnB, que também declararam à Comissão que a ditadura militar teria usado prédios públicos para as práticas de tortura.

Álvaro Lins ingressou na UnB em 1968, para o curso de Química. Em outubro do mesmo ano, foi preso e torturado. Posteriormente jubilado, em 1969, quando entrou para a clandestinidade, atuando no meio operariado com carteira de identidade falsa. No Rio de Janeiro, onde também esteve, mantinha encontros sistemáticos com Honestino Guimarães, já na clandestinidade.

Assim, se expressou o Reitor Caio Benjamim Dias em relação a Álvaro. "Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que o egrégio Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, em sessão de 26 de setembro de 1968, decidiu, aprovando parecer da Comissão de Sindicância instituída pelo Ato da Reitoria aplicar-lhe a pena de advertência por escrito, cominada no Artigo 85, inciso I, do Regimento Disciplinar aprovado pelo mesmo Conselho em sessão de 11 de julho de 1967. Tal preceito configura a perturbação da ordem interna no recinto de qualquer órgão da Universidade, com prejuízo da realização de atos escolares".

O trabalho exercido por Honestino Monteiro Guimarães, na Presidência da FEUB, não se restringia exclusivamente à política nacional, procurando conscientizar, os estudantes do CIEM e da UnB, em relação às demandas políticas internacionais, conforme a seguir é registrado, em Carta Político-Programática, à eleição em Congresso, do Presidente da União Nacional dos Estudantes – Luiz Travassos, da Ação Popular, em 1967, e o Programa de Luta da Instituição, contra a Ditadura Civil/Militar instalada no País.

> DO XXIX CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 400 representantes de 18 estados e do Distrito Federal - eleita Diretoria; Presidente - Luis Travassos - e mais: 2 de São Paulo, 2 da Guanabara, 2 de Minas Gerais e um de Pernambuco e um do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL. Traço característico é luta de libertação nacional. Os golpes de Estado em Gana, Indonésia, Argentina e Brasil, a invasão da República Dominicana, guerra contra o heroico povo do Vietnam são as tentativas extremas de manter, pela força, um sistema econômico que promove o lucro de alguns às custas da exploração de muitos. O papel do movimento estudantil brasileiro frente a isso é organizar-se em entidade nacionais e internacionais e engajar-se nas fileiras de luta dos povos oprimidos contra a penetração e dominação imperialista. Entendemos assim que os organismos estudantis são instrumentos da luta anti-imperialista. Condenados por isso às posições conciliadoras da União Internacional dos Estudantes (UIE), transformando-se em é uma entidade internacional a serviço do imperial, sendo profundamente infiltrada e financiada pela CIA. Propomos a união de todos os estudantes ao lado dos povos oprimidos, apoio às lutas de libertação em todo o mundo. Fazemos nossa a luta do povo do Vietnam, Bolívia e todos os que hoje enfrentam, inclusive com as armas, a penetração imperialista.

SITUAÇÃO NACIONAL. O imperialismo é uma força externa que atua na realidade brasileira. A aliança dos interesses da classe dominante brasileira com o capital estrangeiro se consolidou com o golpe de abril de 64. A forma atual do imperialismo exige a readequação das estruturas econômicas, política, militar e cultural dos países dominados aos interesses do capital internacional. A crise econômica marcada pela inflação ameaçava os lucros dos que exploram o trabalho do povo. A pretensa democracia de antes de 1964 foi substituída por uma

ditadura militar e as classes populares não resistiram à ditadura porque havia sido objeto da ilusão reformista de suas lideranças. Esses acreditavam que através de reformas parciais poderia ser conseguida uma parcela do poder. Não compreendiam a necessidade de organizar independentemente o povo, pois sem nível de organização e consciência necessária, esse povo ia se colocado a reboque das classes dominantes, erro que se agravava com a perspectiva de uma frente com a burguesia brasileira, na suposição de que esta tivesse interesses contraditórios com o imperialismo, ignorando o processo de monopolização do nosso capital e consequentemente sua aliança com o capital internacional. Finalmente, o documento sugere o seguinte programa de atuação.

PROGRAMA

1) Denúncia do imperialismo, semana de solidariedade ao povo do Vietnã; denúncia da ditadura, repressão aos trabalhadores e estudantes, fechamento e intervenção sindical, luta pelo livre funcionamento da UNE, 2) Luta contra o acordo MEC-USAID, a reforma universitária da ditadura, privatização das universidades, transformações em fundações, entrega do ensino ao controle dos capitais estrangeiros. Denunciar estas medidas de adequação da universidade aos interesses do capitalismo imperialista, monopolista. A extinção da gratuidade, boicote às medidas concretas de aplicação do acordo MEC-USAID e da reforma. Pelo ensino livre e gratuito em todos os níveis. 3) Exigência de aumento de verbas para o ensino. 4) Exigência de entrada na Universidade de todos os que terminaram o curso secundário.5) Fortalecimento das executivas profissionais e sua integração com a UNE, de forma a ampliar a luta reivindicatória e promover estudo de problemas ligados ao povo. 6) Promoção de seminários nacionais e regionais, que aprofundem a luta ideológica e política dos estudantes: MEC-USAID, integração dos estudantes nas lutas dos operários e camponeses, lutas de libertação nacional, internacionalização da Amazônia. 7) Promoção de lutas conjuntas de estudantes e professores que se dispõem a toda luta anti-imperialista. 8) Promoção de lutas conjuntas de estudantes universitários e secundaristas. 9) Luta contra tentativas da ditadura de esmagar o movimento estudantil através de decretos contra a greve, da criação de entidades pelegas (decreto Aragão) e da liderança estudantil (MUDES). 10) Luta contra a militarização do ensino o contra o decreto que obriga médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários a se submeterem as Forças Armadas. São Paulo, 29 de julho de 1967 UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DO BRASIL – UNEB.

Conforme já salientado, a expulsão dos 28 alunos do CIEM teve uma dimensão explosiva na instituição, conforme documentos assinados pelo Presidente do GECIEM, mostrados a seguir:

> GECIEM CONSELHO DE REPRESENTANTES COMUNICADO A DIREÇÃO Comunicamos as decisões tomadas na Assembléia Geral de 26/10/67. a) Permanecer em Assembléia Permanente e em caráter de GREVE GERAL, até a reunião com a Direção; b) Permanecer na reunião desde que a mesma seja presidida pelo Diretor, Professor José Aluísio Aragão; c) Os Diretores do CIEM, concederão apartes e palavra a quem solicitar, assim como

estarão dispostos a responder quaisquer perguntas. d) Não permaneceremos na reunião caso não haja oportunidade de DIÁLOGO; e) Realizar a Assembléia Geral após a reunião com a Direção. Brasília, 26 de outubro de 1967" ASS. HÉLIO MARCOS PRATES DOYLE - GECIEM

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Centro Integrado de Ensino Médio GECIEM Conselho de Representantes ao Sr. Diretor do Centro Integrado de Ensino Médio Os alunos do CIEM (Centro Integrado de Ensino Médio) da UnB em Assembléia Geral, hoje, 25 de outubro, em vista das graves ocorrências, resolverem: a) Dar o prazo de 24 horas ao Diretor do CIEM para que reconsidere a expulsão de uma aluna, membro do Grêmio Estudantil do CIEM e também todas as decisões tomadas que vão contra a filosofia de nossa escola; b) Não comparecer as atividades escolares de amanhã, dia 26, mantendo-se o regime de Assembléia Geral permanente; c) Reunir-se amanhã esta Assembléia, em frente do CIEM, para que os colegas sejam informados da posição do Diretor e, caso preciso, partirmos para a greve geral. Brasília, 25 de outubro de 1967 "ASS. HISAN YOUSSEF SIMAAN Presidente do GECIEM AS. HÉLIO MARCOS PRATES DOYLE - Presidente do Conselho de Representantes.

O Diretor Adjunto do Centro Integrado de Ensino Médio recebeu dos professores do mesmo Centro a seguinte "DECLARAÇÃO":

Nós, integrantes do Corpo Docente do Centro Integrado de Ensino Médio - CIEM - numa atitude de definição clara e insofismável, declaramos e reafirmamos nossa total solidariedade a todos os atos passados, presentes e futuros praticados pelo Diretor Adjunto, Professor Padre Marconi Freire Montezuma, no exercício de suas funções, e particularmente no tocante à repressão a atitudes insolentes, recentemente assumidas por certos alunos, em gritante desrespeito a TODOS OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM ESTA CASA. Brasília, 25 de outubro de 1967. O documento a seguir espelha essa indignação da classe docente do CIEM.

Essa adesão e solidariedade dos professores foi utilizada pelo Diretor Adjunto para outras situações, o que fez com que os docentes do CIEM encaminhassem à Direção o documento apresentado a seguir:

DECLARAÇÃO - Tendo em vista a situação decorrente da expulsão de uma aluna pela Direção da Escola, firmamos um documento no qual manifestávamos nossa confiança nas atitudes dessa Direção, a fim de propiciar-lhe clima favorável a resolução daquele problema. Posteriormente, verificamos que, vieram interpretar nosso gesto como um apoio prévio a toda e qualquer atitude praticada pelo Diretor-Adjunto, Padre Marconi Freire Montezuma, o que, naturalmente, não desejamos. Finalmente, de acordo com o exposto acima, pedimos que a nossa assinatura no referido documento seja considerada como um apoio exclusivo ao caso da aluna mencionada.

A expulsão dos 28 alunos levou à formação de uma Comissão de Pais, que não aceitou as soluções paliativas apresentadas pela Direção do Estabelecimento, exigindo medidas objetivas e concretas a serem tomadas pela Direção do CIEM. A par do movimento dos pais, a Direção do CIEM criou uma comissão específica, objetivando ouvir o depoimento de cada um dos alunos expulsos.

Diante da apuração dos fatos ocorridos no educandário feita por essa comissão, a Direção do CIEM tomou as seguintes decisões:

> RESOLVE: 1 - Determinar (que) sejam expedidas as guias de transferência, por motivo de INCOMPATIBILIDADE DISCIPLINAR, dos alunos Hélio Marcos Prates Doyle, Álvaro Valdívia Salles, Álvaro Lins Cavalcanti Filho, Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, Iram Jácome Rodrigues, José Alexandre Monteiro Fortes, Ageu da Costa Ramos Neto, Mário José Delgado Assad, Múcio Botelho Viana, Ítalo Filgueiro Filho, João Eduardo de Almeida e Castro, Geraldo da Costa Manso Júnior, Antônio Carlos de Matos e Benevides, Luiz Soares Filho, Denise Pinho França de Almeida, Neyde Glória Moreira Garrido, Marusa Lima, Samuel Goldemberg, Jorge Augusto de Oliveira Vinhas, Dimer Camargo Monteiro, Luiza Maria de Azambuja Lins, Ricardo do Monte Rosa, Eduardo Augusto Setti, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Evandro Barreira Milet, Oséas Leoncy Júnior, Roberto José Gnattali e Norton Monteiro Guimarães. 2 - Advertir os alunos Hisan Youssef Simaan, e Carlos Alberto Guedes, Ageu da Costa Ramos Neto, Mário José Delgado Assad, Múcio Viana, Ítalo Filgueiro Filho, João Eduardo de Almeida e Castro, Geraldo da Costa Manso Júnior, Antônio Carlos de Matos e Benevides, Luiz Soares Filho, Denise Pinho França de Almeida, Neyde Glória Moreira Garrido, Marusa Rochadel Lima, Samuel Goldemberg, Jorge Augusto de Oliveira Vinhas, Dimer Camargo Monteiro, Luiza Maria de Azambuja Lins, Ricardo de Monte Rosa, Eduardo Augusto Setti, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Evandro Barreira Milet, Oséas Leoncy Júnior, Roberto José Gnattali e Norton Monteiro Guimarães. Brasília, 16 de novembro de 1967. /José Aloísio Aragão - Diretor – Marconi Freire Montezuma - Diretor Adjunto" (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0130).

O Diretor do CIEM, Professor Aloísio Aragão, diante da pressão da sociedade, em relação à expulsão dos 28 alunos, assim, decidiu, em comunicação ao Reitor da UnB:

> Que a Direção do CIEM não pretendeu, em nenhum momento, levar os alunos afastados a uma perda do ano letivo, pois isso configuraria a aplicação de uma dupla sanção àqueles estudantes; b) que a pura e simples reintegração dos mencionados alunos na vida comunitária do CIEM acarretar-lhes-ia, irremediavelmente, o prejuízo total para o ano que ora finda, tendo em vista que a atribuição de menções neste Centro sempre levou em conta todos os aspectos da vida escolar dos educandos, e não apenas o aspecto de integração dos conhecimentos ministrados em aula; c) que, em face de tal circunstância, a única hipótese que permitiria aos alunos a possibilidade de concluírem satisfatoriamente o ano escolar seria a de submetê-los a um regime especial, previsto em nossos regulamentos, pois só isto permitiria a aplicação de critérios, também especiais, de atribuição de menções e de créditos, sem que sejam levados em conta as suas atitudes e atos praticados nos últimos 32 dias.

E conclui o expediente: "Para maior facilidade de execução dessas instruções, solicitamos que cada um dos alunos afastados credencie, por escrito, um de seus colegas para receber os textos, exercícios, tarefas e apostilas distribuídos pelos professores e para devolvê-los aos mesmos professores após o trabalho realizado em casa pelos

alunos interessados. O expediente relativo a este credenciamento será encaminhado à Direção e deverá ser visado pelo pai (ou responsável) do aluno. Ao ensejo, renovamos a Vossa Senhoria os protestos de nosso elevado apreço e consideração. Diretor Aloísio Aragão.

Diante da situação vivida pelo CIEM, Caio Benjamim Dias, reitor da UnB, determinou o reinício das aulas do estabelecimento, fixando várias providências:

> a. Determinar o reinício dos trabalhos escolares, a fim de que todos os alunos possam satisfazer as exigências legais para efeitos de promoção ou exames finais; b) Adiar para depois do encerramento do ano letivo a expedição de guias de transferência de alunos que devam ser afastados em virtude de apuração de faltas disciplinares c) Aprovar, para efeito da execução das medidas, ora adotadas, as instruções propostas pela Direção do CIEM, no Ofício n* 397/67» de 27 do corrente, cuja cópia permanecerá anexada a este Ato; Prosseguir no exame do problema, para sua conclusão, com a brevidade que for possível. Professor CAIO BENJAMIM DIAS – Reitor.

Em 1971, o CIEM já havia chegado a um clima insuportável para os alunos e professores. Era acusado de causar problemas à Universidade, pelo sistema de educação libertária que proporcionava aos alunos. Foi também considerada uma experiência cara, para ser aplicada a uma elite de estudantes, completamente fora dos padrões educacionais brasileiros. Porém, a razão principal de seu encerramento foi que a experiência desenvolvida no CIEM propiciava uma educação para a consciência política, o que não convinha à ditadura militar. Por ter tido Honestino Guimarães, um de seus alunos da primeira turma (1964), a escola foi considerada uma fábrica de subversivos.

O Reitor Caio Benjamim Dias submetia-se às determinações militares, fazendo constantes consultas ao SNI para a contratação de professores, conforme documento a seguir:

> Of. FUB-C N 01/71. Excelentíssimo Senhor General DIÔSCORO GONÇALVES DO VALE MD. Comandante Militar do Planalto e da 11a. Região Militar.

Paralelamente, seu Vice-Reitor manipulava o ingresso de estudantes na UnB, conforme documento endereçado ao MEC.

> Of. FUB-C-0 3/71 Brasília, 03 de fevereiro de 1971. CONFIDENCIAL Senhor Diretor: Com referência ao OF CONF N9 50/SI/DSIEC/71, de 29 de janeiro p.p.» comunico a Vossa Senhoria que foi autorizada matrícula ao Sr. LENINE BUENO MONTEIRO nesta Universidade, como aluno especial. Aproveito a oportunidade, para renovar a Vossa Senhoria minhas expressões de elevada estima e distinta consideração. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

O próprio irmão de Honestino Monteiro Guimarães e outros exsecundaristas foram impedidos de ingressar na UnB, apesar de terem sido aprovados em vestibular, conforme documentos abaixo:

> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Of. APAE/UNB 004/71 Brasília, 02 de abril de 1971, Senhor Diretor Em atenção ao OP CONF. N« 155/3l/DSI/MEC/71. Transmito a Vossa Senho-

> ria as seguintes informações: LUIZ CARLOS MONTEIRO GUIMARÃES, Residências SQN 405/6, bloco 34» apto. 304, nesta, Pai: BENEDITO MONTEIRO GUIMARÃES Mãe: MARIA ROSA LEITE GUIMARÃES Registro Geral - D.P.F. - n« 136.430 Certificado Militar n« 906.430 Título Eleitoral i n« 098.773/DF, Data do nascimento s 21.04.1949. Aprovado no concurso Vestibular de 1970, da UnB, requereu matrícula para Instituto de Ciências Sociais no Curso de Economia. A matrícula recebeu o n° 70/0881, mas foi imediatamente anulada. Coronel Pedro Vercillo – Diretor-MEC.

> O estudante IRAÊ, residente na SQN 405/6, bloco 46, apto, 301 - Nesta. Data do nascimento:04.03.1951. Local do nascimento: São Paulo — Foi aprovado no concurso Vestibular de 1971» da UnB * teve INDEFERIDO o seu pedido de matrícula, embora esta chegasse a receber o nº 70/0569. Impetrou, sem êxito, o Mandado de Segurança aludido nas informações acima, relativas a LUIZ CARLOS MONTEIRO GUIMARÃES. Não chegou a ser aluno da UnB. Joselito Eduardo Sampaio – Chefe da APAE.

Sua irmã CACI MARIA SASSI, também oriunda do CIEM, constante da relação dos 28 alunos expulsos pela direção, também teve sua inscrição indeferida.

O documento da Divisão de Segurança e Informação do MEC 50 /SI/ DSIEC/1971 do Diretor da Divisão de Segurança e Informações, ao Sr. Vice-Reitor da Universidade, comunica:

> Assunto: LENINE BUENO MONTEIRO Sr. Vice-Reitor Conforme entendimento telefônico que mantivemos, fizemos uma pesquisa em torno do nome do epigrafado, com vistas ao seu aproveitamento nessa Universidade, tendo concluído que ‘ sua conduta, durante o tempo que esteve preso e mesmo depois de libertado, dá indicações de um esforço de recuperação e desligamento das atividades subversivas. Coronel Pedro Vercillo – Diretor.

Acresce-se dizer também que além dos professores e alunos, também os funcionários da UnB eram submetidos ao crivo “NADA CONSTA”, pelas forças de segurança, conforme registros constantes do Arquivo Público. Exemplos desse procedimento estão nos documentos a seguir:

> Venho a presença de Vossa Senhoria comunicar que esta Reitoria julga inconveniente o retorno de RÉGIS BARBOSA à comunidade Universitária da UnB, em vista do seu procedimento, de caráter político, enquanto a integrou. Atenciosamente, Reitor AMADEU CURY

> OF.FUB 03 de agosto/71 Brasília”. REGIS BARBOSA, concludente do 3º ano de Economia, foi desligado dessa Universidade em março de 1970, por estar respondendo a processo que corre pela 11ª. Auditoria Militar, apurando atividades inclusas na Lei de Segurança Nacional. Informamos que o referido aluno teve bom comportamento na prisão e tem procurado deixar clara a intenção de afastar-se do comunismo. Esta Divisão deixa à consideração de Vossa Magnificência a readmissão do epigrafado nessa Universidade, desde que fique sob vigilância.

Ao Senhor Diretor, Reportando-me à INFORMAÇÃO Na 355/SI/02/DSI/MEC /71 Ilustríssimo Senhor Coronel PEDRO VERCILLO Digníssimo Diretor da D3ISC Ministério da educação e Cultura - 7S andar

Senhor Comandante: Acuso o recebimento do expediente desse CMP/11ª.RM, datado de 15 de janeiro p.p., contendo cópia xerox da Informação n° 3/71/e2/4a. RM, sobre o candidato a admissão à carreira docente na UnB, Padre JOSÉ CIMINO.

Resposta:

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO X EXÉRCITO — 4ª – 11ª. RMCMP — RPB/58/70/11º/RI . ‘ Juiz de Fora-MG – 5 de janeiro/71. O Pe. Prof JOSÉ CIMINO é candidato a uma cátedra na Universidade Federal de Brasília ou outro estabelecimento de ensino nessa Capital. 2. Esta Agência diligenciando em torno de sua conduta ideológica e moral, a pedido do próprio interessado, uma vez que, lhe consta ser necessário tal providência, apurou que se trata de pessoa de conduta ilibada, nada havendo que o desabone.

Em resposta ao Of. Conf, nº 240/SI/01/DSI/71, venho comunicar a Vossa Senhoria que, até esta data, nada consta a respeito do Professor CAIO LOSSIO BOTELHO e que o mesmo deixou de pertencer ao corpo docente desta Universidade, em virtude de análise de seu “CURRICULUM VITAE visando, tão somente, as conveniências de ordem didático-cientificas.

Informamos que “nada consta” até a presente data, contra-indicando a nomeação de RAUL EUGÊNIO OLIVOS ARAVENA e MARIA CRISTINA RENDIC CAPETANÓPULOS, para exercerem atividades docentes no Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Biológicas, na Universidade de Brasília. DIFUSÃO ATUAL: Sr. Chefe de Assessoria para Assuntos Especiais/UnB.

Em Ofício do SNI

Senhor Diretor Tendo em vista o interesse da Universidade de Brasília em contratar, para cargo docente, os Professores ANTÔNIO PLÍNIO MASCARENHAS e JOSÉ REINALDO MAGALHAES, venho a presença de Vossa Senhoria solicitar se digne informar o que consta, a respeito dos mesmos, nessa data, Esclareço a Vossa Senhoria que os dados de identificação dos referidos candidatos constam dos seus respectivos currículos, anexos a esta REFERÊNCIA: of. ApAE/UnB Nº 11/71 de IO/O5/71. Joselito Eduardo Sampaio Chefe da ApAE.

Senhor Diretor, Tendo em vista o interesse desta Universidade para contratar o Professor IUURI SKIJAREVSKI, para seu Quadro Docente, solicito a Vossa Senhoria se digne informar o que consta, a respeito do mesmo, DSIEC, para que se efetive, se for o caso, a contratação.

A Sua Senhoria Coronel PEDRO VERCILLO Digníssimo Diretor da DSIEC Ministério da Educarão e Cultura - 7S andar". Em resposta: Informamos a Vossa Magnificência que "nada consta", até a presente data, contra-indicando a contratação do epigrafado para exercer o cargo DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES INFORMAÇÃO N5 l/J de professor nessa Universidade.

JOSAPHAT LAMOS MARINHO ORIGEM: DSI/MEC AVALIAÇÃO: DIFUSÃO ANTERIOR: DIFUSÃO ATUAL: Magnífico Reitor da Universidade de Brasília REFERÊNCIA: Documento protocolado sob o nº 1184/71 - UnB Informamos que existem registros desaconselhando a indicação do epigrafado para o corpo docente dessa Universidade.

Informamos a V.S3. que existem registros desaconselhando a indicação de EMERSON PIRES LEAL para professor nessa Universidade. Chefe da Assessoria para Assuntos Especiais da UnB REFERÊNCIA: 0 f . nº 001/71 - ApAE/UnB.

Informamos que "nada consta", até a presente data, contra-indicando o nome do professor VIJAY K. AGGARWAL para exercer o magistério no Departamento de Engenharia Eletrônica da Universidade de Brasília-DF.: DIFUSÃO ATUAL: Sr. Chefe da Assessoria para Assuntos Especiais da UnB REFERÊNCIA: Of. Nº 022/Ap.AE/71, de 14.07.71.

Acresce-se dizer que além dos Professores e alunos, também os técnico-administrativos da UnB eram submetidos a esse crivo "NADA CONSTA", pelas forças de segurança, conforme registros constantes do Arquivo Público:

> Senhor Diretor Tenho a honra de vir à presença de Vossa Senhoria solicitar se digne informar o que consta a respeito de D. YOLANDA MARIA BARROS SALIBA. Resposta: A referida senhora ocupa o cargo de confiança de secretária do Excelentíssimo Senhor Vice-Reitor desta Universidade. Muito agradecido e Atenciosamente, Joselito Eduardo Sampaio Chefe da ApAE". A Sua Senhoria Coronel PEDRO VERCILL0 Digníssimo Diretor da DSIEC Ministério da Educação e Cultura – 7.o Andar. Resposta: Informamos que "nada consta", até a presente data, contraindicando a nomeação de YOLAHDA MARIA BARROS SALIBA, para o cargo de Secretária do Vice-Reitor da Universidade de Brasília.

Para a Professora Teresinha Rosa Cruz, o CIEM, não os alunos, estaria promovendo uma ação subversiva, na medida em que promovia abertura de cabeças, na esperança de que aquela juventude, que estava passando por ele, fosse capaz de promover mudanças significativas em suas vidas e, consequentemente, nomeio onde fosse atuar. E complementa que, nesse sentido, "entendia a subversão, não só dos alunos, mas muito mais de nós, diretores, professores e funcionários, que esperávamos que aqueles jovens, que passaram pela escola, viessem a ser elementos de mudança em todas as áreas: social, econômica, cultural e política. O movimento político dos estudantes de Brasília não poderia, naturalmente, ser indiferente aos alunos do CIEM, vocacionados para a política.

Ao retornarem das férias, os professores são surpreendidos com o ato da Reitoria – AR 90/71, que extinguiu o cargo de diretor do CIEM. Era o dia 16 de fevereiro de 1971. Não houve movimento de protesto. Um silêncio total. Medo. Consideravam que seria inútil qualquer moção no sentido de anular o processo de fechamento daquela escola revolucionária, idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Ficou a permanente indagação: POR QUÊ? Daí a pergunta formulada por Darcy Ribeiro. "Diga-me, por que tanto ódio contra o CIEM? Eu não entendo!"

Em entrevista à Teresinha Cruz, o ex-Reitor da UnB Caio Benjamim Dias afirmou ter sido injustiçado. Quando perguntado por que o CIEM tinha sido fechado, disse: "Eu fechei o CIEM! Era uma escola muito problemática, muito cara e, por isso, não poderia servir de modelo para nenhuma escola. Além disso, estava perturbando muito minha administração". A seguir, referiu-se, sem mencionar o nome, que estava muito decepcionado com certo colaborador dele e que, por tudo isso, a UnB só o havia prejudicado. Todos sabiam que o Doutor Caio Benjamim foi mais um instrumento do que o autor verdadeiro da decisão de fechar a Escola.

PARTE I: ORGANIZAÇÃO CRONOLÓGICA

UnB, Ditadura, Resistência: periodização e cronologia das graves violações de direitos humanos na ditadura e do processo de luta contra o regime

Introdução

A Universidade de Brasília – UnB é filha dos anos 60. Quando veio à luz, nem quatro meses completos haviam transcorrido desde a grave crise política de agosto de 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o veto dos ministros militares à posse do vice, João Goulart (Jango), e a campanha da Legalidade em apoio à sucessão constitucional. Sob a coordenação de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, um importante conjunto de intelectuais esboçou as linhas mestras do que, afinal, resultou no Projeto de Lei nº 1.861/60, enviado ao Congresso Nacional em Mensagem (nº 128/60) assinada por Juscelino Kubitschek em 21 de abril de 1960, no parlatório do Palácio do Planalto, durante a inauguração de Brasília. A UnB foi criada, juntamente com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mediante a autorização legislativa da Lei nº 3.998, sancionada pelo presidente João Goulart em 15 de dezembro de 1961.

Vivia o país, naquele momento, uma peculiar conjuntura. De um lado, havia a efervescência política reformista, que crescia entre as classes trabalhadoras urbanas e rurais, estimulada por setores governamentais acossados por seguidas tentativas golpistas. De outro lado, tomava corpo um projeto autoritário, excludente e claramente conservador de sociedade, malogrado em 1954 e 1961, o qual era abraçado por lideranças empresariais, políticas e militares e que vinha ganhando cada vez mais respaldo em setores das classes médias, assustados diante da retórica mudancista.

Movimentos progressistas de viés nacionalista começavam, no plano educacional, a voltar sua atenção para um modelo inovador, representado pela UnB, em que despontava a educação laica, crítica e voltada ao enfrentamento dos graves problemas decorrentes da condição de país subdesenvolvido, como se dizia à época. Chocavam-se frontalmente com as barreiras impostas pelo conservadorismo, seja ele de base tradicionalista, do mandonismo rural, seja de corte modernizante, urbano e industrial, ambas vertentes inflamadas pelo anticomunismo da Guerra Fria, difundido sobretudo pelos Estados Unidos da América (EUA).

Tais contradições, que permeavam os mais variados aspectos da sociedade, terminaram por se resolver, provisoriamente, com o golpe de 1964 e a derrubada do governo constitucional de Goulart, a favor dessas heterogêneas forças conservadoras. A impressão de intervenção militar provisória do imediato pós-golpe, em 1964, foi paulatinamente dando lugar à permanência e ao aprofundamento do Estado de exceção, que se prolongou por mais de vinte anos.

Poucos meses depois de criada, a UnB já estava funcionando (ou melhor, algumas disciplinas de um ou outro curso), de modo improvisado, no edifício do Ministério da Saúde, no coração do Plano Piloto de Brasília. Dia 21 de abril de 1962, no Auditório Dois Candangos, foi realizada a inauguração solene do *campus* universitário, então apenas uma área de cerrado nativo em que despontavam poucas edificações baixas de alvenaria, algumas, e de madeira, outras (onde, atualmente, é a área da Faculdade de Educação e suas adjacências). Passados menos de dois anos, tropas militares e policiais invadiram a universidade e efetuaram prisões — ilegais, pois sem mandado judicial ou flagrante delito — de membros da comunidade acadêmica, inaugurando uma lamentável prática que viria a se repetir seguidas vezes ao longo das duas décadas seguintes.

Durante a ditadura (1964-1985), não apenas prisões de estudantes, professores e funcionários — prisões ostensivas e, em geral, sem amparo judicial, mas também algumas escudadas na legislação de exceção — teriam lugar em espaço tão simbólico como as instalações da UnB. Ali houve também sequestros realizados clandestinamente por forças policiais e militares, dos quais resultariam, para algumas de suas vítimas (ainda que não no ambiente acadêmico, mas em lugares próximos), sessões de espancamentos, fuzilamentos simulados e outras formas de tortura. Também não necessariamente no *campus*, mas em locais não muito distantes, severas torturas foram infligidas a moças e moços que, integrando ou não organizações políticas, opunham-se e denunciavam desmandos do regime. Sequestro, prisão e tortura, a propósito, não vitimaram apenas militantes políticos. Alcançaram também estudantes que, residindo em "repúblicas" próximas ao *campus*, supostamente personificavam a "estratégia do MCI" (Movimento Comunista Internacional) para, unindo a "licenciosidade moral", o "uso de entorpecentes" e outros "flagelos que atingem especialmente a juventude dos países em desenvolvimento", levar a cabo a "infiltração subversiva". Contra esse mal cabia ao governo "aplicar um tratamento total, em vez de perseguir meras soluções tópicas".[4]

Três daqueles inúmeros jovens que passaram pela UnB como alunos acabaram integrando a lista oficial dos chamados *desaparecidos políticos* — Paulo de Tarso Celestino da Silva, desaparecido em 1971; Honestino Monteiro Guimarães, em 1973; e Ieda Santos Delgado, em 1974. Que esse fato tem alguma relação com as ricas experiências como estudantes da UnB e a formação política de cada um deles, cada qual a seu modo, parece evidente. De sua peculiar vivência universitária constam fragmentos de histórias, relatos de familiares, amigos, contemporâneos e sobreviventes,

4 As expressões entre aspas foram extraídas da Informação nº 040/SICI/1/DSI/MEC/76, de 10/05/1976, da Divisão de Segurança e Informação do MEC, sobre "Movimento Estudantil no País", BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0059, p.3/59.

além de documentos daquele período. É imprescindível que os "arquivos sensíveis", (com informações sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura) que, apesar da Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), ainda não vieram a público sejam enfim revelados, a bem da verdade e da justiça.

A UnB, assim como tantas outras universidades, foi palco de uma rede institucionalizada de espionagem e vigilância política. Tal rede incluiu alguns funcionários, estudantes e professores que voluntariamente colaboravam com o regime, mas que era constituída sobretudo por servidores (da própria UnB, da Polícia Federal, das Forças Armadas, da Polícia Civil etc., sob disfarce ou de modo ostensivo), remunerados com recursos públicos, incumbidos de relatar o que quer que lhes parecesse indício de subversão, apontar os supostos subversivos, reprimi-los de todo modo. No âmbito da UnB, a rede praticava, entre outras violações aos direitos humanos, a violação de correspondência, comprovada documentalmente[5]. Há, até mesmo, o registro de um episódio, não solucionado pela investigação oficial, no qual discentes descobriram uma aparelhagem de escuta eletrônica clandestina no forro do teto da sala usada para reuniões estudantis.[6]

De tal controle e vigilância, como se pode comprovar na documentação remanescente dessa peculiar burocracia, resultavam recusas de contratação de professores[7] e de matrícula de estudantes[8]. Geravam, também, indicações de livros considerados inadequados à bibliografia de certas disciplinas.[9] Foram produzidos, ainda, relatórios confidenciais que posteriormente embasariam processos disciplinares e mesmo inquéritos policiais contra aqueles jovens, muitos dos quais vieram efetivamente a ser punidos, seja com medidas disciplinares que chegavam à expulsão, seja com o indiciamento na Lei de Segurança Nacional (LSN)[10]. Por fim, mas não menos significativamente, resultavam em uma atmosfera de tensão, desconfiança e medo que contaminava as relações interpessoais e distanciava enormemente a universidade do clima de debate livre e inquietação criativa, tão essenciais ao ambiente acadêmico.[11]

No plano externo, mais amplo, aquela rede teve conexões tais que, em determinadas circunstâncias, quem por ela passou trouxe, entre outras marcas indeléveis, experiências próprias ou de gente próxima, com prisão, tortura, clandestinidade, morte. Alguns, inclusive, sequer voltaram de tal passagem.

É fato que, desde o início do regime ditatorial, uma parte da comunidade acadêmica se retraiu, temerosa, omitindo-se, ou mesmo colaborou, integrando a estrutura de poder da ditadura. Não menos verdade, porém, é o fato de que outra parte a ela se opôs, de diversas maneiras, numa luta de resistência a esse estado de coisas. Alguns buscaram vias de transformação revolucionária da sociedade, outros lutaram nos marcos institucionais do regime ou em suas frestas, pelo retorno das liberdades

5 Informação ASI/UnB nº 016/76, de 05/04/1976; (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0071, p.110-114/165).

6 O caso, ocorrido em 1978, será descrito mais adiante (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199, 113p).

7 Informação AESI/UnB nº 025/75, de 16/05/1975 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0007, p.71/91).

8 Ofício Confidencial Of. FUB-C nº 05/70, de 09/04/70, do reitor Caio Benjamin Dias ao Brigadeiro Armando Troia, Diretor da Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSIEC), no qual, em relação aos estudantes José Amélio de Paula, Maria José da Conceição e Ivonette Santiago de Almeida, é explicitado o "propósito da administração de não admiti-los `a matrícula" (BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0113, p.2)

9 Info-Circular nº 09/SI/CI/DSI/MEC/71, de 12/05/1971 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0078, 2p.)

10 Veja-se, como exemplo do primeiro caso, o Relatório SPP nº 007/76, que instruiu o inquérito do Ato da Reitoria nº 076/76 concluído em julho de 1976 com a expulsão de 7 estudantes e a suspensão de 12 estudantes (por 30, 60 e até 90 dias), além do corte de bolsas, proibição de participação em qualquer curso oferecido pela UnB e vedação de sua contratação pela FUB a qualquer título. (BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0038, p.19-24). Para um exemplo do segundo caso, Nota da Superintendência Regional/DF do Departamento de Polícia Federal (SR/DPF/DF) de junho de 1977, sobre o Inquérito Policial com indiciamento de 14 estudantes, enquadrados na Lei de Segurança Nacional (com prisão preventiva de 30 dias (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.175).

11 Praticamente todos(as) os(as) ex-estudantes que prestaram depoimento à CATMV-UnB fizeram referência a esse clima tenso e de temor que, junto com a coragem e a disposição para a luta, os acompanhou naqueles anos da ditadura.

democráticas e do Estado de direito. O modo, o ritmo, a intensidade, a dimensão e o sentido de tal oposição variaram inclusive conforme a conjuntura política mais geral, embora tenham, quase sempre, assumido uma forma ativa, mesmo nos momentos de maior violência da repressão política.

Para enfrentar a ditadura, os recalcitrantes recorreram ao que lhes estivesse à mão: panfletos, jornais, boletins e denúncias, reproduzidos artesanalmente em mimeógrafos rudimentares, a circular clandestinamente pelos corredores, banheiros, salas de aula, refeitórios e alojamentos da universidade; pichações; cartazes; murais; enfim, os mais diversos meios onde a comunicação pudesse ocorrer, a despeito da perseguição e dos riscos para a integridade física das pessoas envolvidas ou para suas carreiras profissionais. Faziam reuniões, assembleias, passeatas, paralisações, greves; organizavam boicotes, campanhas, abaixo-assinados, cartas à imprensa, à população e a autoridades locais, nacionais e internacionais; enfim, mobilizavam suas parcas forças e tentavam, nem sempre com sucesso, amplificá-las junto à sociedade.

Considerando a perspectiva histórica, pode-se ver nessa luta muitas derrotas — sobretudo de um ponto de vista individual —, mas também algumas vitórias, mínimas que fossem, porém suficientes para induzir novas lutas. Foram, afinal, pessoas que não se omitiram e que, conscientes de sua limitação ou movidas por um desejo utópico, tentaram mudar o mundo ou, ao menos, sua aldeia, a universidade, o país.

Periodização e cronologia da ditadura e da resistência na UnB.

Com a finalidade de facilitar a compreensão do complexo processo histórico sobre o qual se debruçou, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) recorreu a algumas ferramentas ou instrumentos historiográficos.

Podem ser identificados, em certos conjuntos de fatos, algumas características comuns, relacionadas ao tempo e às condições históricas peculiares nas quais esses eventos transcorrem. Agregando-os em blocos e ressaltando esses traços em comum, chega-se a uma *periodização*. Se, por um lado, esse instrumento peca por generalizar determinados aspectos para um conjunto composto necessariamente por fatos diversificados, únicos, heterogêneos, por outro lado favorece a compreensão contextualizada e a exposição didática dessas ocorrências.

Buscando a construção de uma narrativa sequencial, sob a forma abstrata de uma 'linha do tempo', relaciona-se certos fatos mais relevantes, obedecendo a determinados critérios (nem sempre identificados objetivamente). É o que, numa palavra, chama-se *cronologia*. No presente caso, os critérios objetivos de destaque couberam às chamadas graves violações de direitos humanos (proibição de expressão, de reunião, de associação; vigilância e perseguição política e controle ideológico; sequestros, prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados, mortes) e aos principais momentos da luta de resistência ao regime no âmbito da UnB, durante a ditadura (1964-1985) e até o advento da Constituição Federal de 1988.

Outros aspectos ou fatos que, mesmo escapando a ambos os critérios, sejam considerados essenciais para a construção lógica desse conjunto, também comporão tal narrativa. É o que se apresenta a seguir.

1962-1965: da materialização do projeto de universidade criativa e voltada aos problemas do país à sua brusca interrupção.

1962: nasce uma nova universidade.

Apenas três meses depois de contornada a crise política da renúncia do presidente Jânio Quadros (e do veto dos ministros militares à posse do vice), foi sancionada pelo presidente Goulart, em 15 de dezembro de 1961, a Lei que autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília. Legalmente, nascia a UnB como uma "unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional" (art. 9º), modelo de universidade até então inédito no país.

A UnB inovou também na criação de uma carreira para o corpo docente, com exigência de tempo integral e dedicação exclusiva; na extinção da cátedra; na adoção do currículo de estudo adaptado ao sistema de créditos etc. Em 9 de abril de 1962, em salas improvisadas no edifício do Ministério da Saúde, eram dadas as duas primeiras aulas da UnB, pelos professores Victor Nunes Leal (Direito Constitucional) e José Albertino Rodrigues (Introdução às Ciências Sociais). No dia 21 de abril de 1962, em solenidade realizada no Auditório Dois Candangos, o reitor Darcy Ribeiro inaugurava o *campus* da Universidade.[12]

12 Cf. ABRAMO, Perseu. Depoimento [de Perseu Abramo] sobre as ocorrências na Universidade de Brasília, publ. 15abr.2006 (disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre-ocorrencias-na-universidade-de-br>; acesso em 17jun2003). SALMERON, Roberto. A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965. 2ª ed. Brasília, Ed.UnB, 2012. p.91-96.

1964-1965: o golpe em abril; a primeira invasão policial-militar da UnB; prisão de professores e estudantes; demissão do reitor Anísio Teixeira; crise do pedido de demissão coletiva de professores.

1964



AINDA OCUPADA NO DF A UNIVERSIDADE

BRASÍLIA (Sucursal) — A Universidade de Brasília continua ocupada militarmente. As salas de aula estão guardadas por soldados, a biblioteca interditada e suspensos os cursos de Ciências Humanas. Essa situação já se prolonga por quinze dias, sem quaisquer perspectivas imediatas ou remotas para uma solução, que ponha fim à inquietação dos professôres presos e dos alunos não menos ameaçados.

PRESOS

Há nove dias estão detidos e práticamene incomunicáveis 14 professôres. Todos já foram ouvidos pelo DOPS, alguns mais de uma vez. Reafirmaram seus propósitos constitucionais e de vigilância democrática, como deram provas por ocasião do pedido de Estado de Sítio, contra o qual se levantaram unânimemente. Repelem a acusação de que aquela instituição seja um ninho de comunistas e reclamam dos responsáveis pela revolução vitoriosa, o direito de defesa.

dente do Senado, com as autoridades policiais e com a Imprensa visando ao esclarecimento de uma situação que não pode prosseguir. Desejam justiça para os detidos e ameaçados, e que não perdure a situação de opressão às suas famílias e volte à normalidade também para os alunos não menos inquietos. Esse o relato da comissão que procurou ontem à noite a sucursal do CORREIO DA MANHÃ.

Aviação e

Correio da Manhã, 18 de abril de 1964, p. 09.

Poucos dias após o Golpe de 1964, a Universidade de Brasília já sofreria intervenções e perseguições que viriam a se tornar características durante todo o período ditatorial. Roberto Aureliano Salmeron, físico de renome internacional e primeiro coordenador do Instituto de Física da Universidade, apresenta-nos uma síntese de tais atos, em livro que se constitui como uma das referências centrais para a história da UnB.[13] No capítulo "As primeiras violências", centrado no mês de abril de 1964, encontramos o seguinte repertório: demissões motivadas por perseguição política, interferências arbitrárias na vida acadêmica, ataques à autonomia universitária, difamação da comunidade universitária por órgãos repressivos e meios de comunicação, cerco policial armado, invasão de caráter militar ao *campus* e prisões arbitrárias.

Assim, no dia 9 de abril, o *campus* da Universidade de Brasília foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, transportadas em quatorze ônibus e acompanhadas de três ambulâncias.[14] As tropas, preparadas para um confronto violento, fizeram buscas pelo *campus* universitário e traziam nomes de 12 professores, os quais, com outras pessoas, foram presos e levados ao Batalhão da Guarda Presidencial. 9 de abril, note-se, que foi o mesmo dia em que se instituiu o primeiro Ato Institucional, no qual os autores do golpe armado se autoproclamavam poder revolucionário, reivindicando assim a legitimidade de poder constituinte. A força, portanto, expressa na ação militar de derrubada do governo legítimo de João Goulart, antecedia, de modo espúrio, o poder constitucional.

A 10 de abril, o *Correio Braziliense*, noticiava a invasão militar do *campus*, mas com chamada sensacionalista sobre suposto material de propaganda comunista apreendido na universidade. Segundo o jornal, cinco estudantes foram presos (cujos nomes não teriam sido revelados, por inexistirem provas concretas contra eles). As tropas mantinham suas metralhadoras em posição de fogo em diversas posições no *campus*. O jornal ainda estampava uma foto com uma bandeira apreendida, afirmando se tratar de bandeira da China Comunista. O suposto material de propaganda consistia de livros que, como observa Salmeron, poderiam constar de qualquer biblioteca universitária. A bandeira, por sua vez, não era da China e sim do Japão.

Foi a partir da autoproclamação violenta de golpistas como poder constituído que se seguiriam tantos atos arbitrários disfarçados de normas jurídicas. Deste modo, Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente Reitor e Vice-reitor da UnB, foram demitidos de seus cargos. O Conselho Diretor da Fundação da Universidade de Brasília (formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, frei Mateus Rocha, Alcides da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira) foi destituído. O ditador que então exercia a função de Presidente da República instituiu novo conselho e nomeou um interventor para o cargo da reitoria, Zeferino Vaz ("interventor", foi como como ele mesmo se qualificou em Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise da UnB em 1965: "Vim para a Universidade de Brasília, colocado aqui pela Revolução de 31 de março de 1964 como interventor ou reitor").[15]

De acordo com o professor José Carlos Coutinho, em depoimento, prestado à Comissão Anísio Teixeira em 4 de junho de 2013, o primeiro docente a ser demitido pela ditadura foi Rui Mauro Marini. Antes mesmo do golpe, Rui Mauro teria sido preso, por motivos políticos. Depois, foi demitido da universidade sob a alegação de abandono de emprego. Em

13 Roberto Salmeron. *A universidade interrompida. Brasília 1964-1965.* Brasília: EdUnB, 1999. Roberto Salmeron figura entre os 223 demissionários quando da crise de 1965 – sem dúvida, uma das grandes perdas da Universidade de Brasília devido à ditadura.

14 Idem, p. 164.

15 Apud. Salmeron. *Op. cit*, p. 252.

9 de maio, o interventor no cargo interventor, demitia, sem qualquer tipo de justificativa, os seguintes professores: Francisco Heron de Alencar, José Zanini Caldas, José Albertino Rosário Rodrigues, Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Filho, Rui Mauro de Araújo Marini, Lincoln Ribeiro, Jairo Simões e Perseu Abramo.[16] No mesmo ano de 1964, de acordo com o "Relatório sobre o processo de anistia dos professores e alguns funcionários da Universidade de Brasília", de maio de 1991, sob responsabilidade da professora Geralda Dias Aparecida, além dos já citados, a universidade perderia: Darcy Ribeiro, Álvaro Fortes Santiago, Francisco Waldir Pires de Souza, Teodoro Alves Lamounier, Theotônio dos Santos Júnior e Vânia dos Santos Bambirra. De acordo com o relatório citado:

> Em 1964 estas demissões foram efetuadas logo após o movimento militar daquele ano, quando a UnB sofreu ocupação militar e intervenção na Administração Central. Foi aberto um Inquérito Policial Militar para apurar atividades subv ersivas na Instituição. Muitos professores foram presos, demitidos ou tiveram que abandonar o trabalho para evitar as consequências daquela intervenção.

Como a ditadura apenas se iniciava neste ano, os serviços de informação ainda estavam distantes do grau de organização e estrutura que se verificariam em anos posteriores. Sendo assim, somando-se, é claro, à destruição ou ao ocultamento de acervos documentais da ditadura, não dispomos de um quadro amplo e expressivo de informações. Aqui, ainda há muito a ser pesquisado. Mesmo assim, podemos somar alguma coisa ao quadro montado a partir do livro de Roberto Salmeron e do relatório sob responsabilidade da professora Geralda Dias Aparecida, dois dos marcos mais importantes na construção da memória da ditadura militar na Universidade de Brasília. Por exemplo, um documento do SNI, datado de 12 de maio de 1988, solicitava "antecedentes de anistiados".[17] Entre os nomes citados, surge o de Glênio Alves Branco Bianchetti, indicado como um dos onze professores presos em 1964, "por exercerem atividades subversivas naquela universidade, durante o governo deposto".

O "Relatório do Inquérito Policial Militar UNE/UBES na área de Goiás e Distrito Federal", cujo encarregado foi o Major Líster de Figueiredo,[18] indicou uma série de atos caracterizados como crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, em seu artigo 10. Segundo o major, as representações estudantis até 1964, dentro e fora da UnB, eram "a principal peça de subversão do Partido Comunista". Entre os nomes citados na lista de denúncias, temos o de Salomão Dias Frazão, que, segundo o IPM, faria parte de uma União da Juventude Comunista. Ele organizaria reuniões em salas da UnB, com os estudantes: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Evandro de Almeida Mauro, Ivan Beltrão, Raul Azedo de Maciel Pinheiro, Telma Simões Santos, Lydia Guilherme de Azevedo Cintra, Geraldo Liberal Ferreira, Adson Sarques Prudente, Benedito e Claudio. No dia 31 de março de 1964, Salomão Dias Frazão teria conclamado na Universidade de Brasília pela resistência contra o golpe.[19]

Luiz Carlos Pontual, presidente da FEUB em 1963, é citado no mesmo Inquérito como tendo sido "afastado" do cargo em 1964. Teria, ainda, incitado pessoas a irem ao Teatro Nacional, para a resistência contra o golpe. Expedito Roberto Mendonça teria feito em 1963 uma cartilha de

16 *Ibidem*, p. 171.

17 ACE 65872 88.

18 AGO ACE 4794 83. Pouco tempo depois, este militar foi nomeado Superintendente Executivo da FUB.

19 Citado aqui: http://www.unb.br/noticias/downloads/COMISSAO%20DE%20ANISTIA-Relatorio%20Final%20UnB_27nov14.pdf

alfabetização de adultos, considerada "subversiva" pelo major Líster de Figueiredo. Indicado, ainda, como outro que conclamou pela defesa do governo de João Goulart. Esse caso merece destaque porque Expedito Mendonça foi o primeiro estudante da UnB a ser expulso pela ditadura. Sua expulsão também é aludida no livro de Roberto Salmeron,[20] quando o autor cita, do acervo do CEDOC/UnB, uma correspondência datada de 30 de novembro de 1964, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy ao reitor Zeferino Vaz. Segundo o Ministro, havia informes do serviço secreto do exército sobre o professor Pompeu de Souza, o qual teria sido orientador do aluno Expedito de Mendonça, "que há pouco mais de um mês usou o auditório da Universidade para incitar a desordem entre os estudantes".

Em outro Inquérito Policial Militar, este sob presidência do coronel Murilo Rodrigues de Souza, datado de 1968,[21] com o assunto "atividades subversivas de estudantes da Universidade de Brasília", afirma-se que em março de 1968 alguns estudantes teriam conversado, na Câmara dos Deputados, com o advogado Aurélio Wander Chaves Bastos, tratado pelo IPM como "antigo líder e agitador estudantil". O que resultou em sua prisão. Preso, Aurélio "confessara", entre outras coisas, que em 1963 tinha participado de um curso de formação da POLOP, ministrado pelos professores Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra.

No jornal Estado de São Paulo, em 24 de novembro de 1977, foi publicada a notícia de que o general Sylvio Frota, depois de ser exonerado do Ministério do Exército, teria divulgado uma lista de "noventa e sete comunistas militantes" que estariam trabalhando na administração pública.[22] Entre os nomes citados, constava o de Jairo Simões, então professor na UFBA. Jairo foi demitido da UnB em junho de 1964, juntamente com outros professores, segundo o documento, "em virtude das atividades de cunho marxista". Hélio Pontes, por sua vez, que então seria diretor do conselho de graduação da UFMG, constava na lista como um dos onze professores da UnB presos em 1964, sendo ainda citado como demitido em 1965.

Mesmo nesse estado fragmentário e em documentos posteriores ao ano de 1964, informações como estas indicam a vigilância sobre a universidade no contexto do golpe (inclusive, antes dele, como vemos em dados atribuídos a 1963); além disso, são confirmações, advindas de fontes do próprio governo ditatorial, de prisões arbitrárias realizadas em 1964; e ainda mostram que a resistência contra o golpe militar constava nos históricos de professores e estudantes da Universidade de Brasília como atentados à segurança nacional. Atividades políticas corriqueiras, reuniões e discussão de textos, bem como cursos de formação e debate de ideias, eram ainda tratados como crimes – mesmo se ocorridos anteriormente ao golpe.

Roberto Salmeron afirma que um dos produtos desses primeiros momentos da ditadura, no que se refere à Universidade de Brasília, foi uma ideologia oficial que via na universidade um "foco de subversão", um "reduto" de resistência a ser debelado. Ou seja, lançava-se, desde então, a universidade no campo da suspeição, dos inimigos potenciais a serem vigiados e perseguidos. Nos inquéritos citados, essa ideologia é reiterada, também em trechos que compõem uma espécie de historiografia ditatorial sobre a fundação da Universidade de Brasília.

Na "Informação secreta sobre a Universidade de Brasília", cópia da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, sob a direção de Josias

20 *Op. cit*, p. 220.

21 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130.

22 P. 246: BR DF AN BSB Z4 SNA 0012.

de Carvalho Argons,[23] há uma análise da fundação da Universidade de Brasília por Darcy Ribeiro e sua situação antes de 1964. Análise, esta, produzida pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e remetida ao próprio Ministério da Justiça, ao Conselho de Segurança Nacional, ao Serviço Nacional de Informações, ao Gabinete do Ministro da Guerra. Datada de 11 de outubro de 1965, portanto durante a crise que será comentada no próximo capítulo, esta informação, dada sua circulação nos altos escalões do Estado, pode ser lida como síntese bem confiável do que seria a visão oficial sobre a Universidade de Brasília.

Segundo a informação secreta, Darcy Ribeiro, quando da criação da UnB, vivia sob o desejo de inovar às pressas, sendo jovem e despreparado. Para tanto, teria se cercado de outros como ele, oriundos de "círculos inexpressivos dos meios acadêmicos e administrativos". A informação fala, sobre os anos de criação da universidade, de um "delírio" que se via em Brasília. O resultado teria sido o alicerce do Plano Orientador da UnB e a formação de um grupo executivo, com poder material e administrativo.

A tônica executiva da universidade, antes de 1964, é assim comentada:

> "Dadas as condições de trabalho em Brasília, foi necessário 'empolgar' essas pessoas em torno do empreendimento. Todos se juntaram em torno do jovem educador numa espécie de cruzada de redenção e, na desordem administrativa reinante no governo da época, o elemento primordial era a fidelidade ao homem."

A informação do MEC fala, em tom claramente irônico, de um idealismo fomentado em professores, funcionários e alunos, "em suas vidas até então modestas." Daí, segundo o documento, a formação de um "sistema feudal em torno do chefe" Darcy Ribeiro, que tinha decidido passar por cima de todas as dificuldades burocráticas para tornar real a sua ideia de universidade. A UnB teria vivido a crise do governo João Goulart de perto, estando próxima à sede do poder. Mesmo assim, a universidade crescia. Ainda segundo a informação secreta, precisando de mais poder para concretizar o seu projeto, Darcy Ribeiro teria ido para a Casa Civil. O que acentuaria a proximidade mistura entre UnB e governo. O clima, de acordo com o documento, era de euforia. Então, "os ingênuos do começo se transformaram em hábeis manipuladores políticos".

> O chefe, cada vez mais envolvido na complexidade do seu cargo e sem o tirocínio do administrador experiente passou a tomar decisões emocionais ou improvisadas. O então reitor, prof. Anísio Teixeira já velho e cansado, passou a ser uma figura decorativa, perdido em suas lucubrações emocionais e um tanto perplexo diante da virilidade do clã. Destacava-se pela omissão nas decisões; um era demasiado jovem e o outro demasiado velho.

Ainda de acordo com a informação secreta, durante o governo Goulart, as pessoas da UnB se sentiam donas virtuais do poder. O denominador comum seria a "aparente ideologia de esquerda".

> Os assuntos de conversas era a miséria do nordeste, a iniquidade do capitalismo e a excelência dos sistemas marxistas e a educação das massas. A preocupação de todos no *campus* era a política. Ela impregnava o ambiente de todos os dias e todas as horas. Engajar-se era

23 BR AN RIO TT 0 MCP PRO 008

> a ordem do momento. O estudante era a energia viva que ia redimir a Pátria. Estudar era um simples subproduto da vida universitária. As aulas eram verdadeiras sessões emocionais de fervor patriótico (predominavam então os cursos de ciências humanas). A redenção do país do domínio econômico – o grande sonho de todos os professores e alunos. O teor emocional era intenso. Vivia-se embriagado de luta.

Mas outras coisas se passavam "em águas profundas". A UnB crescia aos olhos do meio intelectual brasileiro como "núcleo redentor". Diante da falência da educação no país, a UnB teria passado a ocupar um plano ideal e abstrato de redenção – "perdeu-se o senso de realidade". Formavam-se coletivos de estudos, tais como a Polop e outros grupos marxistas, stalinistas e "por incrível que pareça" capitalistas. Em síntese, de acordo com a informação secreta do MEC, em seus primeiros anos, a UnB seria a encarnação de projetos delirantes, de euforia "esquerdista", de anseios de renovação nacional, sob a liderança de Darcy Ribeiro, tratado como jovem impulsivo e carismático. Esse acúmulo de ironias e derrisões, evidentemente apenas prepara o terreno da narrativa para o desfecho de 1964 (sendo o texto escrito retrospectivamente, com o olhar ditatorial de 1965).

> 1º de abril. Professores, alunos e funcionários se mobilizam em torno da Legalidade. Notícias em Brasília as mais auspiciosas. O Governo domina a situação. Forma-se a Rádio da Legalidade. Grupos começam a ser treinados na ordem unida. Formam-se comandos e distribuem-se tarefas. Os moderados e os não 'engajados' se apavoram. A revolução se apresenta no *campus* sob a forma de um batalhão do Exército. Buscas de arquivos, apreensões e prisões. Nasce o ódio coletivo contra a farda. Ingenuidade das autoridades na ação. Nasce a 'gozação' contra a revolução.

Nesta passagem, a informação secreta desliza da ironia para um tom de vingança e ameaça. Toda a comunidade da UnB é englobada na mesma desqualificação: delirante, eufórica, idealista. Incapaz de perceber, objetivamente, que o poder não estava em suas mãos. A resistência ao golpe, sem dúvida frágil e isolada, vista como arroubo juvenil. Por outro lado, com a força da realidade imposta, surge o golpe militar, presente no *campus* "sob a forma" de tropas e armas. Numa narrativa eivada de ressentimento e sarcasmo, o governo ditatorial assim definia a sua superioridade e reafirmava a tese do inimigo comum a ser derrotado – paradoxalmente fraco e ingênuo ao mesmo tempo em que ameaçador, justificando-se assim mesmo os "excessos" armados que seguidamente seriam cometidos.



Polícia já começa a libertar presos

Começou ontem a libertação de pessoas presas para averiguações: a DOPS da Guanabara soltou cêrca de oitenta detidos, após comprovação de que não estavam envolvidos em atividades subversivas, e em Belo Horizonte o Delegado de Vigilância Social deliberou libertar 37 presos em idêntica situação.

O número de prisões, na Guanabara, tem decaído nos últimos dias, embora seja grande ainda o número de denúncias feitas à Polícia. Acontece, porém, que a maioria dos denunciantes age anônimamente, por telefone, e sem fornecimento de provas. Nesse caso as autoridades não os levam em consideração.

Uma tropa do 3.º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais cercou ontem, em autêntica operação de guerra, a Universidade de Brasília, prendendo onze professôres e vários alunos da direção dos centros acadêmicos. A biblioteca foi interditada para exame de um perito. O arquiteto Oscar Niemeyer, que encabeçava a lista dos professôres a serem detidos, não foi encontrado.

Um bilhete ofensivo apareceu por baixo da porta do apartamento do General Olímpio Mourão Filho, no Hotel Normandie, em Belo Horizonte. A Delegacia de Vigilância prendeu, como suspeito, um funcionário da Companhia de Cigarros Sousa Cruz, hospedado no apartamento vizinho — mas o próprio General Mourão, que não se considerou ofendido, soltou-o. (Noticiário na página 5)

Jornal do Brasil, 10 de abril de 1964, p. 1.

No que se refere à presença militar no *campus*, Roberto Salmeron indica a forte presença do Coronel Darcy Lázaro, comandante do Batalhão da Guarda Presidencial.[24] O militar estava constantemente no *campus*, em frequente proximidade com os interventores no cargo de reitores entre 1964 e 1965. O batalhão que comandava, aliás, fora onde permaneceram detidos professores e estudantes em abril de 1964. Na CPI sobre a crise da UnB, em 19 de outubro de 1965, Zeferino Vaz, inclusive, se queixou de que um professor, Eduardo Galvão, tentara desmoralizar sua posição quando, em reunião do Conselho Diretor, afirmou que a UnB tinha então três reitores: ele, Zeferino Vaz, Laerte Ramos de Carvalho (então já apresentado como sucessor) e o coronel Darcy Lázaro.[25] Em 1965, durante a crise, o mesmo coronel participou de reunião sobre a UnB com o presidente da república Castelo Branco, da qual também participaram o general Paes, comandante do Exército estacionado em Brasília, Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI, e Laerte Ramos de Carvalho, na figura de reitor.

Para completar esse quadro, temos ainda um depoimento fundamental de Peseu Abramo. Diante de sua relevância, aqui reproduzimos um longo trecho:

> O dia 9 de abril era uma data especialmente significativa para os professores que, compartilhando os sacrifícios com suas famílias, desde o primeiro momento haviam dado o melhor de sua contribuição para a construção de uma Universidade nova na Capital nova: dois anos antes, exatamente nessa mesma data, em dependências do Ministério da Saúde improvisadas em salas, haviam sido dadas as duas primeiras aulas da Universidade de Brasília: a de Direito Constitucional, pelo professor Vitor

24 Op. cit., p. 239.

25 Idem, p. 277.

Nunes Leal, e a de Introdução às Ciências Sociais, pelo professor José Albertino Rodrigues.

Nessa manhã do dia 9 de abril de 1964, vários professores haviam ministrado suas Aulas Maiores, das 7 às 9 horas, enquanto outros se encontravam em suas salas de trabalho, preparando as aulas dos dias seguintes ou realizando pesquisas. Às 9:30 horas, os que estávamos no prédio da Reitoria, encaminhando-nos para as salas de aula ou de trabalho, avistamos carros com policiais e soldados que cercavam o *campus*. As viaturas circundaram a área construída da Universidade e desembarcaram os homens, que, de vários pontos, se aproximaram, alguns de rastros, todos armados, em direção ao prédio central da Reitoria. Em menos de dez minutos, os comandantes civil e militar da operação bélica se aproximaram da entrada da Reitoria, onde foram recebidos pelo advogado da escola, Dr. Sérgio Coelho. A Universidade foi cercada, invadida e ocupada por cerca de 900 homens: 750 da Polícia Militar de Minas e 150 da Polícia Política da Capital Federal. As tropas foram levadas à Universidade em 14 ônibus requisitados de empresas rodoviárias interestaduais, e mais quatro caminhões de transporte da Polícia Militar mineira. Acompanhavam as tropas quatro ambulâncias, diversos carros de radiopatrulha e carros-prisão, aparelhamento completo de rádio de campanha, com receptores e transmissores; a maior parte dos soldados estava armada de fuzis com baionetas caladas; havia numerosos armados com metralhadoras portáteis; havia, visíveis, algumas metralhadoras pesadas de tripé; os agentes da Polícia Política estavam visivelmente armados com revólveres, A operação bélica teve uma falha, que foi posteriormente apontada por um dos diretores ao comandante da Polícia Militar de Minas: ao cercarem o *campus*, as tropas esqueceram-se de circundar o prédio do Departamento de Matemática, que se acha construído em local um pouco afastado dos demais prédios.

Através de um contramestre de construção, empregado de uma das firmas construtoras empreitadas pela Universidade - e que foi preso na ocasião, ao deixar o serviço e dirigir-se para casa, tendo por isso de atravessar o *campus* - ficamos sabendo que as transmissões que os comandantes dos diversos grupos (que, de diversos pontos, convergiam, rastejando, para o prédio da Reitoria) faziam entre si era do seguinte teor: “Eles estão recuando!”. “Nós estamos avançando”. “Estamos conquistando terreno”. Ao chegarem ao prédio da Reitoria os comandantes civil e militar da operação bélica, acompanhados de dezenas de soldados e investigadores armados, adiantou-se o delegado Ladeira, que fora da Polícia de Belo Horizonte, e entregou uma lista de nomes ao Reitor em exercício, professor Almir de Castro. Dessa lista constavam, entre outros, os nomes dos seguintes professores: Oscar Niemeyer, coordenador do CEPLAN (Centro de Estudos e Planejamento de Arquitetura e Urbanismo); Cláudio Santoro, coordenador do Departamento de Música; José Santiago Naud, do Centro de Estudos Portugueses; Heron de Alencar, secretário do Departamento de Letras; Edgar de Albuquerque Graeff, coordenador do Curso de Arquitetura e professor de Teoria da Arquitetura; Eustáquio de Toledo Machado Filho, professor de Tecnologia das Construções e encarregado de organizar o Instituto do mesmo nome; José Caldas Zanini, do Instituto de Ar-

tes e encarregado da organização de um museu desse Instituto; Ítalo Campofiorito, do CEPLAN e substituto do coordenador do Instituto Central de Artes; Nelson Rossi, responsável pelo Setor de Língua Portuguesa; José Guilherme Vilela, ex-instrutor do Setor de Direito; José Paulo Sepúlveda Pertence, auxiliar de curso do Setor de Direito e promotor público; Lincoln Ribeiro, secretário do Setor de Ciência Política, do Departamento de Ciências Humanas; Perseu Abramo, professor responsável pela disciplina Sociologia do Trabalho do Setor de Sociologia; José Albertino Rodrigues, professor responsável pela disciplina Sociologia Urbana e secretário do Setor de Sociologia; Hélio Pontes, secretário do Setor de Administração e vice-coordenador do Departamento de Ciências Humanas; Ramiro de Araújo Porto Alegre, professor de Física; Glênio Bianchetti, professor de Desenho e Gravura do Instituto de Artes. Além dos professores citados, a lista continha ainda, sem designação dos nomes, indicação dos diretores dos Diretórios Estudantis de Letras, Artes, Direito, Administração e Economia da Universidade.

O delegado Ladeira ordenou ao reitor em exercício que convocasse as pessoas constantes da lista, as quais deveriam ser conduzidas para prestar esclarecimentos. O reitor, através dos seus auxiliares, solicitou a presença dos professores, muitos dos quais já se encontravam na sala da Reitoria, e mandou buscar em suas salas de trabalho ou em suas residências, os demais, ao mesmo tempo em que comunicava que alguns - como os professores Heron de Alencar, Oscar Niemeyer e Cláudio Santoro - não se encontravam no momento em Brasília. O professor auxiliar José Paulo S. Pertence, alegando sua condição de promotor, declarou que não poderia obedecer à ordem do delegado Ladeira, pois tinha instruções específicas para apresentar-se, em situação como aquela, ao seu superior na magistratura. A ponderação não foi aceita e o professor Pertence foi conduzido preso com os demais professores que estavam no local e que eram os seguintes, além do citado promotor: Eustáquio de Toledo, Ítalo Campofiorito, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, Ramiro de Araújo Porto Alegre, José Albertino Rodrigues, Glênio Bianchetti.

O diretor do Instituto de Teologia da Universidade de Brasília, frei Mateus Rocha, superior da Ordem dos Dominicanos, reivindicou o direito de acompanhar os professores, o que, depois de muitas oposições por parte do delegado e do comandante militar, foi aceito. Cerca de 10:30 horas, escoltados por soldados armados de baioneta e agentes da Polícia Política, os professores, acompanhados de frei Mateus Rocha e de alguns dirigentes dos Diretórios Estudantis, foram embarcados num ônibus e conduzidos ao Teatro Nacional, onde estavam aquarteladas as tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, O embarque fez-se diante de centenas de estudantes, professores e funcionários calados, vigiados por soldados e investigadores. Durante o resto do dia, professores que não se encontravam na Universidade foram conduzidos por diretores, da Escola ao Teatro Nacional, e às 17:30 horas, os estudantes, depois de ouvirem o sermão de um oficial, foram liberados. Assim foram presos no dia 9 os seguintes professores, em número de 13: Edgar Graeff, Eustáquio Toledo, José Caldas Zanini, Ítalo Campofiorito, Nelson Rossi, José Paulo Pertence, Lincoln Ribeiro, Per-

seu Abramo, José Albertino Rodrigues, Hélio Pontes, Ramiro de Porto Alegre, Glênio Bianchetti e o ex-professor José Guilherme Vilela.

No Teatro Nacional

O ônibus conduzindo os professores e estudantes chegou ao Teatro Nacional às 10:45 horas. A maior parte dos professores e alunos estava convencida de que - como fora declarado pelo delegado Ladeira - deveriam apenas prestar alguns esclarecimentos às autoridades e, em uma ou duas horas, estariam novamente livres. Em nenhum momento, na Universidade, no ônibus ou no Teatro Nacional, lhes fora dito que estavam ou seriam presos, ou lhes fora feita alguma acusação, genérica ou específica.

No Teatro Nacional os professores e alunos ficaram, acompanhados de frei Mateus, num estreito e curto corredor, ao rés do chão, onde havia algumas cadeiras, e que estava separado do pátio por uma parede de tábuas colocadas verticalmente a intervalos regulares. Num dos cantos do corredor havia um soldado com uma metralhadora portátil apontada para nós. No outro extremo, que separava o corredor de uma área interna onde diversos soldados descansavam ou conversavam, havia duas sentinelas armadas de fuzis com baionetas e, pouco mais atrás, uma metralhadora pesada, montada sobre um tripé, guardada por um artilheiro, apontava para o local onde estávamos sentados. Essa situação durou até cerca de 23 horas. Durante o dia ocorreram os seguintes fatos de relevância: 1) depois de ser chamado a um canto por um investigador, e ser inquirido por cerca de meia hora, o frei Mateus Rocha foi obrigado a retirar-se do Teatro Nacional; 2) um soldado ordenou que exibíssemos nossas carteiras de identificação e elaborou uma relação com nossos nomes, endereços, filiação, idade, número da carteira de identidade e cidade de procedência; 3) durante o dia chegaram acompanhados de funcionários da UnB os professores cujos nomes se encontravam na lista e que não estavam de manhã no campus; 4) quando necessitávamos usar as privadas, éramos conduzidos de um em um por sentinelas; 5) um alto oficial da Polícia do Exército do Distrito Federal dirigiu-se até o corredor e procurou entabular conversação com os presos, tentando dirigir a conversa no sentido de obter informações ou declarações contrárias ao que qualificou de “verdadeiros cabeças”, referindo-se aos professores Darcy Ribeiro e Waldir Pires; 6) posteriormente, o comandante da Polícia Militar de Minas procurou fazer o mesmo; 7) cerca das 16:30 horas, foi servida aos presos uma porção da refeição dos soldados; 8) às 17:30 horas. os estudantes, em número de quatro, foram chamados para fora do corredor, e, após terem ouvido alguns oficiais durante 10 minutos, foram conduzidos para fora do Teatro e foram liberados; 9) um grupo de pessoas à paisana aproximou-se do corredor e ficou vários minutos observando os presos; 10) pouco antes das 23 horas, um oficial da Polícia do Exército apareceu na porta de comunicação entre o corredor e o pátio externo além do sentinela e começou a chamar os professores, pelo nome, um por um.

Julgamos, então, que finalmente iríamos prestar as declarações e que em seguida iríamos ser liberados.

Transporte para o quartel

Cada um de nós, ao ouvir seu nome pronunciado pelo oficial da Polícia do Exército dirigia-se para a porta de comunicação com o pátio externo.

Ao sair da porta, vimo-nos diante de uma escolta de cerca de oito ou dez soldados armados de fuzis com baionetas, que nos cercavam e nos conduziam, um por um, em passo acelerado, até um ônibus que estava estacionado a cerca de 20 metros, atrás de uma construção. No caminho ia a escolta nos incitando a andar depressa por meio de empurrões e/ou cutucando-nos as costas com a ponta da baioneta. Ao chegarmos próximos do ônibus, uma guarda de soldados com baionetas e metralhadoras portáteis nos apressava a entrada no veículo enquanto nos dirigia provocações e ameaças do seguinte jaez: "Esses são comunistas. Vão todos para o paredão". "Vamos acabar com a raça deles". "Vamos arrancar o bigode daquele ali". "Estes não escapam" etc.

Ao entrar no ônibus, um por um, éramos obrigados, por um oficial com a metralhadora apontada para nós, que se encontrava dentro do veículo, a sentarmos aos pares nos bancos da ala direita. Em cada banco da ala esquerda, um soldado apontava seu fuzil com baioneta para nossos corpos. No fundo do ônibus um oficial apontava para nossas cabeças sua metralhadora. Num banco individual ao lado do motorista, que era militar, um indivíduo à paisana, de revólver na cintura. O oficial que estava perto do motorista nos apontava a metralhadora e nos dirigia ameaças. A um professor que teve um momento de riso nervoso, o oficial gritou: "Cale a boca! Aqui não se ri". Quando todos os 13 professores estavam sentados no ônibus, foi chamado o tenente Ribamar, da Polícia do Exército, que entrou no veículo armado de metralhadora; um oficial disse-lhe para fechar as janelas do ônibus, "se não os professores poderiam tentar fugir". O tenente Ribamar respondeu: "Melhor; deixa fugir, quem fugir vai morrer fugindo".

O ônibus dirigiu-se ao quartel da Polícia Militar do DF, que fica situado no setor militar, no bairro do Cruzeiro.

Nós então não sabíamos, mas nessa noite estava sendo editado o Ato Institucional no 1, que define o Novo Regime Político vigente no País.

A primeira noite no quartel

Ao chegar ao quartel, cerca de meia-noite, fomos obrigados a descer e, acompanhados da escolta de soldados armados de fuzis e baionetas e fuzis metralhadoras, fomos levados à sala da guarda, que mede três por três metros e onde havia uma cama e alguns colchões no chão. Lá dentro ficamos com quatro sentinelas armados. Cerca de meia hora depois, foram conduzidas para dentro da sala, além dos quatro sentinelas e dos 13 professores, mais quatro pessoas que, inicialmente nos pareceram investigadores, mas que logo percebemos tratar-se de presos: um médico do Hospital Distrital, um funcionário da Justiça, um funcionário dos Correios e um funcionário público. Soubemos depois que eles haviam sido presos

no dia anterior, na Polícia Política, e dois deles estavam sem comer havia mais de 20 horas.

Cerca de uma hora da madrugada, o tenente Amarcy, da Polícia do Exército, ordenou que uma escolta de soldados armados nos conduzisse um a um para o pátio externo, onde já se encontravam cabos, sargentos e numerosos soldados armados. Nesse pátio externo, fomos obrigados a nos despir por completo, inclusive a tirar os sapatos, a fim de que revistassem nossas roupas; todos os nossos documentos e demais papéis, cartas ou carteiras, foram tomados. A maior parte de nós estava vestida apenas com uma calça e uma camisa, pois havíamos sido presos na manhã do dia 9. Um dos professores encontrou bastante dificuldade para despir-se, pois havia sofrido um desastre de automóvel, alguns meses antes, e estava com o pé e parte da perna engessados.

Por acaso, no momento em que se fazia essa revista, chegou ao pátio um automóvel conduzindo funcionários da Embaixada Inglesa, que tiveram de presenciar, a certa distância, o que se passava.

Depois da revista tornamos a nos vestir e fomos novamente conduzidos para a Sala da Guarda, com sentinelas. Meia hora depois foram retirados da sala os colchões que estavam no chão. Pouco depois alguns soldados vieram depositar na sala uma metralhadora pesada, montada sobre um tripé, apontada para as paredes em que nos encontrávamos encostados; alguns minutos depois dois soldados colocaram, ao lado da metralhadora, caixas de munições.

Depois das duas horas da madrugada, uma escolta nos conduziu para fora da Sala da Guarda e nos obrigou a entrar numa das salas que compõem uma das alas do quartel: a Sala de Alarme. Essa sala mede dois metros por três, tem chão de cimento, duas paredes laterais de alvenaria e duas outras paredes, opostas entre si, de barras horizontais de metal colocadas de forma a ficarem ligeiramente distanciadas umas das outras. Na sala havia quatro colchões e duas lonas de tenda de campanha; éramos, então, 17 presos. Ao entrarmos na cela improvisada, a porta foi trancada do lado de fora e, durante toda a noite, diante de cada uma das portas gradeadas, uma sentinela armada ainda montou guarda. Durante a noite um oficial retirou da cela o professor José Paulo Pertence e o conduziu para fora (soubemos, semanas depois, que ele fora liberado do quartel nesse momento e colocado sob custódia de uma autoridade judiciária). Pouco depois o mesmo aconteceu com o professor Hélio Pontes, que estava com o pé engessado, e que recebeu ordem de permanecer em sua residência. Durante a noite, ainda, foi colocado em nossa cela mais um preso, que depois soubemos ser um operário da construção que havia sido preso no *campus* da Universidade, por ser parecido com uma pessoa que estava sendo procurada pela Polícia. Um dos professores, que estava resfriado, teve febre alta durante toda a noite, em virtude da falta de agasalho, da falta de colchão e do vento que circulava livremente através da parede de barras metálicas. Às vezes soldados aproximavam-se dessas grades, do lado de fora da cela, e nos dirigiam provocações e ameaças.

Cerca de 9 horas da manhã do dia seguinte, quando a maior parte de nós estava há 24 horas com apenas uma refeição (a do Teatro Nacional, de tarde) e outros há mais de 32 horas sem nada comer, uma escolta nos conduziu para o rancho dos soldados, onde nos foi servida uma caneca de café com leite e um pedaço de pão.

Quinze dias de prisão

Através das frestas das duas paredes metálicas observávamos o movimento do quartel. Verificamos que havia centenas de presos amontoados no galpão que servia de garagem ao quartel. Esse galpão era constituído de um telhado consideravelmente alto e, à guisa de uma parede, tinha portas levadiças que mal se ajustavam ao chão; no outro lado não havia qualquer parede. Nesse galpão aberto, centenas de moradores das cidades satélites ficaram presos durante pelo menos dois meses: eram na maior parte trabalhadores desempregados e alguns dirigentes sindicais; dormiam no chão sobre velhos colchões ou esteiras ou sobre folhas de jornal.

Observamos também o aparecimento de membros da diretoria da Universidade, que procuravam saber de nosso paradeiro e demais informações. Utilizamo-nos de um recurso: um de nós pediu ao sentinela que o levasse à privada, localizada numa ala do quartel situada no outro extremo do pátio; como só podíamos abandonar a cela escoltados por um sentinela de baioneta em punho, um diretor da Universidade conseguiu, assim, ver com os próprios olhos que nos encontrávamos presos no quartel. Mais tarde, nesse mesmo dia, 10 de abril, as esposas de muitos de nós também foram ao quartel e conseguiram nos enviar agasalhos e um pouco de chocolate e biscoitos. Mas continuávamos inteiramente incomunicáveis, também em relação aos demais presos.

Dois dias depois fomos novamente identificados, fornecendo a um oficial, nome, documentos de identificação (que nos haviam sido devolvidos), endereço, procedência e filiação. No sábado pela manhã, dia 11, fomos transferidos para uma sala maior, em outra ala, com um vitrô alto por onde entrava ar a e luz, e uma única porta de comunicação, de madeira. A essa altura éramos 17 presos, pois na noite de sexta-feira para sábado havia sido colocado na Sala de Alarme um comerciante da Cidade Livre. A partir da semana seguinte foram regulamentadas as visitas das esposas e de amigos dos presos, às segundas e quintas-feiras, durante cinco minutos. As visitas, contudo, só começaram no dia 16, uma semana depois da nossa prisão, quando já então havíamos sido ouvidos em depoimento. Comíamos no rancho dos sargentos, pouco após a refeição para o pessoal militar. Verificamos que havia no quartel três Companhias de presos: a 1a que era na garagem, com o pessoal das Cidades Satélites; a 2ª, que era a nossa; e a 3ª com o pessoal ligado à Casa Civil do presidente Goulart. Ficávamos o dia inteiro na cela, fechados; saíamos coletivamente três vezes por dia, de manhã para o café, para o almoço e para o jantar. Às vezes, dependendo da boa vontade do oficial do dia, ficávamos de 5 a 10 minutos no pátio depois do café, para tomar um pouco de sol; para irmos à privada íamos individualmente, acompanhados de sentinelas armados; no dia 17, oito dias depois da nossa prisão fomos autori-

zados a tomar um banho de chuveiro; depois dessa data tomávamos banho a cada três ou quatro dias. Na semana seguinte à nossa prisão, recebemos alguns jornais, depois livros e depois um transístor. Às vezes, no pátio ou no refeitório, podíamos conversar com alguns presos de outras companhias. Nossas esposas enviavam regularmente alimentos e roupa e às vezes enviávamos um pouco de biscoitos e doces, bem como cigarros, aos candangos presos na primeira companhia. Às vezes éramos impedidos de dirigir a palavra aos presos das demais celas ou a um ou outro preso especial, como foi o caso do juiz Joffily, que ficou muitos dias inteiramente incomunicável. Os nossos horários eram regulados de modo a que não tivéssemos qualquer contato com as três ou quatro mulheres que também ficaram presas nesse período no quartel da Polícia Militar. A composição dos presos da 2ª Companhia mudou durante os 17 dias em que os professores estiveram presos; alguns foram transferidos de salas ou de companhias; outros foram liberados. Dos 13 professores presos, foi liberado antes dos 17 dias apenas um, que, no depoimento, mostrou ter sido preso por mero acaso, em virtude de uma confusão de nomes: tratava-se do ex-instrutor José Guilherme Vilela, que, mesmo assim, permaneceu na prisão quase 15 dias.

Durante todo esse período fomos interrogados uma única vez: no dia 13, logo depois do jantar, fomos chamados, individualmente ou aos pares, a uma sala do quartel, onde agentes da Polícia Política de Brasília tomaram nossos depoimentos. O interrogatório dos agentes do DOPS era frequentemente interrompido por perguntas e observações de oficiais do Exército. Ficamos sabendo, então, que estávamos sendo ouvidos em Inquérito presidido pelo delegado João Perfeito. O tempo de depoimento variou de uma a duas ou três horas para cada professor: não nos foi feita formalmente nenhuma acusação nem nos foi explicado porque estávamos presos, embora insistíssemos nessa pergunta. Os depoimentos foram datilografados e foram assinados por nós; depois de respondido o interrogatório fomos identificados e fichados em formulário do Serviço Nacional de Identificação, em que deixamos impressão digital, fotografia, dados pessoais. Ficamos, então sabendo que estávamos sendo qualificados como "agentes subversivos", acusados de "crime continuado contra a Segurança do Estado", e, finalmente, que estávamos incursos como infratores da Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional). Em nenhum momento nos foi dada qualquer explicação formal de acusações capazes de justificar essa qualificação.

Com pequenas variações as perguntas feitas no interrogatório giraram sobre os seguinte itens: 1) existência de armas na UnB (Universidade de Brasília); existência de material subversivo, livros marxistas, folhetos, fotografias e filmes sobre Cuba e outros países estrangeiros; 2) forma de recrutamento dos professores pelo ex-reitor Darcy Ribeiro, ligações pessoais dos professores com o professor Darcy Ribeiro, antes e depois da admissão na Universidade de Brasília; 3) matérias lecionadas pelos professores, assuntos tratados; recebimento, por parte dos professores, de diretivas expressas do reitor Darcy Ribeiro sobre orientação ideológica a dar nas aulas; reuniões políticas entre o reitor Darcy Ribeiro e os professores; 4) existência de grupos políticos na Universidade;

identificação dos professores comunistas ou subversivos, ou marxistas, na Universidade; existência de movimentos reivindicatórios e de líderes dentre os professores e estudantes; 5) comportamento moral do professor Darcy Ribeiro; atitudes pessoais do professor Darcy Ribeiro antes e depois de ter assumido a Chefia da Casa Civil da Presidência; roubo, pelo professor Darcy Ribeiro, de 300 milhões de cruzeiros no dia em que fora deposto o presidente Goulart; 6) assinatura, pelos professores, de manifestos políticos nos dois anos anteriores; vida pregressa, profissional e política dos professores, viagens, participação em congressos, trabalhos publicados pelos professores; recebimento, por parte dos professores, de publicações estrangeiras, existência de folhetos de Cuba e Pequim na Biblioteca da Universidade; 7) opiniões pessoais dos professores sobre assuntos políticos, ideológicos e filosóficos, bem como sobre declarações de antigos governantes.

As insinuações implícitas nas perguntas feitas aos professores formavam um quadro completamente fora da realidade vigente da Universidade de Brasília nos seus dois anos de existência.

Depois de prestarmos depoimento e sermos fichados e identificados, tivemos, ainda, de preencher uma Ficha Adicional, chamada Ficha de Vida Pregressa, onde fomos obrigados a responder perguntas sobre nossa religião, nossa ideologia, nossa formação profissional, empregos anteriores, participação ou filiação a partidos políticos etc.

Durante a nossa prisão recebemos por duas vezes a visita de autoridades: a primeira vez, alguns dias após a prisão, a visita de altos oficiais do quartel, que abriram a porta por alguns momentos e nos dirigiram a palavra incitando-nos a “apontar os verdadeiros responsáveis, que a essa hora estavam em luxuosíssimos hotéis no Exterior, enquanto nós estávamos ali na cela”. A segunda vez, poucos dias antes da nossa libertação, recebemos a visita do tenente-coronel Paula Serra, chefe da Polícia do Distrito Federal, que nos deu a entender que seríamos em breve libertados pois não havia nada de muito grave contra nós.

No dia 23 de abril, as autoridades liberaram cerca de 15 presos do quartel, entre os quais quatro professores; nos três dias seguintes foram liberados, com outros presos, os restantes professores.

Ao sermos liberados, fomos obrigados a assinar um compromisso com o presidente do inquérito, mediante o qual ficamos impedidos de nos ausentar da Capital Federal ou de alterarmos a nossa residência “sem prévia e expressa autorização”. Além desse compromisso escrito, um alto oficial nos declarou que não poderíamos participar de reuniões e nem entrar em contato com pessoas que estavam ou haviam estado presas e com as demais pessoas suspeitas.

V - A intervenção na Universidade

Enquanto nós estávamos presos, passaram-se na Universidade, os seguintes fatos: no mesmo dia 9, após al-

gumas horas, retiraram-se do campus as tropas militares e policiais; permaneceram, todavia, diversos soldados armados que interditaram diversos prédios, notadamente o barracão onde funcionava o Serviço de Mecanografia e onde estavam os esquemas de aula e os textos de leitura, e o prédio SG-12, onde funcionavam a Biblioteca Central e as salas de trabalho dos professores de Ciências Humanas. Essas dependências universitárias ficaram interditadas cerca de 15 dias; os professores, embora continuassem a dar precariamente algumas aulas, não podiam utilizar-se das suas salas de trabalho nem de seus livros ou de material de estudo. Os livros da Biblioteca e os papéis e livros das salas de trabalho foram totalmente revistados: foram também revistados numerosos outros setores da Universidade. Dessa busca resultou a apreensão de uma bandeira do Japão (utilizada no ano anterior durante uma exposição de gravuras de artistas japoneses) e que foi anunciada como sendo da China Comunista; um facão de mato do professor de lingüística, utilizado nas suas pesquisas de campo com populações indígenas; um revólver do século passado, encontrado por um professor de Arte numa antiquíssima cidade de Goiás; folhetos e revistas; dos livros separados como subversivos na Biblioteca constavam: *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Conan Doyle; *A Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier, e que, ao ser folheado, provocava as seguintes exclamações dos oficiais: “Olha como se tratam esses comunistas! Olha as casas que eles têm.” A busca efetuada no dia 13 na casa de um dos professores que estavam presos no quartel produziu o seguinte material: dois cartões postais de Cuba; o livro de Bertrand Russell *Porque não sou cristão*; um texto mimeografado que fora utilizado num seminário promovido pelo Setor de Sociologia, intitulado *Sobre Artesania Intelectual*, de Wrigth Mills; um livro de urbanismo, de autores norte-americanos, intitulado *Comunitas*. Durante o período de ocupação da Universidade, que se prolongou por duas semanas, os corredores e pátios do campus eram percorridos por policiais e militares à paisana. Durante esse período, também, as mulheres dos professores presos procuraram várias autoridades policiais e militares, bem como o ministro da Justiça, a fim de obter informações sobre a libertação dos presos, ou sobre a sua transferência para os navios-prisão, que se anunciava insistentemente na Universidade.

No dia 13 de abril, quatro dias depois da invasão e ocupação da Universidade e da prisão dos professores, o presidente Mazzili decretou a extinção do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, bem como a destituição do reitor, professor Anísio Teixeira, e do vice-reitor, professor Almir de Castro. No mesmo dia o ministro da Justiça e da Educação, professor Gama e Silva, pela portaria ministerial nº 224, publicada no Diário Oficial do Executivo Federal de 13/4/64, decretou *ad referendum* do Conselho Federal de Educação a intervenção na Universidade de Brasília e designou interventor o professor Zeferino Vaz, sob a designação de reitor *pro tempore*. No dia 27 de abril, o Conselho Federal de Educação apreciou e aprovou parecer do conselheiro Clóvis Salgado nos seguintes termos: “Recomposição imediata dos órgãos diretores da Fundação e da Universidade, de acordo com a Lei 3.998 de 15/12/61 (essa lei instituiu a Universidade de

Brasília). Os membros e suplentes do Conselho Diretor serão nomeados livremente pelo presidente da República, na forma do § 1º do art. 8º como se fora o primeiro Conselho Diretor. O novo Conselho Diretor elegerá o reitor e o vice-reitor (§. 1º do art.7º e art. 12). Os futuros dirigentes, nomeados pelo novo Governo, estariam em condições de apurar as irregularidades porventura existentes e de normalizar a vida na Universidade". Além desse parecer, o relator Clóvis Salgado reconheceu, como fatos consumados oriundos do Ato Institucional, a intervenção na Universidade e a extinção do mandato dos conselheiros.

A primeira parte das recomendações do parecer do Conselho Federal de Educação - nomeação do novo Conselho Diretor da Fundação e eleição de novo reitor - somente foi feita no mês de junho. Antes dessa providência e antes da execução das recomendações finais (os futuros dirigentes... estariam em condições de apurar as irregularidades porventura existentes...), o interventor Zeferino Vaz demitiu 13 professores e numerosos funcionários. As de missões ocorreram entre os dias 9 e 15 de maio de 1964.

V - A demissão dos professores

O Sr. Zeferino Vaz assumiu a interventoria da Universidade de Brasília uma semana antes da liberação dos professores presos. Nesse período, deu várias declarações à Imprensa e fez vários pronunciamentos dentro da Universidade a professores e alunos. Esses pronunciamentos e essas declarações giraram em torno dos seguintes pontos: 1) que pretendia continuar a obra do professor Darcy Ribeiro; 2) que conhecia e admirava o plano da Universidade de Brasília, tendo dele participado, e tendo sido mesmo convidado a dirigir a futura Escola de Medicina da Universidade; 3) que, embora não admitisse doutrinação por parte de professores, compreendia que numa Universidade houvesse exposição e debates ideológicos e que, portanto, não faria qualquer expurgo ideológico na Universidade de Brasília; 4) que, por três vezes, havia recusado a Reitoria da Universidade de São Paulo porque preferia o trabalho intelectual e de pesquisa às tarefas administrativas escolares; 5) que sabia contar a UnB com grandes nomes no campo da ciência e da cultura.

Essas declarações foram bem recebidas pelos professores e alunos, bem como pelos professores que estavam presos e que delas tomavam conhecimento através da leitura dos jornais ou de informações de amigos. Todavia, no dia 28 de abril, os professores que haviam sido presos procuraram o Sr. Zeferino Vaz, em sua sala, a fim de lhe pedir que a Universidade constituísse um advogado para a eventual defesa dos professores em juízo, uma vez que eles se achavam incursos em inquérito policial-militar. Na ocasião, o interventor repetiu, em linhas gerais, as declarações que estão citadas acima, com três modificações: 1) fez várias críticas à obra do ex-reitor Darcy Ribeiro; 2) declarou que havia consultado os currículos dos professores da UnB e verificado a existência de muitos professores medíocres; 3) que não iria permitir qualquer espécie de doutrinação ideológica na Universidade. Além disso, o interventor recusou-se a prometer que iria constituir um advogado para defesa dos professores em juízo.

Alguns dias depois, o Sr. Zeferino Vaz partiu para São Paulo, onde fez declarações aos jornais (Folha) afirmando que na Universidade de Brasília havia numerosos professores incompetentes e muitos agitadores. Nesse meio tempo, em Brasília, o deputado federal Abel Rafael fez um discurso na Câmara exigindo o expurgo ideológico na Universidade de Brasília. O discurso do deputado Abel Rafael, publicado nos jornais na ocasião, afirmava, entre outras coisas, o seguinte: 1) ele possuía as fichas de todos os professores da Universidade de Brasília e poderia exibi-las ao interventor, se este não as tivesse; 2) estranhava as declarações do interventor de que admirava a obra de Darcy Ribeiro e insinuava que o próprio Sr. Zeferino Vaz seria um homem suspeito aos olhos dos novos dirigentes; 3) que, dentro de 30 dias, o interventor deveria fazer o expurgo ideológico da Universidade de Brasília porque "se ele, Zeferino Vaz, não desejava o cargo de reitor, havia outros que o desejavam".

De volta a Brasília, o interventor procurou o deputado Abel Rafael e com ele conversou demoradamente, na enfermaria do Congresso, onde o parlamentar havia sido internado em virtude de uma crise hepática.

A questão da incompetência

Alguns dias depois, realizou-se na Universidade uma reunião entre o interventor, coordenadores e os secretários de curso, com exceção dos professores que haviam sido presos. Nessa reunião, alguns coordenadores estranharam as declarações feitas pelo interventor, em São Paulo, a respeito da existência de incompetência. Argumentaram que o problema da competência universitária só pode ser resolvido com a aplicação objetiva de critérios válidos de avaliação de títulos e da "performance" profissional dos professores; que os Estatutos e Regulamentos da Universidade de Brasília exigiam a prestação periódica de provas (dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento para professores assistentes e associados) e a exibição de títulos; que havia organismos compostos de professores da Universidade incumbidos de elaborar os regimentos de apresentação das teses, uma vez que elas deveriam - como fora estabelecido por ocasião da instalação da escola - ser apresentadas no decorrer de 1964 e 1965; que os prazos para apresentação das Dissertações de Mestrado deveriam ocorrer em junho e julho, os de Teses de Doutoramento para professores associados no fim de 1964 e os de Teses de Doutoramento para professores assistentes em meados de 1965; e que, portanto, qualquer apreciação sobre a incompetência ou competência dos professores antes desses prazos era extemporânea. Terminaram alguns coordenadores por solicitar que o interventor desmentisse publicamente as declarações feitas aos jornais e aguardasse esses prazos para então dispensar os professores ou instrutores que se revelassem incompetentes. O interventor não desmentiu as informações e anunciou que dispensaria vários professores, sem nomeá-los, por incompetência e agitação subversiva. Alguns coordenadores pediram então que, pelo menos, essas dispensas se distanciassem no tempo, uma vez que julgavam preferirem os dispensados "não serem confundidos, uns, com os incompetentes, outros, com os subversivos". O interventor prometeu

que faria a dispensa em dois momentos. Essa reunião se realizou numa sexta-feira à tarde, dia 8 de maio.

No sábado, dia 9 de maio, na parte da manhã, o Sr. Zeferino Vaz avistou-se, no Hotel Nacional - onde estava hospedado - com representantes de várias empresas jornalísticas de São Paulo e lhes exibiu uma lista com 36 nomes de professores, funcionários e estudantes que, disse, "pretendia demitir da Universidade".

No sábado à tarde, depois de encerrado o expediente da Universidade, o interventor assinou e enviou ao Gabinete do ministro da Educação um ato demitindo nove professores; em seguida enviou um ofício ao Diretor Executivo da Fundação Universidade de Brasília comunicando "que decidi dispensar por conveniência da administração", os professores Francisco Heron de Alencar, José Albertino Rodrigues, Eustáquio de Toledo Filho, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, José Zanini Caldas, Edgar de Albuquerque Graeff, Ruy Mauro de Araújo Marini e Jairo Simões. O ofício determina, ainda, "aos órgãos competentes que efetivem as dispensas comunicadas pelo presente, promovendo a devida notificação aos interessados, aos quais concedo o prazo de 30 dias para desocuparem as unidades residenciais de propriedade desta Fundação ou que lhes foram alugadas através da mesma e autorizo o pagamento das indenizações que couberem, na forma da legislação trabalhista".

Em seguida, o Sr. Zeferino Vaz dirigiu-se ao aeroporto de Brasília e embarcou num avião que o levou a São Paulo.

Os professores foram oficialmente notificados da demissão na segunda-feira seguinte, 11 de maio, quando receberam do Serviço de Pessoal da Universidade um Recibo de Quitação Geral, assinado pelos professores, pelo diretor administrativo e pelo chefe do Serviço de Pessoal. Com esse documento foi homologada a demissão na Divisão de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social no dia 13 de maio às 17 horas.

Na mesma semana foram, da mesma forma e por ofícios semelhantes, dispensados mais os seguintes professores: Álvaro Fortes Santiago, José Cesar Aprilanti Gnaccarini, Theotônio dos Santos Júnior e Alfredo Rondon de Castro. Na semana seguinte foram demitidos vários funcionários.

Reações de professores e alunos

Ao saberem da demissão dos colegas, os professores procuraram encontrar uma forma universitária de objeção, principalmente porque: 1) não encontraram qualquer critério lógico de coerência interna na lista dos demitidos; 2) as declarações dadas pelo interventor ao assumir a intervenção não faziam prever esse desfecho; 3) as acusações genéricas de incompetência e agitação subversiva e doutrinação em aula, feitas pelo interventor, não haviam sido desmentidas, e o ônus das suspeitas contidas na acusação era agora carregado sobre os professores demitidos. Todavia, não se encontrou qualquer forma de reação dentro dos quadros universitários, porque, embora a estrutura da Universidade de Brasília fosse baseada sobre a existência de Departamentos e das

deliberações desses órgãos e de outros órgãos colegiados, as providências tomadas pelo interventor não foram dadas nem à discussão nem ao conhecimento desses órgãos. Vale notar que, no que se refere aos professores que tinham sido presos, após a liberação, haviam voltado a dar aulas e realizar trabalhos na Universidade até o dia da demissão.

Muitos professores então preferiram demitir-se espontaneamente da Universidade, por não concordarem com a quebra flagrante da autonomia departamental e universitária; dezenas de alunos também manifestaram o propósito de abandonar a escola. Imediatamente correu o rumor de que os professores que se demitissem ou os estudantes que trancassem matrícula seriam indiciados em inquérito e presos; o interventor ordenou à Secretaria dos Cursos que elaborasse uma lista dos alunos que, a essa altura, já haviam entregue seus pedidos de cancelamento ou suspensão de matrículas. Um dos professores demitidos, que não havia sido preso no dia 9, foi então detido e levado à Secretaria de Segurança Pública, onde permaneceu várias horas e onde foi qualificado como incurso da Lei de Segurança Nacional. Um professor decidiu suspender as suas aulas e fez ler, em classe, um documento em que afirmava ter sido quebrada a autonomia universitária. Foi imediatamente convocado pelo interventor; alguns dias depois foi preso pela Polícia do Exército onde ficou 15 dias.

Mesmo assim, quatro ou cinco professores demitiram-se, enquanto vários outros, que se encontravam fora de Brasília, decidiram não voltar por não encontrarem ali condições de trabalho.

Duas semanas após a demissão dos professores, foi instaurado na Universidade de Brasília um Inquérito Policial-Militar, presidido pelo tenente-coronel Caraciolo Azevedo de Oliveira, designado pelo general de brigada Estêvão Taurino de Rezende Neto, para “apurar os fatos criminosos contra o Estado e a Ordem Política e Social verificados na UnB”. Os oficiais que trabalharam no inquérito começaram por tomar, durante vários dias, o depoimento do Sr. Zeferino Vaz, e a seguir, chamaram para depor numerosos professores, funcionários e estudantes da Universidade de Brasília.

Até a instalação desse inquérito, todavia, sabe-se que alguns poucos alunos e alguns funcionários haviam sido chamados à Polícia Política de Brasília, a fim de prestar informações sobre os professores; comentava-se na ocasião, também, que um ou dois elementos da Universidade haviam se dirigido espontaneamente à sede do DOPS para prestar informação e depoimento.

Depoimentos no IPM

Na sua maioria, tanto os professores que haviam sido presos quanto os que haviam sido demitidos foram chamados para depor no Quartel da Polícia do Exército pelo encarregado do IPM. Os depoimentos variaram de uma ou duas horas a dez ou 12 horas. As perguntas feitas eram semelhantes às que já haviam sido anteriormente feitas aos professores presos, quando ainda na prisão, mas se

acrescentaram novas questões a respeito da ideologia de colegas e alunos. Aos interrogados era apresentada uma lista contendo dezenas de nomes de professores e alunos e se perguntava quais eram as doutrinas, posições ideológicas e opiniões políticas dessas pessoas. Os oficiais do IPM, contudo, não fizeram - ao que se saiba - coações verbais e aceitaram a recusa dos que se negaram a falar sobre a ideologia de terceiros. Outra pergunta que se fazia insistentemente aos interrogados referia-se a uma cartilha de alfabetização, feita por um aluno da UnB e falsamente atribuída à responsabilidade da Reitoria da UnB ao tempo do professor Darcy Ribeiro. Havia perguntas, também, sobre as atividades da Comissão de Professores, Alunos e Funcionários que se instalara no dia 1° de abril, e sobre a participação de professores em atividades políticas ou sindicais. Perguntava-se, também, sobre redação ou aposição de assinaturas em manifesto que havia sido lançado em 1962 por professores da UnB, quando as crises parlamentaristas faziam prever a decretação do Estado de Sítio. Finalmente perguntava-se sobre a natureza dos cursos ministrados, bibliografia adotada, temas debatidos, existência de textos e apostilas, preferência por autores nas indicações de aula, bem como sobre a opinião pessoal dos interrogados a respeito de temas como reforma agrária, voto ao analfabeto, elegibilidade dos sargentos, reforma universitária, UNE [União Nacional dos Estudantes] e participação dos estudantes nos debates políticos, declarações e atitudes dos Srs. Goulart, Brizola, Darcy Ribeiro etc.

Por mais de uma vez, durante os depoimentos, os encarregados do Inquérito deram a entender que não haviam coligido provas capazes de incriminar os professores demitidos. Igualmente comentava-se em Brasília - sem que essa informação fosse confirmada ou não - que a primeira parte do inquérito relativo à prisão dos 13 professores, presidida pelo delegado João Perfeito, teria concluído pelo arquivamento ou pela não culpabilidade dos presos. Igualmente, em fins de julho, corria em Brasília a notícia de que o tenente-coronel Caraciolo Azevedo de Oliveira já teria encerrado o inquérito e enviado o relatório à CGI [Comissão Geral de Investigação] onde ele teria sido arquivado; não se tinha todavia confirmação dessa notícia, mas em 9 de outubro foi encerrado o prazo estabelecido no artigo 7° para punições, e nada veio a público sobre a Universidade de Brasília.

Entrementes, a professores que o procuravam para saber das razões das demissões, o Sr. Zeferino Vaz, variando a resposta com a identidade do interlocutor, dava a entender que: 1) os professores haviam sido demitidos por incompetência; 2) havia provas concretas, provindas das Polícias Estaduais, quanto à atividade pregressa subversiva dos professores; 3) a Interventoria havia recebido pressão das autoridades militares; 4) a Interventoria havia recebido pressão do Ministério da Educação; 5) ele, interventor, sabia que certos professores eram comunistas, porque sabia que seus parentes eram comunistas; 6) com a experiência que tinha, “conhecia pela cara” os incompetentes (essa declaração foi feita ao professor Sérgio Buarque de Holanda); 7) alguns professores poderiam receber como tarefa, por ordem do Partido Comunista, o encargo de permanecer 15 anos “metido” num laboratório, sem demonstrar atividade política, a fim de,

no momento azado, pregarem a subversão" (essa declaração foi feita ao professor Aryon Dal'Igna Rodrigues).

Soube-se que, no mês de junho, o Ministério da Guerra enviou ao Sr. Zeferino Vaz um ofício transcrevendo trechos do depoimento do interventor em que este declarava que "as demissões foram baseadas em informações de pessoas dignas de sua confiança"; no ofício, o Ministério da Guerra solicitava que o Sr. Zeferino Vaz indicasse os nomes de, pelo menos três dessas pessoas; o ofício permaneceu duas semanas sem resposta e esta, se foi dada, não passou pelos serviços normais de expediente e protocolo da Universidade. Soube-se de outro ofício em que as autoridades militares solicitavam a designação, prometida, da Comissão de Professores Universitários de Alto Nível, que se encarregaria de examinar os materiais escolares, textos, apostilas, livros e programas de cursos, a fim de indicar as provas de utilização do cargo para doutrinação política; não se conhece a resposta do interventor e nada se sabe da comissão.

À procura de emprego

Os professores demitidos, dos quais a maior parte havia sido presa, encontravam-se na seguinte situação: estavam sem emprego em Brasília, cidade de mercado de trabalho extremamente restrito e pouco diferenciado e onde há altíssimo índice de desemprego; estavam obrigados a entregar as casas onde residiam com suas famílias, em 30 dias , à Universidade; não podiam sair de Brasília, por estarem incursos em inquérito, sem prévia autorização, e, ao procurarem essa autorização, encontravam sempre a mesma resposta: "nada posso fazer sem ordens superiores", sem que se soubesse exatamente de quem partiriam essas ordens superiores. Alguns professores procuraram empregar-se em Brasília, mas tiveram muito pouco êxito; as portas do ensino secundário revelaram estar fechadas para os professores demitidos da Universidade; um professor demitido conseguiu emprego no "Jornal Falado" da Rádio Educadora e o emprego durou 48 horas: foi avisado de que sua permanência no emprego não era considerada "conveniente" pelo Serviço de Segurança do Ministério da Educação, "em virtude do ato de demissão da Universidade"; outro professor, que tinha a condição de instrutor na Universidade e que deveria apresentar no mês seguinte sua Dissertação de Mestrado a fim de obter o título do primeiro grau da carreira acadêmica, conseguiu a muito custo um emprego de auxiliar de escritório, trabalhando das 8 às 18 horas pelo salário de 60 mil cruzeiros. Finalmente, no fim de junho, alguns professores conseguiram do encarregado do IPM uma liberação provisória para ausentar-se de Brasília a fim de procurar emprego em outras cidades. Em São Paulo, contudo, um ex-professor da Universidade de Brasília teve a indicação de seu nome para uma Faculdade de Araraquara vetada pelo presidente do Conselho Estadual de Educação sob a alegação de que se tratava de "professor comunista". O presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e o ex-interventor, agora, reitor, da Universidade de Brasília são a mesma pessoa: o Sr. Zeferino Vaz. Outro professor, demitido, apresentou a uma entidade para-oficial um pedido de bolsa de pesquisa, e o professor Miguel Reale vetou o pedido, alegando (informal e extraoficialmente) que o professor, por ser demitido da Universidade

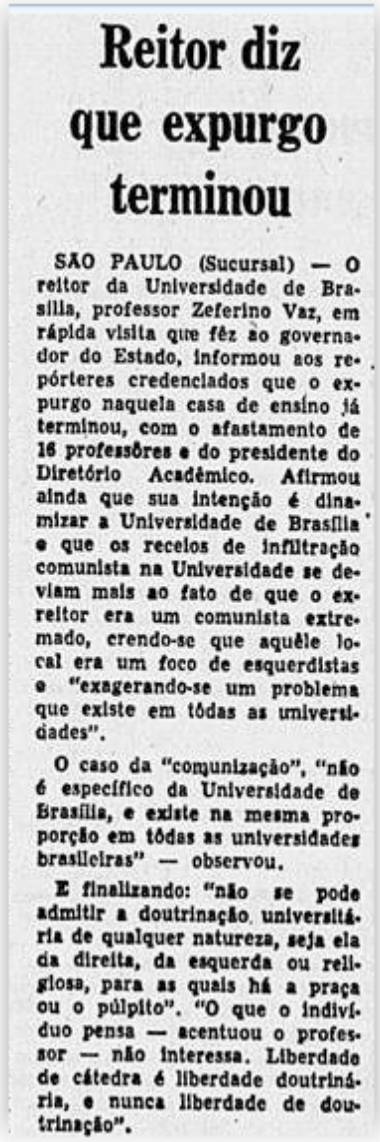
de Brasília, deveria ser comunista. Muitos dos professores demitidos ou que se demitiram da Universidade de Brasília estão procurando sair do País: o professor Heron de Alencar encontra-se no México; o professor Oscar Niemeyer está em Paris; outros estão em entendimentos com organizações internacionais, inclusive Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] e OIT [Organização Internacional do Trabalho] para obter empregos e poderem continuar a carreira universitária em centros de pesquisa latino-americanos ou europeus. O Sr. Zeferino Vaz procurou contratar novos professores em São Paulo: não tem encontrado facilidade nesse empreendimento, contudo, porque muitos se recusam a participar do trabalho acadêmico numa Universidade em que se cometeram tantos e tão graves atentados à ética, à autonomia e ao estilo universitários. Estão ou estiveram em entendimentos, contudo, os seguintes nomes, para substituir os professores expulsos ou que se recusam a ir para lá: Gilberto Freyre, em Sociologia; Miguel Reale, em filosofia; Soares Amora, em língua portuguesa; Georges Bidault, em Direito. Ao que se comenta, o nome de Bidault só seria oficialmente levantado depois da visita do presidente De Gaulle. Falava-se em Brasília, também, das nomeações dos professores Mem de Sá, senador e membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília; deputado Abel Rafael; deputado Plínio Salgado (compareceu à cerimônia de encerramento do semestre letivo na Universidade de Brasília, ao lado dos Srs. Zeferino Vaz e Miguel Reale). Nos últimos dias de julho o Sr. Zeferino Vaz decidiu, em ato administrativo comunicado à Secretaria Geral dos Cursos, promover à condição de professores titulares (vitalícios e supercatedráticos), sem prévia consulta a Departamentos ou Comissões Especiais, os seguintes professores: Oscar Niemeyer, Cláudio Santoro, Antônio Luiz Machado Neto, Eduardo Galvão, Antônio Cordeiro, Ciro dos Anjos, Eudoro de Souza e outros. Muitos estudantes abandonaram a Universidade; vários conseguiram obter bolsas de estudo no Exterior, graças aos consulados estrangeiros, e outros simplesmente deixaram de estudar e de comparecer à Universidade. Vários cursos foram interrompidos com a expulsão dos professores e não tiveram prosseguimento no primeiro semestre nem no segundo, ou tiveram seus trabalhos prejudicados. Assim não foram mais dadas as disciplinas de Sociologia do Trabalho, Sociologia Urbana, Estrutura e Organização Social, Teoria Política, Introdução à Sociologia etc. Foram interrompidas as pesquisas dos professores que se preparavam para apresentar, neste e nos próximos anos, as suas teses de doutoramento, e que foram expulsos. Foram interrompidos também pelo menos dois cursos de pós-graduação (do professor Edgar Graeff e do professor Heron de Alencar) e ficaram prejudicadas as leituras dirigidas e os seminários de Sociologia e Política, Metodologia e Técnica da Pesquisa Científica, programadas para os dois semestres deste ano; ficou prejudicada a vinda do professor Lucien Goldmann no segundo semestre de 1964."[26]

Quanto à Reitoria do interventor Professor Zeferino Vaz, a informação secreta do MEC que vínhamos comentando também fazia suas críticas,

26 http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre-ocorrencias-na-universidade-de-br

por considerar que ela acabara se envolvendo com a comunidade universitária, perdendo com isso o vigor de sua autoridade ditatorial:

“O novo reitor assume sob um clima de expectativa. Faz afirmações de que nada mudará. Tom acadêmico e de homem de trabalho. Alguns professores estão presos. Solidariedade de todos. Aumenta a revolta contra a revolução. As prisões justificam a revolta e os indecisos começam a engrossar as fileiras da rebelião. Moderados e apaziguadores são objetos de suspeita. Expressões como ‘dedo-duro’, ‘reaça’, ‘inocente útil’ etc são a linguagem cotidiana. A suspeita é generalizada e a tensão emocional geral. Os boatos circulam e há grande avidez por notícias. Passado o primeiro susto, o clã se reorganiza. O velho sistema foi mantido intacto. Adaptam-se aos hábitos do Reitor, dão-lhe a impressão de solidariedade na difícil missão e envolvem-no. O resultado é conhecido.”



Reitor diz que expurgo terminou

SAO PAULO (Sucursal) — O reitor da Universidade de Brasília, professor Zeferino Vaz, em rápida visita que fêz ao governador do Estado, informou aos repórteres credenciados que o expurgo naquela casa de ensino já terminou, com o afastamento de 16 professôres e do presidente do Diretório Acadêmico. Afirmou ainda que sua intenção é dinamizar a Universidade de Brasília e que os receios de infiltração comunista na Universidade se deviam mais ao fato de que o ex-reitor era um comunista extremado, crendo-se que aquêle local era um foco de esquerdistas e "exagerando-se um problema que existe em tôdas as universidades".

O caso da "comunização", "não é específico da Universidade de Brasília, e existe na mesma proporção em tôdas as universidades brasileiras" — observou.

E finalizando: "não se pode admitir a doutrinação universitária de qualquer natureza, seja ela da direita, da esquerda ou religiosa, para as quais há a praça ou o púlpito". "O que o indivíduo pensa — acentuou o professor — não interessa. Liberdade de cátedra é liberdade doutrinária, e nunca liberdade de doutrinação".

Correio da Manhã, 20 de maio de 1965, p. 07.

Crise de 1965: O cerco se fecha sobre a universidade

Paz vigiada: com esses termos, Salmeron descreve os quinze meses da reitoria do interventor Zeferino Vaz, entre sua posse e a crise de 1965.[27] Antonio Luiz Machado Neto, coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas, que pediria demissão da função durante a crise, e depois constaria na lista de 15 professores demitidos a 19 de outubro,[28] descreveu as vésperas da crise de 1965 como momentos de esperança logo desenganada. Esperança porque, depois do começo conturbado, o Reitor Zeferino Vaz demonstraria certo apreço pelo projeto e pela estrutura da Universidade de Brasília. Inclusive, agindo no sentido da libertação de professores presos. Desengano, porque a autonomia universitária logo seria, novamente, atacada, depois da contratação do filósofo gaúcho Ernani Maria Fiori. Este, desligado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul logo após o golpe de 1964, como parte das cassações promovidas pelo primeiro Ato Institucional, tinha sido convidado para organizar o Departamento de Filosofia da UnB. Sendo assim, sua contratação pela UnB foi alvo de pressões políticas externas, tendo em vista sua demissão. Mesmo sendo avaliado com parecer favorável pelos professores Eudoro de Souza, Machado Neto e Miguel Reale (USP), Fiori então seria demitido e, por não ser considerado mais confiável na qualidade de interventor-reitor, Zeferino Vaz também não resistiria à pressão e pediria demissão do cargo, indicando Laerte Ramos de Carvalho como seu substituto. O desengano prosseguiria com o novo reitor, com novas pressões e demissões políticas, da servidora Edna Soter de Oliveira e do professor Roberto Decio Las Casas.

Como pudemos observar na Informação Secreta preparada pelo Ministério da Educação neste mesmo ano de 1965, a Universidade de Brasília era vista com suspeição por altos escalões da ditadura. Consultando outros documentos, de situações e datas diferentes, podemos evidenciar a narrativa ditatorial que sustentava essa atmosfera de paz vigiada e desenganos. Por exemplo, o "Processo sobre a fundação universidade de Brasília. Ocorrências de 29 agosto de 1968",[29] que ficou guardado no Gabinete do SNI até 1974, quando foi transferido pelo coronel chefe do referido gabinete, José Albuquerque, para a Agência Central/SNI, trazia um "histórico da UnB". Comum em inquéritos desse tipo da ditadura militar, esse tipo de "histórico" apresentava a versão consolidada pelos serviços de inteligência sobre um grupo, partido, instituição etc., que estivessem sob investigação. No caso da UnB, este histórico, somado a documentos, prisões, interrogatórios, "justificava", dentro dos parâmetros ditatoriais, a necessidade de uma ação violenta de cunho militar contra o *campus*. Tendo um fundo eminentemente pragmático de penalizar, indiciar ou propor algum tipo de ação repressiva, esse tipo de documento também representava uma espécie de saber consolidado produzido pela ditadura militar.

De acordo com o histórico em questão, fundada em 1961 por seu idealizador e primeiro reitor Darcy Ribeiro, a UnB teria recebido sua orientação até 1964, o que teria impresso na universidade um "sentido esquerdista". Mas, além de aspectos que relacionavam a universidade ao governo Goulart e a ideias consideradas esquerdistas pela ditadura, neste documento, a UnB é tratada como foco de resistência política, inclusive com a afirmação de que havia no *campus*, à época do golpe, "mobilização de luta armada".

> "A importância e a seriedade do problema criado levaram, após a Revolução, à ocupação do *campus* (a pri-

27 Roberto Salmeron. *Op. cit*, p. 177.

28 Antonio Luiz Machado Neto. "A ex-Universidade de Brasília. Significação e crise", in: *Revista Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro, ano 3, no 14, julho de 1967, p. 139-158.

29 Trata-se, portanto, de relatório referente à invasão militar do campus daquela data. ACE 53 760 86 002.

> meira pelos órgãos de manutenção da ordem) por contingentes do Exército, inclusive preparados para a ação em força contra como o que se estimou como baluarte comuno-janguista de Brasília." (p. 8).

Zeferino Vaz, interventor nomeado para o cargo de Reitor, era acusado de ser tímido. Um acadêmico incapaz de perceber a dimensão política do conflito em torno da universidade. Daí, segundo o documento, uma necessária "cirurgia" aconteceu em 1965, aplicada com a crise. E aqui fazemos uma pausa para destacar essa metáfora: cirurgia. Ela retoma tradições conservadoras que tratam a sociedade como um organismo unificado. As dissensões, discordâncias, resistências são, nessa trama discursiva, vistas como infecções, ações parasitárias ou disfunções orgânicas. Não havendo, portanto, espaço para a diferença política. As prisões, demissões, ocupações militares (e também as torturas e os assassinatos que ainda viriam) seriam portanto ações "saneadoras" do Estado. A universidade, algo como um corpo infectado.

Seguindo o "histórico da UnB", nele se afirma que, diante da ausência de Zeferino Vaz, o vice-reitor Almir de Castro, "elemento esquerdista", coordenava a Universidade.

> "Sucederam a Almir: o professor Ernani Maria Fiori, líder da Ação Popular no Rio Grande do Sul, e afastado do magistério pela Revolução e que mais tarde viria a ser pivô de mais um caso na Universidade, o professor Kuba Goldenberg demitido do ITA face a IPM, e o professor Roberto Decio Las Casas, agitador conhecido, com registros em BH, Rio de Janeiro, Recife, e Belém, onde foi indiciado num IPM."

A autonomia era explicitamente condenada:

> "Fundação, autônoma, a UnB possibilitou – e possibilita até hoje – a contratação de elementos indesejáveis, muitos de passado já comprometido. Daí, gerou-se a utopia do território livre, da intocabilidade, sem obediência às normas comuns e à legislação ordinária."

Segundo o documento, a crise da demissão de Ernani Maria Fiori teria levado à demissão de Zeferino Vaz do cargo de Reitor. Laerte Ramos de Carvalho, seu sucessor, porém enfrentaria "logo um problema – o professor Las Casas". Este teria sido contratado por decisão de Almir de Castro, cedido do MEC para a UnB. Reclamado pelo Ministro da Educação e mandado apresentar-se por ofício do Reitor (ainda o professor Zeferino), não se apresentou e continuou a dar aulas. Ao fim do mês, quando foi receber os vencimentos, foi informado que não mais pertencia à UnB. "Crise à vista, caso criado. Ótimo prato."

Nesse mesmo relatório, em outra seção, "Antecedentes A" afirma-se que, durante a crise de 1965, o Reitor Laerte Ramos de Carvalho era "amparado nas informações dos Serviços de Segurança" e por isso teria se mantido resoluto na decisão das demissões:

> A demissão dos 15 professores provocou pedidos de demissão em massa dos professores (aproximadamente 170). Nessa fase a crise já havia tomado proporções que preocupavam as altas autoridades nacionais. Os serviços de informação dos órgãos de governo tiveram atuação destacada, fornecendo ao professor Laerte todos os elementos sobre cada professor demissionário. O pedido de demissão dos professores e as informações recebidas deram ao Reitor a oportunidade de expurgar de modo simples todos que eram nocivos à nova ordem de

autoridade, respeito e hierarquia, instalada no Brasil pela Revolução.

Mas aqui já estamos nos adiantando no andamento da crise de 1965. Mas, com um dado de extrema relevância: a confirmação, em documentos oficiais, de que o novo interventor-reitor, Laerte Ramos de Carvalho, tinha contato estreito e profundo com os serviços de informação da ditadura. Cristaliza-se, assim, a quebra da autonomia universitária, a ocupação administrativa da Universidade pela ditadura – e o fato de que, durante a ditadura, os interventores-reitores responderiam antes aos órgãos de segurança e informação e apenas depois disso à própria universidade, quando o faziam.

No dia 29 de setembro de 1965, a FEUB comunicava ao Reitor Laerte Ramos de Carvalho que os estudantes da UnB, em assembleia, tinham decidido enviar uma nota à imprensa denunciando que a autonomia da Universidade vinha sendo ferida. Isto, sobretudo com referência às demissões do professor Roberto Decio Las Casas e da servidora Edna Sóter de Oliveira, ambas movidas por causas de natureza político-ideológica e efetivadas sem a devida consulta às instâncias internas da UnB. A FEUB se declarava contrária a qualquer intervenção dessa natureza. O documento vinha assinado por Paulo de Tarso Celestino da Silva, presidente em exercício da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília.

A nota, tal como guardada no acervo da ASI (MPL 05), vem seguida de um parecer, este sem assinatura, em papel timbrado do Gabinete do Reitor. O parecer, também dirigido ao Reitor Laerte Ramos de Carvalho, resume a nota, informa que a comunicação da FEUB à imprensa, com teor semelhante, saiu no Diário de Notícias de 30/9/1965, mas não em jornais de Brasília, e depois se detém no aspecto jurídico da existência da FEUB. O que sugere que houve uma consulta por parte do Reitor Laerte Ramos de Carvalho, tendo em vista alguma possível sanção à FEUB ou seus representantes.

Recorrendo à Lei n° 4.464, de 09 de novembro de 1964 (conhecida como Lei Suplicy),[30] e ao Decreto n° 56421, de 4 de maio de 1965, que a regulamentava, o parecer dizia que a FEUB não teria a legitimidade de exercer o papel de representação estudantil, a não ser como órgão de caráter assistencial, esportivo ou cultural – estando dissociada dos órgãos da universidade, tais como conselhos departamentais e congregações. Ou seja, por ser entidade autônoma e instituída por livre associação dos próprios estudantes. No parecer se observava ainda que, mesmo que fosse considerada legítima, evidentemente que nos parâmetros da jurisdição da ditadura militar, a FEUB não poderia ter opinado sobre aquele assunto, por lhe ser vedada qualquer manifestação de caráter político-partidário, sendo cabível a sanção de suspensão da função de representação estudantil dos dirigentes ou mesmo extinção do órgão pela Reitoria. Ou seja, que mesmo sendo "ilegal", a FEUB não poderia exercer atividades previstas para associações "legais". Seguindo este raciocínio, o parecer defendia que o Reitor deveria desconsiderar a nota, sendo sua atenção a comunicados da FEUB uma mera "liberalidade". Deveria, ainda, segundo seu critério, arbitrar sobre as instalações da FEUB no *campus* universitário, sanções disciplinares a alunos envolvidos nas atividades da FEUB, ajustamento compulsório dos estatutos da federação, ou sua dissolução por intermédio do Ministério Público.

30 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2):" Depois de oito meses em funcionamento, em 27 de maio de 1964, a Câmara dos Deputados encerrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da UNE. Foi publicada a Resolução n° 56 nomeando uma Comissão Especial para elaborar projeto de lei para regular as atividades representativas estudantis, transferindo a sede da UNE para Brasília. Esse ato se constituiu no primeiro passo para a adoção de lei que colocou as entidades estudantis na ilegalidade. Aprovada pelo Congresso Nacional em 9 de novembro de 1964, a Lei no 4.464 dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes. Extinguindo a UNE e demais entidades estudantis, a lei criou novas entidades tuteladas pelas universidades e, em última instância, pelo governo." (p. 271).

Não somente os estudantes e sua entidade representativa denunciavam medidas arbitrárias tomadas contra a Universidade de Brasília. No acervo da ASI/UnB, encontra-se também um texto apócrifo datado de 14 de outubro de 1965 (MPL 009), com o título de: "A crise da Universidade de Brasília. Informações e esclarecimentos" – ao que tudo indica, escrito por um dos coordenadores de curso da universidade. De acordo com este documento, em 30/9/1965, os quinze coordenadores de cursos da UnB pediram, coletivamente, demissão de suas funções administrativas. Ainda seguindo o documento, uma reunião a 6 de outubro, entre o Reitor e cinco dos coordenadores, teve como um dos temas a atuação do movimento estudantil, em particular da FEUB – o Reitor advertindo que pretendia punir os estudantes que estiveram presentes a uma assembleia de posse de direção eleita pela entidade, sem sua autorização prévia. Em pauta, também estava a demissão de professores e servidores da universidade, por motivos estranhos a parâmetros didáticos e acadêmicos. Em especial o caso do professor Roberto Decio Las Casas. Não somente pela injustiça de seu caso individual, mas pelo clima de insegurança que sua demissão gerava no corpo docente da universidade. A demissão de Roberto Decio Las Casas não seguira o previsto no Estatuto da Universidade, usando-se, para sua demissão, o argumento de que ele era um servidor cedido pelo Ministério da Educação e Cultura. Situação que, dada a fase inicial de criação da UnB, abrangia um imenso número de seus docentes. Os coordenadores teriam dito ao Reitor que estranhavam tais atitudes (demissões de professores e servidores e ameaça de punição de estudantes) quando o próprio Reitor observava que a situação política nacional era instável. A questão jurídica, no caso, repercutia na possibilidade de "afastamento de professores apontados como inconvenientes por autoridades extra-universitárias" (MPL 09,p. 03). Este era, efetivamente, como veremos adiante, o caso de Roberto Decio Las Casas – demitido da universidade por motivações políticas.

Estava em jogo a autonomia da universidade e a relação interna entre o Reitor e corpo docente. Seguidas vezes, o Reitor Laerte Ramos de Carvalho faltara a reuniões marcadas e interrompera qualquer possibilidade de diálogo. Diante do impasse, professores em assembleia no dia 8 de outubro decretaram uma greve de 24 horas. No dia 9, em assembleia da FEUB, os estudantes decretaram greve por prazo indeterminado. A partir daí, seguindo o relato do documento citado, o Reitor passou a recorrer, além das demissões e ameaças de punição, à coerção policial.

No domingo, dia 10 de outubro, o Reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública que ocupasse o *campus*.[31] Neste mesmo dia, quatro professores do curso de biologia foram presos (Antônio Rodrigues Cordeiro, coordenador do Instituto Central de Biologia, Jorge de Paula Guimarães, José Reinaldo Magalhães e Fernando Luís Kratz), "sem maiores explicações, foram levados para uma delegacia, onde, em tom desconsiderado e insolente, foram inquiridos e reinquiridos a propósito de seu trabalho na UnB e de supostas atividades subversivas que nesta se verificavam" (MPL09 p. 04). Os professores ficaram detidos até as 6 horas da manhã do dia seguinte, 11 de outubro. Na mesma noite do dia 10, Ênio Luís de Freitas Melo, assistente e secretário-executivo do Setor de Economia do Instituto Central de Ciências Humanas, foi preso em sua residência na Asa Sul. Por emissoras de rádio, o Reitor alertava à cidade que as atividades da UnB estavam suspensas. Dois dos presos, Antonio Cordeiro e Reinaldo Magalhães, relataram a Salmeron (p. 241-242), que depois de detidos no *campus*, foram levados por agentes do DOPS (DFSP), e interrogados separadamente. Os interrogatórios ocorreram com ameaças – um policial

31 O texto do ofício, encaminhado por Laerte Ramos de Carvalho ao general Riograndino Kruel, diretor do DFSP, está reproduzido em: Roberto Salmeron, *op. cit*. P. 222-223. Salmeron lembra que, naquela data, Laerte Ramos de Carvalho exercia a função de reitor a cinco semanas e meia e portanto mal conhecia a Universidade de Brasília.

brincava com um revólver sobre a mesa e outro chegou a apontar a arma para a cabeça de um dos professores interrogados.

Na segunda-feira, dia 11, o *campus* estava cercado pela polícia, com aparato reforçado. O acesso de quaisquer pessoas à universidade estava vetado, inclusive de parlamentares e representantes estrangeiros. Policiais assediavam ostensivamente qualquer pessoa que passasse, com intimidações e ameaças. Então, mais dois professores foram presos, o professor visitante Michel Paty, do Instituto Central de Física, e o arquiteto e pesquisador indiano Shyam Janveja, que escrevia uma tese sobre a arquitetura de Brasília. Salmeron (p. 244) diz ainda que Michel Paty foi detido pela Polícia Civil e interrogado, tendo que provar que era pesquisador em física. Para tanto, um agente teria lhe arguido sobre o movimento de rotação da Terra – tema de uma aula recente de Salmeron. Portanto, com forte indício de que essa aula tinha sido assistida por agente policial ou mesmo gravada. Ainda segundo Salmeron, o Correio Braziliense do dia 13 de outubro de 1965, noticiou as prisões de Shyan Janveja e Michel Paty – ambos detidos na Delegacia Geral de Investigações e "submetidos a cerrado interrogatório por parte dos detetives Alencar e Schmidt e agentes do serviço secreto do Exército", segundo o texto do jornal. Depois dessa experiência, os dois pesquisadores se demitiram da UnB.

Voltando ao documento aqui resumido, ainda fala de "medidas insólitas" tomadas pela Reitoria, como a nomeação, a 30 de setembro do mesmo ano, de um funcionário para o cargo de Diretor Executivo da Fundação da Universidade de Brasília, funcionário este que teria passado a disseminar boatos entre estudantes, professores e mesmo mestre-de-obras que trabalhavam em obras do *campus*, a quem teria dito que a Universidade seria fechada, por responsabilidade dos coordenadores de curso e professores. Que teria, ainda, mandado interromper o serviço de transporte no *campus* a partir do dia 4 de outubro. O *campus*, então, como tantas vezes na história do governo ditatorial, era transformado em território ocupado por forças policiais que viam a comunidade universitária como suspeita. Além disso, visava-se à criação de um ambiente tenso, ameaçador – o que sugere a existência de uma intenção deliberada, por parte da própria Reitoria, de que as tensões se intensificassem, dando lugar à violência.

Além de apontar a arbitrariedade das prisões, da ocupação policial do campus e das perseguições políticas, o documento indicava, ainda, o prejuízo acadêmico que poderia ser acarretado pela situação: professores brasileiros e estrangeiros sendo detidos e demissões políticas causando dano à imagem da incipiente universidade. O mais relevante, porém, segundo o documento era a intervenção na Universidade por parte de autoridades alheias, movidas por propósitos arbitrários e não acadêmicos – sobretudo a constante acusação movida contra qualquer um de ser um comunista, isso num contexto histórico em que essa acusação tinha a gravidade de sugestão de crime contra a segurança nacional.[32] O que repercutia nos debates do Congresso e na cobertura da imprensa, que seguidamente taxavam a UnB de "foco de subversão" (MPL 09, p. 6). Aqui, provavelmente referência à fala do próprio interventor no cargo de reitor, Laerte Ramos de Carvalho, que afirmou na CPI sobre a crise da UnB que a universidade seria "um fator de indisciplina, de intranquilidade, para toda a população de Brasília e, quiçá, para toda a população brasileira."[33]

A 18 de outubro, o interventor no cargo de reitor, Laerte Ramos de Carvalho publicava, sob argumento de que o Conselho Diretor da Universidade de Brasília recomendara que ele tomasse todas as medidas necessárias para reabertura de cursos e "normalização da vida universitária, afetada pela greve iniciada por professores e instrutores, com a posterior

32 Legislação e criminalização da política.

33 Roberto Salmeron. *Op. cit*, p. 292.

solidariedade dos estudantes", a rescisão os contratos de trabalho dos Professores Associados Roberto Pompeu de Souza Brasil, Jorge da Silva Paula Guimarães, José Reinaldo Magalhães, do Professor Assistente Rodolpho Azzi, dos Assistentes Flávio Aristides Freitas Tavares, Carlos Augusto Callou e Luiz Fernando Victor, dos Auxiliares de Ensino Alberto Gambirásio, José Gerardo Grossi e José Paulo Sepulveda Pertence. Na mesma decisão, constava o retorno aos órgãos de origem do Poder Público dos Professores Titulares Antônio Rodrigues Cordeiro, Antônio Luiz Machado Neto e Eduardo Enéas Gustavo Galvão, e do Professor Associado Hélio Pontes. A bolsa de estudos do Instrutor Rubem Moreira dos Santos era cancelada.

Diante da extrema gravidade da situação e do acúmulo de intervenções e violências de todo tipo que o governo ditatorial vinha praticando contra a Universidade de Brasília, 223 professores pediram demissão. A universidade tinha, antes da crise, 305 professores, o que explicita a dimensão da crise.[34] A partir disso, é impossível dimensionar os danos acadêmicos causados à Universidade de Brasília. Em construção e já arruinada, a universidade então seria reconstruída sobre os próprios escombros. E mais: sob vigilância cerrada. Novas intervenções, ainda mais violentas do que as que aconteceram até então, viriam. O que seria então do projeto inicial da Universidade de Brasília? Essa é uma história ainda em aberto.

A 25 de novembro de 1965, era o próprio Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, então demissionário, quem distribuía à imprensa uma nota com comentários desqualificadores sobre a Universidade de Brasília (LGS 0014): "A Universidade de Brasília continua sendo sanada, à proporção que os seus casos secretos estão sendo conhecidos. A Universidade da capital vai ser convenientemente dimensionada. Todos os corruptos, corruptores, agitadores e subversivos serão afastados, quer sejam professores medíocres ou sábios mestres, quer sejam alunos ou funcionários, independentemente do que pensam ou venham a pensar de nós os intelectuais do *Le Monde.*" (p. 1). Tais ameaças, o Ministro proclamava em nome do "governo revolucionário" e do entendimento de que a educação seria "assunto de segurança nacional".

Da chamada "crise de 1965", em que se constata um verdadeiro cerco ditatorial à Universidade de Brasília, então em fase inicial de instituição, destacam-se as seguintes violações: detenções e prisões arbitrárias, demissões de natureza política, cerceamento ao livre exercício da associação política. Vale ressaltar, como veremos adiante, que os acontecimentos de 1965 tiveram repercussões em anos posteriores: demitidos e demissionários foram marcados em seus prontuários guardados pelos serviços de informação da ditadura (como consequências práticas difíceis de serem medidas, mas que podem abranger desde impedimentos a viagens ao exterior, realização de pós-graduações, posse de cargos conquistados em concursos a violações mais graves como prisões e torturas), e mesmo em 1988, o SNI acompanhava os processos de anistia relativos às demissões.

a. Prisões arbitrárias

De acordo com o relatório da CNV:

> A detenção é caracterizada como arbitrária sempre que, mesmo legalmente prevista, viola direitos e garantias individuais ao se utilizar de meios e procedimentos desproporcionais ou desnecessários. Dessa maneira, se para a apuração da legalidade devem ser averiguadas as causas ou circunstâncias expressamente tipificadas

34 Roberto Salmeron, *op. cit*, p. 233-237. Aí também está disponível a lista completa dos demissionários.

> em lei (aspecto material), como a estrita sujeição a esses procedimentos (aspecto formal); para a verificação da arbitrariedade, examinam-se as causas e os métodos da detenção que, mesmo considerados legais, sejam incompatíveis com os direitos fundamentais do indivíduo, por serem não razoáveis, imprevisíveis ou desproporcionais. O conceito de arbitrariedade deve, portanto, ser interpretado de modo mais amplo do que a mera contrariedade à lei. Incorpora critérios como a incorreção, a injustiça da medida, a imprevisibilidade do ato ou a não aplicação das garantias processuais devidas. A medida de privação de liberdade, ainda quando estabelecida em lei, será considerada arbitrária se, por exemplo, for intrinsecamente injusta, baseada em uma norma arbitrária ou de exceção, estendida por um período de tempo maior que o necessário ou quando imposta por fundamentos discriminatórios.[35]

As detenções e prisões ocorridas no decorrer da crise de 1965, dentro e fora do *campus*, foram movidas por normas de exceção, as quais criminalizavam a ação política. Seus fundamentos são discriminatórios porque evidenciam que o pertencimento à comunidade universitária (na qualidade de professor, estudante, servidor e mesmo de pesquisador visitante) foi encarado como motivo de suspeição – e a mera suspeição valendo como pretexto para prender e deter. Além disso, foram acompanhadas de ostentação de força e intimidação, caracterizando-se como ameaças. Os detidos eram colocados à mercê de uma autoridade policial discricionária e violenta. Note-se, ainda, que as ameaças e intimidações eram dirigidas a todos os que passavam pelo *campus*. Neste caso, o próprio *campus* se tornou uma extensão do território do arbítrio policial.

No que se refere aos quatro professores presos citados no MPL 09, encontra-se no Arquivo Nacional uma "certidão de antecedentes de Jorge Silva Paula Guimarães" emitida pelo DOPS/MG a 15 de outubro de 1970, com registro no SNI datado de 13 de janeiro de 1983 (ABH ACE 8055 83). A certidão comprova que o motivo de sua prisão no *campus* da UnB foi político. Jorge da Silva Paula Guimarães é ali indicado como um dos fundadores de uma frente comunista, denominada "Comando dos Trabalhadores Intelectuais", criada a 20 de janeiro de 1964, segundo material que teria sido apreendido na residência do "líder sindical José de Almeida Barreto". Consta, ainda, no documento emitido pela repressão política que Jorge Silva Paula Guimarães "foi preso juntamente com mais três companheiros no interior de um automóvel, quando saía, durante a noite, da Universidade, que estava ocupada pelo Departamento Federal de Segurança Pública, para evitar tumultos e depredações, em virtude de terem sido suspensas as atividades até posterior deliberação do Conselho Diretor" – informação que constaria em relatório emitido pelo CENIMAR sobre a crise da Universidade de Brasília. Há, por fim, o registro de sua demissão a 17 de outubro de 1965.

Um documento do CNB, guardado pelo CISA e datado de 7 de abril de 1972, faz referência à prisão de Shyam Sunder Janveja (VAZ 119 0016). O tema geral do documento é sobre um grupo de moradores da Península Norte insatisfeito com a cobrança de taxas de serviço telefônico. Referindo-se a Shyam Sunder Janvenja, o documento confirma sua prisão no *campus* da Universidade de Brasília a 11/10/1965, "por ocasião da crise". A inexistência de qualquer outra referência, que certamente constaria num documento desta natureza (um registro de antecedentes) demonstra que a crise, em si mesma, foi o motivo da detenção.

35 Relatório da CNV, vol 1, p. 280-281

É provável que existam outras prisões, além dessas aqui registradas. Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 4 de junho de 2013, o professor Luís Fernando Vítor afirmou que foi acordado inúmeras vezes, na madrugada, para socorrer alunos presos, sem poder, dada a distância de tempo, dizer mais detalhes. Segundo o professor, o mais corriqueiro era que tais alunos estivessem detidos em alguma delegacia do Setor Policial Sul e mesmo em algum ministério. Sua própria casa foi invadida em 1965, quando agentes levaram todos os seus bens, menos os livros. Há um documento do CISA, em que Luiz Fernando Victor é qualificado de "eloquente e perigoso doutrinador de estudantes da UnB."[36]

Outro documento, o extenso "Processo sobre a fundação universidade de Brasília. Ocorrências de 29 agosto de 1968",[37] registra, como antecedentes relacionados à Universidade, a novembro de 1965, que alunos teriam se reunido em nome da FEUB em lugar indeterminado e passado a "promover agitação no *campus*, criticando atos do Reitor", com isso, foram presos pelo DOPS: José de Arimathea, Carlos (Carlitos), Veloso e o funcionário José Carlos de Arimathea. Como desdobramento da crise, em janeiro de 1966 foram detidos na UnB, quando distribuíam "panfletos subversivos", Honestino Guimarães, Joaquim Nobre de Lacerda Neto, Wanderley Teixeira de Carvalho e Aldo de Almeida Santos.

Mais prisões são registradas no Inquérito Policial Militar a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, com o assunto "atividades subversivas de estudantes da Universidade de Brasília"[38] Em prontuário do Ministério da Marinha sobre Eliomar de Souza Coelho, registra-se que ele foi preso com outros estudantes no dia 20 de outubro de 1965, quando distribuía panfletos na rodoviária. Outro prontuário, do Departamento Federal de Segurança Pública, esclarece que Eliomar foi preso pela Delegacia Geral de Investigações para "averiguação por comício". Documento confidencial do SNI sobre Waltamir Constantino. De 4 abril de 1968. Em 1967, vice-presidente do D.A de arquitetura. Foi preso pela DOPS quando tentava entrar na UnB em seu carro com manifesto do PORT, junto com Henrique Carvalho de Matos, que por sua vez já tinha sido preso em 1965 com "material subversivo". E Jaime Gonçalves de Almeida, do CIEM.

b. Demissões por motivo político:

Antes de tudo, deve-se observar que, em um contexto ditatorial, toda demissão está imersa numa situação de arbitrariedade, uma vez que se trata de prerrogativa de um poder discricionário. Além disso, o fato de não haver registro específico sobre um ou outro caso, não implica que não existam ali motivações políticas. Daí a correção do processo de anistia que se seguiu ao relatório da professora Geralda Dias Aparecida.

Mesmo assim, e contando com as lacunas na documentação devido ao sequestro de nossa história por aqueles que insistem em não tornar públicos seus acervos, é notável e evidente o teor político das demissões ocorridas na UnB na ditadura. Com base em levantamento documental individualizado dos demitidos entre 1964 e 1965, tal conclusão se impõe. Há inclusive documentos oficiais com "elogios", como por exemplo ao "brilhantismo" intelectual do filósofo Ernani Maria Fiori. Ocorre que, na ótica da repressão, tal virtude apenas o tornaria ainda mais "perigoso".

Seguindo a ordem das demissões de 1965, anteriores à crise, comecemos então por Ernani Maria Fiori. Documento oriundo do Comando Naval de Brasília, enviado ao SNI a 14 de maio 1965, classificado como "secreto", afirma que Ernani Maria Fiori foi "expurgado da UFRGS" pelo primeiro Ato Institucional. De acordo com o documento, o professor estava se mudando com sua família para o Distrito Federal. Talvez

36 VAZ 129 A 0135.

37 ACE 53 760 86 002

38 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130:

por ser conhecido como um católico de esquerda, o informe o localiza como "parte da cúpula da Ação Popular", ali qualificada como "Frente Legal do Movimento Comunista Internacional". Fiori faria parte de um grupo de professores que "orientavam o movimento estudantil", sendo "esquerdista desde os 16 anos."[39]

Outro documento, datado de 25 maio de 1965, oriundo do Ministério da Guerra, diz que Fiori é "homem de grande saber e de inteligência brilhante. Professor universitário. Vermelho e família (filho) também vermelho.[40]" O documento detalha que, depois de expurgo na UFGRS, alguns "revolucionários" estranharam que Fiori tivesse sido poupado. Então, por interferência do general Adalberto Pereira dos Santos junto ao Ministro da Guerra e deste junto ao Presidente da República, Fiori foi demitido. Prosseguia o documento:

> Recentemente, foi o Sr Fiori contratado pela Universidade de Brasília, onde presta serviços desservindo a Pátria, pois não consta tenha abjurado de sua formação e de suas convicções marxistas. Este fato, como era natural, despertou reação negativa no Rio Grande. É lícito admitir-se que não seja este um episódio isolado, de aproveitamento de expurgados em funções públicas e onde venham a prosseguir sua obra nefasta, a serviço da subversão e da corrupção.

As informações sobre Fiori circulavam intensamente. A 28 de maio de 1965, o SNI fazia circular nova informação secreta.[41] O tema era "Infiltração na Universidade de Brasília". De acordo com a informação, a UnB continuaria sendo "foco de agitação comunista no Distrito Federal". Maria Werneck de Castro, acusada de ser "comunista próxima de Darcy Ribeiro", estaria trabalhando na secretaria geral de cursos. Ernani Maria Fiori, por sua vez, seria "comunista atuante" de ação "nefasta no meio estudantil."

Os casos de Edna Soter e Roberto Decio Las Casas também são bem documentados. Da primeira, consta uma informação de 1965 do CISA sobre civis,[42] em resposta a pedido de busca do MEC. Edna Soter de Oliveira é acusada de agir de modo "indesejável" – grotesca, a acusação é de que ela era muito próxima dos alunos e por eles querida. Dado biográfico também comentado por Salmeron, que observa que, do ponto de vista da ditadura, terem proximidade com estudantes tornava a pessoa suspeita.[43] Outro fator que pesou contra Edna foi o fato de ela ser casada com o "ex-cel Av Fortunato Câmara de Oliveira, cassado pela Revolução."[44] Neste mesmo documento, por sinal, afirma-se que a "outubro de 1965", "quinze professores são demitidos por suas atividades subversivas."

Sobre Roberto Decio Las Casas, também encontramos um informe oriundo do CISA.[45] Datado de 1974, mas se referindo a anos anteriores, o documento desqualifica Las Casas como "subversivo". Como destaca Salmeron,[46] estranho é que apenas três meses depois de ser cedido pelo MEC à UnB, Las Casas fosse desligado – e sem sequer um aviso formal. O professor soube de seu expurgo quando não recebeu o pagamento. Salmeron cita, ainda, a fala do deputado Abel Rafael (integralista de

39 AC ACE 96286 65

40 AC ACE 96306 65.

41 AC ACE 96399 65.

42 VAZ 126 0091.

43 Roberto Salmeron, op. cit, p. 188-189.

44 ACE 53760 86 002.

45 VAZ 114 A 0021.

46 Op. cit, p. 190.

Minas Gerais), o qual afirmou em CPI sobre a crise da UnB que teria pedido no DOPS de Belo Horizonte as fichas dos professores demitidos, onde constaria que Las Casas seria "comunista militante." É importante destacar que os motivos alegados para tais demissões eram outros, de natureza administrativa e legal. A motivação política era denegada pelas autoridades, o que demonstra de modo inequívoco a percepção de que demissões de natureza política contrariariam os valores comuns à vida acadêmica, tanto em nível nacional quanto internacional. Resta ainda que com isso as autoridades também evitavam qualquer tipo de inquérito, procedendo a demissões sumárias, sem direito de defesa.

Em "Noticiário"[47] datado de 18/10/1965 e guardado no acervo da ASI/UnB, constam as "providências tomadas pelo reitor Laerte Ramos de Carvalho" tendo em vista a "reabertura dos cursos e normalização da vida universitária". Quais sejam:

"Rescisão dos contratos de trabalho doa Professores Associados ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL, JORGE DA SILVA PAULA GUIMARÃES e JOSÉ REINALDO MAGALHÃES; do Professor Assistente RODOLPHO AZZI; dos Assistentes FLÁVIO ARISTIDES FREITAS TAVARES, CARLOS AUGUSTO CALLOU e LUIZ FERNANDO VICTOR, e dos Auxiliares de Ensino ALBERTO GAMBIRÁSIO, JOSÉ GERARDO GROSSI e JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE;

Retorno aos órgãos de origem do Poder Público dos Professores Titulares ANTÔNIO RODRIGUES CORDEIRO, ANTÔNIO LUIZ MACHADO NETO e EDUARDO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, e do Professor Associado HÉLIO PONTES;

Cancelamento da bolsa de estudos do Instrutor RUBEN MOREIRA DOS SANTOS."

Sem mais explicações, apenas com a "justificativa" da normalização da vida universitária, tais demissões despertaram um amplo debate, inclusive no Congresso Nacional. Na CPI de 1965, publicamente o interventor na função de reitor, Laerte Ramos de Carvalho, associou as demissões à participação de professores em assembleia que decretou greve de 24 horas, em agosto de 1965.[48] Perguntado pelo deputado Andrade Lima Filho especificamente sobre o professor Antonio Rodrigues Cordeiro, "geneticista de fama internacional, naturalmente faz a maior falta à Universidade de Brasília: Coordenador do Instituto Central de Biologia e com altos títulos científicos, por que razão foi demitido?" Laerte respondeu que: "Foi um dos professores que, na última assembleia, em que foi discutida a greve de 24 horas, defendeu a deflagração da greve.[49]" Na mesma sessão, o interventor admitiu que não houve inquérito. Mais ainda, que ele não estivera presente na referida assembleia. Assim, o professor Machado Neto, também demitido, votara contra a greve. Jorge Guimarães que não se manifestara na assembleia. Pompeu de Souza não se manifestou nem contra nem a favor. Claramente, tratava-se de pretexto, e os professores foram selecionados devido a informes e informações dos serviços de espionagem da ditadura.

47 BR_DFANBSB_AA1_MPL 71.

48 *Op. cit*, p. 290.

49 *Idem*, p. 303.

No Inquérito Policial Militar a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, encontramos alguns informes:[50]

> MAI 65 O sr Pompeu de Souza estava como contratado da UnB, "conhecido esquerdista", "exercia influência subversiva no meio dos alunos.
>
> 21 JUN 66 José Paulo Sepulveda Pertence. Um dos demitidos da Unb em out 65. "como um dos mentores da subversão", "elemento de extrema-esquerda", "foi vice presidente da UNE em 1958/1959", "um dos mentores das agitações quando da visita de Foster Dulles, em 1959.
>
> JAN 68 Carolina Martusceli Bori, "ex-professora de biologia da UnB", demitida em out 65." "Quando ainda professora da UnB assinou manifesto de adesão de intelectuais da Gb, destacou-se no papel de desmoralização do governo revolucionário junto a universidades e professores norte-americanos.
>
> FEV 68 Flávio Aristides F. Tavares. "Ex-assistente da cadeira de jornalismo da UnB, de onde foi demitido por subversão em 1965". "Assinou o manifesto dos intelectuais em 1965.

De Flávio Tavares sabemos ainda que, ao saber da demissão, ele procurou o líder da ARENA, senador Daniel Krieger, a pedido de seus amigos jornalistas. Seu caso foi verificado junto ao próprio Castelo Branco que teria dito que ele foi demitido por ser comunista e ao mesmo tempo propagandista do nazismo. Motivo: na bibliografia de um curso que o professor então ministrava (Comunicação de Massas) constavam os livros "Que fazer?", de Lênin, e "Minha Luta", de Adolf Hitler.[51]

Isso não é tudo: os informes e informações que confirmam o teor político das demissões são abundantes. Por exemplo, no relatório sobre os acontecimentos da Universidade de Brasília, em agosto de 1968, constam mais "antecedentes":[52]

> 17 ABR 66 José Gerardo Grossi esteve em visita ao comitê do partido comunista". "Participou ativamente da reunião dos professores em 8 de outubro de 1965, que resultou na greve". Foi um dos demitidos "por ter sido um dos fundadores da referida greve". "Exercia a função de Auxiliar de Ensino no Departamento de Direito do ICCH. Tido como comunista, era um dos responsáveis pela subversão na UnB.
>
> DEZ 66 os formandos de arquitetura homenagearam Alcides da Rocha Miranda ("Demissionário da UnB em 65, como agitador esquerdista"), Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Edgar Graeff ("preso pela Revolução como comunista, professor de teoria arquitetônica"). Os formandos de administração escolheram como paraninfo Hélio Pontes, "demitido da UnB em out/65, por ser esquerdista." Os formandos de direito incluíram entre os homenageados especiais o professor Machado Neto, "demitido da UnB em out/65, por ser comunista declarado."

50 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

51 Flávio Tavares, Memórias do esquecimento. Os segredos dos porões da ditadura. Porto Alegre: LPM, 2012, p. 260-264. E, também, depoimento à Comissão em 21/10/2014.

52 ACE 53 760 86 002.

Trechos de um relatório sobre a "Universidade Nacional de Brasília", datado de 1965, com a finalidade de "apresentar resultado de investigações feitas em torno do pessoal da administração, do corpo docente e discente,"[53] apresentam a conclusão de que haveria na administração da universidade um grupo que "denominamos de Grupo de Pressão", possivelmente constituído por Almir de Castro, vice-reitor muito ligado a Darcy Ribeiro. Sobre Pompeu de Souza, o relatório diz que: "conhecido por suas ideias esquerdistas"; "ligado a Darcy Ribeiro"; "agita o movimento estudantil"; "ostentou luto pela morte da democracia no primeiro aniversário da Revolução"; "comunista fichado"; "deu aulas subversivas na UnB".

Neste mesmo relatório, há uma relação de "elementos nocivos" à UnB:

Administração: Almir de Castro vice-reitor, Carlos Godinho, diretor executivo e administrativo. Carlos Augusto Villalva Negreiros Falcão, chefe do gabinete do reitor. Rosa Maria Monteiro Pessina, secretária dos cursos. Sérgio Raimundo Huch Coelho, consultor jurídico. José Diniz Lara, diretor de contabilidade. José Narciso Prates. "Klaus e sua esposa".

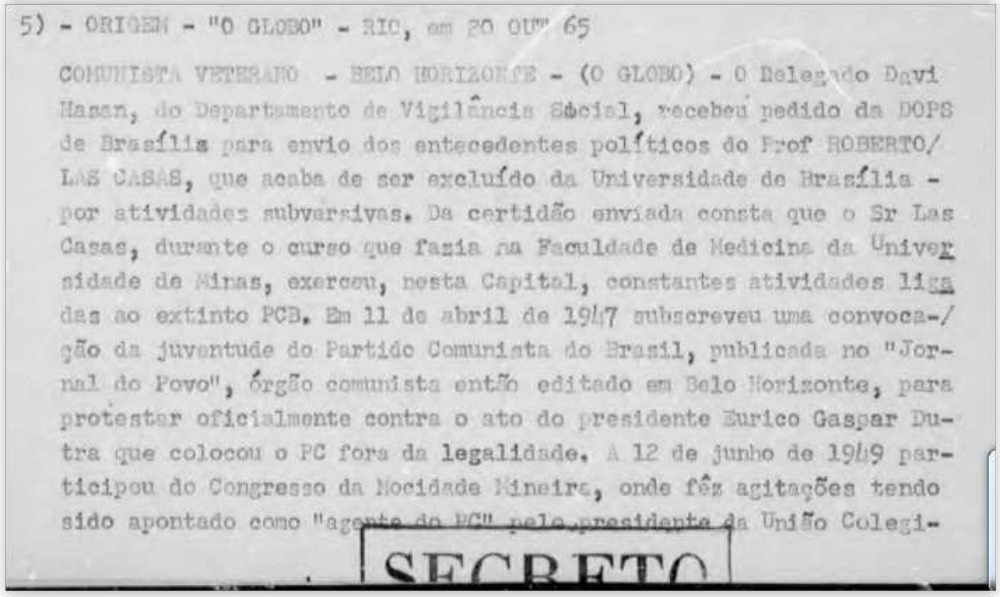
Professores: Antonio Luiz Machado Neto, Pompeu de Souza, Roberto Décio de Las Casas, Luiz Fernando Victor.

> Em mais folhas soltas sobre a UnB em 1965, constam mais dados sobre Roberto Decio Las Casas:[54] "morava em Belém em 1962"; sua casa seria "o redil da fina flor comunista" da capital. Ele e sua esposa, Sarah Las Casas, estariam respondendo processo criminal no Juízo da 10ª Vara da Comarca de Belém por crime previsto na lei 1803

53 ACE 96464 65.

54 DI ACE 96814 65.

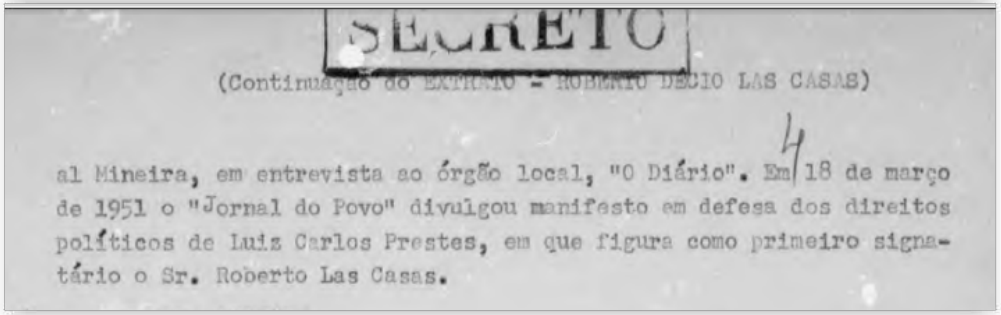
de 5 janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional). E mais um extrato Secreto do Ministério da Aeronautica. “o civil LasCasas e sua esposa são comunistas militantes”.



5) - ORIGEM - "O GLOBO" - RIO, em 20 OUT 65

COMUNISTA VETERANO - BELO HORIZONTE - (O GLOBO) - O Delegado Davi Hasan, do Departamento de Vigilância Social, recebeu pedido da DOPS de Brasília para envio dos entecedentes políticos do Prof ROBERTO/ LAS CASAS, que acaba de ser excluído da Universidade de Brasília - por atividades subversivas. Da certidão enviada consta que o Sr Las Casas, durante o curso que fazia na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas, exerceu, nesta Capital, constantes atividades ligadas ao extinto PCB. Em 11 de abril de 1947 subscreveu uma convoca-/ ção da juventude do Partido Comunista do Brasil, publicada no "Jornal do Povo", órgão comunista então editado em Belo Horizonte, para protestar oficialmente contra o ato do presidente Eurico Gaspar Dutra que colocou o PC fora da legalidade. A 12 de junho de 1949 participou do Congresso da Mocidade Mineira, onde fêz agitações tendo sido apontado como "agente do PC" pelo presidente da União Colegi-

SECRETO



SECRETO

(Continuação do EXTRATO - ROBERTO DECIO LAS CASAS)

4

al Mineira, em entrevista ao órgão local, "O Diário". Em 18 de março de 1951 o "Jornal do Povo" divulgou manifesto em defesa dos direitos políticos de Luiz Carlos Prestes, em que figura como primeiro signatário o Sr. Roberto Las Casas.

1968-1974: repressão exacerbada a todo foco de oposição: expulsões, prisões, torturas, desaparecimentos.

1968

O Globo, 26 de setembro de 1968, capa.

• *Em maio uma môça foi violentada numa "festinha" por seis colegas. Tôdas as noites de sábado há bacanais no* campus, *com freqüência de universitárias "avançadas" e prostitutas. Foram montados dois prostíbulos em território da Universidade, com mulheres levadas de Anápolis.*

Idem, p. 16.

ORGIAS E TERROR DES
A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Símbolo da subversão



PASSEATA ESTUDANTIL EM BRASILIA: OS JOVENS MANIFESTANTES PREGAM A GUERRILHA E CARREGAM UMA BANDEIRA DO VIETCONG

- Estudantes fecham Faculdade de Arquitetura
- 67 professôres já demitidos pelo "soviete"
- A violência sexual comprovada fica impune
- Minoria extremista assume comando da UnB
- A inacreditável história de "João Cabeludo"

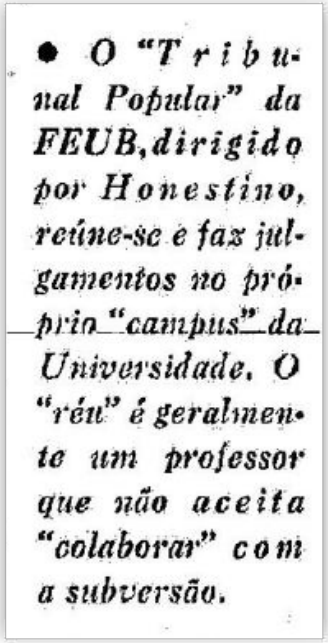
ANO XLIV - Rio de Janeiro, 5.ª-feira, 26 de setembro de 1968 - N.º 13 003

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

A reportagem de O GLOBO confirmou a situação de caos insustentável a que a dominação de uma minoria estudantil levou a Universidade Nacional de Brasília, hoje centro de desmandos e anarquia: desde a seleção e expulsão de professôres pelos ativistas, até o uso de apartamentos como bordéis, passando pela violência indiscriminada contra colegas e mestres que não respeitam a "lei" do "território livre", o que se passa na UnB, sob a omissão paternalista dos responsáveis pela direção e manutenção, já atingiu a fase da degradação, com a bandeira do Vietcong como símbolo. (PÁGINA 16)


• O "Tribunal Popular" da FEUB, dirigido por Honestino, reúne-se e faz julgamentos no próprio "campus" da Universidade. O "réu" é geralmente um professor que não aceita "colaborar" com a subversão.

Ibidem, p. 16.

Este capítulo sobre o ano de 1968 tem duas fontes principais: dois inquéritos extensos e abrangentes produzidos pela ditadura naquele mesmo ano. O primeiro, sob responsabilidade do coronel Murilo Rodrigues de Souza,[55] foi instaurado logo após uma grande manifestação em protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. A FEUB, então sob a presidência de Honestino Guimarães, estava na linha de frente da passeata reprimida por forças policiais. Estudantes secundaristas também lideraram e participaram do ato. Daí que o referido inquérito tratasse da questão estudantil em Brasília de um modo amplo. Abarcando, também, intelectuais, militantes e parlamentares que se fizeram presentes na passeata e nos eventos que se seguiram.

55 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130.

O Inquérito Policial Militar se desdobra durante 1968, a partir de abril, e suas investigações e indiciamentos desaguaram no mandado de prisão a estudantes da UnB que foi usado como pretexto para a grande invasão militar de agosto. Depois da invasão, o inquérito prosseguiria com prisões e interrogatórios (que também incluíram estudantes presos no congresso da UNE em Ibiúna em 12 de outubro de 1968). Ele se encerra com uma série de indiciamentos que se desdobrarão com novos mandados de prisão, condenações, expurgos nos anos seguintes. Nesse meio tempo, como veremos adiante, Honestino foi expulso da Universidade de Brasília.

O segundo inquérito[56] é um extenso relatório cujo título é: *Processo sobre a Fundação Universidade de Brasília. Ocorrências de 29 agosto de 1968.* O autor do relatório não é nomeado. Não há assinaturas. Consta, apenas, que ele estava guardado no gabinete do chefe do SNI até 1974. Muitos prontuários e dados são semelhantes ou idênticos aos do IPM a cargo do Coronel Murilo Rodrigues de Souza. Mas a conclusão e a finalidade desse processo são diferentes. Não há indiciamentos ou inquirições. Não há mandados de prisões. Mas se faz uma análise sobre a Universidade de Brasília, sobretudo seu movimento estudantil, e se propõem algumas medidas para a solução dos "problemas" que ela representava. O texto também parece tentar justificar a dimensão da operação envolvida no episódio do dia 29 de agosto, enquadrando-o numa análise de cunho militar sobre as ações de contra-rebelião. Ou seja, a UnB e mais especificamente a FEUB são explicitamente tratadas como alvos de uma operação de guerra. Desenha-se, também, um perfil do interventor desejado para a Reitoria.

Somando-se os dois inquéritos, e outras fontes complementares que serão indicadas a seu tempo, temos um quadro amplo sobre as intervenções

56 *ACE 53 760 86 001; ACE 53 760 86 002; ACE 53 760 86 003; ACE 53 760 86 004.*

ditatoriais contra estudantes, professores e técnico-administrativos no ano de 1968. Fica claro que a leitura forjada em torno do golpe, da UnB como "foco de subversão", se acentuara. Que a grande invasão de 1968 foi fruto de um pensamento elaborado, de ensaios feitos durante o ano e que, portanto, foi algo mais do que uma ação "excessiva" (uma operação militar envolvendo diferentes tropas, com uso de armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo com o objetivo de prender alguns estudantes universitários). Também vemos que houve professores e estudantes da universidade que reforçaram essa imagem da universidade como reduto de "subversão", tanto em depoimentos quanto em declarações públicas repercutidas em notícias jornalísticas que constituíram verdadeiras difamações da vida no *campus* universitário para seus leitores.

O ano de 1968 se conclui com a decretação do AI-5. Com isso, a opção de resistir à ditadura era irremediavelmente lançada na via da clandestinidade. A FEUB continuou existindo, mas em segredo, num *campus* sob vigilância cada vez mais cerrada. As torturas já vinham sendo praticadas antes de 1968. Mas, pelo que pudemos verificar, durante este ano elas vão ganhando um caráter cada vez mais intenso e programático. Separaremos um item específico nesse capítulo para alguns relatos nesse sentido.

Um prelúdio: a visita do embaixador John Tuthill.

20 de abril de 1967. O embaixador norte-americano John Tuthill esteve na Biblioteca da Universidade de Brasília, numa cerimônia comemorativa de doação de livros. Com a Guerra do Vietnã em escala acelerada, e diante do apoio dos Estados Unidos à ditadura no Brasil, estudantes resolveram protestar. Num dos prontuários de José Antônio Prates, no já citado IPM a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, consta que:

"Foi um dos que promoveram o desacato, as agitações contra o Embaixador Americano, benfeitor da UnB, à qual fez doação de preciosa Biblioteca. Ele confessa que preparou uma faixa, aliás injuriosa, agressiva e incitadora, que levantou com o indiciado Jeblin Abraão, na presença do Embaixador, dizendo: - Ianques, fora do Vietnam, quando foi preso."[57]

Neste mesmo inquérito, consta em dos prontuários de Honestino Guimarães que ele estava presente ao protesto e foi preso. E mais, afirma-se que "vários estudantes saíram feridos." Em 21 de setembro.de 1968, no Quartel do 8º Grupo de Artilharia Antiaérea de Brasília, registrou-se que, ao ser inquirido pelo coronel Murilo Rodrigues de Souza, José Antônio Prates afirmou que:

"estava na biblioteca quando foi abordado por um Oficial do Exército, mas inúmeros colegas se acercaram do depoente para protegê-lo, protestando aos gritos quanto à sua prisão; na oportunidade foram presas inúmeras pessoas, isto porque houve um tumulto violento na Biblioteca, logo que o Embaixador saiu; que o incidente foi objeto de uma investigação policial, mas houve violência policial e constou que o professor Román Blanco havia fechado a porta da Biblioteca, impedindo a fuga dos estudantes; que o depoente não teve nenhuma intenção de praticar violência, mas sim de fazer uma crítica;"

Antônio de Pádua Gurgel, em seu livro *A rebelião dos estudantes*, relata que depois do protesto contra a presença do embaixador na Biblioteca da UnB, o prédio da Biblioteca foi fechado e ali mesmo estudantes foram espancados e de lá saíram presos. 76 estudantes foram detidos.[58] É possível mencionar, além dos já citados Honestino Guimarães, Jeblin Abraão e José Antônio Prates. Um informe enviado do CISA ao CENIMAR

57 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

58 Antônio de Pádua Gurgel. *A rebelião dos estudantes. Brasília 1968.* Brasília: EdUnB, 2002, p. 54.

cita Olympio Gonçalves Mendes.[59] Um informe do CISA ao CIE inclui Hugo Mund Júnior, como presente ao protesto e demissionário em 1965.[60] Luiz Werneck de Castro Filho é citado como um dos presos, em inquérito sobre a chamada "Ala Marighella" em Brasília, de 1969.[61]

Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 4 de abril de 2014, Betty Almeida, estudante da UnB desde o vestibular de 1967, afirmou que estava na Biblioteca no dia da visita do embaixador norte-americano. Betty Almeida se lembrava de que, durante o protesto dos estudantes, houve presença ostensiva da polícia. Um aluno da medicina, chamado Álvaro, ficou ensopado de sangue. Ela confirma que houve espancamento de estudantes e que por isso, inclusive, ela passou mal – e talvez por esse motivo não tenha sido presa. Em sua opinião, o evento foi uma provocação. O então diretor da Biblioteca era admirador incondicional dos Estados Unidos e seu discurso foi uma apologia. Acredita, ainda, que a ação policial estava preparada antes do protesto, porque havia muitas rádio-patrulhas na porta da Biblioteca e se notava a presença de figuras com aspecto de agente policial no evento. Sua lembrança é que de repente começou uma confusão, quando ninguém tinha se dado conta mesmo que o embaixador já tinha saído. Os estudantes não puderam sair, o que provavelmente se deveu ao fato de a porta da biblioteca ter sido fechada.

Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 25 de março de 2015, Eustáquio Ferreira, relatou que foi um dos detidos quando do episódio da em 1967. Na época, a visita do embaixador foi tomada como uma provocação. Eustáquio disse não saber ao certo qual força policial prendeu os estudantes. Diz não ter presenciado torturas.

59 VAZ 129 0032

60 VAZ 138 A 0159

61 ACE 20292 69

No processo sobre a invasão de agosto, consta ainda a carta em que a FEUB exigiu ao reitor a demissão de Román Blanco por ele, entre outras coisas, segundo a FEUB, ter fechado a porta da Biblioteca quando do espancamento e prisão de estudantes.[62] Nilson Bernardes Curado, em inquirição ao coronel Murilo Rodrigues de Souza, a 2 de agosto de 1968, no Quartel General do 131º Grupo de Canhões Automáticos Antiáreos 40, afirmou que "era voz corrente na UnB que Román Blanco tinha ajudado a Polícia, fechando a porta da Biblioteca para impedir fugas de estudantes."

Como veremos essa questão do Román Blanco seria, em 1968, uma das maiores polêmicas da UnB.

Em mensagem à Comissão Anísio Teixeira, Joaquim Araújo Cardoso relatou o seguinte:

> "venho à presença dessa Comissão narrar o que se segue:
>
> Sou ex-funcionário dessa UnB, que apesar de concursado, fui demitido SEM justa-causa durante o período do regime militar (1968). Fui admitido como motorista nível IV após ser aprovado em 4º lugar no referido concurso. Designado para servir no Instituto Central de Biologia, como motorista do encarregado da Fazenda Experimental Água Limpa.
>
> Durante esse período, trabalhei não só como motorista, como também em várias outras atividades, visto que estávamos implantando a organização daquela Fazenda

62 ACE 53 760 86 003

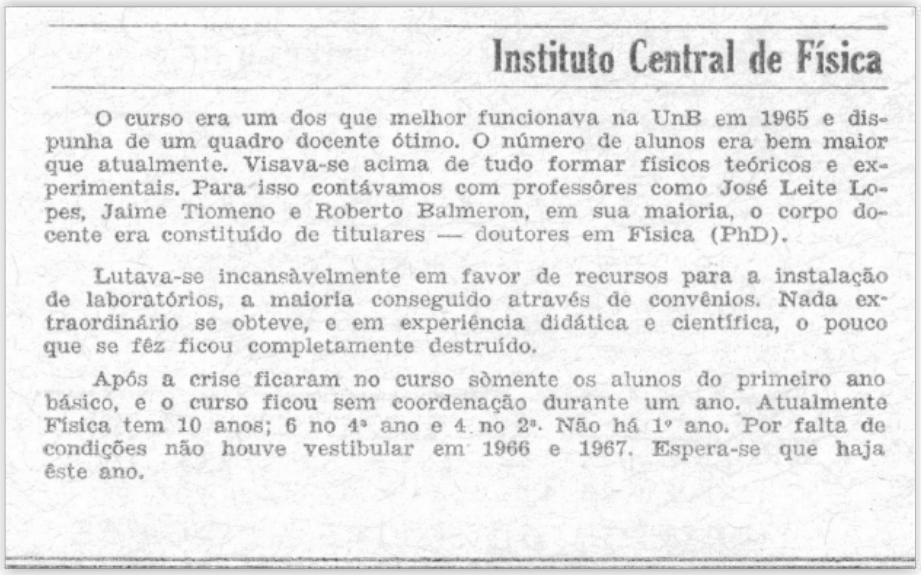
Experimental. Por falta de pessoal, tínhamos que exercer trabalhos em funções além daquelas as quais éramos obrigados por lei. O trabalho era exaustivo, inclusive aos sábados e domingos e mesmo assim não se reclamava. Muito pelo contrário, tínhamos orgulho de trabalhar, pois sabíamos que estávamos contribuindo para o desenvolvimento da educação.

Após concluirmos os trabalhos iniciais de criação do organograma administrativo dessa fazenda experimental, fui promovido à função de escriturário nível IX-A e fui designado para exercer a função de chefe do Setor Administrativo da referida fazenda. Nesse período, houve a troca de reitor da UnB, saindo o reitor Laerte Ramos de Carvalho e entrando o reitor Caio Benjamin Dias. Com a mudança de reitor, todos os comissionados (professores) foram demitidos ou devolvidos aos Governadores dos Estados (alguns eram "emprestados"). No meu caso, apesar de exercer cargo em comissão, não poderia ser demitido, pois eu era funcionário concursado e deveria ser reintegrado à minha função de escriturário nível IX-A. Para que eu pudesse ser demitido, teria que haver um inquérito administrativo, no qual eu tivesse amplo direito de defesa e mesmo assim eu fosse condenado. Se naquele período, em vez de ser punido, fui promovido, isso significa que eu era um bom funcionário. Acredito que a minha demissão foi porque eu estava na Biblioteca Central no dia em que o Embaixador dos Estados Unidos estava entregando 20.000 livros para UnB, doados pela Fundação Ford. Nesse dia, quando o Embaixador discursava, um grupo de estudantes ergueu uma faixa na qual se lia: ianques go home; houve grande tumulto e o Governo mandou a polícia invadir o *campus* da UnB e ela foi baixando o pau em todos que encontrava pela frente."

Importa destacar que, entre as lacunas da documentação disponível sobre o período ditatorial na Universidade de Brasília, uma das mais evidentes se refere a demissões e perseguições políticas a servidores. A ausência sistemática de documentação nesse sentido leva a crer que tenha havido algum ato proposital de ocultação ou destruição dessa parte do acervo. Além de obscurecer aspectos relevantes da história da universidade, essa situação atinge diretamente o direito à anistia e reparação das vítimas, dificultando ou mesmo impedindo as devidas ações judiciais.[63]

Mas é importante observar, ainda, para a conclusão deste prelúdio que, entre o final de 1967 e o começo de 1968, a UnB passaria por uma severa crise de cunho didático e acadêmico, sobretudo recordada como a crise do Instituto Central de Artes (ICA) – Faculdade de Arquitetura (FAU). Ainda sob a ressonância da grande de 1965, a universidade passava por dificuldades orçamentárias e pela falta de professores para o seu quadro. No inquérito a cargo do Coronel Murilo Rodrigues de Souza, há um Jornal da FEUB, número 3, datado de 30 de outubro de 1967. Entre outros temas, o jornal trazia uma série de quadros sobre a situação dos cursos na Universidade de Brasília. Apenas a título de exemplo, reproduzimos alguns desses quadros:

63 Observamos, mais adiante neste mesmo relatório, que servidores da ASI/UnB, estranhamente, em 1985 participaram da comissão dedicada à reparação a servidores da Universidade de Brasília perseguidos durante a ditadura.

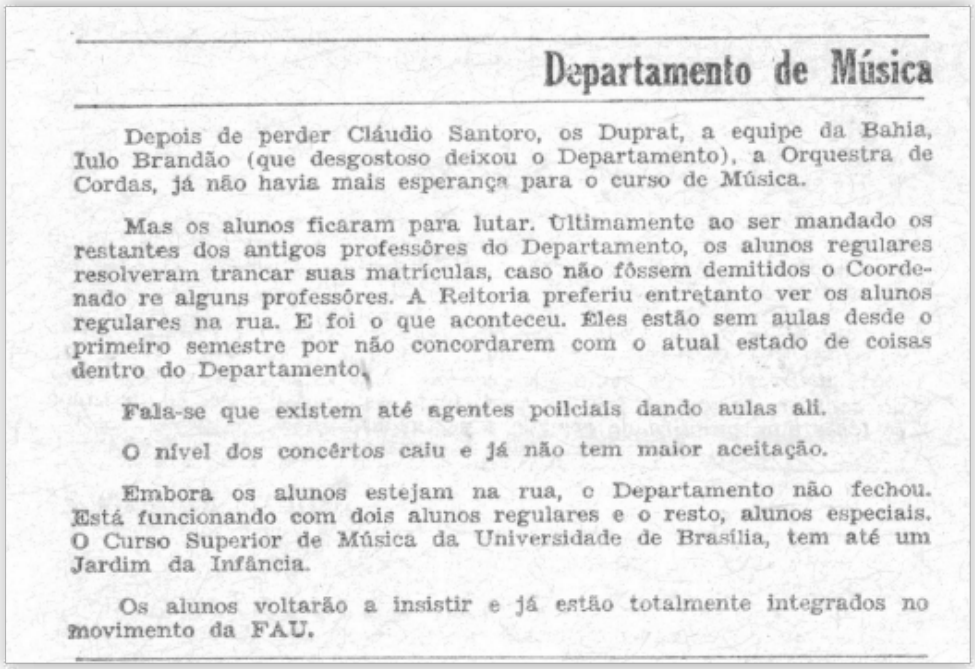


Instituto Central de Física

O curso era um dos que melhor funcionava na UnB em 1965 e dispunha de um quadro docente ótimo. O número de alunos era bem maior que atualmente. Visava-se acima de tudo formar físicos teóricos e experimentais. Para isso contávamos com professôres como José Leite Lopes, Jaime Tiomeno e Roberto Balmeron, em sua maioria, o corpo docente era constituído de titulares — doutores em Física (PhD).

Lutava-se incansàvelmente em favor de recursos para a instalação de laboratórios, a maioria conseguido através de convênios. Nada extraordinário se obteve, e em experiência didática e científica, o pouco que se fêz ficou completamente destruído.

Após a crise ficaram no curso sòmente os alunos do primeiro ano básico, e o curso ficou sem coordenação durante um ano. Atualmente Física tem 10 anos; 6 no 4º ano e 4 no 2º. Não há 1º ano. Por falta de condições não houve vestibular em 1966 e 1967. Espera-se que haja êste ano.



Departamento de Música

Depois de perder Cláudio Santoro, os Duprat, a equipe da Bahia, Iulo Brandão (que desgostoso deixou o Departamento), a Orquestra de Cordas, já não havia mais esperança para o curso de Música.

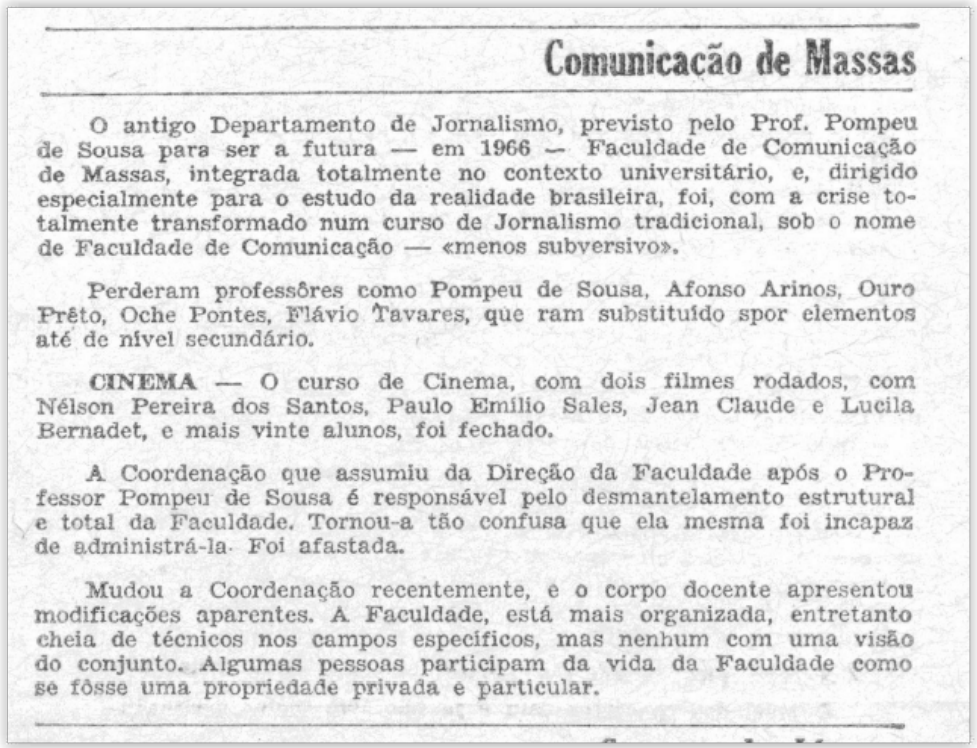
Mas os alunos ficaram para lutar. Ultimamente ao ser mandado os restantes dos antigos professôres do Departamento, os alunos regulares resolveram trancar suas matrículas, caso não fôssem demitidos o Coordenado re alguns professôres. A Reitoria preferiu entretanto ver os alunos regulares na rua. E foi o que aconteceu. Eles estão sem aulas desde o primeiro semestre por não concordarem com o atual estado de coisas dentro do Departamento.

Fala-se que existem até agentes policiais dando aulas ali.

O nível dos concêrtos caiu e já não tem maior aceitação.

Embora os alunos estejam na rua, o Departamento não fechou. Está funcionando com dois alunos regulares e o resto, alunos especiais. O Curso Superior de Música da Universidade de Brasília, tem até um Jardim da Infância.

Os alunos voltarão a insistir e já estão totalmente integrados no movimento da FAU.



Comunicação de Massas

O antigo Departamento de Jornalismo, previsto pelo Prof. Pompeu de Sousa para ser a futura — em 1966 — Faculdade de Comunicação de Massas, integrada totalmente no contexto universitário, e, dirigido especialmente para o estudo da realidade brasileira, foi, com a crise totalmente transformado num curso de Jornalismo tradicional, sob o nome de Faculdade de Comunicação — «menos subversivo».

Perderam professôres como Pompeu de Sousa, Afonso Arinos, Ouro Prêto, Oche Pontes, Flávio Tavares, que ram substituído spor elementos até de nível secundário.

CINEMA — O curso de Cinema, com dois filmes rodados, com Nélson Pereira dos Santos, Paulo Emílio Sales, Jean Claude e Lucila Bernadet, e mais vinte alunos, foi fechado.

A Coordenação que assumiu da Direção da Faculdade após o Professor Pompeu de Sousa é responsável pelo desmantelamento estrutural e total da Faculdade. Tornou-a tão confusa que ela mesma foi incapaz de administrá-la. Foi afastada.

Mudou a Coordenação recentemente, e o corpo docente apresentou modificações aparentes. A Faculdade, está mais organizada, entretanto cheia de técnicos nos campos específicos, mas nenhum com uma visão do conjunto. Algumas pessoas participam da vida da Faculdade como se fôsse uma propriedade privada e particular.

Existem documentos extensos sobre a crise do ICA-FAU entre 1967 e 1968, no acervo da ASI/UnB, disponível no Arquivo Nacional. Isso, por si só, daria uma pesquisa, uma vez que a crise propiciou uma discussão intensa sobre os rumos da universidade, o destino de seu projeto e a precariedade do ensino causada pelo Golpe Militar. Nesse contexto de crise, também emergiram lideranças estudantis e a FEUB, mesmo considerada ilegal pelos órgãos do governo, consolidou-se como uma das arenas de reflexão sobre a universidade pública. Neste momento, o importante é realçar a situação de instabilidade da UnB de então e da intensificação da repressão violenta.

No relatório sobre a invasão da UnB de agosto de 1968, encontra-se um prontuário de José Antônio Prates, estudante da FAU naqueles anos, em que consta um informe oriundo da 6ª Zona Aérea, datado de 26 de outubro de 1967.[64] Segundo este informe, produzido, como se pode notar, pelo serviço de inteligência da Aeronáutica, Prates teria declarado, em reunião de alunos, que era contrário à presença de professores militares na FAU. Segundo o informe, o estudante: "confessou nessa reunião pertencer ao PC"; teria dito, ainda, que o motivo das "arruaças do movimento estudantil subversivo realizado na UnB, do qual resultou o fechamento da FAU por 15 dias", era trazer de volta Oscar Niemeyer. Esse tipo de informe, tão comumente encontrado na documentação produzida pela ditadura, merece, é claro, uma leitura crítica. Nele são atribuídas ao estudante palavras que, evidentemente, faziam parte do vocabulário da repressão. Mesmo o verbo "confessar" sugere alguma coisa do campo da penitência moral e religiosa, e não de um discurso político. Mesmo assim, o informe interessa e muito, não tanto pelo seu conteúdo, mas pelo simples fato de ter sido produzido. O informe indica que havia alguém presente a uma reunião de alunos da FAU, fosse como infiltrado ou usando algum recurso de espionagem. Portanto, mais uma evidência de que a vida universitária vinha sendo monitorada pelos órgãos de informação e repressão.

Em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira, em 26 de setembro de 2014, Aylê Salassiê Filgueiras, diretor de divulgação da FEUB na gestão de Mauro Mota Burlamarqui, destacou a importância da FEUB na luta pela desmilitarização da universidade e pelo retorno de professores demitidos por perseguição política. Afirmou, ainda, que o ex-professor Pompeu de Souza era uma referência e presença fundamental. Mesmo nos períodos em que as aulas eram suspensas (caso do ICA-FAU no final de 1967) a FEUB defendia que os alunos permanecessem em plena atividade, com grupos de estudo, reuniões etc. Como representante do Diretório Acadêmico do curso de comunicação de massas, Aylê afirmou que a produção editorial da FEUB era intensa, com publicações produzidas em gráficas clandestinas, devido ao ambiente repressivo. Uma dessas gráficas, por exemplo, ficava em são Cristóvão e foi estourada pela polícia num dia seguinte a uma edição de material de FEUB.

É nesse contexto mais amplo, de um ambiente vigiado, com prisões de estudantes e presença efetiva da repressão política, que se deve analisar o episódio da Biblioteca, no dia da visita do embaixador norte-americano John Tuthill. Na memória de algumas pessoas, esse dia foi, mesmo assim, um marco destacado. Em seu depoimento, Betty Almeida nomeou o espancamento de estudantes dentro da Biblioteca como uma espécie de "batismo de sangue". Eustáquio Ferreira se lembra do momento como de uma "primeira reação mais forte", diante do que viria em 1968. A violência policial não pode ser considerada propriamente simbólica, mas o fato de ela ter acontecido dentro de uma Biblioteca universitária, sim. E assim encerramos nosso prelúdio ao ano de 1968.

Em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira, a 26 de setembro de 2014, Aylê Salassiê Filgueiras, apresentou um quadro vivo do dia do cerco policial à Biblioteca. Em seu ponto de vista, como o de outros citados, esse foi mesmo um dia de virada na postura da FEUB, uma mudança de atitude no sentido da intensificação dos protestos contra a ditadura. Segundo Aylê, ele chegou à Biblioteca, com Mauro Motta Burlamarqui, quando essa já tinha sido cercada pela polícia. Como representantes da FEUB, conseguiram entrar no prédio e viram, de um lado, reitor e autoridades, de outro, estudantes com faixas, entoando coros de protesto. Até aquele momento, os estudantes que estavam dentro da Biblioteca não sabiam do cerco. Houve um coquetel, que deflagrou uma espécie de "guerra de salgadinhos". A partir desse momento, policiais

64 *ACE 53 760 86 001*

civis disfarçados passaram a proteger a saída das autoridades. Presos dentro da biblioteca, estudantes foram espancados e detidos. As negociações para a soltura dos presos foram demoradas, madrugada adentro, contando os estudantes com o apoio de parlamentares como Mario Covas.

De março a abril de 1968

Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

"Entre fins de 1967 e início de 1968, muitas manifestações aconteceram em todo o país. Em 28 de março de 1968, uma estava programada pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), restaurante universitário que, à época, abrigava a União Metropolitana de Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro. Os estudantes protestavam, entre outras reivindicações, pela melhoria das instalações do restaurante e da qualidade da comida e contra o aumento do preço cobrado. Durante o protesto, a polícia invadiu o restaurante e acabou matando um estudante: Edson Luís Lima Souto. Um longo cortejo formado por mais de 50 mil pessoas acompanhou a saída do corpo de Edson Luís da Assembleia Legislativa, onde foi velado, para o local de seu sepultamento, o cemitério São João Batista. Em todo o país, várias manifestações ocorreram em consequência desse episódio, ampliando o número de mortos e feridos. Na missa de sétimo dia, como forma de conter a pressão, o governo decretou ponto facultativo na cidade e o Exército ocupou a região central, ocasionado um novo choque entre estudantes e militares. As manifestações em Goiás também tiveram final trágico. No dia 1o de abril, os estudantes realizaram uma manifestação em repúdio à morte de Edson Luís e, dessa vez, os militares mataram um estudante à queima roupa. Tratava-se de Ornalino Cândido da Silva, que foi morto por ser parecido com um militante estudantil que estava sendo procurado: Euler Vieira."[65]

Ainda no mesmo relatório, pode-se ler que:

"O Jornal do Brasil de 30 de março de 1968 afirmou, em uma de suas manchetes, que peritos provaram que "a polícia não atirou só para o alto" e que alguns tiros visaram os próprios estudantes. Primeiro, a polícia teria invadido a sala de refeições, atirando para o ar, e, depois, nas pessoas. Segundo Ziraldo, ao descrever o incidente assistido da janela de seu local de trabalho, "os estudantes fugiram em polvorosa das proximidades, e neste momento, eu vi um policial em posição característica de tiro e (…) alguém caindo". Posteriormente, o auto de exame cadavérico do corpo de Edson Luiz demonstrou que a trajetória do tiro teria sido orientada da esquerda para a direita, de cima para baixo, fato que revelaria a clara intenção de matá-lo."[66]

Mesmo antes do assassinato de Edson Luís, que despertou um grande movimento nacional de indignação, o ambiente em torno da UnB era tenso. Por exemplo, há uma informação da seção 2 da Polícia Militar do Distrito Federal de que José Antônio Prates tinha sido detido, a 20 de março de 1968, "conforme consta de lista nominal na Secretaria de Segurança Pública".[67] Na mesma informação, há uma breve análise sobre a vida política do estudante, qualificado como "dos mais exaltados" nas assembleias.

65 http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf; p. 273.

66 http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_30_a_378.pdf; p. 225.

67 *ACE 53 760 86 001.* A origem desse informe não é das mais comuns, vindo de um órgão regional, mas é uma pista no sentido de que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal também espionava a Universidade de Brasília.

Somando-se o ambiente repressivo ao assassinato de Edson Luís, em Brasília também houve manifestações de protesto. A maior delas foi uma grande passeata a 29 março de 1968, iniciada às 18 horas e que teria prosseguido madrugada adentro, com confrontos entre policiais e manifestantes. Naturalmente, na passeata havia presença maciça de estudantes secundaristas e universitários. Consta que, na W3, os estudantes pretendiam se aglomerar na antiga praça 21 de abril, na altura da 706/707 Sul mas foram impedidos pela polícia com o uso de jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo.[68]

A leitura de algumas dos interrogatórios a indiciados no Inquérito Policial Militar a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, instaurado, inclusive, devido às manifestações em pauta, revela mais detalhes daqueles dias.[69] Assim, por exemplo, o "Termo de perguntas ao indiciado" Lenine Bueno Monteiro, registrado a 21 de outubro de 1968, na Sala do Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia do Exército de Brasília, com a presença do encarregado pelo IPM e do major José Leopoldino e Silva. Ali se registra que Lenine foi eleito representante do Instituto Central de Artes na Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), a outubro de 67. Quando teria eclodido uma crise didático-acadêmica semelhante à da FAU. Como em tantos outros interrogatórios desse inquérito, uma das grandes preocupações do militar encarregado era que uma bandeira "vietcong" tinha sido estendida sobre a mesa da assembleia da FEUB de 29 de março de 1968. Outra, era com relação à organização da FEUB para a passeata. Lenine era parte de uma comissão de segurança, que teria orientado os alunos, passando de sala em sala, no sentido de que ninguém levasse consigo arma de fogo, que se evitassem confrontos e que se prestasse atenção a atitudes de provocadores. Conforme nos passou em depoimento pessoal, Lenine fazia mesmo parte de tal comissão, e diz que era natural sua existência dessa, tendo em vista a violência da repressão policial naqueles anos. Inclusive, com assassinatos como o de Edson Luís. Que a comissão de segurança, portanto, tinha a função de proteger as vidas dos manifestantes e garantir a liberdade dos líderes estudantis, constantemente ameaçados de prisão e detidos. Na interpretação do coronel Murilo Rodrigues de Souza, no entanto, esse tipo de organização caracterizava a FEUB como órgão paramilitar. No interrogatório, surgiu ainda a questão de barricadas que teriam sido estabelecidas em alguns pontos do *campus* universitário, nos dias seguintes à passeata de 29 de março. Lenine esclarecia que as "barricadas" eram barreiras improvisadas, que tinham o objetivo de avisar os alunos caso houvesse invasão policial. Outro tema era a decisão, na assembleia do dia 29 de março, de que a FEUB propugnaria pela demissão do professor Román Blanco, por esse ter fechado a Biblioteca no dia do espancamento de estudantes (abril de 1967) e por este ser um dos autores, na imprensa, de campanha difamatória contra a UnB, sobretudo seus estudantes. Decisão aprovada por unanimidade.

No mesmo IPM, encontra-se o "Termo de perguntas ao indiciado Eliomar de Souza Coelho". Registrado no Quartel General da 11ª Região Militar, a 9 de agosto de 1968, com a presença do encarregado e do major José Leopoldino e Silva. Eliomar, estudante universitário, afirma que era representante da engenharia em 1966. Registra-se que ele esteve na assembleia do dia 29, em que foi decidida a passeata. Sua fala na assembleia, segundo o registro do interrogatório, foi de repúdio à violência policial e de defesa de uma passeata em protesto. Em mais um indício da preocupação do encarregado do IPM com a organização da FEUB para o protesto, Eliomar foi interrogado sobre o tema. As comissões encarregadas seriam: organização, cartazes, segurança, roteiro e redação de boletins. Segundo o registro do IPM, Eliomar afirmou que a passeata foi interrompida pela polícia com jatos dágua e bombas de gás. Houve,

68 Há muitos informes e descrições da passeata do ponto de vista dos órgãos de segurança no processo *ACE 53 760 86 001.*

69 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130.

então, nova assembleia no dia 1º de abril de 1968, "oportunidade em que advertiu seus colegas sobre a presença da repressão policial nas ruas e que caso realizassem outra Passeata, certamente seriam massacrados pela Polícia" – que por isso defendeu que se concentrassem no *campus*. O que indica aliás, mais uma preocupação constante desse inquérito e de inúmeros outros documentos da ditadura sobre a universidade: o fato de os estudantes considerarem o *campus* um território livre de ameaça policial, um espaço de refúgio e proteção.

Luiz Carlos Monteiro Guimarães, irmão de Honestino e estudante secundarista do colégio Elefante Branco, teve seu interrogatório registrado no Quartel General da 11ª Região Militar a 21 de agosto de 1968. Registra-se como afirmação de Luiz Carlos que soube do assassinato de Edson Luís por seu irmão, Honestino, quando familiares e amigos comemoravam o aniversário deste. Luiz Carlos esteve na assembleia do dia 29 de março, realizada no Auditório Dois Candangos no dia seguinte. Afirmava que a decisão sobre a bandeira "vietcong" sobre a mesa foi por unanimidade.[70] Que, na passeata, quando o protesto ia pela avenida W3 Sul, a polícia lançou jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo. Que, diante da repressão, Honestino Guimarães e o grupo da FEUB e dos secundaristas foram à rua da Igrejinha, 107-108 Sul. Outro grupo fora em direção à Casa Thomas Jefferson (onde se deu o confronto mais violento daquela passeata).

Nesse interrogatório, Luiz Carlos se referiu, ainda, à missa de sétimo dia em memória de Edson Luís, realizada na Igreja Santo Antônio. Ali, diante de ameaça de prisão, ele foi levado para o Congresso Nacional num carro do vice-presidente da ARENA, o mesmo acontecendo com seu irmão Honestino, que saiu no carro de outro Deputado, de quem Luiz Carlos não sabia o nome. Isnaldo Piedade de Faria, ex-estudante de medicina da UnB, em depoimento prestado a 28 de março de 2015, afirmou que nesse dia a igreja foi cercada por forças policiais. Honestino, com apoio de alguns estudantes presentes e do capelão da igreja, escapou por uma abertura no telhado do templo. Desse episódio, destacamos que essa rede de apoio é indício claro de que, naquele momento, a prisão do líder estudantil era considerada arbitrária e injusta. Além de sugerir uma preocupação com a violência estatal, que vinha se tornando cada vez mais intensa e frequente.

O próprio Honestino foi inquirido e reinquirido algumas vezes quando deste IPM. O primeiro registro sendo de 30 de agosto de 1968, portanto, um dia após a grande invasão da UnB e sua prisão na sede da FEUB, no Batalhão da Polícia do Exército de Brasília, com a presença do encarregado pelo IPM, coronel Murilo Rodrigues de Souza e do major José Leopoldino e Silva. Ali se registra que Honestino disse que, depois de prisão motivada por um Inquérito Policial Militar sobre a Ação Popular (AP), ele assumiu a presidência da FEUB. Entre outras coisas que retomaremos adiante, consta que perguntado se acreditava firmemente que o Brasil vivia um governo ditatorial, Honestino respondeu que sim e que a repressão ao movimento estudantil o comprovava. Em reinquirição a 4 de setembro de 1968, no Quartel do 131º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40 mm, registra-se que Honestino teria dito que somente em setembro de 1966 começara a participar do movimento estudantil, quando foi eleito vice-presidente da FEUB e que em fevereiro de 1967 foi preso com Paulo Sérgio Ramos Cassis e Carlos Marx, quando faziam pichações contra a ditadura. Em abril do mesmo ano, convocou e participou do protesto contra o embaixador norte-americano, quando foi novamente foi preso, sendo liberado no dia seguinte. Que, no início de setembro de 1967, foi preso mais uma vez por autoridades militares para responder a um IPM sobre a AP, não sabendo se foi ou não indiciado.

70 No processo sobre a invasão de agosto, há o informe de que no dia 01 abril 1968 o reitor Caio Benjamin Dias teria arregimentado alunos das faculdades de comunicação, medicina e tecnologia a fim de comparecerem a uma assembleia da FEUB para votarem contra a realização de uma passeata. ACE 53 760 86 001

O Inquérito Policial Militar em que encontramos esses interrogatórios foi instaurado em 9 de abril de 1968.[71] No extrato inicial, afirma-se que, depois de irem à Câmara dos Deputados à procura de proteção e apoio no protesto contra o assassinato de Edson Luís, estudantes da UnB decidiram transformá-la em Território Livre, na manhã do dia 29 de março. Isso, na assembleia da FEUB sob presidência de Honestino, "ativo e ousado, quando em liberdade", que contou com a presença dos Deputados Hélio Navarro, Santilli Sobrinho e Evaldo Pinto. Nos termos do inquérito, dali mesmo os estudantes saíram "portando cartazes violentos e ostensivamente injuriosos (O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA, ASSASSINOS, SANGUE EM VEZ DE VINHO NO BANQUETE DOS GORILAS etc.) rumo à W3. Segundo o IPM:

"Conduzida pelas lideranças que já preparavam suas forças organizando-a para-militarmente, em grupos armados de paus e pedras, a massa se manteve pronta para enfrentar a polícia desarmada."

Segue o IPM, afirmando que alguns Deputados também participaram ativamente do protesto: Paulo Macarini, Hélio Navarro, Mário Covas, Mariano Beck, Paulo Campos, Matheus Schmitt, Matta Machado, Júlia Steinbruck, Hermano Alves, Martins Rodrigues e Caruso da Rocha. Importa destacar aqui o modo abusivo como o inquérito recorre ao conceito de violência. A assembleia do dia 29 março é constantemente qualificada de violenta, como "violentos" seriam os cartazes do protesto. Ou seja, a dissensão política era, por si mesma, considerada violenta. Palavras, discursos críticos também eram recebidos pelas autoridades militares como "violência". Esse abuso abria espaço para a elaboração de uma falsa equivalência entre cartazes, discursos, de um lado, e tiros, jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo, de outro. Mais ainda: como veremos adiante, a tortura sistemática já se fazia presente nesses mesmos interrogatórios. Destaque-se, ainda, que todos os identificados individualmente, na passeata do dia 29 de março, foram indiciados no IPM por" atentado contra a Segurança Nacional". Sendo assim, os "crimes" no caso são configurados a partir da participação em assembleia pública e em passeata. Os confrontos violentos que se deram em frente à Casa Thomas Jefferson nem sequer entrariam no cômputo, uma vez que os envolvidos não foram identificados. Ao contrário, os indiciados nesse IPM estavam em outro lugar, na rua da Igrejinha. Portanto, seu "crime" se limitou à passeata em si mesma. Um palanque, armado na praça 21 de abril para a comemoração do golpe de 31 de março (ou 1 de abril) de 1964, teria sido derrubado. Sem identificação, porém, dos responsáveis diretos. De todo modo, como o golpe foi, por si mesmo, um ato ilegítimo de tomada do poder por meio da força bruta, o palanque comemorativo também não desfrutava de legitimidade, como bem público. Quanto à Lei de Segurança Nacional, Luiz Cacazu, outro indiciado por estar presente à assembleia do Auditório Dois Candangos, na manhã de 29 de março, ao defender que isso não constituía crime, estaria em contradição por saber da existência da referida lei. Ou seja, como se não houvesse uma interpretação espúria da lei – o que mostra os caminhos supostamente jurídicos da ditadura, os quais desembocavam no mero argumento da força bruta.

Prosseguia o IPM, o que Luiz Cacazu que não poderia negar era que a FEUB preparou e organizou, com apoio de "Deputados emedebistas e agitadores, o movimento "comuno-estudantil de Brasília". Todos estes, seriam responsáveis pela eclosão da crise daqueles dias, como se poderia ver em "boletins subversivos e no caráter violento das reuniões, com incitações a estudantes, secundaristas e universitários, incendiando os ânimos." Entre os "crimes" cometidos por deputados como José Santilli Sobrinho e Julia Steinbruck, constava ainda o de terem cooperado com a passeata, formando, literalmente "um escudo de proteção em torno dos

71 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

estudantes". Porque tal escudo de proteção era necessário, sobre isso o encarregado do IPM não se interroga.

Mais alguns dados podem ser extraídos do processo sobre a invasão de agosto.[72] Como, por exemplo, sobre quem teriam sido os oradores de uma assembleia a 1 de abril de 1968, onde se discutiu a realização de nova passeata: Honestino Guimarães, Eliomar Coelho de Souza, Nilson Curado e Luciano Hugo Miranda são apontados como conclamando "a derrubada da Ditadura Militar" e "implantação de um regime democrático". De acordo com o processo, em "ação preventiva as Forças Policiais cercaram a UnB e impediram a passeata". Há ainda referência a que, a 2 abril de 1968, o universitário Henrique Carvalho Matos foi preso, quando chegava à UnB no seu carro com um manifesto em estêncil pronto para ser reproduzido. Num dos prontuários de Honestino Guimarães há, ainda, a informação de que três estudantes teriam sido presos e enviados a Juiz de Fora: o já citado Henrique Carvalho de Mattos, Jaime Gonçalves de Almeida e Waltemir Constantino, "presos durante manifestações de classe".

Em depoimento a 23 de agosto de 2013, Álvaro Lins, estudante da UnB entre janeiro de 1968 a abril de 1969 contou que, no dia do assassinato do Edson Luís, Honestino o avisou por telefone e então os dois foram ao Congresso Nacional, onde parlamentares faziam discursos veementes de protesto. Era aniversário de Honestino, mas eles passaram a noite em claro preparando a assembleia e a passeata do dia seguinte. A FEUB fez uma vaquinha e compraram álcool para incendiar um palanque, situado na Praça 21 de abril, que seria usado poucos dias depois para a comemoração do aniversário do golpe de 1964. Depois de confronto com policiais, Álvaro Lins foi preso naquela manifestação. Relata que foi muito espancado no momento da detenção. Foi posto num camburão que percorreu a avenida W3, que detinha, a esmo, quaisquer pessoas que fossem vistas com livros e, portanto, pudessem ser estudantes.

Em meio a tantas prisões e cercos policiais, resta a pergunta sobre quem seriam os agentes responsáveis. Além, é claro dos já nomeados coronel Murilo Rodrigues de Souza e major José Leopoldino e Silva. Embora as informações sejam escassas, uma vez que o sequestro de nossa história tem a complacência do Estado brasileiro, mesmo no período da democracia, alguma coisa a mais pode ser descoberta. Assim, no IPM a cargo do coronel supracitado, encontra-se um depoimento prestado por Edson Manoel Marques Lovato Rocha, a 22 de abril de 1968.[73] Esse testemunhava na qualidade de Comandante do Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia do Exército de Brasília. Isso porque ele foi flagrado no *campus* em 2 de abril de 1968, portando documentos falsos, apresentando-se como se fosse estudante universitário ("uma identidade da Faculdade de Uberlândia pertencente a Juvenal Antunes Pereira"). Mas ele foi descoberto e cercado por estudantes e então se apresentou ao reitor. O agente infiltrado, segundo suas palavras, recebeu então auxílio do reitor e vice-reitor da UnB para sair do *campus.*

As autoridades também contavam com informações e análises de conjuntura feitas por professores da universidade. Assim, Eugênio Malanga a 31 de maio esteve no Quartel General da 11ª RM. Registra-se que ele comentou sobre a situação caótica da Universidade, depois da crise de 1965. Que a crise da ICA e da FAU levara, finalmente, à demissão de Laerte Ramos de Carvalho, com a posse de novo interventor no cargo de reitor, Caio Benjamin. Malanga, registra-se no IPM, teria afirmado que o novo reitor procurava conversar com as lideranças estudantis (o que talvez explique porque o coronel Murilo Rodrigues de Souza incluiu o reitor entre os indiciados, acusado de ser omisso). O professor teria

72 *ACE 53 760 86 001*

73 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

percebido que, depois da morte de Edson Luís, os lemas dos debates teriam mudado, da crise da Universidade para críticas ao governo. Disse ainda que no começo de abril viu uma correria na Universidade, porque os estudantes teriam notado a presença de três agentes do Dops, um desses armado. "Que as 16 horas, aproximadamente, foi informado que a polícia estava no *campus* e saindo constatou a tropa em linha de tiro, separados de um grupo de 150 alunos, que fazia face a essa tropa", enquanto ele, Malanga, tentava acalmar os alunos, alguns em "atitude histérica" porque achavam que a "autonomia do *campus* deveria ser preservada". Naquele dia, prosseguia Malanga, depois de acalmados os ânimos, ele teria visto que a UnB estava cercada por forças policiais em todas as suas saídas, "identificando e revistando alunos e professores". O ambiente era tenso devido à prisão de alunos e à presença de agentes na Universidade.

Nas palavras de Malanga, o reitor Caio Benjamin teria dito que o general Senna estava irritado, e que ele dissera que se um acordo entre a prefeitura do Distrito Federal e a FEUB não fosse cumprido até meia noite, a polícia invadiria o *campus* e que se não o fizesse, o Exército mesmo faria, que o reitor estava tenso e (parte sublinhada no documento): "o Reitor disse que se ocorresse a invasão da UnB, a autonomia da universidade estaria quebrada e ele se demitiria; nessas condições." A exigência comentada nesse depoimento era de que a Universidade fosse esvaziada e que se desfizessem as barricadas montadas no *campus*.

Segundo Malanga, na madrugada do dia 1 de abril, deputados foram à UnB para, em sua opinião, "incitar os alunos" dizendo que o direito de reunião era assegurado pela Constituição. Na manhã do dia 3 de abril, a sede da FEUB seria enfim fechada a mando de Caio Benjamin, o qual, segundo sua análise, era um homem de muita reflexão, mas não um omisso. Como se lê no IPM:

> "Perguntado se numa visão geral do movimento estudantil notou um, digo notou algum caráter político e ideológico, respondeu que afirmativamente. Perguntado se pode identificar nomes de alunos, professores, parlamentares ou mesmo elementos estranhos à Universidade, já formados ou não na orientação ou mesmo na sugestão para condução daquele movimento, respondeu que se recorda de alguns nomes, como: Honestino Monteiro Guimarães, presidente da FEUB, José Antônio Prates, presidente do Diretório Acadêmico da FAU, Aylê Salassiê, ex-aluno da Faculdade de Comunicação, funcionário do Ministério da Agricultura e repórter do Última Hora, Aluno Luciano Hugo Miranda, Mauro da Mota Burlamarqui, Deputados Mário Covas, Hélio Navarro, Mata Machado. Perguntado qual a ideologia pelas demonstrações apresentadas desses nomes que citou, respondeu que os alunos citados são esquerdistas, inclusive Aylê Salassiê e quanto aos Deputados, situa-os como elementos da oposição que aproveitam situações críticas com fins demagógicos, todavia não pode afirmar se era o caso do Deputado Mata Machado. Perguntado se em sua opinião acha que a maior parte da Universidade professa a ideologia esquerdista ou se apenas é uma minoria atuante que atua arrastando as massas, respondeu que trata-se apenas de uma minoria que tem liderança."

Em 7 de agosto 1968, no Quartel General da 11ª Região Militar, com as presenças do coronel Murilo Rodrigues de Souza e do major José Leopoldino e Silva, apresentou-se o professor Ricardo Román Blanco.[74] Em seu ponto de vista, a morte de Edson Luís tinha sido apenas uma

74 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

oportunidade para continuar "a baderna, a indisciplina, a subversão e o crime na Universidade de Brasília", que seriam liderados, ostensivamente, por Honestino Guimarães e demais membros da FEUB. Sendo que, segundo Román Blanco, Honestino era por sua vez um mero testa-de-ferro de outros, os verdadeiros chefes. O professor considerava que a "baderna" vinha sendo preparada desde a crise de 1965, cuja verdadeira causa seria a "doutrinação marxista" feita por alunos e professores marxistas. Román Blanco acusava o professor Michel Luneta, Honestino, Lenine, Prates, Álvaro Lins e outros não nomeados de estarem à frente do movimento que exigia sua expulsão da UnB. Acusava, ainda, o estudante Álvaro Lins de já ter sido expulso do CIEM "por ser baderneiro". Como também acusava a professora Carolina Martuscelli Mori, equivocadamente indigitada como "sogra de Honestino", de participar das "doutrinações" marxistas e dar cobertura a estudantes procurados pelas autoridades. Acusava Caio Benjamin de ser fraco e omisso. Acusava, além disso, Honestino Guimarães de concitar os alunos para a derrubada do governo. Acusava José Prates de chefiar as agitações na arquitetura. Acusava o professor Eudoro de Sousa de fazer doutrinação marxista – propondo, inclusive, uma acareação com o professor citado. Também acusava Jorge de Souza de ser doutrinador, monitor e filho do professor Eudoro. Quanto aos "arquitetos que comunizam alunos" não sabia seus nomes, exceto o de Oscar Niemeyer.

No processo sobre a invasão de agosto,[75] consta que a 28 de maio de 1968 a FEUB e DCESB (secundaristas) arrecadavam fundos para pagar os advogados de estudantes presos nas manifestações de março a abril.

Maio a Agosto de 1968

O IPM, a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, cobriu todo o ano de 1968. Depois dos protestos do fim de março, surgiriam ainda novos momentos de tensão. No dia 6 de junho de 1968, depois do ultimato dado ao reitor pela FEUB quanto ao caso do professor Román Blanco, um grupo de estudantes foi a seu apartamento na Colina e colocou móveis para fora, num gesto simbólico de demonstração de que o professor não era figura *grata* no *campus* (o IPM qualifica esse ato como "ação violenta de despejo"). Já a 22 de maio de 1968, Román Blanco teria dito, segundo informe sem origem definida, que estava sendo ameaçado por estudantes, em especial pela FEUB e seu presidente Honestino Guimarães. Esse, em correspondência ao reitor a 20 de abril, teria solicitado, em nome da FEUB, a exoneração do professor.

Os informes e informações seguiam sendo produzidos, celeremente e oriundos dos mais variados serviços de informação. Assim, um informe datado de 11 de junho dizia que o reitor mandara fechar a sede FEUB, colocando uma guarda na sua entrada. Honestino Guimarães, então teria ido tomar satisfação com o professor Marrecas, responsável pelo cumprimento da ordem da reitoria. Não encontrando o professor, Honestino deixara um bilhete chamando-o de "palhaço" (que Honestino, em sindicância, depois explicou ser termo mal empregado, e queria dizer com isso que ele era "desonesto"). Outro informe a 11 de junho falava de "severas críticas à não punição a Honestino", que seria o "principal subversivo" em "perfeita sintonia com a ideia e táticas subversivas comunistas". No dia seguinte, 12 de junho, segundo outro informe o reitor era acusado por "elementos da administração" de ser o grande responsável pelo caso Román Blanco, dada a impunidade de Honestino e seu grupo. Embora não tenham a mesma proporção que grandes passeatas e situações mais dramáticas, mas é importante observar que essas minúcias também faziam parte da situação. O bilhete escrito por Honestino, o falatório na Universidade sobre a fraqueza do reitor, pequenas denúncias muito provavelmente, nesses casos, feitas por

75 *ACE 53 760 86 001*

pessoas da própria Universidade compunham, na interpretação da ditadura, um quadro de indisciplina generalizada. A "periculosidade" de Honestino não residia apenas nos discursos que proferia e na presidência da FEUB, mas também em pequenos atos cotidianos como um bilhete.

Entre os dias 21 e 22 de junho, novos embates. Alguém teria anunciado numa festa junina do CIEM que quatro estudantes tinham sido assassinados na Guanabara. Com isso, um grupo de secundaristas se dirigiu à UnB, fazendo pichações no *campus*. Caio Benjamin, informado do fato, solicitou intervenção da Secretaria de Segurança Pública. Nessa mesma madrugada o *campus* era, mais uma vez, cercado por forças policiais. A sede da FEUB tinha sido reaberta e foi invadida por agentes que apreenderam panfletos (esses, segundo o IPM, seriam analisados por "peritos" que teriam concluído que sua linguagem obedecia à técnica para "inflamar e mobilizar a massa estudantil e operária."). No "Termo de perguntas ao indiciado Eliomar de Souza Coelho", registrado no Quartel General da 11ª Região Militar, a 09 de agosto de 1968, com a presença do encarregado e do major José Leopoldino e Silva, sobre os acontecimentos do dia 22 de junho: "o declarante respondeu que dos mesmos não participou, só os vendo na manhã daquele dia quando levantou, ou melhor, quando foram acordados pela Polícia"; "que naquele dia ficou detido pela Polícia das 5 às 10:00 horas, na quadra de Basquete da própria Universidade e juntamente com vários outros universitários, sabendo ainda que naquela oportunidade ninguém podia entrar nem sair da UnB."

No processo sobre a invasão de agosto, encontramos informações adicionais.[76] A Polícia Militar ocupou o campus no amanhecer do dia 22 junho, a pedido do interventor no cargo de reitor. A Polícia Civil, por sua vez, permaneceu nas cercanias da Câmara dos Deputados, onde se concentraram cerca de 2500 estudantes. No prontuário de Mauro Mota Burlamarqui, consta o informe do Departamento de Polícia Federal de que ele foi preso no dia 22 de junho, "quando do movimento estudantil de Brasília". Sobre Mauro ainda consta que, a 27 de junho de 1968, "foi interrogado" no Quartel do Grupo de Canhões Automáticos Anti-aéreo 40 mm pelo encarregado do IPM que apura atividades subversivas no meio estudantil (ou seja, pelo coronel Murilo Rodrigues de Souza). No prontuário de Paulo Speller, consta sua prisão a 22 de junho pela DOPS/DPF "quando do movimento estudantil de Brasília" – "Marcos Heusi Neto se apresentou como seu advogado". No prontuário de Samuel Yuzuru Baba, também consta a prisão a 22 de junho, "quando do movimento estudantil em Brasília." O mesmo informe consta no prontuário de Aylê Salassiê F. Quintão. E mais: "O marginado figura numa relação de universitários e ex-universitários desta Capital que não devem exercer o magistério, pelas suas atividades subversivas."

Sônio Hypolito, em depoimento prestado a 26 de setembro de 2014, relatou que, diante das violências que aconteciam na universidade, um grupo de estudantes decidiu ocupar o Congresso Nacional. A 23 de agosto de 2013, também em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, Hélio Doyle contou o mesmo episódio, com mais detalhes. Disse que era um sábado e os estudantes passaram o fim de semana no Congresso Nacional, em protesto contra os acontecimentos no *campus* universitário. O Congresso também foi cercado pela polícia, mas, apoiados por parlamentares, os estudantes saíram ilesos.

Sobre esse mesmo dia de junho, encontramos uma correspondência enviada por Honestino Guimarães, na qualidade de presidente da FEUB, ao reitor Caio Benjamin, datada de 3 de julho de 1968.[77] Nela, Honestino apresentava uma lista de objetos que foram retirados "por pessoas que

76 *ACE 53 760 86 001*

77 *BR AN BSB AA1 ADA 026*

participaram da recente invasão policial do campus". Advertia, ainda, que o reitor era responsável, por ter sido ele a solicitar a invasão.

"foram arrombados um armário de aço e duas mesas. Levou-se: 3 máquinas de escrever; 43 bolsas com emblema da UnB, e material de escritório: grampeadores, pincéis atômicos, grampos, um luminoso com emblema da FEUB. B. todos os documentos da FEUB foram levados. C. textos e apostilas."

No mesmo documento, há um parecer da FUB, datado de 25 de novembro de 1968. Além da notificação de Honestino, o parecer também se referia a alunos moradores da OCA (antigo alojamento de universitários), como Adelmar Tavares, Vicentti Limongi Netto e Henrique Gozanga Júnior, que afirmavam ter sido vítimas de espancamento e furto. Segundo o parecer, os requerentes deveriam procurar o Secretário de Segurança Pública. Mesmo assim, que o tema vinha sendo objeto de inquérito sob responsabilidade do procurador dr. Geraldo Andrade Fonteles. Segundo o mesmo parecer, o reitor, informado na madrugada do dia 23 que alunos tinham invadido a garagem do *campus* e se apossado de um ônibus e duas kombis, viu-se na obrigação de solicitar intervenção policial. Em suma, "o reitor não fez nenhum ilícito".

Retornando ao relatório do IPM do coronel Murilo Rodrigues de Souza, em consequência desses fatos, estudantes foram se abrigar na Câmara dos Deputados, onde conversaram com o advogado Aurélio Wander Chaves Bastos, "antigo líder e agitador estudantil". O que resultou em sua prisão,[78] seguida de busca e apreensão em sua residência.

78 Destaque-se: não há qualquer referência a outro motivo para a prisão de Aurélio. Portanto, ele foi preso por conversar com estudantes na Câmara dos Deputados.

Já no dia 11 de julho de 1968, o policial Edrovano Gutierrez foi flagrado em nova operação de espionagem policial no *campus*. A FEUB o manteve em cárcere privado por um dia, liberando-o depois de ameaça de invasão policial. A exigência era de que, em troca de Edrovano, estudantes presos políticos fossem libertados. Neste caso, são apresentados como agentes responsáveis: Dr Comini e Lincoln Gomes de Almeida (da Polícia Federal). No "termo de reinquirição ao indiciado" Paulo Speller, registrado a 28 de outubro no Quartel do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, muitas das questões giraram em torno do caso Edrovano. Isso porque Speller foi o responsável, entre os estudantes, por negociar com a Reitoria a liberação do agente policial. Segundo Speller, a polícia cercou o *campus* e prendeu arbitrariamente estudantes naquele dia. As exigências da FEUB eram: uma palavra oficial do reitor em defesa da autonomia universitária; que se levantasse o cerco policial ao *campus* com garantia de livre acesso; e soltura dos estudantes presos.

O coronel Murilo Rodrigues de Souza, com base em depoimentos de estudantes detidos pela polícia no dia 22 de junho, solicitou a prisão preventiva de membros da FEUB. Prisão decretada no dia 6 de agosto de 1968. Num interrogatório, Honestino disse que a partir de 9 de agosto, quando se casou por procuração com Isaura Botelho, devido aos percalços causados pelo IPM, passara a não ter mais residência fixa. Lenine, em outro interrogatório, diria que não se apresentara por temer a violência da repressão. Como, nas palavras do coronel, os estudantes acintosamente se recusassem a se apresentar, ele enviou um ofício ao reitor no dia 15 de agosto, solicitando que o mesmo denunciasse a presença dos indiciados no *campus*.

Na madrugada do dia 19 de agosto de 1968, dois patrulheiros da Polícia Militar prenderam Honestino, mas ele conseguiu escapar do carro em que estava detido. No dia 24 de agosto, Honestino presidiu uma assembleia da FEUB com presença de Luiz Travassos, presidente da UNE.

"Lamentavelmente, conforme publicou o jornal O Globo, sem contestação, na realidade a guerra revolucionária avança, inteligentemente, comandada, planejada, sob vários aspectos e pretextos, sem se falar nas ideologias que, entretanto, inspiram o movimento, notadamente a AP (Ação Popular) e o PC (Partido Comunista), como o confessa claramente Honestino Monteiro Guimarães, líder da AP, na FEUB, intimamente ligado à UNE e, portanto, à OCLAS, cujo representante José Jarbas Cerqueira, ainda recentemente participou das agitações de São Paulo e da Guanabara, conforme, inclusive, publicou a imprensa."

29 de agosto de 1968

"Que cerca das 09:45 horas do dia 29 de agosto p.p., o declarante se encontrava em trânsito entre o Pavilhão da FEUB e o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, ocasião em que passou um estudante anunciando que a Polícia havia invadido a FEUB; Que na oportunidade observou, observou, digo, após chegar ao Pavilhão de Garagens, que a Polícia estava com um estudante preso dentro da viatura, e que esse estudante era Honestino Guimarães; Observou também o declarante que em frente à Reitoria alguns agentes policiais faziam uso de arma de fogo, enquanto que os estudantes, em contrapartida, atiravam pedras nos policiais; - Que presenciou também no local onde se encontrava a parada de uma viatura policial e dela saindo 5 (cinco) agentes fazendo disparos para os lados e para o alto, sendo que naquela oportunidade o declarante retirou-se para o IGP, onde permaneceu até cerca das 15 horas,"

Esse é o registro da fala de Paulo Speller no IPM a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza, sobre a invasão da UnB a 29 de agosto. Naquele momento já se acumulavam prisões, conflitos e cercos policiais ao *campus*. Em agosto houve, ainda, uma reunião do Conselho da UNE, então em clandestinidade. Alduísio Moreira de Souza, estudante da UnB presente a essa reunião, foi preso pela DOPS/DPF, no dia 20, e barbaramente torturado.[79] Num depoimento prestado a 23 de agosto de 2103, Alduísio nos contou sua história:

"*Alduísio*: Então, chegando do nordeste, trazendo um representante do Maranhão primeiro, que hoje é um político muito conhecido, levei-os para o local da reunião que era um sítio no Distrito Federal. E tivemos cuidado para ver se tinha caído alguém. Ninguém tinha caído. Era uma reunião do conselho da UNE que viria pra preparar o congresso, que viria depois como o congresso de Ibiúna. Então veja, entretempos da reunião do conselho nesse sítio pediram que eu fosse à cidade fazer compras, porque eu era o único de Brasília que lá estava. Tinha gente do Brasil inteiro, e você sabe que nessa época os congressos da UNE eram tomados de assalto pelos grupos de esquerda. Ou seja, tinha as principais lideranças de esquerda do Brasil lá. Então, quando eu fui fazer essas compras... que era o quê? comida, cigarro, essas coisas todas, eu estava com o meu carro, uma DKV, e fui parado por uma barreira policial. Pela montagem da barreira, eles estavam me esperando, ou seja, a maneira... Tanto que o cara, um tenente, mandou imediatamente... me identificou porque eu usava óculos amarrado com cordão, porque quando tinha que correr eu corria e os óculos não caiam no chão.

Comissão Anísio Teixeira: esse tenente não é o Edrovano?

79 Prisão registrada no processo ACE 53 760 86 001, sob o informe: "20 ago 68 prisão de estudantes de Brasília na barreira policial de Paracatu-Luziânia, e também de 9 procedentes de outros estados".

Alduísio: É. Ele me reconheceu pelo seguinte: teve uma vez numa assembleia da FEUB que nós identificamos dois policiais e nós os expulsamos de forma injuriosa e mesmo com certa violência. Então, por exemplo, eu creio que esse me reconheceu e disse: esse é aquele da universidade que usa óculos amarrado, porque eu estava na expulsão dele."

"*Alduísio*: Então veja, dentro desse carro, tinha mais duas pessoas, na hora em que eu estava saindo, um que era estudante do Rio de Janeiro, da medicina, e outro que não era mais estudante, era dirigente político. Os dois foram presos também. E aconteceu que esse outro, que era bem mais velho, foi levado para não sei onde. E eu, com esse outro estudante do Rio de Janeiro, fomos pra sede da Polícia Federal, Delegacia Geral de Investigações, onde particularmente, aquele que eu denunciei, o Lincoln de Almeida, que era delegado na época, passou então sistematicamente a nos espancar e a fazer então uma tortura que era terrível que era nos deixar pelados, de cueca, na cela, a cama era só de cimento e ele ia nos mostrando fotografias de pessoas que eles tinham assassinado e sempre dizendo que nossa cara ia ficar igualzinha àquele que ele mostrava, a cara toda arrebentada. Eu pensava até que era acidente, mas eram pessoas torturadas, eram pessoas totalmente arrebentadas. E já de madrugada me levaram pra uma sessão de afogamento no lago Paranoá e foi quando nos separaram, eu e esse moço que estudava medicina e me levaram pro cerrado. Eu estava algemado e me colocaram algemado no tronco de uma árvore e eu escutava ordens vindas do rádio: "ninguém sabe que ele está preso, pode matar aí desaparece com o corpo", e eu ingenuamente acreditava que aquilo era absolutamente verdade, e aí eles fizeram uma prática de tiro ao alvo, como se estivessem me fuzilando.

Comissão Anísio Teixeira: E tudo isso com o Lincoln Gomes de Almeida coordenando?

AIduísio: Ele coordenava. Por que eles estavam fazendo isso? Porque sabiam que eu sabia onde estava sendo feita a reunião da UNE, então, pra eles, eu falar era absolutamente necessário, porque o único de Brasília era eu. Aí eu resolvi dar uma de Joãozinho sem braço e disse: tá bem, eu vou levar vocês. E levei eles a 50, 60 km numa estrada que ia pra Belo Horizonte. Pra dar tempo pro pessoal que estava na reunião fugir, porque eu não ia voltar, e se eu não voltasse eles iam saber... Esse era um princípio que tinha estabelecido e a gente tinha um segundo princípio que era estabelecido: que depois de cair a gente tinha que ser bastante heroico para suportar as torturas pelas primeiras 24 horas, sem nem revelar local, nem nomes. Então, eu dava tempo de passar, tempo pra todos fugirem e foi o que aconteceu: todos fugiram, ninguém foi preso. Honestino foi preso quando estava voltando pra Brasília, mas não tinha nada a ver com a reunião, foi antes. E ele conseguiu fugir porque botaram ele numa Kombi e como ele estava usando documento falso, eles não identificaram. E quando a Kombi estava andando devagar ele conseguiu abrir a porta e pular. Atiraram, mas não acertaram."

"Alduísio: Eu os levei muito longe e eles perceberam e foi por isso que eles ficaram com verdadeiro ódio de mim, porque eles tinham sido enganados, porque eu levei inclusive numa estrada e mostrei um sítio, só que quando eles chegaram não tinha nada. Bom o que aconteceu? Eu voltei, foi aí que me levaram pro cerrado e me fuzilaram entre aspas, só que quando fuzilaram eu tive a primeira convulsão, ou seja minha cabeça estalou e eu de repente perdi o controle sobre tudo. Perder o controle quer dizer, eu fiquei passivo, olhava, via, mas não entendia o que estava acontecendo, bom, aí eu fui levado pra Papuda e depois fui levado para o Ministério da Guerra, que na época não era chamado Ministério do Exército, era o Ministério da Guerra.

Comissão Anísio Texiera: mas na Papuda você ficou preso? Lá não teve tortura também?

Alduísio: Não. Lá teve as torturas normais. Inclusive a gente ficava o dia inteiro no pátio, a Papuda nessa época era bem pequena. Depois, se não me engano, a gente foi levado pro Batalhão de Guarda Presidencial, aí já era uma cela com grade e tudo, foi então que o escândalo começou a acontecer porque eu escrevi um bilhete a partir da receita que o médico do Ministério da Guerra tinha me dado. Eles embrulhavam um monte de remédio nesse papel... Eu estava no Ministério da Guerra, coincidia com o dia do soldado, 21 de agosto ou coisa assim, não tenho certeza, eu só sei que esse papel ficou comigo junto com os remédios e eu escrevi o bilhete. A partir daí me depositaram na universidade, na entrada da universidade.

Comissão Anísio Teixeira: e o bilhete?

Alduísio: Foi passado para jornalistas. Então veja, tinha uma professora que particularmente gostava muito de mim, Graziela Barroso, que dizia pra mim: meu filho você nasceu pra ser santo, por causa da excelência dos trabalhos que eu conduzia no laboratório, e ela tava me procurando... e a partir daí a coisa começou a engrossar e foi aí que eu fui largado na entrada da UnB, na L2 norte.

Comissão Anísio Teixeira: No livro[80] você fala sobre isso, você deixa meio no ar, que era um bom momento, não sei se era um bom momento, mas que você achava que era um momento positivo terem te deixado no campus. Por que você acha que te deixaram no campus da UnB?

Alduísio: Não foi no campus, foi na L2 norte. Mas a intenção era próximo da universidade.

80 Alduísio Moreira de Souza. *Memórias quase esquecidas. Aqueles olhos.* Porto Alegre/São Paulo: AGE/Giordano, 2001.

Comissão Anísio Teixeira: Mas, por que te deixaram lá, você tem alguma hipótese?

Alduísio: Porque eu não estava conseguindo caminhar, eu estava em estado confusional, depois do fuzilamento eu entrei em estado confusional, tanto que, por exemplo, digamos, eu cheguei a pé na universidade e fui direto pra minha casa na Colina."

"*Alduísio:* Então aconteceu o seguinte. Esses dias que antecederam a invasão aconteceu o seguinte: Honestino tinha dormido lá em casa, eu e Honestino passamos a noite trabalhando e depois tivemos de ir esconder o mimeógrafo, que a FEUB tinha um mimeógrafo elétrico nessa época e quando a gente veio, tanto eu como ele junto pra FEUB de manhã, a FEUB você vê... era na frente do prédio da reitoria, era um prédio de madeira. A barbearia, que inclusive pertencia à FEUB, que era ao lado, tinha sido preparada pela polícia durante a noite, estava cheia de policiais... Eu e Honestino chegamos e quando abrimos a porta da FEUB, eles invadiram, eram uns 8 policiais, não tinha viatura não tinha nada, só tinha esse carro chapa fria, então, eu num ímpeto absolutamente violento, chamei o Honesto e pulei pela janela fechada, tanto que eu caí vestido com a janela e já todo ferido. (...) Eu já caí do outro lado, com muita construção e me apossei de um ferro grande e voltei com ímpeto heróico, entre aspas porque era completamente louco, de salvar o Honestino. Tanto que, por exemplo, o carro que veio busca-lo eu arrebentei ele todinho com meu ferro. Até que os professores que estavam já perto e os alunos que já também pressentiram e viram a universidade sendo invadida já tinham virado uma rádio patrulha e me recolheram e me levaram pra reitoria. De lá me levaram pro minhocão e do minhocão fui levado pro hospital. Hospital Distrital de Brasília."

O GECEM (grêmio estudantil do centro de ensino médio) e o DCESB (diretório central dos estudantes secundaristas de Brasília) lançaram

um manifesto, apreendido por órgão da ditadura e por isso presente no relatório sobre a invasão da UnB.[81] Sob o título de "Terrorismo policial do governo militar contra o XXX congresso da UNE e o III congresso do DCESB, o manifesto diz:

"Ontem foram presos os companheiros Sérgio Goldenberg (vice-presidente da Executiva Nacional de Psicologia), Ângela (primeira secretária do GECEM), Tércio do Br(ilegível) (presidente do D.A de Geologia), Alduísio Moreira (universitário) entre outros."

Nota à mão, "distribuído pelo estudante (...) "[82]

No relatório sobre a invasão, consta um registro, a 9 de agosto de 1968, sobre o pedido de prisão preventiva decretada pela Auditoria Militar de Juiz de Fora.[83] O "Edital de Citação da 4ª RM, Juiz de Fora" vinha assinado pelo Doutor Antônio Arruda Marques. Os fatos elencados eram: manutenção da "UNE, entidade fora da lei, declaradamente esquerdista, objetivando sempre a subversão", manifestações estudantis em 1966, organização de "movimento subversivo chamado de Movimento Contra a Ditadura", danos materiais à Casa Thomas Jefferson. Ali, lê-se, escrito à mão:

"é expedido mandado de prisão pela 4ª RM Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 4 RM. LSN, art 54. Honestino, Mauro Mota Burlamarqui, Jose Antônio Prates, Nilson Curado, Lenine Bueno Monteiro, Paulo Speller, Paulo Sergio Ramos Cassis, Samuel Yuzuru Baba."

Em prontuário de Lenine Monteiro Bueno, constante do mesmo relatório, há um informe oriundo da Polícia Federal, datado de 27 de agosto, em que se diz que o estudante frequentava o *campus* da UnB "onde estão acontecendo reuniões estudantis".

Encontra-se, ainda, o "Auto de Prisão em Flagrante" do dops/DPF, datado de 29 de agosto de 1968. Ali, lê-se que, na "sala de operações do Batalhão da Polícia do Exército de Brasília", perante o "Doutor Aldemir Gonçalves Pereira, delegado da Polícia Federal, titular do dops", apresentava-se Honestino Monteiro Guimarães. O preso declarava que tinha sido preso mais ou menos às 09:30 da manhã por agentes do dops na sede da FEUB, no *campus* da UnB.

"Que foi surpreendido com a voz de prisão do Agente e tentou fugir mas foi seguro por 4 ou 5 agentes que o subjugaram e espancaram levando-o para uma viatura ocasião em que o declarante gritava por socorro e seus colegas apedrejaram os policiais e a viatura."

No mesmo documento, outro informe, do mesmo dia 29 de agosto, traz nova descrição da prisão de Honestino. Segundo esse informe, cerca de 300 estudantes foram presos num campo de basquete do *campus* universitário, para "identificação e triagem". Desses, cerca de 40 teriam sido levados para a 1ª Delegacia de Segurança Pública. 14 foram "entregues para averiguação" referente ao IPM a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Sousa sobre "agitação estudantil". O informe diz ainda que 4 pessoas foram feridas à bala, sendo que dois desses eram policiais (atingidos por outros agentes). Valdemar Alves da Silva, estudante da UnB, tinha sido baleado na cabeça e estava em estado grave. Por fim, afirma-se que a ação policial teria sido dificultada por parlamentares do MDB (os jornais da época mostrariam a cena do deputado Santilli Sobrinho sendo espancado).

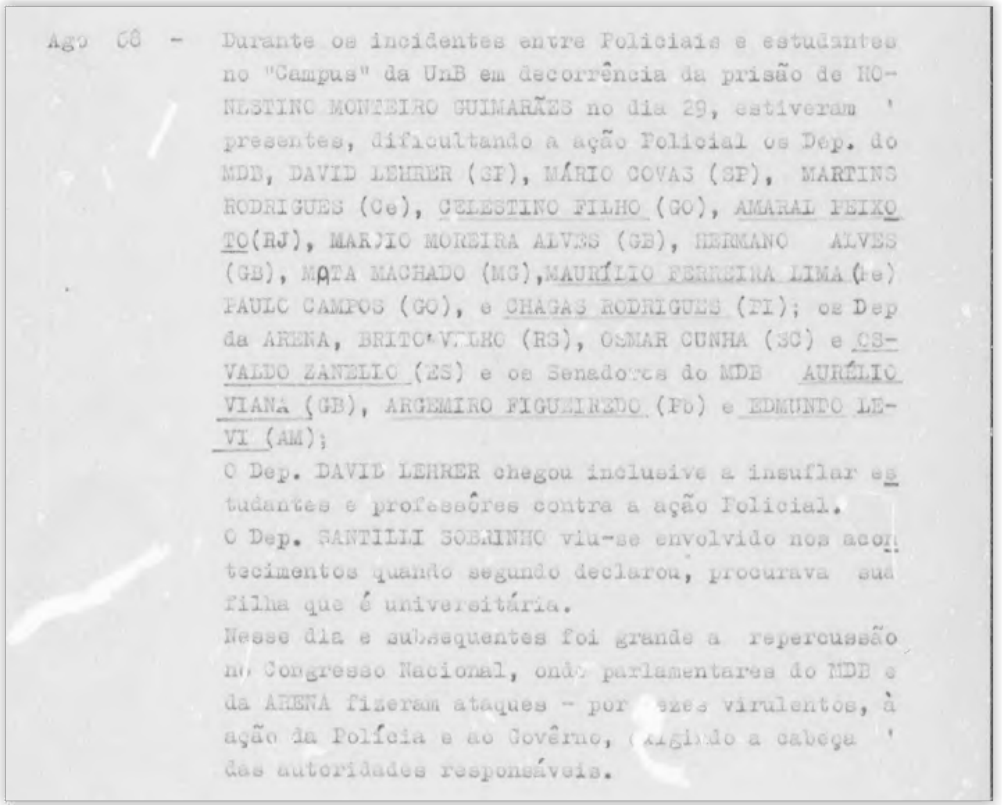
81 ACE 53 760 86 001.

82 Nome ilegível.

83 *ACE 53 760 86 001*

O mesmo relatório afirma que a operação foi conjunta entre Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a Polícia Militar. Depois da prisão de Honestino, uma viatura vazia e estranhamente abandonada no *campus* teria sido virada e incendiada por estudantes. Com isso, "novos reforços foram necessários e esses finalmente forçaram os manifestantes a se refugiarem em salas de aula e no edifício em construção do ICCH (Minhocão)."

Em depoimento prestado a 21 de maio de 2013, o professor Antônio Ibanez disse que quatro estudantes universitários ficaram escondidos em seu apartamento, na 206 Sul, nos dias após a invasão. De modo que a perseguição se estendeu nos dias seguintes, até porque os mandatos de prisão não foram todos cumpridos, apesar do grande número de detidos naquele dia.



Ago 68 - Durante os incidentes entre Policiais e estudantes no "Campus" da UnB em decorrência da prisão de HONESTINO MONEIRO GUIMARÃES no dia 29, estiveram presentes, dificultando a ação Policial os Dep. do MDB, DAVID LEHRER (SP), MÁRIO COVAS (SP), MARTINS RODRIGUES (Ce), CELESTINO FILHO (GO), AMARAL PEIXOTO(RJ), MARIO MOREIRA ALVES (GB), HERMANO ALVES (GB), MATA MACHADO (MG),MAURÍLIO FERREIRA LIMA (Pe) PAULO CAMPOS (GO), e CHAGAS RODRIGUES (PI); os Dep da ARENA, BRITO VELHO (RS), OSMAR CUNHA (SC) e OSVALDO ZANELLO (ES) e os Senadores do MDB AURÉLIO VIANA (GB), ARGEMIRO FIGUEIREDO (PB) e EDMUNDO LEVI (AM);

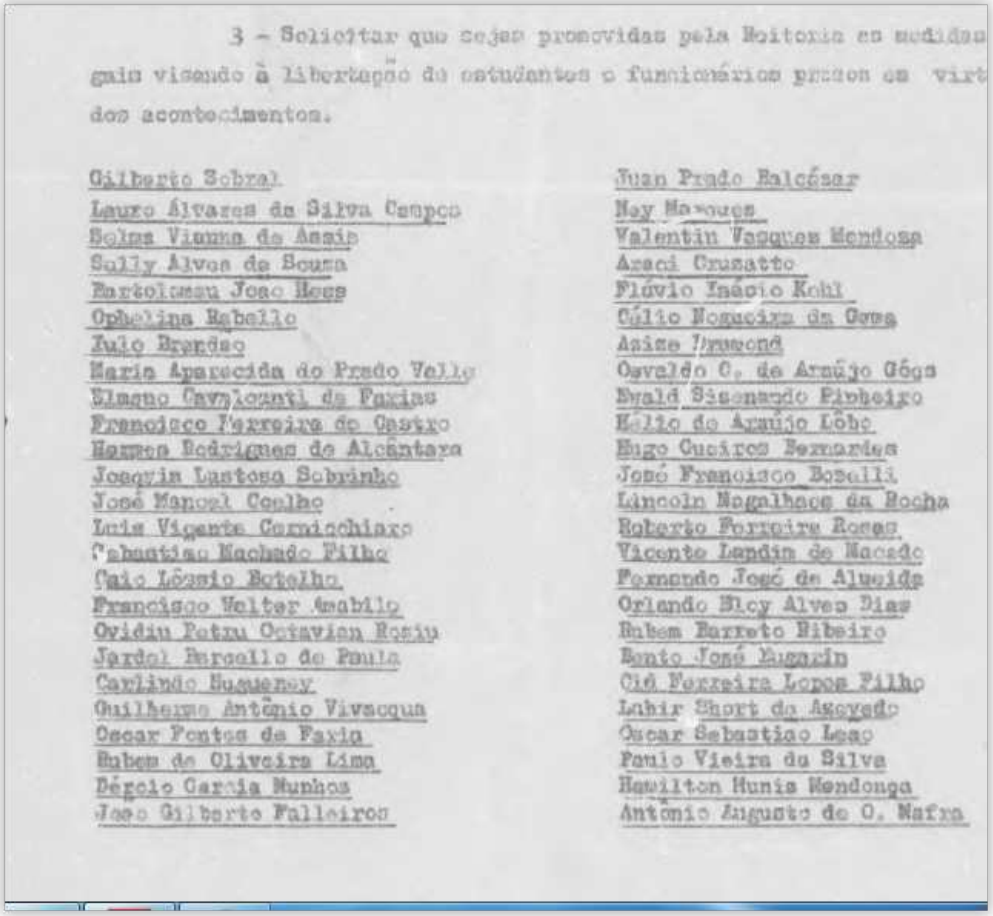
O Dep. DAVID LEHRER chegou inclusive a insuflar estudantes e professôres contra a ação Policial.

O Dep. SANTILLI SOBRINHO viu-se envolvido nos acontecimentos quando segundo declarou, procurava sua filha que é universitária.

Nesse dia e subsequentes foi grande a repercussão no Congresso Nacional, onde parlamentares do MDB e da ARENA fizeram ataques - por vêzes virulentos, à ação da Polícia e ao Govêrno, exigindo a cabeça das autoridades responsáveis.

A invasão do dia 29 de agosto foi considerada excessiva por parte significativa da comunidade universitária. No dia 31 de agosto, saiu um manifesto, o qual o interventor no cargo de reitor se recusou a assinar, alegando que exercia cargo de confiança e se via como representante do Governo dentro da universidade. Professores do Instituto Central de Ciências e Humanas e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília, "reunidos em assembleia nesta data" deliberavam manifestar o seu pensamento sobre os acontecimentos da universidade. Afirmando que prestigiavam e se solidarizavam com o reitor, no sentido de sua atuação junto à Presidência da República e demais autoridades do país, que pretendiam fazer ver que a continuidade

dos trabalhos universitários era impossível com a repetição de fatos como os ocorridos e que a autonomia universitária só permitiria que tal acontecesse com a solicitação ou consentimento do reitor. Assim, os signatários solicitavam providências no sentido de libertação de estudantes e técnico-administrativos presos durante a ocorrência.



3 - Solicitar que sejam promovidas pela Reitoria as medidas gais visando à libertação de estudantes e funcionários presos em virt dos acontecimentos.

Gilberto Sobral
Lauro Álvares da Silva Campos
Selma Vianna de Assis
Sully Alves de Souza
Bartolomeu Joao Hess
Ophelina Rabello
Julo Brandão
Maria Aparecida do Prado Valle
Elmano Cavalcanti de Farias
Francisco Ferreira de Castro
Hermes Rodrigues de Alcântara
Joaquim Lustosa Sobrinho
José Manoel Coelho
Luis Vicente Cernicchiaro
Sebastião Machado Filho
Caio Lôssio Botelho
Francisco Walter Amabile
Ovidiu Petru Octavian Rosiu
Jardel Barcello de Paula
Carlindo Nugueney
Guilherme Antônio Vivacqua
Oscar Fontes de Faria
Rubem de Oliveira Lima
Dércio Garcia Munhos
Joao Gilberto Falleiros

Juan Prado Balcázar
Ney Marques
Valentin Vasques Mendoza
Araci Cruzatto
Flávio Inácio Kohl
Célio Nogueira da Gama
Azize Drummond
Osvaldo C. de Araújo Góes
Ewald Sisenando Pinheiro
Hélio de Araújo Lôbo
Hugo Queiroz Bernardes
José Francisco Boselli
Lincoln Magalhaes da Rocha
Roberto Ferreira Rosas
Vicente Landim de Macedo
Fernando José de Almeida
Orlando Eloy Alves Dias
Rubem Barreto Ribeiro
Bento José Lugarin
Cid Ferreira Lopes Filho
Lahir Short de Azevedo
Oscar Sebastião Leão
Paulo Vieira da Silva
Hamilton Munis Mendonça
Antônio Augusto de O. Nafra

Noutro documento semelhante,[84] do mesmo dia 31 de agosto, lê-se que: "foi aprovada por aclamação a proposta do professor Lincoln Magalhães da Rocha" de redação de moção pública – deliberada em assembleia com presença da maioria absoluta dos professores do ICCH e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da UnB.

"No sentido de que seja tomada a primeira atitude concreta de repúdio ao vandalismo policial que, sob o pretexto de proteger a Segurança Nacional, causa intranquilidade e insegurança à vida universitária, cometendo os mais vis crimes de natureza comum que repugnam ao senso humano e ao próprio direito natural: espancamentos, lesões corporais, constrangimentos ilegais, violência arbitrária, tentativa de homicídio, dano ao patrimônio, vimos propor: 1. Redação de *notitia criminis* referente aos incidentes da Universidade de Brasília, ocorridos na última quinta-feira, a ser encaminhada à Procuradoria Geral da Justiça do Distrito Federal, indiciando as autoridades da Secretaria de Segurança do Distrito Federal e às do Departamento Federal de Polícia – tudo de acordo com as normas processuais de competência e designação de um Promotor Público para promover a competente ação penal e punição dos culpados segundo o '*due process of law*'. 2. Que essa missão seja atribuída ao prof. Vicente Cernicchiaro, responsável pela cadeira de Direito Penal da UnB."

Estudantes da UnB também denunciavam as violências da invasão de agosto. Em panfleto apreendido pelos órgãos da repressão, lemos que a sede da FEUB foi invadida por agentes, que "armados com metralhadoras, fuzis, bombas e cassetetes, prenderam e espancaram o presidente da FEUB". Segundo a FEUB "o cerco foi feito pelo Exército e a invasão pela Polícia Militar e pela DOPS"; "professores, funcionários e estudantes foram presos e levados em fila para a quadra de basquete, transformada

84 Ambos encontrados em *ACE 53 760 86 001*

em campo de concentração". A imprensa, dizia o panfleto, escondia os fatos, divulgando notas falsas, dizendo que os estudantes provocaram e começaram o tiroteio. O documento era Assinado pela FEUB, por Diretórios Acadêmicos da UnB, pelo Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília e pela Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

No interrogatório de Paulo Speller, registrado no IPM do coronel Murilo Rodrigues de Souza,[85] registra-se que Speller, em assembleia, assumira a presidência interina da FEUB, devido à prisão de Honestino. E que, na noite do mesmo dia, houve uma assembleia convocada por professores. O reitor Caio Benjamin, de acordo com Speller, esteve nessa assembleia onde teria afirmado que estava chocado com a violência da invasão, mas que não podia assinar o manifesto por exercer cargo de confiança. Houve uma passeata no dia 30, mas dispersada pela polícia logo em seu início.

Speller estava entre os presos no Congresso de Ibiúna, pela DOPS de São Paulo. No interrogatório ao coronel Murilo Rodrigues de Souza, Speller:

> "Esclarece que é contra o atual Governo, apresentando como argumentação, dentre vários pontos, os seguintes: - o Governo não é eleito pelo povo; o Brasil, cuja taxa de analfabetismo é de 50%, não vem merecendo a menor atenção do Governo nesse problema; o ano de 1969, denominado pelo Governo federal Ano da Educação, contará com apenas 7,6% do Orçamento Nacional, ou seja, inferior ao de 1968; Sendo que as verbas militares permanecem praticamente inalteradas, ou seja, 19,7% do Orçamento Nacional. Á pergunta se o fato de o Governo não ser eleito pelo povo, e sim pelos representantes do povo, significa que o País vive num regime ditatorial, respondeu que não especificamente, digo, respondeu que no nosso caso específico vivemos num regime ditatorial, havendo porém outros fatores que influenciaram, tais como, triagem no Congresso Nacional, com cassações de mandatos parlamentares e Lei das Inelegibilidades, além de não assegurar aos cidadãos os direitos que lhes são assegurados pela Constituição Nacional."

Sobre o Congresso de Ibiúna, todos da delegação da UnB foram ali detidos. Tais como Sônia Hypólito, Betty Almeida, Francisco de Assis Chaves Bastos, Lenine Bueno Monteiro e Paulo Speller. Em Brasília, houve protesto contra essas prisões e a violência policial contra a UNE. A 23 de agosto de 2013, Álvaro Lins contou que, juntamente com outros estudantes, como Antônio de Pádua Gurgel, um grupo resolveu denunciar o fato em comícios relâmpagos. Os estudantes fizeram uso de um microfone numa quermesse na L2 Sul, mas logo em seguida foram presos.[86] Álvaro relata que foi muito espancado nesse dia. Ele e outros estudantes presos passaram por vários lugares: acredita que passou pelo Ministério da Guerra, sabe que foi levado ao Batalhão de Guarda Presidencial e ao Batalhão da Polícia do Exército. Onde ficou algemado num pátio, madrugada adentro. Ali, agentes falavam que tinham pensado que ele, Álvaro, era Honestino. E que quando prendessem Honestino novamente, ele seria assassinado. Álvaro Lins ficou isolado, incomunicável, por 5 dias até que foi chamado p elo coronel de nome Epitácio. Na leitura do coronel, o grupo que protestara na quermesse era altamente treinado. Inclusive, dizia o coronel Epitácio mostrou que o principal, no caso de Álvaro Lins, não era o protesto específico.

85 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

86 O episódio consta em documento do CISA: BR NA BSB VAZ 006 0049. E também é relatado por Antônio de Pádua Gurgel no seu livro *A rebelião dos estudantes*. Op. cit.,, *p. 276.*

Havia, com o militar, um grande dossiê, com relatos minuciosos e quase diários de situações corriqueiras no *campus* da UnB, que, em sua visão, comprovavam que Álvaro Lins era um "subversivo" contumaz. Depois de libertado, o estudante foi condenado a um e meio de prisão, porém, anos depois, já vivendo em clandestinidade, foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Devido à prisão, Álvaro Lins perdeu uma prova de química e por isso apresentou um recurso, o qual foi indeferido pelo professor Guy de Fontgalland. Por esse motivo, foi jubilado da universidade, sem que se lhe aplicasse o 477.

Por fim, vale citar o "Jornal da Crise FEUB. Terrorismo Cultural - Repressão Policial. Política educacional do governo"[87] Trata-se de uma edição feita logo após a invasão. Segundo a FEUB, o modelo da UnB, "voltado para a realidade brasileira", vinha sendo combatido pelo governo desde 1964. Daí, os constantes problema de verbas, os cercos, as prisões e convocações de professores a prestarem depoimentos ao SNI. A FEUB denunciava também a existência de constantes ameaças de fechamento da Universidade por "setores militares da linha dura e alguns setores civis". A invasão de 29 de agosto era assim descrita:

"dezenas de carros e caminhões de choque, centenas de soldados da PM, PDF, DOPS, apoiados pelo Exército, invadiram o campus equipados com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, fuzis, mosquetões com baionetas caladas, morteiros, etc..."

De acordo com o jornal da FEUB, pela manhã daquele dia, agentes armados invadiram a FEUB para prender seu presidente, Honestino Guimarães, espancado violentamente na frente de todos. Houve protestos. Policiais atiravam em direção às pessoas. Com a viatura "esquecida"[88] pelos agentes virada e incendiada, teve início a invasão. Grande número de bombas de gás foram jogadas pelo *campus*, inclusive dentro de salas de aula. Houve perseguição de estudantes com tiros, inclusive "o colega Márcio" estava hospitalizado por ter levado um tiro no joelho. Agentes depredaram salas de aula e laboratórios no ICC. Quanto ao estudante Valdemar, baleado na cabeça,

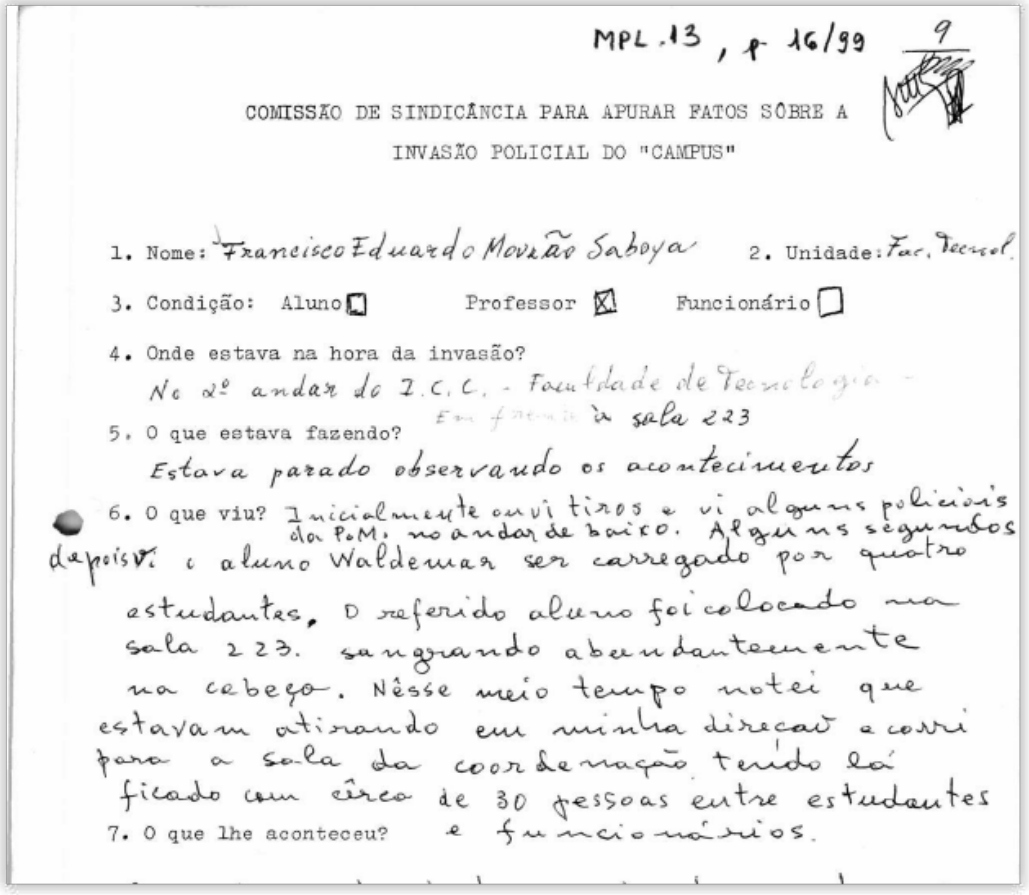
"apesar das balas dirigidas aos que tentavam socorrer o colega ferido, foi este conduzido por professores e alunos para uma sala, onde era socorrido, quando os policiais visando impedir o atendimento do ferido, lançaram no interior da sala bombas de gás lacrimogêneo."

A UnB instaurou uma comissão de sindicância para "relatar as ocorrências durante a invasão policial do *campus* no dia 29 de agosto de 1968", composta pelos professores Hamilton Lourenço, Bráulio Magalhães Castro e Glaura Vasques de Miranda.[89] O que mais interessa, aqui, é o fato de que tal comissão colheu uma série de depoimentos sobre o dia da invasão, com base num questionário simples e eficaz.

87 Também apreendido e por isso encontrado em: *ACE 53 760 86 001*

88 Aspas no próprio documento.

89 BR DF AN BSB AA1 0 MPL 0013.



MPL .13 , f. 16/99 9

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS SÔBRE A INVASÃO POLICIAL DO "CAMPUS"

1. Nome: Francisco Eduardo Mourão Saboya 2. Unidade: Fac. Tecnol.

3. Condição: Aluno ☐ Professor ☒ Funcionário ☐

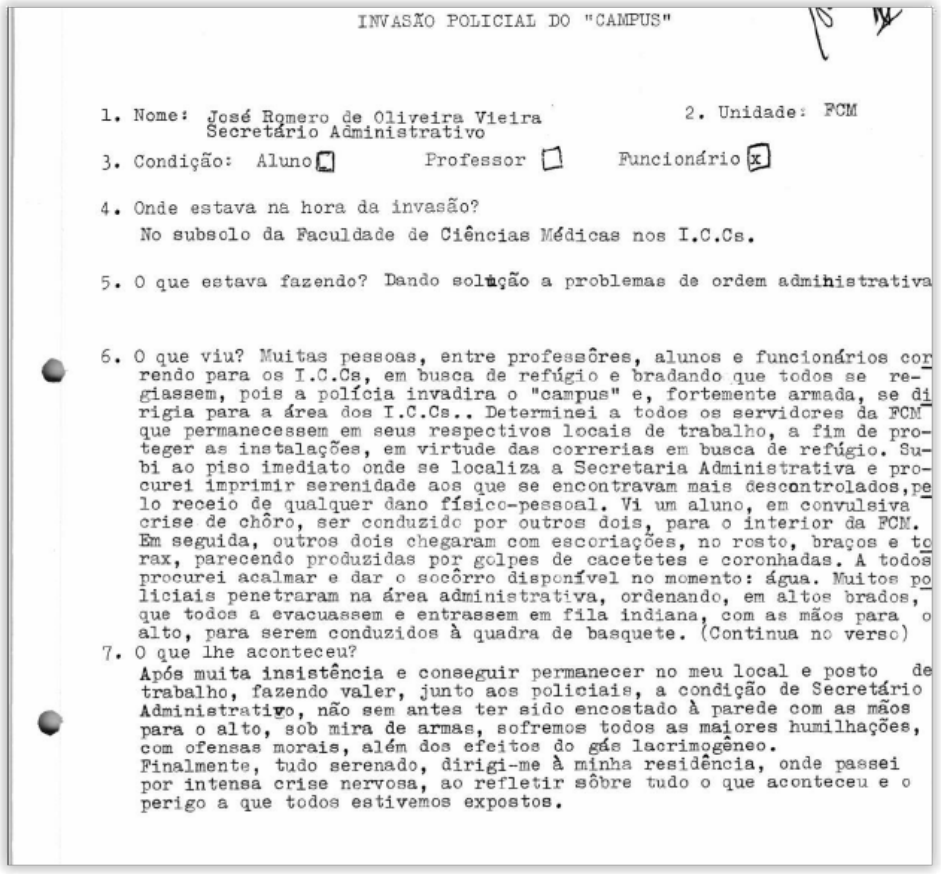
4. Onde estava na hora da invasão?
No 2º andar do I.C.C. - Faculdade de Tecnologia

5. O que estava fazendo? Em frente à sala 223
Estava parado observando os acontecimentos

6. O que viu? Inicialmente ouvi tiros e vi alguns policiais da PoM. no andar de baixo. Alguns segundos depois vi o aluno Waldemar ser carregado por quatro estudantes, O referido aluno foi colocado na sala 223. sangrando abundantemente na cabeça. Nêsse meio tempo notei que estavam atirando em minha direcão e corri para a sala da coordenação tendo lá ficado com cêrca de 30 pessoas entre estudantes e funcionários.

7. O que lhe aconteceu?

Somados, estes questionários nos oferecem um quadro abrangente da invasão, sob várias perspectivas. Vemos, por exemplo, que o professor Francisco Eduardo Mourão Saboya presenciou a cena do estudante Waldemar sendo baleado na cabeça. Mais ainda: que policiais atiraram na direção do professor, quando este tentou socorrer o aluno. Depois de ter sua sala arrombada por policiais militares, o professor foi levado, sob espancamentos, em fila indiana para a quadra de basquete. O professor Francisco Luiz Danna estava no ICC quando policiais militares entraram atirando a esmo e jogando bombas de gás lacrimogêneo. “Fomos tratados como prisioneiros de guerra”, aduzia o professor. O servidor José de Ribamar Ferreira Martins disse ter presenciado o espancamento de Honestino – disse, ainda, que foi vítima de uma pancada a cassetete por parte de um policial. Havia caminhões e outros tipos de viaturas policiais entre a Faculdade de Educação e o CIEM, na L2 norte, de onde saíam policiais armados com metralhadoras, fuzis e outros tipos de armas. Outros depoimentos falam em ofensas morais, espancamentos generalizados e tiros a esmo, em diferentes locais do *campus*. Mesmo dentro de laboratórios, soldados, devidamente protegidos com máscaras, lançavam bombas de gás de lacrimogêneo. Em nenhum dos relatos, em grande quantidade, há qualquer coisa além de perplexidade, medo e fuga desprotegida.



INVASÃO POLICIAL DO "CAMPUS"

1. Nome: José Romero de Oliveira Vieira 2. Unidade: FCM
Secretário Administrativo

3. Condição: Aluno ☐ Professor ☐ Funcionário ☒

4. Onde estava na hora da invasão?
No subsolo da Faculdade de Ciências Médicas nos I.C.Cs.

5. O que estava fazendo? Dando solução a problemas de ordem administrativa

6. O que viu? Muitas pessoas, entre professôres, alunos e funcionários correndo para os I.C.Cs, em busca de refúgio e bradando que todos se regiassem, pois a polícia invadira o "campus" e, fortemente armada, se dirigia para a área dos I.C.Cs.. Determinei a todos os servidores da FCM que permanecessem em seus respectivos locais de trabalho, a fim de proteger as instalações, em virtude das correrias em busca de refúgio. Subi ao piso imediato onde se localiza a Secretaria Administrativa e procurei imprimir serenidade aos que se encontravam mais descontrolados, pelo receio de qualquer dano físico-pessoal. Vi um aluno, em convulsiva crise de chôro, ser conduzido por outros dois, para o interior da FCM. Em seguida, outros dois chegaram com escoriações, no rosto, braços e torax, parecendo produzidas por golpes de cacetetes e coronhadas. A todos procurei acalmar e dar o socôrro disponível no momento: água. Muitos policiais penetraram na área administrativa, ordenando, em altos brados, que todos a evacuassem e entrassem em fila indiana, com as mãos para o alto, para serem conduzidos à quadra de basquete. (Continua no verso)

7. O que lhe aconteceu?
Após muita insistência e conseguir permanecer no meu local e posto de trabalho, fazendo valer, junto aos policiais, a condição de Secretário Administrativo, não sem antes ter sido encostado à parede com as mãos para o alto, sob mira de armas, sofremos todos as maiores humilhações, com ofensas morais, além dos efeitos do gás lacrimogêneo.
Finalmente, tudo serenado, dirigi-me à minha residência, onde passei por intensa crise nervosa, ao refletir sôbre tudo o que aconteceu e o perigo a que todos estivemos expostos.

Sobre a questão das autoridades responsáveis, no IPM do coronel Murilo Rodrigues de Souza, faz-se frequente referência a um relatório de autoria do coronel Raul Lopez Munhoz, do gabinete do Departamento de Polícia Federal. De acordo com o relatório do referido IPM, o coronel Raul Lopez Munhoz esclarecia "serenamente os fatos, que foram objeto de sindicância sigilosa do SNI e de um inquérito policial cujo encarregado é o delegado dr. Walter Dias". Como se viu, um dos documentos mais citados neste capítulo é um relatório sobre a invasão de agosto, mas, como não tem nenhuma assinatura nele, não se pode afirmar com certeza que se trata do documento citado.

Novamente, é preciso registrar a participação de pessoas vinculadas à própria UnB a essa rede de violações de direitos humanos que se deram no decorrer de 1968, em variados graus. Assim, a 4 de outubro de 1968, o Conselho Diretor da Universidade de Brasília, na pessoa do interventor com cargo de reitor Caio Benjamin, advertia o estudante Lenine Bueno Monteiro por "perturbar a ordem" dentro do *campus*. Lenine era ainda ameaçado de suspensão e exclusão da UnB, caso tal "perturbação" reincidisse.[90] No mesmo documento, há um ofício do coordenador do curso de engenharia, professor Aderson Moreira da Rocha, datado de 26 de setembro, perguntando ao interventor no cargo de reitor como agir diante do mandato de prisão expedido contra o estudante Paulo Sergio Ramos Cassis. Sendo constantemente convocada pelas autoridades ditatoriais a responder sobre frequência de alunos (sendo o documento citado um entre inumeráveis outros), o mínimo que se pode dizer é que gestores da UnB estavam muito bem informados sobre as perseguições políticas e prisões arbitrárias em curso.

No caso de Paulo Cassis e sua frequência ao *campus*, mesmo depois da invasão de agosto, o assessor jurídico Hugo Gueiros Bernardes, a 10 de outubro de 1968, advertia que o Reitor, depois das "gravíssimas consequências da última diligência policial", teria conseguido junto ao Presidente da República uma garantia de que uma operação como aquela não se repetiria. Porém, de acordo com Hugo Gueiros, a presença de Paulo Cassis no *campus* punha em risco o acordo, configurando ainda demonstração de pouca sabedoria de qualquer membro da Universidade,

90 BR DF AN BSB AA1 0 MPL 0015.

invocando-se a inviolabilidade do *campus*, que não denunciasse a presença dele às autoridades.[91]

Waltemir Constantino, preso na UnB em 2 de abril de 1968, seria tema de comunicação secreta do Centro de Inteligência do Exército à Reitoria da UnB, onde se recomendava que se aplicasse a expulsão prevista pelo Decreto Lei 477, de fevereiro de 1969. Os motivos apontados são a posse de panfletos políticos, a atuação política junto ao Diretório Acadêmico da FAU e da FEUB e atuação política no Colégio Agrícola da Planaltina. Parecer devidamente seguido pelo Ministério da Educação e Cultura.

A expulsão de Honestino Guimarães, 26 de setembro de 1968

Quanto a Honestino Guimarães, por meio do procurador Paulo de Tarso Celestino e representado por seu advogado José Luiz Clerot, ele requereu, para salvaguarda de seus direitos, a 27 de setembro de 1968, certidões em que constassem: parecer sobre a decisão da UnB de extinção da FEUB e pareceres sobre a adequação do estatuto da UnB à legislação em vigor sobre a representação estudantil. Solicitava, ainda, ata da reunião em que se tinha decidido sua expulsão da UnB, a 26 de setembro de 1968 – portanto, quando Honestino ainda estava preso, depois da invasão de agosto.

A exclusão de Honestino, como podemos ver em outra pasta documental, deveu-se aos atos relacionados à exigência de demissão do professor Román Blanco.[92] Da Comissão de Sindicância responsável por investigar o episódio, participaram os professores Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Abelardo da Silva Gomes e Fernando Románo Milanez, instituída a 6 de junho por Ato da Reitoria. Em depoimento à comissão, Guy Fontgalland Correa da Silva Loureiro, assessor da Reitoria, disse ter ciência de que a FEUB exigira, do Reitor, a expulsão de Román Blanco. Disse, ainda, ter visto uma reunião de estudantes no auditório Dois Candangos que tratava do assunto, tendo reconhecido, como oradores, Honestino e José Prates. Depois disso, segundo o depoente, alguns estudantes teriam ido buscar, sem violência, o professor Román Blanco, conduzindo-o à Reitoria. Ainda segundo o depoente, depois ele soube que houve uma algazarra na Reitoria –, quando o Reitor procurava levar o professor ao seu Gabinete. Ao mesmo tempo em que estudantes discursavam, no próprio saguão do prédio da Reitoria – o depoente reconhecendo Honestino como um dos oradores. Segundo Guy de Fontgalland, Honestino ameaçava a Reitoria, dizendo que esta seria ocupada por estudantes. Em relato semelhante, o Doutor Carlos Augusto Vilalva Negreiros Falcão, advogado e servidor da UnB, também se referia a um ambiente de algazarra, com discussões – identificando, entre os presentes, Honestino. Também o professor Malanga que, exaltado, discutia com estudantes. Já o Doutor Rodolfo de Mello Prado, advogado e chefe de Gabinete do Reitor, disse à comissão de sindicância que ficou sabendo do tumulto porque Mario Miguel Nicola Garofalo, chefe da Divisão de Serviço Gerais da UnB, adentrara a Reitoria, quando ele estava reunido com o Reitor, informando-os de que os estudantes, reunidos no Auditório Dois Candangos, comentavam o tema da expulsão do professor Román Blanco. Novamente, entre vários estudantes, o depoente reconhecia apenas Honestino Guimarães, que discursava em meio ao tumulto. Aduzia, ainda, o depoente, que alguém atirara ovos contra o terno do professor Román Blanco, que, por sua vez parecia-lhe ser um "temperamental" que não sabia lidar com estudantes. O professor José Lucena Dantas afirmou ter visto Honestino discursar, em reunião da FEUB, contra o professor Román Blanco. Esse também seria o sentido do depoimento do professor Hugo Dias Fernandes. O depoimento do professor Osvaldo Colatino de Araújo Goes destoa dos demais. Isso porque ele não comentou sobre a FEUB e Honestino, apenas disse que o

91 Idem.

92 BR DF ANBSB AA1 0 AGR 0188.

professor Román Blanco era pessoa de difícil trato e que sempre causava problemas com os estudantes. Em seu depoimento, Román Blanco diria que Honestino era o principal líder do ato de expulsão, identificando também Lenine Bueno Monteiro e Álvaro Lins; e que as constantes acusações de que ele era informante da ditadura eram injuriosas.

Diante desses depoimentos, a comissão de sindicância anunciava seu parecer. Este se amparava numa decisão de julho de 1967, por parte do Conselho Diretor da FUB, de que o regime disciplinar do Regimento Interno do ICCH e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais valeria para toda a universidade. Afirmava-se ainda que, mesmo na ausência de regulamentação, o poder disciplinar competia à discrição do Reitor e do Conselho Diretor. Por outro lado, mesmo o Regimento Interno da UnB não tendo sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação, a decisão supracitada poderia ser aplicada. A comissão afirmava ter apurado que, no causo, houvera: perturbação da ordem; desobediência ao diretor (Reitor no caso, porque se aplicava o regimento do ICCH); ofensas morais ou físicas a um membro do corpo docente "no exercício de suas atribuições legais, estatutárias ou regimentais." Foi por esta infração específica que Honestino foi expulso da UnB, uma vez que as anteriores previam penas de advertência e suspensão. Do ponto de vista da prova, argumentava a comissão, mesmo com a dificuldade de se atribuir responsabilidade a "todo ato multitudinário", Honestino era indicado, em vários depoimentos, como principal liderança. E assim defendia-se o parecer com recomendação de expulsão de Honestino da Universidade de Brasília.

a. Agosto: Ação Terrorista de Estado.

Em capítulos anteriores, foram comentadas e classificadas violações específicas aos direitos humanos, como prisões arbitrárias e demissões por motivação político-ideológica. Evidentemente, tais violações não se limitaram àqueles anos. Porém, neste capítulo encontramos novas violações que merecem comentários à parte. A primeira é a própria invasão policial de 29 de agosto. Como qualificá-la? Dizer que se tratou de abuso de força ou ação excessiva é convincente, diante do quadro apresentado? Por certo, a detenção de pessoas na quadra de basquete, depois de espancamentos, tiros e bombas de gás lacrimogêneo, já mereceria uma caracterização à parte, como verdadeiro sequestro cometido por agentes de Estado. Mas, sequestro em nome de quê? Haveria alguma outra finalidade na invasão, a qual levaria à sua qualificação específica?

O relatório sobre a invasão de agosto[93] sugere, ao contrário de ação meramente "excessiva", uma operação planejada, com o uso da força como "fator psicológico" para desmantelar aquilo que, na percepção de vários agentes da ditadura, era um foco de resistência. A Universidade de Brasília, nesse relatório, era enquadrada no contexto mais amplo da "guerra revolucionária". Invocando, o autor, de um lado conclusões baseadas em leituras de Mao Tse Tung, de outro, na obra sobre a contra-rebelião de David Galula. Vale destacar que a referida obra foi editada pela GRD em volume especial, preparado "especialmente para o Serviço de Informações da Aeronáutica," tinha sido inspirada pela participação do militar francês na guerra da Argélia.[94]

No relatório sobre a invasão de agosto, a FEUB figura como centro de uma rede "subversiva", como um elo entre a resistência das organizações clandestinas e a luta institucional de parlamentares oposicionistas. A Universidade de Brasília é caracterizada como ambiente corrompido, sem autoridade moral e política, e por isso posta à mercê da "rebelião" dos estudantes. Segundo esta análise, o que estava em curso era uma

93 *ACE 53 760 86 001; ACE 53 760 86 002; ACE 53 760 86 003; ACE 53 760 86 004.*

94 David Galula. *Teoria e prática da contra-rebelião.* Rio de Janeiro: GRD, 1966.

guerra contrarrevolucionária (no sentido de que o Golpe de 1964 teria sido a revolução). A vantagem dos estudantes nesta guerra derivava de seu poder de iniciativa, sendo necessária uma retomada desse poder pelas autoridades ditatoriais. Para tanto, o "contra-rebelde" teria que agir diretamente contra os rebeldes, agir indiretamente contra as condições que propiciavam a ação rebelde, infiltrar-se no movimento rebelde e fortalecer sua máquina política. Ou seja: isolar os líderes estudantis do restante dos estudantes, reorganizar a universidade, desmantelar as organizações clandestinas e recompor a força do Estado. A força também teria sua função, uma vez que "o povo e sobretudo os jovens aplaude os governos fortes." Uma demonstração de força, teria, portanto, além dos efeitos vindos da prisão de líderes, o efeito psicológico de retomada da iniciativa e de reconquista da massa estudantil pelo poder ditatorial. Não custa lembrar, ainda, que estávamos às vésperas da decretação do AI-5 e que, portanto, a invasão da UnB se dava num contexto de acirramento da ditadura como um todo.

O Inquérito Policial Militar a cargo do coronel Murilo Rodrigues de Souza[95] tinha premissas e conclusões muito semelhantes. No relatório do IPM, o coronel advertia que era preciso analisar a situação estudantil diante de um conjunto, para se ter uma "visão global da verdadeira revolução comuno-estudantil tramada." Documentos, testemunhos, confissões, material apreendido proclamavam o objetivo de "derrubada da ditadura". Injúrias aos militares eram feitas em todos os momentos. A própria bandeira do Vietnam sugeria que estudantes estavam "preparados para atos de terrorismo e sabotagem e destinados a provocar a guerra revolucionária, em franco progresso na UnB e fora dela, dentro do sistema comuno-estudantil e revanchista nacional, contra-revolucionário." O dispositivo de segurança da passeata de março seria prova de que a FEUB era uma organização de tipo militar. E isso com a conivência do Reitor por "apatia criminosa". Mais:

"Cabe-me, agora, requerer as prisões preventivas, ainda, dos seguintes ex-Deputados federais indiciados – Hélio Navarro, Evaldo Pinto, e Deputado Federal Santilli Soabrinho, que se destacaram no incitamento à guerra revolucionária, à guerrilha urbana do dia 29 de março de 1968, que compareceram, inclusive, à violenta Assembleia, sob o pendão do Vietcong no Auditório Dois Candangos, tomando parte na mesa, incentivando a massa estudantil, exacerbando seu estado emocional, desencadeando a violência."

Segundo o coronel Murilo Rodrigues de Souza, portanto, a "guerra revolucionária" constituía uma realidade, "planejada em escala mundial.

"No caso de Brasília, objeto do IPM, as coisas se desenvolveram além do processo teórico do proselitismo e do diálogo doutrinário. Chegou-se a preparar no *campus* da UnB, no Colégio Elefante Branco e no Colégio Agrícola, a mobilização da luta armada, com a criação de Territórios Livres. A população foi conclamada a estruturar-se numa frente estudantil-popular."

Estimulados por autoridades e professores, a juventude, dizia o coronel, vinha se politizando, mas não para a "democracia" e sim para a luta de classes, "um ensaio de guerrilha urbana." No texto do IPM, as diferenças políticas não existiam, tudo fazendo parte de uma mesma trama coordenada. A "linha cubana" era atribuída ao PCdoB, todos reunidos "sob a bandeira da traição, do Vietcong." Citando O Globo, o coronel dizia ainda que a FEUB era um soviete.

"E examinando o preâmbulo, verifica-se que a FEUB nada mais é que outra organização de tipo militar, mantida sem permissão legal, que tem

95 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130.

até Comissão de Segurança, que funcionou várias vezes, dentro e fora da UnB, o que está previsto no art. 36, preâmbulo, da LSN. Inclusive nas barricadas, no Território Livre, as lutas com a PM, prisão de Oficial do Exército, de Policial, interrogatório, julgamento, nas guerrilhas urbanas, na proteção de Honestino quando foi preso, ao ponto de agredirem a polícia, incendiarem uma viatura, usaram paus e pedras e até armas de fogo.[96] Testemunhas observaram que havia um comando organizado, um tipo de guerrilha urbana, na passeata de agitação e provocação."

Este, segundo o IPM, era o mesmo parecer do coronel Raul Munhoz, da Polícia Federal. Temos, portanto, uma confluência de análises sobre a UnB.

Penny Green e Tony Ward,[97] em obra fundamental para a conceituação dos crimes de Estado, definem o terror de Estado como a prática do governo por meio de intimidação e suspeição generalizada. Neste sentido, o terrorismo de Estado é um instrumento de terror, usado propositalmente para espalhar pânico e insegurança numa determinada população. Neste sentido, assassinatos, torturas, também podem servir como instrumentos de terror, espalhando o medo. No caso da UnB, além disso, a invasão contou com o teor de racionalidade, uma vez que o "excesso" foi claramente planejado. Também porque o *campus* já tinha sido alvo de cercos policiais anteriores, é forçoso se concluir que a operação não foi improvisada. A proporção, como podemos ver nos relatos que falam em tropas, metralhadoras, bombas de gás, caminhões, viaturas de vários tipos, espancamentos generalizados, preparo militar (como o uso de máscaras para proteção contra gás lacrimogêneo em ambientes fechados) soa exagerada, tendo em vista a prisão de cinco ou seis estudantes no ambiente universitário, num dia comum de trabalho e estudos. Porém, se vista sob a lógica do IPM e do relatório comentados, a operação pode ser entendida como ato deliberado e planejado. Usando-se, ainda, a comunidade universitária como alvo, objeto de violência e intimidação, fica claro o sentido de terror psicológico. Em depoimento prestado a 21 de maio de 2013, o professor Antônio Ibañez disse que, em seu ponto de vista, a invasão de agosto foi motivada por disputas internas à ditadura, sobretudo devido à ação dos grupos que eram favoráveis ao endurecimento do regime. A UnB, neste caso, teria sido usada como pretexto para uma demonstração de força.

De acordo com Antônio de Pádua Gurgel,[98] o jornalista Carlos Castello Branco informou que a ordem da invasão de agosto partiu do Ministro da Justiça, Gama e Silva. Mas, ainda segundo o autor, "há indicações" de que o mandante mais direto foi o general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar da Presidência. Gurgel afirma ainda que um artigo publicado pelo Correio da Manhã no início de setembro, de autoria de Carlos Alberto Tenório, revelava que o SNI tinha recebido previamente um relatório sigiloso com o plano da invasão.

O uso planejado e calculado da violência desproporcional, tendo em vista um efeito simbólico, só pode ser considerado um ato terrorista de Estado.

b. O perfil do Reitor e a nomeação de José Carlos de Almeida Azevedo para o cargo de vice-reitor

De acordo com o IPM do coronel Murilo Rodrigues de Souza, os acontecimentos de 1968 teriam se dado "a despeito da ação saneadora do Vice-Reitor prof. José Carlos de Azevedo", nomeado a 26 de setembro

96 Este é o único momento em que o autor do IPM fala em armas de fogo com esse viés. Portanto, a função aqui é mais retórica do que qualquer outra coisa.

97 Penny Green, Tony Ward. *State Crime. Governments, violence and corruption.* London: Pluto Press, 2004.

98 *A rebelião estudantil.* Op. cit, p. 266-267.

de 1968,[99] na mesma reunião do Conselho Diretor que decidiu pela expulsão de Honestino. O volume guardado no Arquivo Nacional aqui consultado, sob o assunto "atividades subversivas dos estudantes da Universidade de Brasília", consta como encaminhado do comandante do Primeiro Exército General Syseno Sarmento ao Presidente Geral da Comissão de Inquéritos. Na capa, destaca-se que

"no item 4º do presente relatório, o encarregado do inquérito sugere que, em face dos indícios existentes no IPM contra outros indiciados, ligados direta ou indiretamente à UnB e que não podem ficar impunes (fls 111), dito inquérito fique a cargo de outras Forças Armadas, de preferência a Marinha, já que o atual e capaz Vice-Reitor José Carlos de Azevedo, é oficial dessa Força."

No relatório sobre a invasão de agosto, há também uma análise do papel do Reitor no contexto da "guerra revolucionária,"[100] onde se destaca a necessidade que as Forças Armadas, que estariam sendo vilipendiadas na UnB, tomassem as rédeas da universidade. Inclusive, desfazendo a crença dos estudantes de que o *campus* era um "território livre", ao abrigo do governo.

No termo de declarações de 10 de outubro de 1968, prestado pelo Reitor Caio Benjamin Dias ao coronel Murilo Rodrigues de Souza, evidencia-se que o Reitor era considerado fraco, omisso. E suas atitudes eram alvo de cobranças como:

"Pergunta: - nos dias 1º, 2 e 3 de abril, ainda sob o regime de Território Livre e com o estabelecimento de barricadas, os estudantes se mantiveram dentro do campus Universitário, para onde aliciaram centenas de estudantes secundaristas. Em lhe sendo perguntado qual a atitude do declarante com relação a esse fato, tendo em vista sua condição de Reitor da UnB, respondeu que a resposta deve iniciar-se com duas retificações, sendo que a primeira é de que o Reitor jamais admitiu que o campus fosse Território Livre, ou tomou conhecimento de que essa tivesse sido uma deliberação em Assembleia, e a segunda retificação é que as barricadas foram levantadas na tarde do 1º do dia de abril de 1968, após o policiamento ostensivo de todas as vias de entradas e saídas com rigorosa identificação das pessoas que se dirigiam à UnB, providência essa que foi levada ao conhecimento do declarante pelo sr. Secretário de Segurança Pública; que há também uma outra retificação, de que o número de estudantes foi diminuído no decorrer desses três dias e por várias vezes as frágeis barricadas foram abertas e estiveram sem guarda de alunos, sendo certo ainda que durante os dias citados na pergunta, desde o início dos acontecimentos em foco, o declarante esteve em permanente comunicação, por si e por seus Assessores, com as autoridades da Secretaria de Segurança Pública, e estabeleceu também contatos com outras autoridades militares e encarregadas da segurança em Brasília, colocando-as a par dos acontecimentos e mantendo com as mesmas os necessários entendimentos para contornar a situação;"

Sobre o manifesto em nome da comunidade universitária, condenando a invasão de agosto, Caio Benjamin respondeu que informara aos professores que "somente se pronunciaria depois de tomar conhecimento de todos os fatos, e em pronunciamento individual, tendo em vista os deveres do seu cargo e o fato de representar, na Universidade, o próprio Governo, em função, ou melhor, em Cargo de Confiança."

"À pergunta se o declarante tem ciência da existência de uma Guerra Revolucionária no país, de caráter comunista, engajando inúmeros elementos subversivos estudantis e de todas as classes, cuja etapa evolutiva, na atualidade, tem como um dos objetivos para a tomada

99 *BR DF AN BSB AAJ IPM 0130.*

100 *ACE 53 760 86 001; ACE 53 760 86 002; ACE 53 760 86 003; ACE 53 760 86 004.*

progressiva do poder, a quebra do princípio de autoridade, a subversão da hierarquia e da disciplina e a intimidação das mesmas autoridades para atingir os fins inconfessáveis da tomada do poder, segundo os objetivos do castro-comunismo, que instala focos revolucionários e terroristas nas Universidades, que procuram dominar, inclusive pela intimidação e pelo terrorismo cultural; respondeu que confia na excelência do Regime Democrático e na inata vocação do povo brasileiro para a liberdade e a evolução pacífica. Sabe que estamos vivendo dias difíceis e correndo o risco de radicalizações que incitam a discriminação e a luta entre irmãos com os recursos da violência. Está também advertido dos riscos e atento aos movimentos da Guerra Revolucionária que vêm sendo denunciados pelas autoridades, porém, no meio estudantil da UnB, a propaganda política e a incitação à rebeldia parecem ao declarante que possam ser cumpridas, digo, contidas."[101]

É nesse contexto de profunda desconfiança com Reitores civis que surgiria, então, a alternativa do vice-reitor militar. Além de tudo, como expressamente indicado na documentação, militar da marinha próximo e bastante afinado com o CENIMAR. Em vários dos depoimentos tomados pela Comissão Anísio Teixeira, como por exemplo o do professor José Carlos Coutinho, prestado a 4 de junho de 2013, afirmou-se que José Carlos de Almeida Azevedo, mesmo antes da posse como Reitor, enquanto ocupava o cargo de Vice-reitor, era a autoridade máxima dentro da Universidade. O que se complementa com a documentação, comumente, quando se tratava de questões políticas ou informações, a autoridade consultada era o interventor Azevedo. Muitas vezes, mesmo sem que as decisões passassem pelo crivo dos interventores no cargo de Reitor, Caio Benjamin e Amadeu Cury.

Um dado intrigante sobre a presença de José Carlos de Almeida Azevedo na UnB, observado por Felipe Lindoso, em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 17 de outubro de 2014, foi que o militar da marinha já frequentava o *campus* da UnB em 1967. Porém, Lindoso afirma que Azevedo não dava aula nem orientava qualquer aluno. De fato, há um documento da FUB assinado pelo reitor Laerte Ramos de Carvalho, datado de 12 de junho de 1967, enviado ao Comando Naval, na pessoa do Contra-almirante Luiz Penido Burnier,[102] em que o reitor afirma que Azevedo frequentava a UnB, exercendo a função de coordenador do Instituto de Física Pura e Aplicada. Nessa função, segundo o reitor, Azevedo não ministrava aulas e "seu comparecimento a esta Universidade depende totalmente de seu livre-arbítrio, nada havendo que determine um comparecimento sistemático." Por tal colaboração, Azevedo não recebia, ainda, qualquer tipo de remuneração:

"cabe-me acrescentar que a colaboração do Prof. Azevedo foi solicitada quando atravessava, esta Universidade, séria crise decorrente da atitude de ex-professores que tentaram extrapolar para o plano técnico-científico problemas nitidamente político-partidários. Foi, então, criado um clima de tensão que se estendeu além dos limites universitários, que procurava solapar os alicerces do Governo Revolucionário. A maioria dos físicos brasileiros tomou uma atitude de retração não desejando ter seus nomes envolvidos nos acontecimentos. Nesta ocasião, o Prof. Azeredo, físico dos mais brilhantes, com grau de doutoramento por uma das mais famosas universidades norte-americanas, numa atitude patriótica corajosa, aceitou a incumbência de coordenar os cursos do ICFPA. Os frutos da tal resolução foram imediatos e atualmente já conta o referido instituto com 13 professores e 147 alunos, com todos seus cursos funcionando na maior regularidade.

101 BR DF AN BSB AAJ IPM 0130

102 BR DF AN BSB AA1 MPL 0045.

Por terem sido tratados assuntos referentes a segurança interna nacional, resolvi classificar o presente ofício de confidencial."

Este ofício, assinado por Laerte Ramos de Carvalho, era uma resposta a uma solicitação de esclarecimentos, por parte do Comando Naval, sobre a participação do capitão-de-mar e fragata José Carlos de Almeida Azevedo em fatos referentes à visita do embaixador norte-americano à Biblioteca da UnB, em 1967. Havia uma informação, constante em Inquérito Policial Militar a cargo do capitão de corveta Yvancy Buarque Quintiliano, de que Azevedo teria sido agredido naquele dia – como não há qualquer registro de agressão física contra professores naquele dia, é provável que tal se refira ao protesto ou à "guerra de salgadinhos" narrada por Aylê Salassiê.

A capacidade de memorização e identificação de estudantes por parte de José Carlos de Almeida Azevedo se tornou proverbial. Em depoimento a 23 de agosto de 2013, Hélio Doyle, estudante universitário matriculado na UnB em 1969, disse que Azevedo sabia inclusive um curso específico de que ele tinha participado. Relatos desse tipo são bem comuns nos depoimentos. Eles podem indicar que Azevedo tinha alguma habilidade especial para a identificação, natural ou exercita. Podem, ainda, e não necessariamente em contradição com a primeira hipótese, expressar a sensação dos estudantes da época sobre sua constante vigilância.

c. Torturas

O fato de comentarmos a questão da tortura a partir deste capítulo, não significa que a prática tenha se inaugurado em 1968. O máximo que se pode dizer é que, com depoimentos e pesquisas realizados, é então que encontramos os primeiros relatos mais explícitos e detalhados. Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 4 de abril de 2014, Jarbas Silva Marques relatou que, na qualidade de jornalista, quando trabalhava para o Jornal Quarto Poder, foi preso logo após o golpe de 1964, quando já sofreu torturas. Mas foi a partir de 1967 que Jarbas sofreu as piores violências. Foi preso quando participava da organização de um foco de resistência à ditadura em Uberlândia.[103] Jarbas relata que foi preso e torturado pelo delegado Deusdetth Cruz Sampaio da Polícia Federal. Mas que também passou por alguns quartéis do exército. Também pela delegacia do Cruzeiro, por ser próxima ao setor militar. De lá era levado para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército. Das torturas sofridas, Jarbas relatou que sofreu fuzilamento simulado à beira do lago. Que foi amarrado nu enquanto um treinador ordenava que um cachorro grande mordesse sua genitália. Em mulheres presas, Jarbas viu o mesmo ataque ser dirigido aos seus seios. Em Brasília, também era comum o uso de animais selvagens nas celas, como jacarés e cobras. Na Polícia do Exército, Jarbas sofreu afogamentos e coronhadas nas costas, pendurado em ganchos de açougue. No Rio de Janeiro, passou por afogamento com conta-gotas, enquanto estava pendurado ao pau-de-arara. Jarbas Marques disse que o chileno Gary Prado assistia aulas de tortura no Rio de Janeiro, em que ele e outros presos eram usados como cobaias. Relata, por fim, que foi interrogado por David Razan, delegado da Polícia Federal de Minas Gerais e, segundo Jarbas, principal torturador do Brasil no ano de 1967.

Jarbas Silva Marques passaria dez anos preso, e por isso não concluiria a sua graduação pela Universidade de Brasília.

Para o ano de 1968, o foco será dado a dois casos, o de Honestino Guimarães e o de Alduísio Moreira de Souza, o que não significa, também, que os mesmos tenham sidos os únicos casos de tortura nesse período.

103 No Arquivo Nacional encontramos o Inquérito Policial Militar sobre o tema, cujo encarregado foi o coronel Epitácio Carodozo de Brito, DI_ACE_7806_80.

Pelo contrário, eles aqui figuram como exemplos dramáticos de prática comum na ditadura militar.

Para falarmos desses casos, recorreremos à palavra mais direta das denúncias e depoimentos, a qual nos parece a mais incisiva diante da brutalidade do que temos a relatar.

Claudio Antônio de Almeida, um dos estudantes presos na invasão de 29 de agosto de 1968, em depoimento escrito relatou que:

"No dia 29 de agosto de 1968 me dirigi para Universidade de Brasília, onde estudava economia. Iria assistir a uma aula maior, a ser ministrada pelo Professor Lauro Campos. Antes, como era de costume, passei pela FEUB, próxima ao FE-5, prédio onde se encontrava o auditório Dois Candangos, para conversar com o seu Presidente, HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES. Ele estava preocupado com a possibilidade de nova invasão pela Polícia Militar na Universidade de Brasília. Eu lhe disse que pessoas ligadas à família de minha namorada à época a advertiam no sentido de que ela não devia ir à aula naquele dia 29, pois estava sendo preparada uma grande mobilização militar em direção à UnB. Fui informado e passei-lhe a notícia, não dando muito crédito àquela possibilidade. Fui para a sala de aula e, em menos de trinta minutos, começamos a ouvir gritos, dizendo que HONESTINO FOI PRESO, PRENDERAM HONESTINO... Essas expressões tiveram uma resposta imediata, fazendo com que todas as salas de aula se esvaziassem e todos os estudantes se dirigissem ao barraco da FEUB. Lá fomos informados de que HONESTINO fora preso e barbaramente tratado, sendo jogado dentro de uma viatura do dops. Porém, já planejado, os policiais deixaram uma isca na Universidade. Ficou ali, abandonada por eles, uma viatura. Não foram necessários nem cinco minutos para que os estudantes para lá se dirigissem e logo ateassem fogo ao veículo, apesar dos pedidos para que não o fizessem, pois aquilo era uma provocação, o que não foi o suficiente para impedir a fúria dos estudantes.

Dentro do esquema planejado pelos militares, em menos de trinta minutos a Universidade de Brasília era invadida por todos os seus pontos de entrada, por forças policiais, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do DOPS, da Polícia Federal e até mesmo do Corpo de Bombeiros. Não restou aos estudantes a alternativa de fugir em direção ao Instituto Central de Ciências - ICC, apelidado, MINHOCÃO, que se encontrava parcialmente em obras. Os tiros vinham de todos os lados e somente cabia aos estudantes se defenderem e se municiarem de pedras encontradas na construção. Mas não foi suficiente, os militares estavam em grande número e naquela época ainda eram poucos os estudantes matriculados na UnB. Atiravam com armas de fogo e disparavam gases tóxicos. Não dava para competir. Total desproporção de forças. Fomos colocados numa fila indiana, com as mãos nas cabeças e conduzidos a uma quadra de basquete existente no centro da instituição. Ali os militares já se encontravam fazendo a triagem dos alunos envolvidos politicamente, ou, como eles nos chamavam, subversivos e comunistas. Adentrei a quadra e fui logo reconhecido por um militar, que se encontrava com proteção no rosto para gases tóxicos. A brutalidade no trato com os estudantes era a tônica da seleção. Fui conduzido por dois agentes, aparentemente da Polícia Civil, sob os protestos de Deputados e Senadores, que àquela altura já se encontravam presentes na Universidade, acompanhando as barbaridades ali praticadas. Alguns filhos de Deputados ou Senadores, como o meu caso, bem como filhos de embaixadores e, principalmente, de militares de todas as armas, apesar de advertidos, encontravam-se entre os aprisionados e conduzidos aos órgãos da repressão no Distrito Federal. Lembro-me bem de ver o filho do General Golbery do Couto e Silva, um dos principais mentores do golpe de 64, sendo preso e encaminhado juntamente com outros estudantes às dependências da Polícia Federal. Fui colocado em um

ônibus, onde já se encontravam alguns estudantes e levado às dependências do Departamento de Ordem Pública e Social - DOPS, que funcionava no antigo prédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Ali também funcionava o IPEA, órgão do Ministério do Planejamento, onde trabalhavam alguns ex-alunos da UnB, que me viram algemado e conduzido para uma cadeia localizada no subsolo daquele banco de fomento. Essa cadeia ainda existe na garagem do banco. Lá já estavam alguns alunos da Universidade, alguns bastante machucados. Mas não permaneci ali por muito tempo, sendo levado a um elevador e conduzido a um dos andares do prédio. Fui colocado contra uma parede, de onde já se via muito sangue no chão. E os policiais se regozijavam, dizendo que olhasse para o chão para ver o que eu deveria esperar. O tratamento era de total estupidez. Tapas no rosto, chutes, palavrões etc. As meninas eram agredidas, tendo seus corpos manipulados por aqueles animais. Eram todas crianças que estavam lutando pelo simples desejo de pensar e aqueles trogloditas, despreparados, desejavam trucidar. Em pouco tempo fui separado do grupo e informado de que eu deveria ir para o PIC, no Exército. Era o terror para todos os que passavam ali, pois sabíamos que a tortura era uma constante. Para amaciar, como diziam os oficiais da Instituição, primeiro passávamos por um setor onde atuavam os agentes do DOPS. Éramos espancados de todas as formas. Telefones, pontapés, murros no estômago e palavrões. Éramos ofendidos como se fossemos criminosos. Eram policiais aparentemente dopados, podíamos observar. Tratavam normalmente com a marginalidade, com bandidos mesmo. Não podíamos esperar um requinte de delicadeza, partindo daqueles brutamontes. Lembro-me de um sujeito muito alto e forte, com um terno branco, aos berros, orientando o que fazer com cada um de nós. Os tapas nos ouvidos, ele mesmo se incumbia de dar. A cada violência daquela, perdíamos por algum tempo a noção do lugar e do tempo. As dores se misturavam com o pavor. Não se distinguia entre homens e mulheres. Éramos todos tratados da mesma forma, com a maior selvageria possível. Lembro-me de algumas meninas chorando, desesperadas e apavoradas, tremendo diante daquele quadro de terror. Dali fui levado para uma cela da cadeia do Exército. Eu já me encontrava muito machucado. Minha cabeça, meu estômago, meu órgão genital, tudo doía. Na cela, encontravam-se alguns alunos da UnB. Conhecia apenas um deles, que atuava no meio estudantil. Não podíamos confiar em todas as pessoas, pois haviam muitos estudantes cooptados pela ditadura que atuavam no meio acadêmico. Mas esse era confiável. Não consigo me lembrar de seu nome, mas vou tentar. Ele já se encontrava preso há algum tempo, por outras invasões na UnB ou passeatas ocorridas. A polícia já começava a desvendar e destruir os grupos políticos atuantes na Universidade. Eram denominados de Política Operaria – POLOP, Ação Popular – AP, Partido Comunista Brasileiro – PCB e outros ainda em formação, como a Aliança de Libertação Nacional – ALN, o VAR-PALMARES, assim como grupos formados por Marighela e Carlos Lamarca. Tal companheiro advertiu-me que na cela se encontrava um rapaz moreno que era dedo-duro. Essa era uma figura execrável, que, já naquela época, considerávamos como crime inafiançável. E o sujeito se aproximou de mim por algumas vezes, criticando os atos praticados pelos militares, aguardando minhas respostas de indignação, o que não lhe propiciei. A todo momento era jogada água dentro da cela. E isso foi até a madrugada. Estávamos exaustos e machucados, mas não nos permitiam dormir nem por um minuto. Em algum momento, percebo um soldadinho se aproximando, não sei se por pena da gente, oferecendo chocolate. O companheiro dizia que neles a gente podia confiar, que era outro tipo de gente e que poderíamos comer o chocolate, que era uma forma de nos tranquilizar. Num certo momento, aparece um oficial do Exército, perguntando se havia algum estudante filho de MAÇON. Na época eu não entendi a pergunta, mas pelo menos três se identificaram e foram levados para fora da cela. Algo havia ai, comecei a refletir. Soube mais tarde que, em outro presídio, o filho do General Golvery também recebeu esse privilégio de se livrar da cela, mas que se negou, exigindo que com ele os outros

também saíssem, o que não permitiram, naturalmente. Aquela madrugada seria um verdadeiro martírio. Aos poucos, os estudantes iam sendo chamados para prestar depoimento. E era tudo um clima de expectativa, pois muitos não conheciam aquela situação, sendo um autêntico batismo de fogo. Fui levado até um militar, de que não me recordo o nome, aparentemente Coronel, que começou a fazer perguntas completamente desconexas. Com toda certeza não sabia o que perguntar e nem mesmo justificar o que estava fazendo ali. Dizia coisas estúpidas, como você é um comunista, você é um subversivo, por que não se muda para Cuba ou para a União Soviética. O que eu queria com o Abaixo a Ditadura, abaixo o arrocho salarial, terras para os campesinos etc. Parecia que ele fizera um ajuntamento de expressões, passando a perguntar para poder entender o que realmente era aquilo que ele mesmo estava perguntando. Era um alienado. O nível era assustadoramente baixo. Riam, debochavam, ofendiam. Um dos militares chegou a dizer que o nosso líder, HONESTINO, havia estuprado (literalmente) a sua namorada que era menor de idade. Dizia que meu líder não deu nem para a saída, pois se borrou todo com as porradas que levou. Outro dizia que eu devia ser um preso importante, pois havia muita gente graúda, querendo saber o meu paradeiro. O nosso medo era ser levados para outros estados e eliminados, desaparecendo com os nossos corpos. Já havia casos semelhantes. Nossos familiares, com toda certeza, já se articulavam para encontrar os entes queridos. Meu pai, então Deputado Federal, não se encontrava em Brasília no dia 29, mas já contatava pessoas no Congresso Nacional para saber de meu paradeiro. Foram acionados o Presidente da Câmara, Deputado Geraldo Freire da Silva, da ARENA, do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, o líder do governo na Câmara, Deputado José Bonifácio de Andrada etc. Meus familiares não tinham ligações com militares, o que naquela época era execrável, diante do golpe de 1º de abril de 1964. Um dos oficiais do Exército que me inquiriu chegou a dizer que não bastavam aquelas autoridades estarem atrás de mim, que eu ia pagar pelos meus pecados. E eu ficava a imaginar os meus pecados – estudar, pensar e lutar por um país livre, pela democracia. A noite toda foi de idas e vindas. Na cela, tentava dormir e novamente jogavam água nos detidos. Ouvíamos a noite toda gritos de pessoas sendo torturadas. Nossos nervos já tinham atingido os limites mais avançados a que o corpo humano consegue resistir. O dia amanhecia. Observava-o por algumas claridades que surgiam nos espaços que eu percorria. O lugar era um verdadeiro bunker. Sair dali, só para o inferno, imaginavam todos que ali se encontravam, à exceção dos vendidos. Num certo momento, sou retirado com muita violência da cela e conduzido para uma sala, onde se encontravam alguns policiais civis e poucos militares vestidos com roupas do Exército. Fui colocado num canto da parede e fiquei aguardando o que estavam preparando para mim. Em alguns instantes, surgiu HONESTINO, totalmente destruído. Suas roupas estavam rasgadas e ensanguentadas. Seu rosto, muito claro, tinha uma vermelhidão provocada pela violência a que vinha sendo submetido. Ele estava sem óculos, mas percebi que não conseguia me enxergar, estando sustentado por dois homens fortes. Vi ali um menino, de menos de vinte anos, estupidamente agredido, em todos os sentidos. Pensei: ali se encontrava uma criatura digna, sadia, bonita, brilhante, que havia sido aprovada em primeiro lugar no vestibular para a Universidade de Brasília, ingressando no curso de geologia. O que sobrou dele estava à minha frente. Suas pernas trôpegas, seus braços largados, sua cabeça caída, lembrando a figura de Cristo na cruz. Era apenas uma criança nas mãos daqueles bárbaros.

E dias antes, aquele coronel havia dito que o meu líder não deu nem para o começo. Por um instante imaginei que aquele homem pudesse ter filhos daquela idade. Mas acho que estava errado ao pensar nisso; torturadores são pessoas insensíveis, não são humanas, além de boçais. E eram pessoas que condenavam Hitler, Mussolini e Stalin. Num certo momento, HONESTINO, levanta um pouco a cabeça e me olha fixamente. Estava ali o retrato do sofrimento, da penúria, do maltrato. Era um ser

vivo que estava ali sendo espancado, a troco de uma informação que talvez ele nem tivesse. Mas também sabia que se a conhecesse, jamais passaria a um torturador. Ao se aproximarem dois militares, de patentes de coronel, foi-lhe perguntado se eu fazia parte da Ação Popular. Por ironia do destino, quando ainda secundarista, foi exatamente eu quem o levou para aquele grupo político e, em pouco tempo, ele assumiu uma liderança que lhe custaria a vida. Aos gritos, os militares lhe perguntavam e ele permanecia em total silêncio. Vendo-o sofrer, eu quase o pedia que dissesse a verdade àqueles bandidos, mas ele permaneceu em silêncio. Duas pessoas à paisana trazem um meio tambor com água, onde afundam por alguns minutos a cabeça de HONESTINO. Eles retiravam a cabeça e faziam novas perguntas que pudessem vir a me incriminar; algumas completamente descabidas, mas aquele garoto, apesar de ainda lúcido, se negava a fornecer qualquer indicação política minha àqueles inquisidores. É difícil imaginar o tempo em que tudo isso transcorria, tal o pavor, a loucura dos atos, os gritos, a tristeza. Por um instante, suspendem os afogamentos e uma pessoa, presumivelmente um médico, segura o pulso de HONESTINO e diz que está tudo bem. E um dia aquele homem jurou, perante um código de ética médica. Fomos levados para outra sala. HONESTINO não mais demonstrava lucidez. Seu corpo já estava completamente entregue aos brutos. Senti que havia chegado a minha vez e tentava manter um pensamento em algo positivo, em algo que pudesse dar-me segurança e esperança. É iniciada uma sessão de choques elétricos. No bico do peito, depois na língua, depois nos testículos. Num certo momento, o torturador mascarado parou por alguns segundos e eu penso: ele poderia deixar essa coisa ligada por mais algum tempo e parou agora. Cara legal. Inicia aí um processo paranoico entre mim e o torturador. Ele vai parar, imaginava. Perguntas eram feitas e eu já havia assumido que era da Ação Popular e que fazia contatos com Belo Horizonte e Uberaba. Queriam nomes. Seria mais fácil inventar, pois teriam que checar. Meus contatos eram com padres, da Juventude Universitária Católica – JUC, mas disse outros nomes. Satisfeitos, ou cansados, sou levado novamente para a cela. Novamente, recebo um balde de água. Desta vez o corpo reage de uma forma muito estranha, após receber aqueles choques. Calafrios, dores e uma enorme angústia. Não posso me deprimir, tenho que segurar meu moral elevado. Os companheiros de cela prestam solidariedade. Um deles coloca minha cabeça em sua perna e chego a iniciar um sono, interrompido logo a seguir por nova ducha de água. Fico a imaginar como estaria meu amigo HONESTINO. Qual seria o limite de sua resistência. É difícil julgar uma pessoa que presa, torturada, passa aos seus torturadores as informações que desejam. Nossos corpos não foram feitos para serem judiados. Somente o sofrimento pode levar o organismo a se adaptar às violências que a vida propicia. Na cela, procurávamos não conversar muito, para não obter informação do outro e, num momento de desespero sob tortura, falar em desespero de causa. Alguns diziam, fale o nome de pessoas menos importantes. O que eles querem são nomes, não importa a hierarquia. E muito assim agiam. Outros inventavam, pois nem sabiam as razões que os mantinham presos naquela casa de tortura. Num certo dia, sou levado a um coronel que comendo pizza, dizia que eu não havia soltado nada e que outros estavam dando o serviço, mas que havia gente graúda atrás de mim. Meu pai, Deputado Federal, era do partido do governo militar, a famigerada Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e não conseguia saber o meu destino, nem se ainda me encontrava em Brasília. Por algumas vezes simularam levar-me para outros Estados, mas creio que aquilo eram estratagemas terroristas. Num certo momento, sou avisado de que seria solto. Alguns companheiros pediam que eu memorizasse os telefones de suas famílias, para passar-lhes notícias, mas tudo isso era de alto risco. Despeço-me carinhosamente de meus companheiros de suplício e sigo, observando as outras celas, repletas de pessoas que pagam por um crime ideológico. Um coronel, ainda não presente nos interrogatórios, faz-me algumas advertências e leva-me até fora do prédio do Exército. Eu temia ser pego pelo pessoal do DOPS, pois eles assim ameaçaram: que tão logo eu fosse solto eu

seria deles e, lá, a coisa seria diferente. Ofereceram-me uma carona num carro do Exército, mas preferi pegar um ônibus que me conduziu até as proximidades da casa dos meus pais. Eu precisava verificar se não estariam me aguardando nas redondezas. Por precaução. Achei melhor ir para o apartamento de minha irmã, onde meu cunhado tinha um pouco de conhecimento de minhas articulações políticas. Era advogado e funcionário do governo. Tomo conhecimento de que meu pai já havia feito vários pronunciamentos em relação àquela invasão da UnB. Sua denúncia era principalmente em relação à violência em se invadir uma instituição de ensino, como era tida a nossa Universidade de Brasília. Mais tarde vi que em seus discursos, apesar de ter um filho preso, sua preocupação maior era com a liberdade e isso me trouxe um bem maior e o vi em maior dimensão. Essa denúncia ele fez diretamente ao então General-Presidente. Algum tempo depois, vou à casa de meus pais, vejo minha mãe literalmente destruída, numa cama, aos prantos me abraçando, procurando ver onde eu estava machucado. Era uma atitude de mãe, que teve seu filho subtraído e maltratado, mas que o recebe com todo o carinho do seu ser. Passei a responder a dois Inquéritos Policiais Militares – IPM. Meu pai contratou um advogado que me acompanhou em algumas audiências, mas foi meu cunhado quem me deu uma força muito grande naqueles momentos de depressão moral. Efetivamente me colocava pra cima, elogiava meu comportamento, o que me dava forças para superar os momentos vividos. O tempo passou, HONESTINO é solto por habeas corpus, num trabalho impressionante do advogado José Luiz Clerot, em plena ditadura militar. Um dia me encontro na Universidade com HONESTINO, já expulso da Universidade, no último semestre do curso de geologia, já vivendo na clandestinidade, que me pergunta – E agora? Eu vou seguir para a clandestinidade, disse. E eu lhe disse que ficaria, pois não tinha estrutura físico-psicológica para enfrentar aquela luta. Foi a última vez que estive com aquele grande brasileiro. Quisera que os jovens de hoje em dia pudessem avaliar a dimensão da vida política daquela pequena criatura, diante de nossas grandes conquistas democráticas."

Sobre Alduísio, o Correio da Manhã, a 3 de setembro de 1968,[104] publicou a seguinte notícia:

> **"**ARENA condena as violências": "O Deputado Erasmo Martins Pedro, da oposição carioca, fez na Câmara um relato sobre o estado em que se encontra o estudante Alduísio Moreira, condenando a omissão do Governo no episódio da invasão da UnB. Leu, em seguida, o relatório médico sobre a situação de Alduísio Moreira: 'Paciente submetido a condições extremamente neurotizantes em todas as áreas do psiquismo, que poderão chegar a um estado psicótico e desagregador de sua personalidade, dificilmente poderá suportar sem conseqüências desastrosas futuras a vivência a que foi submetido de teor tão dramático de intensidade." O tom da notícia é o de que as autoridades constituídas, inclusive o reitor Caio Benjamin, não eram diretamente responsáveis pela invasão. "Também o Deputado Mata Machado da oposição mineira, referiu-se à situação do estudante Alduísio Moreira e de seus colegas Valdemar e Marcos [na verdade, tratava-se de Márcio José dos Santos, e não Marcos]. 'Um – disse – poderá morrer, o outro, só andará outra vez, na melhor hipótese, dentro de alguns meses, mas o terceiro (Alduísio) levará, talvez, para o resto da vida a marca da brutalidade e dos horrores de que foi vítima." Pressionando o Costa e Silva para que ele tomasse uma atitude e apontasse os responsáveis – e isso dentro da própria

104 http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1968_23129.pdf.

> ARENA. Para os mdbistas isso era louvável mas inócuo, uma vez que, em seu ponto de vista, Costa e Silva era parte do "esquema militarista". "Lembro o sr Josafá Marinho que, no relatório lido pelo líder do governo no Senado, Sr. Petrônio Portella, a este remetido pelo próprio Sr Gama e Silva, está expresso que foi a direção –geral da DPF que determinou a invasão da universidade ordenando, ainda, ao oficial encarregado da operação, que prendesse toda e qualquer pessoa que colocasse dificuldade ao cumprimento da missão. Sendo a Polícia Federal órgão subordinado ao Ministério da Justiça, não vê o Sr Josafá Marinho como pode o Ministro da Justiça escapar à responsabilidade que lhe pesa, diretamente, insistindo em que tudo isso está dito expressamente no relatório entregue pelo Sr Gama e Silva ao líder do Governo no Senado."

Já vimos anteriormente que Alduísio foi preso pela DOPS/DPF. Seu caso foi noticiado e houve mesmo um princípio de inquérito, soterrado pela decretação do AI-5, que condenou Alduísio à clandestinidade. Logo em seguida, Alduísio seria novamente preso, dessa vez no Rio de Janeiro, sendo levado para a Ilha das Flores, onde foi barbaramente torturado, situação denunciada pela Ação Popular.[105] Aliás, não somente a AP, mas também a Anistia Internacional.[106] O relato seguia o que já comentamos sobre as simulações de fuzilamento sob ordens de Lincoln Gomes de Almeida. O bilhete que salvou Alduísio foi entregue à imprensa no dia 26 de agosto de 1968. Depois de mais torturas, "bofetadas no rosto, tendo vários fios de barba e do bigode arrancados a pinça," o estudante foi solto no dia 28/08. No dia da invasão da UnB, Alduísio quase foi assassinado por um tiro, sendo salvo por outros estudantes.[107] Em outubro de 1968, Alduísio estava recuperado, sendo chamado pela POLINTER para depor em inquérito instaurado pelo Ministério da Justiça sobre as torturas. Ali, afirmou que Lincoln Gomes de Almeida era o chefe das torturas. Esse, por sua vez, usou como álibi um documento que afirmava que ele estava reunido, assinado por Medici (chefe do SNI) e por major Kray Guimarães (secretário de segurança pública do DF).

Em setembro de 1969, já na clandestinidade, Alduísio foi preso na Guanabara com Jean Marc, outro líder estudantil, presidente da UNE. Na Ilha das Flores,[108] presídio sob responsabilidade da Marinha, Alduísio foi vítima das violências que faziam parte do cotidiano do lugar:

"A Ilha das Flores é controlada pela Marinha e fica na Baía da Guanabara; é conhecida no Brasil e no mundo como um dos centros de torturas preferidos da ditadura militar. Em janeiro de 1970, havia na ilha mais de 150 presos políticos, quase todos barbaramente torturados. Este número aumentou no ano seguinte. As torturas da Ilha das Flores são dirigidas por membros do Centro de Informações da Marinha – CENIMAR (serviço secreto da Marinha) especializados neste tipo de 'tarefa' e treinados para ela nos Estados Unidos e Panamá. As torturas variam desde a simples coação moral, ameaças ao prisioneiro e sua família, até o bárbaro tratamento dos choques elétricos e espancamentos que se podem prolongar por vários dias e mesmo semanas. Interrompe-

105 Divo Guisoni (org.). *O livro negro da ditadura militar.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. Edição fac-similar do livro da APML, de 1972. P. 157-160

106 BR AN RJ TT 0 MCP PRO 280. DSI/MJ.

107 Não podemos desconsiderar, portanto, que no estado de desorientação em que se encontrava, que Alduísio tenha sido solto no *campus* com o intuito de que o assassinassem. Afinal de contas, sua tortura, com indicação de nomes dos torturadores, tinha sido divulgada e daria início a inquérito.

108 No Arquivo Nacional, **BR RJ AN TT 0 MCP AVU 0072 D.001.** DSI/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, encontra-se o documento incompleto que trata, entre outras coisas, de "Difamações de torturas – Ilha das Flores". Entre outros torturados, consta o nome de Alduísio. Trata-se da segunda parte do volume 9 – e só essa parte tem 532 páginas! Destaque-se, entre os "objetivos" indicados: "Caracterizar: - como inconsistentes as denúncias apresentadas pelo CIDH/OEA, baseadas em documentos anônimos ou apócrifos e fora da atual realidade brasileira; - serem falsas as acusações no livreto Estórias da Ilha das Flores; - as atividades terroristas dos elementos citados nas denúncias como vítimas de supostas torturas".

se e recomeça inúmeras vezes, tentando debilitar a resistência dos presos. A Ilha tem o aspecto exato de um campo de concentração. A parte reservada aos prisioneiros é cercada e guardada dia e noite por ferozes cães policiais e marinheiros armados até os dentes. Eis aqui trechos da carta de um preso sobre as torturas na Ilha das Flores: 'A grande maioria dos presos passa por um processo de torturas físicas, morais e psicológicas. De acordo com a gravidade do caso, ou a pressa em obter informações, são colocados em cubículos isolados, em celas isoladas ou em celas coletivas. Quando há pressa em obter informações, o preso é levado quase diariamente para as sessões de tortura física. Isto pode ser a qualquer hora do dia ou da noite, e dura o tempo que for conveniente aos torturadores (chega a estender-se por 24 horas em alguns casos). As sessões de torturas repetem-se de acordo com a conveniência dos torturadores. Podem ser diárias e se sucedem por várias semanas. O método aplicado é científico. Baseia-se na aplicação dosada de um sofrimento atroz dentro de um limite exato de resistência humana (quando isto se faz necessário). Para tanto, os cuidados médicos são constantes na verificação do grau de resistência do torturado e na prevenção de alguma marca permanente (loucura, fraturas, cicatrizes, etc). Mesmo assim, em vários casos o limite foi ultrapassado e registraram-se desequilíbrios nervosos, loucura, crises cardíacas, surdez etc. São muito utilizados estimulantes – como soros – para aumentar o limite da resistência do torturado. Trata-se de uma luta para destruir, não tanto a resistência física, mas a resistência moral dos presos. A pressão física é apenas veículo para a pressão moral. Ao mesmo tempo em que se submete o preso a tormentos violentos, acena-se o fim de tudo com a bonança – se falar. Entram em cena as ameaças: ao preso, à sua família, aos outros companheiros presos. Ameaças de morte, de curra, de outras torturas mais bárbaras ainda. Cria-se um clima de terror para esmagar a resistência moral do preso. É comum alternarem-se sessões violentas e brandas. Nas primeiras, a violência, em seguida, as promessas de ajuda, a corrupção moral que se impõe. Cria-se um condicionamento de esperança no interrogador 'bom', o que já é meio caminho andado para eles. As torturas mais comuns são os choques elétricos e pau-de-arara, o afogamento, o espancamento, a palmatória. Existem dezenas de outras modalidades e suas variantes. Os detalhes: a tortura começa sempre com o espancamento sistemático: vários agentes a socos e pontapés. Lançado ao chão, o preso é surrado. Utilizam cassetetes de madeira ou borracha e soqueiras. Locais preferidos: rins, estômago, ouvidos, órgãos genitais, costas e ombros. Usam muito o chamado 'telefone' (tapas simultâneos nos ouvidos); causa uma dor violenta que se espalha por todo o crânio, chegando a levar a alucinação, perda de sentidos e cegueiras momentâneas, quando repetida a operação seguidamente. As manchas roxas e equimoses causadas pelo espancamento são tratadas até o desaparecimento, antes de os presos serem apresentados aos parentes ou visitas. Para o choque elétrico, o aparelho utilizado é um telefone de campanha, de magneto. Circuitos utilizados: um eletrodo no pé e outro na mão, variando para os testículos, a língua, o ânus e a orelha. A operação 'choque elétrico' é feita com o preso nu, o corpo permanentemente molhado com água salgada, para facilitar o circuito. É uma descarga forte, a reação nervosa e muscular é totalmente descontrolada, o preso contorcendo-se e pulando, ou caindo e rolando no chão, independente de sua vontade. Os cabelos da cabeça e do corpo se eriçam e os gritos se sucedem até que não mais perceba que está aos berros. Há uma estranha impressão de irrealidade, principalmente quando dos choques na cabeça. Alternando-se os estados de grande excitação com os de semi-consciência. Tem-se às vezes a impressão de que assistimos de fora a tortura de nosso próprio corpo, ouvindo a nossa própria voz como se fosse a de um outro. Os choques não deixam marcas no corpo, embora em geral as marcas permaneçam na mente do torturado. São comuns os ataques de loucura, depressão, neuroses. O choque elétrico, em geral, é aplicado simultaneamente ao pau-de-arara. Com os pés e as mãos amarrados, os joelhos levantados e passados entre os braços, o preso é içado por uma vara que passa por baixo dos joelhos

e por cima dos braços. Fica-se pendurado nessa posição e então são ajustados os eletrodos e tem início a sessão. O efeito do pau-de-arara é cortar a circulação de braços e pernas, as mãos vão ficando roxas, insensíveis, primeiro; depois, fisgadas de dor percorrem os membros. Em geral, desmaia-se antes de uma hora. Quando isto acontece, afrouxam um pouco para continuar outra vez. O torturado, depois da sessão, precisa ser carregado – os braços e as pernas pulam. O afogamento tem variantes. Pode ser empregado simultaneamente ao pau-de-arara e aos choques. Puxa-se para trás a cabeça do preso e despeja-se por sua boca e nariz baldes e baldes de água. É uma sufocação parcial. A outra forma é cobrir a cabeça com saco plástico e mergulhá-la na água. No esforço de inspiração, o plástico cola-se às narinas, impedindo a respiração. Observamos que as torturas são aplicadas às pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, respeitadas apenas as limitações de resistência física. A atitude dos torturadores fora das sessões é cortês, o tratamento é educado. Os carrascos aparecem em público travestidos de simpáticos, puros e nobres cavalheiros. Mas todos participam direta e indiretamente das torturas. Citamos também algumas torturas menos aplicadas: - sabão líquido nos olhos e alicates nas partes delicadas do corpo (seios de mulheres, por exemplo); - queimar com cigarro – arrancar cabelos e sobrancelhas – sevícias – enfiar estiletes sob as unhas – lançar cobras nas celas – lançar os presos aos cães – fuzilamentos simulados."[109]

1969: o ano da clandestinidade e do 477

Com a decretação do AI-5, tema já tão comentado pela historiografia, a resistência contra a ditadura e a luta por democracia e justiça social, foram quase que totalmente condenadas à clandestinidade. Isso se reflete no rumo dos acontecimentos na Universidade de Brasília. A FEUB continuaria existindo por alguns anos, mas em funcionamento completamente clandestino. Muitos dos participantes nos protestos de 1968 seriam condenados a muitos de prisão, sendo caçados e ameaçados de prisões arbitrárias, torturas e mesmo assassinatos. Segundo relato de Alduísio Moreira de Souza, no dia da decretação do AI-5, ele foi advertido de que deveria sair de Brasília para se esconder, caso contrário seria assassinado pela ditadura. O mesmo valia para Honestino Guimarães. Aliás, as ameaças de assassinato eram frequentes. Assim, por exemplo, em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira a 12 de março de 2015, Euclides Pireneus, preso em Salvador no ano de 1971: "quando indagado pelo entrevistador sobre informações a respeito do Honestino, no período em que esteve preso, ele relatou o que o Major José Leopoldino e Silva dizia: "Honestino, estamos chegando nele. Agora, sim, eu vou matar ele, vou torturar até matá-lo". Por fim, no final de 1968, representantes da FEUB no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, como Paulo Speller, Lenine Monteiro Bueno e Francisco de Assis Chaves Bastos, também foram presos.

Paulo Speller, por exemplo, foi condenado, em 27 de junho de1969, a uma pena de 18 meses de prisão, depois reduzida para 12 meses – cumprida.[110] Já no exílio, porém, Speller, como se lê em outro documento, teve nova prisão decretada, dessa vez por 12 anos e 6 meses. Isso, juntamente com Honestino, condenado a 19 anos, José Antonio Prates, a 12 anos e 6 meses e Lenine, a 11 anos e 6 meses. O comunicado é de 31 de agosto de 1972.[111] A Comissão Anísio Teixeira não tem o processo, mas como esses nomes estão em conjunto, é muito provável que as condenações se referissem, especificamente, aos acontecimentos do ano de 1968 e sua atuação na FEUB e na UNE.

109 Divo Guisoni. *Op. cit*, p. 157-158.

110 **E0097020 – 1981. FUNDO SNIG.**

111 BR AN BSB ZD 012019.

Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira a 05 de julho de 2013, Paulo Speller relatou que, quando de uma prisão de Honestino, ele foi presidente em exercício da FEUB. Por isso, Speller foi com a delegação da UnB ao Congresso da UNE em Ibiúna. Como se sabe, esse Congresso foi cercado pela DOPS de São Paulo e todos seus participantes foram presos. Paulo Speller disse que foi transferido de São Paulo para Brasília, como prisioneiro, num avião da Polícia Federal. Foi então entregue ao Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia do Exército, onde ficou preso. Quando ia sair da prisão com um *habeas corpus*, veio o AI-5, que aboliu tal proteção jurídica. Speller disse que percebeu a gravidade da situação política quando viu que o advogado católico, e já em idade muito avançada, Sobral Pinto, também estava entre os prisioneiros.

Paulo Speller relatou, também, que ele e Lenine Bueno Monteiro "inauguraram" um novo presídio do PIC/Batalhão da Polícia do Exército, em janeiro de 1969, quando o presídio foi, por assim dizer, modernizado, adaptando-se como um centro planejado para torturas. Em fevereiro, Speller e Lenine foram levados para São Paulo, num avião da FAB. No pouso, passaram por um corredor polonês e foram levados para a sede do DOI/CODI. Em suas palavras, ali Speller conheceu o horror, mesmo se comparado com o que viu e viveu no PIC/Batalhão da Polícia do Exército. De lá, foi transferido para o presídio de Tiradentes. Speller saiu da prisão depois de 1 ano e 2 meses e logo decidiu que queria voltar para a UnB. Conseguindo, para tanto, um encontro com o vice-reitor Azevedo, a quem solicitou uma reintegração. Azevedo, porém, informou-lhe que era impossível o seu retorno (o depoente não sabia, mas seu nome contava de uma lista de pessoas que não deveriam lecionar, no IPM do coronel Murilo Rodrigues de Souza). Mas, diante de uma ameaça de Speller de que ele entraria na luta armada, Azevedo teria conseguido uma saída para a Universidade Autônoma do México – então, Speller partiu para o exílio.

Em 1969, um outro grupo de estudantes da UnB, juntamente com diversos militantes, também foi preso, esses sob acusação de pertenceram à chamada "Ala Marighela". É, entre outros, o caso de Rogério Dias, que prestou depoimento à Comissão Anísio Teixeira em 22 de junho de 2013. Sargento da aeronáutica, Rogério Dias militava na ALN. Tendo conhecido, pessoalmente, Paulo de Tarso Celestino e Ieda dos Santos Delgado, dois ex-estudantes desaparecidos da UnB. Rogério Dias foi preso, pela primeira vez, em 1969, quando ficou na Base Aérea. Mas também passou pelo PIC do Batalhão da Polícia de Exército.

Sobre a chamada "Ala Marighella", encontramos um IPM, sob responsabilidade da 11ª Região Militar. O relatório consta como documento do SNI, datado de 22 de agosto de 1969.[112] Nesse relatório de IPM, de estudantes da UnB, também consta o nome de Luiz Werneck de Castro Filho, estudante e residente na universidade. Paulo de Tarso Celestino já é citado como revel. Do relatório consta que o Departamento de Polícia Federal, por informações vindas de seus agentes, já vinha observando um grupo que participava de "reuniões de caráter subversivo". Em 23 e 24 de fevereiro de 1969, a DOPS/DPF realizou prisões e apreendeu material, não só no Distrito Federal, mas também em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro. O coronel Adhemar da Costa Machado foi o responsável pelo IPM, já a 24 de fevereiro, sendo depois substituído pelo Tenente Coronel Manoel de Jesus e Silva.

Com base no artigo 156 da Justiça Militar, foram decretadas as prisões de, entre outros, "para averiguações", Rogério Dias e Luiz Werneck de Castro Filho. Com base no artigo 47 do Decreto Lei 510 de 20/03/1969, as prisões foram prorrogadas. O delegado da Polícia Federal Deusdeth da Cruz Sampaio, figura tão constante em prisões e torturas de estudantes da UnB, consta como chamado a depor. No mesmo IPM constam os

112 ACE 20292 69

seguintes indiciamentos: Amílcar Coelho Chaves, arquiteto, acusado de ser da "organização de base" da UnB. José Ribamar Lopes, que seria da mesma base do PCB na UnB. Luiz Werneck de Castro Filho: estudante de geologia, teria entrado no PCB em 1965, na base da UnB. Raimundo Nonato dos Santos, estudante de direito da UnB. Em 1967. Rogério José Dias, acusado de dar aulas de alfabetização de adultos da VILA do IAPI, em 1968, de onde "teve que se afastar por ter sido tachado de comunista". Acusado, ainda, de ter fornecido mapa da 6ª zona aérea a Carlos Marighela.

O IPM em questão fazia uma análise do histórico do PCB, que teria sido desarticulado depois da "revolução" e recomposto a partir de 1965:

"A Organização de Base da UnB foi talvez a mais importante já que era composta de membros de nível universitário, todos com um grau de politização bastante elevado. Teve ela origem ainda em 1966, com o conhecimento do universitário Luiz Werneck de Castro Filho com Thomaz Miguel Pressburguer, indo se formando paulatinamente até que no início de 1967 já estivesse praticamente estruturada com um grupo de estudantes da UnB; esses elementos tão logo ganhavam através de suas ideias comunistas a confiança daquele universitário, eram apresentados a Thomaz Miguel Presseburguer, passando daí em diante a participar de reuniões com este, não só em sua própria casa bem como na UnB, na casa de Ricardo Alberto Aguado Gomez (Ramon) e em chácaras nas proximidades de Brasília."

Sobre Luiz Werneck de Castro, há um documento intrigante, onde se lê, escrito à mão: "Amnesty International".[113] Datado de 7 de março de 1972, vindo do SNI, ali consta que Luiz Werneck foi preso em 1969 – quando residia na OCA-2 UnB. Ele teria sido identificado com um dos líderes de um motim de prisioneiros em Juiz de Fora, na Penitenciária Regional de Linhares, debelado por ação da Polícia Militar de Minas Gerais, a 21 de setembro de 1971. O documento passa então a descrever a Anistia Internacional, sua sede em Londres, sua ação no campo dos direitos humanos e das denúnciadas prisões por crimes de consciência. Como consta nesse documento, a orientação do Ministério das Relações Exteriores era a de não se responder a nenhuma dessas correspondências.

Marcio José dos Santos, o estudante que foi baleado no joelho durante a invasão de agosto de 1968, foi preso em 1969, segundo documento enviada da ApAE/UnB a DSI/MEC, acusado de "atividade subversiva".[114] Ficou detido, entre 1970 e 1971, no PIC/Batalhão da Polícia do Exército. Quando de sua soltura, pediu reingresso à UnB, mas teve seu pedido recusado pelo "Diretor de Assuntos Educacionais depois de consulta ao Decano de Ensino e Graduação".

Secundaristas também seriam perseguidos pelos acontecimentos de 1968. Antônio de Pádua Gurgel, no livro *A rebelião dos estudantes*, conta que ele e mais sete outros estudantes passaram no vestibular da UnB, em 1969. Porém, tiveram suas matrículas vetadas, sob o argumento de que eram ameaças à ordem disciplinar. Vindos do CIEM, Ricardo Monte Rosa, Norton Monteiro Guimarães, Iraê Sassi, Sebastião Lopes de Oliveira Neto e Antônio de Pádua Gurgel. De outras escolas, Caci Maria Sassi, Luiz Carlos Monteiro Guimarães e Fernando Lobo Braga. Gurgel cita um ofício de número 15/ABBS/SNI, enviado a 7 de janeiro de 1970 pelo chefe da agência do SNI em Brasília, tenente-coronel José Olavo de Castro, ao reitor da UnB, com a referência "Elementos subversivos aprovados no vestibular".

113 ACE 3640671.

114 BR AN BSB AA1 INF 001. ASI/UNB.

O ofício teria vindo a público, o que causou crítica do governo à quebra de sigilo. Diante da situação, Caio Benjamin escreveu ofício a Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, explicando que o documento com a ordem de não matrícula de aprovados no vestibular tinha sido entregue ao secretário do reitor Hugo Dias Fernandes, responsável pela guarda de documentos sigilosos. Quer, do ofício, tinham conhecimento, além do reitor e do vice-reitor Azevedo, o Diretor Executivo Líster de Figueiredo, o comandante Ernesto Heitor Mello de Cunha, o comandante Mário Osório e o major Nilson Rebordão, secretário particular do Ministro da Educação.[115] Provavelmente devido a esse desencontro entre as autoridades, os estudantes conseguiram enfim se matricular na UnB, via mandado de segurança.

O Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969

Em 24 de março de 1969, o Comandante da 11ª Região Militar, Clovis Bandeira Brasil, enviou ofício ao reitor da Universidade de Brasília, com o tema "indiciados em atividades subversivas". Tratava-se, como se lê no ofício, de indiciados pelo IPM a cargo do coronel. Murilo Rodrigues de Souza. A finalidade era a aplicação do Decreto Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969). Esse Decreto, tido como aplicação do AI-5 às universidades, previa punições para professores, servidores e estudantes universitários, em processos sumários que poderiam levar ao expurgo e à proibição de trabalho em qualquer instituição educacional ou realização de qualquer curso universitário. Segundo o ofício de 24 de março, estavam indiciados: Honestino Monteiro Guimarães, José Antonio Prates, Paulo Speller, Lenine Bueno Monteiro, Mauro Motta Burlamarqui, Nilson Bernardes Curado, Samuel Yuzurú Babá, Paulo Sérgio Ramos Cassis, Francisco Chaves Bastos, Luiz Cacazu, Luiz Carlos Monteiro Guimarães, Sebastião Lopes, Galvão Augusto Domingos, Norton Monteiro Guimarães, Igor Tarapanoff, Aylê Salassiê de Filgueiras Quentão, Jeblin Antônio Abraão, Eliomar Coelho de Souza, Luciano Hugo de Miranda, Valtemir Constantino, Miguel Furtado e Joaquim Nobre de Lacerda. Como vemos em outros documentos nessa mesma pasta, a UnB, na figura de seu interventor, enviava às autoridades militares dados sobre notas, cursos e frequência de alunos.[116] Mais ainda, numa pasta de pedidos de busca aos órgãos de informação sobre estudantes da UnB e listas de inclusos no 477, encontra-se uma lista com vários nomes de alunos, alguns com inclusão de codinomes usados na luta clandestina, como por exemplo o de Alduísio e seu codinome Miguel.[117] Uma prova irrefutável de que os dados dos serviços de informação eram conhecidos por uma ou algumas autoridades da UnB.

A 4 de julho de 1969, saía do Gabinete do reitor da UnB uma lista de punidos no âmbito do 477.[118] O documento era assinado pelo interventor no cargo de vice-Reitor, José Carlos de Almeida Azevedo, e nele se fazia um recurso pela absolvição de alguns estudantes – recurso negado pelo ministro Tarso Dutra (como a Comissão Anísio Teixeira não teve acesso às primeiras correspondências, não fica clara a qual decisão anterior o recurso se referia):

"A inexistência de gradualidade para as penas definidas no referido Decreto-lei, levaram a decisão draconiana: todos os incursos em dispositivos do Decreto-lei, independentemente, de grau de participação e existência de precedentes, sofreram a penalidade prevista no artigo 19, § 19, inciso II e § 29 do referido Decreto. Existirão alunos, cujos antecedentes disciplinares ou cuja participação nos acontecimentos, em face das circunstâncias - imaturidade, recente ingresso na instituição -

115 Antônio de Pádua Gurgel. *op. cit*, p. 86-88.

116 BR AN BSB AA1 ROS 019.

117 BR AN BSB AA1 INF 001. ASI/UNB.

118 BR AN BSB AA1 AJD 022.

justificariam atenuação da pena. Inexistindo, porém, graduação da pena aplicável pelas infrações em causa, não há como recusar aplicação a lei, a despeito do inegável rigor de sua cominação. Por tal motivo, a decisão tomada foi no sentido de:

3.a) Absolver os alunos:

1. Mat. 553/68 - ALDIR SILVA DE ALMEIDA NUNES

2. Mat. 134/68 - FAUSTO JAIME

3. Mat. 551/67 - FRANCISCO DE ASSIS CHAVES BASTOS

4. Mat. 754/68 - REGIS BARBOSA

5. Mat. 357/69 - RICARDO TORRES

6. Mat. 036/66 - SÉRGIO SOARES VALENÇA

3.b) Punir, de acordo com o Artigo 19, § 19, inciso II do Decreto-lei 477, os alunos:

1. Mat. 679/63 - ALDUÍSIO MOREIRA DE SOUZA

2. Mat. 302/69 - ANA AMÉLIA GADELHA LINS CAVALCANTI

3. Mat. 143/68 - ANELINO JOSÉ DE RESENDE

4. Mat. 075/65 - CONSTANTINO PEREIRA FILHO

5. Mat. 462/69 - DELTA SILVA ARAÜJO

6. Mat. 260/67 - DOWER RIOS FREITAS ALVIM

7. Mat. 685/68 - EUCLIDES PIRINEUS CARDOSO

8. Mat. 015/68 - FELIPE JOSÉ LINDOSO

9. Mat. 753/68 - FERNANDO CASADEI SALLES

10. Mat. 051/64 - FERNANDO JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE

11. Mat. 653/68 - FRANCISCO WILTON FERNANDES

12. Mat. 124/69 - GERALDO GURGEL DE MESQUITA JONIOR

13. Mat. 203/68 - JOÃO SIMPLICIO L. MARTINS

14. Mat. 003/68 - LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES DE ALMEIDA

15. Mat. 572/69 - MARIA ANTONIA ROCHA TAVARES DE LACERDA

16. Mat. 229/69 - MARIO JORGE DIAS CARNEIRO

4. Os alunos abaixo discriminados estão também incursos no Artigo 19, § 29 do Decreto-lei n 477:

1. ALDUÍSIO MOREIRA DE SOUZA

2. ANELINO JOSÉ DE RESENDE

3. CONSTANTINO PEREIRA FILHO

4. EUCLIDES PIRINEUS CARDOSO

5. FERNANDO CASADEI SALLES

6. FERNANDO JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE

7. FRANCISCO WILTON FERNANDES

8. JOÃO SIMPLÍCIO L. MARTINS

9. LÚCIO FLAVIO RODRIGUES DE. ALMEIDA"

Incluído entre os punidos, Euclides Pirineus relatou à Comissão Anísio Teixeira o percurso do seu processo de exclusão, em depoimento a 12 de março de 2015:

"*Comissão Anísio Teixeira:* Pireneus, podemos retomar do seu primeiro relato aquela manifestação na Reitoria da UnB em que houve agressão à sua pessoa pelo José Carlos Azevedo. É interessante que você conte sua história, pois a partir daquele momento ele (Azevedo) passou a perseguí-lo e se utilizou deste episódio para sua cassação pelo 477. Naquela época você era também contemporâneo e colega de curso do Honestino Guimarães – curso de geologia.

Euclides Pirineus: Sobre aquela manifestação, o coronel Azevedo que não o considero pelo cargo militar dele, tentou nos impedir de passar pelo corredor do prédio da reitoria em direção à rampa para irmos à manifestação contra a reitoria. Naquele momento ele, o comandante militar, tentou nos impedir de passar, de forma violenta tentou nos impedir, colocando a mão no meu peito. Os funcionários estavam com ele de mãos dadas e ele tentou impedir a passagem. Colocou as mãos no meu peito e os estudantes insistiram em passar. Nesse momento ele tentou sozinho impedir, mas os estudantes insistiram em passar em direção à rampa e ele caiu. Lá na rampa ele tentou impedir a manifestação, botou as mãos em meu peito, me empurrou e chutou minha perna (na canela). Nesse momento os estudantes reagiram e ele quase caiu da rampa. Mesmo assim foi feita a manifestação. A UnB vivia momentos difíceis. O movimento estudantil já não contava com os companheiros, Honestino, perseguido, já não estava lá e o Prates também naquele momento havia saído. Então, as poucas pessoas que ficaram tentaram continuar a luta estudantil, eu, Hélio Doyle, Maninha e Ivonette. Eu era apenas uma liderança estudantil que lutava com outros companheiros por algumas liberdades universitárias para que não se militarizasse a UnB transformando-a num quartel militar. Então, o Azevedo me perseguia atribuindo a mim os panfletos do partidão. Assim passou a perseguir a todos. Ele atribuía à minha pessoa autoria de colantes e panfletos que pessoas do partidão colocavam em paredes ou distribuíam no *campus*. Logo eu, que criticava o partidão, não tinha o menor sentido eu ser do partidão. Fui uma das poucas pessoas que se manifestou contra a invasão da Thecoslováquia pelos soviéticos, pois defendia a autodeterminação do povo theco. Eu não pertencia a partido nenhum. Ele me enquadrou no 477, o famigerado 477. Mesmo assim tive apoio de professores e funcionários da UnB. Eles permitiam minha presença em sala de aula, mesmo enquadrado no 477, deixavam assistir aulas, fazer provas do curso de geologia que cursava até então. Os funcionários e professores avisavam quando apareciam pessoas diferentes, avisavam das perseguições e me protegiam. Alguns deles chegaram a ser ameaçados por darem apoio. Isto até que chegou a um ponto que não era mais possível, a situação ficou irresistível, intensa repressão e, finalmente, me ausentei do *campus* da UnB por não ter mais confiança nas condições de permanência. Saí da UnB pelo cerrado, passando a deslocar-me em diversos locais de moradia, pois a casa do meu pai em Taguatinga estava cercada e era vigiada. Ficava indo de casa em casa de colegas que me acolhiam. Para dar tranquilidade à minha família que era vigiada busquei ausentar-me do DF."

Em depoimento à Comissão Anísio Teixeira a 17 de outubro de 2014, Felipe Lindoso, estudante da UnB, entre 1968 e em 1969, relatou que viu, no começo de 1969, uma manifestação massiva de estudantes por questões de assistência estudantil. O interventor no cargo de vice-reitor, Azevedo, estava em meio a esses estudantes. Havia confusão e empurrões. Lindoso não participava da manifestação, mas era militante da Ala Vermelha, talvez por isso e por ter presenciado o episódio, dois dias depois o DOPS/DPF o prendeu, quando estava em sua casa. Felipe Lindoso foi levado para uma delegacia, então situada na altura da 312/13 sul. De onde foi levado ao PIC do Batalhão da Polícia do Exército. Onde permaneceu preso até o dia em que o milionário Nelson Rockefeller, que estava de visita ao Brasil, fosse embora. Pouco tempo depois, mesmo não participando de modo mais direto do movimento estudantil na UnB, devido à natureza de sua militância, seu nome era incluído nos punidos sob o Decreto-lei 477.

Também incluído na lista de estudantes desligados pelo 477 em 1969, Anelino José Resende prestou depoimento à Comissão Anísio Teixeira, a 21 de maio de 2015. Segundo seu relato, desde sua chegada a Brasília, Anelino já percebeu uma atmosfera marcada por debates e ações políticas. A princípio, devido à própria crise pela qual passavam vários cursos da universidade (entre 1967 e 1968). Além disso, ele também notara a frequência das invasões e cercos policiais – estando, inclusive, entre os detidos na quadra de basquete a junho de 1968. No dia da invasão de agosto, Anelino fugiu e passou uma semana escondido numa chácara, pois sabia que também era alvo de perseguição política. Inclusive, certa feita o próprio vice-reitor Azevedo lhe disse que "o cenimar e outros serviços de informação o estão observando, achamos que você é ingênuo e está sendo usado". Porém, ele não participara da manifestação que seria usada como pretexto para as punições de 1969. O que indica, juntamente com os outros casos aqui relatados, que a motivação das exclusões não era a declarada, e sim uma perseguição dirigida a estudantes considerados como lideranças políticas em potencial, ou "ameaças", no sentido de que as lutas políticas do ano de 1968 prosseguissem. Com a expulsão da UnB, Anelino decidiu sair do Brasil, acompanhado de João Simplício, indo ao Uruguai, onde manteve sua militância. Ele ainda voltaria para a UnB, em 1971, mas vivendo, em suas palavras, em situação de "semi-clandestinidade", uma vez que o ambiente era completamente desfavorável a qualquer tipo de intervenção política contrária à ditadura.

Em depoimento a 23 de agosto de 2013, Hélio Doyle, estudante universitário matriculado na UnB em 1969. Antes, porém já militava na Ala Vermelha como estudante do CIEM, deu seu relato sobre a manifestação de 1969, que ocorreu em frente à antiga reitoria. Segundo seu relato, o vice-reitor Azevedo apareceu em meio ao protesto e houve mesmo empurra-empurra. Haroldo Saboia, que então era jornalista e colega universitário da UnB, viu naquele mesmo dia, à tarde uma conversa entre autoridades da UnB, militares e policiais, isto para identificar quem tinha participado do protesto. Para Hélio Doyle, esse foi o momento-chave de desarticulação do movimento estudantil remanescente de 1968 e seus novos ingressos.

Ele não foi punido. Os remanescentes tentaram manter a FEUB, mas a tarefa era muito difícil. A vigilância tinha se organizado. O Serviço de Proteção ao Patrimônio, vinculado à ASI/UnB (ver o capítulo sobre o assunto), realizava vigilância cotidiana cerrada. Um "verdinho" (os servidores da SPP usavam camisa verde) sempre era visto seguindo estudantes por todo o *campus*. Ao que sabe Hélio Doyle, a última eleição para a direção da FEUB se deu entre 1970 e 1971. Essa, teve que ser indireta, por meio de delegados dos diretórios acadêmicos, em reunião secreta realizada no subsolo do minhocão. Em mensagem à Comissão Anísio Teixeira, Betty Almeida relatou que Abaetê Sassi e Mário Bastos Pereira Rego foram os representantes eleitos nesse último pleito da

FEUB. Retornando ao depoimento de Hélio Doyle, ele afirmou que, de bens, a FEUB só tinha um mimeógrafo, que era mantido em segredo pela entidade já clandestina. A UNE, por sua vez, também vivia em extrema clandestinidade. Como delegados de um Conselho da UNE que seria, secretamente, em Friburgo, da UnB foram ele, Hélio Doyle e Euclides Pirineus. Essa, seria a última vez em que Doyle veria Honestino vivo, no Rio de Janeiro.

Clandestinidade e resistência

A 25 de outubro de 2013, ex-alunos da UnB, professores e militantes de diversos movimentos sociais organizaram um evento chamado "Companheiros de 68". Nele, Lenine Bueno Monteiro fez um relato sobre sua passagem pela UnB – desde sua chegada a Brasília, a atuação no movimento estudantil, o ano de 1968, a prisão, a clandestinidade e o exílio. Ali, porém, Lenine disse que não queria ser visto como, apenas, uma vítima da repressão. Ao contrário, sem negar a dor e as perdas, como a de seu amigo Honestino, Lenine disse ter em sua memória a vitalidade, a criatividade e a ousadia daqueles anos. Afirmou, inclusive, que o movimento estudantil era plural, dividido, conflituoso, mas que quase nunca se limitava à mera resistência contra a repressão. Havia, de fato, uma luta afirmadora, em nome de princípios, como o da liberdade e o projeto da Universidade de Brasília.

Por isso, esse capítulo se encerra com outra passagem do depoimento de Alduísio Moreira de Souza a 24 de agosto de 2013, em que o que ele relata não se resume às violências que ele assistiu e sofreu:

Alduísio: Balanço. Você me conheceu muito rapidamente, eu te pergunto: você me pensaria como um dentista?

Integrante da Comissão Anísio Teixeira: Não.

Alduísio: não! Se eu não tivesse conhecido o Honesto... que que eu seria? Um dentista fracassado! Não era nem um médico fracassado, porque por exemplo eu não prestei exame para medicina, tá contado no livro, por problema de documentação, tempo, não dava, porque eu tinha... entende? É por estranheza de relacionamento, no sentido bem político da palavra. Eu tinha tido uma expulsão do colégio onde eu tinha estudado e naquela época não era fácil uma expulsão. Muitas vezes uma expulsão implicava que tudo se atrasava na sua vida e eu não tive os documentos a tempo de fazer inscrição. (...)

Ou seja. Me marcou, foi duro. Como teria sido duro se eu tivesse permanecido na fazenda e sido agricultor. Como eu temi o encontro contigo, entende? Porque pra mim era como se me colocasse diante daqueles acontecimentos. Porque é muito. É muito. A coisa pior que tem no mundo é tortura. Entende? Porque além da dor física, você tem a dor de não poder responder. Como você responde? Cuspindo? Gritando? Cagando? Mijando? É que você está todo impossibilitado. Você está amarrado, você tá algemado, entende, você tá no pau de arara. Entende? O sentimento da impotência é tão grande. E o ódio te corrói. Então veja... e pra chegar a isso aí você tem o susto, o espanto. (...)

Eu não invento. Não crio. A não ser quando, por exemplo, eu ganhei um prêmio açoriano de literatura, que eu ficcionei uma série de coisas, entende. Tanto que a dedicatória do meu livro, você deve se lembrar, é feita ao meu pai, minha mãe, e particularmente a Honestino, Isaura e as filhas. E Gildo também que tinha sido morto nessa situação. Ou seja, a passagem por Brasília coloriu a minha existência, eu poderia ter permanecido lá em Uberaba, onde por exemplo eu seria um dentista ou talvez um médico... Tenho certeza disso, entende: medíocre, insatisfeito, fracassado na vida. Fracasso profissional é uma coisa que faz parte das contingências, agora o fracasso na vida não é só contingencial não, ele é essencial para a tua sobrevivência inteira. (...)

Isso me faz ponderar, me faz pensar e às vezes me faz me exaltar também. Mas por exemplo eu recobrei uma capacidade. A Universidade de Brasília significou isso, por isso que eu estou fazendo, digamos, uma referência a Miguelim[119] quando ele bota os óculos, entende. Eu passei a ver a vida colorida. Não que eu não via. Mas eu via por causa das loucuras do meu avô, depois as viagens com meu pai por Goiás e assim por diante. Então a experiência da Universidade de Brasília só me enriqueceu, mesmo, mesmo e não tem masoquismo nenhum nisso com o sofrimento a tortura, entende? Eu acho que eu me saí bem, tenho absoluta certeza, até hoje eu posso dizer: nunca ninguém pagou por nada que eu tenha feito. Nunca denunciei. E conheci as melhores pessoas da minha existência a partir daí. Você sabe o quanto eu me refiro... a essas melhores pessoas, particularmente a essa figura aí que é o Honestino Guimarães."

1970-1971 A universidade sufocada

Uma correspondência enviada pelo SNI ao reitor Caio Benjamin em dezembro de 1969, com o título de: "Atividades subversivas na Universidade de Brasília",[120] advertia-lhe sobre o "renascimento do movimento estudantil". Isso se daria, de acordo com o SNI, por meio de escritos, cartazes etc. Na avaliação do serviço de informações haveria mais apuro na linguagem dos textos, os assuntos eram tratados com mais profundidade, o que sugeria a formação de grupos de estudos. Haveria, ainda, precisão na escolha de "momentos psicológicos" para a distribuição de panfletos: como "o estado devocional do culto religioso", "a revolta depois de medidas disciplinares extremas". Mesmo após as prisões e exclusões de 1968, portanto, o movimento estudantil era considerado uma ameaça à segurança nacional.

A 10 de outubro de 2014, Gilson Dantas, estudante da medicina na UnB entre 1968 e 1974, contou sua história à Comissão Anísio Teixeira. Sua primeira detenção já foi em 29 de agosto de 1968, quando ainda nem mesmo era estudante da UnB e trabalhava no restaurante universitário, lavando bandeja. Gilson entrou na UnB em 1969, fez parte do Diretório Acadêmico do ICB, como vice-presidente.

No início de 1970, segundo Gilson, a FEUB, clandestina, continuava atuando, sobretudo em torno dos Diretórios Acadêmicos. Houve um grande movimento, em fevereiro daquele ano, de boicote ao bandejão, devido ao anúncio de aumento de preço. No mês seguinte, relatou Gilson, houve uma luta para liquidar com uma medida burocrática da universidade, mas de cunho policial, que seria a criação de uma assessoria estudantil.

O momento mais tenso, porém, foi no fim de maio, quando chegou à FEUB a denúncia do assassinato de Olavo Hanssen. Segundo o relatório da Comissão Nacional de Verdade:

"Os fatos em torno da morte de Olavo Hanssen têm como estopim a prisão efetivada no dia 1º de maio de 1970, na comemoração pelo Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi a primeira grande manifestação depois do golpe de 1964, convocada por treze sindicatos e oposições. Havia cerca de 500 pessoas no estádio Maria Zélia, em São Paulo. Logo na chegada, Olavo percebeu que o lugar estava sendo policiado. Avisou aos militantes e juntos começaram a deixar o local. Entretanto, a movimentação foi percebida e Olavo foi preso com mais dezoito pessoas. O grupo foi levado ao 1º Distrito Policial – Sé, depois ao Quartel General da Polícia Militar. À tarde, eles foram levados para a Oban (Operação Bandeirantes), mas em vista da prisão dos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no dia 2 de maio, todos foram transferidos para o DOPS. Olavo ficou na cela nº 2, com presos políticos da Ação

119 Personagem de Guimarães Rosa.

120 A0224212 – 1969. 11/12/1969. SNIG..

Libertadora Nacional (ALN), do PORT e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De acordo com a versão, divulgada no dia 13 de maio de 1970, Olavo Hanssen teria se suicidado ao ingerir veneno, conhecido por *Portion*, tendo sido encontrado em terreno baldio próximo ao Museu do Ipiranga no dia 9 de maio de 1970. Nesse mesmo dia, a família foi avisada por funcionário do Instituto Médico Legal (IML), que não quis se identificar por medo de represálias, segundo Alice Hanssen, conforme relatado em audiência pública na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, realizada em 18 de novembro de 2013. Contudo, essa versão sempre foi contestada. Vários companheiros de militância que estavam no DOPS afirmam que Olavo morreu em decorrência das torturas a que foi submetido na cadeia. De acordo com depoimento escrito de Dulce Querino de Carvalho Muniz, encaminhado à CEMDP, já nos primeiros dias de prisão, Olavo havia sido torturado (sofreu queimaduras, palmatórias nos pés e nas mãos, espancamentos, "pau de arara") para que revelasse onde ficava a gráfica do PORT. Dulce relatou ainda que, no dia 8 de maio de 1970, desceu do interrogatório e como de costume Olavo quis falar com ela. Contudo, ele estava tão debilitado que os companheiros de cela tiveram de carregá-lo pelos dois braços até a janelinha da porta para que pudesse falar com ela. Nessa mesma noite, ele foi levado em coma para o Hospital. Dulce Muniz afirma ainda que, segundo o preso político Waldemar Tebaldi, que era médico, Hanssen precisava ser imediatamente levado ao hospital, pois seus rins já não funcionavam mais. Os presos políticos exigiram que fosse chamado um médico para lhe prestar assistência, o que só foi realizado em 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, ele apresentava sinais evidentes de complicações renais, anuria e edema das pernas. O médico que o assistiu, José Geraldo Ciscato, lotado no DOPS/SP, na época, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. Seu estado agravou-se dia a dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, mas não obtiveram êxito. Somente em 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no bairro do Cambuci. Geraldo Siqueira, à época militante do PORT, detido junto com o dirigente, em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, afirmou que Olavo foi o maior alvo das torturas em razão de sua posição de direção e por já ser conhecido pelos agentes repressivos devido às prisões anteriores. Os torturadores tinham dois objetivos: "obter mais informações sobre o trotskismo no Rio Grande do Sul e destruir a 'gráfica do PORT'". A presa política Maria Auxiliadora Lara Barcellos denunciou o assassinato, em 17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria, tendo afirmado, em suas declarações que não cometeu crime algum […] nem eu, nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha que comparecer em Juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; […] além desses crimes, o crime de haver torturado até à morte brasileiros valorosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles […].Maurice Politi e Rafael Martinelli, que estiveram na mesma cela que Olavo no DOPS, confirmaram em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, que Olavo tinha a sua saúde bastante comprometida, em razão das torturas sofridas. Maurice Politi relatou que a nossa indignação do caso do Olavo Hanssen foi tão grande porque vimos ele chegando da tortura e eu me lembro dessa imagem muito forte, eu e o Rafael, deitados ao lado dele, e ele urinando sangue, manchando o colchão. E realmente aí, a gente ficou apavorado porque aquele sangue.... Rafael Martinelli conta que o delegado Josecir Cuoco era quem comandava as equipes de tortura de Olavo. Há outros

elementos materiais que contribuem para a desconstrução da falsa versão, como os próprios documentos oficiais do DOPS e da Justiça Militar, que são contraditórios. A certidão de óbito, datada de 15 de maio de 1970, e assinada pelo médico-legista Dr. Geraldo Rebello, informa que a vítima morreu no dia 9 de maio de 1970, mas não informa o local e apresenta causa de morte indeterminada. O laudo de exame de corpo de delito, datado de 15 de maio de 1970, informa que o corpo deu entrada no IML às 16 horas do dia 9 de maio de 1970, e que se encontrava no Hospital Geral do Exército. O exame necroscópico foi realizado pelo doutor Geraldo Rebello e por Augusto Queiroz Gomes e concluiu que a vítima tinha "ferimento ovalar contuso na perna direita, duas escoriações na perna esquerda, escoriações no escroto, hematoma no couro cabeludo". O exame toxicológico, de 1 de junho de 1970, informa que o exame deu "positivo para paration", que é um pesticida agrícola. A autópsia revelou traqueia, esôfago e estômago limpos. Essas informações desencontradas permitem inferir que a vítima não havia ingerido paration, pois não havia vestígios nos órgãos do sistema digestivo, tendo falecido por complicações renais decorrentes das torturas a que foi submetido. Além disso, há incongruência quanto ao local de morte da vítima, pois a falsa versão tanto aduz que foi encontrado em terreno baldio, como no Hospital do Exército. À época de sua morte, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo delegado Sylvio Pereira Machado e acompanhado pelo promotor doutor José Veríssimo de Mello, com o objetivo de apurar a morte de Olavo Hanssen. O IPM ouviu como testemunhas somente agentes estatais, que confirmaram que a vítima não apresentava sinais de sevícia ou maus tratos. O delegado de polícia Josecir Cuoco afirmava que Olavo estava no DOPS e aparentava boa aparência. O delegado de polícia Ernesto Milton Dias afirmou que quando o viu na prisão não notou qualquer anormalidade nele. Contudo, o agente policial Dirceu Melo, de plantão no dia 8 de maio de 1970, asseverou que Olavo o chamou e lhe disse que não se sentia bem e pediu para ser atendido por um médico. O inquérito policial concluiu que a morte de Olavo se deu por envenenamento. O Ministério Público acompanhou o IPM e arquivou o processo. Contudo, a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição de Justiça Militar decidiu que "improcede, objetivamente, que Olavo cometeu suicídio. O que procede é a afirmação, estribada em elementos de certeza, de que era portador de problemas renais". Assim, a Justiça Militar contradisse a falsa versão de suicídio, tentando configurar a morte como sendo de causa natural, reforçando as incongruências. Recentemente, a perícia da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao realizar exame documentoscópico, concluiu que a partir do dia 21 de maio de 1970, os documentos relativos à morte de Olavo Hanssen, inclusive os laudos, modificaram a informação anterior da causa de sua morte para "morte por envenenamento por paration", denotando uma dinâmica de contrainformação produzida pelos órgãos da repressão com o objetivo de dificultar a apuração das circunstâncias de morte da vítima. O enterro de Olavo Hanssen ocorreu no dia 14 de maio de 1970, no Cemitério de Mauá."[121]

Gilson Dantas relatou que houve uma reunião da FEUB, no fim de maio, em que se soube da denúncia do assassinato de Olavo Hanssen. Uma cópia do seu atestado de óbito seria usada como documento uma denúncia pública. A ideia era denunciar o crime de Estado num Congresso Eucarístico que se realizaria a 31 de maio, quando aconteceria uma missa campal. Bispos progressistas ficariam a cargo da denúncia. Ela era impactante porque viria, justamente, quando Emilio Garrastazu Medici se esmerava em divulgar ao mundo que não existia tortura no Brasil. Porém, antes do Congresso Eucarístico, a polícia descobriu o planejamento do ato, ao que se seguiram prisões.

Gilson Dantes esclarece que não foi, propriamente, preso, porque não existia um mandato de prisão. Tratou-se, portanto, de sequestro por agentes do Estado. Gilson foi espancado pelo delegado Deusdeth da

121 http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_pagina_379_a_794.pdf, p. 440.

Cruz Sampaio. Relata que, logo de início, houve sessões de telefone, quando um fio elétrico era colocado nos ouvidos dos presos. Seu colega Abaetê Sassi, ambos militantes da Quarta Internacional, foi espancado com mais violência. Gilson o viu algemado numa cadeira, sendo interrogado a socos e pontapés. Outra estudante da UnB, Maria Regina Peixoto tinha sido presa e levada a outro lugar. Antes, porém, Gilson a viu sendo arrastada por agentes. Mais tarde, ele saberia que Regina tinha sido barbaramente torturada. Inclusive, foi noticiado que a estudante estava internada no Hospital de Base, supostamente para tratar de um problema de ordem psiquiátrica.

Gilson ficou preso numa delegacia que ficava próxima a um Instituto de Criminalística, na Asa Sul. Hélio Doyle esteve por lá também. Foi solto depois de algum tempo. Foi acusado, em suas palavras, de "crimes" vagos como "subversão" e de tentar restaurar a FEUB. Foi, depois, julgado em tribunal militar, já em 1976, e ali viu que as autoridades tinham informações sobre coisas cotidianas da UnB. Havia, inclusive, material da FEUB que tinha sido apreendido em sua bicicleta. Há um documento do SNI em que consta que Gilson foi preso, em seu apartamento, a 28 de setembro de 1970 – quando era estudante de medicina na UnB. Sua prisão teria se dado por uma suspeita de que era ele quem andava numa bicicleta da qual tinha caído um exemplar do "Jornal da FEUB" – que tinha uma anotação manuscrita sobre a denúncia no Congresso Eucarístico. Ali, Gilson também é acusado por carregar, na bicicleta, livros "esquerdistas".[122]

Com apoio de professores não foi jubilado, por empatia política deles. Apesar, em suas palavras, das pressões do vice-reitor Azevedo. Gilson comentou ainda que a prática do jubilamento era constantemente usada na UnB, para além do decreto-lei 477. Sua opinião é que essa prática soava mais palatável e acadêmica ao público, diferentemente do teor explicitamente político do 477.

Em sua opinião, essa extrema violência se deveu à possibilidade de união entre estudantes e classe trabalhadora. Gilson deixou registrado, ainda, o ponto de vista de que a memória, por si só, não é suficiente, devendo esta estar combinada à exigência da justiça e à denúncia dos crimes cometidos por agentes de Estado.

Sobre o caso de Maria Regina Peixoto, a documentação é extensa. Procurar se existe prontuário no Hospital de Base. Foi presa e torturada, segundo documento de estudantes, estava no quinto andar do hospital em junho de 1970. Houve denúncia pública:

"A colega MARIA REGINA PFIXOTO (ICCH) detida nos mesmos dias que Heleno (Pres.-DAICB), Gilson (Vice-Pres.-DAICB), Edvaldo (ICA) e Abaetê (Medicina) encontra-se internada no Hospital Distrital. Seu estado de saúde é crítico, estando com as pernas paralisadas e não conseguindo falar normalmente em conseqüência dos pontapés, socos e choques elétricos que lhe foram aplicados em todo o corpo. Não se sabe a real extensão dos ferimentos (lesões internas nos rins, fígado, sistema nervoso, medula, etc.) produzidos nelas torturas. Os outros quatro colegas também foram torturados na Delegacia Geral de Investigações. Não é este um caso isolado de torturas. Contam-se às dezenas os assassinatos nas prisões e milhares os presos políticos no país. Sem nenhuma acusação formal e pelas chamadas vias legais, os colegas tiveram as suas Residências invadidas, presos arbitrariamente e torturados. Não há nada que justifique estas prisões. Nenhum processo, nenhuma acusação. É uma rotina no País, faz parte do tão divulgado Jogo da Verdade, a cínica Verdade dos comunicados oficiais.

122 A0142797 – 1970 Fundo SNI. "Prisão de elementos trotskistas no DF. Gilson Dantas de Santana e outros". Origem: SNI, agência de Brasília.

FAZEMOS UM CHAMADO A DISCUSSÃO NAS SAIAS DE AULA SOBRE A NECESSIDADE DE SE MANIFESTAR DE TODAS AS FORMAS CONTRA ESTA TENTATIVA DE ASSASSINATO

CONCLAMAMOS AS ENTIDADES ESTUDANTIS, OS SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS, ORDEM DOS ADVOGADOS, O CLERO PROGRESSISTA A OUE EXIJAM DO GOVERNO UM PRONUNCIAMENTO

SOBRE ESTAS TORTURAS. CHAMAMOS A OUE RESPONSABILIZEM O MINISTRO DA JUSTIÇA (A OUEM ESTÃO SUBORDINADOS OS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO) E AO GOVERNO PELA INTEGRIDADE FÍSICA E A VIDA DE MARIA REGINA!!!

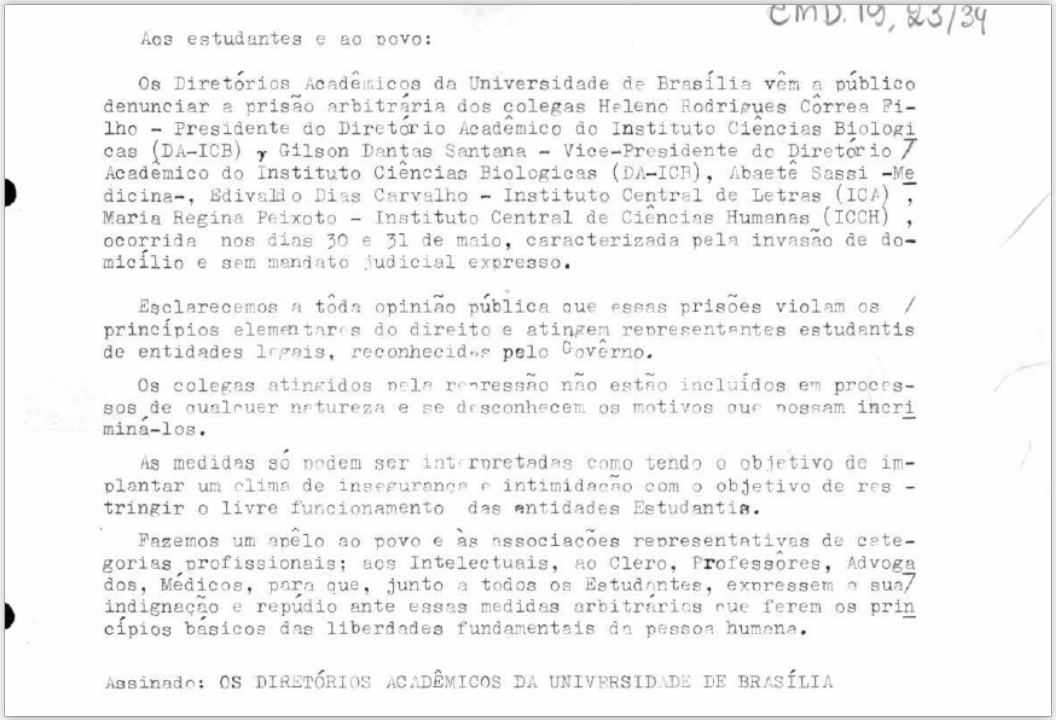
EXIGIR A QUEBRA DA INCOMUNICABILIDADE E O DIREITO DE LIVRE DEFESA!!

PUNIÇÃO IMEDIATA E PÚBLICA DOS TORTURADORES!!

IMPEDIR O ASSASSINATO DE MARIA REGINA !!

LIBERDADE IMEDIATA PARA OS COLEGAS PRESOS !!
LIBERDADE PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!![123]

Outro panfleto encontrado na mesma pasta:



CMD. 19, 23/34

Aos estudantes e ao povo:

Os Diretórios Acadêmicos da Universidade de Brasília vêm a público denunciar a prisão arbitrária dos colegas Heleno Rodrigues Côrrea Filho - Presidente do Diretório Acadêmico do Instituto Ciências Biologicas (DA-ICB) y Gilson Dantas Santana - Vice-Presidente do Diretório Acadêmico do Instituto Ciências Biologicas (DA-ICB), Abaetê Sassi -Medicina-, Edivaldo Dias Carvalho - Instituto Central de Letras (ICA), Maria Regina Peixoto - Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH), ocorrida nos dias 30 e 31 de maio, caracterizada pela invasão de domicílio e sem mandato judicial expresso.

Esclarecemos a tôda opinião pública que essas prisões violam os princípios elementares do direito e atingem representantes estudantis de entidades legais, reconhecidas pelo Govêrno.

Os colegas atingidos pela repressão não estão incluídos em processos de qualquer natureza e se desconhecem os motivos que possam incriminá-los.

As medidas só podem ser interpretadas como tendo o objetivo de implantar um clima de insegurança e intimidação com o objetivo de restringir o livre funcionamento das entidades Estudantis.

Fazemos um apêlo ao povo e às associações representativas de categorias profissionais; aos Intelectuais, ao Clero, Professôres, Advogados, Médicos, para que, junto a todos os Estudantes, expressem a sua indignação e repúdio ante essas medidas arbitrárias que ferem os princípios básicos das liberdades fundamentais da pessoa humana.

Assinado: OS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

No Tortura Nunca Mais, encontra-se um artigo chamado: “Consequências da tortura”.[124] Ali, pode ser lido o relatório médico da paciente Maria Regina Peixoto Pereira, então com 20 anos de idade, assinado pelo Dr. Ronaldo Mendes de Oliveira Castro, a 17 de junho de 1970, e encaminhado por este ao Dr. Abib Cury, chefe da Divisão Médica do 1º Hospital Distrital de Brasília:

“Internada no 1º H.D.B., no apto. 519, procedente do DOPS, onde se encontrava detida desde o dia 29.5.70.

123 BR NA BSB AA1 CMD 019

124 http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/consequecia.html:

Motivo da internação: removida por apresentar estado confusional e impossibilidade de deambulação.

Queixa principal: dor de cabeça e sensação de fraqueza.

Logo nos primeiros dias de prisão começou a sentir-se angustiada, com pânico e medo, acompanhado de cefaléia intensa fronto-lateral esquerda, constante e latejante. Ao mesmo tempo notou dificuldade de movimentação de todo o corpo.

Apresentou a seguir estado confusional agudo, desorientação temporal, perda de senso de realidade e idéias de autoextermínio. Tinha a impressão, durante a noite, de que o interrogatório a que foi submetida continuava sem cessar, não conseguia distinguir o real do imaginário, não sabendo precisar por quanto tempo permaneceu naquele estado.

Informa ter sofrido agressões físicas, como por exemplo: espancamento no abdômem e choques elétricos na cabeça.

Queixa-se ainda de diminuição da memória para fatos recentes.

Relata que vem tendo, há dias, contrações no corpo todo, não sabendo quando iniciaram, mas que são de poucos dias para cá.

Exame Mental: Hiperemotividade, prantos frequentes. Discurso lento e com voz sussurrada e entrecortada de períodos de silêncio. Dificuldade de contato inicial, melhorando no decorrer da entrevista. Humor deprimido.

Hipoamnésia para fatos recentes. Percepção, atenção e inteligência sem alterações.

Desorientada no tempo e ainda algo confusa. Curso do pensamento: vivências de terror e pânico.

Ideias suicidas.

Apresenta reações primitivas de regressão e conversão histérica."

Esses dados e outros sobre a história de Maria Regina também podem ser encontrados no Brasil Nunca Mais.[125]

1971: onda repressiva sobre a APML

Em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira, a 23 de agosto de 2013, Hélio Doyle falou sobre sua militância no movimento estudantil, no CIEM e na UnB, pela Ala Vermelha do PCdoB. Militância que foi o motivo de sua primeira prisão. Doyle relatou que, quando foi preso, já tinham aprisionado um grupo de militantes da Quarta Internacional, como Edvaldo, Abaetê Sassi, Maria Regina Peixoto, Gilson Dantas. A FEUB denunciara essas prisões e as torturas acontecidas na Polícia Federal. No seu caso, a prisão se dava em decorrência de captura e tortura de militantes da Ala Vermelha em Minas Gerais. Nessa ocasião, Doyle foi sequestrado num sábado à tarde quando estava em casa e foi levado para a Polícia Federal. Ali chegou sozinho e foi recebido com ameaças. Segundo Doyle, havia muita gente presa. Tanto quanto Gilson Dantas, Doyle também relata que alguns professores aceitaram sua situação e não o reprovaram no semestre da prisão. A perseguição, em suas palavras, vinha da Reitoria.

125 http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=DocBNM&pagfis=4904&pesq=&url=http://docvirt.no-ip.com/docreader.net#:

No começo de 1970, depois de protestos contra as más condições da assistência estudantil e, sobretudo, do preço cobrado no Restaurante Universitário, José Amélio, Ivonette Santiago e Maria José da Conceição (Maninha) foram sumariamente desligados da universidade. Mesmo sem o recurso ao decreto-lei 477. Essa expulsão arbitrária foi levada à justiça, de acordo com Doyle, sendo o recurso negado em primeira instância e finalmente aceito no Tribunal Federal de Recursos, pela diferença de apenas um voto.

Hélio Doyle foi ainda preso mais vez, então por quedas de militantes da Ala Vermelha em São Paulo. Naquele momento, ele estudava na UnB e trabalhava no Correio Braziliense, onde foi capturado e levado para a Polícia Federal, sob a guarda do delegado Deusdeth da Cruz Sampaio. Segundo Doyle, esse delegado tinha verdadeira fixação por capturar Álvaro Lins e no Honestino Guimarães. Depois de passar um dia na Polícia Federal, o exército Doyle e o levou para PIC do Batalhão da Polícia do Exército, onde, segundo o depoente funcionava o DOI-CODI. Lá, Doyle viu o Turquinho (Jorge Bittar, também estudante da UnB, militante da ALN). Doyle foi interrogado pelo general Antônio Bandeira, do Comando Militar do Planalto e também pelo major Clidenor de Moura, conhecido no PIC como doutor Moura. Segundo o testemunho de Doyle, as celas do PIC, divididas em individuais e coletivas, eram totalmente vedadas. Nelas, uma luz intensa era mantida permanentemente acesa, enquanto marchas militares eram tocadas em altíssimo volume. Hélio Doyle considera que, por ser filho de Hélio Proença Doyle, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, não foi vítima de maiores violências. Mas de nossa parte cabe destacar que: as prisões arbitrárias já seriam, por si sós, graves violações. As condições descritas do PIC também caracterizam prática de tortura psicológica, visando a desorientação espaço-temporal dos presos. Isso, em que pese o fato de que outros prisioneiros do PIC sofreram torturas adicionais e ainda mais violentas, como veremos adiante.

Ainda na UnB, em 1971, e já casado com Maria José da Conceição (Maninha), Doyle foi novamente preso. Neste dia, o casal saía de casa quando foram cercados por agentes fortemente armados. Foram, então, levados para o Ministério da do Exército, então sob o nome de Ministério da Guerra. Entraram na sede ministerial por uma porta no fundo e foram conduzidos a uma sobreloja. Ali, viram agentes, todos à paisana. Alguém interpelou Deusdeth da Cruz Sampaio, que os raptara: “vocês trouxeram eles de cara limpa?” Hélio Doyle relatou que a sobreloja tinha salas dotadas de isolamento acústico e vidros típicos de recintos de interrogatório. O frio era insuportável.

Doyle e Maninha passaram a noite no ministério e dali foram levados ao PIC. Como o motivo das capturas era um inquérito sobre a Ação Popular, organização a que Maninha pertencia, e não Doyle, ele permaneceu isolado. Soube, porém, que havia uma greve de fome de prisioneiros do PIC. Por vezes, Doyle ouvia gritos ecoando.

As expulsões de Maninha e Ivonette, no início de 1970, foram denunciadas pela FEUB:

“NOTA

Os DIRETÓRIOS ACADÊMICOS da Universidade de Brasília vêm a público

ESCLARECER E DENUNCIAR OS SEGUINTES FATOS:

1. É sabido que os colegas JOSÉ AMÉLIO DE PAULA (ICCH), IVONETE SANTIAGO (Medicina) e MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO foram desligados da UnB;

2. Os colegas SEBASTIÃO LOPES NETO, IRAE SASSI, LUIS CARLOS MONTEIRO GUIMARÃES e ANTÔNIO DE PADUA GURGEL (calouros) tiveram suas matrículas impedidas;

3 . Estão presos os colegas HELENO RODRIGUES CORRÊA FILHO (Pres. do DA-ICB), GILSON SANTANA (Vice-Pres. do DA-ICB), ABAETÊ SASSI (medicina), EDVALDO DIAS CARVALHO (ICA) e ALDA SILVA DE JESUS (letras).

Esclarecemos que os colegas "desligados" impetraram ação judicial que se encontra agora em fase de decisão. Mas podemos afirmar com segurança que a Reitoria não apresentou NENHUMA PROVA que justificasse a exclusão dos colegas, baseando-se em "dados" extremamente subjetivos e retóricos

Quanto à situação dos CALOUROS, permanece como anteriormente: impedidos de matricular-se embora haja processo judicial em andamento.

Denunciamos que a cada dia se desencadeia uma maior repressão sobre os estudantes"

Brasília, junho do 1970

ass.) OS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE"[126]

É importante destacar que esse panfleto foi apreendido pelo SNI. No documento encontrado no Arquivo Nacional, afirma-se que ele foi apreendido no *campus* da UnB. Considerando que se tratava de denúncia sobre "elementos subversivos", o vice-reitor José Carlos de Almeida Azevedo explicava ao SNI o motivo das decisões – confirmando explicitamente que eles se deviam a motivações políticas.[127] Um documento originado no CISA e difundido aos órgãos da chamada "comunidade de informações"[128] criticava acerbamente o fato de Maninha e Ivonette terem sido "beneficiadas" por mandados de segurança que as defendiam da exclusão da UnB. Isso, na avaliação do CISA, abriria margens para ações semelhantes. Esse tipo de documento mostra que havia tensões entre os diferentes órgãos ditatoriais. Nesse caso, tensão fomentada pela possibilidade de que dispositivos jurídicos poderiam se contrapor às decisões arbitrárias das autoridades (mesmo em se tratando de legislação de exceção). Por outro lado, mesmo sendo reintegradas à universidade, Maninha e Ivonette passaram por um interrogatório com um advogado indicado pela UnB – Paes Landim.

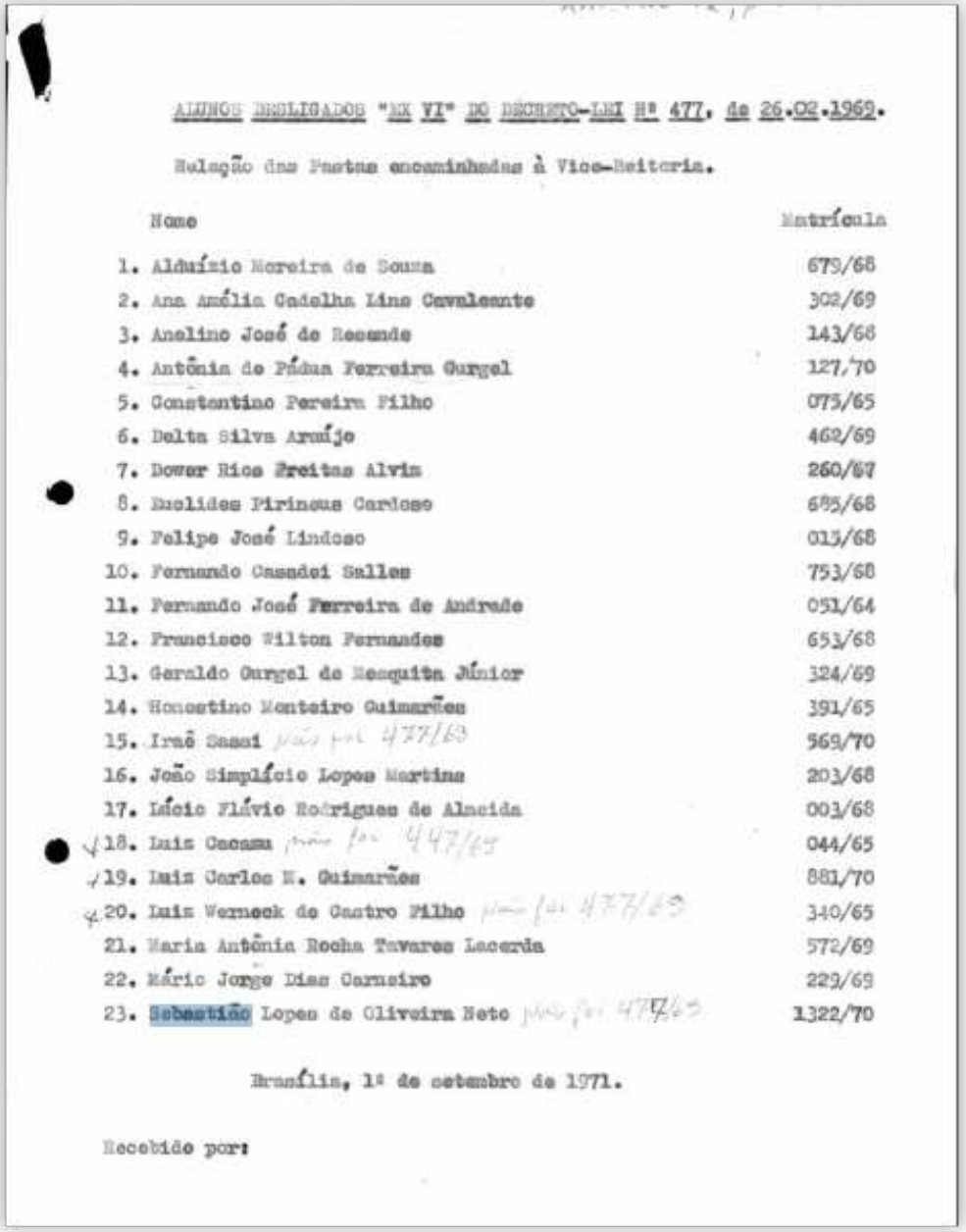
Numa pasta do acervo da ASI/UnB, encontramos a seguinte lista (observe-se os comentários feitos a mão, identificando alunos que não teriam sido desligados pelo 477 – como no caso de alunos que nem sequer puderam se matricular, a não ser via mandado de segurança):[129]

126 BR DF ANBSB CMD 019.

127 A0181808 – 1970. SNIG. "Panfleto ao Magnífico Reitor Caio Benjamin Dias. 05/06/1970. SNI.

128 A0397398 – 1971. SNIG. 24/06/1971.

129 BR DF ANBSB MPL0072.



ALUNOS DESLIGADOS "EX VI" DO DECRETO-LEI Nº 477, de 26.02.1969.

Relação das Pastas encaminhadas à Vice-Reitoria.

	Nome	Matrícula
1.	Alduízio Moreira de Sousa	679/68
2.	Ana Amélia Cadelha Lins Cavalcante	302/69
3.	Anelino José de Resende	143/68
4.	Antônia de Pádua Ferreira Gurgel	127/70
5.	Constantino Pereira Filho	075/65
6.	Delta Silva Araújo	462/69
7.	Dower Rice Freitas Alvim	260/67
8.	Euclides Pirineus Cardoso	695/68
9.	Felipe José Lindoso	015/68
10.	Fernando Casadei Salles	753/68
11.	Fernando José Ferreira de Andrade	051/64
12.	Francisco Wilton Fernandes	653/68
13.	Geraldo Gurgel de Mesquita Júnior	324/69
14.	Honestino Monteiro Guimarães	391/65
15.	Iraê Sassi	569/70
16.	João Simplício Lopes Martins	203/68
17.	Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida	003/68
18.	Luiz Cacazu	044/65
19.	Luiz Carlos M. Guimarães	881/70
20.	Luiz Werneck de Castro Filho	340/65
21.	Maria Antônia Rocha Tavares Lacerda	572/69
22.	Mário Jorge Dias Carneiro	229/69
23.	Sebastião Lopes de Oliveira Neto	1322/70

Brasília, 1º de setembro de 1971.

Recebido por:

Na mesma pasta, encontra-se uma ficha do estudante Luiz Cacazu. Em seu caso, consta que ele foi desligado da UnB por Ato da Reitoria, tendo como base o Artigo 36 do Estatuto da UnB, segundo o qual, em uma de suas alíneas, o reitor tinha a prerrogativa de "exercer o poder disciplinar". Na mesma pasta, em ficha sobre demissão do professor José Antonio D'Arrochella Lobo, citado como demitido da UnB há uma nota a mão, assinada pelo interventor no cargo de reitor Amadeu Cury, em que o mesmo diz que conversou pessoalmente com o general Antônio Bandeira, do Comando Militar do Planalto, sobre como agir no caso. Citamos esses exemplos apenas para mostrar que os atos arbitrários não se restringiam ao 477 e que havia uma dinâmica complexa entre os órgãos de informação e repressão, nem sempre coincidentes, mas complementares no sentido da perpetração do arbítrio e do terror. E que, portanto, as denúncias da FEUB e D.As da UnB não eram infundadas. No que se refere mais especificamente a militantes da APML, nessa mesma pasta se encontram fichas, como a de Dorgival Henrique, Paulo César Fonteles de Lima, Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, e Wagner Ferreira Teixeira em que seu desligamento é explicitamente vinculado a "ações subversivas" na UnB. Como veremos adiante, essas acusações estavam diretamente vinculadas a sequestros, prisões arbitrárias e torturas.

Sobre essas exclusões e perseguições, Ivonette Santiago, em texto escrito para fundamentar os trabalhos da Comissão Anísio Teixeira, relata que:

"Coerentemente, indignada com as perseguições políticas, punições e prisões de estudantes, por motivos políticos, contestava o autoritarismo de superiores imediatos, contestação esta, inclusive, motivo para "dedos duros" da época, alcagüetes e informantes fazerem seus inverídicos informes, conforme ainda constam em declarações de órgãos da repressão político e social da ditadura militar, vide cópia do **Prontuário Nº 1847 do Ministério do Exército – CMP e 11ª RM/2ª Sec e Ofícios**

N 09/IPM e Nº 192/E2 inserido no Processo do Mandado de Segurança de Nº 231 – M, na Justiça Federal. (Anexo 21). Consta também, que as chamadas autoridades, interventores na UnB e as Assessorias de Segurança e Informação – MEC/DSI/ASI/UnB, forneciam além de outros documentos, também listas, contendo nomes de alunos aos quais se deveria, arbitrariamente, negar-lhes matrículas; vide (Of. FUB-C-05/70 e Of. FUB-C-28/70 em resposta ao OF CONF Nº 746/SI/DSIEC/70 do Ministério da Educação e Cultura). Bem como, o envio de listas contendo nomes de alunos da época, que não poderiam ser professores de 1º e 2º Graus na Secretaria de Educação do Distrito Federal - INFORMAÇÃO Nº 013/SNI/ASBS/1969 – "ELEMENTOS QUE NÃO DEVEM EXERCER O MAGISTÉRIO" e outras enviadas pela Universidade de Brasília a órgãos de repressão política no Distrito Federal e fora deste; conforme documentos cedidos pelo CEDOC – Centro de Documentação da UnB.

Em relação à relatora o OF. ApAE/UnB nº 016/71, de 25 de junho de 1971 ao Diretor da DSIEC – Ministério da Educação e Cultura 7º andar – Brasília – DF e o Of. FUB-C-28/70 já citado, confirmam o relato anterior. Na correspondência da ApAE/UnB, dirigida ao DSIEC – MEC pelo Chefe da Assessoria para Assuntos Especiais (órgão similar ao SNI e suas ramificações DSI/ASI – ApAE/UnB que deu origem à ASI/UnB) constam as seguintes declarações do Agente Informante:

..."O desligamento das referidas alunas da UnB foi motivado por recomendação do Serviço Nacional de Informações". ...

..."Como é de hábito a Reitoria executou, imediatamente, a recomendação do SNI, embora não houvesse condições nem tempo, para apurar as atividades daquelas alunas, eis que, no âmbito da Universidade, não era do conhecimento da Alta Administração desta, procedimentos das alunas que as comprometesse"... Isto evidencia a motivação política do desligamento delas do Curso de Medicina da UnB.

Além destes, cita OFÍCIO INFÃO Nº 892/SNI/ASBS/69, de 11 de DEZ 1969 e OF, CONF. Nº 389/SI/DSIEC/70 do Ministério da Educação e Cultura – MEC em 16 de julho de 1970.

A Certidão expedida pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, em 22 de Outubro de 2001, em várias citações demonstra a motivação política e ideológica da perseguição quando diz: **"... em 1970 foi assinalada como uma das professoras responsáveis pela infiltração comunista em estabelecimentos de ensino médio do Distrito Federal"...**

A repressão política que pairava sobre o país, envolvendo amigos e colegas, sendo uns presos, outros cassados perseguidos, fazia com que se sentisse, constantemente ameaçada. Inclusive, ela própria fora chamada a depor dentro e fora da universidade, algumas vezes, devido a aparecimento de jornais da FEUB – Federação dos Estudantes Universitários de Brasília, de panfletos com denúncias de desaparecimentos, prisões e torturas de estudantes e trabalhadores, e sobre pronunciamentos de estudantes contrários aos interesses da ditadura militar; bem como, daqueles que defendiam a democracia no Campus da UnB e no país.

A perseguição política da ditadura militar tornou-se constante durante sua vida estudantil e profissional, no **"exílio interno"**. Em 1969, muitos estudantes foram cassados de seus direitos estudantis pelo Decreto Lei Nº 447. No caso da relatora houve o **desligamento da mesma do Curso de Medicina**, juntamente com outra colega, no início do ano letivo de 1970. O ato foi feito via Ofício da Reitoria ao Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde, sem alegar os motivos, numa exclusão sumária, sem instauração de processo administrativo de conformidade com DL 447 e sem direito à defesa. Ficaram afastadas do Curso de Medicina por um ano e seis meses. Impetraram o Mandado de Segurança de Nº 231 – M, contra o ato da UnB, na Justiça Federal. Neste, foi

apresentado o motivo do desligamento “medida disciplinar preventiva” para acobertar a **“motivação política e ideológica”** que envolvia na realidade o fato. Decorridos seis meses do Mandado as alunas foram chamadas a comparecerem à Reitoria, recebidas pelo Procurador da UnB, Dr. Hermenito Dourado que apresentou proposta do Reitor Josê Carlos de Ameida Azevedo de supostas transferências das mesmas para universidades de três países, (Portugal, Espanha e Grécia), caso retirassem a ação da justiça. Diga-se de passagem que estes países estavam submetidos a regimes de ditaduras (Salazar, Franco e outro), ou seja migrar de ditaduras. A resposta delas foi: **“A proposta é tão imoral quanto o ato que nos excluíu do curso”.** As estudantes ooptaram pelo prosseguimento do processo. Obtiveram êxito no julgamento, em última instância, no Tribunal Federal de Recursos TFR, com o Agravo em Mandato de Segurança nº 68062/TFR; havendo retorno ao referido curso. Ao retornarem ao curso de Medicina foram surpreendidas com “desaparecimentos” de seus históricos escolares. Estes foram resgatados do arquivo morto sob ameça de processo de perdas e danos. Em 48 horas a ordem do Reitor foi matrículá-las em 17 disciplinas não cumpridas devido ao afastamento, sendo os professores forçados a ministrá-las. As alunas indignadas com o abuso de autoridade recusaram e cumpriram as disciplinas em três semestres, tendo a formatura prorrogada por este tempo.

Para os que fizeram contínua resistência à ditadura militar, como a relatora, carregam parte da história de ter vivido a experiência da crueldade dentro do país e conheceram o **“exílio interno”.** Ela enfrentava as perseguições para não abandonar o curso de Medicina na UnB e para garantir, em Brasília, a sobrevivência nos períodos de **“clandestinidade forçada”** (de 1968 até a promulgação da Anistia) em muitas ocasiões, consertava persianas (de porta em porta) nos apartamentos de Brasília e confeccionava artesanatos para vender. Assim, pode sobreviver e comprar os livros dos cursos universitários que fez. Vivenciou a contínua pressão psicológica, com a clandestinidade, com a liberdade vigiada, com a prisão, com a tortura e a constante ameaça à dignidade.”

A 21 de outubro de 2013, Maria José da Conceição, Maninha prestou um depoimento à Comissão Anísio Teixeira. Maninha relatou que entrou no curso de medicina da UnB no final de 1966. Na universidade, aproximou-se do grupo de Honestino, vindo a militar na Ação Popular. Segundo Maninha, com a saída de Honestino Guimarães, Alduísio Moreira de Souza, entre outros, para a clandestinidade, o movimento estudantil da UnB se esvaziara. Então, a partir de 1969, militantes que vinham das bases assumiram novas funções de liderança. Nesse contexto, Euclides Pirineus, do curso geologia, como Honestino, surgia como nova liderança da Ação Popular. Esse seria designado para trabalhar junto ao movimento camponês, saindo de Brasília.

Já em março de 1970, segundo seu depoimento, Maninha foi designada para um encontro clandestino da UNE, na cidade de Salvador. Ali, ela teve seu último encontro com Honestino Guimarães.

Ainda seguindo o depoimento de Maninha, ela relatou que Hecilda e Paulo Fonteles vieram a Brasília já com o intuito de reorganizar a Ação Popular. Em meio a inúmeras tarefas, porém, e com o cerco se fechando sobre toda forma de resistência política, houve, em seu entender, alguma falha de segurança. Ela tinha marcado um ponto com a Hecilda na L2, mas que esta não apareceu. Paulo Fonteles, por sua vez, também sumiu. Nesses dias, Maninha já morava com Hélio Doyle, com quem se casara, quando começou a notar que vinha sendo seguida mais de perto. Num sábado à tarde, perto de casa, os dois foram capturados, como vimos também no depoimento de Doyle, por Deusdeth Cruz Sampaio, que, de acordo com Maninha, era conhecido como “o terror do movimento estudantil.”

Quando Maninha e Doyle foram levados do Ministério do Exército para o PIC, foram separados. Maninha permaneceu isolada por 4 dias. De sua cela, ouvia gritos durante a madrugada. Num dia, ela viu que Euclides Pirineus também estava preso no PIC. Depois dos dias de isolamento, Maninha foi transferida para outra ala, essa coletiva, onde se encontrou com Dorgival Henrique, Paulo Fonteles, Pirineus e outros militantes da Ação Popular. Depois de uma semana, disse Maninha que chegou a sua vez de ser interrogada, sendo levada para uma acareação com Euclides Pirineus. Por esse tempo houve uma greve de fome no PIC. Maninha estava grávida, mas sofreu um aborto devido às condições de violência emocional e física que sofreu e testemunhou. Depois de um certo tempo, Maninha e outros presos foram soltos, mas permaneceram sob vigilância cerrada, sendo constantemente "visitados" por um militar em seu apartamento.

O Inquérito Policial Militar sobre a Ação Popular no Distrito Federal estava a cargo do major Paulo Sérgio R. Horta Rodrigues.[130] Mas, evidentemente, outros agentes da ditadura participaram da operação. Há uma troca de correspondências entre o interventor no cargo do reitor da UnB, Amadeu Cury e o general Antônio Bandeira, do Comando Militar do Planalto, em que o primeiro avisava que tinha enviado as seguintes informações solicitadas:

"A fim de instruir IPM em curso, solicito a V. Exa informar quais as atividades subversivas realizadas no interior da UnB, durante os anos de 1970 e 1971, especificando, quando possível, data, local, autores e tipo de atividade: pichação, selagem, mosquito, panfletagem, greves, etc. Solicito, outrossim, a remessa de cópia de todo material apreendido."[131]

No SNI havia um prontuário de Maninha e outros militantes da Ação Popular no Distrito Federal.[132] O documento informava que Ivonette Santiago estava presa no PIC, à disposição do IPM do major Paulo Sérgio R. Horta Rodrigues. Segundo informe do SNI, Maninha ajudava Euclides Pirineus Cardoso em atividades de panfletagem na Universidade de Brasília. Este, mesmo tendo sido expulso, frequentava o *campus* no começo de 1970, o que era considerado atividade subversiva. Informe de 16 de março de 1970 diz Maninha se destacava como "uma das líderes de greve de estudantes da Faculdade de Medicina". Consta, ainda informação sobre a exclusão da universidade a 30 de abril de 1970. Medida anulada em 04 de junho de 1970, quando Maninha e Ivonette Santiago retornam à UnB, mediante mandado de segurança.

Em outro documento já citado, assinado pelo chefe do gabinete do SNI, coronel. Jayme Miranda Mariath,[133] afirma-se, entre outras coisas, de Paulo Fonteles que "sua recusa em colaborar" nos interrogatórios mostraria o grau de sua "fanatização" pela Ação Popular. Mais para explicita do que implicitamente, essa análise pressupõe a violência dos interrogatórios. Sobre Maninha, diz que nada teria sido "comprovado" além do fato de ela ser próxima dos "subversivos" citados: Euclides Pirineus, Alduísio Moreira, Dower Rios, Carlos Correia Teixeira, Francisco Assis Chaves, Patrícia Queiroz Carvalho, Dorgival Henrique e Ivonette Santiago.

Nesse mesmo tempo, Euclides Pirineus, desligado da UnB pelo 477, era preso na Bahia, conforme relatou à Comissão Anísio Teixeira a 12 de março de 2015:

130 A0411061 – 1971. "Relatório de Inquérito Policial Militar sobre a APML em Brasília". 10/12/1971. SNIG. Assinado pelo chefe do gabinete do SNI, cel. Jayme Miranda Mariath, do Ministério do Exército.

131 BR DF ANBSB AA1 0 ROS 030.

132 A0 394749. 1971. "Prontuário de Maria José da Conceição e outros". SNIG. Documento do SNI de 25/10/1971.

133 A0411061 – 1971. "Relatório de Inquérito Policial Militar sobre a APML em Brasília". 10/12/1971. SNIG.

“Do Quartel de Amaralina trouxeram eu e Rabelo num avião para Brasília, escoltados por vários policiais, tendo algemados pés e mãos. Parecia que éramos o Marighela, pela quantidade de policiais no vôo (vinte e tantos homens). Ameaçaram jogar-nos para fora do avião e diziam “vocês vão falar por bem ou por mal”. Isto foi mais ou menos em outubro de 1971. A turma da repressão em Brasília, queria saber quem era a Maria José. Disse que não sabia quem era esta pessoa. Diziam que iriam pegá-la na guerrilha e que ela estava lá. Eu disse que não conhecia aquela Maria José que procuravam. Perguntaram se era a Maninha. Disse que a Maninha tinha sido minha namorada, era ex-namorada. Perguntaram-me sobre Honestino. Eu disse que o conhecia, era amigo e colega de curso de geologia na UnB. Contei o que já havia dito em Salvador, que ajudei Honestino a sair de Brasília um dia antes do Ato Institucional nº 5 da Ditadura Militar. Confirmei conhecer na prisão o cara que me dedou e um outro que já estavam presos na Bahia. Major imaginou que já tinha investigado tudo. Não me perguntaram mais nada sobre as pessoas presas em Brasília e não fui acariado com ninguém em Brasília. Ao chegar em Brasília levaram-me para o BGP e ameaçavam dizendo vocês vão falar por bem ou por mal. Ali no BGP estavam presos Maninha e Hélio Doyle. Do BGP levaram-me para o Ministério do Exército, na Esplanada, junto com a Maninha. Descemos da viatura no canto do estacionamento do prédio. Foi quando, andando junto com Maninha, eu falei no ouvido dela que falasse para o Hélio Doyle que não havia nada sobre ele. Eu assustei quando passei pela Maninha, pois em seguida os policiais mandaram eu ir andando na frente e ficaram com a Maninha para trás. Andei uma distância era de uns cinco ou seis metros, veio a vontade de fugir, estava desalgemado, mas pensei rápido: Eles pensam que vou fugir ou vão me matar. Aqui em Brasília eu desapareceria fácil. Diriam que tentei fugir ou reagi e usariam a Maninha como testemunha ou me usariam para pegar mais gente. Então pensei este negócio está errado, voltei e fiquei ao lado deles junto com a Maninha. Aí eles me ameaçaram dizendo que eu tinha apanhado pouco em Salvador na Bahia e que ali no Ministério do Exército eu ia ver. Ia tomar um pau danado e que vários já tinham sido torturados ali. Afirmaram que eu ia ser torturado ali. Os que estavam presos também diziam que tinham sido torturados ali no Ministério do Exército se não me engano no segundo ou primeiro andar. Lá tinha sala de torturas e lá nos encontramos, eu, Maninha, Hélio Doyle e Paulo Fonteles. Até hoje não entendi e não sei o que queriam comigo ali. Já tinham me levado sozinho ao Ministério do Exército, onde me mostraram salas de torturas. Não conhecia ninguém ali, não houve depoimentos e nem fui acareado com ninguém. Do Ministério do Exército fomos levados de volta ao PIC. Lá nos colocaram em celas coletivas e foi aí que começou a greve de fome para uma coisa simples, parar de torturar presos no PIC. Além de serem torturadas as pessoas eram obrigadas a assistir as torturas de outros. Meu tio foi me visitar no PIC, era amigo do delegado da Polícia Civil que o levou para me visitar. Este delegado investigava na época o crime da menina Ana Lídia que envolvia o filho do Ministro Busaid. Disseram para ele que eu estava comandando a greve de fome e que a preocupação deles era a guerrilha do Araguaia. Fiquei preso no PIC vinte dias e dois dias após início da greve de fome me levaram de volta para a Bahia num avião comum com dois agentes acompanhantes. Não estava mais no PIC quando chegou o pessoal do Araguaia. Levaram-me de volta para a Bahia, no Quartel de Amaralina onde fiquei preso sem mandado de prisão por sete meses. Major José Leopoldino da Silva me torturava, depois me mandava sozinho pelos fundos do Quartel, para a praia para tomar sol. Acompanhado de um soldado passava pela cerca de arame farpado dava para a praia. Eu voltava para dentro do quartel, pois me indagava o que era aquilo. Depois de uma noite de torturas me mandava no dia seguinte tomar sol? Eles queriam era me matar ou que eu fugisse para eles reagirem, pensava. A única informação sobre mim que eles tinham era do cara que me citou. Eu estava ali sozinho preso, sem mandado de prisão, alheio e sem formalização nenhuma de prisão.

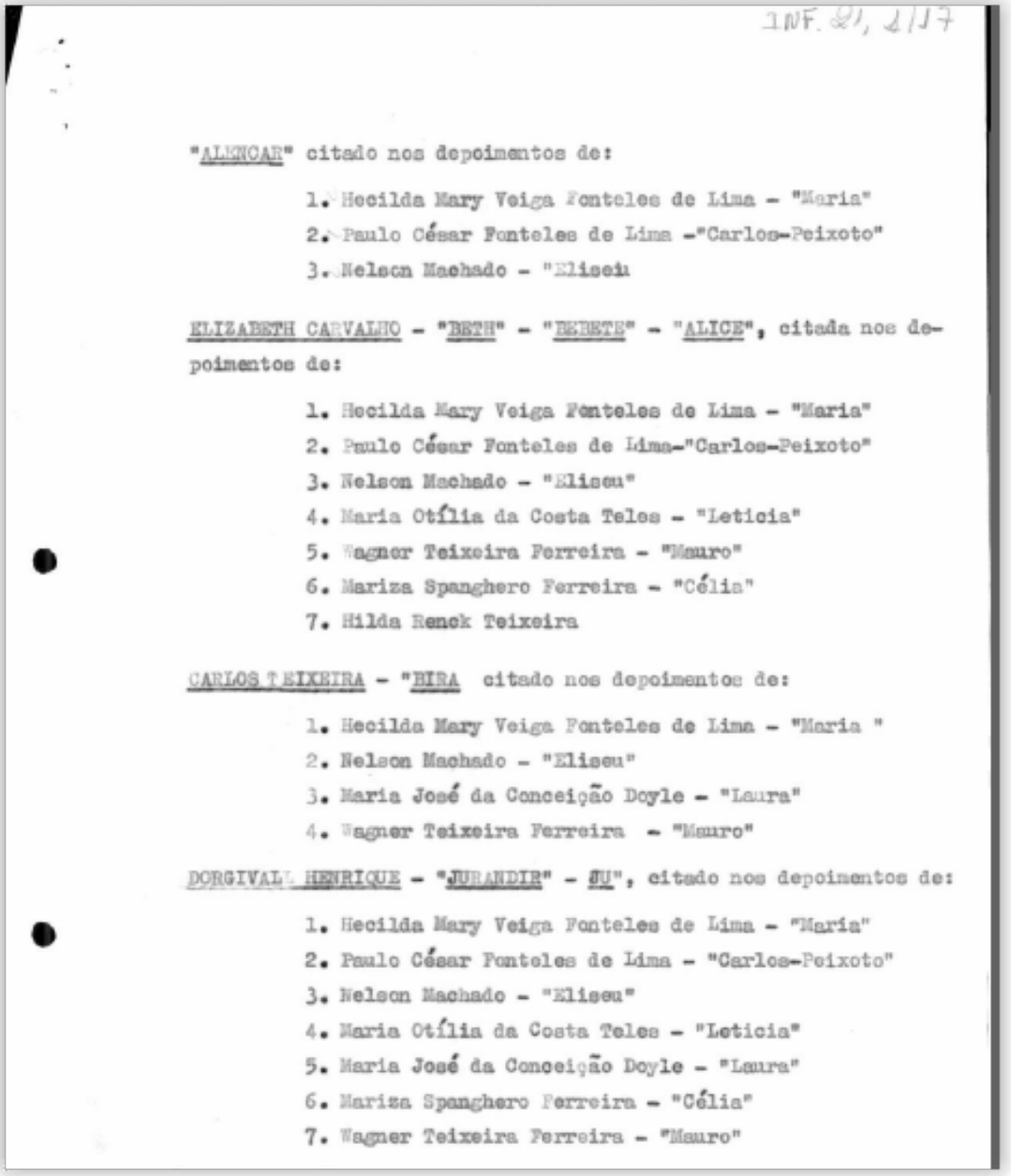
Até me propuseram ir para Salvador para estudar. Como? Naquela situação? Será que queriam pegar mais gente? Fiquei preso no Quartel por sete meses. Após este período chegou o mandado de prisão e de lá me levaram para o presídio."

Quanto às torturas, o jornalista Ari Cunha noticiou no Correio Braziliense a tortura a Hecilda Mary Veiga Fonteles no dia 05 de março de 1972.[134] Nessa pasta um dossiê do SNI, José Luís Clerot é citado como advogado de Hecilda. Devido às denúncias públicas, um inquérito foi instaurado. Assim, nese documento consta um interrogatório com a Hecilda e presença de Clerot a 02 de março de 1972, na Sala de Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar. Ali Hecilda declarou que foi detida a 6 de outubro de 1971, quando estava grávida de 5 meses, sendo levada para a Polícia Federal. Deusdeth, e isso Hecilda declarou diante das autoridades militares, disse-lhe que "filho dessa raça não devia nascer." Hecilda dava o nome ainda de outro torturador, o "comissário Monteiro". Deusdeth disse, ainda, em tom de galhofa, que era da GESTAPO, fazendo referência irônica à Polícia Nazista. Da Polícia Federal, Hecilda foi levada ao PIC, onde música era tocada em altíssimo volume, mas mesmo assim se ouviam gritos durante a madrugada. Segundo esse depoimento, Hecilda foi levada ao sótão do PIC, onde ouviu a voz do marido, Paulo Fonteles, na sala ao lado. Na segunda feira, foi levada ao CODI com o marido – onde foi ameaçada e esbofeteada pelo "Dr. Cláudio" – que a ameaçou ainda que a levaria ao Rio de Janeiro, onde ela e Paulo passariam por uma lavagem cerebral. A ameaça foi realizada, e os dois foram para o Rio de Janeiro, para o "laboratório do Dr Claudio". Ali, entre outras violências, Hecilda ouviu uma gravação com a voz do marido completamente dopado. No dia 14 de dezembro de 1971 voltou para Brasília, num avião comercial. Deu à luz a 20 de fevereiro de 1972 no Hospital da Guarnição de Brasília, da marinha. Na defesa de Hecilda, Clerot alertou as autoridades que houve torturas durante o processo e que as provas contra eles eram insuficientes.

Informação produzida dessa forma, com torturas violentas, fazia parte do acervo da UnB. Como podemos ver nesse extrato:[135]

134 A0456354-1972. SNIG. Ari Cunha.

135 BR NA BSB AA1 INF 021. "Citados em depoimentos com seus codinomes".



INF. 81, 4/17

"ALENCAR" citado nos depoimentos de:

1. Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima - "Maria"
2. Paulo César Fonteles de Lima -"Carlos-Peixoto"
3. Nelson Machado - "Eliseu"

ELIZABETH CARVALHO - "BETH" - "BEBETE" - "ALICE", citada nos depoimentos de:

1. Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima - "Maria"
2. Paulo César Fonteles de Lima-"Carlos-Peixoto"
3. Nelson Machado - "Eliseu"
4. Maria Otília da Costa Teles - "Leticia"
5. Wagner Teixeira Ferreira - "Mauro"
6. Mariza Spanghero Ferreira - "Célia"
7. Hilda Renck Teixeira

CARLOS TEIXEIRA - "BIRA citado nos depoimentos de:

1. Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima - "Maria "
2. Nelson Machado - "Eliseu"
3. Maria José da Conceição Doyle - "Laura"
4. Wagner Teixeira Ferreira - "Mauro"

DORGIVAL HENRIQUE - "JURANDIR" - "JU", citado nos depoimentos de:

1. Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima - "Maria"
2. Paulo César Fonteles de Lima - "Carlos-Peixoto"
3. Nelson Machado - "Eliseu"
4. Maria Otília da Costa Teles - "Leticia"
5. Maria José da Conceição Doyle - "Laura"
6. Mariza Spanghero Ferreira - "Célia"
7. Wagner Teixeira Ferreira - "Mauro"

Circulando, com intimidade e troca de informações constantes, entre os agentes da repressão em sua face mais violenta. Cientes, nem que fosse pelos panfletos apreendidos, das denúncias sobre as violências cometidas em tais "depoimentos" – é crível que as autoridades mais altas da Universidade de Brasília não soubessem do que estava envolvido nas informações que recebiam e enviavam?

De todo modo, elas não hesitavam em usar as informações, quando se tratava de punir estudantes. Assim, em 7 de junho de 1972, Joselito Eduardo Sampaio, chefe da ASI/UnB, enviava à Diretoria de Assuntos Educacionais a notificação de que Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, Paulo César Fonteles de Lima, Wagner Teixeira Ferreira e Dorgival Henrique tinham sido excluídos da UnB, com base em processo sumário de acordo com o decreto-lei 477.[136]

Mais algumas palavras sobre as torturas

É importante observar, sobre a relação entre os diversos tipos de violência ditatorial que os aparatos de "inteligência" buscavam, basicamente, mapear redes de "subversivos". Tendo isso em vista, a lógica da repressão deve ser pensada em conjunto. A tortura, ao que parece, tinha pelo menos dois objetivos: consolidar os mapeamentos da resistência contra a ditadura e, talvez o mais importante, destruir as redes ao dilacerar física e emocionalmente os militantes. Abordagem similar é válida para violências ditas menores, como detenções e espancamentos. Felipe Lindoso, em depoimento prestado a 17 de outubro de 2014, uma das vítimas de tortura, comentou que um dos efeitos mais perversos desse tipo de violência é a dissociação entre mente e corpo. Noções relativas às condições consideradas normais e cotidianas sobre a subjetividade,

136 BR DF ANBSB AA1 0 ROS 141.

como consciência, responsabilidade, personalidade, são inaplicáveis ao torturado.

Maria Nazareth Pedrosa, professora da UnB e militante da Ação Popular, prestou-nos um depoimento. Como professora universitária, no começo dos anos 1970, suas ações não se davam na política do *campus*. Ela se envolvia com propostas que nem mesmo chegaram a se concretizar, como a organização dos camponeses em Goiás. Maria Nazareth Pedrosa relatou que, quando estava grávida do terceiro filho, em agosto de 1971, foi sequestrada por gentes do exército. O interventor no cargo de vice-reitor, Azevedo passou seu endereço aos agentes, sugerindo-lhes a estratégia de não a prender na universidade. Nazareth foi capturada Colina, onde morava. Foi, então, levada para o PIC do Batalhão da Polícia do Exército. O tratamento era agressivo e ameaçador, desde a ação de sequestro. Permaneceu incomunicável por uma semana. Nazareth disse que então já tinha ouvido falar muito sobre as torturas e sabia que sua gravidez não seria respeitada.

Segundo Maria Nazareth Pedrosa, a privação de liberdade e a incomunicabilidade em si já eram formas de tortura. Os interrogatórios, em seu caso, foram no próprio PIC. Encapuzada, ela apenas sentia que havia muitas pessoas na sala. Com o tempo, passou a se dar conta que no canto esquerdo da sala estavam as engrenagens usadas para tortura. Concluiu que quem comandava era o Antonio Bandeira, comandante militar do planalto. Os interrogadores estavam convencidos de que o mestrado, que ela concluíra no Rio Grande do Sul, tinha sido mero pretexto para a "subversão". Também, que ela era dirigente da Ação Popular, o que não era verdade. Ameaçavam-na com barulhos de choque em preparo e beliscões, mas o choque não vinha. De seu grupo de convívio no PIC, Maria Nazareth relatou que escapou do pau-de-arara e do choque elétrico. Porém, num dos interrogatórios, ela entrou na sala e passou a tatear à procura da cadeira, mas a sala estava vazia e os agentes diziam em tom de insulto: "a professora hoje vai para o pau-de-arara". Em outro dia, os agentes colocaram em seus ouvidos fones de onde vinham gritos de terror, apitos, sons insuportáveis. Havia, ainda, constantes ameaças de espancamentos e insinuações de violência sexual.

Em texto de 1978, Paulo Fonteles já denunciava o PIC como palco de torturas. Citamos aqui uma passagem de seu texto[137] porque ele dá uma ideia mais concreta quanto ao tipo de tortura que acontecia no PIC:

"O PIC é o inferno. Nele, conheci logo a "salinha" sala de estar dos sargentos, onde eram promovidas as torturas a todos que eram presos no PIC. Sem que me fizessem uma só pergunta, "só para arrepiar", na gíria dos torturadores, experimentei na carne toda a selvageria do aparelho de repressão montado desde 1964. Inicialmente um brutal espancamento, murros, telefones, tapas, chutes no estômago, cacetadas nos joelhos e nos cotovelos, pisões nos rins. Depois, apesar de meu esforço para resistir, tiraram-me as roupas, deixando-me completamente nu, amarraram-me no pau-de-arara, e passaram a me aplicar choques elétricos, com descargas de 140 volts, na cabeça, nos órgãos genitais, na língua. Depois de muito tempo é que começaram as perguntas. Como eu não lhes respondia, a "sessão" durou até alta madrugada, quando, já bastante machucado, fui arrastado e atirado dentro de uma cela. Entre outros, participaram dessa primeira sessão o delegado Deusdeth, da PF, o sargento Ribeiro, o sargento Vasconcelos, o sargento Arthur, cabo Torrezan, cabo Jamiro, soldado Ismael, soldado Almir, todos esses do Exército. O dia 7, quinta-feira, ainda não amanhecera, quando o sargento Vasconcelos, elemento bestial, despudorado homossexual que se aprazia em ofender as companheiras presas, veio dizer que o da

137 http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com/2011/11/tortura-paulo-fonteles.html

noite “fora só um aperitivo”. Que agora era que o pau ia cantar mesmo. Cedo, um destacado elemento da tortura do PIC, o cabo Martins, foi me buscar na cela, Colocou-me um negro capuz e levou-me para a “salinha”. Durante quase três dias seguidos, quase sem interrupções, fui submetido às mais diversas formas de violências físicas que se possa conceber. Nu, pendurado pelos pulsos e tornozelos no pau-de-arara (uma barra de ferro, sobre dois cavaletes, onde o preso fica dependurado, assim como se fosse um porco que vai ao mercado), recebendo espancamentos generalizados, choques elétricos, afogamentos.” Por fim, retomemos o já citado texto de Paulo Fonteles, que também afirmou ter sido torturado em plena Esplanada dos Ministérios:

Na segunda-feira (dia 9 de outubro), tiraram-me da cela e arrastaram-me a uma espécie de posto de recepção. Lá, pela segunda vez, vi minha mulher. A primeira fora através de um ardil. Na própria quinta-feira, em meio às torturas, disse-lhes que confessaria tudo se me permitissem ver minha mulher. Eles então me desamarraram do pau-de-arara, e conduziram-me a uma sala por onde, através de um vidro pude reconhecê-la e confirmar sua prisão. Mas como na verdade não tive nada para confessar, não o fiz, enraivecendo-os mais ainda. Agora a Hecilda estava bem próxima muito pálida quase sem cor. Parecia que ia desmaiar a qualquer momento. Levantei o polegar direito querendo dizer que tudo estava bem. No carro, balbuciei-lhe duas palavras de conforto. Meus olhos estavam firmes. Ela fez que sim com a cabeça. Também estava firme.

Do PIC fomos levados para o Ministério do Exército. Entramos no Ministério pela garagem. Subimos por uma escada de madeira até o 2.° andar, onde o DOI-CODI tinha um conjunto de salas. Acho que foi uma ousadia enorme dos torturadores nos torturarem no próprio Ministério. Passamos aí à fase dos interrogatórios. Reafirmávamos a nossa condição de estudantes e de não comprometer ninguém, qualquer que fosse a acusação que fizessem contra nós.

Apesar de durante quase toda a semana sermos levados diariamente do PIC para o Ministério, este foi até um período de recuperação, posto que não havia a selvageria precedente. Inclusive o major Paulo Horta, encarregado do inquérito, respeitou-nos a integridade física. Mostrava-se muito contrariado com a situação e várias vezes tentou manter comigo uma conversa amistosa, confidenciando-me que tinha um filho da mesma idade minha, 22 anos. Na sexta-feira assinamos um depoimento onde negávamos as acusações que nos faziam. Parecia que a fase mais difícil havia passado... E era apenas o começo. Na segunda-feira seguinte (16 de outubro), separadamente, novamente fomos levados ao Ministério do Exército. Lá chegando, soubemos que o general Antônio Bandeira, comandante da Brigada da P.E. de Brasília, estava descontente com os resultados do inquérito chefiado pelo major Paulo Horta, ordenando que o caso fosse reaberto. Isto é, mandava torturar-nos novamente. E novamente uma longa noite de terror se fez presente. Dela participaram como mandantes o próprio general Antônio Bandeira, o major Andrade Neto, coronel Azambuja, capitão Magalhães, capitão Menezes, e, especialmente vindo do Rio de Janeiro um torturador chamado Dr. Claudio, tido como especialista em Ação Popular, organização política clandestina à qual acusavam-nos de pertencer.

Durante cinco dias fui novamente submetido a um infernal processo de tortura. Dentro do próprio Ministério do Exército. Desta vez não mais para o pau-de-arara, o afogamento, o choque elétrico, que estes não haviam dado resultado. O que eles pretendiam era minar nossa coragem, nossa disposição de resistir, nossa dignidade. Tudo fizeram: insultavam-nos de pai e mãe desnaturados, que estávamos matando a criança que Hecilda trazia no ventre. Que eu devia pensar na minha mulher, no que ela estava passando. Mostravam-nos telegramas de Belém (falsos, é claro), segundo os quais o pai de Hecilda estava morto e o meu enfartado, à morte por saberem de nossas prisões. E durante cinco dias não houve um único momento de descanso. Não deixavam que nós dormíssemos, através de

interrogatórios contínuos. Um atrás do outro, em revezamento de hora em hora, mais de uma centena de torturadores nos inquiriam. Obrigavam-me a ficar horas e horas me arrastando em círculos numa pequena sala, quando não obrigado a fazer movimentos com a cabeça de um lado para o outro. Qualquer momento de paralização era respondido com socos e espancamentos. Através de um vidro, mostravam-me a Hecilda apanhando no rosto e nas pernas, grávida de cinco meses. Nos últimos dois dias os interrogatórios eram feitos com um grande holofote de luz azul, muito intensa, que me cegava. Desmaiei várias vezes, mas sempre que isso acontecia eles me levantavam com amoníaco. Finalmente, na sexta-feira, caí e não me levantei mais. Disseram-me depois que fui levado para uma enfermaria e medicado. Voltei a mim no domingo de tarde dentro de uma cela do PIC.

O impasse estava criado. Eles já tinham esgotado os meios de tortura que era possível nos inflingir em Brasília. E continuávamos afirmando que éramos estudantes que repudiávamos qualquer acusação de terroristas, que não iríamos comprometer ninguém."[138]

1973-1974: "Where have all the flowers gone?" Uma onda repressiva em torno de repúblicas e seus moradores

Em 10 de setembro de 1973, o Comando Militar do Planalto fazia circular um relatório com o título de "Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília".[139] Com difusão a diversos órgãos de repressão e informação, uma cópia do documento também estava guardada na Reitoria da UnB. O relatório foi assinado pelo general Olavo Viana Moog, sobre quem lemos no relatório da Comissão Nacional da Verdade:

"General de divisão. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) em 1964 e 1965. Em 1971, assumiu o Comando Militar do Planalto e a 11a Região Militar, onde permaneceu até 1974. No exercício dessa última função, esteve diretamente envolvido na repressão à Guerrilha do Araguaia, sendo o responsável pelo comando das operações realizadas entre julho e setembro de 1972 e, ainda, da Operação Papagaio, levada a cabo entre setembro e outubro de 1972. Nesse período, treze pessoas tornaram-se vítimas de desaparecimento forçado, das quais três já tiveram seus locais de sepultamento identificados."

Segundo o documento, no dia 15 de junho de 1973, Regina Célia Peixoto Bittencourt foi presa, no apartamento em que morava, pelo Departamento de Polícia Federal. Realizada uma diligência, teria sido encontrado em seu apartamento "material subversivo" – como veremos adiante, livros e revistas – que teria sido enviado da Suécia por Marcos Santilli, filho do deputado Santilli Sobrinho, a Regina. Por estarem no local, também foram presos Francisco Carlos Moss e Roberto David de Sanson Neto. Os agentes ficaram no mesmo apartamento em atitude de espera e prenderam Luiz Carlos Machado e Paulo Roberto Fonseca. Como Francisco Carlos Moss morava em outra república, os moradores dessa também foram presos – também por alguns dos moradores serem acusados pelo DOI-CODI/CMP 11ª RM de fazerem parte de um "grupo de Caratinga", formado por "subversivos". No endereço, foi apreendida "grande quantidade de literatura marxista." Além disso, ali residia José Aurelio de Oliveira Michilles que tinha sido preso pela 6ª Zona Aérea por viajar em avião da FAB com material apreendido.

As prisões então seguiriam nessa escala intensa. Segundo o relatório, depois de entendimentos com o "Sr Gen Chefe/DPF" o CODI/CMP 11ª RM passou a coordenar as ações. Maurício dos Santos Pollari, Carlos José de Oliveira Michiles, Ilton Paula Guimarães de Oliveira, Maria Auxiliadora de Medeiros Valle e Maria de Fátima Medeiros Valle foram detidos. Tendo

138 http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com/2011/11/tortura-paulo-fonteles.html

139 BR DF ANBSB AA1 0 ROS0033.

em vista o tal "grupo de Caratinga" moradores de outra república também foram detidos: Romário César Schettino, Valtair Antônio de Almeida, Miriam Martins Macedo, Marisa Martins Macedo, Zuleika Maria de Souza Porto e Maria das Graças de Sena. Por ter "sido citado como membro do grupo de Caratinga" Antônio Correia Pinheiro, Toninho, foi preso. José Souza de Neto foi autuado e preso pelo CODI. João Bosco Mendonça foi a uma das repúblicas que estava sendo vistoriada e, por isso, foi preso. Segundo o documento, mais 12 pessoas foram presas. De acordo com depoimentos que citaremos, provavelmente houve ainda mais prisões.

O relatório passa a apresentar fichas individuais de alguns dos presos, situando-os nas habituais e vagas categorizações de "subversivos". Proximidade com alguém que tivesse tido alguma militância, participação de grupos de discussão, teatro, literatura de cordel – os indícios são variados e aleatórios. Considerações de teor moralista sobre a vida nas repúblicas são elencadas, para compor um quadro de suposta "degeneração moral" que conduziria à "subversão política". "Tendências esquerdistas" incertas eram atribuídos mesmo a quem se declarava "alienado". Moradores de repúblicas eram "simpatizantes de ideias vermelhas". Entre os livros apreendidos, Sartre, Marx e números da revista Rolling Stones. Um dos presos era amigo de infância de pessoas de Caratinga que tinham sido presas e torturadas pouco tempo antes, como Miriam Leitão e outros, sendo esse o motivo alegado para sua detenção.

Muitos desses jovens presos eram estudantes da UnB. Por isso, o relatório fazia uma análise sobre a Universidade. A professora Barbara Freitag era citada como uma que pedia aos alunos que fizessem trabalhos sobre temas como o Manifesto Comunista de Karl Marx. E isso, de algum modo, caracterizava uma doutrinação subversiva. Caio Prado Júnior também tinha sido lido, o que também seria usado como elemento de suspeição. Outra pessoa tinha passado uma semana estudando dialética. Alguns tinham participado da redação e distribuição do Jornal Tribo – um jornal alternativo, de poucos números, publicado em 1972, abordando temas como a música de Gilberto Gil, a cultura hippie, e o grupo Novos Baianos.[140]

Um quadro apresentava no relatório: de 33 presos, 29 eram "subversivos", sendo 22 estudantes da UnB. 271 livros foram apreendidos nas repúblicas, 96 de autores de esquerda brasileiros e 62 de "esquerdistas" estrangeiros. Então, a pergunta feita no relatório era sobre o que se passava na UnB, uma vez que muitos presos "após dez anos da Revolução de 64, consideram-se como vivendo numa ditadura." A universidade era, novamente, enquadrada como ambiente de "subversão." A "corrupção de costumes" e as leituras de livros perigosos eram, de acordo com o relatório, novas armas do comunismo internacional, uma vez que as organizações de esquerda vinham sendo desmanteladas. A universidade parecia calma, advertia o relatório, mas vivia em plena ebulição de ideias contestadoras, sobretudo nos cursos de ciências sociais.

Nesse episódio, é impressionante a dimensão dos acontecimentos, a quantidade de prisões. Como veremos, também houve casos de tortura. Muitos dos presos abandonaram a UnB e mesmo o Distrito Federal. A Comissão Anísio Teixeira reuniu relatos de que alguns dos sobreviventes ficaram profundamente traumatizados.

Em depoimento prestado a 26 de junho de 2014, Marcos Santilli relatou à Comissão Anísio Teixeira que chegou a Brasília em 1968. Junto com seu pai, o deputado do MDB-SP Santilli Sobrinho, Marcos foi espancado por policiais no dia 29 de agosto, quando da invasão policial-militar terrorista ao *campus*. O que é bem documentado em jornais da época. Marcos Santilli saiu da UnB, por vontade própria, em 1972. Tinha o objetivo de

140 Antonio de Pádua Gurgel. *Jornal da década de 70.* Vitória: Pro Texto, 2011.

trabalhar com fotografia e viajar pelo mundo. No verão de 1973, ele foi visitar a irmã na Suécia. Antes, passou em Paris onde comprou livros e jornais que mandou, por correio, para Regina Bittencourt. Segundo Marcos, pelo menos dois dos presos foram torturados, além dos casos aqui explicitamente citados,[141] estavam entre os que foram mais barbaramente torturados. Quando estava na Europa, ele soube do que tinha acontecido e foi aconselhado pelo pai a não voltar ao Brasil. Por isso passou mais um ano viajando, numa espécie de exílio.

Romário Schettino contou sua história em audiência pública da Comissão Anísio Teixeira, a 21 de março de 2013 na qual afirmou que, ao ser preso em 1973, chegou a ser levado, encapuzado, para um lugar que reconheceu como sede de algum ministério da Esplanada, por ter entrevisto as conhecidas persianas verdes. Ali Romário foi torturado. Passou quase um mês preso no PIC, onde também foi torturado. Os interrogadores tinham informações extremamente detalhadas sobre seu cotidiano, dentro e fora da universidade. Como exemplo, recorda-se que uma vez lhe perguntaram o que ele estava escrevendo no caderno de um amigo em determinado dia. Sua prisão foi provocada pela onda repressiva sobre as repúblicas e por ser de Caratinga, de onde mantinha amizades com pessoas ligadas a organizações políticas. Depois de solto, Romário foi aconselhado a sair de Brasília, por um coronel, de quem ele não sabe o nome, que "visitaria" a república em que ele morava.

Relato tão forte quanto o de Romário Schettino e também com indícios de que alguma sede de ministério, em plena Esplanada, abrigou um centro de tortura, é o de Alexandre Ribondi.[142] Da notícia de seu depoimento, destacamos:

"Ribondi perdeu a noção do tempo. Ele acredita ter ficado nas mãos dos policiais por cinco dias, mas não sabe ao certo quão longo foi o período que passou no local, também incerto. Lembra-se do chão, forrado com páginas de jornal e de uma rampa. Além disso, ele sabia que se tratava de um salão espaçoso e ouvia o badalar de um sino com frequência. Para chegar ao banheiro, os policiais faziam com que ele se abaixasse, desse voltas, desviasse de objetos diferentes a cada vez. No teatro, os atores fazem exercício semelhante e por isso ele entendeu ser um jogo. O banheiro era o único local em que Ribondi podia tirar o capuz. Logo, foi apelidado de "o mijão". Em uma das idas ao sanitário, o policial entrou com ele na cabine e fez insinuações de conotação sexual.

"Fui muito torturado. Choque, soco na barriga, varetadas na canela, insultos, tortura psicológica. O tempo todo de capuz. Não podíamos deitar. Eles não nos deixavam dormir. Nos interrogatórios, preocupavam-se em saber quem fazia trabalhos clandestinos, quem fumava maconha e quem era homossexual. Fizeram roleta russa comigo", afirma o ex-aluno da UnB, que nunca teve uma acusação formal que justificasse a sua prisão. Ribondi muda o tom de voz ao descrever os choques elétricos. A fala inconstante, de rápida a lenta, baixa e a alta, imita o som que ouvia. "O choque. O choque faz um barulho muito curioso de bolas de gude correndo dentro de uma caixa. E aí vem o choque. E aí você dá um grito. Faziam as perguntas e ficavam te perguntando e perguntavam outra vez e perguntavam outra vez e aí de novo o choque." Nas celas, era comum entrar algum policial e estrangular alguém ou distribuir socos sem motivos. Por fim, libertaram-no onde hoje é o estacionamento do Conjunto Nacional. "Na hora, o cara tirou o meu capuz e disse: 'não abra o olho, conte até 100'. Voltou, colocou a mão no meu ombro e disse: 'mande um abraço para o seu irmão. Gosto muito dele' e, então, ouvi passos de quem estava correndo. Olhei e vi uma pessoa toda de branco, inclusive os sapatos", relembra. Meses depois, acompanhou o irmão ao banco. Ouviu alguém conversando com ele e reconheceu a voz. "Eu me

141 Em respeito à privacidade das pessoas que não prestaram depoimento à Comissão Anísio Teixeira, seus nomes não serão declinados.

142 http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=95877

virei e nós nos assustamos. Mas não comentei com o Paulo de Tarso", disse."

Aurélio Michilles também concedeu um depoimento à Comissão Anísio Teixeira. Ele relatou, em depoimento a 15 de março de 2015, que havia, nas repúblicas citadas e em outros espaços de convivência da época, uma vida intensa, voltada para a produção cultural, artística, onde livros eram discutidos. Não se tratava de militância política no sentido das organizações de resistência, mas de luta contra a ditadura a partir de atitudes e comportamentos libertários. Uma resistência política que passava pela sociabilidade, pela cultura e por busca de conhecimentos considerados alternativos. Com a dificuldade enfrentada de manter o jornal Tribo e no ambiente de asfixia que se vivia em Brasília, Aurélio decidiu fazer uma viagem pela América do Sul, voltando ao Brasil pelo norte, por Manaus, terra de sua família. Quando vinha de Manaus para Brasília, Aurélio foi preso pela Aeronáutica. Sua detenção teve aspectos de sequestro, como era prática na ditadura: Michilles foi detido de surpresa e encapuzado – o que tinha o objetivo de atemorizar os presos. Disse que, em comparação com o martírio sofrido por outros presos políticos, não sofreu tanto, mas foi espancado, interrogado insistentemente e ameaçado de morte. Seu interrogador lhe apresentava um organograma que apresentava uma estrutura organizacional esotérica, ramificada em inúmeros e intrincados ramos "subversivos". Aurélio foi solto e decidiu então passar pela república onde morava para avisar seus amigos sobre o perigo que corriam. Então ele saiu de Brasília – e depois soube que muitas prisões tinham ocorrido, com muitos casos de torturas sistemáticas e bárbaras. Enquanto se recuperava, Aurélio passou um bom tempo escondido, com medo de ser preso novamente.

Zuleika Porto, também citada no relatório, disse à Comissão Anísio Teixeira, em depoimento em 18 de junho de 2014, contou que ficou presa por quase um mês no PIC. Sendo dali levada, constantemente, para interrogatório em sede de algum ministério. Zuleika confirmou que Romário Schettino foi violentamente torturado. Ela mesma, segundo seu depoimento não foi torturada. A não ser por ameaças constantes e pelo ambiente de terror do PIC. Zuleika disse ter descoberto que seus amigos também estavam presos quando, num domingo, alguém começou a cantar a música "Where have all the flowers gone", que era muito escutada na república em que morava. O canto, porém, foi bruscamente interrompido por pontapés numa cela ao lado da de Zuleika Porto. Às vésperas de ser solta, Zuleika foi a novo interrogatório, onde o militar responsável lhe disse: "quer dizer então que tudo isso foi por nada"?

A fabricação do inimigo

O relatório citado no início deste capítulo, sugere assuntos delicados, em se tratando do moralismo que ainda permeia nossa sociedade: a questão sexual e a questão dos tóxicos. Neste caso, porém, esses temas exigem uma reflexão mais ampla, que leve em consideração a rede repressiva da ditadura, que produzia, perseguia e dilacerava seus "inimigos". Em inúmeros documentos do período, vê-se que concepções sobre "corrupção moral" eram utilizadas para compor o quadro político da "subversão". A divisão consagrada pela historiografia entre engajados e "desbundados" é por demais simplista.

No documento do Comando Militar do Planalto em pauta, é citada inclusive uma suposta orientação cubana sobre o uso da maconha como forma de fazer a revolução: "apoiar resolutamente a campanha a favor do viciado em drogas, baseando-se no princípio do respeito aos direitos individuais." Por mais inacreditável que seja a hipótese de alguém ter levado a sério esse tipo de falsificação grosseira, ela não estava isolada. Outro exemplo no mesmo sentido é um livro indicado como leitura básica de um curso de formação para agentes da DSI/MEC – devidamente resumido e encaminhado para a ASI/UnB: J. Bernard Hutton, *Os*

subversivos.[143] Esse livro, cujo exemplar encontrado na biblioteca central da UnB foi doado pelo próprio interventor no cargo de vice-Reitor Azevedo, trazia, entre outras não menos fantásticas a de que "hippies e beatniks" eram instrumento do "complô comunista internacional" e também de que as drogas se disseminavam no ocidente por conta do tal complô comunista.

Na revista *Defesa Nacional* ficamos sabendo, em artigo de autoria do Tenente Coronel Filadelfo Reis Damasceno, que em 1973 ele participou de um curso na Polícia Federal, promovido por técnicos dos Estados Unidos.[144] É sabido que, naqueles anos, Nixon declarava a "guerra às drogas". É possível, portanto, que diretrizes disparatadas como as citadas acima tivessem alguma ressonância em amplas políticas de segurança. E é importante lembrar que pessoas foram presas e torturadas por esse tipo de concepção.

Também ressalta do documento citado a questão do moralismo sexual. Moradores das repúblicas são categorizados em quadro específico sobre o tema. Como se poderia esperar, a "imoralidade" no caso dos homens seria a homossexualidade e, no caso de mulheres, a "promiscuidade". Em pauta, a ideia de um modelo de família como base de uma sociedade supostamente saudável. Mesmo que tal ideologia familiar não fosse praticada por muitos dos agentes da repressão, o que importa no caso é que ela era utilizada para sustentar e mesmo, nos moldes do pensamento ditatorial, "justificar" prisões arbitrárias e torturas sistemáticas.

Mas isso também não era novidade. No capítulo sobre o ano de 1968, reproduzimos uma notícia de O Globo, em setembro daquele ano, que descrevia a UnB como ambiente de "orgias" e "subversão". Isso, vale lembrar, exatamente no momento em que muitos estudantes estavam presos. E em que, como vimos no relato de Claudio Almeida, Honestino era torturado. Um quadro do jornal dizia que uma estudante da UnB tinha sido estuprada. O caso foi comentado no depoimento de Maria José da Conceição, Maninha, à Comissão Anísio Teixeira. Nesse dia, ela mesma trouxe à tona o assunto, dizendo que o tal estupro nunca tinha acontecido. Mais ainda, que houve algum tipo de armação, talvez até envolvendo a Reitoria, no sentido de se criar um escândalo. O objetivo era compor, com essa notícia, o quadro da depravação moral da universidade. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, Maninha era vítima de uma forma estranha de difamação. Não que ser vítima de estupro seja "difamante". Mas a falsa notícia, que inclusive consta em seus prontuários do SNI, sim.

Ao mesmo tempo, torturadores da ditadura estupravam em quartéis, presídios, delegacias. Nesse caso, contavam com o beneplácito e a cumplicidade das autoridades.

Professor atingido pelo Decreto-Lei 477

A 18 de abril de 2015, o arquiteto e professor Frank Svensson prestou depoimento à Comissão Anísio Teixeira. Militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o professor é o único caso, ao menos do que consta nos registros pesquisados, de docente demitido da UnB com recurso ao decreto-lei 477. Segundo seu relato, inclusive por orientação partidária, Frank Svensson evitava atividades políticas no âmbito universitário. Por outro lado, como consta em documento guardado pela ASI/UnB, o professor foi indiciado num relatório de IPM sobre o PCB, datado de 14 de dezembro de 1972 – decorrente de prisões de militantes do partido nas cidades de Goiânia e Anápolis. Devido a esse indiciamento, contra o professor foi instaurado um processo sumário "para apurar as atividades

143 BR DF ANBSB AA1 0 LGS 008.

144 , em "Maconha, o perigo minimizado" da revista *Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, no 63, n. 667, mai/jun 1976, p. 61-71.

do clandestino Partido Comunista Brasileiro. Já sabendo de antemão das prisões e do indiciamento no IPM, Frank Svensson saiu do Brasil em dezembro de 1972.

1974. Mais um caso intrigante.

Rogério Dias, estudante da UnB que já tinha sido preso em 1969, acusado de pertencer à chamada "Ala Marighela", tinha retornado à universidade, ao curso de economia. Em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira, em 22 de março de 2013, ele nos relatou que, em 1974, foi sequestrado por agentes policiais em seu apartamento. Ele não se lembrava ao certo da data, mas se recordava que ela coincidia com a posse de Ernesto Geisel.

De fato, houve, a cargo do Exército, uma "operação Abas", durante a qual Rogério foi preso.[145] A tese envolvida nessa operação era a de que a ALN estava sendo reorganizada. Rogério era acusado de manter contatos com Ricardo Alberto Aguado Gomes, Miguel Cunha Filho e José Carlos Vidal, "elementos de passado esquerdista". Então, "devido à proximidade da solenidade de posse do novo Governo Revolucionário, tornou conveniente a prisão de alguns elementos, como medida preventiva e, ao mesmo tempo, esclarecedora das atividades subversivas em curso em Brasília."

De acordo com o documento citado, Rogério Dias ficou preso de 11 a 19 de março de 1974. Para sua surpresa (ele não conhecia esse documento, que lhe foi mostrado no depoimento), ali ele era apresentado como um doutrinador na Universidade de Brasília, cujo trabalho vinha sendo "facilitado" por professores de Economia e Sociologia. A finalidade de tal "doutrinação", segundo o documento, era arregimentar novos quadros para a "subversão". Rogério Dias relatou que, naqueles anos, frequentava as aulas da UnB, atuava como monitor e gostava de discutir temas políticos. Além disso, lia e ajudava na distribuição do que restara de jornais ligados a organizações de resistência contra a ditadura.

Ele disse que foi torturado em alguma sede de ministério. Isso, porque ele já tinha trabalhado na esplanada e reconheceu o tipo de piso. Num determinado dia, Rogério foi levado a outro lugar, que supõe ser um apartamento residencial, porque, mesmo algemado numa cama, ouvia vozes de crianças. As torturas sofridas foram as já conhecidas: pau-de-arara, choques elétricos, espancamentos. Mesmo sabendo da importância de seu relato e da necessidade de denunciar tais acontecimentos, Rogério Dias, porém, não quis entrar em detalhes. Porque sua experiência foi muito forte e lhe custa muito lembrar-se. Mas também porque não se considera apenas uma vítima, e sim alguém que participou de uma luta coletiva afirmadora e que enfrentou, por isso, um Estado ditatorial e sua rede de crimes.

145 ACE 100 901 76 do CMP 11ª RM.

1974-1979. Na corda bamba, sem rede embaixo: entre o terrorismo de Estado e o retorno à democracia limitada

Os anos de 1974 a 1979 são usados por analistas do período ditatorial, não sem razão, como marco de passagem da fase mais aguda da ditadura. Seria, assim, a transição de um verdadeiro terrorismo de Estado para o início da intrincada caminhada rumo ao Estado de Direito.

Com a troca de generais no comando do Executivo em março de 1974, teve lugar um peculiar discurso governamental. Sem recusar a natureza autoritária do regime (militarização da sociedade, censura, violenta repressão contra a "subversão" e plena aplicação da Doutrina de Segurança Nacional), Geisel e o novo comando da ditadura acenavam com a possibilidade de uma descompressão política controlada ("abertura lenta, gradual e segura"). Essa mudança talvez se explique pela percepção de setores do grupo dirigente de que, "saneado" o cenário político e ainda recentes os efeitos econômicos do chamado "milagre brasileiro", já seria o momento para a transição. Na prática, o quadro lhes era propício: qualquer contestação significativa pela luta armada já fora militarmente exterminada e o crescimento econômico seguia acelerado (ainda que à custa de concentração de renda, endividamento externo, estímulo ao capital multinacional e associado e ao investimento público em infraestrutura de energia, transportes e comunicações voltado ao capital privado, além de arrocho salarial e repressão ao movimento sindical e às oposições).

Internacionalmente, o quadro desenhava-se menos alentador para o regime: ditaduras como Portugal salazarista e a Espanha franquista agonizavam e os aliados norte-americanos, parceiros majoritários, a principal potência militar do planeta àquela altura, fracassavam na Guerra do Vietnã. Ademais, o brusco e significativo aumento do preço do petróleo, articulado pela organização dos principais países exportadores do produto em fins de 1973, provocava um choque econômico em escala mundial.

Assim, em meio a sinais contraditórios dados pelo governo ditatorial (aceno para lenta abertura política, por um lado, impunidade para continuados assassinatos, desaparecimentos e torturas contra opositores, por outro lado), crescem o controle e a repressão institucional. Nesse panorama, a luta estudantil começa a ressurgir: muda seu foco da revolução social para a luta pelas liberdades democráticas, reorienta-se para ocupar espaços institucionais e começa, timidamente, a contagiar as ruas.

1974 - (Improvável) rearticulação estudantil

Na UnB, o ano de 1974 principiou sob a égide do colaboracionismo para com o regime. Em 25 de janeiro, por meio do Ofício FUB-C (Confidencial) nº 03/74, o reitor Amadeu Cury autorizou a professora Thaís Maria Ottoni de Carvalho a proferir palestra na Escola Nacional de Informações – EsNI. Ao despedir-se do destinatário, general Ênio dos Santos Pinheiro, além das usuais "expressões do meu alto apreço e consideração", o reitor afirma que: "com os melhores votos de contínuo sucesso na importante missão confiada ao seu descortínio e clarividência e reiterando a disposição desta Universidade em colaborar com Vossa Excelência em todos os setores que julgar útil o seu concurso (...)".[1] Do mesmo modo, em fins de janeiro, outro ofício confidencial do reitor (O.FUB-C nº 002/74, de 24/01/74), prazerosamente, comunicou ao diretor da EsNI o atendimento ao pedido de autorização para que o professor Roberto Lyra Filho proferisse palestras naquela Escola, de 7 a 29/03/74.[2]

1 BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0063, p.1.

2 BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0064, p.1.

Reiterando o pendor cooperativo da UnB para com o regime, em 15 de agosto desse mesmo ano, por meio do Ofício FUB-C (Confidencial) nº 017/74, entregue em mãos, Amadeu Cury respondeu ao diretor do Departamento de Polícia Federal, Coronel Moacyr Coelho, apresentando-lhe, conforme solicitado, uma série de observações para o aperfeiçoamento da Censura. Tais observações, que constituíam "a opinião da Universidade de Brasília a respeito desse importante assunto", foram elaboradas pelas "equipes de Estética, de Literatura e Artes, de Sociologia, Antropologia e História e de Psicologia e Educação" sobre a legislação da Censura. Entre as sugestões, constavam, por exemplo, a adoção de princípios genéricos em vez de proibições casuísticas; a liberação de algumas salas de cinema e cinematecas, com censura indicativa, para um público intelectualmente amadurecido, com taxação para custear outros serviços (de educação e cultura); e a liberação de obras de arte literária feita mediante parecer escrito de pessoas do *métier*, como estetas, escritores e críticos.[3]

Apesar de tal disposição colaborativa, não parecia haver reciprocidade do regime, para o qual a UnB seguiria sendo um foco potencial de problemas. No meio do ano de 1974, um informe do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica assim dava a entender, ao discorrer, comparativamente, sobre outra instituição universitária da cidade, o então Centro de Ensino Universitário de Brasília – CEUB: "é a universidade que até agora sofreu menos infiltração de elementos de esquerda", justificando que, no turno diurno, notava-se apenas "pequena atuação de elementos isolados" e, quanto ao noturno, "quase nenhuma, porque a maioria dos alunos são militares ou de idade avançada."[4] A contrário senso, podia-se inferir que, com um corpo estudantil jovem e buscando reorganizar-se, a UnB continuaria representando problemas.

E, na ótica do regime, os problemas, de fato, não deixavam de surgir. Entre 19 e 24/08/74, diretórios acadêmicos da UnB realizaram a "1ª Semana do Calouro", com apresentação de peças teatrais, filmes e show musical. De acordo com a Informação nº 1969/II EX, de 25/10/74, nesse evento os alunos "receberam um condicionamento que os leva a pensar em termos políticos de esquerda", acrescentando que, no show do dia 24/8, o cantor Fagner, durante sua apresentação, alertou os estudantes para que "agissem com muita cautela, pois a repressão estava sumindo com muita gente".[5] A propósito, cabe observar que, já no começo do ano, a Divisão de Segurança e Informação do MEC havia alertado as universidades sobre a prática, adotada pelo "Movimento Comunista Internacional", de usar "todos os meios de expressão artística para aliciar os estudantes incautos a favor da subversão organizada", citando como exemplos de "artistas a serviço da subversão na área estudantil (...) Chico Buarque de Holanda, Nara Leão, Luiz Gonzaga Júnior, Caetano Veloso e Gilberto Gil".[6]

O ano de 1974, diferentemente dos quatro ou cinco anteriores, iria assistir a um gradativo retorno do movimento estudantil, ainda que em bases mais tênues do que alcançara na década anterior. Já no começo do ano, os estudantes passaram a se mobilizar em torno da perspectiva de escolherem o que o Regimento Geral da universidade definia como Representação Estudantil. Tratava-se, de acordo com o art. 141 desse diploma legal, de um dos direitos inerentes à condição de alunos da UnB, previstos também no Estatuto (representação, participação, assistência e candidatura a monitoria).

3 BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0010, p.1-3.

4 Informação CISA nº 0410, de 17/07/74. (BR_AN_BSB_VAZ_125A_0070.)

5 Apud Informação nº 548/A-2/IV COMAR, de 04/11/74, que divulgava no âmbito da Aeronáutica a citada informação do II Exército, a qual já teria sido difundida anteriormente para o DOI/CODI do próprio II Exército (São Paulo) e para outros órgãos paulistas, como a agência regional da Polícia Federal, para a brigada militar, o DOPS e a Secretaria de Segurança Pública, bem como o 6º Distrito Naval, além da regional paulista do MEC (BR_AN_BSB_VAZ_033_0158, p.1.).

6 Informação Circular nº 0326/SSI/DSI/MEC/74, de 18/01/74 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0064, p.1-2).

Foi assim que, em 14/03/74, o Conselho de Administração da universidade, presidido pelo próprio reitor, editou a Resolução nº 001/74, dispondo sobre as eleições dos representantes estudantis junto aos departamentos, marcadas para 18 de abril (para mandato de um ano, sendo o voto obrigatório). Para concorrer no pleito, era necessário cumprir cumulativamente várias condições, o que restringia o número de potenciais candidatos: ser aluno regular; estar matriculado em ciclo profissional com aprovação que o situasse ao menos no quinto período (semestre) de estudos; possuir média global acumulada ("MGA", que motivou tantos jubilamentos à época) igual ou superior a 3,6 (de um total de 5,0); e frequência mínima de 80%; não ter nenhuma reprovação nos dois últimos períodos; e não ser candidato a reeleição (o que não seria o caso naquele pleito, o primeiro após a regulamentação da representação estudantil).

Em 08/05/74, a Resolução nº 002/74 dispôs sobre as eleições, ainda naquele mês, dos Representantes Estudantis junto aos Conselhos Departamentais, às Congregações de Carreira e aos Conselhos de Administração e de Ensino e Pesquisa. Com os mesmos requisitos restritivos para candidaturas, essa eleição diferia daquela por ser indireta e realizada pelo corpo eleitoral composto pelos representantes estudantis dos departamentos de cada Unidade.

As eleições para representante estudantil transcorreram sem dificuldades, segundo seu coordenador, o professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, decano de assuntos comunitários. Esse, antes de homologar os candidatos e, depois, os eleitos[7], teve a cautela de "consultar o Serviço responsável pela proteção do patrimônio [SPP] e pela segurança da universidade [AAE, depois ASI]". Foi o que afirmou ao reitor quando os primeiros atritos começaram a surgir, sob a forma de manifestações localizadas, inicialmente em departamentos da área de Ciências Médicas e Psicologia, e depois já articuladas, buscando encontro coletivo dos representantes para debater problemas em comum.[8]

Poucos dias depois da eleição de abril, a DSI/MEC, em expediente para o reitor, pedia o acompanhamento de manifestações e a identificação de lideranças, registrando a ocorrência de panfleto, "distribuído, sob a forma de "aviãozinho" no Instituto de Ciências da Saúde da UnB," no dia 07/05/74, como parte da "técnica de agitação ... [que começava] congregando os estudantes em reivindicações ligadas às deficiências existentes, para, aos poucos, ir introduzindo temas políticos." Anexado ao expediente, o panfleto, assinado "Representação Estudantil", lembrava do sucesso da organização e participação coletiva (através das quais teriam conseguido do MEC, em fins de 1973, a contratação de 8 novos professores e a promessa de verbas para mais 12 docentes em 1974). Assim, concitava os colegas da medicina ao debate, na perspectiva, acenada pelo MEC, de diálogo com os representantes estudantis (os quais, na UnB, iniciavam, à revelia da administração, a montagem de um conselho provisório de representantes). Cabia-lhes, portanto, discutir: os problemas existentes em sua área (por exemplo, a distância entre o conteúdo ministrado no curso e a prática médica cotidiana, ou o problema do internato, que se arrastava havia tempos), além de problemas comuns aos demais estudantes da UnB (elencava: restaurante universitário, MGA, jubilamento, pós-graduação) e do país ("questões de interesse nacional ... para que possamos desempenhar conscientemente nosso papel tão necessário de médicos em um país de grandes problemas de saúde").[9]

7 Atos do Decanato de Assuntos Comunitários nº 006/74, de 22/04/74, e nº 007/74, de 14/10/74 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0065, p.32-35 e BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.20, respectivamente)

8 Expediente de 4 de junho de 1974 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0064, p.37-55).

9 Pedido de Busca nº 2232/ARSI/DF/GO-MG/74/DSI/MEC, de 21/05/74 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0064, p.8-10).

A esse respeito, uma série de episódios com tal sentido reivindicativo integrou a alentada "Retrospectiva do 2º período letivo de 1974", elaborada, em 10/02/75, pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio sobre a "Movimentação Estudantil"[10], a saber: *11/09/74:* a mecanografia do Instituto de Ciências Exatas recusou pedido de estudantes para reprodução de documento; o SPP foi consultado e submeteu a questão ao decano de assuntos comunitários, que recusou (por falta de previsão estatutária para o "conselho de representantes estudantis"); os estudantes, mesmo assim, publicaram o pretendido Boletim Informativo nº 4, incluindo denúncia de que, de 06 para 07/07/74, houve uma ocorrência violenta por parte de um vigilante na portaria do bloco A do Centro Olímpico ("C.O.", Alojamento Estudantil), a que a imprensa (especialmente Jornal de Brasília) divulgou com destaque; *13/09/74:* inauguração de sala de representação estudantil (sala de preparo do ANF-10), a que compareceram cerca de 20 alunos, quase todos representantes estudantis; *16/09/74:* ida de grupo de 60 alunos ao MEC e ao Ministério da Justiça (entregaram 'Carta Aberta' sobre repressão na UnB); do MEC, o ministro ligou para o reitor, que esclareceu sobre a ocorrência com vigilante no C.O.; 22 desses estudantes (5 deles representantes estudantis) foram identificados por meio de fotografias e tiveram nome e nº de matrícula relacionados no relatório; *17/9/74:* imprensa destacou a ocorrência (Jornal de Brasília publicou fotografia grande com o vigilante); nesse dia, 6 alunos (nome e nº matrícula relacionados) foram recebidos pelo reitor, o vice-reitor e o decano de assuntos comunitários, e cerca de 60 ficaram aguardando na área externa da reitoria (o assunto tratado foi a 'Carta Aberta' e a ocorrência com o vigilante); *18/09/74:* o reitor oficiou ao MEC sobre reunião com estudantes na véspera; *20/09 a 09/10/74:* ocorreram várias pequenas reuniões nas salas de representação estudantil; *25/09/74*: foi afixado um editorial no mural da representação de Economia; um grupo de estudantes de Medicina foi ao MEC e entregou Carta Aberta; no dia seguinte, a imprensa a publicou; *07/10/74:* começou a circular o Boletim Informativo nº 5; *12/10/74:* outro editorial afixado no mural da representação de Economia; *10/10/74:* assembleia geral ocorreu no auditório nº 4 do ICC [Anf-4], com cerca de 350 estudantes [cálculo do SPP], sobre estatuto para o Diretório Universitário (D.U.), com distribuição do Boletim Informativo nº 5 e anteprojeto de Estatuto do D.U. (elaborado pelos estudantes via conselho provisório de representantes)[11]; entre os assuntos tratados, estavam o Decreto-Lei 477 e o AI-5; *11/10/74:* o decano de assuntos comunitários enviou carta aos principais responsáveis pela realização da assembleia, dando prazo para resposta a algumas questões [tentativa de extrair uma autoincriminação dos estudantes]; *13/10/74:* Jornal de Brasília publicou grande fotografia da Assembleia e também a íntegra do Boletim Informativo nº 5[12]; *16 a 20/10/74*: dia 18, na Sala FS-121 (representação estudantil da Medicina), ocorreu reunião sobre abaixo-assinado e coleta de assinaturas[13]; em 18, 19 e 20, houve várias reuniões (a de 18 para 19 foi até uma hora e trinta minutos da madrugada); não se conseguiu o número esperado de assinaturas; *25/10/74:* dois alunos pediram ao decano de assuntos comunitários autorização para o conselho provisório de representantes realizar ciclo de palestras na UnB, uma delas com o bispo D. Tomás Balduíno, sobre a situação do índio no Brasil; o pedido foi negado; o evento foi realizado fora da UnB; *31/10/74:* foi realizada reunião no Anf-4 para discussão dos estatutos do D.U.; em *outubro*, grupo de estudantes, em nome do conselho provisório

10 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.15.

11 A informação sobre o anteprojeto de estatuto do D.U. consta do "Volante para discussão do Estatuto", (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0065, p.43-46/161).

12 Sobre a referência ao Jornal de Brasília de 13/10/74, vale observar que se trata de uma matéria extensa, de página inteira e fotografia grande (legenda: "Mais de mil alunos compareceram à reunião do Diretório Universitário na última quinta-feira"), que abre o caderno 'Cultura' do jornal, uma edição especial de domingo, cuja manchete ou chamada é bem reveladora do momento: "A tendência da apatia (nas universidades) é desaparecer?" (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0087, p.39-40).

13 O abaixo-assinado, datado de 16/10/74, protestava contra as restrições ao legítimo direito que tinham os estudantes da liberdade de organização e de expressão, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cf. BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0087, p.37-38.

de representantes, compareceu ao Ministério da Indústria e Comércio e convidou o ministro Severo Gomes para palestra na UnB (por telefone, o ministro teria indagado ao reitor sobre esse conselho; o reitor, via ofício, teria respondido que a entidade não tinha amparo regulamentar); nesse período, vários recortes de revistas e jornais foram afixados nos murais das representações estudantis; *20/11/74:* no Anf-4, foi realizado seminário do conselho provisório de representantes; começou a circular o Boletim Informativo nº 6 desse conselho; *05/12/74*: ministro Severo Gomes compareceu ao Anf-9 para, a pedido do conselho provisório de representantes, proferir conferência, à qual, aliás, o reitor compareceu.

Se 1974 foi palco de uma incipiente reorganização do movimento estudantil, o sistema repressivo seguia curso firme. Bem o revela a citada retrospectiva, fruto da vigilância realizada internamente à UnB sob a camuflagem de um serviço supostamente voltado à proteção do patrimônio. O controle e a perseguição de caráter político, igualmente, faziam-se presentes. Exemplo disso foi a troca de correspondências entre a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI, um dos nomes que teve a ASI/UnB) e a DSI/MEC a respeito do professor Ary do Nascimento, cogitado para ser contratado pela UnB: a contratação, desaconselhada pela DSI/MEC em 20/12/74, não foi realizada.[14] Em outro registro, feito pela Agência Brasília do Serviço Nacional de Informações, fica patente a diversidade do sistema de espionagem com foco na UnB. No mencionado evento com D. Tomás Balduíno, além de relatar nome, data e local de nascimento, filiação e número de matrícula de cada um dos estudantes presentes à conferência, o(a) agente ainda descreveu detalhes (como o de que o padre que presidia o instituto no qual se realizou o evento vetado pelo reitor estava "nervoso e muito preocupado em identificar elementos dos OIS" [órgãos de informação e segurança]), observação tipicamente presencial.[15]

14 Pedido de Busca PB AESI/UnB nº 002/74, de 06/06/74; Informação nº 5971/SI/DSI/MEC, de 20/12/74; Informação AESI/UnB nº 025/75, de 16/06/75 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_007, p.71.)

1975 movimento estudantil e repressão

Os dois anos seguintes, 1975 e 1976, haveriam de assistir a uma nova fase do movimento estudantil na UnB. Para entendê-la, é preciso considerar o contexto dentro do qual se deu essa transformação.

Assim como o salazarismo português e o franquismo espanhol foram derrubados em 1974, a ditadura militar grega caiu em 1975, o que, no entanto, estava longe de sinalizar um ponto final para as ditaduras. Na Argentina, em 1976, um novo golpe recolocaria os militares no poder, já então sob o padrão, hegemônico na América Latina, da Doutrina de Segurança Nacional (anticomunismo, obsessiva luta contra a subversão, tenebroso crescimento na quantidade de opositores mortos e desaparecidos etc.). Bolívia, em 1971; Uruguai, em 1972; Chile, em 1973; sem esquecer o Paraguai, em 1954; e o Brasil, em 1964: vários países sul-americanos já haviam ingressado nesse padrão de ditaduras movidas a torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos. Articuladas por meio da chamada Operação Condor, as ditaduras do Cone Sul passaram, desde 1975, a realizar operações conjuntas de espionagem, sequestros, interrogatórios, tortura, assassinatos.[16] No Brasil, o Exército comandou operações militares massivas que levaram ao extermínio físico dos guerrilheiros no Araguaia em 1973 (atingindo também moradores da região) e à quase total desarticulação das organizações da guerrilha urbana.

15 Informação nº 394/19/ABS/SNI/74, de 11/11/74, (assunto: "Movimento Estudantil da UnB"), difundida para a Agencia Central/SNI, DSI/MEC, Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (Exército), Comando Naval de Brasília, 6º Comando Aéreo Regional, Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal e DI/SEP/DF [Departamento(Divisão?) de Informações da Secretaria de Segurança Pública do DF] (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0087, p.2-8 e 51-55).

16 Cf. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Tomo I, Volume I, p.219 e ss.

De 1974 (ano em que o partido situacionista sofreu sonora derrota nas eleições para o Senado) a 1976, a repressão continuou forte. Com a chamada *Operação Radar*, voltou-se, inclusive, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que optara pela luta institucional, diferentemente de outras organizações de esquerda, que haviam partido para a luta armada e terminaram dizimadas. Ondas de prisões, torturas e assassinatos sucederam-se.

Conforme comprovado pela investigação da Comissão Nacional da Verdade, em outubro de 1975, vitimado por torturas, foi assassinado o jornalista Vladimir Herzog; em janeiro de 1976, também sob tortura, foi assassinado o operário Manoel Fiel Filho.[17] Ambos morreram sob custódia do DOI-CODI do II Exército, que forjou, para ambos os casos, versões inverossímeis de suicídio. Tardiamente, Geisel demitiu o comandante o II Ex. Gen. Ednardo D'Ávila Mello. Sem embargo, persistiu, sob a forte censura de então, a impunidade sobre essas e outras mortes, como na chamada *Chacina da Lapa*, em São Paulo, onde foram fuzilados ou capturados e submetidos à tortura vários dirigentes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B), alguns dos quais vieram a falecer em decorrência das torturas[18]. Não obstante, nos Estados Unidos da América, após um período de governos republicanos, em 1976 assumiu a presidência o democrata Jimmy Carter, que tinha entre as principais bandeiras a defesa dos direitos humanos, lançando alguma pressão sobre as ditaduras militares latino-americanas.

Quanto à UnB, pode-se observar que, após o período de extremo controle e repressão política no país desde o final de 1968, com o AI-5, os estudantes adotaram a estratégia de assumir os limitados espaços institucionais disponíveis a partir da segunda metade de 1974. No caso, até aquele momento, nada havia além da representação estudantil. Mesmo assim, reivindicações ligadas a questões locais, imediatas, de razoável poder mobilizador e menor risco de serem desqualificadas como subversivas (por exemplo: demandas por bebedouro, mural, ônibus etc.) começavam a animar a incipiente reorganização dos estudantes.

No ano de 1975, seguiriam a mesma tônica, reforçando a perspectiva de uma articulação mais ampla dessas restritas representações estudantis por departamento e buscando consolidar o conselho provisório de representantes. Esse colegiado, embora não previsto regimentalmente, passou a sinalizar uma ampliação dos horizontes do movimento estudantil, que passou a cogitar na conquista de mais um espaço institucional, o Diretório Universitário.

Essa mudança de estratégia, criticada por alguns estudantes como conciliação com a ditadura, terminou por cristalizar-se: no jargão do movimento estudantil não era incomum a expressão "acumular forças", a indicar novos desdobramentos políticos em perspectiva. De todo modo, alguns anos depois, esse período foi avaliado positivamente pelo Diretório Central dos Estudantes da UnB, por ter possibilitado o início de uma "importante resistência e tomada de consciência para passos mais abrangentes que culminaram na conquista dos DCEs Livres e Centros Acadêmicos (...)".[19]

Naquela oportunidade, além dos representantes estudantis (de atuação supostamente mais técnica, em âmbito departamental e nos colegiados, congregações e conselhos superiores da universidade), o modelo admitido pela administração universitária incluía a possibilidade de um Diretório Universitário (D.U.), ainda em discussão no início de 1975.

17 Cf. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume I, Tomo I, p.105, e Vol. I, Tomo II, p.647-648.

18 Cf. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume I, Tomo II, p. 649-654.

19 Trecho extraído de um folheto do DCE-Livre da UnB, de outubro de 1979, com breve histórico das lutas discentes na década de 70 (BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_0031, p.7).

Expurgada de qualquer caráter político explícito por seu regimento, imposto pela administração, a representação estudantil ressentia-se de suas limitações de origem. A exigência de impecável desempenho nos estudos, tempo maior de experiência acadêmica e necessária ausência de restrições disciplinares ou políticas tornavam fortemente seletiva a candidatura à representação. Os estudantes queriam mais, embora a reitoria e o Decanato de Assuntos Acadêmicos se mostrassem mais refratários até do que o próprio MEC, que já admitia alterações liberalizantes na legislação pertinente.[20]

O fato é que, juntamente com o processo eleitoral para a escolha de novos representantes estudantis, marcada para 25/04/75, ganhava força o debate e a luta pela liberdade de organização. Já houvera, nesse sentido, um impulso inicial em 10/10/74, numa assembleia estudantil acompanhada por centenas de estudantes (segundo o SPP, 350 alunos; segundo fontes estudantis, 700 alunos[21]). Nessa assembleia, discutiu-se o anteprojeto de estatuto do D.U. proposto pelo conselho provisório de representantes, do qual destacavam-se alguns aspectos: (a) como órgão máximo e soberano, o D.U. teria a assembleia geral aberta a todos os estudantes; (b) na falta de diretórios acadêmicos departamentais, o estatuto previa como órgão deliberativo um conselho formado por representantes estudantis oficiais e também por mais dois delegados por departamento, eleitos livremente (sem critérios como MGA, frequência, disciplina etc.), além de (c) uma diretoria eleita por todos os alunos, que dirigiria as reuniões. Essa proposta seguiu em discussão até meados de 1975, pois a reitoria colocara várias restrições: (i) exigência de quórum para a assembleia (6.000 alunos em 1ª convocação e 3.000 em segunda convocação); (ii) como conselho, só admitia o conselho fiscal; (iii) as verbas seriam controladas pelo conselho de administração da Universidade (com plano de aplicação de recursos previamente aprovado e prestação de contas ao final da gestão), vedada a fonte de renda pela emissão de carteira estudantil; e (iv) necessidade de prévia aprovação, pela reitoria, de qualquer programação cultural (cineclube, teatro etc.).[22]

Deu-se, então, a formalização da virada estratégica em direção à adesão institucional: diante dos profundos impasses entre propostas tão díspares de estatuto para o D.U., os estudantes, após intenso debate na assembleia de 26/06/75, adotaram uma "Resolução" na qual, objetivando concretizar o D.U. e, com isso, abrir novas perspectivas de luta, aceitaram ceder às restrições da reitoria.[23]

Superadas as questões de fundo, o processo, entretanto, não chegou a avançar como os estudantes pretendiam, pois reitoria e decanato de assuntos comunitários seguiam colocando entraves para as reivindicações levadas por representantes estudantis, o que emperrou a conclusão do estatuto do D.U. em 1975. Um exemplo disso foi a série de dificuldades impostas pela administração para a realização da Semana do Calouro, como veto a palestrantes e exigência de certificados da Censura Federal para exibição de filmes programados (inclusive os cedidos pelo Instituto Nacional de Cinema, vinculado ao MEC). Ante o quadro, os estudantes resolveram substituir esse evento pela Semana

20 Ver, por exemplo, o Aviso Circular nº 174/75 (Confidencial), de 26 de março de 1975, do Ministro da Educação e Cultura Ney Braga, no qual, justificando a solicitação de informações das Instituições de Ensino Superior sobre associações estudantis, menciona, como objetivo, "um dimensionamento adequado da área estudantil para elaboração de diretrizes efetivas de apoio ao estudante." A propósito, a resposta do reitor, por meio do ofício O.FUB-C (Confidencial) nº 009/75, de 18/04/75, foi de que não havia, naquela oportunidade, diretório ou associação atlética universitária na UnB e, talvez para não destoar dos novos ventos ministeriais, acrescentou, com certa dubiedade, que "a Reitoria, através do Decanato de Assuntos Comunitários, tem atuado junto aos alunos, quanto à sua criação e funcionamento". (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0056, p.1 e 6).

21 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.17; BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0065, p.45.

22 Cf. "Volante (...)", BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0065, p.46.

23 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.44-49.

do D.U., no começo de setembro, trazendo a questão da organização estudantil para o centro do debate.[24]

Nesse ínterim, vale lembrar, a UnB continuava atraindo a atenção dos órgãos de segurança. Em 11/07/75, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal oficiou ao chefe da ASI/UnB, a propósito de Paul Richard Deichelbohrer, estrangeiro, professor do departamento de Física da UnB entre 1971 e 1974. O expediente solicitava cooperação "no sentido de levar a efeito investigações de interesse da Justiça", para o quê credenciava "o Agente da Polícia Federal Vigmar Ribeiro Gonçalves, bem como outros Agentes, desde que se identifiquem quando em missão".[25] Tal demanda suscita uma questão: quantos outros agentes circulariam pelo *campus* naqueles dias?

Com efeito, a reitoria não deixava de assinalar, ainda que veladamente, a ameaça que a legislação de exceção representava para o movimento estudantil. Em entrevista ao Diário de Brasília publicada em 1º/06/75, o então reitor Amadeu Cury afirmou: "Já está perfeitamente definido que política é uma coisa, e atividade universitária é outra." E acrescentou: "o Decreto-lei 477 não é, em essência, (...), um obstáculo a esse entendimento entre governo e estudantes, (...) entre o governo e trabalhadores de toda natureza, porque a existência de uma lei não significa, absolutamente, que essa lei, no caso específico do 477, cria um óbice."[26]

O que o reitor não disse, mas que poderia dito e, assim, ter iluminado em muito a questão, é que as disposições do temível "477" já haviam sido incorporadas às normas internas da universidade. Veja-se, em especial, o art. 164 do Regimento Geral da UnB: "Ao regime disciplinar do corpo discente incorporam-se as disposições do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969." Assim, a reitoria não mais precisava recorrer a esse Decreto-Lei (nem, por extensão, fazer o processo se arrastar mais algum tempo e ainda passar por uma instância recursal externa, o próprio Ministério da Educação e Cultura).

Outubro de 1975 ainda assistiu a um plebiscito sobre o D.U., realizado pelos estudantes dias 2 e 3. No dia 9/10/75, houve uma assembleia geral pró-D.U. no Anf-9 e, no dia 15, um grupo de estudantes foi ao MEC levando sua reivindicação de criação do Diretório Universitário. O dia 31 ficou marcado por uma missa em memória de Vladimir Herzog. Uma semana depois, o Anf-9 foi palco de mais uma reunião dos estudantes, que avaliaram o despacho com observações restritivas ao estatuto do D.U. oriundo do Decanato de Assuntos Comunitários.[27]

1976 Ensaio geral de repressão e resistência

Para quem vivia aqueles tensos dias, o ano de 1975 chegava ao fim sem que se pudesse afirmar com segurança quando o tal projeto de distensão política do governo militar atingiria seu objetivo, ou mesmo se, de fato, o faria. Dúvidas à parte, 1976 começou sob o signo da mobilização estudantil.

Em janeiro de 1976, o foco das atenções do movimento estudantil foi o Restaurante Universitário (R.U., ou *Bandejão*). Apesar da promessa da administração de que não iria mantê-lo fechado durante o recesso do início do ano, foi o que aconteceu, para infortúnio dos que moravam no Alojamento Estudantil do Centro Olímpico (C.O.) — que ali residiam precisamente em razão do critério para concessão da autorização: a condição de carência econômica. Ademais, os alunos foram informados

24 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.4-5 e 22.

25 Ofício nº 1304/SPMAF-CRP-SR-DF, de 11/07/75 (BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0014, p.1).

26 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0068, p.35-36.

27 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0109, p.27.

de que, quando da reabertura, o preço da refeição sofreria um aumento superior a 50%.

A mobilização estudantil resultou na organização do que apelidaram de *Bandejinha*, isto é, a venda de refeições simples, elaboradas e servidas pelos próprios estudantes, a preço bastante reduzido. O movimento logo cresceu e já se cogitava um boicote integral. A ação dos estudantes, que contou com significativa adesão de funcionários, foi vitoriosa, levando a reitoria a recuar. Assim, o Bandejão foi reaberto e o reajuste do preço não passou de 11% (ante os mais de 50% iniciais); além disso, o preço cobrado dos pós-graduandos foi equiparado aos da graduação e, quanto aos funcionários, houve a extensão do preço reduzido para os que recebiam até 3 salários mínimos (quando, anteriormente, só alcançava a faixa até 2 salários mínimos). Outra conquista importante para os estudantes foi a constituição de uma comissão de fiscalização, incumbida de acompanhar aspectos como higiene, qualidade e custo da alimentação servida.[28]

Outro aspecto a assinalar em relação ao início de 1976 foi a greve realizada por mais de 200 estudantes sextanistas da Medicina que se encontravam na condição de internos em hospitais da rede pública em Brasília, Taguatinga, Sobradinho e Gama. Buscando melhores condições de ensino e prática profissional, protestando contra falta de supervisão e orientação aos internos (os quais atuavam nos prontos-socorros e ambulatórios), sobrecarga de trabalho e corte das bolsas de estágio remunerado, mas também contra a falta de liberdade de organização e de expressão, entraram em greve no dia 20/02/76. Após infrutíferas tentativas de diálogo com a administração da UnB, da Fundação Hospitalar do DF e do MEC, a paralisação das atividades acadêmicas e de residência médica levou o próprio Governador Elmo Serejo Farias a participar das negociações pelo fim do movimento paredista.

Em 24/02/76, por meio dos Atos da Reitoria nº 142/76, nº 145/76 e nº 146/76, publicados em jornais de grande circulação na cidade, o reitor Amadeu Cury aplicou um total de 97 repreensões, impingindo a alguns dos estudantes mais de uma punição.[29] Entre os atingidos, como argumentaram, havia internos que estavam de férias e mesmo quem não era sequer interno. Para um reitor em final de mandato, a medida poderia parecer uma razoável forma de pressão e intimidação, sobretudo ante a ameaça de aprofundamento das sanções, sinalizando com suspensões e mesmo expulsões. Mas, para os universitários e para a população que com eles se solidarizou, parecia tratar-se de mais um gesto arbitrário e arrogante, o qual viria a sobrecarregar ainda mais o ambiente político na UnB e na cidade. Ao retornarem às atividades, em 25/02/76, expuseram

28 Para um relato da mobilização em torno do Bandejinha, ver Jornal Oficina, ano I, nº 1, de 12/04/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.45). Esse pequeno jornal foi elaborado por estudantes de Geologia, Economia, Medicina, Engenharia, Comunicação, Biologia e Química.

29 A) O Ato da Reitoria nº142/76 atingiu 56 estudantes: Edison Saraiva Neves; Eneas Cruz Júnior; Ênio Alberto M. Sena; Fovibio Moreira; Francisco Teixeira Pinto; Heleny de Oliveira P. Machado; Jacilia Fátima T. Pinto; Miguel Moreno; Paulo Roberto P. Borges; Regina Alfa M. Martins; Rodolfo Alberto M.S. do Alencar; Tedi Pereira; Alci de Castro Matos; Arnaldo Moreira da Silva; Eduardo Pinheiro Guerra; Francisco C. Ribeiro Pintão; Evandro José Vieira; Antônio Luiz Borges da Silva; Caied Salin; Ennio Leonel Filho; Francisco Paulo de A. Moreira; Jackson Semerene Costa; Jader Leonel de Paula; José Erodício Azevedo Martins; Josemar Batista de Oliveira; Paulo Roberto B. de Mello; Wanderlei Antônio Pignati; Luiz Cláudio F. Gonçalves; Olímpio Barroso Vitorino; Arilson de Figueiredo; Maria Aparecida Batista; José Carlos Abdo; José da Silva Teixeira; José Gomes Barboza Filho; Lauro Ângelo do Almeida; Márcio Murta de Andrade; Solon Teobaldo de Assis; Célio Martins de Faria; José A. de Lima; Maria Helena M. Tavares; José Wilson de Bonfim Neto; José Henrique de A. Di Giacomo; Eduardo de A. Neto; Amélia M. Taitson; Adelino José Abrão; Arnaldo Batista de Paiva; Cleusa Maria de O. e Silva; Flávio Tadeu Marques Vieira; Herculano Araújo Oliveira Costa Filho; Ivan José Maciel; José Fernando M. de Siqueira; Maria Cremilda G. de F. Lima; Neusa Maria Sosti Perini; Paulo Alfredo Machado; Pedro Lúcio Zanuncio; Maria Sebastiana Godói Spindola. B) O Ato da Reitoria nº145/76 aplicou 39 repreensões: Carlos Henrique Nory Costa; Eldo Elias de Lima; Evandro Noleto Bezerra; José Lázaro Paziani; Maria Etelvina P. Martins; Miguel Ângelo Rocha; Rosely Cerqueira de Oliveira; Gilberto de Araújo Lima; José Bernardo Penicho; Wilmar Ribeiro; Rose Mary Silveira Bede; Vanja Jugurtha Bonna; Maria do Amparo Silva; Mariangela D. A. Cavalcante; Semiramis Rodrigues Cotta; Amália Miranda Lopes; Ângela Maria Fernandes; Cláudio Werneck Muniz; Maria de Fátima Lima de Souza; Ângelo Massarotto Neto; Antônio Eduardo Mazoni; Marilisa Tocci Del Bianco; Tanya Mara Bauab; Luiz Ricardo C. Martins; Celina Sassi; Neyde Gloria G. Abrantes; José Antônio Guimarães Campos; Renato Araújo Ramos; Joaquim Carvalho Neto; Nobuhiro Karashima; Sérgio Antônio de Oliveira; Fernando Fernandes Rodrigues; Jorge da Silva; José Luiz Bernardes; Antônio H. Leite Militão; Carlos Augusto Carpaneda; Vítor José do Souza Machado; Dalva Maria Lopes de Souza; Luiz Verçosa. C) O Ato da Reitoria nº146/76 aplicou mais duas repreensões: José Marcelino de Almeida Neto e Esnaine Martins Belga.

em Carta Aberta à população do DF, ao MEC, à Fundação Hospitalar do DF e à UnB a indignação pelo tratamento recebido e a satisfação com as vitórias parciais que conseguiram, especialmente junto à FHDF. Tornaram público também o agradecimento pela solidariedade recebida, inclusive a oriunda dos demais estudantes da UnB, a quem reforçaram a importância da união em torno do Diretório Universitário, que já se avizinhava.[30]

Em 1976, acompanhando as expectativas em torno da criação do Diretório Universitário, aguardada para breve (sobretudo após a aprovação do Regimento do D.U. em 15/03/76[31]), as reivindicações discentes se multiplicavam. Apesar das frequentes obras de ampliação e ajardinamento do *campus*, os estudantes se ressentiam do que percebiam como desatenção da administração para com problemas básicos. Em 12/04/76, o jornal estudantil Oficina teceu críticas à situação de desleixo para com o Alojamento Estudantil: "a falta total de lâmpadas no corredor e quartos, uma imensa população de insetos, as já famosas vistorias nos quartos, a deficiência do sistema de transportes (...) e o não cumprimento das promessas do decano sobre o tapete, os bebedouros, lâmpadas, ônibus e tantos outros". Enfatizou, porém, que a necessidade maior eram os alojamentos femininos, que inexplicavelmente não existiam.[32]

Os dias de maio de 1976 foram bem especiais na UnB, e acompanhá-los de perto permite que se compreenda melhor toda a complexidade que revestiu as históricas mobilizações estudantis e a igualmente histórica repressão do ano seguinte, 1977.

30 BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_0009, p.1-9.

31 Resolução do Conselho de Administração nº 001/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.52-61).

32 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.47.

Com efeito, as manifestações dos estudantes e a repressão que sobre eles se abateu deram a tônica desse mês de maio. No entanto, as perseguições políticas alcançavam também os professores. Em 10/05/76, o professor Victor Leonardi, do Departamento de Filosofia e História, estudioso do movimento operário, à época preparando sua tese de doutorado em História na Sorbonne, foi afastado da UnB. Com um mês de atraso, a DSI/MEC oficiou à ASI/UnB para que fosse dada ciência ao Reitor das inclinações marxistas do professor Leonardi, dos "inúmeros livros comunistas, os quais tem distribuído para alunos da UnB, de sua inteira confiança"; das pesquisas a que se dedicava ("estudos do sindicalismo, dos partidos e organizações operárias e dos conflitos coletivos de trabalho", "da participação da classe operária na sociedade brasileira" e da "atuação das organizações e manifestações socialistas").[33]

A partir de 09/05/76, após tanto tempo de expectativas represadas, a campanha eleitoral das duas chapas concorrentes para o pleito marcado para 27/05/76 — Oficina e Unidade[34] — acirrou-se no *campus*. Panfletos, murais, faixas e cartazes tomaram os corredores do ICC (*Minhocão*) e os outros prédios, incluindo os blocos de Serviços Gerais (SGs), Biblioteca, C.O., Faculdade de Educação e Bandejão. As propostas das chapas, muito semelhantes entre si, cobriam extenso leque de temas. Entre as reivindicações de cunho local, constavam a oferta de café da manhã no restaurante universitário, a melhoria na iluminação do *campus* e a instalação de bebedouros, entre outras. Os temas nacionais estavam presentes, como o fim do AI-5, do Decreto-Lei 477/69 e da censura, a

33 Informação SICI/DSI/MEC/nº 082/6609/76/2, de 22/06/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0009, p.2).

34 Para a composição dos dez cargos e nove delegados (para as Faculdades e Institutos) que formariam o DU naquela oportunidade, ver os pedidos de inscrição das chapas: BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.50-51. A presidência, a vice-presidência e a 1ª secretaria das chapas assim se apresentavam: a) Oficina: Walter Nei Valente ("Peninha")/Medicina; Bárbara Hartz/Comunicação e Paulo Bernardo [da] Silva ("Paulão")/Geologia; b) Unidade: Davi Emerich/Comunicação, João da Silva Maia/Engenharia Civil e José Humberto Rodrigues ("Beto")/Economia.

volta da liberdade de organização e de expressão e a anistia aos presos políticos. Não faltaram, naturalmente, questões mais ligadas ao universo acadêmico, como, por exemplo, a melhoria das condições de ensino, o fim do MGA e do jubilamento, a criação do turno noturno e a reforma curricular.[35]

Um detalhado relatório do SPP, ilustrado com numerosas fotografias, chegou à reitoria em 19/05/76 e, naquele mesmo dia, serviu para fundamentar a criação de uma comissão de inquérito. O objetivo dessa comissão era, "no prazo de trinta dias, apurar responsabilidades pela infringência da legislação que regula as atividades estudantis na UnB, durante a campanha para a constituição da Diretoria do D.U. da UnB, a exemplo do que consta da documentação anexa." Integravam-na os professores Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Decano de Assuntos Comunitários), José Manoel Coelho, Roberto Ferreira Rosas e Inocêncio Mártires Coelho, e o aluno Eduardo de Almeida Netto.[36]

Já no dia seguinte, 20/05/76, por meio da Resolução do Conselho de Administração nº 3/76, o processo eleitoral foi suspenso.[37] Os estudantes, entre atônitos e indignados, reuniram-se em assembleia no Anf-9 do ICC, durante o dia 21/05/76, coincidindo com a reunião de instalação da comissão de inquérito na sala de reuniões do Decanato, no 3º andar do prédio da Reitoria.[38]

Amadeu Cury, no último dia de seu mandato como reitor, sem aguardar as conclusões da comissão instalada havia pouco, assinou o Ato da Reitoria nº 401/76, de 25/05/76. Determinava, com isso, a suspensão de um total de 13 estudantes, por sua organização e participação destacada na assembleia de 21/05/76, pelas reuniões realizadas naquele mesmo dia 25/05/76 e pelo teor das faixas e cartazes da campanha para o Diretório Universitário.[39] Estabelecendo uma gradação conforme os relatos que recebia da equipe de espionagem e repressão, suspendeu 5 alunos por 5 dias, 3 alunos por 10 dias e 5 alunos por 15 dias. Além disso, cancelou "as bolsas eventualmente usufruídas pelos referidos alunos e pagas através da UnB".[40]

Nesse mesmo dia 25/05/76, outro ato mobilizava a Reitoria: o oficial da Marinha José Carlos de Almeida Azevedo, poderoso Vice-Reitor da UnB desde 1968, tomava posse como Reitor, para um mandato de 4 anos (e, como se verá mais adiante, seria reconduzido para um novo mandato subsequente, a se encerrar em 1985).

No dia seguinte, 26/05/76, nova assembleia foi realizada, juntamente com o começo das oitivas de depoimentos pela comissão de inquérito (que se repetiriam ainda dias 1º, 4, 7 e 8 do mês seguinte).[41] O assunto ia ganhando contornos dramáticos.

35 Para o programa das chapas, ver BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.76-90.

36 Relatório SPP nº 1/76, de 19/05/76, assinado por Sindulfo Chaves Filho, Chefe do SPP, ao Decano de Assuntos Comunitários, Raimundo Nonato Monteiro de Santana; e Resolução da Reitoria nº 076/76, de 19/05/76, assinada pelo reitor Amadeu Cury (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p. 27-52 e p.5, respectivamente). A propósito, o aluno Eduardo de Almeida Netto, designado para compor a comissão de inquérito disciplinar, era um dos estudantes com forte atividade no movimento estudantil (ver, por exemplo, BR_DFANBSB_AA1_0_ MPL_059, p.45, o que sugere que essa indicação tenha cumprido objetivos como dividir os estudantes e conferir aura de legitimidade a um processo que sinalizava, desde a origem, o viés punitivo que, de fato, veio a revelar-se quando de suas conclusões. No curso da apuração, ele não compareceu às oitivas de depoimentos e terminou substituído por outro estudante (Max Roberto Caldeira Nunes; cf. Ato da Reitoria nº 420/76, de 1º/6/76), sendo o próprio Eduardo convocado a prestar esclarecimentos perante a comissão (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p.124-125 e 150).

37 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p. 21-22.

38 Ata de Instalação da Comissão criada pela Resolução nº 076/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_ MPL_0101, p.25).

39 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101, p. 111-112.

40 Conforme o referido Ato, os estudantes suspensos foram os seguintes: a) por quinze dias: Barbara Hartz, Carlos Michiles, João Maia, José Humberto Rodrigues e Milton Biagi; b) por dez dias: Davi Emerich, Eduardo de Almeida Neto e Walter Nei Valente; e c) por cinco dias: Alvaro Antônio Batista da Silva, Carlos Geraldo Megale, Leila Abdala, Manoel Augusto dos Santos e Olegário José Mundim.

41 Sobre as oitivas, ver BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0101 e BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0038, passim.

Os órgãos de segurança do regime não deixavam de acompanhar a matéria de perto. Nesse dia 26/05/76, por exemplo, o 6º Comando Aéreo Regional (VI COMAR, da área de Brasília) encaminhou para outras unidades da Força Aérea Brasileira uma informação recebida do Comando Naval de Brasília sobre o processo eleitoral do D.U. na UnB. Tal informação (Info nº 0037/CNB/76) trazia anexos dois panfletos das chapas concorrentes, "chamando a atenção para as características altamente atentatórias à Revolução e absolutamente incompatíveis com as ideias do governo, sobre o que seja um Estado Democrático".[42]

Inaugurando seu novo mandato na UnB, o reitor José Carlos Azevedo resolveu seguir o caminho já trilhado e, em 28/05/76, baixou o Ato da Reitoria nº 412/76. Por meio desse instrumento, estabelecia novas medidas punitivas, agora em função da participação de estudantes na assembleia de 26/05. Alcançando com efeitos cumulativos 7 dos punidos anteriormente, aplicou suspensão a 13 estudantes, variando entre 30, 15, 10 e 5 dias, bem como cancelou bolsas e, aprofundando a sanção, proibiu a autorização para uso ou renovação de uso do Alojamento Estudantil ao término do período letivo. Cabe assinalar que vários dos estudantes que integraram ambas as chapas concorrentes foram punidos por esse ato.[43]

Com a conclusão dos trabalhos da comissão de inquérito, outra leva de punições foi adotada, atingindo mais duramente e em maior número os estudantes. Em 23/07/76, o reitor Azevedo encerrou o processo decorrente do Ato da Reitoria nº 076/76 aplicando punições a 19 alunos, dos quais 4 foram suspensos por 30 dias, 6 suspensos por 60 dias, 2 por 90 dias e 7 foram expulsos. Ademais, vedou-lhes a participação em quaisquer cursos ou programas da UnB, bem como a concessão de alojamento, bolsa ou quaisquer outros benefícios ofertados pela universidade, além de proibir sua contratação pela Fundação Universidade de Brasília sob qualquer modalidade.[44]

Ao desprezar a aplicação do temido Decreto-Lei nº 477/69, o reitor Azevedo não estava sendo generoso com os estudantes. Apenas evidenciava que já não precisaria recorrer ao MEC, observar prazos e procedimentos, ainda que sumários, levar adiante discussões jurídicas: os próprios instrumentos legais da universidade — Estatuto, Regimento Geral, Regimento Disciplinar, Regimento do D.U. da UnB, Resolução do Conselho de Administração — já lhe asseguravam o poder, ao alcance de sua caneta, para excluir seus indesejáveis.

Entre o *ukase* inaugural do reitor Azevedo e o segundo e ainda mais agudo ato punitivo, a UnB sediou a 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 7 e 14/07/76. Sendo a SBPC um permanente foco de crítica da intelectualidade acadêmica ao regime militar, o evento foi monitorado com atenção pelo serviço secreto da Aeronáutica. A Informação nº 0412/CISA-RJ, de 02/08/76, apresenta uma relação de "elementos (...) prontuarizados nos arquivos do CIE [Centro de Informações do Exército]" que "estiveram hospedados

42 Encaminhamento nº 049/SI/VI COMAR, 26/05/76 (BR_AN_BSB_VAZ_0009_0078, p.1-2).

43 Foram punidos pelo Ato da Reitoria nº 412/76 com suspensão (além de cancelamento de bolsa e negativa para alojamento a partir do fim do período letivo): a) por 30 dias: Davi Emerich; b) por 15 dias: Barbara Hartz, João Maia, Maria Auxiliadora de M. Valle e Paulo Bernardo da Silva; c) por 10 dias: Carlos Michiles, José Humberto Rodrigues, Eduardo de Almeida Neto, João Simplício Lopes Martins e Walter Nei Valente; e c) por cinco dias: Flávio Alberto Botelho, Manuel Mozart Machado e Pedro Paulo Eleutério.

44 Conclusão da comissão do AR 076/76: 1) Suspensões: a) por 30 dias: Eurípedes Alvarenga Barbosa, Maria Ângela Noronha Serpa, Júlio Gregório Filho e Maria Auxiliadora M. do Valle; b) suspensão por 60 dias: Bruno Bormann Zero, Fernando Duarte Lobo Machado Veloso, Flávio Alberto Botelho, Manoel Augusto dos Santos, Olegário José Mundim e Wallace José Sesana; c) suspensão por 90 dias: João Simplício Lopes Martins e Manoel Mozart Machado; 2) Exclusões (sem prejuízo da concessão de diploma se já concluídas as exigências acadêmicas pertinentes): Bárbara Hartz, Davi Emerich, Eduardo Almeida Netto, João da Silva Maia, José Humberto F. Rodrigues, Paulo Bernardo da Silva e Walter Nei Valente. 3) Vedada a participação em curso de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento, extensão ou especialização ou qualquer outro oferecido pela UnB, e a participação em qualquer programa. 4) Vedada a contratação pela FUB sob qualquer modalidade, inclusive prestação de serviço. 5) Suspensa por 18 meses a concessão de alojamento, bolsa ou quaisquer outros benefícios oferecidos pela UnB. (BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0038, p. 23-24).

em hotéis de Brasília/DF nos períodos antecedentes e coincidentes com a realização da 28ª Reunião da (...) SBPC". Entre os nomes, constavam os de Mário Schenberg e Bolívar Lamounier, hospedados no Aracoara Hotel (apartamentos 204 e 202, respectivamente), além de vários outros, hospedados na Escola Classe 410 Norte, no Camping etc.[45]

Em 22/08/76, após a colisão do veículo em que viajava, morreu o ex-presidente Juscelino Kubitschek, fato que causou grande comoção nacional. No Rio de Janeiro, de onde o corpo embarcou para o sepultamento em Brasília, milhares de pessoas acompanharam o cortejo até o saguão do Aeroporto Santos Dumont, ao som da seresta "Peixe Vivo", mas também dos hinos da Independência e da Bandeira, dando à manifestação caráter de protesto contra o regime que o cassou. Desde a chegada do corpo em Brasília, a multidão acompanhou o féretro, primeiro do aeroporto à Catedral e, de lá, ao Cemitério. Escolas suspenderam aulas, comércio e repartições públicas encerraram suas atividades, e uma enorme massa fez a pé o cortejo final, de cerca de 15 quilômetros. Celebrando o aniversário de um ano dessa inédita manifestação popular na Capital Federal, um panfleto do D.U./UnB, ao referir-se um tanto exageradamente a ela como "a passeata dos 100 mil em Brasília", relembrava os slogans gritados naquela oportunidade: "Liberdade!", "Abaixo a ditadura" e, parodiando a música "Peixe Vivo", sempre associada ao seresteiro JK ("Como pode um peixe vivo viver fora da água fria?"), a pergunta cantada "Como pode um povo livre viver sem democracia?".[46]

Para concluir as observações em torno dos tensos dias de 1976, vale considerar duas notas finais. Elas reforçam o contexto sombrio de então, permeado de ações que turvavam a transição, ainda que lenta e gradual, sinalizada pelo general-presidente Geisel.

A primeira das notas lembra que, nesse mesmo agosto de 1976, no dia 18, uma bomba explodiu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outra foi achada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o pavio chamuscado, porém apagado. O ataque a essas entidades, já engajadas na luta pela volta das liberdades democráticas e pelo Estado de Direito, amplificava as ameaças da extrema-direita.

A segunda nota dá conta de um detalhe pequeno, porém revelador, do drama por que passava o país. Trata-se do Informe nº 024/SISHCAER, da Seção de Informações de Segurança do HCAER (órgão ou unidade no âmbito do Ministério da Aeronáutica cujo carimbo, aposto no alto do documento, com as letras H, C e A em sequência, permite a suposição de que fosse o Hospital Central da Aeronáutica). Difundido para o III COMAR e para o CISA-RJ, tinha como assunto "Torturas no Brasil". Seu conteúdo era a reportagem ali anexada, matéria de capa da revista norte-americana *Time* de 16/08/76, "Torture as State Policy" [Tortura como Política de Estado]. O artigo jornalístico descrevia a prática, espraiada pelo mundo (Irã, Filipinas, Chile e Brasil, entre tantos outros países), as técnicas empregadas e os relatos de vítimas, tecendo uma análise do emprego da tortura como política de Estado. Na própria folha do informe de encaminhamento consta, manuscrita a lápis e rubricada, uma anotação de despacho: "Que injustiça, oh! Tratá-lo-emos com cachaça S. Francisco. Conhecimento. 24.08.76. Ciente. [Rubrica]".[47]

Esse é o ínfimo detalhe — menos de uma dúzia de palavras displicentemente anotadas sobre uma folha de documento que, em pouco tempo, iria parar no fundo de um arquivo, como tantos outros,

45 BR_AN_BSB_VAZ_133A_0076, 1-2. Esses prontuários referidos no expediente, bem como todo o resto do acervo documental do CIE, ainda não foram entregues à custódia do Arquivo Nacional, mesmo depois da edição da Lei de Acesso à Informação.

46 BR_AN_BSB_VAZ_0004_0095, p.4-5.

47 BR_AN_BSB_VAZ_0068A_0033, p.1.

inacessível. Entretanto, assume grande dimensão, pois parece revelar que a tortura, banalizada ali com ironia, e os torturados, mero objeto de desprezo, eram ontem (são ainda hoje) fruto da sensação de impunidade que tranquiliza os torturadores e os burocratas que viabilizam o sistema.

Enquanto isso, na UnB, as manifestações estudantis refluíam no segundo semestre de 1976, com poucos registros de mobilizações, retomadas somente em novembro, com uma assembleia geral estudantil no Anf-9 em 11/11/76. As eleições para o Diretório Universitário acabaram acontecendo em 20/11/76 e venceu a chapa Unidade, no pleito que, além da chapa Oficina, contava também com uma terceira, Construção.[48]

1977 Greve histórica e mais invasões policiais-militares

Se os anos de 1975 e 1976 foram caracterizados pela ascensão do movimento estudantil, em 1977 a mobilização dos estudantes, de intensidade inaudita até então na década de setenta, atingiu um patamar bastante elevado e contagiou o país. Uma das características desse movimento ascensional foi a opção — assumida não sem esforço e tensão interna pelos grupos de vanguarda do movimento estudantil — pelo recuo das demandas mais arrojadas em direção à revolução social, que caracterizaram a década de sessenta, e o subsequente ingresso nas entidades ditas atreladas, permitidas pelo poder. Se foi ou não a opção adequada, este não é o espaço para uma avaliação política retrospectiva. Porém, tratando-se aqui de um esforço de periodização e cronologia, importa assinalar tal característica como uma das linhas de força do período.

Tal mudança, obviamente, deve ser contextualizada. Para sua devida compreensão, exige que sejam considerados, entre outros fatores, não só a autocrítica feita pelos militantes derrotados em seus projetos revolucionários, mas também as indizíveis experiências da prisão, da tortura, do exílio, das perdas humanas pelos numerosos assassinatos, não raro tornados ainda mais dolorosos pela ocultação dos cadáveres dos ditos "desaparecidos políticos". Também não devem ser desconsideradas a vitória eleitoral do MDB em 1974 e as mudanças por que passavam as esquerdas no cenário mundial (estimuladas sobretudo pelo chamado eurocomunismo, com o reforço às bandeiras democráticas em detrimento do anterior apego à via revolucionária de transformação social).

De todo modo, o movimento estudantil da UnB iniciou o ano de 1977 justamente em torno de reivindicações ditas locais, pontuais ou imediatas, ligadas ao cotidiano dos alunos. Buscavam enfrentar um problema recorrente, relativo ao Restaurante Universitário: o aumento do preço das refeições. Assim, durante o mês de janeiro, estudantes retomaram o "Bandejinha", experiência bem sucedida no ano anterior, e voltaram a preparar e servir refeições a preços módicos, boicotando, uma vez por semana, o "Bandejão". Nem tudo (ou melhor, muito pouco) era festa: alguns estudantes chegaram a ser presos e fichados pela polícia na avenida L2 Norte, ao realizarem um "pedágio" (arrecadação de doações, em geral dinheiro miúdo) para custear a aquisição de produtos para as refeições elaboradas para o "Bandejinha".[49]

No plano nacional, uma iniciativa do regime logo mostrou que o ano de 1977 traria muitos sobressaltos, pondo em xeque a tímida abertura prometida. Em 1º de abril, lançando mão do AI-5, o general-presidente Geisel fechou o Congresso Nacional e, duas semanas depois, baixou uma

48 A chapa Unidade foi eleita com 50,2% dos votos, mais do que a soma da votação dada às duas outras, sendo que o primeiro presidente do D.U. foi o estudante Rocine Castelo de Carvalho.

49 Entre outros, foi preso o estudante Jorge Augusto Vinhas, conforme seu prontuário, coligido quando de seu depoimento à Polícia Federal em 06/06/77 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0109, p. 102).

série de medidas, sobretudo alterações no plano legislativo. Voltadas a impedir a derrota eleitoral da ARENA, o partido situacionista, no pleito de novembro seguinte, tais medidas ficaram conhecidas como o "Pacote de Abril".[50]

Na UnB, o Diretório Universitário coordenava discussões em torno do problema do jubilamento. Tratava-se, vale relembrar, do mecanismo que, ao exigir o cumprimento de requisitos como uma alta Média Global Acumulada (MGA), ausência de reprovações ou trancamentos de matrícula em semestres seguidos ou, ainda, a aprovação em dado número de disciplinas obrigatórias por certo período, fazia com que muitos estudantes fossem desligados da universidade.

Era notório o uso político conferido pela administração a esse mecanismo supostamente voltado, como apregoava a reitoria, para a manutenção do alto padrão do corpo discente. Ainda em 1970, por meio de ofício confidencial, o reitor Caio Benjamin Dias esclarecia ao brigadeiro Armando Troia, Diretor de Segurança e Informações do MEC, que, além da costumeira vigilância sobre os estudantes, "periodicamente, valendo-se de disposições estatutárias referentes ao aproveitamento do corpo discente, [a UnB] efetua o desligamento de alunos; entre estes incluem-se quase sempre, pelo baixo rendimento, os elementos que se votam à agitação e à exploração política."[51]

No dia 19/04, houve uma assembleia, com cerca de 200 alunos, para tratar do tema; dez dias depois, coincidindo com as eleições para a representação estudantil em âmbito departamental, o D.U. promoveu um plebiscito sobre o jubilamento e o ensino pago.[52]

Ainda em abril, importa mencionar que, no dia 30, na periferia industrial de São Paulo, 8 jovens estudantes e operários foram presos ao realizarem uma panfletagem crítica às celebrações oficiais do 1º de Maio. A operação policial, que reuniu figuras célebres da repressão como o coronel PM Erasmo Dias e os delegados Sérgio Fleury e Romeu Tuma, resultou no indiciamento dos jovens por ofensa à Lei de Segurança Nacional (valendo-lhes, de pronto, prisão preventiva por 30 dias, com incomunicabilidade nos primeiros 10). Nos dias seguintes, protestos estudantis começam a se espalhar pelo país, movidos, principalmente, pelas denúncias de que alguns dos presos estavam sendo submetidos a torturas.[53]

A temperatura política seguia esquentando. Na terça-feira, 03/05/77, enquanto na UnB o D.U. divulgava o resultado do plebiscito (88% dos estudantes contrários ao jubilamento pelos critérios impostos pela reitoria), cerca de 6.000 pessoas reuniam-se em frente à PUC da capital paulista para protestar contra as prisões, colocando lado a lado entidades estudantis (diretórios acadêmicos da USP, da PUC, de escolas do interior

50 Entre as principais alterações, constavam as seguintes: a) 1/3 dos senadores passaria a ser escolhido, em eleição indireta, por membros das Assembleias Legislativas e delegados de Câmaras Municipais (criava-se ali a figura que, jocosamente, ficou conhecida como "senador biônico", numa referência ao seriado televisivo norte-americano, de sucesso à época, "O Homem de Seis Milhões de Dólares": um agente que, à beira da morte, fora recuperado em cirurgia em que recebeu implantes cibernéticos); b) o mandato presidencial era ampliado de 5 para 6 anos, durante a própria gestão de Geisel; c) para além do pleito presidencial (e de 1/3 dos senadores), as eleições passariam a ser indiretas também para governadores e prefeitos de municípios considerados em área de Segurança Nacional; d) para emendas à Constituição passava a ser exigida apenas a maioria simples; d) ampliava-se a representação dos Estados menos populosos (onde a ARENA tinha, tradicionalmente, votações mais expressivas). Cf. Marly Motta, Pacote de Abril, em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>.

51 Ofício Confidencial Of. FUB-C nº 05/70, de 09/04/70, do reitor Caio Benjamin Dias ao Diretor de Segurança e Informação do MEC Brigadeiro Armando Troia (BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0113, p.2).

52 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 11 e 54.

53 Encaminhamento nº 033/PAMAER-RJ, de 05/05/77, ao III COMAR e SBRJ, com recortes do Jornal do Brasil de 04 e 05/05/1977 e a observação de que as manifestações estudantis proliferavam, com intensa infiltração de "elementos ligados ao PCB", e guardavam semelhança, por suas causas e seus efeitos, com as do ano de 1968 (BR_AN_BSB_VAZ_0066_0065, p.1-3).

e a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, UMES-SP), OAB, MDB e o Movimento Feminino pela Anistia. Em Brasília, no dia seguinte, cerca de 300 estudantes fizeram uma passeata até a reitoria da UnB e, ali, uma assembleia, para que uma comissão de estudantes entregasse ao reitor o resultado do plebiscito e também para protestar contra as prisões em São Paulo.[54]

Na manhã da sexta-feira, dessa mesma semana, os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB decidiram paralisar as aulas, em luta pela melhoria do nível do curso e contra a falta de professores. Às 12h, o D.U. promoveu uma reunião no "Bandejão", para discutir jubilamento, paralisação e solidariedade aos presos em São Paulo. No dia seguinte, ocorreram reuniões nas salas da representação da Medicina e da Física.[55]

Menos de uma semana depois, no dia 12/05, cerca de 100 estudantes reuniram-se na Entrada Norte do ICC e se encaminharam para a reitoria. Com faixas alusivas ao problema do jubilamento (por exemplo, "Trancamento não é a solução"), leram notas da representação estudantil da Comunicação (contra o choque de horários, a falta de professores e a falta de equipamentos, mais um abaixo-assinado com cerca de 130 adesões) e da Representação Estudantil (RE)/Ciências Sociais (praticamente as mesmas deficiências apontadas na Comunicação, acrescendo a demanda a participação estudantil na elaboração da grade horária; apresentou também um abaixo-assinado, com 103 adesões). Naquela oportunidade, o decano de graduação Reinhardt Adolfo Fucks recebeu uma comissão de estudantes.[56]

O dia 19/05, "Dia Nacional de Luta", foi marcado por manifestações estudantis em várias partes do país. Na UnB, a despeito da proibição ditada pela reitoria, as lideranças estudantis promoveram um Ato Público de protesto contra as prisões de estudantes em São Paulo, contra as torturas e contra a falta de liberdade de organização e de expressão. Os muitos estudantes que foram até os gramados da Faculdade de Educação fizeram uma breve assembleia (na "Praça Edson Luís", espaço entre a F.E. e a quadra de basquete) e seguiram em passeata até a reitoria, onde, ao avistarem o reitor José Carlos Azevedo a observá-los da janela de seu gabinete, passaram a gritar "Fora! Fora!", com os polegares voltados para o chão. Dali, caminharam até o R.U., onde a manifestação se dispersou.

A retaliação do reitor ao comparecimento maciço e à própria manifestação dos estudantes viria menos de duas semanas depois. Antes, porém, ele baixou o Ato da Reitoria nº 167/77, de 20/05/77, por meio do qual aplicou a 269 estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo a sanção disciplinar de repreensão, em razão da paralisação das aulas, que já durava duas semanas.[57]

Para se compreender melhor o ambiente de então, vale mencionar que, nesse mesmo dia 20, um informante relatava à Assessoria de Segurança e Informação (ASI/UnB) que, no "Zebrinha" (CLN 405), botequim muito frequentado pelos estudantes da UnB, alunos "comentavam que se houver punições na UnB, decorrente *(sic)* do Ato Público realizado no dia 19 mai *(sic)*, irão promover uma Greve Geral."[58]

Na segunda-feira 23/05, quando os estudantes da FAU suspenderam a paralisação e retornaram às aulas, teve início o período oficial de

54 BR_AN_BSB_VAZ_0066_0065, p.1-3; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 11 e 22.

55 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 74 e 82

56 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 18 e 23-26.

57 Para a extensa relação com nome e matrícula de cada um dos 269 punidos, anexa ao Ato da Reitoria nº 167/77, ver BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0023, p. 1-9.

58 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 71.

campanha eleitoral para o D.U., com vistas ao pleito marcado para a quinta-feira, 26/05. Realizadas as eleições, saiu vencedora a chapa Oficina.[59]

Apesar dos eventos dessa semana eleitoral, que sinalizavam certa distensão, não chegou a ser recebido com surpresa o Ato da Reitoria nº 173/77, assinado na segunda-feira 30/05/77, pelo qual o reitor puniu disciplinarmente 16 estudantes pelas manifestações relacionadas ao ato público de 19/05, "Dia Nacional de Luta". Com a medida, 11 alunos foram suspensos por 3 dias, 3 alunos por 10 dias e 2 receberam 29 dias de suspensão, além de terem, todos, vedada a concessão de bolsas e sua contratação pela Universidade. Entre os punidos, vários participavam da gestão anterior do D.U. ou mesmo da nova diretoria.[60]

No dia 31/05, a assembleia geral dos estudantes, convocada na véspera para análise coletiva das punições, começou às 10h25, em um Anf-9 lotado (apesar de comportar em seus assentos pouco mais de 200 pessoas, os relatórios de espionagem relataram a presença de cerca de 500 alunos). A mesa diretora dos trabalhos compunha-se de 40 alunos, tendo a grande a maioria concorrido nas recentes eleições para o D.U.; sob a coordenação do estudante de Agronomia, Antônio Ramaiana, foi lançada a questão candente: em face das punições efetivamente impostas no dia anterior, o que fazer? A aluna Maria Tereza G. de Souza, com a palavra, respondeu apenas que a decisão já fora tomada por todos, dias antes, quando do Ato Público no Dia Nacional de Luta (19/5): se houvesse punição, haveria paralisação. Seguiram-se ainda alguns poucos oradores, todos em consenso quanto à greve, prontamente aprovada e que ali mesmo se iniciava. (O relato das ocorrências desse dia, como dos dias seguintes, foi calcado em documentação do acervo ASI-UnB, notadamente em um informe apócrifo da vigilância e no Relatório nº 01/77, "Retrospectiva do Movimento Estudantil Desenvolvido Entre 31/05/77 e [22/06/77]", rubricado pelo chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio-SPP/UnB, Sindulfo Chaves Filho).[61]

Às 11h20 dessa terça-feira 31/05, os estudantes saíram do Anf. 9 formando uma passeata, que cruzou o ICC Norte, seguiu para a área da Faculdade de Tecnologia (Engenharias) e, por fim, chegou ao R.U., onde a assembleia recomeçou às 11h40. Passaram às medidas práticas, como a ida de comissões às demais unidades (Faculdade de Educação, Educação Física (C.O.), Biblioteconomia, Hospital de Sobradinho etc.); bem como a mobilização de grupos para organizar os piquetes (bloqueio dos acessos às salas do ICC com carteiras escolares e presença física de convencimento), além da produção de faixas e cartazes sobre a greve. Um grupo de cerca de 150 estudantes ocupou a entrada do ICC Norte e lá permaneceu até 19h30, partindo então para o D.U., onde ficou até cerca de 0h30 do dia 1º/06. No período noturno, por determinação da reitoria, o serviço de limpeza da UnB e os vigilantes do SPP foram mobilizados para recolocar as carteiras nos seus lugares. Na Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, o professor Paes Landim e alguns alunos entraram em sala para aula, mas não havia carteiras, então foram para a sala do docente. Houve discussão com o grupo de piquete, que teria usado xingamentos, e o professor Paes Landim teria agredido com

59 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 71 e BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 19-23. De acordo com a Informação ASI/UnB nº 058/77, de 31/05/77, enviada para a DSI/MEC, chapa presidida pelo estudante Flávio Alberto Botelho, concorrente vitorioso à presidência, recebeu 3.105 votos, superando as chapas presididas por Maria Ângela Noronha Serpa, com 1.994 votos, e por Antônio Ramaiana Ribeiro, com 1.429 votos.

60 A) Suspensos por 29 dias: Rocine Castelo de Carvalho (ex-presidente do D.U.) e Sérgio Mascarenhas de Moura; B) suspensos por 10 dias: Caetano Ernesto da Fonseca C. Pereira de Araújo; José Ralf de Oliveira Campos; e Michel Zaidan Filho; C) suspensos por 3 dias: Bruno Bormann Zero; Carlos Geraldo Megale; Flávio Alberto Botelho (recém-eleito presidente do D.U.); Leila Abdallah; Manoel Augusto dos Santos; Manoel Mozart Machado; Olegário José Mundim; João Simplício Lopes Martins; Maria Auxiliadora de M. Valle; Milton Biagi; e Wallace José Sesana. (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0023, p. 10-11).

61 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 5-9; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p. 86-88; e BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_0031, p. 12. O alentado Relatório ["Retrospectiva (...)"], a cobrir 23 dias bastante agitados na UnB, consta do retrocitado arquivo BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 5-88

soco um estudante, quando os demais apartaram a confusão. Um dado interessante: com a deflagração da greve, as *tendências* do movimento estudantil (caracterizadas em torno das chapas concorrentes ao D.U.: Debate & Ação, Unidade, Construção e Oficina) uniram-se em uma coordenação a que denominaram Comissão Central de Greve.

No dia seguinte, 1º/6, a partir de 7h30, grupos de alunos vindos do C.O. foram chegando e refazendo os bloqueios com carteiras nas entradas principais e nas extremidades do ICC. Entre 8h e 9h, soldados da Polícia Militar anotavam nomes de todos os que chegavam de carro. Carteiras empilhadas nos corredores e fechaduras entupidas impediam o acesso a várias salas de aula. Grupos de piquete interromperam algumas aulas que ocorriam no ICC (inclusive uma prova na Biologia), na F.E. e nas Engenharias. Às 9h30, no hall de entrada do ICC Sul, cerca de 700 estudantes assistiram a uma peça teatral, "O Rei Thor e seu séquito". Convidados para palestrar sobre o tema "Constituinte", os deputados do MDB Airton Soares, João Gilberto e Santilli Sobrinho foram à UnB e, no Teatro de Arena com cerca de 1.500 estudantes, apresentaram sua solidariedade à luta dos estudantes e lamentaram não poder ficar mais tempo pois teriam que retornar ao Congresso, pois o Deputado Marcos Tito, também do MDB, estava em vias de ser cassado. A Assembleia foi concluída com a organização de piquetes (tendo um grupo saído imediatamente para interromper uma prova que ocorria no Departamento de Música) e atividades culturais para os próximos dias, após o que foram para o R.U., onde houve apresentação da peça "O Rei Thor no Reino dos Urubus". À tarde houve mais piquetes e interrupção de algumas aulas pelo *campus*.[62]

A partir do dia 2/6, constam do acervo pesquisado vários registros oriundos não apenas de informantes do SPP e ASI, mas também telex da Polícia Federal, com detalhes de ocorrências pelo *campus*. Um desses telex dá conta da presença de força policial na UnB, o que foi reiterado pelos relatos de informantes SPP, os quais mencionaram ainda a tentativa, pelos estudantes, de afixação de cartazes e montagem de piquetes, barrada pela ação de vigilantes do SPP em maior número que nos dias anteriores. Alunos comentavam entre si a presença de muitos policiais à paisana transitando pela universidade. No ICC ocorreram passeatas protestando contra a repressão e piquetes contando entre 200 e 400 estudantes nas entradas principais (ICC Norte e Sul). Na entrada principal do ICC Norte, ocorreu uma assembleia com cerca de 600 estudantes, quando foi enfatizado que os estudantes lutavam por melhores condições de ensino, mas o reitor respondia com repressão policial. Diante da presença de policiais, os estudantes decidiram passar a noite no *campus*, em vigília.[63]

Na manhã do dia 3/6, segundo relato de agente da Polícia Federal (via telex), professores reuniram-se com o reitor no Auditório da Reitoria, que ficou lotado (capacidade: 80 pessoas); do telex consta ainda que cerca de 30 policiais da Secretaria de Segurança Pública do DF deslocavam-se em grupo para o ICC; e que na assembleia dos estudantes, fora aprovada a proposta de entrega de uma carta (sobre violações de direitos humanos) à Primeira Dama dos EUA, Rosalynn Carter, que nos próximos dias visitaria o Brasil. Os estudantes declararam-se em assembleia permanente e votaram pela continuidade do movimento até que fossem revistas as punições. Naquela oportunidade, comentaram a declaração do reitor Azevedo nos jornais do dia, que disse ser o movimento coisa "apenas de uma minoria"; frente a isso, um estudante propôs que o Teatro de Arena passasse a se chamar "Teatro da Minoria". Ante à continuação do cerco policial; decidiram não fazer vigília à noite. Os professores, reunidos desde 17h30, aguardaram até 19h30 o retorno dos

62 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 9-13; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.89-111 e 114.

63 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 13-20; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.112-116.

3 colegas que, buscando mediar a crise, foram conversar com o reitor. Sobre a reavaliação das punições, reitor apenas orientou-os que, contra a decisão, caberia recurso ao Conselho Universitário. O reitor Azevedo disponibilizou o Anf. 9 para a manhã seguinte, com o compromisso de que professores e estudantes não seriam molestados se tratassem de encerrar o movimento; por meio do comandante do policiamento na UnB, o reitor contatou o comandante da PM/DF e com ele acertou a retirada do efetivo policial, que deixou a universidade ainda à noite. Nesse mesmo dia 3/6/77, o reitor ainda baixou a Instrução da Reitoria nº 003/77, fixando recesso extraordinário para os dias 6, 7 e 8/6/77 (a coincidir com a visita de Rosalynn Carter a Brasília). Os estudantes, diante da limitada resposta que os professores trouxeram da reitoria, decidiram não aceitar a reunião no Anf. 9.[64]

Nos dias 4 e 5/06, um fim de semana, foram registradas atividades estudantis reduzidas na universidade, mas não nas redondezas: consta de um relato de informante que, no domingo 5/6, "a aluna da UnB Maria Ângela Noronha Serpa, acompanhada de 3 pessoas, esteve na SQN 404, bloco H, no 1º ou no 2º andar. Estava com uma máquina de escrever e folhas de *stencil*. Ao saírem carregavam uma mala." Ademais, consta de telex que uma escolta da Polícia Federal (SR/DPF/MG) realizou o transporte, para Brasília, de um estudante da UnB capturado em Belo Horizonte em ocorrência ligada ao movimento estudantil.[65]

Na segunda-feira 6/6/77, desde cedo a periferia da UnB encontrava-se sob controle da PM/DF; pela manhã, houve uma passeata pelo ICC e a concentração de cerca de 500 estudantes na Rampa 2, ICC Norte; às 10h45, cerca de 1.800 estudantes, em assembleia no "Teatro da Minoria", decidiram pela continuidade do movimento. Ao meio-dia, a Polícia Militar invadiu o *campus* e prendeu diversos manifestantes. À tarde, cerca de 120 alunos reuniram-se na Rampa 1, ICC Sul. Conforme deliberação de assembleia, uma carta foi entregue à Sra. Rosalynn Carter (a entrega foi feita pelo ex-estudante e então fotojornalista Marcos Santilli, de acordo com seu próprio depoimento à Comissão Anísio Teixeira). A correspondência, redigida em inglês e dirigida ao presidente dos EUA Jimmy Carter (que assumira a presidência em 20/1/77), era assinada "The Students of University of Brasília". A carta discorria sobre a situação dos direitos humanos no Brasil (prisões políticas, torturas, assassinatos e desaparecimentos), destacando, em particular, a falta de liberdade de organização e expressão na UnB sob ocupação policial-militar.[66]

Em 10/6, cerca de 1.500 estudantes reuniram-se novamente em assembleia no Teatro de Arena, assim como aproximadamente 1.600 alunos o fizeram na segunda-feira, 13/6. Nesses momentos, as intervenções dos estudantes não poupavam a imprensa e seu silêncio sobre a invasão e a violência policial (não apenas contra portas e equipamentos como, sobretudo, contra estudantes, professores e funcionários — mencionaram algo em torno de 80 prisões de estudantes, inclusive em suas residências). Destacaram uma comissão de alunos para, em conjunto com uma de professores, comparecer ao MEC em busca de solução para a crise, o que realmente fizeram, sem sucesso. Repetidamente enfatizaram a importância de criarem suas entidades estudantis autônomas em relação à administração da Universidade, como já vinha ocorrendo em outros Estados (Diretório Central dos Estudantes – DCE Livre e centros acadêmicos, C.A.s Livres). A cada assembleia era reiterada a posição de continuidade da greve. Ainda em

64 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 21-28; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.117-118.

65 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0109, p.33; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 28; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.122-124; o estudante transportado pela escolta da PF foi Carlos Adalberto Estuqui Filho; quanto à mencionada ocorrência, tratou-se do Encontro Nacional de Estudantes – ENE em Belo Horizonte, o qual foi objeto de repressão policial, com numerosas prisões.

66 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 28; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.123-125. Cópia da Carta dos estudantes à Srª Carter está em BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p. 54.

13/6, estudantes do D.U. entregaram pedido de revisão das punições ao reitor, que o recebeu como recurso e o despachou, no dia seguinte, à apreciação do Conselho Universitário (com sua apreciação favorável à manutenção das sanções). A propósito, o reitor Azevedo chegou a baixar, via edital, a Resolução da Reitoria nº 37/77, desse mesmo dia 13/06, determinando o fim imediato da paralisação coletiva e sinalizando que, para além da regular aplicação de faltas e eventual menção SR/ Sem Rendimento em provas perdidas, os recalcitrantes seriam punidos com sanções disciplinares de repreensão e suspensão, sem prejuízo de expulsão em conformidade com a legislação.[67]

Em relação ao dia 14/06, explicitando os métodos de espionagem e controle político empregados na repressão aos estudantes, os registros trazem a degravação de uma fala do presidente do D.U. Flávio Botelho em evento cultural no ICC. Naquela oportunidade, dava ele alguns avisos sobre futuras atividades e sobre o ato público de 16/5, tecia comentários a respeito da cobertura negativa da imprensa sobre a greve, observava que o reitor agia procurando ignorar a greve, como se a UnB estive em plena normalidade.[68] A presença dessa degravação no arquivo da ASI/ UnB diz menos sobre o teor da intervenção do presidente do D.U. do que sobre o caráter da repressão e o nível de seus procedimentos.

Na quarta-feira 15/6, dia em que o Parlamento aprovou emenda constitucional que permitia o divórcio no país, ocorreu mais uma assembleia no Teatro de Arena, precedida por uma passeata pelo ICC. Na manifestação, estudantes entoaram mais uma paródia da música "Peixe Vivo": "Como pode um povo livre viver sem democracia, como poderei viver com Azevedo na Reitoria". Realizaram Ato Público que começou com apresentação da peça satírica "Os sapos da tia Azedinha", depois do quê foram lidas cartas de apoio e solidariedade de estudantes de outros estados; presentes ao Ato, alunos dos colégios Marista, Objetivo SP-B e Pré-Universitário portavam faixas de apoio do movimento secundarista aos universitários em greve.[69]

Na manhã de 16/6, os estudantes, reunidos em assembleia na Ala Norte do ICC, ouviram do presidente do D.U. a denúncia de que a polícia havia distribuído um falso panfleto do grupo Unidade. Ao esboçar a divisão no seio do movimento e pressionar pela volta às aulas, esse simulacro é mais um exemplo eloquente do caráter da repressão e do nível de seus métodos.[70]

A sexta-feira 17/6 mostrava-se, desde cedo, ser um dia diferente em relação às duas semanas anteriores: não havia carteiras amontoadas barrando o acesso às salas, mas mesmo assim não havia aulas ocorrendo. As faixas de apoio à greve, que eram sempre retiradas pelo SPP, seguiam afixadas nas paredes. A partir das 15h20, no Teatro de Arena ("Teatro da Minoria"), em torno de 1000 estudantes iniciaram uma assembleia para discutir os rumos do movimento. Ao longo da tarde, a presença aumenta para cerca de 1800 estudantes. Várias intervenções destacaram a importância da criação de entidades não controladas pela reitoria (DCE Livre, DAs, CAs). Crescia a expectativa sobre o resultado da reunião que ocorreria mais tarde, do Conselho Universitário (CONSUNI), órgão colegiado que, embora previsto no estatuto e no regulamento geral da UnB, jamais havia se reunido antes — a evidenciar a natureza centralizadora da administração, pouco afeita às discussões coletivas. Naquela oportunidade, o CONSUNI, por maioria de votos, referendou as punições impostas pelo AR nº 173/77 a 16 estudantes, no dia 31/5. A reunião encerrou-se às 21h15 e, às 22h, o presidente do D.U. reuniu-se

67 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p. 29-38; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.125-127 e 133; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p. 31-36 e 38-39; e BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0093, p.1-15.

68 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.146-148.

69 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.138-140, 158 e 163.

70 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.171; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p.86.

no ICC Norte com os cerca de 80 estudantes que ficaram aguardando o resultado. Diante da comunicação de que as punições não foram revogadas, entoaram palavras de ordem como "A greve continua!". Às 22h05, foram realizadas prisões de estudantes.[71]

No sábado, dia 18/06, enquanto ocorriam mais algumas prisões de estudantes, o reitor Azevedo baixou o Ato da Reitoria nº 187/77, por meio do qual determinava a abertura de um inquérito disciplinar. No prazo de 20 dias, seriam apuradas as responsabilidades dos alunos que:

a) ofenderam fisicamente, caluniaram, injuriaram ou difamaram membros dos corpos docente, discente, e técnico-administrativo; b) organizaram, participaram de piquetes, aliciaram ou incitaram a deflagração de movimentos que têm objetivado a paralisação ou a interrupção de aulas; c) impediram colegas de assistir às aulas; d) organizaram, conduziram ou participaram de passeatas, encontros ou reuniões não permitidos, com vistas a paralisação de aulas; e) danificaram o patrimônio da FUB.

Em complementação, a Resolução da Reitoria nº 43/77 designou os nomes para compor a comissão, indicando, para presidi-la, o Decano de Assuntos Comunitários, professor Luiz Otávio de Moraes Souza Carmo (dias depois, por meio da Resolução da Reitoria nº 045/77, de 22/06/77, procedeu à substituição do membro estudante).[72] Ademais, por meio do Ofício Interno OI MRT nº 001/77, o reitor encaminhou ao presidente da comissão de inquérito uma relação de nomes de alunos indiciados, com respectivo número de matrícula, endereço, fotografia e demais documentos para instruir o referido inquérito. Buscando diluir o movimento, o reitor determinou ainda por meio da Instrução da Reitoria nº 005/77, a antecipação do recesso, com a suspensão das aulas por 33 dias (de 22/06 a 24/07).[73]

A crise, que já era grande, aprofundou-se ainda mais. Na segunda-feira, dia 20/6, a assembleia no Teatro de Arena começou com cerca de 2.000 estudantes; entre as intervenções, um aluno relatou que, segundo contato feito com a OAB, soube que os estudantes presos dias 17 e 18 estavam passando bem. Outros alunos denunciaram que a "IV Carta Aberta à População", distribuída em nome do D.U., era falsa, tal como aquele panfleto supostamente do grupo Unidade, tratando-se, acreditavam, de iniciativa da reitoria ou da polícia. Deliberaram pela continuidade da greve e pela formação de uma passeata. Assim, cerca de 2.500 estudantes deixaram o Teatro de Arena e seguiram em passeata pelo ICC, onde interromperam algumas aulas entoando o Hino Nacional e o da Independência, "Peixe Vivo" e palavras de ordem ("A greve continua, põe o capitão na rua!", "abaixo a repressão e também ao capitão!" etc.). Saindo pela extremidade Sul, alcançaram a Faculdade de Educação, a de Tecnologia, o Departamento de Música e o R.U., seguindo para a Reitoria, onde, entre outras palavras de ordem, gritavam "1, 2, 3, minoria são vocês" e "Abaixo o Azevedo". A passeata, então, voltou ao R.U. e se dissolveu. À tarde, foram promovidos piquetes pelo ICC e concentração na Ala Norte do ICC; cerca de 300 estudantes seguiram para o Senado, onde foram ouvir pronunciamento do senador Marcos Freire.[74]

No dia 21/6, mais concentração, passeata, piquetes, reuniões. Um aspecto vale ser ressaltado: nos registros da espionagem, começam a aparecer

71 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p.57; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.167, 169, 184; BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p.28.;

72 Além do professor Luiz Otávio, integravam a comissão os também professores Elmano Cavalcanti de Farias e Lincoln Magalhães da Rocha, e o estudante Paulo Afonso Linhares, depois substituído pelo estudante Paulo de Tarso Braz Lucas.

73 BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_002, p.1; BR_DFANBSB_AA1_0_INF_092, p.28-30; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_110, p. 69; BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_123, p.1; e BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_016, p.41 e 47.

74 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_110, p. 58-65; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.173-174, 176-179 e 184-186.

novos nomes, pois as lideranças mais conhecidas estavam quase todas presas ou em vias de o ser, ou de algum modo visadas pela(s) polícia(s) e, portanto, momentaneamente afastadas do palco dos acontecimentos. A renovação no movimento estudantil acontecia a ferro e fogo. Nesse dia, duas notas oficiais circularam, no tom sombrio e inconfundível das ditaduras. Na Nota da Reitoria, o reitor Azevedo retomava a argumentação de que o movimento nada tinha de reivindicações acadêmicas, mas apenas demandas de ordem política, sendo fruto de subversão levada adiante por maus estudantes; apelava aos pais para que os orientassem e insistia que as medidas repressivas então tomadas, em conformidade com a decisão governamental de tolerar até o limite além do qual há dano à tranquilidade pública, só se deram porque o aconselhamento e os alertas da administração, ignorados, não surtiram efeito. Já a Nota da Polícia Federal (SR/DPF/DF) listava 14 estudantes indiciados por "ilícitos atentatórios à Segurança Nacional" (e, por isso, submetidos a prisão preventiva por 30 dias), dos quais 7 já se encontravam "presos e recolhidos ao xadrez desta SR".[75] Observa-se que os indiciados eram lideranças do movimento estudantil, a grande maioria havia concorrido na recente eleição do DU ou no pleito anterior, todos com papel de relevo nas mobilizações (intervenções em assembleias, coordenação de piquetes etc.), a evidenciar uma operação policial desfechada após prévia análise de informações sistematicamente coletadas.[76]

Na quarta-feira, 22/6, mais uma passeata, com cerca de 500 estudantes, seguiu da Faculdade de Tecnologia até a Rampa 2 do ICC (Ala Norte). Por parte da administração, o reitor assinou, *ad referendum*, a Resolução do Conselho de Ensino e Pesquisa nº 001/77, por meio da qual eram fixadas novas datas para o calendário escolar: após o longo recesso forçado, as aulas seriam retomadas em 25/7 e o 1º período letivo se encerraria em 31/8; após o período de matrícula, o 2º semestre letivo começaria 12/9 e findaria em 22/12; ficava cancelado o Período Especial de Verão do início de 1978; as datas previstas para o 1º vestibular de 1978 estavam mantidas.[77]

Em 23/6, concluindo uma parte substancial das tarefas que o assoberbaram nas 3 semanas anteriores, o chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP/UnB) Sindulfo Chaves Filho faria chegar a reitoria o Relatório SPP nº 01/77. Tratava-se de uma detalhada descrição dos acontecimentos ligados ao movimento estudantil na UnB desde o dia 31/5/77, quando se iniciou a greve, até o dia 22/6/77, quando se iniciou a greve, até o dia 22/6/77, com informações minuciosas. Era um alentado conjunto de notas (74 páginas mais 9 de documentos anexos), a cobrir toda a greve até então, dia a dia, hora a hora, repleto de nomes e circunstâncias, cujo encerramento trazia uma lista com nada menos do que 314 participantes do movimento estudantil nominalmente identificados.[78] (Tal relatório, vale antecipar, viria a fundamentar, como conjunto de provas indiciárias, o inquérito referente ao Ato da Reitoria nº 187/77, concluído em julho com severas punições a 64 alunos, dentre os 75 indiciados). O reitor Azevedo, quatro dias depois, por meio do Ofício O.I. MRT nº 002/77, formalizava o encaminhamento ao presidente da comissão de inquérito novo conjunto de informações sobre alunos indiciados, para instrução do processo.[79]

Fechando o mês de junho, o reitor deu publicidade a uma "Carta ao Estudante da UnB" (C- MRT nº 225/77, de 30/06/77), na qual, entre

75 José Ralf de Oliveira Campos (já preso); Michel Zaidan Filho (já preso); Paulo Henrique Veiga; Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro (já preso); Luiz Antônio Nigro Falcosky (já preso); Flávio Augusto [sic, Alberto] Botelho; Hudson Cunha (já preso); Sérgio Mascarenhas de Moura; João Simplício Lopes Martins (já preso); Rocine Castelo de Carvalho; Maria Ângela Noronha Serpa (já presa); Florianita Coelho Braga; Maria Auxiliadora de Medeiros Valle; Leila Abdalah.

76 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_111, p. 175, 179 e 188; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p.58-65; e BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p.44-46.

77 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0111, p.189; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p.49-50.

78 Para o Relatório SPP nº 1/77, v. BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0110, p.2-88.

79 BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0123, p.3.

outras tentativas de fazer cessar a paralisação, dramatizava sobre a suposta vinculação do movimento à subversão internacional: "Sei que não me cabe comentar temas políticos e que não vejo ameaças em toda parte (...). Tenho entretanto certeza de que V. não sabe que HO-CHI-MIN nasceu no dia 19 de maio — "Dia Nacional da Luta" —; que a carta entregue a Sra. Carter foi lida pela Rádio Havana e pela Rádio Central de Moscou seis horas depois de sua entrega. (...)". Associando os líderes do movimento de 1977 aos agitados dias de 1968 (e, assim, trazendo à memória o anticlímax de 13/12/68 com a edição do AI-5), acrescentava: "Pretendem eles restabelecer as condições anteriores a 1970, quando a UnB era tida como a central de tóxicos de Brasília e o local onde prevaleciam o desacato e a violência."[80]

Dia 18/7, uma semana antes de encerrar-se o recesso extraordinário e, assim, ser reiniciado o 1º semestre, foi concluído o inquérito disciplinar decorrente do A.R. nº 187/77. Mesmo derrotado, houve um voto em separado: o estudante Paulo de Tarso Braz Lucas, por julgar que não havia elementos de convicção suficientes para sustentar as punições individualizadas, discordou dos demais membros, que defendiam a necessidade de pesadas sanções. A despeito desse dissenso, as palavras do reitor Azevedo no processo não escondiam seu ânimo em barrar o que entendia como subversão (segundo uma visão e uma retórica que ecoavam tanto o anticomunismo dos anos 30 como o da então recente Doutrina de Segurança Nacional):

> ... decido com a convicção serena de que esses moços são obreiros de um grupo solerte e insidioso que busca, na ofensa e no desrespeito aos mestres, na coerção aos colegas e no aviltamento as instituições, atingir a sociedade e o poder constituído.[81]

O reitor Azevedo impôs àqueles jovens severas punições[82]: 30 estudantes foram expulsos[83] e 34 foram suspensos (dos quais 7 estudantes receberam suspensão de 90 dias[84]; 25 estudantes foram suspensos por 30 dias[85]; e 2 estudantes receberam 5 dias de suspensão[86]). Ademais, aos punidos foram ainda canceladas por um ano as bolsas porventura concedidas, vedada a concessão de novas bolsas ou quaisquer outros benefícios pelo mesmo período, devendo os expulsos desocupar o Alojamento Estudantil em 4 dias e os suspensos fazê-lo em até 15 dias.

Muitos professores e funcionários foram solidários ao movimento dos alunos ou, ao menos, contrários à forma autoritária de condução do processo pela reitoria (a ponto de o corpo docente organizar uma comissão de apoio que viria a se tornar embrião da associação de docentes criada em 1978, ADUnB), conforme historiou uma publicação

80 BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0007, p.1-2.

81 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p.38.

82 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p.32-42.

83 Agamenon de Araújo Sousa; Alcides Bartolomeu de Faria; Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro; Arlete Avelar Sampaio; Carlos Alberto de Almeida; Carlos Geraldo Megale; Erika Jucá Kokay; Evelyn de Oliveira Pena; Flávio Alberto Botelho; Florianita Coelho Braga; Heitor Matallo Júnior; Hudson Cunha; João Simplício Lopes Martins; Jorge Augusto de Oliveira Vinhas; José Ralf de Oliveira Campos; Juarez Pires da Silva; Leilah Abdallah; Ligia Terezinha Lopes Simonian; Manoel Mosart Machado; Marco Antônio Ribeiro V. Lima; Maria Angela de Noronha Serpa; Maria Auxiliadora de Medeiros Valle; Maria do Rosário Caetano; Maria Tereza Gonçalves de Souza; Michel Zaidan Filho; Olegário José Mundim; Paulo Henrique Veiga; Sérgio Mascarenhas de Moura; Virgílio Ribeiro Neto; e Wallace José Sesana.

84 Areolino Moreira Bonfim; Euripedes Alvarenga Barbosa; Ivaneck Perez da Silva; Luciano A. Gonzaga Vilarino; Mitchurim Borges Diniz; Newton Camargo de Paula; e Rocine Castelo de Carvalho.

85 Aderval Borges da Silva; Adilson Marcondes; Ana Lúcia do Carmo Luiz; Carlos Hidemi Vesugui; Catisumi Iwakawa; Claudia Hofman Mota; Eneida Bueno Benevides; Everaldo Maia Queiroz; Felicio Sala Neto; Francisco das Chagas Lisboa dos Reis; Geysa Maria Brasil Xaud; Hailhi Lauriano Dias; Hélio Lopes dos Santos; João Constantin Kefalas; João Francisco de S. Castro Gomes; João Nogueira Fanuchi; José Carlos Teramussi; Juvenal Lira de Mesquita; Lúcia Farias Ferreira; Lumi Kihara; Luís Antônio Nigro Falcoski; Maria de Fátima Carvalho Lima; Maria Francisca A. de Souza; Raimundo Nonato Aires; e Solomon Cytrynowicz.

86 Alício Rodrigues Boaventura e Pedro Paulo Eleutério de Barros Lima.

do DCE Livre (em 1979),[87] já no bojo da campanha pela readmissão dos excluídos. Sem embargo, segundo a mesma fonte, com base no depoimento de funcionários e professores, a Comissão de Inquérito decidiu pela expulsão ou suspensão de estudantes.[88]

No dia 25/7, após o fim do recesso forçado, as atividades foram retomadas na UnB. Pouco mais de uma dezena de alunos, contrários ao movimento grevista, haviam conseguido na Justiça um *Habeas corpus* que lhes assegurava o direito de assistirem às aulas (o que forneceu à reitoria uma justificativa jurídica para recorrer à repressão policial). Quando os primeiros piquetes começaram a ser montados, a força policial já estava pronta para garantir o cumprimento da medida judicial e deu início a uma brutal repressão, da qual resultaram numerosas prisões de estudantes, muitos espancamentos e outras violências. A partir de então, a presença de forças policiais-militares no *campus* passou a ser cotidiana, configurando verdadeira ocupação militar da Universidade, que perdurou ainda por várias semanas (vale lembrar que o encerramento oficial do primeiro semestre letivo com o novo calendário deu-se apenas em 31/8/77, esvaziando mais uma vez o *campus*).

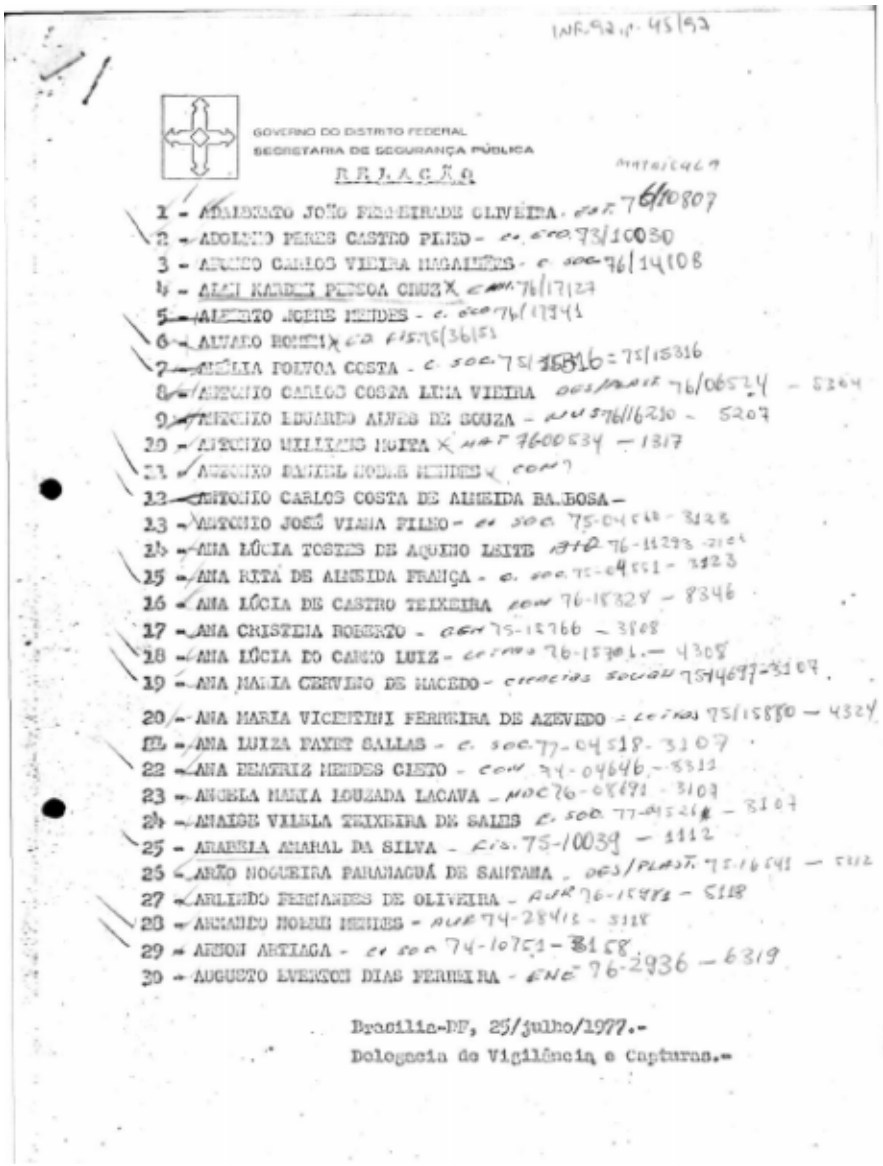
Em 25/7 e nos dois dias seguintes, a Secretaria de Segurança Pública do DF realizou, ao todo, a prisão de 153 estudantes.[89] Por meio da Informação nº 075/77 ASI/UnB, de 1º/9/77, a Universidade encaminhou à DSI/MEC a relação nominal dos presos; com a Informação nº 092/77 ASI/UnB, de 2/9/77, enviou 147 fichas individuais dos alunos presos nesses dias, seus dados de identificação e qualificação, comprometendo-se a enviar as restantes em breve. A respeito do motivo das prisões, a ASI/UnB esclareceu: "todas se deu (*sic*) por estarem ativando e participando do Movimento Estudantil, sob o pretexto de darem continuidade a greve deflagrada na UnB". Acrescentava, sem plena certeza: "pelo que sabemos, todos foram liberados após identificados pela SEP/DF."

87 BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_0031, p.12-13. Mais tarde, quando resolveu escrever sua história, a ADUnB reconheceu o papel desempenhado pelo movimento estudantil de 1977 na gestação da associação. Na memória do grupo de professores resistentes ficou "a dívida contraída para sempre com os estudantes, que à custa de muito sacrifício pessoal e acadêmico, lhes abriria, mesmo sem querer, o caminho para a formação da sua própria entidade representativa" (ADUnB, Sonho e realidade: o movimento docente na Universidade de Brasília, 1977-1985. Brasília: s/ed., 1994, p. 46).

88 Nota da Redação: As notas de rodapé nº 88 e 89 foram eliminadas quando da revisão final do texto para publicação definitiva. O trecho pertinente da fonte documental (publicação do Diretório Central dos Estudantes, datada de 1979) que embasou a menção, no Relatório, aos nomes de professores e funcionários não permite uma interpretação unívoca, possibilitando leituras distintas e, inclusive, de sentidos diametralmente opostos. Quando da redação deste tópico do Relatório, lamentavelmente foi considerada apenas uma das leituras possíveis e, assim, foram equivocadamente mencionados todos os nomes citados no referido documento como tendo testemunhado em desfavor dos estudantes, quando, de fato, a referência original era de professores e funcionários que haviam testemunhado no inquérito. Tendo em vista a necessidade de clareza e precisão, especialmente no caso de citações nominais, e ante à carência de dados esclarecedores, a equipe de relatoria da Comissão optou por suprimir tais citações nominais.
Na oportunidade, pedimos sinceras desculpas às pessoas que foram nominalmente referenciadas de forma equivocada — e à sua memória.
Aproveitamos para reforçar uma advertência metodológica já apresentada anteriormente em outras partes do Relatório, no sentido de enfatizar os seguintes aspectos: (i) os documentos, como todas as fontes históricas, não são necessariamente comprovações irrefutáveis de dado fato que tenha ocorrido no passado (ou que se afirme que tenha ocorrido), mas sim representações historicamente situadas de determinado aspecto da vida política, social e cultural; (ii) do mesmo modo, o presente Relatório, assim como qualquer outro escrito acerca do passado, não pode se arrogar como única expressão da verdade e, nesse sentido, é totalmente desejável que, a cada momento, seja objeto de contestações, aprofundamentos, críticas e, sendo o caso, refutação. O conhecimento histórico constrói-se no entrechoque de versões, calcado na objetividade possível e na permanente busca de certezas mediante um arcabouço teórico, metodológico e procedimental que esteja sempre em construção.

89 Os nomes são apresentados nas imagens a seguir.

Relação de presos pela SEP/DF em julho/1977:



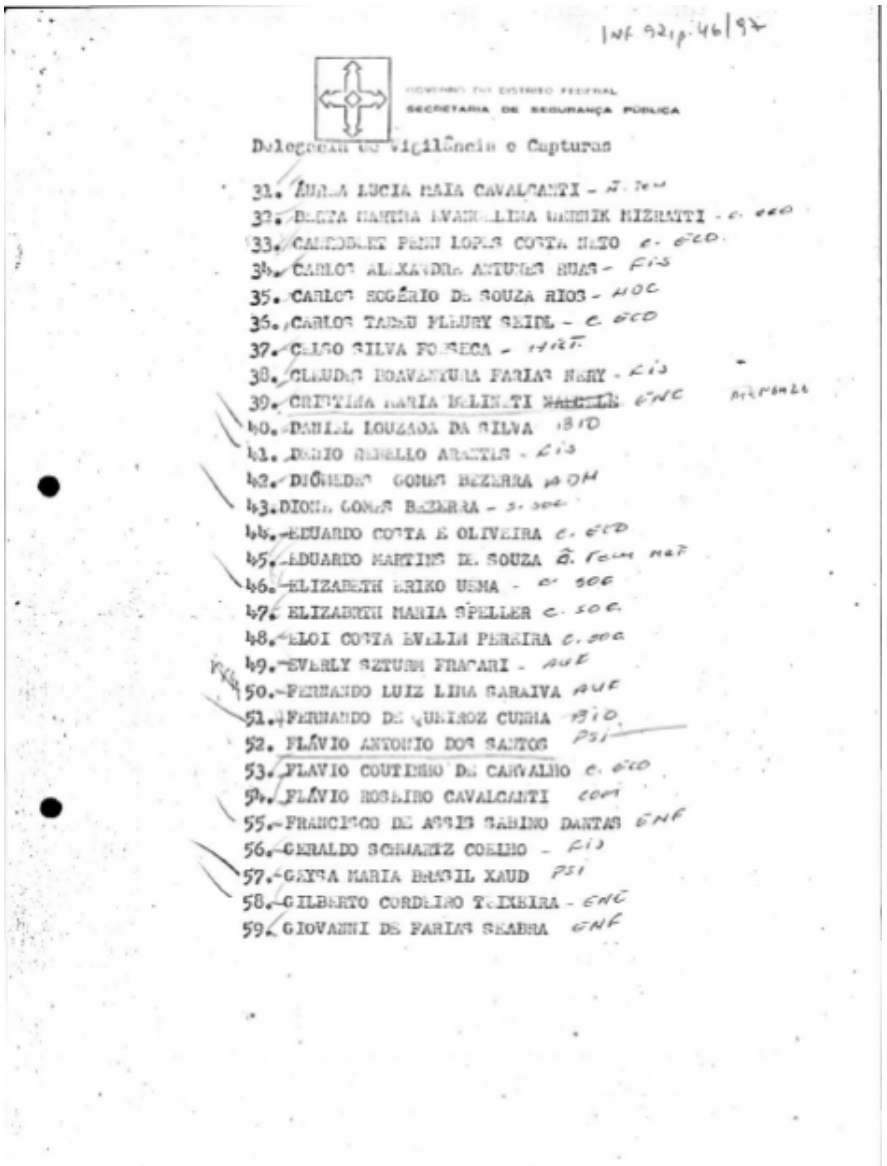
INF. 92 p. 45/97

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELAÇÃO

1 - ADALBERTO JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA - EST. 76/10807
2 - ADOLPHO PERES CASTRO PINTO - C. ECO. 73/10030
3 - AFONSO CARLOS VIEIRA MAGALHÃES - C. SOC. 76/14108
4 - ALAN KARDEC PESSOA CRUZ X C. ECO. 76/17127
5 - ALBERTO NOBRE MENDES - C. ECO. 76/17941
6 - ALVARO ROMEU X ED. FIS. 75/36151
7 - AMÉLIA POLVOA COSTA - C. SOC. 75/15316 = 75/15316
8 - ANTONIO CARLOS COSTA LIMA VIEIRA DES/PLAST. 76/06524 - 5364
9 - ANTONIO EDUARDO ALVES DE SOUZA - NUS 76/16210 - 5207
10 - ANTONIO WILLIAMS MOITA X MAT 7600534 - 1317
11 - ANTONIO DANIEL NOBRE MENDES X COM 7
12 - ANTONIO CARLOS COSTA DE ALMEIDA BARBOSA -
13 - ANTONIO JOSÉ VIANA FILHO - C. SOC. 75-04510 - 3123
14 - ANA LÚCIA TOSTES DE AQUINO LEITE BIO 76-11293 - 3101
15 - ANA RITA DE ALMEIDA FRANÇA - C. SOC. 75-04551 - 3123
16 - ANA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA COM 76-15328 - 8346
17 - ANA CRISTINA ROBERTO - CEN 75-15766 - 3808
18 - ANA LÚCIA DO CARMO LUIZ - LETRAS 76-15701 - 4308
19 - ANA MARIA CERVINO DE MACEDO - CIÊNCIAS SOCIAIS 75-14697 - 3107
20 - ANA MARIA VICENTINI FERREIRA DE AZEVEDO - LETRAS 75/15880 - 4324
21 - ANA LUIZA FAYET SALLAS - C. SOC. 77-04518 - 3107
22 - ANA BEATRIZ MENDES CIETO - COM 74-04646 - 3311
23 - ANGELA MARIA LOUZADA LACAVA - NDC 76-08691 - 3107
24 - ANAIGE VILELA TEIXEIRA DE SALES C. SOC. 77-04526 - 3107
25 - ARABELA AMARAL DA SILVA - FIS. 75-10039 - 1112
26 - ARÃO NOGUEIRA PARANAGUÁ DE SANTANA - DES/PLAST. 75-16541 - 5112
27 - ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA - AUF 76-15981 - 5118
28 - ARMANDO NOBRE MENDES - AUF 74-28413 - 5118
29 - ARNON ARTIAGA - C. SOC. 74-10751 - 3158
30 - AUGUSTO EVERTON DIAS FERREIRA - ENC 76-2936 - 6319

Brasília-DF, 25/julho/1977.-
Delegacia de Vigilância e Capturas.-

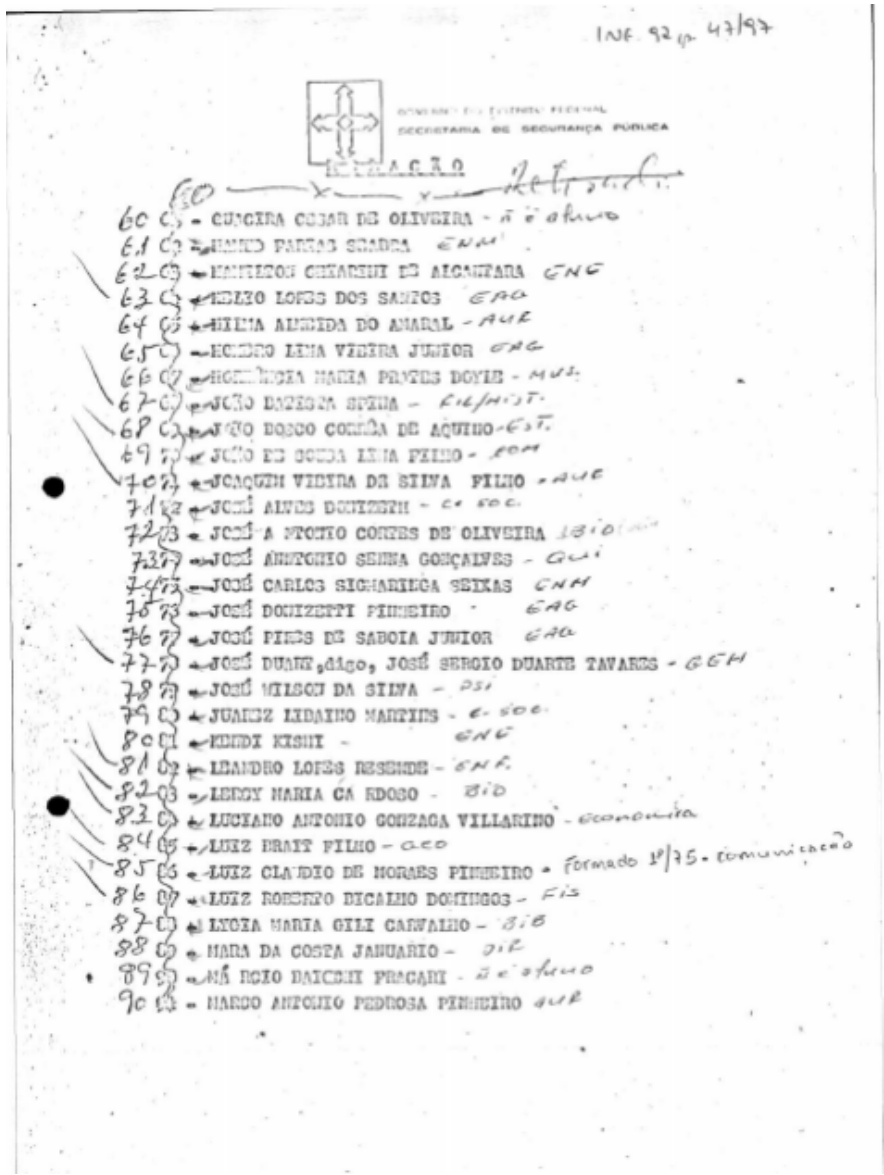


INF. 92 p. 46/97

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Delegacia de Vigilância e Capturas

31. ÁUREA LUCIA MAIA CAVALCANTI - Ã. TEM
32. BERTA MARTHA EVANGELINA WERNIK MIZRATTI - C. ECO
33. CARROBERT PENN LOPES COSTA NETO C. ECO.
34. CARLOS ALEXANDRE ANTUNES RUAS - FIS
35. CARLOS ROGÉRIO DE SOUZA RIOS - HOC
36. CARLOS TADEU FLEURY SEIDL - C. ECO
37. CELSO SILVA FONSECA - HIST.
38. CLAUDES BOAVENTURA FARIAS NERY - FIS
39. CRISTINA MARIA BELINETI ~~NAECELE~~ ENC
40. DANIEL LOUZADA DA SILVA BIO
41. DENIO REBELLO ARANTES - FIS
42. DIÓMEDES GOMES BEZERRA ADM
43. DIONE GOMES BEZERRA - S. SOC
44. EDUARDO COSTA E OLIVEIRA C. ECO
45. EDUARDO MARTINS DE SOUZA Ã. TEM MAT
46. ELIZABETH ERIKO UEMA - C. SOC
47. ELIZABETH MARIA SPELLER C. SOC.
48. ELOI COSTA EVELIN PEREIRA C. SOC
49. EVERLY SZTURM FRACARI - AUF
50. FERNANDO LUIZ LIMA SARAIVA AUF
51. FERNANDO DE QUEIROZ CUNHA BIO
52. FLÁVIO ANTONIO DOS SANTOS PSI
53. FLAVIO COUTINHO DE CARVALHO C. ECO
54. FLÁVIO ROSEIRO CAVALCANTI COM
55. FRANCISCO DE ASSIS SABINO DANTAS ENF
56. GERALDO SCHWARTZ COELHO - FIS
57. GEYSA MARIA BRASIL XAUD PSI
58. GILBERTO CORDEIRO TEIXEIRA - ENC
59. GIOVANNI DE FARIAS SEABRA ENF

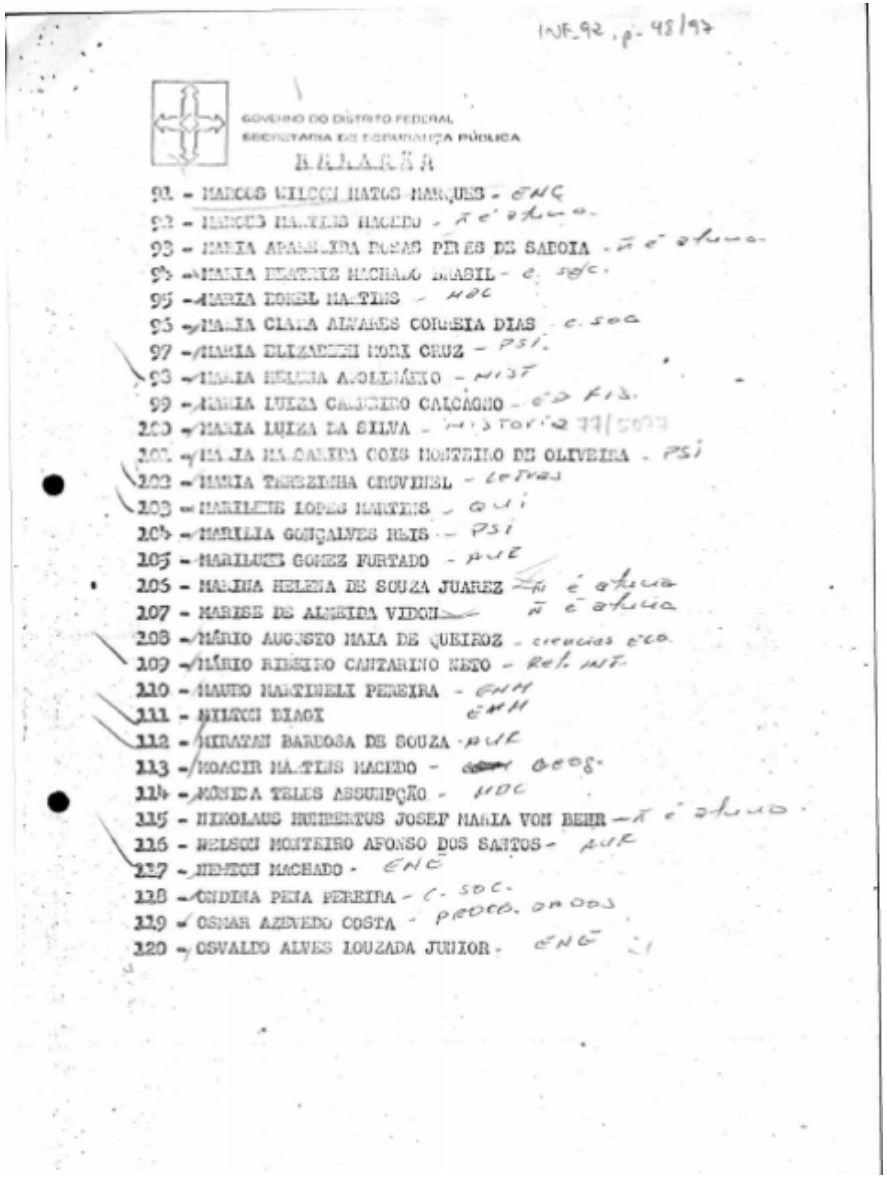


INF. 92 p. 47/97

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELAÇÃO

60 - CUACIRA CESAR DE OLIVEIRA - ñ é aluno
61 - HAMED FARIAS SEADRA ENM
62 - HAMILTON CHIARINI DE ALCANTARA ENG
63 - HELIO LOPES DOS SANTOS EAG
64 - HILMA ALMEIDA DO AMARAL - AUR
65 - HOMERO LIMA VIEIRA JUNIOR EAG
66 - HORTÊNCIA MARIA PRATES DOYLE - MUS.
67 - JOÃO BATISTA SPINA - FIL/HIST.
68 - JOÃO BOSCO CORRÊA DE AQUINO - EST.
69 - JOÃO DE SOUSA LIMA FILHO - ROM
70 - JOAQUIM VIEIRA DE SILVA FILHO - AUR
71 - JOSÉ ALVES DONIZETH - C. SOC.
72 - JOSÉ ANTONIO CORTES DE OLIVEIRA BID
73 - JOSÉ ANTONIO SENNA GONÇALVES - QUI
74 - JOSÉ CARLOS SIGNARINGA SEIXAS ENM
75 - JOSÉ DONIZETTI PINHEIRO EAG
76 - JOSÉ PIRES DE SABOIA JUNIOR EAG
77 - JOSÉ DUART, digo, JOSÉ SERGIO DUARTE TAVARES - GEH
78 - JOSÉ WILSON DA SILVA - PSI
79 - JUAREZ LIBAINO MARTINS - C. SOC.
80 - KENDI KISHI - ENG
81 - LEANDRO LOPES RESENDE - ENF.
82 - LERGY MARIA CARDOSO - BID
83 - LUCIANO ANTONIO GONZAGA VILLARINO - economia
84 - LUIZ BRAIT FILHO - GEO
85 - LUIZ CLAUDIO DE MORAES PINHEIRO - Formado 1º/75 - comunicação
86 - LUIZ ROBERTO BICALHO DOMINGOS - FIS
87 - LYGIA MARIA GILI CARVALHO - BIB
88 - MARA DA COSTA JANUARIO - DIR
89 - MÁRCIO BAICCHI FRACARI - ñ é aluno
90 - MARCO ANTONIO PEDROSA PINHEIRO AUR

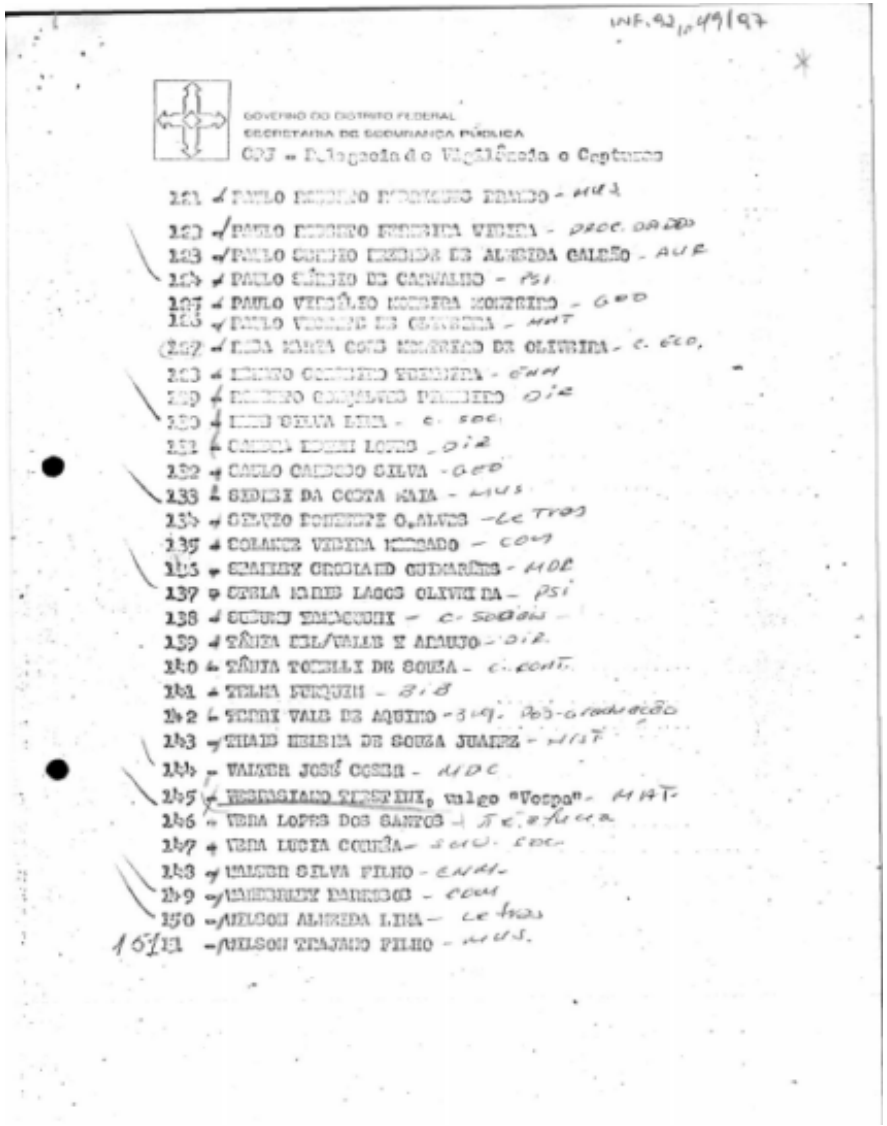


INF. 92, p. 48/97

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELAÇÃO

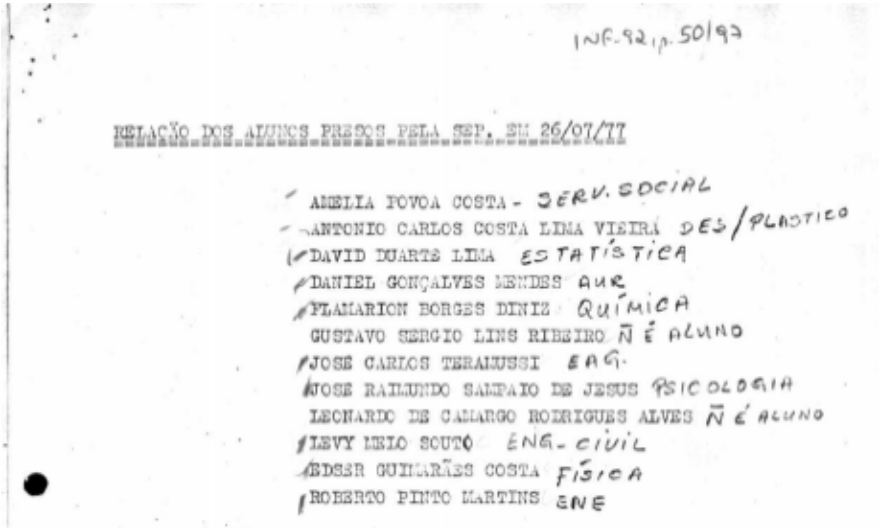
91 - MARCOS WILSON MATOS MARQUES - ENG
92 - MARCOS MARTINS MACEDO - ñ é aluno.
93 - MARIA APARECIDA DOSAS PIRES DE SABOIA - ñ é aluno
94 - MARIA BEATRIZ MACHADO BRASIL - C. SOC.
95 - MARIA BOREL MARTINS - MDC
96 - MARIA CLARA ALVARES CORREIA DIAS - C. SOC
97 - MARIA ELIZABETH MORI CRUZ - PSI.
98 - MARIA HELENA APOLINÁRIO - HIST
99 - MARIA LUIZA CARNEIRO CALCAGNO - ED FIS.
100 - MARIA LUIZA DA SILVA - HISTORIA 77/5077
101 - MARIA MARGARIDA GOIS MONTEIRO DE OLIVEIRA - PSI
102 - MARIA TEREZINHA CRUVINEL - LETRAS
103 - MARILENE LOPES MARTINS - QUI
104 - MARILIA GONÇALVES REIS - PSI
105 - MARILUNE GOMEZ FURTADO - AUR
106 - MARINA HELENA DE SOUZA JUAREZ - ñ é aluna
107 - MARISE DE ALMEIDA VIDON - ñ é aluna
108 - MÁRIO AUGUSTO MAIA DE QUEIROZ - ciencias eco.
109 - MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO - Rel. INT.
110 - MAURO MARTINELI PEREIRA - ENM
111 - MILTON BIAGI ENM
112 - MIRATAN BARBOSA DE SOUZA - AUR
113 - MOACIR MARTINS MACEDO - GEOG.
114 - MÔNICA TELES ASSUNPÇÃO - MDC
115 - NIKOLAUS HUMBERTUS JOSEF MARIA VON BEHR - ñ é aluno.
116 - NELSON MONTEIRO AFONSO DOS SANTOS - AUR
117 - NEWTON MACHADO - ENG
118 - ONDINA PENA PEREIRA - C. SOC.
119 - OSMAR AZEVEDO COSTA - PROCB. DADOS
120 - OSVALDO ALVES LOUZADA JUNIOR - ENG



INF. 92/p. 49/97

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DSI - Delegacia de Vigilância e Captura

121 PAULO ROBERTO FERREIRA BRANCO - HUB
122 PAULO ROBERTO FERREIRA VIEIRA - PROC. DADOS
123 PAULO SÉRGIO MENDES DE ALMEIDA GALEÃO - AUR
124 PAULO SÉRGIO DE CARVALHO - PSI
125 PAULO VESPASIANO MOREIRA MONTEIRO - GEO
126 PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA - HIST
127 RITA MARIA COSTA MEDEIROS DE OLIVEIRA - C. ECO.
128 ROBERTO GUSTAVO VASCONCELLOS - ENF
129 ROBERTO GONÇALVES PEREIRA - DIR
130 ROSA SILVA LIMA - C. SOC.
131 SANDRA REGINA LOUZA - DIR
132 SAULO CARDOSO SILVA - GEO
133 SERGIO DA COSTA MAIA - MUS
134 SILVIO DOMINGOS G. ALVES - LETRAS
135 SOLANGE VIEIRA MACHADO - COM
136 SUAMERY GROSSI DE GUIMARÃES - HDR
137 STELA MARIS LAGOS OLIVEIRA - PSI
138 SUELY TAMASHIRO - C. SOCIAIS
139 TÂNIA CEL/VALE E ARAUJO - DIR.
140 TÂNIA TOCHILL DE SOUZA - C. CONT.
141 TELMA PURQUIN - BIO
142 VERA VALE DE AQUINO - 3º Q. DES. - ORIENTAÇÃO
143 VIVIAN MESQUITA DE SOUZA JUAREZ - HIST
144 WALTER JOSÉ COSER - HDC
145 WERNECK SIQUEIRA, vulgo "Vespa" - MAT.
146 VERA LOPES DOS SANTOS - PEDAGOGIA
147 VERA LUCIA CORRÊA - SERV. SOC.
148 WALTER SILVA FILHO - ENF.
149 WANDERLEY PARREIRAS - COM
150 WILSON ALMEIDA LIMA - LETRAS
151 WILSON TEIXEIRA FILHO - MUS.



INF. 92/p. 50/97

RELAÇÃO DOS ALUNOS PRESOS PELA SSP, EM 26/07/77

AMELIA POVOA COSTA - SERV. SOCIAL
ANTONIO CARLOS COSTA LIMA VIEIRA DES/PLASTICO
DAVID DUARTE LIMA ESTATÍSTICA
DANIEL GONÇALVES MENDES AUR
FLAMARION BORGES DINIZ QUÍMICA
GUSTAVO SERGIO LINS RIBEIRO NÃO É ALUNO
JOSE CARLOS TERAMUSSI ENG.
JOSE RAIMUNDO SAMPAIO DE JESUS PSICOLOGIA
LEONARDO DE CAMARGO RODRIGUES ALVES NÃO É ALUNO
LEVY LEITO SOUTO ENG. CIVIL
EDGAR GUIMARÃES COSTA FÍSICA
ROBERTO PINTO MARTINS ENE

No dia 28/7, o recurso dos advogados Luiz Carlos Sigmaringa Seixas e José Gerardo Grossi, procuradores dos estudantes, contra as punições do inquérito relacionado ao A.R. nº 187/77, foi concluído para apresentação ao reitor.[90]

A propósito desse e das datas seguintes, cabe assinalar que, entre julho e agosto, passeatas e outras manifestações de solidariedade aos estudantes presos na UnB, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro ocorrem em várias cidades: Porto Alegre, São Paulo, Campinas, Salvador, São Luís etc. Em 4/8, estudantes paulistas realizam o enterro simbólico do reitor da UnB e seus Estatutos, em passeata no *campus* da USP (Cidade

90 BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0001, p. 25-50.

Universitária), com cerca de 3.000 participantes.[91] A amplitude nacional do movimento estudantil não mais passava desapercebida.

Em telegrama confidencial para o Departamento de Estado norte-americano, a embaixada dos EUA em Brasília enviou apreciação dos acontecimentos daqueles dias na UnB. A extensa correspondência intitulada *University of Brasilia occupied by police upon reopening* [Universidade de Brasília ocupada pela polícia após reabertura] era tanto um relato como uma análise de conjuntura.[92]

O documento informou sobre a prisão de mais de 150 estudantes, já libertados (incluindo duas filhas do Ministro das Comunicações, 3 filhos de um Assessor Especial do Ministro da Educação e os filhos dos senadores Catete Pinheiro (ARENA) e Marcos Freire (MDB), além de 4 jornalistas credenciados. Mencionou 14 estudantes que o governo alegara estarem envolvidos em distúrbios anteriores e, por isso, seguiam presos incomunicáveis, no âmbito da Lei de Segurança Nacional. Acrescentou que a ocupação da UnB (por cerca de 200 militares, uniformizados e em trajes civis, e policiais federais) e as prisões estavam sendo amplamente condenadas, galvanizando protestos pelo país, e que professores de 10 departamentos da Universidade enviaram carta de protesto ao reitor, alegando a impossibilidade de atividades educacionais com a presença policial no *campus*.

Salientou que, como de hábito, o governo proibiu qualquer menção da crise da UnB no rádio ou na TV, inclusive nos próprios jornais em Brasília. Segundo o telegrama, a situação na Universidade atraía a atenção do alto nível de governo, exemplificando que o general Hugo Abreu (chefe do Gabinete Militar e Secretário [Geral] do Conselho de Segurança Nacional, CSN) deixou de viajar com o presidente Geisel para Manaus e ficou em Brasília para acompanhar o desenvolvimento da situação. Informou que a ocupação da Universidade foi dirigida pessoalmente pelo Secretário de Segurança Pública do DF e o Comandante da Polícia Militar, ambos efetivamente no *campus* parte do tempo e mantendo contato direto com o Comandante Militar da Região [CMP/11ª RM, do Exército] e com o CSN.

A avaliação da embaixada era de que certamente a situação da UnB iria agravar-se com o início das aulas nas demais universidades, em agosto. Assinalou ainda que algumas autoridades especulavam ter a sucessão presidencial relação com a decisão de expulsar estudantes e ocupar o *campus*, supondo que elementos da "linha dura" poderiam criar clima de instabilidade para levar a uma crise política mais grave que permitisse a volta do estilo mais repressivo de governo (as detenções no Rio e a decisão de processar os 14 alunos detidos em fins de julho pareciam confirmar o prognóstico).

Concluiu apontando que os estudantes da UnB tinham posições distintas, embora praticamente todos se opunham à presença da força policial no *campus*: muitos estariam temerosos de que a situação se prolongasse e que, por isso, o ano letivo seria perdido. Entretanto, outros insistiam que a solidariedade deveria ser mantida para o bem dos expulsos e presos. Em face do amplo apoio dos universitários de outras cidades, avaliava como provável que o segundo grupo prevalecesse, levando o governo a tomar medidas ainda mais repressivas ou a admitir o fracasso e impor novo recesso à UnB.

E a crise avançava. Nos dias 1º e 2/08, cerca de 150 professores reuniram-se no Anf. 8 e Anf. 9, respectivamente, para debater e refletir sobre os acontecimentos. Naquela oportunidade, teceram agudas críticas à

91 BR_AN_BSB_VAZ_030_0092, p.1.

92 Wikileaks PLUS-D - 'Public Library of US Diplomacy': telegram 1977BRASIL06358_c, da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília para Department of State/USA (Departamento de Estado dos EUA). Disponível em https://wikileaks.org/plusd/cables/1977BRASIL06358_c.html . Acesso em 08/12/2014

presença policial no *campus* e aprovaram a criação de uma associação de docentes (a qual, entretanto, só viria a ser oficialmente fundada em 1978, como ADUnB). Uma "comissão de análise" apresentou e discutiu medidas e sugestões.[93]

Duas semanas depois, em 15/08, uma tentativa de passeata silenciosa foi reprimida pela polícia, que saiu, sem sucesso, à caça de 2 estudantes pelo *campus*, com armas sacadas e à mostra, provocando correrias, choro, desmaios etc. No Departamento de Ciências Sociais, alunos em assembleia decidiram retornar às aulas, sob a condição de que a polícia deixasse o *campus* (o que não ocorreu); na Medicina, após negociação com o Departamento (não cumprida), estudantes optaram pelo retorno às aulas, à revelia dos demais alunos; na Arquitetura, uma reunião geral decidiu pela continuidade do movimento e criação de grupos de trabalho. Nesse dia, iniciou-se a coleta de adesões ao abaixo-assinado dos professores, entregue ao reitor dia 19/8. Ali, denunciaram as cenas de violência e abuso policial presenciadas contra estudantes na Ala Norte do ICC, bem como protestaram contra a estrutura repressiva de controle e vigilância que se estabeleceu na UnB, incompatível com a atividade acadêmica e educacional.[94]

No dia 16/8, os estudantes lançaram o panfleto "Manifesto da Greve da UnB", buscando ressaltar que a administração já havia dado mostras de estar recuando (quanto a faltas, menções e outros pequenos aspectos) e que, embora fosse difícil, era hora de aprofundar as conquistas e manter a paralisação. Sinalizaram que havia um amplo apoio social aos protestos estudantis em nível nacional, que passavam a integrar uma frente de luta pelo retorno das liberdades democráticas. Estimularam que se procedesse a reuniões nos departamentos e nas salas de aula, para avaliar o movimento, suas perspectivas, ganhos e formas de lhe dar continuidade.[95] Mas a greve já dava sinais de esgotamento.

No dia 18/8, o Diretório Universitário e a Comissão Centralizadora da Greve divulgaram o "Boletim Informativo – período 15/08 a 18/08". Nesse panfleto, entre outras informações, os estudantes denunciaram que, no dia anterior, o aluno de Agronomia José Pires de Sabóia Júnior fora sequestrado por policiais armados, em seu próprio apartamento, juntamente com seu filho de 4 anos (o qual, mais tarde, teria sido entregue aos cuidados de uma tia da criança. Até às 20h desse dia não se tinha notícia de seu paradeiro. Outra informação destacada foi o levantamento feito pelos estudantes junto aos departamentos de Engenharia e Biologia, o qual indicava que a maioria das menções não atingiria o mínimo para aprovação (menção MM). Concluíam convidando a todos para uma missa pelos direitos humanos, à noite, na Igreja Dom Bosco, após o quê fariam uma assembleia para discutir a crise. Porém, a Informação ASI/UnB nº 090/77, do dia 23/8, esclarecia à DSI/MEC que a polícia impedira esse evento e que, a propósito, a presença policial no *campus* estaria surtindo o efeito de assegurar a crescente normalização das aulas.[96]

No dia 22/8, o reitor encaminhou para o Conselho Universitário o apelo dos estudantes contra as punições recebidas. Ao desqualificar argumentos apresentados pelos advogados, concluía, de modo irônico, com citação de Shakespeare em "Hamlet", opinando que o recurso resumia-se a isso: "words, words, words" [palavras, palavras, palavras].[97] Em 26/8, foi a vez do presidente da comissão de inquérito, o decano Luiz Otávio do Carmo, relatar ao Conselho Universitário esse recurso e

93 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0024, p. 122.

94 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 122; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0024, p. 122; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p. 19-25 e 27-28.

95 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 68.

96 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 67 e 64-65.

97 BR_DFANBSB_AA1_0_AJD_0002, p.9.

apresentar suas contrarrazões para o não acatamento da peça apelatória (inclusive apontando que os punidos, em grande maioria, recusaram-se a apresentar sua defesa tempestiva, e que ele teria ido pessoalmente à Superintendência Regional da Polícia Federal para ouvir os indiciados que lá estavam presos, os quais nada disseram). O Conselho Universitário, por meio da Resolução CONSUNI nº 003/77, optou por recusar o recurso e manter as punições aplicadas, a despeito dos votos em contrário do vice-reitor Marco Antônio Rodrigues Dias e do professor José Carlos Córdova Coutinho.[98]

No dia 31/8, a Informação ASI/UnB nº 091/77, rubricada pelo chefe daquela unidade, Francisco Pedro de Oliveira, comunicava à DSI/UnB que naquele dia se encerrava o 1º período letivo de 1977, com atividades discentes em prosseguimento normal, com bom índice de frequência às aulas e provas.[99]

O mês de setembro apresentou-se modesto em termos de registros de informantes, agentes ou agências de espionagem. Uma breve nota do dia 30/9 (Informação ASI/UnB nº 107/77) confirmou à DSI/MEC que, de fato, houvera na universidade uma pequena panfletagem em data posterior ao feriado de Independência. Acrescentou que, no dia 7/9/77, durante a parada militar, o estudante da UnB Alvaro Homem foi preso pela polícia do DF ao distribuir um panfleto anexado ao expediente, intitulado "Por uma verdadeira Independência". Há, nessa Informação, um pequeno detalhe sobre o panfleto que se mostra revelador da rede repressiva que ligava interna e externamente vários órgãos: segundo a ASI/UnB, a "cópia de que dispomos foi fornecida pela Polícia ao Serviço de Proteção ao Patrimônio da UnB".[100]

98 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0016, p. 6-18.

99 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 73.

100 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 78.

Se na UnB setembro se mostrava mais tranquilo que os meses anteriores, o mesmo não se poderia dizer de São Paulo. Na capital paulista, o Secretário de Segurança Pública Erasmo Dias, coronel da PM, comandou a ocupação da PUC-SP e a prisão de cerca de 800 estudantes. Duas jovens ficam gravemente feridas por queimaduras nessa operação, montada e executada para reprimir o ato de refundação da UNE.[101]

Mas o movimento estudantil da UnB, embora bastante acossado por uma repressão ampla, profunda e violenta, seguia dando mostras que não fora extinto, mas, ao contrário, parecia ingressar em nova fase de organização. Em 30/9, cerca de 150 estudantes se reuniram no Restaurante Universitário para uma assembleia cujo assunto principal foi a discussão sobre as perspectivas de dinamizar a criação de centros acadêmicos em nível departamental, sem abrir mão de consolidar os avanços do Diretório Universitário. No dia 17/10, novamente no R.U., teve lugar uma panfletagem para criticar não apenas o mecanismo do jubilamento, mas também o enquadramento de estudantes na Lei de Segurança Nacional.[102]

Nesse ponto, cabe assinalar, em duas observações, o contexto no qual se desenrolava todo esse conjunto de pequenos eventos. No dia 5/10, a Informação nº 0221/A-2/IV COMAR (Seção de Informações do Estado-Maior do IV Comando Aéreo Regional), sobre Movimento Estudantil, originada no CISA, foi difundida para uma série de destinos[103]. Segundo essa Informação,

101 Cf. Cecília Figueiredo e Eliza Mayumi Kobayashi, Os álbuns do DOPS, Revista ADUSP, Out/2004 (disponível em http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a13.pdf).

102 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 86-88 e 90.

103 Academia da Força Aérea, Centro Técnico Aeroespacial, Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, Bases Aéreas de Santos, de São Paulo e de Campo Grande, Policlínica de Aeronáutica de São Paulo e Escola de Especialistas de Aeronáutica.

O atual estágio de influência e dominação subversiva do movimento estudantil ... tende para uma radicalização. Tem ele por objetivo, deflagrar em outros setores da vida nacional ... movimentos de contestação e repúdio ao Governo, ao Regime e, por extensão, às Forças Armadas e à Revolução. (...) Essa verdadeira "orquestração" das esquerdas pretende dar a impressão de que há um clamor nacional pedindo "Liberdades Democráticas", "Anistia", "Estado de Direito", etc, como se a Nação vivesse na mais cruel e desumana ditadura. (...) Igualmente grave tem sido a participação ... do clero esquerdista em manifestações de apoio ou simpatia a essas atividades subversivo-estudantis, (...) [cita como exemplo a missa de 23/10/77] no Santuário de Fátima, em Brasília. (...) É a repetição dos idos de 63/64 (...)[104]

Tais dados são uma pequena mostra de como uma parte do governo via e tratava a crise de 1977.

A segunda observação remarca um evento ocorrido uma semana após a expedição da Informação acima citada. No dia 12/10, o general-presidente Geisel demitiu seu Ministro do Exército. O demitido, general Sylvio Frota, anticomunista ferrenho, expoente da extrema-direita e crítico acerbado da distensão política, havia se lançado candidato à presidência da República à revelia de Geisel (que já sinalizara a preferência pelo general João Baptista Figueiredo como seu sucessor). Com a medida, a presidência da República, sem aprofundar medidas para a distensão política, reafirmava a política de abertura lenta e gradual, repelindo as pressões da chamada linha dura no sentido de um retorno imediato da repressão mais violenta.[105]

104 BR_AN_BSB_VAZ_004_0095, p.2-3.

105 Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <
.

As observações acima referidas têm o sentido de reforçar a necessidade de que os fatos ocorridos em 1977 na UnB sejam adequadamente situados em seu contexto histórico específico. Devem aqueles acontecimentos ser compreendidos dentro desse quadro histórico maior, ambíguo e inconcluso à época, pendulando entre possibilidades de recrudescimento da brutalidade ditatorial e de descompressão política e reafirmação do jogo democrático (ainda que em bases fortemente limitadas). Isso ajuda a identificar os enormes riscos e os horizontes promissores dentro dos quais se desenrolou a chamada crise de 1977 na UnB.

Seja como for, o fato é que esse tenso outubro nem havia se encerrado ainda quando, no dia 28/10, a Polícia Militar do DF voltou ao *campus*, embora apenas de prontidão, sem entrar em ação diretamente repressiva. Havia uma assembleia estudantil marcada para acontecer no Anf. 9 às 10h, o que não ocorreu pois o espaço estava interditado pela administração. Às 12h, os estudantes realizaram no R.U. a assembleia proibida, com cerca de 300 presentes, e ali constituíram comissões por departamento, para encaminhar a formação do D.U. Livre e redigir uma Carta Aberta.[106]

Em novembro, deu-se uma nova ocorrência policial na Universidade, dessa vez com doses fartas de ação e violência. De acordo com o Informe SPP nº 14/77, de 7/11/77, nesse dia, às 10h, os estudantes realizaram uma passeata silenciosa, indo da Ala Norte à Ala Sul do ICC. Às 10h15, passaram a gritar "Abaixo a repressão, fora o capitão!" e "Assembleia na Ala Norte". Às 10h20, com cerca de 300 participantes, começou a assembleia, com discussões sobre os rumos do movimento estudantil (criação de entidades não controladas pela reitoria: DCE Livre e CAs Livres), o cancelamento do curso de verão, o jubilamento como forma de repressão e a interdição da assembleia de 28/10. Porém, durante a

106 BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 43 e 96.

assembleia, começou a ocorrer o que o observador do SPP definiu como "uma inquietação generalizada": era a chegada da tropa da PM.

Assembleia dispersada, dali saíram grupos pelo ICC a entoar palavras de ordem, em passeata pelo corredor do bloco B do ICC. A PM fez um cerco para detê-los, o que levou os estudantes a subir as escadas para o mezanino, onde passou a haver intensa movimentação, com aulas interrompidas e um vidro partido no Departamento de Ciências Sociais. A polícia permaneceu no térreo e, logo após, chegou o policial conhecido pelos alunos (e pelo observador do SPP) como "King Kong", pelo porte físico avantajado e pelas várias histórias de violência a ele associadas, o que provocou, mais uma vez, a dispersão do grupo. Pouco depois, passaram a reunir-se no R.U. para dar sequência à assembleia interrompida. Diante dos eventos, entenderam por bem não haver condições para a tomada de decisões naquelas circunstâncias e, portanto, passariam a encaminhar assembleias por departamento e comissões pró-C.A.s, com vistas à criação do DCE Livre. Até aquele momento, de acordo ainda com o Informe SPP, os cursos de Arquitetura, Engenharia Elétrica, Geologia e Medicina já contavam com representações das chamadas comissões pró-C.A.[107]

O ano acadêmico de 1977 na UnB encerrou-se tardiamente, estendendo-se o 2º período letivo até 22/12, às vésperas do dia de Natal. O Ano Novo podia, naquele momento, ser tudo, menos uma promessa de paz.

1978 *UnBgate*, ADUnB, DCE Livre

Do estrito ponto de vista das graves violações aos direitos humanos, fio condutor da presente cronologia, juntamente com a luta de resistência empreendida pelos opositores do regime, o ano de 1978 não seria tão dinâmico e variado como foi o ano anterior. Deve-se, porém, observar que alguns fatos, por sua relevância ou peculiaridade, deixaram marcas indeléveis e trazê-los à baila contribui para a compreensão do processo histórico mais amplo que então transcorria.

O último ano do governo do ditador Geisel não destoou dos anteriores, nos quais pontuaram o controle e a vigilância ditatorial. Da mesma forma, seguiu entre avanços e recuos característicos da dinâmica tensão entre projetos conflitantes da lenta distensão política, do novo endurecimento do regime e dos movimentos da oposição pela anistia ampla, fim do AI-5 etc.

Assim, em 10/1/78, houve uma panfletagem na UnB, durante o 1º Vestibular. Cópia do panfleto foi remetida pela DSI/MEC à ASI/UnB para que esta fornecesse esclarecimentos sobre a aluna que o distribuía e sobre o próprio material distribuído. Em linguagem direta e objetiva, o panfleto apontava, entre outros aspectos, que a "função da Universidade deve ser de centro de desenvolvimento da ciência, da cultura e da arte, voltadas para o progresso da população"; na prática, porém, era "uma Universidade que exerce o papel de sustentáculo do sistema, com programas distantes da realidade. E que para se manter (e ao regime) cercea [sic] as liberdades de organização e expressão, jubila e pune."[108]

Francisco Pedro de Oliveira, chefe da ASI/UnB, ao responder a demanda, encaminhou a "Ficha de Qualificação – Modelo 14" da aluna. Fundamentado em um cadastro detalhado — revelador do mencionado grau de controle e vigilância então presente —, indicou tratar-se da aluna Maria Luíza da Silva, estudante de História que "ingressou na UnB no primeiro semestre de 1977, e teve uma participação discreta mas

107 Informe SPP nº 14/77, de 07/11/77 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0092, p. 8-18).

108 Pedido de Busca PB nº 015/1529/78/SICI/1/DSI/MEC, de 27/02/78 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0113, p. 5-6).

notável no Movimento Estudantil, tendo participado de Assembleias e passeatas. Esteve presa pela SEP/DF, nas prisões efetuadas no *campus* universitário nos dias 25, 26 e 27 de julho de 77 (nº 200 da relação anexa à Info. Nº 75/77-ASI/UnB)." [109]

Dias antes, a ASI/UnB havia recebido da DSI/MEC a Informação nº 022/520/78/SICI/1/DSI/MEC/78, de 15/2/78, com orientação expressa para que fosse dada ciência de seu conteúdo ao reitor. Referia-se a uma demanda de transferência, para a UnB, do estudante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o "líder estudantil Samuel Bracarense Costa", o qual, "nesta Capital, irá residir em companhia de seu pai Otto Bracarense Costa (Filiação: Samuel Costa e Lila Bracarense Costa, DLN [Data e local de nascimento] 05 Dez 27 – Belo Horizonte / MG, comunista)." A ASI/UnB, então, assim respondeu: "Tendo em vista o que consta da Informação referenciada acima, comunicamos a essa DSI/MEC que o pedido de Samoel [sic] Bracarense Costa (...) foi indeferido pelo Magnífico Reitor."[110] Nesse caso, não restou claro se a negativa de transferência foi porque o jovem era líder estudantil ou se foi porque seu pai era comunista; seja como for, evidenciou com nitidez o teor de perseguição política e controle ideológico que revestiu a decisão e, pela naturalidade com que foi tratada, parece que não era algo exótico, mas, ao contrário, gesto banal, corriqueiro. A ditadura, em seu pequeno poder cotidiano, mostrava-se, na UnB, mais severa naquele momento do que em 1972, quando a ASI/UnB opinou pela readmissão de vários alunos que anteriormente haviam sido punidos com base no Decreto-Lei nº 477/69 (Anelino José de Resende e Constantino Pereira Filho), inclusive de um que havia ficado preso por um ano e meio (Márcio José dos Santos).[111]

109 Informação nº 027/78 – ASI/UnB, de 02/03/78 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0113, p. 1-2).

110 Informação nº 024/78 – ASI/UnB, de 24/02/78 (BR_DFANBSB_AA1_0_ADA_0007, p. 1-3).

111 Despachos ASI/UnB de junho de 1972 (BR_DFANBSB_AA1_0_ADA_0002, p. 2-5).

Nacionalmente, vivia-se um clima sombrio. Ainda em fevereiro de 1978, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, Diretor-Geral do DEIC (Departamento Especial de Investigações Criminais), notório por suas vinculações com a repressão política, chegou a ser detido, no bojo de um processo judicial movido pelo Ministério Público de São Paulo sobre o "Esquadrão da Morte". Cinco dias depois da detenção, não apenas foi solto como reassumiu de imediato suas funções policiais.[112] Já em abril, enquanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB assumia uma corajosa postura de defesa da anistia e pela volta ao Estado de direito[113], atentados a bomba promovidos pela extrema-direita (como os realizados pelo "Grupo Anticomunista 28 de Janeiro" contra a gráfica do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e a casa de Helena Greco, presidente do núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia), tentavam reverter o tíbio processo da "abertura".[114]

Na UnB, o primeiro semestre letivo de 1978 começou dia 07/03, com distribuição de panfletos por algumas "tendências" do movimento estudantil, os quais foram encaminhados pela ASI/UnB à DSI/MEC. No panfleto do grupo Debate e Ação, juntamente com propostas para pressionar pela redução de preços do Restaurante Universitário, foi denunciada a demissão de vários professores pelo reitor, ainda antes do início do período de aulas, em razão do apoio ao movimento grevista dos estudantes no ano de 1977.[115] Outro panfleto fazia a apresentação do grupo Novo Rumo, dissidência do grupo Oficina, concitando as demais tendências a engajarem-se no trabalho conjunto de fortalecimento de

112 Jornal 'Folha de São Paulo', quinta-feira 23/02/78, p.1 e 14; e quarta-feira 01/03/78, p.2.

113 Jornal 'Folha de São Paulo', quarta-feira 26/04/78, p.10

114 Jornal 'Folha de São Paulo', quinta-feira 20/04/78, p.10.

115 Encaminhamento nº 025/SI/VI COMAR/78 (da 2ª Seção do Estado -Maior do 6º Comando Aéreo Regional, de 14/03/74, à Base Aérea de Brasília e ao CISA-BR (BR_AN_BSB_VAZ_115_0106, p.1-8).

alianças com o movimento operário e os movimentos pela volta das liberdades democráticas.[116]

O mês de maio de 1978 foi de grande atividade sindical: entre 12 e 16/05 estouraram greves não apenas na região industrializada do chamado ABC paulista (cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano) como na própria capital do Estado. O movimento operário, em especial o dos metalúrgicos, lançou-se em uma greve que durou mais de 20 dias, ao fim dos quais várias empresas acabaram cedendo às propostas das novas lideranças e concordando em melhorar suas tímidas ofertas iniciais de reajuste salarial.[117]

Na UnB, em meados de maio de 1978, panfletos do movimento estudantil recolhidos pela repressão expressavam as novas perspectivas que se abriam. Datado do dia 09/05/78, o panfleto do grupo Oficina intitulado *A crise no Exército e o papel dos militares progressistas* celebrava a disposição do capitão Itamar, com seu programa nacionalista e liberalizante, para ingressar no partido de oposição (o Movimento Democrático Brasileiro-MDB), sinal da crise interna do regime, ressaltando a importância do apoio dos estudantes nessa luta. Na mesma tônica, um panfleto do grupo Construção datado de maio de 1978 analisava *O Movimento Operário e o Movimento Estudantil na Crise da Ditadura*, enaltecendo a nova etapa que se abria com o movimento grevista dos metalúrgicos e conclamava à integração das lutas estudantis com o movimento operário e de outros setores, pelo retorno das liberdades democráticas, aproveitando para celebrar o avanço dos professores em direção à criação de sua associação (ADUnB) e propugnar pela superação das divergências internas no movimento estudantil com vistas ao fortalecimento do movimento de massas para derrotar a ditadura. Em termos de manifestação estudantil,

116 Informação nº 028/78 – ASI/UnB, de 08/03/78 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0113, p. 1-2).

117 Ver, por exemplo, matéria "Situação nas fábricas", jornal 'Folha de São Paulo', quinta-feira 25/05/1978, p.20.

Informação da ASI/UnB mencionou que, em 11/05/78, foi realizado um Ato Público no *hall* do R.U., ao qual compareceram cerca de 180 estudantes, com a finalidade de apoiar a greve de fome então em curso, realizada pelos presos políticos, e reivindicar a anistia ampla e irrestrita, bem como lutar pelas liberdades democráticas.[118]

Ao final desse mesmo mês de maio de 1978, uma ocorrência veio escancarar o ambiente de controle e vigilância a que eram submetidos os setores oposicionistas da Universidade.

No dia 23/05/78, o reitor da UnB, José Carlos Azevedo, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados, para examinar a situação do Ensino Superior no país. Indagado pelo vice-presidente da comissão, deputado Fernando Coelho (MDB-CE) a respeito das suspeitas de espionagem que pairavam sobre a universidade que dirigia, negou peremptoriamente a hipótese, apontando a inadequação de tais recursos numa instituição acadêmica.[119]

No dia seguinte, 24/05, por volta das 14 horas, um estudante de Engenharia Elétrica estava no estacionamento próximo ao Diretório Universitário, ouvindo rádio no carro, com alguns colegas. Ao girar o botão do *dial* em busca de uma estação FM com música, sintonizou nada menos do que as vozes do grupo que fazia uma reunião na sala do D.U. para discutir o processo de criação do DCE Livre (naquele momento, em torno de 50 estudantes). De imediato, foram ao local e, passado o alvoroço decorrente da notícia e após uma busca pelo interior do recinto, acabaram descobrindo uma aparelhagem de rádio-escuta escondida

118 Ver Informação CISA-RJ nº 1113, de 13/11/78, que encaminhava ao Estado-Maior da Aeronáutica e aos 6 Comandos Aéreos Regionais (COMAR), entre outros órgãos, cópia do citado panfleto do grupo Oficina de 09/05/78 (BR_AN_BSB_VAZ_065_0024, p.1-3); e Informação nº 070/78 ASI/UnB, de 26/05/78, que encaminhava cópia de panfletos à DSI/MEC, entre os quais o citado panfleto do grupo Construção (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0114, p. 1 e 6-2).

119 Ver 'Jornal de Brasília', 25/05/78 (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199, p.26).

acima do forro móvel do teto da sala. Pouco depois, conforme relataram os estudantes à imprensa, chegaram algumas pessoas, apresentando-se como funcionários do SPP/UnB, e solicitaram o equipamento para averiguação. Aos gritos de "Abaixo a Repressão!", os estudantes se recusaram a entregar as peças e, diante disso, os supostos vigilantes se retiraram.[120]

O caso, logo apelidado de "D.U.gate" ou "UnBgate" (em alusão ao escândalo de espionagem apelidado de "Caso Watergate" ocorrido nos Estados Unidos em 1972, que levou ao processo de impeachment e à renúncia do presidente Nixon em 1974), teve imediata divulgação. Alguns minutos depois da descoberta, a repórter Maria Ângela Ziroldo, do semanário 'Veja', solicitou audiência na reitoria para esclarecimentos sobre as providências tomadas em relação àquela ocorrência, tão ofensiva ao espírito acadêmico. Jornalistas de outros órgãos de imprensa logo se juntaram a ela e tentaram obter informações do reitor, que, sem atendê-las, as encaminhou ao Decano de Assuntos Comunitários. O decano, professor Luiz Otávio do Carmo, no momento encontrava-se em seu gabinete reunido com o chefe do SPP, Sindulfo Chaves Filho, e ambos afirmaram desconhecer qualquer notícia a respeito. Ao final da tarde, no Congresso Nacional, o deputado Getúlio Dias (MDB-RS) denunciou o fato em Plenário, provocando a liderança da ARENA, "presente na figura honrada do General Alípio de Carvalho, ... [a adotar] as providências e as informações cabíveis para que esta Casa tenha uma resposta tão urgente quanto necessária a essa sordidez".

De acordo com o *Jornal do Brasil* do dia seguinte, 25/05, em matéria cuja manchete era "Alunos da UnB descobrem na sala do Diretório aparelho de radioescuta clandestino", o chefe do SPP declarou nada saber sobre o fato. E teria acrescentado: "somos responsáveis pela segurança da Universidade"; porém, sobre o Diretório Universitário, afirmou que não tinha "qualquer influência, já que este edifício não está incluído na lista daqueles que devemos vigiar". Conforme relatou o Jornal do Brasil, ainda segundo o chefe do SPP, não haveria na UnB "uma divisão específica para assuntos de informação, "e isso é coisa de informação". Além do mais, a assessoria para assuntos especiais da UnB que poderia cuidar disso não possui equipamentos para uma instalação desse tipo." A julgar por esse raciocínio, talvez fosse apenas uma questão de carência material que retirasse a ASI/UnB do rol de suspeitos. Mas, como fica evidente, não se tratava de mera questão de raciocínio, mas sim de falseamento da realidade, pois em algum momento entre maio e junho de 1976 a tal Assessoria para Assuntos Especiais – AAE/UnB já havia sido transformada em Assessoria de Segurança e Informações – ASI/UnB, órgão específico para assuntos de informação, destinatário dos inúmeros informes do SPP sobre o movimento estudantil.[121]

Como a imprensa havia divulgado versões algo desencontradas, a Comissão Pró-C.A. de Engenharia Elétrica elaborou uma nota descritiva da aparelhagem, datada de 27/05/78, publicada na edição de 21/06/78 do *Jornal de Brasília*:

120 Sobre esse caso de espionagem, veja-se o dossiê (de 113 páginas) disponível no Fundo ASI-UnB (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199), o qual, além de documentos ligados ao inquérito administrativo instaurado pela UnB para apuração do fato, traz várias cópias da cobertura jornalística (constam recortes dos seguintes veículos de imprensa: 'Correio Braziliense', 25/05 (com foto) e 30/05 e 07/06/78; 'Jornal de Brasília', 25/05 (com foto), 26/05, 07/06 e 21/06/78; 'José' (DF), 27/05-02/06/78; 'O Globo', 25/05/78; 'Jornal do Brasil', 25/05 (com foto), 26,29 e 31/05/78; 'O Estado de São Paulo', 25 e 26/05/78; 'Movimento', 29/05/78; 'IstoÉ', 31/05/78.

121 Sobre a mudança de nomenclatura, de AAE/UnB para ASI/UnB, ver, por exemplo, Memorando AAE/UnB nº 005/76, de 11/05/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0099, p.2) e Informação ASI/UnB nº 043/76, de 29/06/76 (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0009, p.1).



O referido equipamento é constituído de:
— microfone - modelo MC11J - fabricante Shure Brothers, INC.
— módulo de modulação;
— módulo de transmissão;
— fonte alimentadora e
— transformador de tensão 220/110v - fabricados por Fargo Company - 1162 Bryant Street - San Francisco.

O microfone citado é direcional e de alta sensibilidade. O módulo de modulação é constituído por um pré-amplificador, um oscilador a cristal (35,5MHz) e um modulador. O módulo de transmissão é um estágio de potência operando em frequência modulada de 106,5 MHz (faixa de operação comercial, necessitando de autorização prévia do Dentel) com alcance máximo de aproximadamente 1 km, quando se usa receptores FM comuns. A fonte alimentadora energiza os módulos, tendo tensão de entrada de 110v ca, com saída para 24 e 12v dc. O transformador de tensão abaixo da voltagem nominal na rede externa de 220v para 110v. Todo equipamento é de procedência norte-americana.

Repudiamos atitudes dessa natureza, que só vem acentuar o clima de insegurança e apreensão em que vivemos na UnB.

27-05-78

Comissão Pró-CA Elétrica

A propósito da procedência desse equipamento, apontada na nota acima como norte-americana, cabe acrescentar algumas palavras. De acordo com o jornal *O Globo* de 25/05/78, os equipamentos mediam aproximadamente 20 cm de comprimento por 10 cm de largura e, à exceção do microfone, tinham as seguintes inscrições: “San Francisco – California, Fargo Company – Law Enforcement Equipment, 1162 Briant [*sic*, Bryant] Street”.

Pode ser que esse seja um detalhe irrelevante ou, de qualquer forma, pouco útil para fins de comprovação de alguma tese, mas o fato é que, mediante simples pesquisa em um dos grandes e famosos mecanismos de busca da internet, essas inscrições acabam por conduzir a uma série de resultados. Um dos primeiros apontados é um arquivo, em formato ‘pdf’, de uma revista americana, de novembro de 1959 (Vol. 4, nº 9), “San Francisco Police” (“Official Publication San Francisco Police Officers’ Association” [Órgão/Publicação Oficial da Associação de Oficiais da Polícia de San Francisco]. A contracapa dessa revista, ocupada por pequenos anúncios comerciais em formato semelhante a anúncios classificados ou publicidade em catálogos telefônicos, traz precisamente uma propaganda dessa empresa, Fargo Company, com esse mesmo endereço, 1162 Bryant Street, San Francisco, cujo ramo é o de *Law Enforcement Equipment*, isto é, algo como equipamentos para segurança pública (‘law enforcement’ remete a agências ou pessoas ligadas à aplicação ou realização da lei, como a polícia, os policiais, um tribunal, um juiz etc.). Pois bem, teria sido aquele material (descoberto no teto do D.U.) adquirido por um investigador particular junto a essa empresa? Ou teria sido fornecido por alguma agência do serviço secreto norte-americano? Ou, ainda, seria material do estoque de alguma das

agências de espionagem nacionais (ASI/UnB, DSI/MEC, SNI, CIE, CISA, CENIMAR etc.)?[122]

De volta à cronologia dos acontecimentos, observa-se que as medidas adotadas pela administração da Universidade não chegaram propriamente a correr em ritmo acelerado. Depois de um memorando do decano de Assuntos Comunitários ao presidente do D.U., no próprio dia 24/05, pedindo-lhe que entrasse em contato por telefone ou por escrito para esclarecimentos relacionados ao caso, somente dois dias depois o reitor expediu ofícios ao ministro da Justiça e ao das Comunicações para solicitar deles a indicação de um membro do Ministério Público e um especialista em comunicações, respectivamente, para integrarem comissão de sindicância a ser instalada na UnB para apurar o fato divulgado pela imprensa. No dia 29/05, o reitor oficiou ao diretor da Faculdade de Tecnologia para solicitar a indicação de um professor especialista em comunicações para compor a comissão apuradora.

Da parte dos estudantes, além das intervenções críticas na imprensa, com nota de repúdio, foi convocada uma assembleia geral para o dia 30/05. Nessa oportunidade, foi apresentada uma peça teatral sobre o tema e, em seguida, realizado um julgamento simulado do reitor, que terminou com sua condenação simbólica pela instalação da escuta clandestina.

122 A gama de perguntas, vasta nesse caso, pode tornar-se ainda mais complexa ao se proceder a uma atualização da matéria: um dos primeiros anúncios comerciais resultantes da consulta ao referido mecanismo de busca na internet remete o interessado a uma empresa baseada em San Francisco, California, cujo ramo é a segurança de dados e cujos clientes em potencial são provedores de serviço subordinados a uma série de dispositivos legais em torno da guarda e uso de informações virtuais de algum modo ligadas à área de segurança — incluindo contra-terrorismo e coisas do gênero, como, por exemplo, Electronic Communications Privacy Act (ECPA), Communications Assistance for Law Enforcement Act (CALEA), USA PATRIOT Act, Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA), European Union (EU) Data Retention Directive, EU Data Protection Directive e muitos outras normativas governamentais. Ver https://www.yaanatech.com/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=97&Itemid=120 (acesso em 29/03/2015).

Em 02/06, o departamento de Tecnologia procedeu à indicação do professor Lourenço Nassib Cheibab; em 05/06, a Procuradoria-Geral do Ministério Público do DF fez a indicação do Promotor Substituto Darcy Alvim Pereira.

Assim, em 06/06 foi baixado o Ato do Reitor nº 124/78, que abriu inquérito para, no prazo de 20 dias, apurar responsabilidades de quem tenha instalado ou contribuído para instalação do equipamento de rádio-escuta no Diretório Universitário. No dia 07/06, a Pasta das Comunicações respondeu à solicitação de indicação lamentando não dispor de técnico com conhecimento específico sobre tais equipamentos e sugerindo que fosse procurado um técnico do Departamento de Polícia Federal.[123] Assim, por meio da Resolução da Reitoria nº 44/78, no dia 09/06, mais de duas semanas após a ocorrência, foi feita a designação dos membros da comissão: os professores Lourenço Cheibab e Anna Maria Villela e o Assessor Sully Alves de Souza, da Assessoria Jurídica, este como presidente; também foi designado para acompanhar os trabalhos da comissão o promotor Darcy Alvim.

Os estudantes, em nota divulgada à imprensa[124], informaram ter-se recusado a indicar representante para participar da sindicância, sob o forte argumento de que, tal como nas últimas comissões de inquérito, esta não passava de "uma farsa da qual já se sabe o desfecho, como também quem é o culpado e, sobretudo, que este vai ficar impune". Argumentavam que os representantes do dono da aparelhagem (vigilantes do Serviço de Proteção ao Patrimônio da UnB) teriam tentado recolhê-la (sem sucesso). Ademais, especulavam, para funcionar, o equipamento devia contar com a anuência do DENTEL; como era possível que o órgão

123 Ofício nº 1129/78-GM, de 07/06/78, do Chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199).

124 Nota assinada pela Comissão Pró-DCE Livre, datada de 19/06/78; publicada na íntegra pelo 'Jornal de Brasília' de 21/06/78.

governamental "tecnicamente aparelhado a captar, localizar e reprimir simples transmissões de inocentes radinhos transmissores receptores (*walk talkie's*) [*sic*] desconhecesse a existência do transmissor (...)? Conclusão: o culpado tem um cúmplice."

No dia 21/06/78, quase um mês depois da descoberta do equipamento de espionagem, foi formalmente lavrada a ata de instalação da comissão de inquérito, com as primeiras deliberações: a) as reuniões ocorreriam na Assessoria Jurídica; b) seria dada preferência a depoimentos dos estudantes e a perícia do equipamento pelo DENTEL; c) seriam ouvidos os vigilantes com envolvimento mais direto no caso, o chefe do SPP (com relação de equipamentos eletrônicos da Fundação Universidade de Brasília – FUB, um representante do serviço de engenharia e o decano de Assuntos Comunitários. No dia 23/06, finalmente começaram as oitivas dos depoentes.

De relevante, nos depoimentos, houve poucas informações: a) nenhum vigilante afirmou ter visto a aparelhagem e todos negaram qualquer ida ao D.U. para retirar o equipamento; b) sobre as obras na sede do D.U., teriam sido feitas em fins de 1976, para acomodar o D.U. em sua 1ª sede (1ª eleição); antes, ali funcionavam o DAC e os Correios; c) durante a crise de 1977, o espaço do D.U. ficou abandonado, portas abertas etc.; vigilantes e chefe do SPP e decano afirmaram não ser incomum o DU ficar abandonado, portas abertas, inclusive à noite (normalmente, sem ninguém das 10h30 às 11h30); d) o teto do D.U. tinha um forro tipo pacote, de 'Eucatex', simplesmente apoiado (não pregado) na estrutura, placas de 1,20 m por 0,40 m, de encaixe, fáceis de tirar e recolocar (outros lugares da UnB com esse tipo: creche, Psicologia, Biotério etc.); e) nas relações de patrimônio da FUB não havia nenhum equipamento com as especificações compatíveis com as divulgadas para os equipamentos descobertos; f) o reitor Azevedo prestou depoimento e remarcou seu estranhamento de que, na CPI sobre o Ensino Superior, tivesse sido perguntado sobre espionagem na UnB, o que negou, e a suposta descoberta do equipamento no dia seguinte.

No dia 07/07/78, finalmente, após breve prorrogação de prazo foi concluída a sindicância com um Relatório Final trazendo o resumo das atividades: instalação; 16 depoimentos; ofícios expedidos e recebidos e documentos acostados aos autos; e a recusa do D.U. em colaborar com depoimento e com material para perícia. As conclusões assinalaram a inexistência de dados sobre o equipamento, a ausência de perícia e a falta de elementos para identificação de autoria; não foi confirmada a versão de que vigilantes teriam ido resgatar o equipamento, nem de que tenha havido obra nos últimos 6 meses (obra houve, mas no final de 1976, para receber o D.U.).

Como previsto pelos estudantes, nada restou apurado e ainda foi insinuado que tudo pudesse ter sido arranjado: a Comissão "dá por terminado o seu trabalho e, ante a total deficiência de dados ... [e] a falta da ... aparelhagem, conclui pela impossibilidade de apontar responsáveis pela ocorrência, que sequer, ela própria, restou comprovada."

As observações premonitórias não eram apenas dos estudantes: um artigo do jornal *O Estado de São Paulo* de 26/05 também antecipara a expectativa de que nada fosse apurado e que a impunidade seria o resultado concreto da investigação. Com firmeza, a matéria jornalística indagava o leitor até quando as sucessivas e graves violações de direitos humanos iriam seguir ocorrendo, sob a justificativa de que "a segurança nacional assim o exige, que estamos em guerra e que, na guerra, vale tudo". Combatendo o argumento de que "a escuta, a censura, a gravação e até as fotografias clandestinas exprimem um sinal dos tempos modernos, um mal necessário à segurança do Estado", alegava que isso era característico das "ditaduras do Leste" e que, "quando tais fatos acontecem nas democracias de verdade, como os Estados Unidos,

a França e a Alemanha Ocidental, a reação é imediata." Citou, inclusive, o exemplo da pressão que levou Nixon à renúncia.[125] Que decepção não teria esse comentarista ao descobrir que, em pleno século XXI, sob patrocínio dos Estados Unidos, a Guerra ao Terror assumiria âmbito planetário e — como revelado pelo ciberativista Julian Assange e o *Wikileaks*, ou pelo ex-servidor da NSA (Agência Nacional de Segurança, dos EUA) Edward Snowden e os sistemas de vigilância global —, as novas tecnologias promoveriam níveis inauditos de invasão de privacidade...

O ano de 1978 seguia caminhando com os passos claudicantes do projeto de abertura lenta e gradual da ditadura. Ao mesmo tempo que havia indícios de que a situação de opressão política paulatinamente iria se desanuviar, havia também outros indícios a apontar que a ditadura ainda estava em plena forma.

No primeiro caso, pode-se recordar que, precisamente no mesmo dia em que foi descoberta a escuta clandestina no D.U., 24/05/78, ocorreu também a assembleia de fundação da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), sem dúvida um estágio superior de articulação e luta que os professores logravam alcançar.[126] Outro sinal alvissareiro foi dado em 08/06/78, mediante um sucinto comunicado palaciano, segundo o qual findava-se naquela oportunidade a prática da censura prévia aos órgãos da chamada grande imprensa.[127]

Porém, reforçando a impressão de que revigoramento da ditadura, em 03/08/78 a Divisão de Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, divulgou uma nota à imprensa, publicada na íntegra pelo *Jornal do Brasil* de 04/08/78. A nota discorria sobre a série de prisões realizadas a partir de meados de julho, asseverando que os presos receberam, por parte da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrto Federal (SR/DPF/DF), tratamento condigno e humano e estariam recebendo assistência jurídica.[128]

Tratava-se de uma operação que começou com a captura e prisão, pela Secretaria de Segurança Pública do DF, a pedido do Exército, de três pessoas, que tinham, "em sua residência, jornais de circulação clandestina, cujas matérias apresentavam cunho nitidamente atentatório à segurança nacional e à ordem política e social". No decorrer da investigação, houve mais prisões, entre as quais a de Alcides Bartolomeu de Faria (que fora expulso da UnB, com mais 29 estudantes, em julho de 1977; ligado à organização de esquerda PST; fichado no SNI). Além disso, algumas pessoas, entre as quais o norte-americano Iain A. Fairlie Bruce (membro da Anistia Internacional, bolsista da UnB, onde acompanhou o movimento estudantil em 1977; fichado no SNI), foram encaminhadas à SR/DPF/DF para averiguações ligadas às prisões e, depois de ouvidas, foram liberadas.

O advogado de 6 dos presos, Luis Carlos Sigmaringa Seixas, criticou a divulgação da referida nota como sendo de pouca utilidade, pois esclarecia o que já se sabia; ademais, negou que estivesse prestando assistência jurídica, pois não teve acesso ao inquérito nem soube quais fatos foram imputados aos clientes. Denunciou, ainda, que, apesar do propalado bom tratamento pela Polícia Federal, pelo menos 2 dos presos (um deles o ex-universitário Alcides Bartolomeu de Farias), nos

125 Jornal 'O Estado de São Paulo', 26/06/78, "Microfone clandestino na UnB é mais um lance na estratégia oficial" (BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199, p. 30)

126 Cf. Estatutos aprovados na reunião de fundação da ADUnB, 24/05/78, em assembleia iniciada às 20h, no Auditório da Associação Comercial do Distrito Federal, Palácio do Comércio/SCS (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0063, p. 68-80 e 82)

127 Cf. Gláucio Ary Dillon Soares, A censura durante o Regime Autoritário (1989); e Maria Aparecida de Aquino, Censura, imprensa e Estado autoritário (1999: 220).

128 Informe "Atividades Subversivas / Iain Alasdair Fairlie Bruce / Brasília, DF", de 22/08/78, da AC/SNI, Agência Central do Serviço Nacional de Informações, e 'Jornal do Brasil', 04/08/1978 ("Polícia atribui prisões à posse de jornais clandestinos" e "Advogado denuncia torturas"), todos no documento BR_DFANBSB_Z4_SNA_0012, do fundo DSI/MRE, Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, do acervo do Arquivo Nacional em Brasília.

primeiros momentos da prisão (noite de 19/07/78), teriam sido levados, encapuzados, para um cubículo úmido do qual não souberam precisar a localização.

A matéria jornalística destacou que a nota não fez qualquer alusão ao uso de tóxico pelos detidos, diferentemente da versão inicial (que chegou a ser publicada em alguns jornais, sem desmentidos das autoridades), a qual ligava as prisões pela SSP/DF, a pedido do Exército, a atividades políticas subversivas e tráfico de entorpecentes. Conforme a reportagem, inicialmente, houvera a suposição, por parte de várias autoridades policiais e militares, de que havia ligação desses presos com mais de vinte militares do Batalhão da Guarda Presidencial, que então se encontravam detidos pelo Pelotão de Investigações Criminais do Exército por uso de tóxico (maconha) que teriam adquirido de "elementos estranhos ao meio militar". Essa detenção vinha sendo mantida em sigilo, mas, ainda segundo o jornal, diversas autoridades relacionaram as prisões referidas na nota da Polícia Federal com as investigações sobre a "penetração de tóxicos nas fileiras das Forças Armadas, que, na opinião de alguns oficiais de alta patente, faria parte de um plano urdido pela esquerda mais radical." Segundo esse raciocínio, um grupo de inspiração maoísta estaria "tentando a derrubada do regime, atentando contra as próprias bases da segurança nacional, que seria [sic] a moral e a rigidez disciplinar das Forças Armadas".

A luta pelo DCE Livre na UnB atingiu seu objetivo imediato com a eleição realizada em setembro (dias 05 e 06/09/78). Houve um total de 3.781 votantes, 5 chapas concorrendo (Debate e Ação, Construção, Novo Rumo Socialista, Oficina e Unidade) e a vitoriosa, Debate e Ação, teve 1.442 votos (38%), seguida da chapa Construção, com 1.056 votos (27,9%). Esses e outros dados foram apresentados em uma Informação do 6º Comando Aéreo Regional, enviada para o CISA RJ, com um anexo, contendo "xerox das fichas dos principais ativistas"; logo abaixo dessa frase no documento, foi aposta uma outra, ligada à anterior por uma seta traçada à mão: "Desanexado e colocado no prontuário de cada um".[129] Tal observação é exemplo claro da prática dos serviços secretos de arquivar dados pessoais dos estudantes em prontuários, sempre disponíveis para complementar informações de cunho político, tal como essa, sobre "Movimento Estudantil na UnB". Ao se referir a um evento de natureza democrática como as eleições para representação dos estudantes em uma entidade autônoma e desvinculada da administração universitária, a nota do serviço secreto, exemplo concreto de espionagem, vigilância e controle político, aponta, igualmente, para as contradições e ambiguidades que atravessavam a história do país naquele momento.

Quando, em novembro de 1978, o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda lançou o disco "Chico Buarque", forneceu uma espécie de trilha sonora do que, hoje, pode-se definir como a fase final da ditadura. De um lado, remarcava a otimista perspectiva de proximidade do fim do regime militar, com a autoexplicativa "Apesar de Você" ("... amanhã há de ser outro dia"), otimismo reforçado pela aprovação, em outubro, da emenda constitucional que extinguiria o AI-5 a partir de 1º/01/1979. De outro lado, desenhava a incerteza quanto ao sempre possível recrudescimento da censura, das torturas, dos desaparecimentos, com "Cálice", canção composta por ele em parceria com Gilberto Gil ainda em 1973 e logo censurada, e que, em 1978, em dueto com Milton Nascimento, ainda fazia todo sentido: "... Esse silêncio todo me atordoa / Atordoado eu permaneço atento / Na arquibancada pra, a qualquer momento, / Ver emergir o monstro da lagoa".

129 Informação nº 029/SI/VI COMAR/78, de 30/10/78 (BR_AN_BSB_VAZ_115A_0145, p.1-2).

1979-1988: Em clima de abertura (pontuada por atentados de extrema-direita), avança a luta democrática; integrando-se aos movimentos sociais e populares, estudantes e professores se juntam na luta pela derrocada da ditadura.

O corte da periodização em 1979 deve ser destacado, antes de mais nada, pelo fim da vigência do Ato Institucional nº 5, em mais um passo controlado do processo de abertura lenta e gradual conduzido pelo grupo do ditador Geisel. As formas mais graves de violações aos direitos humanos decorrentes do Estado de exceção — que o AI-5 acolhia, condicionava e estimulava — deixaram de ter justificação tão explícita e, assim, passaram a ser contraditadas de modo mais direto, embora poucas vezes de maneira eficaz. O sistema econômico, o sistema político, o jurídico, o social e todos os demais recortes abstratos que se coloquem sobre a nossa formação histórica seguiam funcionando sob a dinâmica e os influxos de um regime que, antes de mais nada, continuava sendo uma ditadura comandada por militares, agindo militarmente, ainda que setores civis também participassem do bloco no poder e houvesse apoio popular (variável conforme a conjuntura). Uma ditadura mitigada, é certo, mas ainda assim presente no controle, na vigilância e na coerção, em suas diversas formas.

O contexto mais amplo em que se insere essa década de nossa história, não à toa conhecida como "a década perdida", foi marcado, essencialmente, por traços indeléveis de uma profunda crise econômica. Se o mundo sofrera em 1973-1974 o impacto do choque do petróleo (crise iniciada com a Guerra do *Yom Kipur*), não tardou a submergir sob o peso de um 2º choque do petróleo em 1979-1980 (crise iniciada com a Revolução Iraniana e o conflito Irã-Iraque). Em razão das condições internas e externas, bem como dos caminhos escolhidos para lidar com elas, a inflação disparou, juntamente com o brutal aumento da dívida externa brasileira. Próximo da bancarrota, o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional, que forneceu os recursos solicitados, em troca da exigência de medidas que aprofundaram a dependência do país à banca internacional.

Politicamente, prosseguia a "abertura", pela qual o governo concedeu anistia restrita para opositores e anistia plena para os agentes do Estado envolvidos de forma direta ou indireta nas graves violações de direitos humanos perpetradas ao longo da ditadura. O quadro de crise profunda, que incluiu seguidas ondas de saques a supermercados e entrepostos de alimentos e violenta repressão ao movimento sindical pela estrutura policial repressiva, não sofreu modificações de peso com as novas condições políticas derivadas da retirada paulatina dos militares (sem serem importunados com qualquer forma de responsabilização pelos crimes da ditadura) e a assunção do governo civil (formado, em parte substancial, por remanescentes da estrutura de poder do regime anterior). Entre 1986 e 1988, a sociedade refez seus acordos fundadores em torno de uma nova Constituição.

1979 O ano da UNE e da Anistia

Em 20 e 21/1/79, ocorreu no Rio de Janeiro reunião da Comissão Pró-UNE, acompanhada por entidades estudantis de vários Estados brasileiros, bem como por agentes do CISA-RJ. O registro desse acompanhamento feito pelo CISA-RJ, encaminhado às Segundas Seções (Segurança) dos Estados-Maiores dos 6 Comandos Aéreos Regionais, permite identificar alguns dos presentes nos dois dias de reunião, como, por exemplo, Iramaia Queiroz Benjamim, do Comitê Brasileiro pela Anistia, os Deputados Marcelo Cerqueira (Estadual) e José Frejat (Federal), além de representantes de, pelo menos, 35 entidades de base, como Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos, e 17 Diretórios Centrais dos Estudantes, entre os quais o DCE/UnB. Permite ainda identificar

alguns dos assuntos tratados, a saber: marcação dos dias 15/3/79, dia da posse do novo presidente da República, como "Dia Nacional de Lutas", e 27/5/79 para o Congresso da UNE em Salvador (com greve dos estudantes pelo fim dos Decretos-Lei 477 e 228); definição de cronograma para o retorno dos exilados; estratégias de luta pela anistia ampla; lutas em defesa da Amazônia etc. Permite, inclusive, perceber o incômodo causado ao serviço secreto da Aeronáutica pelas medidas de segurança adotadas pelos estudantes, que filmaram, fotografaram e seguiram agentes de segurança que faziam a cobertura do evento, anotaram placas pertencentes a órgãos de informações e coisas do gênero.[130]

Com efeito, a ditadura acompanhava de perto os passos dos alunos da UnB ligados ao movimento estudantil, possivelmente tão perigoso para o regime como os mais de 160 mil operários em greve na região do ABC paulista em março de 1979. Como se pode observar, o movimento estudantil foi o assunto de um documento elaborado pelo Centro de Informações do Exército, divulgado posteriormente no âmbito da Aeronáutica pelo CISA/RJ — tal documento, uma Informação, tivera, originalmente, difusão, entre outros órgãos, junto aos quatro grandes comandos da Força Terrestre (1º, 2º, 3º e 4º Exércitos), ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e ao Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI-DPF), bem como à DSI/MEC.[131] Assim, recursos públicos foram gastos com espionagem sobre o movimento estudantil para que fosse levada aos serviços secretos, de forma confidencial, a informação de que o DCE/UnB, por meio de mural afixado no *campus* da universidade, tornara públicas as 6 "resoluções aprovadas quando da realização do recente Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo" (ocorrido em novembro de 1978). Entre essas, constavam "1. Repudiar qualquer emenda à nova Lei de Segurança Nacional e realizar jornada, em Brasília, no dia da votação do citado projeto. 2. Realizar atos ecumênicos, sociais e públicos, durante os festejos de Natal, visando divulgar a luta pela Anistia. (...) 4. Realização da próxima reunião da Comissão Pró-UNE, em 08 Jan 79. (...)".

Maio de 1979 foi um mês especial para o movimento estudantil de todo o Brasil: em Salvador, foi realizado o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes. O chamado Congresso de Refundação da UNE, entidade colocada na ilegalidade no imediato pós-golpe de 64 e desde então combatida sem trégua pelos governos militares, assumia grande relevância naquele momento — talvez mais no plano simbólico do que na prática, em razão das restrições ainda vigentes no plano legal contra a efetivação da entidade.[132] Do ponto de vista simbólico, houve momentos bastante fortes, como na abertura solene do evento, quando foi deixada vaga uma cadeira na mesa diretiva dos trabalhos, representando seu último presidente, Honestino Guimarães, desaparecido político durante a ditadura.

O movimento estudantil na UnB, naquela ocasião, continuava às voltas com o problema da retirada de numerosos estudantes dos quadros da universidade sob o argumento do insuficiente desempenho acadêmico, aferido segundo critérios impostos pela reitoria. Por essa razão, em 27/6/79, realizou-se uma reunião no Anf. 9, coordenada por Ivaneck Peres Alves e Guacira César de Oliveira, com cerca de 100 estudantes,

130 Encaminhamento nº 0009/CISA-RJ, de 29/01/79, com difusão para A2/COMAR I, II, III, IV, V, VI – COMCOS; anexo: cópias dos RD NR 135, 139 e 171/INF/CISA-RJ/79 (BR_AN_BSB_VAZ_034_0093, p.1-8).

131 Informação nº 0070/CISA-RJ, de 29/01/79, sobre "Movimento Estudantil – Congresso Nacional Pela Anistia", difundida para as Segundas Seções de Estado-Maior dos 6 Comandos Aéreos Regionais da Aeronáutica, entre outros órgãos, encaminhando-lhes a referida Informação recebida do CIE (BR_AN_BSB_VAZ_034_0091, p.1).

132 Cf. COSTA, Marcelo; CUNHA, Luís Antônio; e PORTILHO, Aline. União Nacional dos Estudantes. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

que contou inclusive com a presença de representantes da diretoria da UNE, para debater o tema "O Jubilamento de Universitários da UnB".[133]

No entanto, em relação ao movimento estudantil, o cenário vislumbrado pelos agentes da ditadura parecia muito mais sério e perigoso para o regime. No dia 6/7/79, o bacharel Ediraldo José Marques Bicalho Brandão, Coordenador-Geral de Segurança da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (COSEG/SSP/MG), enviou ao titular da sua Pasta um estudo de 15 folhas sobre a "Evolução da Subversão". Em meados de agosto, esse estudo já repousava sobre a mesa de trabalho do Chefe da ASI/UnB, que o recebeu da DSI/MEC, para conhecimento, por meio de um expediente onde se lia, carimbada próximo às Armas da República, a mensagem "MEC 1979 – Ano Internacional da Criança – Criança Semente do Futuro".[134]

No documento, o bacharel Ediraldo Brandão mostrava como, depois de praticamente eliminada a luta armada em 1972, os militantes das organizações subversivas, com ligações no Brasil e no exterior, fizeram "autocrítica de suas ações, refizeram seu planejamento e partiram para novo ascenso revolucionário". Passaram a conferir prioridade à luta de massas sobre a luta armada, aproveitando-se, inclusive, da nova orientação da Igreja após o Concílio Vaticano II (que, a propósito, já não era propriamente nova, já que esse concílio terminara em 1965). Com isso, conseguiram seus objetivos imediatos, tais como a reorganização de suas entidades e de outras de caráter legal; a promoção de campanhas "contra a tortura", no exterior e dentro do país; a doutrinação, a infiltração e a mobilização de segmentos sociais como professores, artistas, cientistas, estudantes, médicos, funcionários públicos e operários urbanos e trabalhadores rurais.

133 Informe nº 084/D/CISA-BR/79, de 29/06/79, para CISA-RJ (BR_AN_BSB_VAZ_127_0080, p.1).

134 Encaminhamento nº 013/10099/79/10/DSI/MEC, de 15/08/79, contendo, anexo, o Estudo de Situação de Informações nº 06/COSEG/79, de 06/07/79 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0102, p. 1)

De acordo com a avaliação desse analista da subversão, os subversivos passavam, a partir de então, a agir com a "orquestração" de algumas estratégias. A ação psicológica buscava desacreditar o regime e ridicularizar seus defensores. A agitação seguia um planejamento nacional com "cronograma de ações coordenadas e sincronizadas para manter o País permanentemente mobilizado, pela ação de massa". O movimento estudantil, "desde a tomada pela Esquerda dos DAs e DCEs, a implantação das UEEs e já agora a reconstrução da UNE", tem cumprido seu papel, alternando-se com o movimento operário, a quem apoiava e ajudava no trabalho de massa. Enfim, vivia-se "a evolução de um processo de massa, que projeta sinais de contestação mais objetivos", com indícios observáveis "de desdobramentos para a probabilidade de pequenos confrontos com as forças legais".[135] A perspectiva catastrofista, sob a ótica do regime que se decompunha a olhos vistos, não era prerrogativa apenas da extrema-direita encastelada nos centros de espionagem e repressão das Forças Armadas, mas era compartilhada sem reservas por integrantes dos órgãos civis de segurança pública.

Talvez essa sensação de que o governo estava submetido a um "cerco estratégico" ajude a explicar a celeridade que levou o Projeto de Lei PLN nº 14, de 1979, apresentado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 28/6/79, a ser prontamente convertido na Lei nº 6.683, de 28/8/79, que "concede anistia e dá outras providências". Parte dessa explicação

135 Estudo de Situação de Informações nº 06/COSEG/79, de 06/07/79 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0102, p. 2-16). Sobre o autor do referido Estudo, o delegado Ediraldo Brandão, vale assinalar que seu nome pode ser encontrado entre os colaboradores que teriam sido protegidos pelo Poder Executivo Federal ao fim do regime militar, de acordo com documento do Ministério do Exército descoberto pelo jornal 'O Globo' (http://oglobo.globo.com/infograficos/colaboradores-regime-militar/)
Ademais, ele próprio declarou-se responsável pela incineração, após microfilmagem, dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS de Minas Gerais, em 1982, sem que tivesse apresentado os devidos registros de eliminação exigidos por disposição legal, conforme o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais que, em 1998, investigou o desaparecimento de grande parte dessa documentação. Ver, a respeito, http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/5292/5292.pdf?sequence=3
.

pode estar, também, no universo de parlamentares que o apreciaram, a maioria dos quais componentes da base governista, e uma minoria sem poderes sequer de obstruir votações, quanto mais de constituir concretamente qualquer obstáculo à pressão palaciana. Outra parte da explicação, talvez até a mais substancial, pode ainda residir no conteúdo mesmo dessa Proposição. Afinal, impunha-se ali uma anistia com várias restrições para quem, entre 2/9/61 a 15/8/79, tivesse sido punido com base em Atos Institucionais e Complementares,[136] mas uma anistia em plenitude aos que, direta ou indiretamente, tivessem incorrido em crimes (ditos crimes políticos ou conexos) no combate aos opositores (o que abarcou torturadores, estupradores, assassinos e ocultadores de cadáveres, por exemplo).

Abria-se, com aquela lei, a perspectiva de que ao menos uma parte dos punidos e perseguidos pela ditadura pudesse voltar do exílio, ou recuperar o cargo no serviço público, por exemplo (apenas, cumpre notar, se houvesse disponibilidade de vaga e se fosse do interesse da Administração). Os afastados pela UnB, no entanto, enfrentaram resistências, protelações e dificuldades para concretizar seu retorno à universidade.[137]

Um exemplo concreto foi a demanda apresentada por Carlos Alberto de Almeida, Evelyn de Oliveira Pena, Wallace José Sesana, Érika Kokay, Maria do Rosário Caetano, Walter Nei Valente, Carlos Gurgel e Davi Emerich, em 13/11/79, dando entrada com o pedido de rematrícula com base na Lei de Anistia, ao qual ajuntaram um abaixo-assinado com cerca de 300 assinaturas de apoio. Em 16/11/79, o Reitor oficiou ao MEC, submetendo questionamento jurídico sobre a matéria, o que retardaria a definição. A Comissão Especial do MEC opinou, em parecer datado de 30/11/79, que o dispositivo questionado era autoaplicável; o parecer foi aprovado pelo Ministro Interino em 4/12/79 e a matéria retornou à UnB para cumprimento da determinação legal. Em 7/12/79, o reitor Azevedo voltaria a encaminhar o processo ao MEC, propondo que a questão fosse submetida à Consultoria Jurídica da Pasta. Em pesquisa na documentação do Fundo ASI-UnB, de onde foram compulsados os expedientes referidos acima, não foi localizado o desdobramento dessa demanda, mas a simples existência desses atos meramente protelatórios é suficiente para revelar a má vontade da reitoria da UnB para com os anistiados. Em depoimento prestado à Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB no dia 13/03/2014, a Deputada Érika Kokay, afastada na onda de expulsões de 1977, afirmou que o reitor Azevedo lhes teria admitido que, de fato, havia vagas disponíveis, porém não havia interesse da reitoria em aceitá-los de volta. Foi por isso que os estudantes, por intermédio dos advogados Sigmaringa Seixas e Heitor Furtado, precisaram recorrer à Justiça e obtiveram sucesso, para fazer valer o direito à anistia e, portanto, à rematrícula. No caso da depoente, ela reingressou antes da decisão final, mediante aprovação em novo concurso vestibular.[138]

Outra questão de peso que, no âmbito universitário, foi parcialmente enfrentada pelo governo em 1979 referiu-se ao tema da representação estudantil. Por meio da Lei nº 6.680, de 16/8/79, o regime tratou de regular "as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior". Assim, passou a permitir a existência dos Diretórios Centrais dos Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos, vedando, no entanto, "a

136 Entre as restrições, veja-se, por exemplo, o disposto no § 2º do art. 1º da Lei, segundo o qual excetuou-se "dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal".

137 Em outubro de 1979 iniciou-se formalmente na UnB a luta pela reintegração dos punidos, "afastados da universidade pela mão da repressão policial, personificada na figura do capitão-reitor José Carlos de Azevedo", como anunciou em Editorial o DCE-Livre/UnB, convidando a comunidade acadêmica a participar do I Congresso Universitário,em breve (BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_0031, p.7).

138 Depoimento de Érika Jucá Kokay à CATMV-UnB, 13/03/2014; os expedientes e o processo mencionados constam da documentação do Fundo ASI-UnB: BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0044, p.1-29.

participação ou representação [desses diretórios] em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados" (vale dizer, à UNE, por exemplo). Essa norma já nasceu superada pela realidade, pois, na prática, como se viu na própria UnB e em outras universidades, vários DCEs e DAs já haviam sido criados, mesmo ao arrepio da lei. Outra mudança a ser mencionada foi a revogação dos Decretos-Leis nº 228/67 e nº 477/69. Esse fato, a rigor, não chegou propriamente a revolucionar o quadro legal da UnB nesse aspecto, haja vista, por exemplo, a incorporação já procedida dos dispositivos desse Decreto-Lei nº 477/69 no regime disciplinar do corpo discente constante do Regimento Geral da UnB, como já assinalado anteriormente. De fato, a alteração de maior peso foi nas condições políticas, que apontaram dificuldades crescentes às reitorias para efetivar punições disciplinares naqueles termos.

Se a anistia e a abertura política no movimento estudantil chegaram trazendo novos ares às universidades, havia lugares onde o que se respirava era ainda o anticomunismo típico do auge da Guerra Fria e dos dias de repressão mais violenta. Comentando matéria jornalística baseada em declarações de diretores da UNE, uma Informação do CISA/RJ de outubro de 1979 foi pródiga nesse estilo: "Após o XXXI Congresso da UNE, (...) os líderes do Movimento Estudantil decidiram que a UNE, que é uma entidade ilegal, proscrita pelo Governo e infringe a LSN, teria uma direção colegiada, com a participação da UEE/SP, DCE/UFMG, DCE/UFBA, DCE/UNB, DCE/UFPE, DCE/PUC-RJ, DCE/UFPA. Hoje, esses DCEs já são sabidamente entidades de fachada de organizações subversivas já conhecidas das OI [Organizações de Informação] da Comunidade de Informações. (...)." Citando ainda que tais lideranças vinham intensificando contatos com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), referiu-se a ambas as entidades como "órgãos de fachada de divulgação e apoio ao Movimento Comunista Internacional".[139]

Nesse clima ambíguo, nos dias 30 e 31/10/79 foram realizadas as eleições para o "DCE-Livre da UnB". Cinco chapas concorreram no pleito, que teve um total de 3.530 votantes. As chapas Política Independente, Liberdade e Luta e Oficina tiveram votações menos expressivas (173, 318 e 374, respectivamente); a chapa Debate e Ação ficou em 2º lugar, com 1.059 votos (30%), e a vencedora foi a chapa Por Um Bloco, com 1.270 votos (35,9%), sendo 112 votos nulos e 223 em branco. A propósito, o presidente da chapa vencedora, Paulo Afonso Bracarense Costa, era irmão do aluno Samuel Bracarense Costa, que, como visto anteriormente, teve sua transferência da UFPR para a UnB indeferida em fevereiro de 1978, por motivação política explicitamente documentada. O expediente que procedeu ao encaminhamento menciona a existência de um anexo contendo o "álbum fotográfico dos nominados", embora uma anotação manuscrita indique que ele tenha sido "desanexado e colocado no arquivo/fotos".[140]

No dia 30/11/79, houve um incidente envolvendo estudantes e o general-presidente da República que, embora não tenha relação direta com a UnB, vale ser mencionado para contextualizar a presente narrativa cronológica. Durante visita do ditador João Batista Figueiredo e comitiva a Florianópolis-SC para, entre outros motivos, celebrar os 90 anos da Proclamação da República (com inauguração de placa na praça), o DCE/UFSC conduziu uma manifestação, com faixas de protesto e gritos de "Abaixo a ditadura!" e "Chega de sofrer, o povo quer comer!". O general,

139 Informação (de numeração ilegível) do CISA/RJ, datada de 17/10/79, difundida para a Agência Central do SNI e para os Centros de Informações das 3 Forças (CIE, CENIMAR e CISA/BR) e o da Polícia Federal (CI/DPF), com assunto "Diretoria Provisória da UNE" (BR_AN_BSB_VAZ_127_0068, p.1-3).

140 Informação nº 001/SI/VI COMAR/80, de 02/01/80, com assunto "Eleição para DCE/Livre/UnB", da Seção de Informações – A2 do 6º Comando Aéreo Regional, com difusão indicada para CISA/RJ (BR_AN_BSB_VAZ_072_0072, p.1-6).

que associava seu governo à abertura e à política conciliadora da "mão estendida", respondeu com um insólito gesto, unindo polegar e indicador em um círculo fechado, o que atiçou as vaias. Os ânimos se acirraram até que a polícia militar passou a reprimir violentamente a manifestação, e o saldo final foi de vários estudantes presos e indiciados por crime contra a Segurança Nacional.[141]

Com a proximidade do encerramento do mandato do reitor Azevedo, a ocorrer em meados de 1980, o governo articulou-se para a edição de mais uma norma legal casuística. A Lei nº 6.733, de 4/12/79, veio resolver um problema complexo no processo sucessório da UnB, que cada vez apresentava-se mais fragmentada em termos de apoio ao reitor e sua forma autoritária de administração. Ao estabelecer que os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União passariam a ser livremente escolhidos e nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, a Lei contornava dois problemas. De um lado, ao suprimir a necessidade da lista sêxtupla de candidatos prevista na legislação anterior, reduzia as chances de derrota na composição da lista proveniente do Conselho Universitário e órgãos colegiados máximos de ensino e pesquisa e de administração. De outro lado, superava a anterior vedação à recondução do reitor para um novo mandato. Ao adaptar-se à perfeição para o caso do continuísmo desejado pelo governo para a UnB, o novo diploma legal passou a ser conhecido como "Lei Azevedo".[142]

Uma nota final sobre 1979 refere-se à associação, que não era inédita, entre sexo, polícia e ASI/UnB. No dia 6/12/1979, a 3ª Delegacia Policial do DF solicitou ao reitor da UnB informações a respeito de um estudante de Geologia, para fins de instrução do inquérito policial IP 131/79, que apurava o cometimento de crime de sedução.[143] A matéria foi despachada ao chefe da ASI/UnB, Francisco Pedro de Oliveira, o qual, em resposta ao delegado, informou os dados solicitados relativos ao estudante (nome, filiação, data e local de nascimento, identidade, endereço atual e anterior). Anexou, ainda, uma Ficha de Qualificação Modelo 14, a qual, além desses dados, trazia em sua parte final a observação de que o referido estudante havia procedido ao trancamento geral de matrícula no 1º semestre de 1979 por motivo de tratamento médico de doença neurológica. A ocorrência é mencionada aqui para destacar o grau de vigilância e controle, inclusive policial, no âmbito da comunidade universitária, bem como a conexão entre sexo, saúde mental e suposto comportamento criminoso como matérias pertinentes à esfera de atuação da Assessoria de Segurança e Informação da UnB.

1980-1984, 1985-1988: do outono da ditadura a um rascunho de democracia.

Depois de cancelada a censura prévia à grande imprensa em 08/06/78, a imprensa alternativa ainda seguiu amordaçada e não deixou de haver atos pontuais de censura em livros, filmes, peças etc. Tendo sido suprimida a vigência do AI-5 em 1º/01/79, uma versão atenuada de medidas nele previstas foi prontamente estabelecida, com as chamadas "salvaguardas constitucionais". Elaborada no âmbito do Poder Executivo e celeremente aprovada por um Parlamento dividido entre a docilidade e a impotência, a Lei de Anistia sancionada em 28/08/1979 trouxe uma anistia partida ao meio, eivada de restrições para com os opositores mas plena e incondicional para os agentes do terror de Estado.

141 Para imagens do evento, cf. http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731217,Infografico-saiba-como-aconteceu-a-Novembrada-em-Florianopolis.html.

142 Cf. Linha do Tempo, Portal da UnB, www.unb.br/unb/historia/linha_do_tempo/70/index.php (acesso em 05/04/2015).

143 Ofício nº 1.840/79 (PC-CPJ-3ªDP/SSP/DF), de 06/12/79; Código Penal Brasileiro, art. 217, então vigente: "Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (quatorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos." (BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0077, p. 2).

Assim, a ditadura, que entrava em sua fase terminal, seria substituída por um arremedo de democracia. O tratamento repressivo às greves; a intervenção em sindicatos; a impunidade contra atos de terrorismo da extrema-direita (como incêndios em bancas de jornais e atentados a bomba, que não pararam de ocorrer); tudo isso desautoriza a afirmação de que, com a chamada "Redemocratização", a ditadura havia acabado (não acabou, até, pelo menos, a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988).

A crise econômica global que se anunciara a partir do 2º choque do petróleo (com a Revolução Iraniana de 1979 e a Guerra Irã-Iraque iniciada em 1980) foi vivida ainda mais intensamente nos países periféricos. O Brasil dos anos 80 chegou à pré-falência e à hiperinflação, já na dita redemocratização. Em linhas gerais, esse foi o quadro da etapa final da ditadura e do começo da Nova República.

Na UnB, o que se observa em relação a esse período dúbio é, curiosamente, uma divisão mais clara entre as duas fases. Na fase final da ditadura, ocorreu o recrudescimento das mobilizações de massa, com várias greves de grande amplitude e duração, uma forte atuação conjunta do movimento estudantil e do movimento dos professores, até a conquista das eleições diretas para reitor. Adentrado o período pós-ditadura, após um eufórico início, deu-se uma fase de desmobilização da articulação política, sobretudo no plano estudantil, fracionado entre numerosas *tendências* e despertando crescente indiferença no grosso do estudantado. Não obstante, o movimento docente viveu um processo de fortalecimento, comprovado pela presença de algumas de suas principais lideranças no cargo máximo da reitoria, a possibilitar o encaminhamento favorável de questões mais ligadas à carreira acadêmica.

Desse ponto de vista mais amplo, a etapa final da periodização e da cronologia será necessariamente mais breve do que as anteriores. Adiante, serão assinalados apenas os momentos de maior destaque no processo esboçado acima, procurando-se pontuá-los desde uma perspectiva mais limitada, em face da virtual ausência de um dos critérios norteadores desta Cronologia, a saber, as graves violações de direitos humanos.

1980 Docentes e discentes movem-se juntos

Segundo um dos depoentes à CATMV-UnB, o estudante Gilmar José Rocha ("Magal"), em 1980, ano em que ingressou na UnB, algo que o impressionou muito foram as listas de jubilamentos espalhadas por todo *campus*.[144] Tais listas, ao contrastar quantidades maiores de alunos jubilados do que de estudantes que passavam no concurso vestibular, bem como a memória ainda recente dos episódios de violência e ocupação policial, suspensões e expulsões durante a greve de 1977, revelavam que algo disfuncional ocorria no ambiente acadêmico.

Como visto há pouco, a legislação pertinente ao processo de escolha dos reitores havia sido alterada em dezembro de 1979, de modo que, já em 1980, o caminho estava aplainado para a continuidade do capitão-de-mar-e-guerra à frente da UnB. Assim, em maio de 1980, José Carlos de Almeida Azevedo, mantido no cargo por escolha do ditador Figueiredo, tomou posse como reitor, para um segundo mandato na reitoria.

Conforme anteriormente apontado neste Relatório, ao se tratar da estrutura da repressão na UnB, a essa altura, o reitor Azevedo já estava na universidade havia muito tempo. Quando ainda capitão-de-fragata, em 1967, coordenou os cursos do Instituto de Física Pura e Aplicada da UnB após a persistente crise decorrente da demissão coletiva de professores em 1965 (embora, um tanto estranhamente, não fosse remunerado pela

144 Depoimento do estudante de Física (1980-1985), na Audiência Pública de 10/10/2014.

função nem lecionasse qualquer disciplina, segundo correspondência da Reitoria ao 7º Distrito Naval).[145] Em 1968, foi designado vice-reitor e ocupou o cargo ininterruptamente até 1976, tendo, muitas vezes, substituído o titular no exercício da reitoria.

A permanência do reitor Azevedo suscitou forte descontentamento entre estudantes e professores. O país, vale lembrar, passava por nova onda de greves, na qual despontavam os metalúrgicos do ABC paulista, que cruzaram os braços em 1º de abril, dando início a um movimento que avançaria mês de maio adentro; vários líderes sindicais chegaram a ser presos e indiciados por crime contra a Lei de Segurança Nacional.

Os serviços secretos militares procuravam manter-se a par das mobilizações estudantis. De acordo com um informe de 20/5/80, da Aeronáutica, procedeu-se a um julgamento simbólico do "capitão Azevedo" na UnB em 19/5. Estava previsto que em 21/5 chegasse uma caravana com cerca de 300 estudantes, provenientes de vários Estados, hospedando-se no Alojamento Estudantil do Centro Olímpico e fazendo as refeições no "Bandejão", e que participariam, sob a coordenação logística do DCE/UnB (com apoio do DCE/CEUB), de concentração no MEC pela manhã, debate com parlamentares no Salão Verde do ministério à tarde e encontro com todas as entidades estudantis de Brasília à noite. Em 22/5, ainda de acordo com o referido Informe, o DCE/UnB sediaria um encontro de lideranças nacionais.[146]

Outros informes registraram a evolução dos acontecimentos. Em 26/5, ocorreu na UnB uma assembleia geral com cerca de 2.300 estudantes, 900 dos quais teriam saído em passeata de protesto contra a recondução do reitor. Em 27/5, na universidade paralisada, com piquetes e barricadas de cadeiras, deu-se o I Fórum de Debates da UnB, numa articulação conjunta do DCE e da ADUnB, com debate de temas como "centralização autoritária", "utilização social da pesquisa", "carreira universitária", "escolha de dirigentes" etc. Em 29/5, pela manhã, cerca de 3.000 estudantes reuniram-se em assembleia geral no Teatro de Arena e confirmaram a paralisação das aulas até o dia 2/6; à tarde de 29/5, deu-se a posse do reitor Azevedo no MEC, enquanto que, na frente do prédio, os estudantes realizavam um ato público de protesto. Além dos detalhes das mobilizações, os informes sempre traziam os nomes das lideranças de maior proeminência, entre os quais o presidente do DCE/UnB Paulo Afonso Bracarense e o representante do DCE/UnB na direção da UNE Ivaneck Peres Alves. Vale observar, também, que os relatos constantes dos informes indicavam as dificuldades do movimento em manter a greve, diante das crescentes resistências de muitos estudantes, que pressionavam pelo retorno às aulas.[147]

Uma última observação referente ao ano de 1980 situa-se no campo do controle e da vigilância exercidos pelos serviços de segurança sobre a comunidade universitária. Trata-se da mudança procedida no formulário a ser preenchido quando se cogitava em viajar ao exterior ou em tomar posse em cargo público e submetido ao crivo das ASI, da DSI e do SNI. Assim é que, em 3/9/80, o diretor da DSI/MEC, Carlos Roberto Ferreira Tatit, encaminhou ofício-circular aos chefes de assessorias de informação e segurança das universidades determinando a troca das

145 Conforme o Reitor Laerte Ramos informou ao Comandante do 7º Distrito Naval, Contra-Almirante Luiz Penido Burnier (v. Ofício Confidencial FUB nº 4/67, de 12/6/67; BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0045, p.1-2).

146 Informe nº 012/SI/VI COMAR/80, com difusão para CISA-BR e CISA-RJ, assunto: "Movimento Estudantil – UnB" e, anexa, relação de participantes do ato de 19/5. BR_AN_BSB_VAZ_072_0075, p.1.

147 Encaminhamento nº 069/SI/VI COMAR/80, de 26/5/80, com mesmo assunto da nota anterior mas com difusão para CISA-BR e CISA-RJ, e também para Comando Militar do Planalto, Comando Naval de Brasília e para as polícias federal e civil e militar no DF, isto é, SI-SR-DPF-DF, DI-CIPO-SEP-DF e PMDF (BR_AN_BSB_VAZ_072_0083); Informe nº 013/SI/VI/COMAR/80, de 29/5/80, mesmo assunto e difusão para CISA e para polícias federal e civil e militar no DF (BR_AN_BSB_VAZ_072_0074); e Encaminhamento nº 076/SI/VI COMAR/80, de 04/6/80, mesmo assunto e difusão para CISA (BR_AN_BSB_VAZ_072_0077).

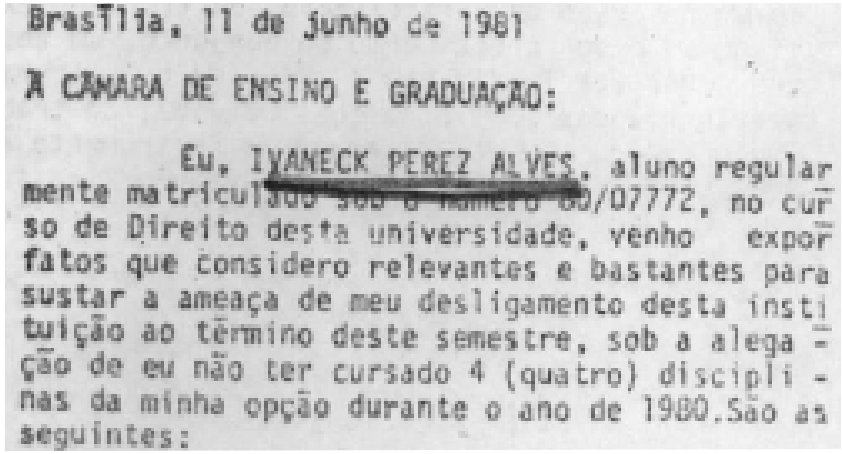
velhas “Fichas de Qualificação Modelo 14” pelos novos formulários de “Cadastro de Candidatos a Viagem e Cargos”, para as “pesquisas de LDB” (levantamento de dados biográficos). Sinal da prevalência dessa área de informação e segurança sobre a área educacional, o ofício-circular do Secretário de Ensino Superior do MEC, Tarcísio Guido Della Sente, aos dirigentes de Instituições de Ensino Superior, com o mesmo assunto e determinação, foi expedido somente uma semana depois, em 10/9/80.[148]

1981 Kissinger de camburão

Do ano de 1981, destacou-se, aqui, um conjunto de 3 aspectos distintos, porém interconectados. O primeiro deles refere-se à discussão sobre o Jubilamento como mecanismo de perseguição e controle sobre o movimento estudantil. O segundo versa sobre o sério incômodo manifestado pelos agentes de segurança do regime quando eles próprios passaram a ser objeto de vigilância e identificação pelos estudantes. Por fim, o terceiro aspecto trata da manifestação de repúdio contra o imperialismo norte-americano que os estudantes realizaram, a qual ganhou grande notoriedade por ter como alvo (de ovos e tomates) o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, então em visita à UnB.

De início, veja-se a questão do jubilamento, tema que, como se viu, foi recorrente ao longo da década de 1970, por se revestir de uma aura sumamente acadêmica a encobrir um forte conteúdo político de supressão velada de opositores. Era bastante usual na argumentação do reitor Azevedo a defesa da meritocracia e da necessidade de manter exigentes critérios de aproveitamento acadêmico, associando a mobilização política na universidade com a preguiça intelectual e com os ditos “estudantes profissionais”. O amadurecimento das discussões sobre o tema levou o DCE/UnB (nesse momento, já denominado “DCE-Livre Honestino Guimarães”) a organizar uma Comissão de Jubilamento, envolvendo não apenas estudantes mas também professores e sua entidade, ADUnB. Esse colegiado passou a explorar a fundo a matéria, discutindo “MGA” (Média Global Acumulada), métodos de avaliação e o uso arbitrário de instrumentos como jubilamento e desligamento. Quando uma das principais lideranças estudantis foi, mais uma vez, ameaçada de exclusão, passou-se a uma campanha mais direta de combate à medida, com a divulgação de depoimentos de atingidos e a apresentação de argumentos quantitativos e qualitativos, em reuniões semanais, para envolver a comunidade acadêmica.

Foi assim que, em junho de 1981, o estudante Ivaneck Peres Alves teve divulgada, em panfleto[149] da referida Comissão, sua defesa institucional, da qual são reproduzidos alguns excertos a seguir:



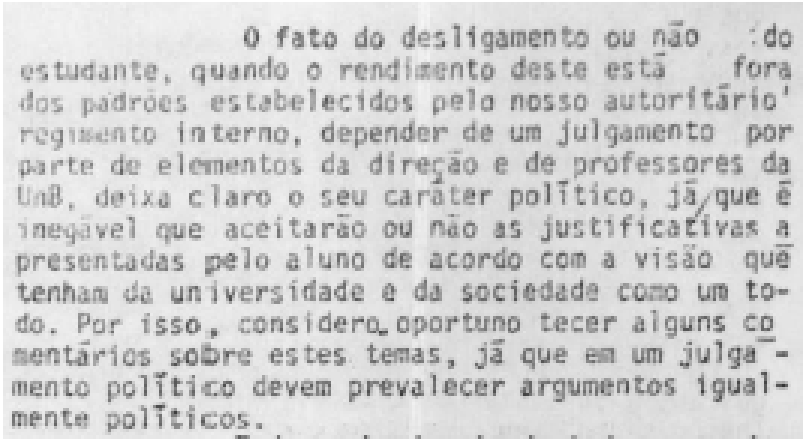
Brasília, 11 de junho de 1981

À CÂMARA DE ENSINO E GRADUAÇÃO:

Eu, IVANECK PEREZ ALVES, aluno regularmente matriculado sob o número 80/07772, no curso de Direito desta universidade, venho expor fatos que considero relevantes e bastantes para sustar a ameaça de meu desligamento desta instituição ao término deste semestre, sob a alegação de eu não ter cursado 4 (quatro) disciplinas da minha opção durante o ano de 1980. São as seguintes:

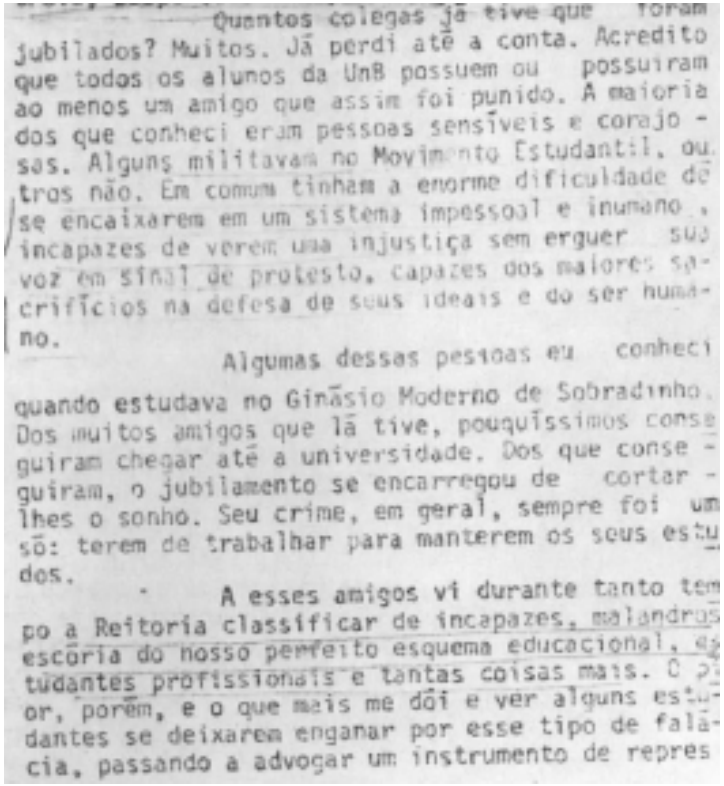
148 Ofício-Circular nº 04/D/DSI/MEC aos Assessores de Segurança e Informação (03/9/80) e Ofício-Circular nº 66/90-GAB/SESu/MEC/BSB aos Dirigentes de IES (10/9/80), respectivamente (BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0109, p.1-4).

149 O referido panfleto, assinado pela Comissão de Jubilamento/DCE-Livre Honestino Guimarães e subscrito por 15 Centros Acadêmicos, foi objeto do Encaminhamento nº 022/SI/VI COMSAR/81, de 03/7/81, da 2ª Seção do 6º Comando Aéreo Regional ao CISA-BR (BR_AN_BSB_VAZ_072_0112, p.1-3).



O fato do desligamento ou não do estudante, quando o rendimento deste está fora dos padrões estabelecidos pelo nosso autoritário regimento interno, depender de um julgamento por parte de elementos da direção e de professores da UnB, deixa claro o seu caráter político, já que é inegável que aceitarão ou não as justificativas apresentadas pelo aluno de acordo com a visão que tenham da universidade e da sociedade como um todo. Por isso, considero oportuno tecer alguns comentários sobre estes temas, já que em um julgamento político devem prevalecer argumentos igualmente políticos.

(...)



Quantos colegas já tive que foram jubilados? Muitos. Já perdi até a conta. Acredito que todos os alunos da UnB possuem ou possuiram ao menos um amigo que assim foi punido. A maioria dos que conheci eram pessoas sensíveis e corajosas. Alguns militavam no Movimento Estudantil, outros não. Em comum tinham a enorme dificuldade de se encaixarem em um sistema impessoal e inumano, incapazes de verem uma injustiça sem erguer sua voz em sinal de protesto, capazes dos maiores sacrifícios na defesa de seus ideais e do ser humano.

Algumas dessas pessoas eu conheci quando estudava no Ginásio Moderno de Sobradinho. Dos muitos amigos que lá tive, poucuíssimos conseguiram chegar até a universidade. Dos que conseguiram, o jubilamento se encarregou de cortar-lhes o sonho. Seu crime, em geral, sempre foi um só: terem de trabalhar para manterem os seus estudos.

A esses amigos vi durante tanto tempo a Reitoria classificar de incapazes, malandros escória do nosso perfeito esquema educacional, estudantes profissionais e tantas coisas mais. O pior, porém, é o que mais me dói e ver alguns estudantes se deixarem enganar por esse tipo de falácia, passando a advogar um instrumento de repres

O caso particular desse estudante revelava com clareza o viés político subjacente à medida excludente do jubilamento. Ali estava presente uma notória capacidade intelectual, comprovada pela retórica envolvente das frequentes intervenções em assembleias e atos públicos, pelas altas menções que recebia e até por seguidas aprovações no vestibular, primeiro para Biologia, depois Direito. Presente também estava sua combatividade política, que o levou, em 1977, a receber 90 dias de suspensão, o que, junto com as exigências de aproveitamento em um dado número de disciplinas, fizeram-no perder o ano e a ser jubilado em 1979. Assim, já aluno de Direito, em decorrência dos afastamentos impostos pela militância na direção da UNE, via-se novamente ameaçado pelo jubilamento. Em sua defesa, lançou mão de argumentos históricos, sociológicos e políticos, deixando às claras o que se pretendia encoberto pelo discurso tecnicista e falsamente apolítico. A documentação disponível à pesquisa não foi suficiente para identificar o resultado desse processo, o que não invalida a utilização desse caso para evidenciar as questões políticas que perpassavam o problema e a forma empregada pelo movimento estudantil para enfrentá-las.

Para uma melhor contextualização dos fatos, é importante lembrar que, em 30/4/81, ocorreu um dos episódios mais marcantes da ditadura brasileira, conhecido como o Caso Riocentro.[150] De forma bastante sucinta, o episódio pode ser descrito como um atentado terrorista ocorrido no Riocentro (Centro Internacional Riotur S.A.), em Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ), às 21h20 da véspera do feriado de 1º de Maio, no local onde se realizava um show em comemoração ao Dia do Trabalho, organizado pelo Centro Brasil Democrático (CEBRADE). O atentado fracassou: uma das bombas explodiu no colo de um dos terroristas da extrema-direita, o sargento Guilherme do Rosário, matando-o imediatamente e ferindo

150 Esse episódio, objeto de um dos relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade-CNV ("Caso Riocentro: terrorismo de Estado contra a população brasileira", divulgado em 29/4/2014, foi extensamente analisado no Relatório Final da CNV (Vol. 1, Tomo II, p.660-678).

gravemente o outro, Wilson Machado, à época capitão, ambos ligados ao DOI-CODI do I Exército, ocupantes do veículo em que se deu a explosão. Se as bombas preparadas tivessem explodido conforme planejado, poderiam ter causado uma das maiores tragédias da história do país: ali se concentravam milhares de pessoas para assistir apresentações musicais de artistas consagrados (Luiz Gonzaga, Gonzaguinha, Alceu Valença, Clara Nunes, Djavan, Ivan Lins, Gal Costa, Fagner, João Bosco, Ney Matogrosso, Paulinho da Viola, Simone, Elba Ramalho e Beth Carvalho, entre outros), sendo que 23 das 28 portas de emergência foram propositalmente trancadas no começo do show. A apuração oficial por inquérito policial-militar do Exército, uma farsa hoje devidamente contraditada pelas investigações da CNV, meses depois apontou Rosário e Machado como vítimas e culpou uma suposta organização clandestina de esquerda como responsável.

Nessa conjuntura adversa aos serviços de segurança, não surpreende que os agentes se sentissem ameaçados e mesmo perseguidos. Assim é que, em 27/7/81, o CISA-RJ divulgou para todos os comandos regionais da Aeronáutica um informe originário do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, previamente difundido para os principais ramos da espionagem e repressão oficiais, sobre o tema "Identificação de agentes de segurança". Nesse informe, consta que a "identificação de integrantes dos Órgãos de Segurança e Informações vem, atualmente, sendo uma atividade desenvolvida na maioria dos movimentos de massa realizados em todos os Estados (...)." Acrescenta que, na campanha, em que se engajaram "políticos, estudantes, professores, artistas, jornalistas (...), religiosos, representantes sindicais e subversivos beneficiados pela anistia", os "procedimentos e normas adotadas para identificação são as mais variadas e são difundidas para todas as regiões do País."[151]

151 Informe nº 0461/CISA-RJ, de 27/07/81, (origem: CI/DPF; difusão: A2 COMAR 1, 2, 3, 4, 5 e 6; difusão anterior: SR's e DPF's, CIE, CENIMAR, AC/SNI); (BR_AN_BSB_VAZ_013_0022, p.1-3, 12-15).

Sobre o Distrito Federal, esclarece que, "na UnB, nos movimentos (Pró-UNE e DCE) em suas mobilizações de greve ou paralizações setoriais, é utilizada uma comissão de segurança", indicando nome, data e local de nascimento, filiação, endereço, telefone e número de matrícula de alguns dos seus componentes: Giovanni da Silva Queiroz, aluno da Engenharia Civil; Fernando Antônio Gadelha Trindade, aluno da História; e Themis de Oliveira, aluno da Geologia. Descreve, ainda, métodos utilizados, entre os quais a realização de auto-apresentações prévias às reuniões, uso de crachás e credenciais e mesmo fotografia da assistência para posterior comparação com registros existentes.[152]

O terceiro aspecto a enfatizar para 1981 refere-se ao protesto contra Kissinger em visita à UnB, que foi rememorado em detalhes por um de seus participantes durante audiência pública da Comissão Anísio Teixeira.[153] Em novembro de 1981, a cidade de Cabo Frio (RJ) estava sediando o XXXIII Congresso da UNE. Por essa razão, boa parte das principais lideranças do movimento estudantil lá estava, acompanhando esse evento de amplitude nacional (também considerado o 3º Congresso de Reconstrução da UNE, em momento de intensas disputas entre as correntes políticas), encontrando-se, portanto, ausente de Brasília. Quando foi divulgada a visita à UnB e a homenagem que, ali, seria prestada pelo reitor Azevedo ao ex-Secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, em 18/11/81, os estudantes que não haviam conseguido ir a Cabo Frio decidiram fazer algo[154]. Queriam convocar algum ato de protesto para não perder a oportunidade de repudiar o imperialismo norte-americano

152 Para outro exemplo nessa mesma linha de lamentação pela prática de identificação dos agentes de segurança pelos estudantes, no ano de 1983, veja-se o Informe nº 246/SI/VI COMAR/83 (BR_AN_BSB_VAZ_117A_0093, p.2).

153 Trata-se do detalhado depoimento de Gilmar José Rocha, "Magal", à CATMV-UnB em 10/10/2014.

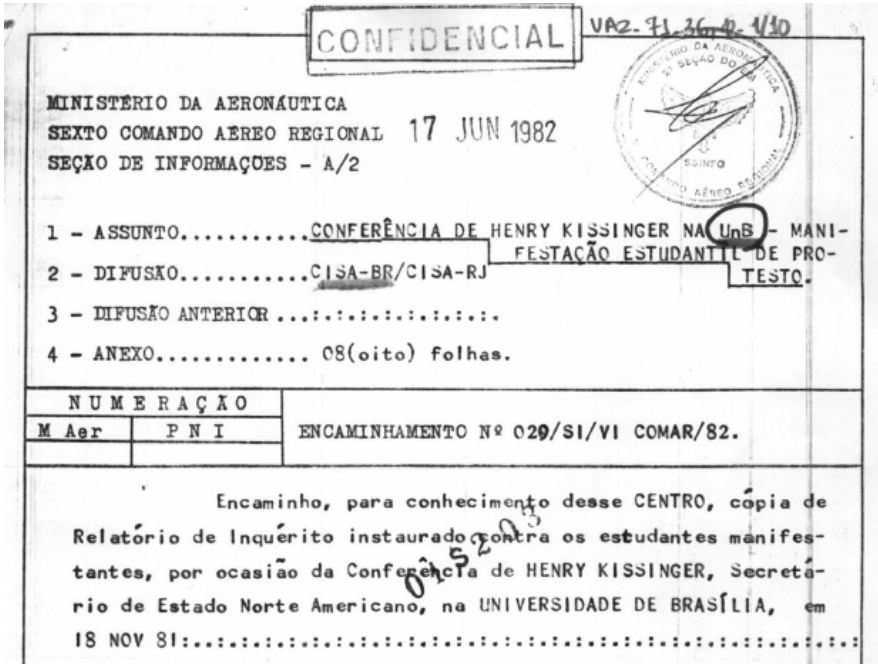
154 A propósito, vale acrescentar que a eleição para a diretoria do DCE-Livre Honestino Guimarães havia ocorrido havia poucos dias (04 e 05/11/81), tendo saído vitoriosa a chapa Semear, cujo presidente era o aluno Zeke Beze Júnior, a vice-presidente era Mirian Denise Silva de Aquino e Flávio da Rocha Montiel era o Secretário Geral; cf. Encaminhamento nº 029/SI/VI COMAR/82, de 17/6/82 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0036, p.1-8).

(responsável pelo massacre de civis na Guerra do Vietnã, pela queda de Allende e pela ditadura de Pinochet no Chile etc.) e a atitude submissa da ditadura brasileira. Organizaram, assim, uma pequena passeata do ICC até o Auditório Dois Candangos, local do evento oficial.

Ali, os estudantes depararam-se com muitos profissionais da imprensa nacional e internacional, além de 4 ou 5 caminhões do Exército e numerosos agentes da Polícia Federal, tendo chegado, logo depois, reforços da Polícia Militar (Patrulha Tático-Móvel/PATAMO e Polícia de Choque). A grande discussão entre os estudantes era se invadiriam ou não o auditório, e realizaram 4 ou 5 votações para conter os ânimos exaltados (entre os manifestantes, contavam-se vários jovens de militância recente e outros tantos "antigos", remanescentes das jornadas de 68 e 77). A maioria dos presentes mostrava-se inclinada a invadir — o que desencadearia uma repressão extremamente violenta. Por estreita margem de votos, ainda de acordo com o mencionado depoimento à CATMV, prevaleceu a posição contrária à invasão, defendida surpreendentemente pelo militante "Dentinho", da tendência tida como das mais radicais, *Libelu* (Liberdade e Luta).

Na mercearia próxima ao prédio do SPP, bem como num dos mercados da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) nas redondezas do *campus*, estudantes haviam comprado muitos ovos e tomates. Do lado de fora do auditório, gritos em coro, vaias e uma ensurdecedora batucada tumultuaram o evento, constrangendo os presentes, entre os quais muitas autoridades governamentais e embaixadores de várias nações, que começaram a deixar o local. Logo, os manifestantes passaram a gastar sua munição de protesto e uma chuva de ovos e tomates atingiu, entre outros, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. O próprio homenageado, Kissinger, conseguiu sair sem ser alvejado graças ao camburão da PM que entrou de ré até a porta do auditório para resgatá-lo, o que deu margem ao coro de "Kissinger é ladrão, vai sair de camburão!". Com essa saída, e tendo a imprensa internacional deixado o local, a repressão policial ficou à vontade para fazer o que era treinada para fazer.

A seguir, são apresentados alguns excertos da documentação sobre o assunto, disponível no acervo do fundo CISA (inclui cópia do Relatório do Inquérito Policial pertinente).[155]



CONFIDENCIAL

VAZ-71-36-8-1/10

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL 17 JUN 1982
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES - A/2

1 - ASSUNTO.....CONFERÊNCIA DE HENRY KISSINGER NA UnB - MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL DE PROTESTO.
2 - DIFUSÃO.....CISA-BR/CISA-RJ
3 - DIFUSÃO ANTERIOR .....
4 - ANEXO..... 08(oito) folhas.

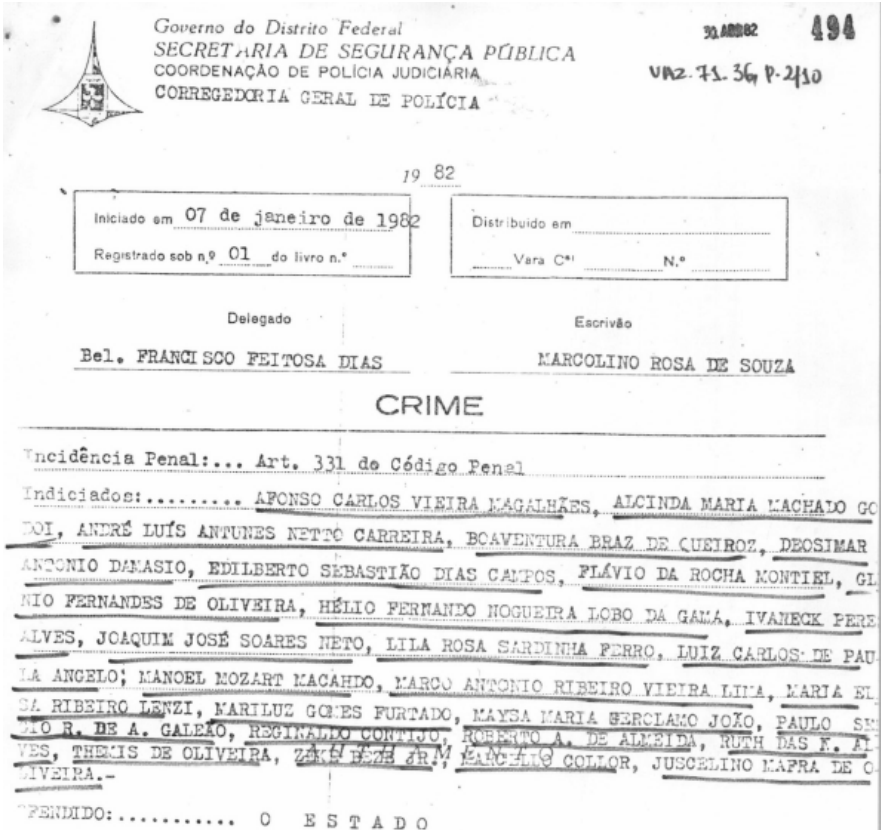
NUMERAÇÃO	
M Aer	P N I

ENCAMINHAMENTO Nº 029/SI/VI COMAR/82.

Encaminho, para conhecimento desse CENTRO, cópia de Relatório de Inquérito instaurado contra os estudantes manifestantes, por ocasião da Conferência de HENRY KISSINGER, Secretário de Estado Norte Americano, na UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, em 18 NOV 81.....

(...)

155 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0036, p.1-8).



Governo do Distrito Federal
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
CORREGEDORIA GERAL DE POLÍCIA

30 ABR 82 494

VAZ. 71. 36, P. 2/10

19 82

Iniciado em 07 de janeiro de 1982
Registrado sob n.º 01 do livro n.º

Distribuido em
Vara Cª N.º

Delegado: Bel. FRANCISCO FEITOSA DIAS

Escrivão: MARCOLINO ROSA DE SOUZA

CRIME

Incidência Penal:... Art. 331 do Código Penal

Indiciados:..... AFONSO CARLOS VIEIRA MAGALHÃES, ALCINDA MARIA MACHADO GO DOI, ANDRÉ LUÍS ANTUNES NETTO CARREIRA, BOAVENTURA BRAZ DE QUEIROZ, DEOSIMAR ANTONIO DAMASIO, EDILBERTO SEBASTIÃO DIAS CAMPOS, FLÁVIO DA ROCHA MONTIEL, GL NIO FERNANDES DE OLIVEIRA, HÉLIO FERNANDO NOGUEIRA LOBO DA GAMA, IVANECK PERE ALVES, JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO, LILA ROSA SARDINHA FERRO, LUIZ CARLOS DE PAU LA ANGELO; MANOEL MOZART MACAHDO, MARCO ANTONIO RIBEIRO VIEIRA LIMA, MARIA EL SA RIBEIRO LENZI, MARILUZ GOMES FURTADO, MAYSA MARIA GERCLAMO JOÃO, PAULO SE CIO R. DE A. GALEÃO, REGINALDO CONTIJO, ROBERTO A. DE ALMEIDA, RUTH DAS N. AL VES, THEMIS DE OLIVEIRA, ZEKE BEZE JR., MARCELLO COLLOR, JUSCELINO MAFRA DE O LIVEIRA.-

OFENDIDO:..... O ESTADO

(...)

Tendo chegado ao meu conhecimento, via de relatório s/n, de que no dia 18 de novembro de 1981, no auditório "DOIS CANDANGOS" da UnB, um grupo de aproximadamente 300 estudantes, convocados por panfletos, ali compareceu quando o ex-Secretário de Estado Norte Americano HENRY KISSINGER proferia uma conferência a convite do Dr. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, Reitor da UnB, conduzindo faixas e cartazes com dizeres depreciativos à pessoa do conferencista, além de um caixão com as cores da Bandeira Americana, simbolizando o enterro deste, gritando ao som dos tambores: "Ladrão, ladrão"; "Um, dois, três, mil o imperialismo fora do Brasil"; "Fora Azevedo, Kissinger e Figueiredo". E, como se isso não bastasse, jogaram grande quantidade de ovos e tomates no auditório, atingindo inúmeras autoridades convidadas, dentre as quais o Professor LEITÃO DE ABREU, Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, DETERMINO que A. esta com as peças que a instruem, instaure-se Inquérito Policial com vistas a uma melhor apuração dos fatos e suas circunstâncias, tomando-se inicialmente, a seguinte providência:

- Ouça-se o Dr. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, Reitor da UnB; e,
- Após, voltem-me os autos conclusos.

Brasília-DF., 07 de janeiro de 1982

Bel. FRANCISCO FEITOSA DIAS
Delegado de Polícia

(...)

A pedido do próprio Reitor, os cerca de 200 convidados à conferência, diplomatas estrangeiros e brasileiros e autoridades do Governo, permaneceram no recinto, pois haveria o perigo de agressões por parte dos manifestantes, que, exaltados, tinham esvaziado os pneus de vários carros que se encontravam no estacionamento do auditório.

Além de HENRY KISSINGER, do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Prof. LEITÃO DE ABREU, e do Reitor da UnB, JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, as seguintes autoridades ficaram retidas no auditório da Universidade: os Embaixadores do JAPÃO, NOBUO OKUCHI; de ISRAEL, SAUL RAMAT; da FINLÂNDIA, MARTI LINTULAHTI; da COLÔMBIA, GERMAN RODRIGUES; do MÉXICO, ANTÔNIO DE ICAZA, da ARGENTINA, HUGO CAMINOS; da VENEZUELA, FREDDY AROCHA; do CHILE, JAVIER ILLANES; de PORTUGAL, ADRIANO CARVALHO; da INDIA, SHIAM NATH; da ORDEM SOBERANA DE MALTA, HELMUT VON DESSAVER; o Embaixador do BRASIL em LONDRES, ROBERTO CAMPOS; o Subchefe Especial do Gabinete Civil, Embaixador JOÃO CARLOS FRAGOSO; o Assessor do Chefe do Gabinete Civil, Conselheiro JOSÉ GUILHERME MERCHIOR; o Ministro do Superior Tribunal Militar, JORGE ROMEIRO; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES; o Ministro do Tribunal de Contas da União, VIDAL DA FONTOURA; o Ministro do Superior Tribunal Militar, General JOSÉ FRAGOMENI; o Desembargador do DISTRITO FEDERAL, LUÍS VICENTE CERNICHIARO; o Embaixador FRANCISCO GRIECO; o ex-Embaixador do BRASIL na POLÔNIA, MEIRA PENA; e o Ministro AFONSO OURO PRETO.

(...)

Com a chegada da Tropa de Choque da PM, viaturas daquela Corporação foram colocadas junto às duas portas do auditório, para garantir a saída de HENRY KISSINGER, uma vez que os carros, no estacionamento, estavam com os pneus vazios. KISSINGER relutou em entrar na viatura da PM, mas, quando sentiu que os estudantes não deixariam qualquer outro veículo aproximar-se, resolveu aceitar a sugestão do Reitor AZEVEDO e embarcar em uma das viaturas da Polícia. A esse tempo, os estudantes gritavam: "KISSINGER é ladrão, vai sair de camburão". Às 13:15 hs. finalmente, o veículo da PM deixou o local e os estudantes passaram a gritar: "Ladrão, ladrão, saiu no camburão".

Após a saída de KISSINGER, os soldados da PM formaram duas fileiras - "corredor polonês" - na tentativa de proteger as autoridades e convidados até seus veículos. Ainda assim, algumas pessoas foram atingidas por ovos e tomates, porém, a essa altura a fúria dos estudantes já começava a ceder e, aos poucos, eles foram se dispersando, não se registrando qualquer violência por parte dos policiais.

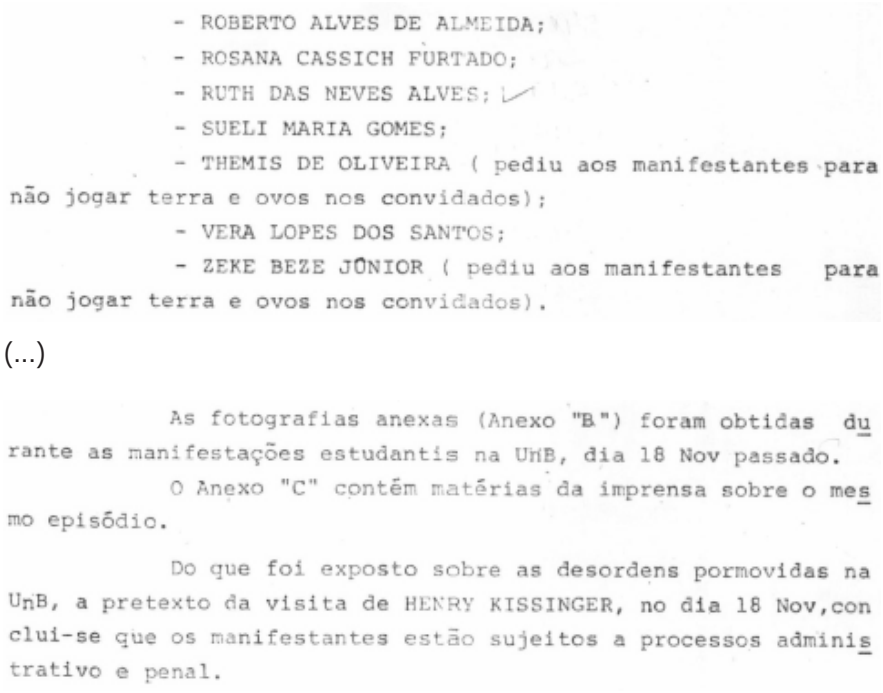
(...)

Os seguintes elementos foram identificados como participantes da manifestação:

- AFONSO CARLOS VIEIRA MAGALHÃES;
- ALBERTO NOBRE MENDES;
- ALCINDA MARIA MACHADO GODOI;
- ALCIONE ANTONIO VELOSO;
- ALCIONE LIRA DE MESQUITA;
- ALOIZO RIBEIRO PINTO;
- ANA HELENA SAMPAIO;
- ANA MARIA MEDEIROS GÕES;
- ANDRÉ LUÍS ANTUNES NETTO CARREIRA;
- ANDRÉ LUÍS FRATEZI SILVA;
- ANDREA SANTINI HENRIQUES;
- ANGELA MOYSES;
- ANTONIO DANIEL NOBRE MENDES;
- ANTONIO JOSÉ FERREIRA;
- AUGUSTO CESAR BARBOSA;
- ARMANDO SOBRAL ROLEMBERG;
- BOAVENTURA BRAZ DE QUEIROZ;
- CARLOS HENRIQUE BERNARDES;
- CLEOMAN DA SILVA PORTO;
- DAVID EMERICH;
- DENIZE DE FÁTIMA BORGATTO;

(segue)

- DEOSIMAR ANTONIO DAMASIO (comprou ovos e tomates na cooperativa da UnB);
- DURCINÉIA CRISPIM DE SOUZA;
- EDILBERTO SEBASTIÃO DIAS CAMPOS;
- FARES MALUFO JÚNIOR;
- FERNANDO LUÍS LIMA SARAIVA;
- FLÁVIO DA ROCHA MONTIEL;
- GILMAR JOSÉ ROCHA;
- GIOVANI DA SILVA DE QUEIRÓS;
- GLÊNIO FERNANDES DE OLIVEIRA (atirava ovos e tomates contra as autoridades);
- HÉLIO FERNANDO NOGUEIRA LOBO DA GAMA;
- HÉLIO LOPES DOS SANTOS;
- IONE DE FÁTIMA OLIVEIRA;
- IVANECK PERES ALVES (pediu aos manifestantes para não jogar terra e ovos nos convidados);
- JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO;
- JOSÉ ALVES DONIZETH;
- JOSÉ CARLOS SIGMARINGA SEIXAS;
- JORGE AUGUSTO DE OLIVEIRA VINHAS;
- JÚLIO JOSÉ DE ARAÚJO FILHO;
- LILA ROSA SARDINHA FERRO;
- LUIZ CARLOS DE PAULA ANGÉLO;
- LUIZ SÉRGIO DUARTE DA SILVA;
- MANOEL MOZART MACHADO;
- MARCELO COLLOR;
- MARCO ANTONIO FERREIRA SANTOS;
- MARCO ANTONIO RIBEIRO VIEIRA LIMA;
- MARIA ELISA RIBEIRO LENZI;
- MARILUZ GOMES FURTADO;
- MARTINIANO PEREIRA CAVALCANTE NETO;
- MAYSA MARIA GEROLAMO JOÃO;
- PAULO ROBERTO FERREIRA VIEIRA;
- PAULO SÉRGIO REZENDE DE ALMEIDA GALEÃO;
- REGINALDO CONTIJO;



- ROBERTO ALVES DE ALMEIDA;
- ROSANA CASSICH FURTADO;
- RUTH DAS NEVES ALVES;
- SUELI MARIA GOMES;
- THEMIS DE OLIVEIRA (pediu aos manifestantes para não jogar terra e ovos nos convidados);
- VERA LOPES DOS SANTOS;
- ZEKE BEZE JÚNIOR (pediu aos manifestantes para não jogar terra e ovos nos convidados).

(...)

As fotografias anexas (Anexo "B") foram obtidas durante as manifestações estudantis na UnB, dia 18 Nov passado.

O Anexo "C" contém matérias da imprensa sobre o mesmo episódio.

Do que foi exposto sobre as desordens pormovidas na UnB, a pretexto da visita de HENRY KISSINGER, no dia 18 Nov, conclui-se que os manifestantes estão sujeitos a processos administrativo e penal.

A manifestação contra Kissinger, da forma como ocorreu, pareceu ter estimulado o movimento estudantil a preservar um mínimo de unidade interna face às disputas políticas entre as tendências e, superando momentos de desmobilização, retomar a prática das grandes manifestações. Os anos seguintes, de 1982 a 1985, confirmaram, no geral, essa impressão, assistindo a movimentos de massa no *campus* e fora dele, até a derrocada final da ditadura e, no cenário doméstico, a saída do reitor Azevedo e a adoção da eleição direta para reitor.

1982-198 A força dos estudantes

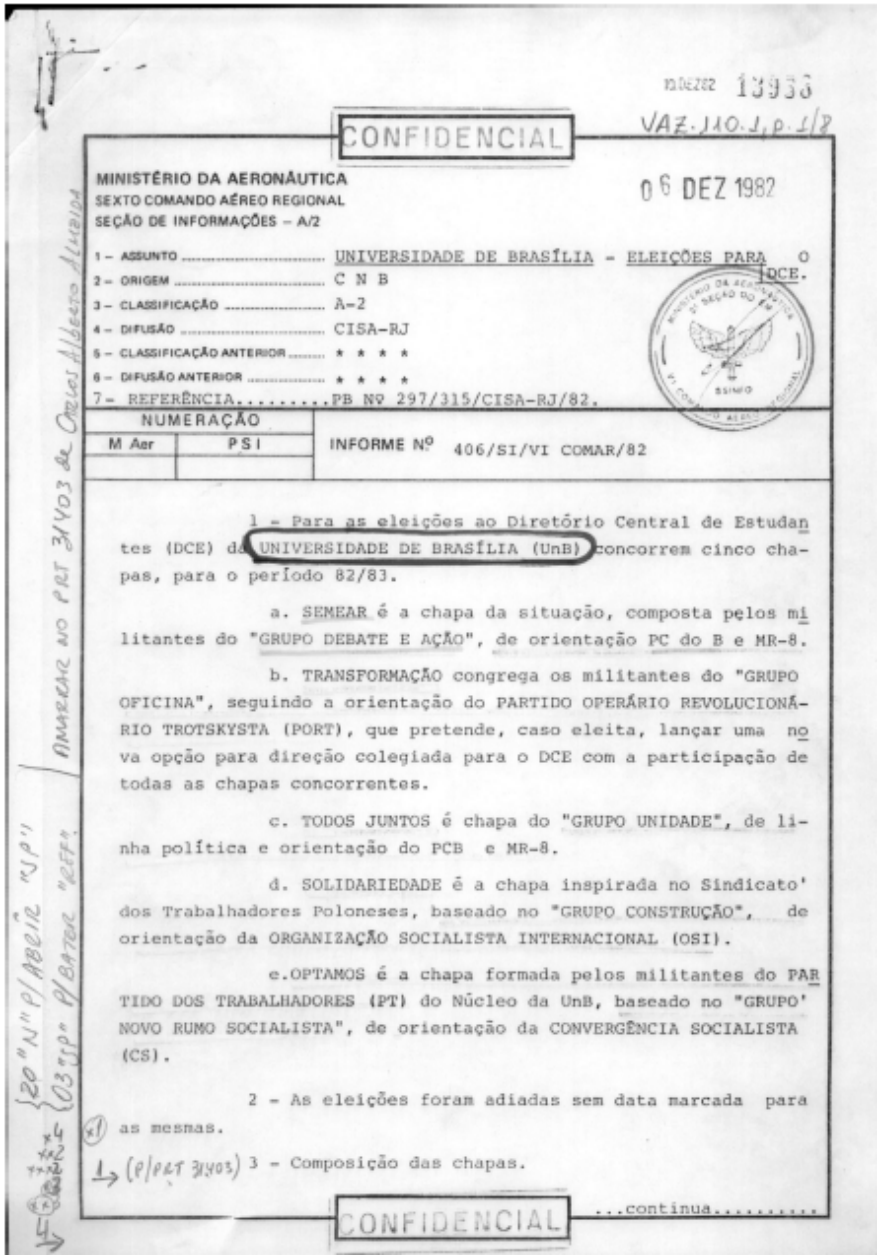
O ano de 1982 ficou marcado na UnB pelas greves esparsas que ocorreram em diversos departamentos, desde o 1º semestre, e que terminaram por se juntar em um movimento forte de greve geral entre outubro e novembro. As condições materiais precárias em diversos setores da universidade impediam a contratação de professores e restringiam recursos financeiros para uma série de atividades acadêmicas, o que impulsionou vários protestos e mobilizações estudantis setorizadas. Entre outros, passaram por paralisações isoladas os cursos de Física, Engenharias Civil e Mecânica, Medicina e Enfermagem. No princípio de outubro, começaram as assembleias gerais com presença superior a 1000 estudantes[156], realização de paralisações gerais por um dia, até que estourou a greve geral em fins de outubro.

Nesse contexto, há três fatos a assinalar. No começo do ano de 1982, o DCE-Livre, que se utilizava das instalações do chamado Barracão (ou Barracão da FEUB), foi vitorioso em um movimento de ocupação e tomou uma sala no ICC Sul, onde funcionava o serviço de fotocópias. A segunda nota diz respeito à presença do reitor Azevedo, pessoalmente, na negociação com as lideranças grevistas, fato inédito até então em sua longa história na UnB. E a terceira observação aponta para a menor resistência oposta pela reitoria, que terminou por ceder às reivindicações relacionadas à Medicina, como as demandas em torno dos hospitais com atividade universitária (HUB, Sobradinho etc.), da realização de concurso para ampliar o quadro do departamento e outras. O que parecia auspicioso terminou por revelar-se um problema: como uma das reivindicações da greve era a própria saída do reitor (a longeva bandeira de “Fora, Azevedo!”), a conquista parcial de objetivos acabou por dividir fortemente o movimento entre os que preferiam encerrá-lo e os que entendiam necessário levá-lo adiante até que José Carlos Azevedo deixasse a UnB. Esse “racha” marcou fortemente o movimento e sua superação foi custosa, estendendo-se ao longo dos anos seguintes.[157]

156 Ver, por exemplo, Informe nº 364/SI/VI COMAR/82, de 09/11/82 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0080, p.1).

157 Cf. depoimento de Gilmar José Rocha à CATMV-UnB, em audiência pública de 10/10/2014.

De todo modo, o fato de estudantes e professores terem entrado em greve colaborou para que, em fins de 1982, tenha havido o adiamento das eleições do DCE-Livre Honestino Guimarães para o período 1982/1983, como confirma o excerto de informe da Aeronáutica a seguir apresentado:[158]



13933
VAZ.110.J.p.1/8

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES – A/2

06 DEZ 1982

1 – ASSUNTO ..... UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - ELEIÇÕES PARA O DCE.
2 – ORIGEM ..... C N B
3 – CLASSIFICAÇÃO A-2
4 – DIFUSÃO ..... CISA-RJ
5 – CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR ..... * * * *
6 – DIFUSÃO ANTERIOR ..... * * * *
7 – REFERÊNCIA.....PB Nº 297/315/CISA-RJ/82.

NUMERAÇÃO	
M Aer	PSI

INFORME Nº 406/SI/VI COMAR/82

1 - Para as eleições ao Diretório Central de Estudantes (DCE) da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) concorrem cinco chapas, para o período 82/83.

a. SEMEAR é a chapa da situação, composta pelos militantes do "GRUPO DEBATE E AÇÃO", de orientação PC do B e MR-8.

b. TRANSFORMAÇÃO congrega os militantes do "GRUPO OFICINA", seguindo a orientação do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKYSTA (PORT), que pretende, caso eleita, lançar uma nova opção para direção colegiada para o DCE com a participação de todas as chapas concorrentes.

c. TODOS JUNTOS é chapa do "GRUPO UNIDADE", de linha política e orientação do PCB e MR-8.

d. SOLIDARIEDADE é a chapa inspirada no Sindicato' dos Trabalhadores Poloneses, baseado no "GRUPO CONSTRUÇÃO", de orientação da ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL (OSI).

e.OPTAMOS é a chapa formada pelos militantes do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) do Núcleo da UnB, baseado no "GRUPO' NOVO RUMO SOCIALISTA", de orientação da CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (CS).

2 - As eleições foram adiadas sem data marcada para as mesmas.

3 - Composição das chapas.

...continua.....

CONFIDENCIAL

158 Informe nº 406/SI/VI COMAR/1982, de 06/12/82, originado no Comando Naval de Brasília e difundido para o CISA-RJ (BR_AN_BSB_VAZ_0110_0001, p.1).

O esforço dos serviços de segurança (em especial o do CNB e o do VI COMAR) de manter o controle prontuarizado sobre os participantes do movimento estudantil fica evidente no referido documento. As sete páginas seguintes informavam o nome, filiação e data e local de nascimento da maior parte dos candidatos, divididos por chapas, que concorreriam no pleito que terminou adiado.

Vale lembrar que, nas eleições para governador ocorridas em 15/11/1982, houve a vitória da oposição em vários Estados da Federação, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O caso do Rio foi mais complicado: houve uma tentativa de fraude contra o candidato oposicionista Leonel Brizola, conhecida como o "Escândalo ProConsult", e somente um mês depois do pleito foi reconhecida oficialmente pela Justiça sua vitória eleitoral. A ditadura ia chegando ao fim de modo cada vez mais melancólico.

O ano de 1983 começou, na UnB, sob a perspectiva de nova greve, já que o reitor Azevedo não cumpriu o compromisso acordado com os professores em dezembro de 1982. Esse acordo relacionava-se ao principal ponto de reivindicação docente, a questão da carreira (e seus desdobramentos, como o processo de enquadramento e concursos para docentes em conformidade com os novos parâmetros). Outro ponto importante no movimento docente era a ameaça concreta, como retaliação por parte da reitoria, de afastamento do professor Volnei Garrafa, ex-presidente da ADUnB, sob alegação de infringência de norma disciplinar. Os estudantes adotaram posição de integral apoio ao movimento docente, resultando em nova greve, a despeito de terem encerrado uma greve de 40 dias ainda no final do ano anterior. Não obstante, houve cursos que não aderiram ao movimento, como Odontologia, Direito e Educação.[159]

159 Informe nº 091/SI/VI COMAR/83, de 06/04/83 (BR_AN_BSB_VAZ_0072_0142, p.1-8).

Nos dias 13 e 14/04/83, foi realizada a eleição para o DCE-Livre Honestino Guimarães (que, como se viu, havia sido adiada em fins de 1982). De um total de 4.253 votos, a chapa Semear recebeu 1.447 votos (34%), superando a chapa Transformação, que ficou em 2º lugar, com 1.311 votos (30%) e as outras três chapas, Todos Juntos, Solidariedade e Optamos, as quais, somadas, alcançaram 1067 votos (25%).[160]

Nesse mesmo mês de abril de 1983, começaram a se espalhar por cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ondas de saques a supermercados, claro sinal de crise econômica e social. Em setembro, aposentados mobilizados nessas cidades passaram a engrossar protestos e choques com as forças de segurança pública, enquanto que, no Nordeste, saques a entrepostos e empórios passaram a ser registrados com frequência, em razão do estado permanente de penúria social aliado a um período climático mais rigoroso de seca.

Ainda no tocante a 1983, cumpre assinalar um aspecto algo diferente na documentação pesquisada, a saber, uma referência à mobilização de funcionários, bem menos frequente no acervo que outros grupos da comunidade acadêmica, como estudantes e professores. Um informe da Aeronáutica relata que, em 24/8/83, no horário do almoço, foi realizada no Anf-10, ICC, uma assembleia geral do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF (SAE/DF), para "mobilizar os servidores da UnB, pedir apoio e sindicalização de todos no referido sindicato". No evento, foi mencionada a necessidade de sindicalização dos servidores

160 O candidato vitorioso à presidência do DCE-Livre Honestino Guimarães foi Flávio Montiel, sendo seu vice-presidente Márcio Marques de Araújo e Aguimar Mendes Ferreira o Secretário Geral, de acordo com o Informe Nº 277/SI/VI COMAR/83, de 27/07/83, originado na Seção de Informação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF (SI/SR/DPF/DF) e difundido originalmente para o Centro de Informação do DPF, para o Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Comando Naval de Brasília e Secretaria de Segurança Pública (BR_AN_BSB_VAZ_0072_0141, p.1-3). Em outro documento, é possível identificar os candidatos a presidente das demais chapas: Transformação, Érika Kokay Valente; Optamos, Antônio Ricardo Martins Guillen; Solidariedade, Alcinda Maria Machado Godoi; e Todos Juntos, Ismael Andrade Pescarine. (Informe nº 287/SI/VI COMAR/83, de 29/07/93, que traz o programa completo de cada chapa; BR_AN_BSB_VAZ_0072_0052, p.1-24).

da UnB com vistas ao fortalecimento da categoria nas negociações, e o apoio na luta da classe trabalhadora. Compareceram à assembleia cerca de 150 funcionários. Houve distribuição de fichas de inscrição no sindicato e panfletos (um texto simples, enumerando os principais aspectos vitoriosos no dissídio da categoria: produtividade 4% sobre salários reajustados, retroativos a abril de 1983; o uniforme, quando exigido, seria fornecido pelo empregador; e a estabilidade para gestante seria de até 60 dias após o término da licença-gestante).[161]

Em 1983, começaram as articulações voltadas à consolidação do apoio popular à Proposta de Emenda à Constituição, então em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que restabelecia a votação direta na eleição para presidente da República. A campanha "Diretas Já!" passou a levar a militância estudantil e docente para fora do Plano Piloto, promovendo debates, comícios e atos públicos em Taguatinga, Ceilândia e outras cidades do DF, criando comitês locais pró-Diretas Já, com material informativo e de divulgação. Juntamente com essa bandeira, caminhava também a reivindicação da representação legislativa para o Distrito Federal, até então vedada, substituída por uma Comissão do DF no âmbito do Senado Federal. Na UnB, estiveram à frente do Comitê pró-Diretas Já os professores Antonio Ibañez e Volnei Garrafa.[162]

Cabe aqui concluir as observações sobre 1983 com um depoimento concedido à CATMV em 1º/09/2014 pelo ex-estudante da UnB, músico e bailarino clássico João Dominguez Pereira. Segundo seu relato, ingressou na UnB em 1979, onde chegou a atuar como bailarino do grupo de dança GEDUnB. Em 1983, após tocar em uma assembleia no CEUB (então Centro de Ensino Universitário de Brasília, atualmente UNICEUB), "na primeira tentativa de greve nessa universidade por melhores preços, melhores condições de ensino e no início da campanha pelas "diretas já"(...)", teria sofrido uma prisão. Prosseguindo em seu relato, afirmou ter sido colocado em uma cela da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), com presos comuns, nú e algemado (a outro preso com quem foi levado para lá no camburão) e sofreu (sofreram, ambos) "tortura e estupro ao longo de 12 horas, com incentivo dos policiais" para que os outros presos os violentassem. Conforme seu relato, após essa experiência traumática, abandonou a universidade; seu contrato especial de emprego de professor (de educação artística e de religião) na Fundação Educacional do DF, classe B, no Centro de Ensino nº 7, Ceilândia, não foi renovado. Afirma que, em 1985, desligou-se voluntariamente da UnB para evitar o jubilamento, tendo passado, desde então, a apresentar quadro de depressão e hipertensão. Acrescenta, por fim, ter processo em tramitação na Comissão de Anistia.

Importa observar que a CATMV-UnB não conseguiu recolher documentos que comprovassem a veracidade da versão apresentada, porém também não dispõe de provas que a contradigam. Trata-se, é certo, de uma denúncia de difícil comprovação (como esperar um documento comprobatório dessa violência sexual descrita? Um depoimento de confissão dos violentadores, talvez? Improvável.) Haveria, entretanto, possibilidade de confirmações indiretas, em termos de cruzamento de datas mais precisas com anotações cadastrais ou burocráticas, algum depoimento testemunhal em apoio à versão ou outros indícios que contribuíssem para a formação de uma convicção mais sólida sobre o alegado. Sem embargo, por falta de meios e condições, talvez ausência de capacidade, certamente carência de tempo e recursos humanos, a CATMV-UnB não conseguiu evoluir na investigação dessa denúncia. Fica, portanto, o registro desse depoimento e a esperança de que o caso venha a ser esclarecido e, claro, responsabilizados os perpetradores das

161 Informe nº 435/SI/VI COMAR/83, de 17/9/83 (BR_AN_BSB_VAZ_0129_0031, p.1-2).

162 Cf. depoimento de Gilmar José Rocha à CATMV-UnB, em audiência pública de 10/10/2014.

graves violações de direitos humanos que eventualmente vierem a ser comprovadas.

1984 Diretas Já, Reitoria ocupada e fim da ditadura

Juntamente com o crescimento exponencial da mobilização em torno das "Diretas Já!", a UnB foi palco, em 1984, de uma discussão sobre o regimento interno do DCE, uma exigência da reitoria. O problema, para o movimento estudantil, ecoava as mobilizações para o Diretório Universitário em meados dos anos 1970: a Reitoria impunha que se fixasse um quórum bastante alto para as votações discentes, a partir de dados inflados sobre a quantidade de estudantes. No bojo desse debate, houve mais uma eleição para o DCE-Livre Honestino Guimarães, a qual, no entanto, deixou de alcançar o quórum mínimo. As lideranças estudantis, visando a superação dessa crise, montaram um comitê de reconstrução do DCE, integrado pelas várias tendências políticas atuantes no movimento.[163]

A campanha pelas "Diretas Já" seguia angariando adeptos e promovendo atos públicos, shows, concentrações, panfletagens e outras formas de divulgação e mobilização política. Por todo o país, os comícios cívicos cresciam em número e em quantidade de participantes, embora nem todos os veículos de comunicação estivessem procedendo à cobertura jornalística com a devida objetividade. Os primeiros meses do ano, nesses termos, foram de expectativas positivas de grande parte da população no sentido de que a ditadura estava no fim e que o povo iria, depois de duas décadas, voltar a escolher o ocupante da presidência da República pelo voto direto.

Segundo informe elaborado no âmbito dos serviços secretos da Aeronáutica, a diretoria da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reunida em São Paulo no dia 19/2/84, teria decidido priorizar o processo político — sem desprezar aspectos econômicos, sociais e de outras dimensões do fenômeno histórico — e desencadear uma greve geral de trabalhadores no país para coincidir com a data de votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha o retorno das eleições diretas para a presidência da República. Porém, em 4/4/84, em Brasília, durante reunião do "Comitê Suprapartidário Pró-Eleições Diretas" (do qual participava a CUT), a proposta de greve geral foi descartada, "surgindo, então, o pensamento de se promover, em 25/4/84, o "Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização", com a participação de vários segmentos da sociedade". A proposta voltou a ser debatida em 17/4/84 em São Paulo-SP, pela CUT, UNE e ANDES; após acirrada discussão, UNE e ANDES descartaram participar de movimento grevista em 25/4 e, assim, a CUT acatou a decisão e referendou a participação do "Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização".[164]

A votação da chamada Emenda Dante, já agendada para o dia 25/4/84, ia ficando cada dia mais perto. Com isso, as cidades foram ganhando as cores verde e, sobretudo, amarelo, símbolo maior das Diretas.

Porém, uma semana antes da votação, a ditadura voltou a fazer-se lembrada como tal, isto é, como ditadura: o ditador Figueiredo, escudado no arcabouço legal autoritário, baixou na área da capital federal e arredores as chamadas Medidas de Emergência (uma espécie de Estado de Sítio), designando seu executor o Comandante Militar do Planalto,

163 Idem.

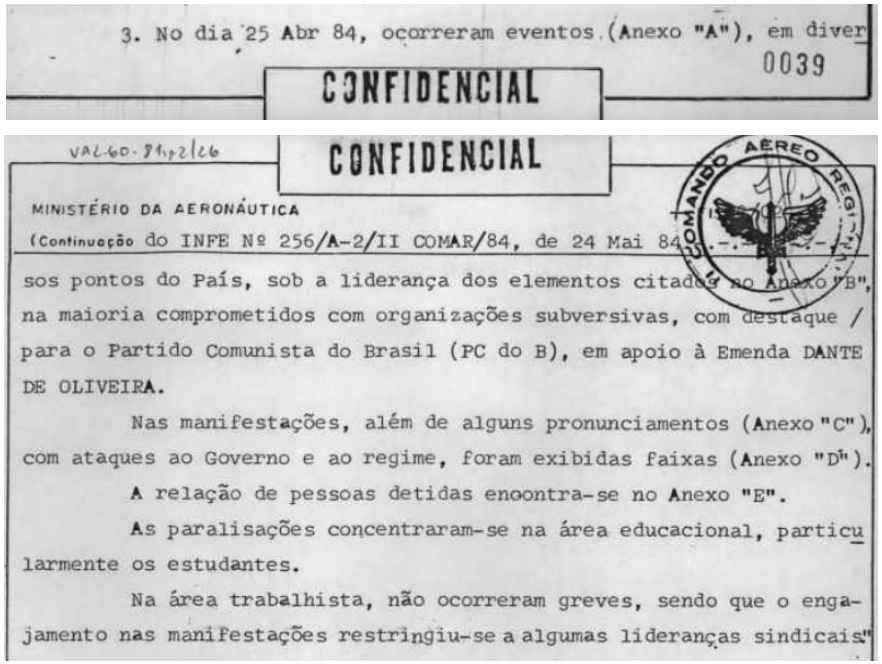
164 Informe nº 256/A-2/II COMAR/84, de 24/5/84, transcreve o Informe nº 249/D2-1/CISA-BR/84, assunto "Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização", de 10/5/84, o qual, por sua vez, reproduz outro informe, datado, na origem, de 25/04/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0060_0081, p.1).

general Newton Cruz[165]. O Decreto nº 89.566, de 18/4/84, autorizava, entre outras, as seguintes medidas coercitivas: “detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns”; “busca e apreensão em domicílio”; “suspensão da liberdade de reunião e de associação”; e “censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas”. Tais limitações, características de uma ditadura clássica, foram imediatamente comparadas com o AI-5, só que em escala geograficamente reduzida.

A tensão política retornou a níveis próximos dos vivenciados em 1964, 1968 e 1977. Brasília voltou a ser palco de tropas em deslocamento incessante, caminhões militares e tanques de combate a cruzar suas largas avenidas, capacetes, fuzis e cassetetes aos montes nos principais pontos do mapa político da cidade. A população, no entanto, não se mostrou passiva, recebendo esse novo gesto ditatorial com panelaços e buzinaços, com roupas amarelas e a esperança de que a mudança política se daria, sim, finalmente, pela via pacífica, através da democrática instituição do Parlamento. Talvez tenha superestimado novamente a capacidade do Congresso Nacional ou, ao menos, de alguns de seus membros, de manterem-se eretos em face das ameaças e ofertas do poder.

De acordo com informe da Seção de Informações do 6.º Comando Aéreo Regional, em 23/4/84, cerca de 800 estudantes, reunidos em assembleia na UnB, deliberaram por realizar, no dia seguinte, um comício político no Teatro de Arena, juntamente com a paralisação das aulas até a votação da Emenda Dante. Decidiram, igualmente, comparecer no Congresso Nacional para acompanhar de perto a votação. Escolheram um comando de paralisação, definiram uma comissão de segurança e traçaram um plano de atividades culturais que ajudassem a manter os estudantes mobilizados, sem o esvaziamento do *campus*.[166]

O dia 25/4/84, “Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização”, no que tange especificamente a Brasília, foi assim descrito em alentado informe da Aeronáutica:[167]



3. No dia 25 Abr 84, ocorreram eventos (Anexo "A"), em diver

0039

CONFIDENCIAL

VAL-60-81,p2/26

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

(Continuação do INFE Nº 256/A-2/II COMAR/84, de 24 Mai 84

sos pontos do País, sob a liderança dos elementos citados no Anexo "B", na maioria comprometidos com organizações subversivas, com destaque / para o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em apoio à Emenda DANTE DE OLIVEIRA.

Nas manifestações, além de alguns pronunciamentos (Anexo "C"), com ataques ao Governo e ao regime, foram exibidas faixas (Anexo "D").

A relação de pessoas detidas encontra-se no Anexo "E".

As paralisações concentraram-se na área educacional, particularmente os estudantes.

Na área trabalhista, não ocorreram greves, sendo que o engajamento nas manifestações restringiu-se a algumas lideranças sindicais"

(...)

165 No ano anterior, por meio do Decreto nº 88.888, de 19/10/83, o ditador Figueiredo já havia baixado as Medidas de Emergência em Brasília, quando da histórica derrota do governo na votação do Decreto-Lei nº 2.045/83 (pacote de alterações na política salarial).

166 Informe nº 167/SI/VI COMAR/84, de 29/5/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0053, p.1-2).

167 Informe nº 256/A-2/VI COMAR/84, de 24/5/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0060_0081, p.1-2, 4, 15 e 26).

a. BRASÍLIA

- greve geral dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB);

- greve geral dos estudantes do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB);

- cerca de 100 estudantes concentraram-se em frente ao Centro de Ensino Elefante Branco e dali saíram em passeata, passando pelo Colégio La Salle. Ao atingirem o Colégio Objetivo, foram dispersados pela PM/DF; e

- concentração de cerca de 5.000 pessoas na rampa do Congresso Nacional.

(...) [principais lideranças:]

5. DISTRITO FEDERAL

a. BRASÍLIA

- FLÁVIO DA ROCHA MONTIEL, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (DCE/UnB).

(...)

[Relação de pessoas detidas:]

2. DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA

- GERALDO FADUR, ADEMAR FARIAS e NATHÉRCIA DE ANDRADE RABELO, professores;

- GERMANO LUÍS DELGADO DE VASCONCELOS, JOSÉ RICARDO CALDEIRA BRANT e LUIZ AFONSO ROCHA, enfermeiros;

- JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE RABELO e ANTÔNIO CARLOS DE MACEDO RODRIGUES, bancários;

- ERAYSON FERREIRA DE LIMA JÚNIOR, estudante;

- JOÃO TADEU CONÇALVES, LAURA LEONEL ALVES e ISABEL DE FREITAS PAULA;

- JOMAR ALVES MORENO, preso e autuado em flagrante delito;

- GERALDO TADEU DE ARAÚJO, idem;

- ADEMAR DE FARIA, idem; e

- JOSÉ LIBÉRIO PIMENTEL, Presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, preso e autuado em flagrante.

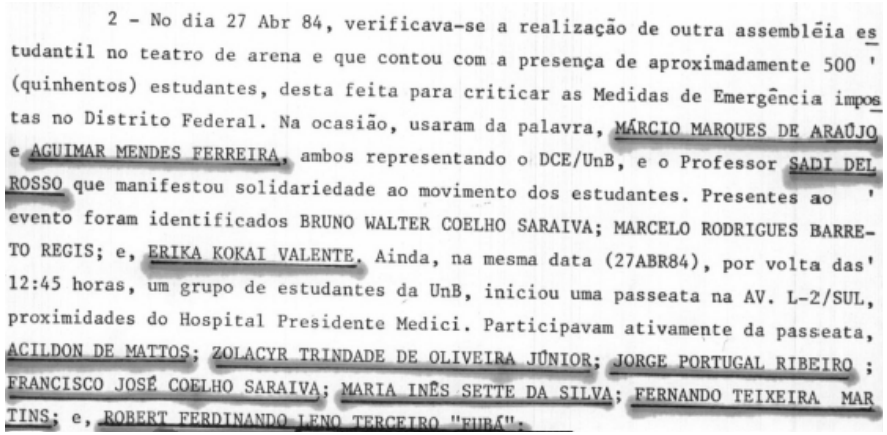
25/4/84, “Dia Nacional da Vigília Cívica e Mobilização” em Brasília, segundo a Aeronáutica

O resultado da votação da Emenda Dante, como se sabe, foi expressivo em favor da alteração proposta, porém não alcançou o quórum necessário para que a proposta fosse aprovada e transformada em emenda à Constituição. Desse modo, a população foi dormir no dia 25/4/84 com uma enorme sensação de frustração. Reconstruir as esperanças, especialmente depois de derrotas assim, nunca é tarefa fácil. Não foi, também, naquela oportunidade.

Frustrados, decepcionados, revoltados ou seja lá como estivessem se sentindo, professores e estudantes voltaram a realizar suas assembleias

no dia 27/4/84, e há mais de um informe de órgão de segurança a registrar as ocorrências desse dia.[168]

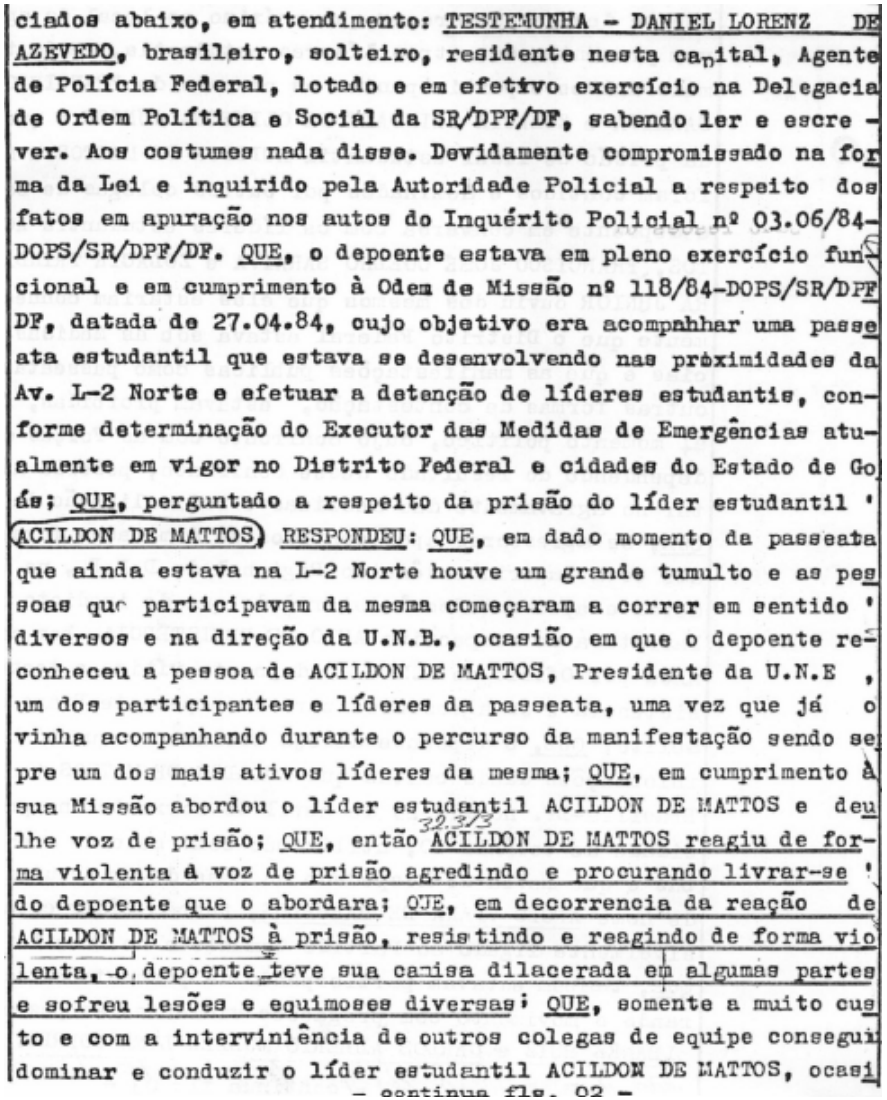
Assim relatava o Informe nº 167/SI/VI COMAR/84:



2 - No dia 27 Abr 84, verificava-se a realização de outra assembléia estudantil no teatro de arena e que contou com a presença de aproximadamente 500 ' (quinhentos) estudantes, desta feita para criticar as Medidas de Emergência impostas no Distrito Federal. Na ocasião, usaram da palavra, MÁRCIO MARQUES DE ARAÚJO e AGUIMAR MENDES FERREIRA, ambos representando o DCE/UnB, e o Professor SADI DEL ROSSO que manifestou solidariedade ao movimento dos estudantes. Presentes ao ' evento foram identificados BRUNO WALTER COELHO SARAIVA; MARCELO RODRIGUES BARRETO REGIS; e, ERIKA KOKAI VALENTE. Ainda, na mesma data (27ABR84), por volta das' 12:45 horas, um grupo de estudantes da UnB, iniciou uma passeata na AV. L-2/SUL, proximidades do Hospital Presidente Medici. Participavam ativamente da passeata, ACILDON DE MATTOS; ZOLACYR TRINDADE DE OLIVEIRA JÚNIOR; JORGE PORTUGAL RIBEIRO ; FRANCISCO JOSÉ COELHO SARAIVA; MARIA INÊS SETTE DA SILVA; FERNANDO TEIXEIRA MARTINS; e, ROBERT FERDINANDO LENO TERCEIRO "FURÁ".

Acompanhamento da assembleia dos estudantes em 27/4/84, pela Aeronáutica

Nessa ocasião, nas proximidades do que, atualmente, é denominado Hospital Universitário de Brasília (HUB), deu-se um choque entre policiais federais e manifestantes. O Informe nº 153/SI/VI COMAR/84 reproduz trecho do inquérito policial com declaração prestada em 30/4/84 pela testemunha que era, também, o agente policial federal que efetuou prisões nessa ocorrência (e que, hoje, é comentarista de segurança pública na maior rede de televisão aberta no DF):



ciados abaixo, em atendimento: TESTEMUNHA - DANIEL LORENZ DE AZEVEDO, brasileiro, solteiro, residente nesta capital, Agente de Polícia Federal, lotado e em efetivo exercício na Delegacia de Ordem Política e Social da SR/DPF/DF, sabendo ler e escrever. Aos costumes nada disse. Devidamente compromissado na forma da Lei e inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração nos autos do Inquérito Policial nº 03.06/84-DOPS/SR/DPF/DF. QUE, o depoente estava em pleno exercício funcional e em cumprimento à Ordem de Missão nº 118/84-DOPS/SR/DPF DF, datada de 27.04.84, cujo objetivo era acompahhar uma passeata estudantil que estava se desenvolvendo nas próximidades da Av. L-2 Norte e efetuar a detenção de líderes estudantis, conforme determinação do Executor das Medidas de Emergências atualmente em vigor no Distrito Federal e cidades do Estado de Goás; QUE, perguntado a respeito da prisão do líder estudantil ' ACILDON DE MATTOS, RESPONDEU: QUE, em dado momento da passeata que ainda estava na L-2 Norte houve um grande tumulto e as pessoas que participavam da mesma começaram a correr em sentido ' diversos e na direção da U.N.B., ocasião em que o depoente reconheceu a pessoa de ACILDON DE MATTOS, Presidente da U.N.E , um dos participantes e líderes da passeata, uma vez que já o vinha acompanhando durante o percurso da manifestação sendo sempre um dos mais ativos líderes da mesma; QUE, em cumprimento à sua Missão abordou o líder estudantil ACILDON DE MATTOS e deu lhe voz de prisão; QUE, então ACILDON DE MATTOS reagiu de forma violenta à voz de prisão agredindo e procurando livrar-se ' do depoente que o abordara; QUE, em decorrencia da reação de ACILDON DE MATTOS à prisão, resistindo e reagindo de forma violenta, o depoente teve sua camisa dilacerada em algumas partes e sofreu lesões e equimoses diversas; QUE, somente a muito custo e com a interviniência de outros colegas de equipe conseguiu dominar e conduzir o líder estudantil ACILDON DE MATTOS, ocasi

- continua fls. 03 -

A repressão à passeata na L2 Norte, na ótica do agente da Polícia Federal

Visto de outro ângulo, esse mesmo fato foi relatado com detalhes distintos (incluindo o gás lacrimogêneo que invadiu a escola vizinha e causou a hospitalização de crianças de 10 a 16 anos), como se pode ver,

168 Informe nº 167/SI/VI COMAR/84, de 29/5/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0053, p.1-2); e Informe nº 153/SI/VI COMAR/84, de 24/5/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0071_0058, p.1-4).

a seguir, nas matérias de capa da edição de 28/4/84 do Jornal do Brasil e da Folha de São Paulo:


Jornal do Brasil - 1980 a 1989 - PRC_SPR_00009_030015

Polícia desfaz passeata e invade a UnB

Pela primeira vez desde 1979, o campus da Universidade de Brasília foi cercado pela polícia

Jornal do Brasil, 28/04/84, p.1.


acervo FOLHA

casa própria do optante

Dólar a Cr$ 1.453

Índice

Previsão do tempo

Diplomatas líbios deixam a Inglaterra

...o pátio de uma escola de 1º e 2º graus, o que provocou a hospitalização de 15 crianças

Folha de São Paulo, 28/04/84, p.1.

A repressão à passeata na L2 Norte, segundo a imprensa.

Nesse dia 27/4 houve dezenas de prisões, sendo que 4 pessoas ficaram detidas por 15 dias; nos dias seguintes, mobilizações estudantis ocorreram em vários pontos da cidade, resultando em paralisações também em faculdades particulares (CEUB, Católica, UDF) e colégios de ensino médio. Na Esplanada dos Ministérios, estudantes chegaram a invadir o Congresso Nacional, onde houve enfrentamento com as forças policiais, assim como em frente ao Ministério da Justiça.[169] Os espancamentos e outras formas de violência policial foram, então, uma

169 Cf. depoimento de Gilmar José Rocha à CATMV-UnB, em audiência pública de 10/10/2014.

constante na tentativa de cerceamento dos direitos de organização e expressão da população, verdadeiras traduções concretas da cidadania.

No dia 2/5/84, nova assembleia geral reuniu cerca de 2.000 estudantes, que manifestaram seu repúdio às medidas de emergência, no bojo das quais havia ocorrido a prisão do presidente da UNE, Acildon Mattos, e dos estudantes da UnB Zolacir Trindade de Oliveira Júnior ("Zola") e Francisco José Coelho Saraiva. Repudiaram, ainda, a própria derrota da Emenda Dante de Oliveira e também a prisão dos professores Carlos Alberto Torres e Antonio Ibañez Ruiz.[170]

Ainda em maio, foram realizadas "eleições informais" na UnB (na verdade, um simples processo de consulta à comunidade universitária), para definição dos nomes que comporiam uma lista sêxtupla. Décio Munhoz e Cristovam Buarque foram dois dos nomes que integraram essa lista, que se esperava que fosse aquela a ser enviada ao MEC e à presidência da República para definição do novo reitor. No entanto, no começo de junho, o reitor Azevedo deu sinais de que reuniria o colégio eleitoral da UnB em julho, portanto durante o recesso de meio de ano.[171]

No dia 14/6/84, em assembleia geral massiva (cerca de 5.000 alunos, segundo panfleto anexado a um informe da Aeronáutica), os estudantes decidiram entrar em greve, como forma de pressão sobre o processo de escolha do reitor. Os professores os acompanharam e no dia 20/6/84 entraram em greve também. Distintamente de outras oportunidades, naquela ocasião o Conselho Universitário havia discordado do reitor Azevedo. Enquanto esse defendia que o colégio eleitoral da UnB restringia-se ao Conselho Diretor, o Conselho Universitário (CONSUNI) posicionou-se favoravelmente ao Parecer do MEC nº 20/84, segundo o qual o colégio eleitoral incluiria o Conselho Diretor e o CONSUNI.[172]

No dia 9/7/84, os estudantes decidiram ocupar o prédio da Reitoria, onde funciona a Administração Central da Universidade e, obviamente, onde se localiza o Gabinete do Reitor. No processo de invasão e ocupação do prédio, houve uma série de pichações, que foram objeto de registro fotográfico, o qual integrou o acervo do Fundo ASI-UnB. A seguir, alguns exemplos da pichação, em fotos sem identificação de autoria (possivelmente feitas pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio-SPP/UnB), tiradas no dia 13/7/84:[173]



170 Informe nº 167/SI/VI COMAR/84, de 29/5/84 (BR_AN_BSB_VAZ_071_053, p.1-2)

171 Cf. Antônio Vital (2006), "É possível", p.173-175.

172 Informe nº 221/SI/VI COMAR/84, de 16/7/84, cujo anexo trazia panfleto do Alicerce da Juventude Socialista, de 25-26/6/84, e o Boletim nº 02 do Comando de Greve (BR_AN_BSB_VAZ_071A_029, p.1-5).

173 BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0132, p.1-21.



Pichações na Reitoria ocupada pelos estudantes em 1984

Outra forma de pressão utilizada pelos estudantes nessa conjuntura foi a realização de uma greve de fome. Não se tratou de uma deliberação coletiva, por certo, mas um ato voluntário de três estudantes que pretenderam, com o gesto, chamar a atenção dos meios de comunicação e da população em geral para a situação da UnB. Dramatizavam, assim, o esgotamento dos canais institucionais para o encaminhamento da questão eleitoral — que, em se tratando da sucessão do reitor Azevedo, na UnB como vice-reitor desde 1968 e como reitor desde 1976, repercutia em todos os planos da Universidade. De acordo com um informe da Aeronáutica, "ativistas do movimento estudantil da Universidade de Brasília iniciaram uma "greve de fome" no dia 31/7/84 como forma de pressão contra as decisões do reitor, no que tange a forma de eleição do novo reitor da UnB". Mencionava os estudantes diretamente envolvidos: José Jackson Machado Bacelar Júnior, presidente do Centro Acadêmico de História; Júlio Barreto Freire e Antônio Ricardo Martins Guillen, mais o quartanista de Medicina Paulo Roberto Silva, para acompanhar o estado clínico dos grevistas. Por fim, tentando desqualificar o protesto, sugeria tratar-se de uma farsa, afirmando terem sido vistos por estudantes e professores a comer sanduíches, mas os meios de comunicação procuravam "dar à "greve" um ar de seriedade e idealismo".[174] Se comeram ou não os tais sanduíches, não se sabe com segurança, a não ser pelo disse-que-disse. O fato é que os manifestantes em greve de fome, após vários dias de protesto, ficaram visivelmente abatidos, pálidos e emagrecidos, como constataram tantos estudantes, professores, funcionários e demais apoiadores que os acompanharam durante a vigília e a ocupação.

174 Informe nº 306/SI/VI COMAR/84, de 14/9/84 (BR_AN_BSB_VAZ_0115A_027, p.1).



Foto: Arquivo CEDOC.
Visita do Senador Pompeu de Sousa aos estudantes em greve de fome.

A exigência da lista sêxtupla para escolha de reitores, suprimida quando da alteração legal procedida em 1979 (veja-se a referência à "Lei Azevedo", *supra*), havia retornado quando da promulgação da Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983. Esse diploma, a propósito, estabelecera o prazo de 6 a 8 meses para que os dirigentes nomeados na forma da legislação anterior, precisamente o caso do reitor Azevedo, promovessem a indicação da lista sêxtupla. E esse prazo, em relação à UnB, venceria em agosto de 1984.

Assim é que, no mês de agosto de 1984, o colégio eleitoral da UnB reuniu-se e, finalmente, elaborou a lista sêxtupla para a definição do futuro reitor. Os professores Décio Munhoz e Cristovam Buarque estavam entre os seis nomes que compunham tal lista.

Ainda que o projeto político das Diretas Já tivesse sido derrotado em abril, a força das ruas tornara insustentável a preservação do poder com o grupo que ainda falava "em nome da Revolução de 64". Um projeto alternativo passou a ser urdido nos bastidores da política e, assim, foi-se construindo, para a eleição indireta de janeiro de 1985, a candidatura da chamada Aliança Democrática. Tratava-se de uma chapa com Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente, unindo o partido base da oposição ao longo do regime militar, o MDB (com o retorno do multipartidarismo, tornou-se PMDB), com o Partido da Frente Liberal (PFL), grupo dissidente da situação. Vale mencionar que o professor Cristovam Buarque, levado pelas mãos do então deputado e futuro ministro da Justiça Fernando Lyra, integrou a equipe de trabalho do candidato Tancredo Neves.

Do ponto de vista da identificação circunstanciada das graves violações de direitos humanos, um dos critérios norteadores da presente cronologia, pouco ou nada mais restaria a assinalar a partir deste ponto. O 'pouco', nesse caso, ficaria por conta da própria forma de encaminhamento da questão sucessória, tanto no plano nacional como no plano da UnB, afinal o sequestro do direito à escolha da máxima representação política não seria, propriamente, um problema menor. Mesclando elementos do arcabouço jurídico-político da ditadura com formas ainda incipientes de experiência democrática, foi-se processando a transição entre o regime autoritário e um espaço que se queria democrático, mas que precisava ser construído na prática.

1985-1988 Nova República, eleição direta na UnB e etc.

A 15/1/85, o Colégio Eleitoral daria a vitória da chapa Tancredo-Sarney no pleito presidencial indireto. Esse ponto marcaria, para grande parte dos analistas políticos, historiadores e demais observadores do processo histórico brasileiro, o fim da ditadura, inaugurando a chamada Nova República. Trata-se de matéria para uma longa e detida reflexão, que incluiria a formatação de um novo pacto constitucional, o próprio processo constituinte que levou a esse pacto e seu resultado material

concreto, a Constituição Federal de 1988. Não é este o *locus* adequado para tamanho esforço reflexivo.

Cabe, portanto, assinalar apenas as linhas gerais que, desde o ponto de vista das mobilizações e articulações políticas, levaram ao 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição vigente.

Importa, assim, mencionar que, em 13/3/85, o professor Geraldo Ávila, um dos nomes integrantes da lista sêxtupla para escolha do reitor, tomaria posse como sucessor de José Carlos de Almeida Azevedo na reitoria da UnB. Tratava-se de figura que, a despeito do lastro acadêmico, não contava com a preferência da maioria dos integrantes da comunidade universitária, ao contrário do professor Cristovam Buarque (que havia "ganho" as sondagens prévias, consultas pelo voto direto de estudantes, professores e funcionários).

Considerando todo o exposto até aqui, fica fácil perceber o motivo pelo qual sua gestão durou apenas uma semana. A resistência dos movimentos discente, docente e de funcionários solidificou forte rejeição ao processo, negação de toda a história de luta contra o "capitão". Sucedeu-lhe o anterior vice-reitor, Luiz Otávio do Carmo, para uma breve reitoria *pro tempore*, apenas o necessário para a organização e realização da consulta formal à comunidade acadêmica. Se a universidade havia se mobilizado tanto para o combate ao autoritarismo duradouro do período Azevedo, e para a luta pelo voto direto para presidente da República, seria de se esperar mesmo que, no caso da escolha do reitor, não fosse ficar indiferente.

Nos dias 18 e 19/6/85, finalmente, procedeu-se à eleição direta, paritária, para reitor na UnB. Cristovam Buarque venceu-a nos dois turnos. Em 25/7/85, o professor Cristovam tomou posse como o primeiro reitor democraticamente eleito da Universidade de Brasília.

O começo da gestão Cristovam foi marcado, entre outros aspectos, pelo intenso esforço no sentido de acelerar os processos de anistia que permitiriam o retorno de quantos foram perseguidos pelo regime militar e por seus prepostos na administração da universidade. Para tanto, a professora Geralda Dias Aparecida, ex-aluna de História e então professora do Departamento de História, foi designada para coordenar a complexa pesquisa nos arquivos da Universidade — arquivos propositalmente desarranjados e cheios de lacunas produzidas por quem não desejava a sobrevivência da documentação do arbítrio —, para instrução dos processos de anistia. O Relatório Final do trabalho da professora Geralda Aparecida e de sua reduzida, mas laboriosa equipe de colaboradores é uma das peças mais importantes para o início do resgate da história da UnB sob a ditadura.

Nessa altura, uma observação deve ser feita. Assim como a transição política brasileira foi feita na base da conciliação e sem a responsabilização dos que atuaram ou possibilitaram, direta ou indiretamente, a atuação de outros na perpetração de graves violações de direitos humanos, também na UnB isso se deu. E se deu de tal forma que, por exemplo, Francisco Pedro de Oliveira, o chefe da Assessoria de Segurança e Informações (ASI/UnB), órgão da UnB, mas subordinado ao SNI, voltado à espionagem e à repressão, veio a integrar uma comissão de anistia dos funcionários ("Comissão de Apuração das Punições Impostas aos Servidores da FUB") em 1985, e atue na Associação de Servidores Aposentados da Fundação Universidade de Brasília (APOSFUB). O mesmo se diga de Miguel Joaquim Bezerra, que, à época da ASI/UnB, foi seu subordinado por longo tempo, desenvolvendo atividades como escriturário que redigia ofícios à DSI/MEC e a outros órgãos da espionagem e repressão, para levar-lhes informações sobre os integrantes da comunidade universitária: depois de formado em Direito, atuou como advogado na Assessoria Jurídica

da UnB e chegou ao cargo de Procurador-Geral da FUB (e, também, à presidência da APOSFUB).[175]

A redemocratização, considerada como um processo de superação da ditadura, é algo que, como se sabe, segue seu curso ainda nos dias de hoje. A própria Comissão Nacional da Verdade, ao concluir seus trabalhos com a apresentação do Relatório Final em 10/12/2014, apresentou uma longa relação de recomendações, em verdade, providências a serem tomadas para que o país assegure não apenas um arcabouço jurídico democrático como também instituições e uma cultura política que possam, de fato, serem tratadas como democráticas.

Dois aspectos a serem mencionados quando se pensa no conjunto de transformações necessárias para a criação de um ambiente realmente democrático são a educação e a cultura. Pois foi justamente sobre esses dois aspectos que, na UnB, foi tentado o passo a mais na direção da democratização. Entre as muitas iniciativas adotadas desde então, vale mencionar o Festival Latino-Americano de Arte e Cultura (FLAAC) e a mobilização pela Rádio UnB. Quanto ao FLAAC, que depois ainda incorporou a vertente da África no nome e na composição, foi uma grande mostra de manifestações artísticas e culturais de várias regiões da América Latina e do continente africano que a universidade promoveu e sediou, a partir de 1986. Cabe destacar a oportunidade de um novo olhar sobre esses povos e culturas de tanta diversidade mas também de tamanha conexão com a cultura brasileira. Isso permitiu a uma geração recém-saída da ditadura se aperceber que o país integra um conjunto mais amplo de tradições históricas e culturais, e que abrir-se para nossos vizinhos e para eles estar receptivo é uma das chaves da tal construção da democracia. Quanto à Rádio UnB, a mobilização por uma emissora prevista como órgão complementar da Universidade desde a sua fundação ainda não se viabilizou. Em abril de 1987, houve frustração com a ocupação de frequência que poderia ser destinada à Rádio UnB por emissora vinculada ao Governo do Distrito Federal.

Outro aspecto a considerar, no tocante à redemocratização, tomada mais estritamente como o período que se iniciou com o fim dos governos militares, foi o tratamento dado ao sistema legal e normativo do país. Essa discussão passou pelo estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte e pela promulgação da Constituição de 1988, processos que contaram com o envolvimento da comunidade acadêmica em atividades dentro e fora do *campus*. Na UnB, essa questão foi enfrentada por meio de um processo inspirado na discussão da Constituinte, que culminou no I Congresso Estatuinte, em 1988. Com isso, procedeu-se à rediscussão de princípios e diretrizes para nortear as transformações necessárias à adequação dos estatutos e regimentos universitários ao ambiente pós-ditadura.

Cabe, ainda, assinalar que grande parte da documentação sobre a qual se baseou esta Cronologia foi proveniente do Fundo ASI-UnB, isto é, do conjunto de documentos que, um dia, pertenceram à Assessoria de Segurança e Informações da Universidade. Como se viu ao longo dessa narrativa, esse foi um órgão intrinsecamente ligado à espionagem e à repressão (em suas várias formas, desde a perseguição e o controle político ideológico até as prisões, violências policiais e formas de exercício do poder ditatorial). E uma coisa que, de certa forma, preocupa o pesquisador que sobre essa documentação se debruça é a chance de nela encontrar documentos datados não mais da época da ditadura propriamente dita, mas já do período de redemocratização. Tal foi o caso, por exemplo, de um relatório de viagem de uma professora que

175 Para Francisco Pedro de Oliveira, ver, por exemplo, Ato da Reitoria nº 616/74, Resolução CAC nº 01/85 da Câmara de Assuntos Comunitários e BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0049, p.13 e 33. Para Miguel Joaquim Bezerra, ver BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0163, p.3, Diário Oficial da União de 13/04/2005, seção I, p.215; e http://unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3038.

fora empreender pesquisas na região andina e caribenha em 1987.[176] A interrogação que não cessa é: por que tal relatório estaria nessa documentação tão peculiar? Será que os serviços de espionagem e repressão seguiram ativos na Universidade desde o fim do regime militar?

Uma preocupação que perpassou o trabalho da CATMV-UnB foi estabelecer a conexão necessária entre o passado e o presente, isto é, entre a história da ditadura e da resistência na UnB e os dias atuais. Assim, vale ressaltar aqui o difícil processo de luta pela efetivação do direito de acesso à informação. Um exemplo concreto, para encerrar estas linhas, foi a negativa do Arquivo Central (ACE/UnB, antigo Centro de Pesquisa e Documentação, CEDOC), em fevereiro de 2015, em fornecer à CATMV-UnB alguns dados cadastrais solicitados a respeito de determinados servidores cuja atuação profissional na Universidade os situou como agentes da repressão.[177] A recusa se fundamentou em argumentos relacionados à privacidade, em desacordo com dispositivos da Lei de Acesso à Informação que determinam que não pode haver restrição de acesso a documentos que versem sobre violações de direitos humanos ou a informações pessoais utilizadas "para a recuperação de fatos históricos de maior relevância".[178]A lei prevê, ainda, que não é exigido o consentimento da pessoa referida em informações de cunho pessoal quando o acesso for necessário "à defesa de direitos humanos"[179]. Eis aí, de forma administrativa, um exemplo concreto dos desafios que se realizam no presente a respeito do passado.

176 BR_DFANBSB_AA1_0_EVE_0004, 118p.

177 Resposta do ACE/UnB, de 3/2/2015, ao Memorando CATMV-UnB nº 01/2015, de 28/1/2015, no processo UnBDoc nº 9739/2015.

178 Conforme, respectivamente, artigo 21, parágrafo único, e artigo 31, §4º, da Lei 12.527/2011.

179 Conforme artigo 31, §3º, IV, da Lei 12.527/2011.

PARTE II - EIXOS TEMÁTICOS

II.1 - Estrutura da rede repressiva interna e externa

A estrutura do poder ditatorial e o papel nela desempenhado pela UnB podem ser didaticamente representados a partir da noção de rede, no caso, as redes repressivas externa e interna à UnB.

No **plano externo à UnB**, trata-se de descortinar o aparato repressivo que, embora já constituído antes de 1964, teve no golpe militar que derrubou o presidente Goulart um ponto de inflexão que marcaria fortemente as duas décadas e meia que se seguiram. Não se tratará, aqui, de um conceito muito amplo ou abstrato de aparelho repressivo, no qual coubessem o sistema judiciário, o sistema educacional, a família e outros aspectos ou ramos genéricos possíveis. A ideia é apenas remeter à trama que, especialmente no plano do Executivo federal (mas também nos níveis estaduais e municipais), ligava os órgãos preponderantemente voltados às atividades de informações e espionagem aos órgãos ditos operacionais, aqueles do campo das ações de captura, detenção, interrogatório e demais atividades diretamente repressivas. A fim de identificar seus traços gerais, lança-se mão, aqui, de um mapeamento que, a despeito de já não ser novidade no âmbito acadêmico, não chega a ser propriamente de conhecimento amplo da sociedade.

O quadro aqui esboçado refere-se apenas a traços gerais do sistema, o qual, na prática, teve variações ao longo do tempo. Apesar de algo extensa, a citação a seguir vale pela visão sintética e panorâmica da estrutura de espionagem e repressão da ditadura.[180]

(...) Consideremos o **Presidente da República** como o nível superior e central dessa teia e o **Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional** o seu braço executivo imediato. A partir daí foram estabelecidos dois sistemas, o de espionagem — o **Sistema Nacional de Informações** [**e Contra-Informação**] **(SISNI)** — e o de repressão — o **Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN)** —, cada qual com suas especificidades, os quais, em conjunto, constituíam-se em vasos comunicantes do Estado ditatorial.

O **SISNI** era constituído pelo **SNI** [**Serviço Nacional de Informações**, criado em junho de 1964], como órgão central do sistema; pelos **Sistemas Setoriais de Informações** (compostos pelo Sistema de Informações **dos Ministérios Civis** e pelo Sistema de Informações **dos Ministérios Militares**); pelo **Subsistema de Informações Estratégicas Militares** (**SUSIEM**, que articulava as informações estratégicas das Forças Armadas e das Relações Exteriores); e por **outros** órgãos setoriais (entre os quais as agências de informações da Chefia de Gabinete do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, do DASP, órgão federal do funcionalismo público, do complexo hidrelétrico Itaipu Binacional e outros).

Cada um dos integrantes do SISNI tinha seus próprios desdobramentos. O **SNI** tinha sua **agência central**, em Brasília, e oito **agências regionais** pelo país, além do órgão especializado na formação e qualificação do pessoal de todo o sistema: a **Escola Nacional de Informações** (**EsNI**, também em Brasília).

180 A síntese que a seguir se apresenta, extraída de PARUCKER, Paulo E.C., 'Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985)' (disponível em www.asselegis.org.br, acesso em 25/11/2014), tem por substrato o livro de Carlos Fico, Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. RJ, Record, 2001.

O Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis era composto por órgãos, existentes em cada uma das Pastas, chamados de **Divisões de Segurança e Informações** (**DSI**). A essas DSI, por seu turno, ligavam-se órgãos de expressão mais capilar, chamados **Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI)**, existentes nas empresas públicas, autarquias e fundações, em suma, por toda a administração pública direta e indireta.[181]

Situa-se, portanto, nesse ponto a conexão da UnB com a teia de segurança e informações. Esse órgão local, que originalmente chamou-se **Assessoria para Assuntos Especiais (ApAE** ou **AAE)** e depois foi designado **Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI/UnB)**, era unidade integrante da administração da UnB e sua mantenedora, a Fundação Universidade de Brasília (FUB). No entanto, vinculava-se funcionalmente à supervisão do órgão setorial de informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC).

Em três ministérios civis, havia um arranjo diferente: no Ministério do Interior, pontuavam também as divisões de segurança e informações de cada um dos Territórios então existentes; no Ministério das Relações Exteriores, o **Centro de Informações do Exterior (CIEX/MRE)** ligava-se também ao SUSIEM, logo adiante tratado; e no Ministério da Justiça, além da DSI/MJ, havia também o **Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI/DPF)**, com suas subordinadas regionais.

O Sistema de Informações dos Ministérios Militares compunha-se dos órgãos de informações de cada uma das Forças (**Centro de Informações do Exército, CIE; Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA; e Centro de Informações da Marinha, CENIMAR**), bem como de órgãos conexos, como as agências dos respectivos estados-maiores (as suas 'segundas seções': **2ª/EM**, **2ª/EMAer** e **M-20,** do Exército, Aeronáutica e Marinha, respectivamente), os adidos militares (**ADIEx**, **ADIAer** e **ADIDAL**) e os **órgãos ou seções internas** às próprias **unidades militares** espalhadas pelo país.

Além do SNI e dos Sistemas Setoriais dos Ministérios Civis e dos Militares, integravam o SISNI também o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (**SUSIEM** — composto pelas **segundas seções do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e de cada Força** (os já mencionados 2ª/EM, 2ª/EMAer e M-20), bem como pelo **CIEX/MRE** —, e **outros** órgãos setoriais (do DASP, Itaipu Binacional etc.).

Visto o sistema de informações, vejamos agora a dimensão repressiva propriamente dita, o Sistema de Segurança Interna (**SISSEGIN**). O primeiro aspecto a destacar é que, diferentemente do sistema de informações,

181 A Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília (COREG), após pesquisa na base de dados do extinto SNI, logrou a comprovação documental da existência de 249 órgãos setoriais de informações (ISHAQ, FRANCO, SOUSA, 2012, p.61). Trata-se de número que ainda pode aumentar, considerando-se que muitos arquivos ditos sensíveis ainda não foram localizados.

... o SISSEGIN não foi instituído por diplomas legais regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. (...) Conforme estabeleciam as diretrizes, em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um ***Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informação (DOI)****, todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de "****Zona de Defesa Interna****" (****ZDI****). O país ficou dividido em seis ZDI. (...) Ao que parece, os conselhos de defesa interna não tiveram funcionamento significativo. (...)* (FICO, 2001, p.119-122).

Os **CODI**, voltados ao planejamento e à coordenação das operações, eram dirigidos pelos chefes de estado-maior de Exército, compondo-se também de representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social (DOPS), da Polícia Federal e do SNI (FICO, 2001, p.122).

Os **DOI**, cuja forma era mutante em razão da suposta mutabilidade da subversão em geral e da guerrilha urbana em particular, a que eles combatiam, tinha composição flexível em termos materiais e de pessoal, adaptando-se às necessidades operacionais de cada caso, como esclarece Fico, que acrescenta:

Os DOI tinham uma estrutura interna típica, composta por setores especializados em operações externas, informações, contra-informações, interrogatórios e análises, além de assessoria jurídica e policial e setores administrativos. As principais equipes eram as dos captores e as dos interrogadores (...) (FICO, 2001, p.124).

Vimos, portanto, bem resumidamente, o quadro geral aqui aludido da teia de segurança e informações. Trata-se, agora, de voltar o foco não à teia, mas a um de seus pequenos nós, sobre o qual se encontram a UnB e sua Assessoria de Informações e Segurança."[182].

Importa observar, a esse respeito, que as atividades de informação e as de segurança não se referem a planos estanques. Ao contrário, são esferas bastante interligadas, sendo esse tipo de 'informação' um conhecimento de aplicação imediata: nas palavras de Caroline Bauer e René Gertz (2009, p.175), "através dos dados armazenados em arquivos militares e policiais orientavam-se as operações repressivas".[183] Como exemplo, mencione-se que, em 1969, um informe da Aeronáutica reproduziu Informação do SNI sobre o estudante Prates, que, no dia 7/6/69, presidiu reunião da FEUB com secundaristas, com vistas a organizar pedágio, panfletagem e protestos contra suspensões na UnB e presença de Rockfeller; a prisão de Prates, pelo DPF, no dia 8/6/69, ocorreu em função das informações coletadas, que possibilitaram a preparação da operação de captura.[184]

Ainda no que tange à rede repressiva externa, vale lembrar que vários órgãos ligados às atividades de espionagem e repressão política no

182 PARUCKER, op.cit. (Observação: os grifos são nossos (CATMV), para destacar visualmente os órgãos no presente texto.)

183 BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. (2009) - "Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente". In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. pp.173-193.

184 Encaminhamento nº 379/69, de 20/06/69, da 2ª Seção da VI Zona Aérea, da Aeronáutica, que anexou a Informação SNI/ABSB nº 371/69, de 9/6/69. (BR_AN_BSB_VAZ_0137_0125).

âmbito de estados e municípios já existiam antes do golpe de 64. Data da primeira metade do século XX a criação dos **departamentos** ou **delegacias estaduais de ordem política e social (DOPS, DEOPS, DELOPS)**, espalhados por várias Unidades da Federação (no Distrito Federal, essa delegacia inseria-se na estrutura do Departamento de Polícia Federal). Assim também, no âmbito das **polícias militares**, de há muito havia determinadas **seções** estratégicas a lidar com as questões ditas de segurança. Tal como se dera na ditadura do Estado Novo, duas décadas antes, assim também na derrubada de Jango e assunção dos governos militares houve um rearranjo desse aparelho repressivo, sob o comando centralizador do Exército.[185]

A propósito dessa relação entre a rede externa e a UnB, na documentação do Fundo ASI-UnB custodiada pelo Arquivo Nacional não são incomuns as correspondências trocadas entre o Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (CMP/11aRM) e a UnB. Vale lembrar que, no acervo da CATMV-UnB, há relatos de tortura de estudantes da UnB (por exemplo, Paulo Speller) realizada no Pelotão de Investigações Criminais, unidade do Exército no âmbito do CMP/11aRM. No entanto, nesse conjunto documental, a relação de maior frequência se dava entre a ASI/UnB e a DSI/MEC.

Passando agora para o que acima foi referido como **rede interna à UnB**, em relação à estrutura repressiva, cabe assinalar que a cúpula do dito 'Comando Supremo da Revolução' procedeu à designação de um interventor para ocupar a reitoria, culminando com a primeira invasão policial-militar do *campus*. Dela resultaram inúmeras prisões ainda nos primeiros dias de abril de 1964 — nesse primeiro momento, professores foram mais atingidos que estudantes. A inclusão do criador da UnB e seu primeiro Reitor, Darcy Ribeiro, na lista inaugural de cassações de direitos políticos, e a demissão do Reitor Anísio Teixeira, ambas ainda em abril de 1964, diz muito sobre a visão do novo bloco de poder. Ao longo de todo o período ditatorial, como constata esta pesquisa, a alta administração da UnB coibiu manifestações e mobilizações políticas de protesto da comunidade universitária, bem como impôs a vigilância e o controle político-ideológico sobre todo o *campus*.

O **aparato administrativo da Universidade** esteve, desde o alvorecer do novo regime, a serviço do combate a todos que, naquela ótica distorcida pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional, pudessem minimamente ser caracterizados de oposicionistas, portadores da subversão etc. Entre as primeiras medidas constam, de um lado, o expurgo dos que não se enquadravam no bloco dos apoiadores explícitos do governo que se iniciava e, de outro lado, a designação de pessoas de confiança dos militares no poder para ocupar postos-chave na administração universitária. Houve o afastamento de vários professores e funcionários entre 1964 e 1965, bem como a designação do **Coronel Líster de Figueiredo** para atuar, desde os meses iniciais do regime militar, como **Superintendente** (ou **Diretor**) **Executivo da Fundação Universidade de Brasília (FUB)[186], e, pouco depois, a nomeação do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Carlos de Almeida Azevedo para o cargo de Vice-Reitor, o qual ocupou de 1968 a 1976, tendo ele, a partir de então, e até o fim do período ditatorial, assumido o cargo de Reitor da Universidade de Brasília.**

185 Ver, entre outras referências, o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizou as polícias militares, subordinando-as ao Exército. Nesse mesmo ano, em São Paulo, houve a integração entre os organismos repressivos ligados às Forças Armadas, à Polícia Federal e as policiais militares e civis estaduais, às expensas de grandes grupos empresariais, para o combate à guerrilha urbana, na experiência conhecida como Operação Bandeirante (OBAN), cujos resultados levaram à posterior implantação, em âmbito nacional, do sistema DOI-CODI (Brasil Nunca Mais, 1985: 73; Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, Tomo I, p.102).

186 Entre suas funções constavam também matérias ligadas à área de segurança e informação, como atestam documentos para ele despachados, com listas de estudantes punidos por meio do Decreto-Lei nº 477/69: ver BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0100, p.1 e 7/19.

O processo de montagem da estrutura repressiva passou pela criação do SNI em junho de 1964, pela imposição da Constituição ditatorial de 1967 e, nesse mesmo ano, pela reorganização e aprofundamento do sistema de informações do serviço público federal, com as Divisões de Segurança e Informação (DSI) nos ministérios. Nessa toada, e à sombra da legislação de exceção (sobretudo o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969), deu-se, enfim, a criação, a partir de 1971, de unidades capilares do sistema no âmbito de toda a administração direta e indireta, as chamadas assessorias de segurança e informação (ASI) nos órgãos ministeriais, autarquias e fundações, incluindo as universidades.

Com a **criação da *Assessoria para Assuntos Especiais*** (**ApAE** ou **AAE**, mais tarde **ASI**), por meio do Ato da Reitoria nº 102/71, de 19 de fevereiro de 1971, assinado pelo Reitor Caio Benjamim Dias, a UnB ingressou formalmente no complexo administrativo da ditadura ligado a informações e segurança. Não se trata, por óbvio, de afirmar que só então a UnB inseriu-se na engrenagem da repressão. Até a criação da AAE (ASI), os assuntos de segurança eram tratados no âmbito do Gabinete do Reitor, ainda que de forma menos 'profissionalizada' do que viria a acontecer a partir da década de 1970.

Tendo auxiliado a DSI/MEC na preparação desse novo arranjo institucional, o advogado Joselito Eduardo Sampaio, então Subchefe da Assessoria Jurídica da UnB, foi quem primeiro chefiou essa Assessoria Especial[187]. Seu sucessor, o também advogado lotado na Assessoria Jurídica Francisco Pedro de Oliveira, permaneceu como titular da ASI até a extinção desse órgão, em meados dos anos 1980. Em **1976**, essa unidade administrativa vai assumir o nome que se tornou mais conhecido (e que aqui será utilizado para identificar essa unidade ao longo de toda sua existência, de 1971 a meados dos anos 1980, **Assessoria de Segurança e Informações (ASI)**, no bojo da uniformização procedida pelo governo central.

Importa observar que a **ASI/UnB** ligava-se, administrativamente, ao Gabinete do Reitor, mas funcionalmente, ainda que subordinada ao Reitor, estava também sob a supervisão do Diretor da **Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC)**. À DSI/MEC, a ASI/UnB apresentava relatórios de atividade com regularidade que chegava a ser mensal; com frequência ainda maior, respondia a incontáveis Pedidos de Busca e Informação, relacionados a fatos e pessoas (em certos momentos de crise, como em 1977, essa atividade era mesmo diária).

Outras atividades de destaque para a ASI eram aquelas ligadas ao controle sobre professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes. São, de fato, abundantes na documentação arquivada, sendo citados, a título de exemplo, na introdução da Cronologia deste Relatório Final, vários expedientes de consulta e registro sobre viagens ao exterior para participação em congressos, conferências e outros eventos acadêmicos, tanto quanto em pesquisas científicas. Da mesma forma, constam muitos expedientes versando sobre contratação de profissionais ou matrícula de estudantes, sobre a bibliografia usada e sobre livros não recomendados, e mesmo sobre organização ou participação em eventos locais.

Os documentos que registram a atividade dessa unidade de segurança e informações da UnB foram descobertos durante o mandato do Reitor Cristovam Buarque (1985-1989), e vieram a compor o denominado

187 ...BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_018, p.4/6; e Ato da Reitoria nº ...3 (103?)/71.

"Fundo ASI-UnB", atualmente depositado no Arquivo Nacional.[188] Com essa documentação, foi possível recompor aspectos da rede repressiva interna à universidade e tomar contato com algumas interfaces da rede repressiva externa, em sua comunicação com a UnB, e vice-versa. Vários órgãos e servidores da UnB foram, assim, identificados como integrantes ou colaboradores estreitos do sistema de vigilância, controle e espionagem da ditadura na universidade, como sintetizado a seguir.

De início, mencione-se o **Reitor** e o **Vice-Reitor**, no papel de dirigentes máximos da instituição, e respectivos **Gabinetes**. Desde o golpe de 1964 até o fim da ditadura, em 1985, o cargo de reitor foi ocupado por pessoas indicadas pelo próprio regime, sem qualquer participação efetiva da comunidade acadêmica no processo de discussão e escolha (e mesmo à sua revelia). Com o poder de nomear os subordinados, de controlar e dispor do orçamento que cabia à universidade, em estreito contato com as interfaces governamentais na área da educação e da segurança, enfim, a alta administração universitária foi, durante todo o período ditatorial, conhecedora, responsável e executora dos desígnios do regime militar no plano do ensino superior brasileiro, embora nem sempre de forma unívoca e monolítica.[189]

O nome de maior destaque nesse aspecto, extremamente simbólico da imbricação entre a universidade e o regime militar, foi, sem dúvida, o do oficial de Marinha engenheiro naval **José Carlos de Almeida Azevedo**, presença constante na UnB por cerca de duas décadas. Pós-graduado em Física pelo *Massachussets Institute of Technology* – MIT, e ainda Capitão-de-Fragata, foi coordenador dos cursos do Instituto de Física Pura e Aplicada da UnB após a crise da demissão coletiva de professores no ano seguinte ao golpe (estranhamente, não era remunerado por tal função, nem dava aulas, como se depreende de correspondência da Reitoria ao 7º Distrito Naval)[190]. Em 1968, foi designado Vice-Reitor, cargo que ocupou ininterruptamente até 1976, quando, já Capitão-de-Mar-e-Guerra, tornou-se Reitor, somente deixando esse cargo em 1985, após dois mandatos seguidos.

Voltemos à rede. Entre os demais órgãos burocráticos ligados à teia interna de espionagem e repressão, o **Serviço de Pessoal**, por óbvio, era o *locus* privilegiado do sistema para informações cadastrais pertinentes ao corpo profissional da UnB (professores e funcionários técnico-administrativos). O Chefe da AAE (ASI), conforme seu Relatório de Atividades à DSI/MEC em 1971, asseverava ter "excelente acesso" a esse serviço.[191]

Órgão análogo, voltado às informações sobre os alunos, a **Diretoria de Assuntos Educacionais** (**DAE**) era constantemente demandada a informar à ASI a respeito de estudantes[192] (nomes de alunos de alguma forma ligados ao movimento estudantil, seu número de matrícula, curso a que estavam vinculados, endereço residencial e outras informações semelhantes). Esse órgão prestava ainda outras formas de colaboração

188 Sobre o Fundo ASI-UnB, ver APARECIDA, Geralda Dias (1998) - Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. In: Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. v.1, nº1, mar-ago 1998, pp.13-26; e Arquivo Nacional do Brasil/Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN) (2012) - Ficha descritiva "Consulta de Fundo/Coleção – Nível 1: Fundo ASI/UnB" (disponível em <http://www.an.gov.br/sian/multinivel> ; acesso em 19nov.2012>).

189 Entre 13 de abril de 1964 e 12 de março de 1985, a UnB teve os seguintes Reitores: Zeferino Vaz, Laerte Ramos, Caio Benjamim Dias, Amadeu Cury e José Carlos Azevedo. Importa fisar que, de 1976 a 1981, a vice-reitoria foi ocupada pelo professor Marco Antônio Rodrigues Dias, que por diversas vezes, protagonizou episódios de discordância ou mesmo de franca oposição aoi reitor Azevedo. O mesmo se deu com alguns outros integrantes da alta administração.

190 Conforme esclarecimento prestado pelo Reitor Laerte Ramos ao Comandante do 7º Distrito Naval, Contra-Almirante Luiz Penido Burnier, por meio do Ofício Confidencial FUB nº 4/67, de 12 de junho de 1967 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0045, p.1-2/7), acerca do episódio de repúdio do movimento estudantil ao embaixador estadunidense Tuthil durante visita à UnB, em abril de 1967, e da repressão que o seguiu.

191 Ver BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0159, p. 4/28.

192 Idem, p.4/28. Em outro exemplo, veja-se o ofício no qual o Chefe de Gabinete do Reitor, a pedido do Departamento de Polícia Federal, forneceu o endereço de vários estudantes punidos pelo Decreto-Lei nº 477/69. (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_ROS_0005, p.1).

com a repressão, como, por exemplo, mantendo registro dos estudantes punidos pelo Decreto-Lei nº 477/69, ou mesmo procedendo à apreensão de cartões de matrícula de alunos procurados pelo Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar, no bojo de inquérito policial-militar sobre a organização clandestina APML.[193]

O **Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP)**, unidade teoricamente voltada a tarefas de vigilância contra ameaças aos bens materiais e imóveis da universidade, teve intensa atividade de espionagem em apoio à ASI, solidamente comprovada na documentação disponível no Arquivo Nacional. Era o próprio titular do SPP, Sindulfo Chaves Filho, quem fornecia à ASI, diretamente ou por intermédio do Decanato de Assuntos Comunitários, detalhados relatórios a respeito de assembleias, passeatas, reuniões e outras manifestações estudantis. Servidores dessa unidade coletavam todo tipo de informação que pudesse relacionar-se a tais atividades, como nomes de lideranças e demais participantes, inclusive reproduzindo em relatórios suas intervenções orais; identificavam pessoas que circulavam pelo *campus*; recolhiam cartazes afixados e panfletos distribuídos e, quando possível, apontavam os responsáveis por sua divulgação etc. Sindulfo Chaves Filho chegou à UnB juntamente com Joselito Eduardo Sampaio, em 1969, ambos funcionários cedidos pela Câmara dos Deputados; Sindulfo permaneceu à testa do SPP entre 1969 e 1981.[194]

O **Decanato de Assuntos Comunitários (DAC)** teve igualmente papel destacado no controle, na vigilância e nas restrições impostas ao movimento estudantil. Mantinha estreita ligação com a ASI, encaminhando-lhe regularmente informes produzidos pelo SPP a respeito do movimento estudantil e de atividades consideradas suspeitas na universidade. Entre 1974 e 1976, o Decanato de Assuntos Comunitários, sob a regência do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, interveio frequentemente no contexto de crescimento do movimento estudantil, monitorando e conduzindo, dentro de estreitos limites, o processo de eleição da representação discente para vários órgãos colegiados (Conselho de Administração, Conselho de Ensino e Pesquisa, Comissão Especial/Dedicação Exclusiva) e para o próprio o Diretório Universitário.[195]

O **Setor de Protocolo e Arquivo (SPA)**, sempre atento à circulação de cartas e outros documentos de expedição formal, comprovadamente cometeu violação de correspondência, em harmonia com a ASI/UnB. Consta da Informação ASI/UnB nº 016/76, de 5/4/1976, enviada à DSI/MEC, que o SPA havia interceptado uma carta procedente da Comissão Universitária da USP e da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da UNICAMP, dirigida ao Diretório Acadêmico do curso de Engenharia Florestal da UnB. A correspondência violada continha uma convocação para reunião de entidades estudantis em São Paulo para discutir a luta contra a legislação repressiva, as prisões, as torturas e os assassinatos políticos, bem como para buscar a mobilização em prol da anistia política, da liberdade de organização, manifestação e expressão etc.[196]

Outros setores e integrantes da administração universitária também colaboravam, esporádica ou regularmente, de modo pessoal ou institucional, nesse mister de vigilância, controle e repressão. Cite-se aqui, meramente a título de exemplos documentados, dois episódios.

193 Ver, a respeito, BR_DFANBSN_AA1_0_ROS_0100, p.1-19/19 e BR_DFANBSN_AA1_0_INF_0001, p.26-27/41.

194 Como exemplos dessa farta atividade de espionagem do SPP, veja-se os documentos BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_059, p.9 e 15-19/54.

195 Ver, por exemplo, BR_AN_BSB_AA1_0_MPL_0059, p. 11-20/54, BR_AN_BSB_AA1_0_MPL_099 (Relatório SPP nº 06/75, de 12set.1975), e BR_AN_BSB_AA1_MPL_100 (Relatórios SPP nº 09 e 10/75, de 12set. e 27out.1975), respectivamente.

196 Ver BR_DFANBSB_AA1_0_INF_071, p.110-114/165.

O primeiro é um incidente relatado pelo Chefe do SPP ao Decano de Assuntos Comunitários em setembro de 1974, no qual o **Secretário** do Instituto de Ciências Exatas alertava o SPP sobre uma possível irregularidade: segundo esse secretário, o **serviço de mecanografia** daquele Instituto havia reproduzido para alguns estudantes um boletim de representação estudantil que, a seu ver, era inadequado. Informado pelo Chefe do SPP, o Decano efetivamente vetou a circulação do referido boletim, por ter sido elaborado pelo 'Conselho de Representantes Estudantis', órgão não reconhecido pela administração universitária.[197] O segundo exemplo, de 1973, relaciona-se também a correspondências dirigidas a um Diretório Acadêmico (DA), em relação às quais o dirigente de uma Faculdade consultava o Decano de Assuntos Comunitários sobre como proceder no caso de uma carta que, conforme alegou, abrira por engano — se a entregava ao destinatário ou se a destruía —, e acerca de outras cartas dirigidas a esse D.A., se deveria entregá-las aos respectivos Representantes Estudantis, na ausência desse órgão (D.A.).[198]

Ante as numerosas evidências de que havia mesmo o que aqui se chamou de rede interna, cabe observar que o quadro até aqui esboçado não pretende esgotar a relação de órgãos ou pessoas que colaboravam com a ditadura. Trata-se de uma aproximação que, a despeito de ser direta, é ainda inicial sobre aqueles que integravam a estrutura de poder que, durante mais de vinte anos, empenhou-se — nem sempre com o sucesso pretendido — em controlar, vigiar, espionar, calar e imobilizar os que buscassem resistir ou opor-se ao regime militar.

197 Conforme expediente reservado intitulado "Universidade de Brasília – Movimentação Estudantil: Retrospectiva do 2º período letivo de 1974", elaborado pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP/UnB) em 10/02/75 (BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.15). Vale observar que a publicação referida pelo SPP acabou sendo divulgada pelos estudantes, que não apenas mantiveram o conteúdo do informativo censurado como ainda incluíram denúncia de arbitrariedade por parte de vigilante do SPP no alojamento estudantil.

198 Bilhete manuscrito e assinado, procedente da FTD, dirigido ao Decano de Assuntos Comunitários, com o 'ciente' do Vice-Reitor Azevedo e despacho para a AAE (ASI): BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0059, p.29/54.

II.2 - Cartografia da ditadura e da resistência na UnB

Apresentação

Imagine-se na Universidade de Brasília em 29 de agosto de 1968. Após meses de intensa agitação estudantil, as forças da repressão voltam a invadir o *campus* da UnB. Buscando entender o intenso burburinho que cresce desde o térreo, o estudante de engenharia Waldemar Alves aproxima-se do parapeito do mezanino, no extremo sul da Ala Sul do Instituto Central de Ciências (ICC). É atingido na cabeça por uma das balas disparadas pelas tropas de ocupação militar em correria. Apesar da gravidade do ferimento, e após longo tratamento médico, o estudante sobrevive; a mancha do sangue que escorreu no parapeito perduraria ainda, por muito tempo, sobre o concreto aparente.

Ainda na mesma UnB, avance a imaginação um pouco mais na linha do tempo, digamos, até meados dos anos 70. À entrada do *Bandejão*, um estudante, aos brados, critica as proibições à organização estudantil impostas pela administração universitária e conclama os colegas para a luta, que é também contra os desmandos do regime militar. Perto dali, pares de ouvidos e olhos atentos acompanham o acalorado discurso e os comentários dos estudantes que se aglomeram ao redor. Logo em seguida, essa ocorrência é detalhadamente relatada em documento confidencial à Assessoria de Segurança e Informação (ASI-UnB), localizada na Reitoria. Essa ASI integrava o sistema cujos dois troncos principais eram, de um lado, a área de espionagem e vigilância, que tinha como órgão central o Serviço Nacional de Informações (SNI), e, de outro lado, a área dita "operacional" da repressão, encarregada das capturas de "suspeitos", interrogatórios (não raro, sob tortura), assassinatos e desaparecimento de cadáveres, onde pontuavam, entre outros órgãos, os

Destacamentos de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), comandados pelo Exército.

E se não tiver sido apenas imaginação? Pois é: não foi.

Seguindo na trilha por onde, há pouco, passaram o *Mapa da ditadura em Brasília*, conjunto de matérias de autoria da jornalista Ana Pompeu publicado pelo jornal *Correio Braziliense* entre outubro e novembro de 2013, e a *Cartografia da Ditadura no Rio de Janeiro*, lançada em 2014 pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), a **Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília** (CATMV-UnB) vem trazer a público esta breve ***Cartografia da ditadura e da resistência na UnB***. Esse esforço, que se liga a tantos outros, é parte da luta pelo direito à memória, à verdade e à justiça.

Ao nos debruçarmos sobre nosso passado (ainda que recente), podemos pensar com mais clareza o que somos hoje e o que queremos ser no futuro. O presente, sabemos, é palco de disputa entre projetos de sociedade distintos, às vezes inconciliáveis mesmo. Contudo, o próprio passado também é objeto de tais disputas do presente. Não se trata, porém, da busca de um consenso sobre o passado, mas sim da permanente construção e reconstrução de sentidos em torno desse passado. Por isso, é importante recuperar a memória do ocorrido naqueles dias — dias de censura, vigilância, violência e propaganda oficial ufanista, mas também de mobilização, solidariedade e resistência. Importa, da mesma forma, refletir, nos dias atuais, sobre o quê esse passado tem a nos dizer.

Alguns lugares de memória da UnB:

Faculdade de Educação (FE)

Segundo conjunto de edificações inteiramente concluído no *campus*, a Faculdade de Educação foi projetada por Alcides da Rocha Miranda, José Manuel Lopes da Silva e Luis Humberto Martins Pereira, com colaboradores. Trata-se de uma das construções mais antigas do *campus*, erguida entre 1961 e 1962. Até meados da década de 1970, abrigou a **Reitoria**. Betty Almeida, contemporânea e amiga do líder estudantil Honestino Guimarães, lembra que, ali, em fins dos anos 60, "... os estudantes eram chamados para reuniões com o Vice-Reitor Azevedo, que fazia questão de chamar-nos pelo nome completo, olhando-nos nos olhos, para intimidar e desmoralizar...". Depoimentos à CATMV-UnB e documentos do fundo ASI-UnB dão conta de que, no decorrer do agitado ano de 1968, na rampa do prédio, houve uma escaramuça entre estudantes e membros da alta administração, incluindo o então Vice-Reitor Azevedo, cuja prodigiosa memória teria embasado a expulsão disciplinar de vários estudantes supostamente envolvidos naquele empurra-empurra.

Além dos gabinetes do Reitor e do Vice-Reitor, também ali funcionavam a Assessoria Jurídica (AJU) e a Assessoria para Assuntos Especiais (mais tarde renomeada **Assessoria de Segurança e Informação – ASI**), entre outras unidades da alta administração universitária. Na AJU, conduzidos por advogados da UnB, tiveram lugar muitos dos depoimentos de estudantes perseguidos por suposta subversão política, processados (em rito sumário) e logo expulsos. Quanto à **ASI**, tratava-se de um órgão que, embora pertencente à estrutura administrativa da Universidade, subordinava-se à Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC), integrando a rede de espionagem e repressão cujos enlaces incluíam o SNI, o Comando Militar

do Planalto/11ª Região Militar do Exército (CMP/11ªRM) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), entre outros órgãos repressivos de destaque dos governos ditatoriais. A ASI dispunha de numerosos informantes, alguns dos quais atuando como funcionários do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP/UnB.)

Auditório Dois Candangos

Também das primeiras edificações erguidas no *campus*, junto à FE, foi palco da sessão solene de inauguração da UnB em 1962 e de tantas outras solenidades, apresentações artísticas, assembleias e debates acadêmicos e políticos ao longo da história da Universidade. Um dos episódios marcantes relacionados ao Dois Candangos foi a palestra do ex-Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, que ali ocorreu em 1981, a convite do Reitor Azevedo. Os estudantes, em protesto contra a presença daquele que era um dos ícones da agressividade bélica e imperialista dos EUA, cercaram o prédio com faixas e cartazes, gritando palavras de ordem. A despeito do aparato policial destacado para a segurança das autoridades, os manifestantes promoveram uma chuva de ovos podres sobre o local, o que obrigou o convidado a ser retirado do recinto a bordo de um camburão.

FEUB

A Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), criada e registrada em cartório ainda em 1962, tinha como sede uma das salas do prédio baixo, de madeira, de 10 a 15 metros de fachada, conhecido como *Barracão*, à época situado em frente ao bloco FE-3 da Faculdade de Educação. Além da FEUB, o *Barracão* abrigava também a Federação Atlética da UnB (FAUnB) e alguns outros diretórios estudantis, além do Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília (DCESB).

A FEUB foi combatida pela ditadura desde 1964, especialmente com a Lei nº 4.464/1964 (“Lei Suplicy de Lacerda”), que tornou ilegais as Ligas Camponesas, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as entidades estudantis estaduais; e com o Decreto-Lei nº 314/1967 (“Lei de Segurança Nacional”), que criminalizava como “subversivo” qualquer comportamento de oposição ao governo, punindo com um a dois anos de prisão o ato de “(...) fazer funcionar (...) associação dissolvida legalmente ou cujo funcionamento tenha sido suspenso”. A despeito disso, a FEUB, com a realização de atividades culturais e políticas, publicação de jornais e boletins, e convocação para assembleias e comunicados por meio de seu carro de som, foi um ativo espaço de organização, mobilização e luta dos estudantes até 1968, quando, em dezembro, o Ato Institucional nº 5/1968 (AI-5) elevou a níveis insuportáveis os mecanismos de repressão e censura do regime militar.

Em 29 de agosto de 1968, começou mais uma das invasões policiais-militares da UnB. Nesse dia, o líder estudantil Honestino Guimarães, um dos estudantes que a polícia buscava capturar para cumprir mandados de prisão preventiva, foi arrastado para fora da sede da FEUB, preso e submetido a violentos interrogatórios. Foi solto dias depois; consciente de que era bastante visado pela repressão, Honestino entrou para a clandestinidade.

O capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo, vice-reitor da UnB desde 1968, tornou-se Reitor em 1976; pouco depois, ordenou a demolição do *Barracão*.

Em 2013, ex-estudantes da UnB da década de 60 homenagearam a luta de resistência contra a ditadura, descerrando uma placa alusiva no local em que funcionou a FEUB, atualmente transformado em estacionamento.

Biblioteca Central (BCE)

Antes de ocupar o prédio em que funciona hoje, construído entre 1970 e 1973, a Biblioteca originalmente localizava-se em um dos galpões de Serviços Gerais construídos nos anos 60, o **SG-12**, próximo à via L2 norte (projetado em 1962 por João Filgueira Lima, o Lelé; construído entre 1964 e 1965). Na tarde de 20 de abril de 1967, uma quinta-feira, cumprindo agenda diplomática, o embaixador norte-americano John Tuthill procedeu à entrega de 4.000 livros doados pelos EUA à UnB (Coleção John F. Kennedy), em solenidade bastante policiada. Depois de feita a entrega, o embaixador deixou o saguão; uma porta metálica foi fechada e os estudantes, que estavam no local manifestando seu protesto contra o apoio norte-americano à ditadura, foram imediatamente presos, alguns dos quais feridos pela violenta repressão ali desencadeada.

Teatro de Arena (“Teatro da Minoria”)

Esse espaço aberto, situado entre a Biblioteca Central e o ICC, tem capacidade para cerca de 3.000 pessoas, embora em momentos especiais, como em 1977 ou 1982, tenha abrigado muito mais gente. Nos principais momentos de mobilização da universidade, foi o palco de memoráveis assembleias e outras atividades, como peças de teatro e apresentações musicais. Durante o intenso ano de 1977, os estudantes entraram em greve contra severas punições impostas pelo reitor Azevedo contra o movimento estudantil. À imprensa, o reitor afirmara que se tratava de agitação de uma minoria e que a massa estudantil era contrária ao movimento. Os estudantes, em assembleia, decidiram nomear o Teatro de Arena como Teatro da Minoria, que, por esses dias, esteve sempre lotado. Muitos dos depoentes à CATMV-UnB, como Arlete Sampaio, Érika Kokay e Beto Almeida, deram emocionados testemunhos sobre esse espaço.

Reitoria (nova)

Construída de 1972 a 1975, a nova sede da Reitoria, além de seguir abrigando a AJU e a ASI, também foi palco de numerosas manifestações políticas estudantis e de professores em oposição à administração do físico e Capitão-de-Mar-e-Guerra José Carlos de Almeida Azevedo (Vice-Reitor entre 1968 e 1976 e, depois, Reitor por dois mandatos, de 1976 a 1985).

Em maio de 1977, apesar dos rigores do ainda vigente AI-5, para lá se dirigiu uma grande passeata estudantil, em protesto contra a punição de colegas e pela volta da democracia. No Arquivo Nacional, em Brasília, entre a documentação preservada da ASI-UnB, encontram-se numerosas fotografias dessa e de outras manifestações relativas à “greve de 77”, captadas por potentes máquinas fotográficas, desde as janelas desse prédio. Muitos dos jovens identificados nessas fotos foram expulsos após processo sumário. O impacto causado pela greve de estudantes da UnB em 1977 foi sentido em várias partes do país, sinalizando um processo de reestruturação do movimento estudantil e de outros movimentos de oposição que então começam a voltar à cena política nacional, lutando pela anistia, pelo respeito aos direitos humanos e pelo fim da ditadura.

Em meados de 1984, a antessala do Gabinete do Reitor Azevedo passou vários dias ocupada por estudantes, três dos quais em greve de fome, e centenas de outros manifestando solidariedade e apoio a estes, pela adoção de eleições diretas para a escolha democrática do mandatário da universidade. Ainda que a greve de fome tenha sido encerrada sem que o pleito tivesse sido vitorioso naquela oportunidade, o forte simbolismo do ato deu visibilidade à mobilização política da sociedade civil visando superar o autoritarismo que marcou a UnB e o país por mais de duas décadas. No período pós-ditadura, a Reitoria seguiu sendo alvo de

manifestações (inclusive novas ocupações pelos estudantes, em 2005, 2008, 2009 e 2011).

Quadra de Basquete

Entre o Pavilhão Multiuso I, o Instituto de Artes (IdA) e a Faculdade de Educação (FE), há uma quadra esportiva descoberta, com piso de cimento e cercada por alambrado. A então chamada *Quadra de Basquete* foi utilizada pelas tropas policiais e militares que, em 1968 e, novamente, em 1977, invadiram e ocuparam a UnB, como espaço para detenção e triagem de estudantes que, sob insultos, à ponta de baionetas, mãos trançadas sobre a nuca, para lá eram conduzidos. Em 1968, alguns desses estudantes, após passarem por tais detenções, foram encaminhados para instalações repressivas fora do *campus*, para interrogatórios que, não raro, incluíram práticas de tortura.

Restaurante Universitário (OCA 1 – antigo e prédio do R.U. novo).

Um dos espaços de grande frequência diária na universidade, o *R.U.* ou *Bandejão* foi sempre palco de reuniões, assembleias, panfletagens e manifestações políticas, bem como espaço de socialização e de atividades culturais e artísticas. Por esse motivo, foi também um dos espaços mais vigiados pela repressão.

ICA-FAU

Em 1968, o conjunto Instituto Central de Artes-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (ICA-FAU), que ocupava um dos pavilhões, o CEPLAN, foi sacudido por seguidas manifestações de protesto estudantil contra a insuficiente qualidade e quantidade de professores dos cursos oferecidos, em parte devido à demissão (ou saída sob protesto contra arbitrariedades) de muitos docentes entre 1964 e 1965 e a lenta e politicamente seletiva reposição de quadros. Nas palavras da ex-estudante Betty Almeida, "os estudantes ocuparam os prédios, entupiram as fechaduras das portas com cola-tudo e colocaram as plaquinhas com os nomes dos professores nos banheiros. O conjunto de prédios ficou todo pichado com 'Fora, Picaretas!'."

Instituto Central de Ciências (ICC)

A edificação baixa e extensa desenhada por Oscar Niemeyer e construída de 1963 a 1971, composta de dois blocos paralelos de três pavimentos (subsolo, térreo e mezanino) com uma faixa ajardinada entre os blocos, há muito é carinhosamente chamada de *Minhocão*. Compõe-se de dois trechos retos (alas sul e norte) e um arqueado (centro), com duas praças entre os três segmentos, onde estão os acessos principais. Esse espaço privilegiado da UnB foi palco de um sem número de episódios marcantes, de assembleias e passeatas de estudantes e professores a invasões policiais e militares, tiros e prisões de opositores, sem contar os eventos de maior duração histórica, processos como a oscilante e intrincada organização do movimento estudantil, ou o controle e a vigilância estabelecidos pelo regime ditatorial. Por seus corredores transitaram estudantes, professores e funcionários submetidos ao intenso controle e vigilância do sistema repressivo, bem como alguns que participavam desse sistema como informantes, delatores ou mesmo servidores de órgãos da repressão infiltrados no ambiente acadêmico.

Já em 9 de abril de 1964, no imediato pós-golpe, é registrada a primeira invasão do *campus* da UnB, do ICC inclusive, por forças policiais e militares, daí resultando a prisão de estudantes e professores. Os presos, detidos provisoriamente no Teatro Nacional ainda em obras, são posteriormente encarcerados no Quartel da Polícia Militar. No ano seguinte, mais de 200 professores (cerca de 70% do total) demitem-se

voluntariamente da Universidade, após a ocorrência de novas prisões e demissões de professores, com claro viés político; o projeto original vanguardista da UnB, liderado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, passara a ser violentamente combatido pela nova ordem.

O ano de 1968 em Brasília começa com intensa atividade estudantil, considerada pelas autoridades pura agitação subversiva, fazendo-se presente não só na Universidade como em vários pontos da cidade, como a Avenida W3 Sul e a Rua da Igrejinha. No dia 29 de agosto, sob pretexto de apoiar o cumprimento de mandados de prisão contra 7 estudantes (Honestino Guimarães, Lenine Bueno Monteiro, Mauro Burlamaqui, Nilson Curado, Paulo Sérgio Cassis, Paulo Speller e Samuel Babá) ocorre nova invasão policial e militar na UnB. Vale lembrar: nesse ano já havia ocorrido o assassinato do estudante Edson Luís pela repressão policial e, em reação a isso, a "Passeata dos Cem Mil", ambos no Rio de Janeiro, bem como o "Maio Francês" e a irrupção de manifestações da juventude mundo a fora. Nesse dia, durante a invasão, o estudante Waldemar Alves é baleado na cabeça; os estudantes Mauro Burlamaqui e Samuel Babá escondem-se no subsolo do Minhocão e conseguem evadir-se por entre os vãos e tubulações do prédio ainda em obras. Entre os presos pela polícia política nessa ocasião estava o então presidente da já ilegal Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) e líder estudantil Honestino Guimarães, que, dessa vez, foi solto dias depois. Porém, em outubro de 1973, já na clandestinidade, teria sido novamente capturado pela repressão e é, hoje, dado como desaparecido político.

Com o endurecimento brutal do regime militar, advindo do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e toda a legislação repressiva que o seguiu (notadamente, no âmbito universitário, o Decreto-Lei nº 477/69), o movimento estudantil entra em franco refluxo, em face da perseguição policial, das conhecidas mas veladas práticas de tortura e dos desaparecimentos forçados. Somente a partir da segunda metade da década de 70 esse movimento consegue, aos poucos, retomar suas atividades.

Em 1977, uma nova grande invasão policial e militar tem lugar na UnB, após a crescente mobilização que se registra contra a punição de algumas lideranças e as severas restrições impostas à organização da representação discente. Nessa época, a cúpula do regime militar, que sinalizara uma abertura política ("lenta, gradual e segura"), enfrenta sérias dissensões internas, batendo-se contra segmentos civis e militares postulantes de um ainda maior endurecimento do trato com as oposições (embora as organizações oposicionistas que optaram pela luta armada já tivessem sido destroçadas havia anos). Numerosas assembleias e manifestações estudantis precedem a greve estudantil que paralisaria por três meses a Universidade naquele ano, e continuam a ocorrer durante a greve, à revelia do recesso acadêmico imposto pelo Reitor Azevedo para dissolver o movimento. Vários estudantes já haviam sido punidos com suspensão, jubilamento ou mesmo expulsão ainda em 1976, quando da retomada da luta pela representação estudantil autônoma. A crise de 1977 elevou em muito tais punições.

Entre os espaços que integram o ICC, cabe apontar alguns que, por suas peculiaridades, merecem o devido registro histórico:

- **Anfiteatro 9 (ANF-9).** Auditório de cerca de 220 assentos, localizado no térreo do bloco B da Ala Sul do ICC. Abrigou, ao longo do tempo, inúmeras reuniões e assembleias estudantis e de professores, para debate e deliberação dos respectivos movimentos. Durante a ditadura, era submetido a intensa vigilância política, que resultava, não raro, em punições aos envolvidos, incluindo sua expulsão. No Fundo ASI-UnB, hoje sob custódia do Arquivo Nacional em Brasília, encontram-se vários relatórios de funcionários do Serviço de Proteção ao Patrimônio

(SPP) à Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ou ao Decanato de Assuntos Comunitários reportando detalhadamente os eventos ali transcorridos, incluindo nomes de participantes e seu grau de participação. Arlete Sampaio, em seu depoimento à CATMV-UnB, refere-se a uma assembleia, ali realizada em 1977, que durou apenas a primeira intervenção da primeira oradora, que apenas consultou os presentes sobre o que a assembleia geral dos estudantes havia deliberado dias antes: se houvesse punição, haveria paralisação. Ante à sonora confirmação coletiva à pergunta, a assembleia durou muito pouco mais, e os estudantes se levantaram e partiram em passeata etc.

- **Sala [dos estudantes] da Medicina**. Espaço conquistado pelos estudantes de Medicina, junto ao seu Departamento, em meados dos anos 1970, essa sala no subsolo da Ala Sul era usada por alunos para leitura de jornais, revistas e livros, convivência, reuniões e, a despeito das proibições e ameaças, para sua organização política. Por ali passaram lideranças do movimento estudantil e, posteriormente, sindical e político-partidário, em âmbito local e nacional, como os então estudantes Maria José Conceição *Maninha*, Arlete Sampaio, Arlindo Chinaglia e outros.

- **"Ceubinho" (Entrada Norte/Centro do ICC)**. Espaço de passagem e de convívio de estudantes, foi palco de várias manifestações contestatórias e assembleias estudantis ao longo do tempo, abrigando também festas, *happenings* e outras atividades lúdicas ou artísticas. Durante o ano de 1976, foi usado como espaço para o *Bandejinha*, manifestação organizada por estudantes para, na forma de um boicote ao Restaurante Universitário (*Bandejão*), protestar contra o preço da refeição, oferecendo sanduíches de ovo e salsicha preparados pelos próprios estudantes.

- **DCE Livre Honestino Guimarães**. Espaço ocupado no ICC Sul, no início dos anos 1980, para a implantação do Diretório Central dos Estudantes, como forma autônoma de organização e luta dos estudantes, à revelia do formato de Diretório Universitário tolerado pela administração para a participação (em limites rígidos e controlados) das representações estudantis. O nome de Honestino Guimarães foi dado em homenagem àquele que foi a principal referência em termos de liderança no âmbito do movimento estudantil dos primeiros anos da UnB, com expressão nacional (foi eleito presidente da UNE no início dos anos 1970, já na clandestinidade), anistiado político *post mortem*, constante da lista de mortos e desaparecidos políticos.

- Antes de ocupar o espaço em que se encontra hoje em dia, a representação estudantil ocupava um pequeno prédio próximo ao Serviço de Proteção ao Patrimônio em 1978. Nesse ano, alguns estudantes estavam no carro parado no estacionamento, ouvindo música no rádio, quando casualmente ouviram uma transmissão radiofônica de conversas que logo identificaram como de colegas na sala do D.U. (Diretório Universitário, entidade que antecedeu o DCE). Imediatamente alertaram os estudantes que estavam sendo alvo da escuta clandestina e, após breve busca no local, foi encontrado um equipamento radiotransmissor oculto no forro do teto. O caso, noticiado na imprensa, foi objeto de sindicância pela administração da Universidade, mas, para além das especificações técnicas da aparelhagem, nada de concreto chegou a ser apurado, restando arquivado o processo sem identificação dos responsáveis pela espionagem.

- **Centros Acadêmicos (C.A.)**. Salas ou espaços ocupados por estudantes para a organização do seu movimento no âmbito dos respectivos cursos, a partir de fins dos anos 70 e início dos 80.

Em alguns desses espaços, além das tradicionais assembleias e reuniões estudantis, ocorreram festas noturnas bastante disputadas pela juventude da cidade, atraída por bandas como Aborto Elétrico, da qual se originaram Legião Urbana e Capital Inicial. A título de exemplo, mencione-se o Centro Acadêmico de História – Sérgio Barreira, localizado no subsolo do extremo norte da Ala Norte (área conhecida como "as catacumbas"), cujo processo de ocupação do espaço em que está até hoje deu-se em 1981, tendo sido montada uma biblioteca na área contígua à sala da diretoria em 1982. O CAHIS, em sua organização colegiada a partir de meados dos anos 1980, chegou a abrigar uma tentativa de articulação nacional dos estudantes de História, por meio do Serviço de Informação e Documentação dos Centros Acadêmicos de História (SIDOCAH), experiência que foi o embrião do Projeto Memória do Movimento Estudantil Universitário – PROMEMEU: rico acervo voltado à preservação da memória e à prática, por estudantes, de organização e tratamento da documentação produzida por entidades locais, regionais e nacionais do movimento estudantil, o qual, mais tarde, foi incorporado ao Centro de Documentação da universidade (CEDOC-UnB).

- **Espaços alternativos de sociabilidade:** frequentados por alguns estudantes como forma de transgredir a rígida disciplina da administração Azevedo e, eventualmente, para o consumo recreativo de vegetais fora da lei: **Teto do *Minhocão***. Área situada sobre a laje superior do ICC, de acesso relativamente fácil – bastando, para tanto, contar com o apoio de uma cadeira escolar ou o auxílio de outro colega –, que permite uma bela visão panorâmica do *campus*,); **Bambuzal** (fundos da Faculdade de Arquitetura, na Ala Norte do ICC); **Gramados** espalhados pelo *campus*, nos quais os estudantes se sentavam para relaxar e, como se dizia nos anos 1960, cursar as disciplinas "Grama I", "Grama II" etc.

II.3 - Tortura no DF

Denúncias de tortura em Brasília nos depoimentos colhidos pela CATMV-UnB

LUGAR	Vítima/Denunciante	Data dos fatos	Data do depoimento	Breves observações.
PIC/BPEB (Exército)	Mª José da Conceição Maninha	Início dos anos 70	Audiência Pública 21/10/2013	Militante AP; grávida, perdeu bebê; junto com Euclides Pireneus e Ivonete Santiago.
	Paulo Speller	1969	Audiência Pública de 5/7/2013	Junto com Lenine; lá estava quando o local foi modernizado para tortura.
	Romário Schettino	15/6 a 10/7/1973	Audiência Pública 21/5/2013 e depoimento escrito "Plano Brasília" (2014)	Sequestro, 25 dias 'sumido', espancamentos, violência sexual, choques elétricos, ameaças.
	Paulo Fonteles	1969	Blog Ditadura Verdades Omitidas, post.2011, Texto de 78	Sala dos Sargentos: espancamentos; depois: nudez, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos; nomes de torturadores(*1)

DGI/DOPS (Polícia Federal)	Cláudio Almeida	1968	Depoimento escrito 23/03/2015; Correio Braziliense, 20/10/2013	Descreve as práticas de tortura e celas DOPS na garagem do prédio em que hoje é IPEA (SBS)
	Alduísio Moreira	1968 (antes do AI-5)	Correio da Manhã, 03/9/1968; livro; depoimento reservado CATMV 2013.	Tortura psicológica (fuzilamentos simulados, fotos de vítimas torturadas, gritos à noite); fortes sequelas psíquicas; houve denúncia no Parlamento (dep. Erasmo Martins Pedro, com prontuário médico)
	Gilson Dantas Santana	1970	10/10/2014	Tortura física e psicológica. Caso Maria Regina Peixoto: cartas-denúncia e panfletos do movimento estudantil: BR_DFANBSB_AA1_0_CMD_019, pgs 3, 7, 22-23, 25/34); consta do BNM ('Conseqs'), relatório médico. 17/6/70, HDB; péssimo estado físico e psicológico, descrito detalhadamente.
LUGAR	**Vítima/Denunciante**	**Data dos fatos**	**Data do depoimento**	**Breves observações**
Sede(s) de Ministério(s)	Romário Schettino	1973	Audiência Pública / depoimento escrito	Identificou as inconfundíveis persianas verdes
	Mª Jose Conceição Maninha	1973	Audiência Pública 21/10/2013	Levados juntos ao Ministério do Exército sem capuz.
	Helio Doyle	1973	Audiência Pública 23/08/2013	
	Paulo Fonteles	16/10/1969	(texto 1978, no blog)	Junto com a esposa Hecilda, grávida de 5 meses; Levado à garagem do Ministério do Exército depois escada de madeira até o 2º andar (DOI-CODI tinha conj salas ali); nomes de torturadores (*2); privação sono, interrogatórios contínuos, por horas, andar em círculos, mover cabeça, se parar é espancado; sob holofote luz azul; acordado dos desmaios com amoníaco; tortura psicológica. (mostravam Hecilda apanhando; ameaças ao nascituro, telegramas falsos sobre morte/enfarte dos pais)

2ª DP Asa Norte	João Dominguez Pereira	1983	Depoimento escrito	Levado de manifestação no CEUB; vítima de violências sexuais em cela comum por 12 horas seguidas; sequelas: sífilis, hipertensão, depressão

(*1) delegado (PF) Deusdeth; do Exército: Sgts Ribeiro, Vasconcelos, Arthur, CBs Torrezan, Jamiro, Martins, SDs Ismael e Almir.
(*2) Gen Antônio Bandeira, Cel Azambuja, Mj Andrade Neto, Cap Magalhães, Cap Menezes, "Dr. Cláudio" (do RJ, especialista em ação popular-AP)
(*Obs: traços comuns: estudantes, todos muito jovens (cerca de 20-22 anos); de capuz todo o tempo, exceto Maninha e Helio Doyle no Ministério do Exército e João Domingues*)

PARTE II.3: VIDAS

Desaparecidos políticos da Universidade de Brasília (UnB)

O desaparecimento forçado constitui uma das mais graves violações a direitos humanos existente. Segundo as normativas internacionais, trata-se de uma violação complexa aos direitos humanos em razão da multiplicidade de bens jurídicos afetados: o desaparecimento atinge, a um só tempo, o direito de não ser privado arbitrariamente de liberdade; o direito à dignidade; o direito de não receber tratamento desumano, cruel ou tortura; o direito à vida; o direito à família; o direito à liberdade de expressão e liberdade de expressão religiosa; a proibição geral de discriminação arbitrária e o direito de proteção sob o Estado de Direito.[199]

A prática de desaparecimento se desdobra em diversas etapas: tem início com a privação de liberdade, seguida da morte, decorrente das torturas sofridas ou por execução, e da ocultação do cadáver, bem como a sonegação de informações sobre a sorte e o paradeiro da vítima. O crime de desaparecimento caracteriza-se, ainda, pelo seu caráter permanente ou continuado, uma vez que não cessa até que o paradeiro da vítima tenha sido localizado e seus restos mortais plenamente identificados. Para além de atingir a própria pessoa desaparecida, as famílias também são vítimas do crime de desaparecimento forçado, uma vez que sofrem diretamente a negativa de informações pelo Estado e são privadas do direito de enterrar seus entes queridos.

199 SCOVAZZI, Túlio; CITRONI, Gabriella. The struggle against enforced disappearance and the 2007 United Nations Convention. Leiden; Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

Para além dessa configuração jurídica, é importante destacar que a prática do desaparecimento forçado foi empregada pelos regimes totalitários e autoritários do século XX, e particularmente disseminada entre as ditaduras latino-americanas, como uma estratégia de enfrentamento da oposição política. Ao desaparecer com opositores políticos, o Estado repressor difunde o medo, primordialmente entre as famílias e os grupos próximos à pessoa desaparecida, mas também entre a comunidade política de modo geral, que recebe uma mensagem de alerta sobre o que acontece com aqueles que se opõem ao regime. [200] Ou seja, a prática de desaparecimento busca criar um efeito de dissuasão geral: não se restringe, portanto, à eliminação de um único adversário político, mas constitui uma forma mais ampla de implantação do terror, de dominação e de controle social.

A prática de desaparecimento se caracteriza, ainda, por combinar uma política de eliminação física dos opositores a uma política de sigilo oficial, o que garante a sua eficácia como estratégia repressiva. O Estado busca ocultar os crimes praticados e garantir, com isso, a impunidade de seus perpetradores, por meio da sonegação de informações e da eliminação dos rastros sobre o que aconteceu com as vítimas. Nesse sentido, de acordo com a Anistia Internacional, o desaparecimento forçado constitui "uma política onde o governo procura alcançar a máxima capacidade repressiva com um mínimo de responsabilidade"[201].

Três estudantes da Universidade de Brasília (UnB) foram vítimas do crime de desaparecimento forçado praticado pela ditadura militar brasileira, sendo eles: Paulo de Tarso Celestino da Silva, Honestino

200 BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p. 86.

201 AMINISTÍA INTERNACIONAL. Desapariciones forzadas y homicídios políticos. La crisis de lis derechos humanos em los noventa. Manual para la acción. Madrid: Editorial Amnistía Inernacional, 1994. p. 291/286 (tradução livre).

Monteiro Guimarães e Ieda Santos Delgado. Em memória deles, a CATMV-UnB considerou importante dedicar uma seção do seu relatório para tratar não apenas das circunstâncias em que foram desaparecidos e das investigações nesse sentido, mas também das vidas de cada um, particularmente da vivência política e acadêmica que tiveram na UnB, buscando aproveitar não só os resultados das pesquisas documentais, mas também os relatos colhidos de depoentes que foram contemporâneos, colegas e amigos desses três ex-alunos da UnB que, orgulhosamente, fazem parte da sua história.

Paulo de Tarso Celestino da Silva (1944-1971)

Paulo de Tarso Celestino da Silva era natural de Morrinhos (GO), onde nasceu no dia 26 de maio de 1944, filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. Ele concluiu o curso de Humanidades no Colégio Universitário da Universidade Federal de Goiás (GO) em 1962, ocasião em que foi escolhido pelos colegas como orador da turma. Na sequência, Paulo de Tarso ingressou no curso de direito na Universidade de Brasília (UnB), tendo se formado em 1967, com 23 anos. No ano seguinte, em outubro de 1968, viajou para a Itália e depois seguiu para Cuba, de onde, no ano seguinte, voltou para o Brasil.





PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA
(Foto tirada quando estudante).



PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA
(Foto tirada em Set 68)

Durante seus estudos na UnB, Paulo de Tarso iniciou sua militância política por meio da participação no movimento estudantil. Em 1965, ele exerceu o cargo de vice-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Na condição de Presidente em Exercício da FEUB, no dia 29 de setembro de 1965, Paulo de Tarso enviou um ofício ao reitor Laerte Ramos de Carvalho, no qual comunicou as deliberações tomadas pelos estudantes em Assembleia Geral em face da saída imposta do professor Roberto de Las Casas. A primeira resolução comunicada pelo ofício era:

> 1 – Enviar nota oficial à imprensa denunciando os atentados que ora são perpetrados contra a autonomia da nossa Universidade, em virtude da decisão do Sr. Ministro da Educação de impedir que o professor Roberto de Las Casas e a funcionária Edna Sóter de Oliveira permaneçam na UnB, por motivos de natureza política e ideológica, sob ordens militares, segundo nos declarou.

Na sequência, o ofício afirmava que, para os estudantes, a saída do professor Roberto de Las Casas sem audiência do Conselho Departamental ao qual ele estava vinculado quebrava o compromisso prévio assumido pelo reitor com professores e alunos. Informava, ainda, que os estudantes consideravam "um atentado à autonomia da Universidade de Brasília a saída de qualquer professor, funcionário ou aluno, sob quaisquer pretextos, por motivos de natureza político-ideológica". Por fim, advertia:

> Que os estudantes não querem intranquilizar a UnB, porém se reservam o direito de tomarem as atitudes que julgarem oportunas, em defesa da Universidade e em resposta às provocações, de objetivos suspeitos, contra esta Universidade, provindas do MEC.

O ofício foi assinado por Paulo de Tarso como "Paulo de Tarso Celestin**a** da Silva". Embora não seja possível afirmar que foi proposital, o emprego do feminino chama atenção e deixa em aberto um possível sentido político por trás desse uso.

A determinação de regresso ao MEC do professor Las Casas e da funcionária Edna Soter, que estavam à disposição da Fundação Universidade de Brasília (FUB), foi, como já visto, um dos fatores determinantes da crise vivida pela UnB em outubro de 1965 e que resultou na demissão coletiva de mais de 80% do seu corpo docente.[202] O ofício demonstra a reação firme dos estudantes em defesa da autonomia universitária e em reprovação a perseguições políticas dentro da universidade. Por outro lado, um parecer elaborado a pedido da Reitoria, possivelmente pela sua assessoria jurídica, deslegitimou a atuação da FEUB por violar as vedações impostas pela Lei Suplicy (Lei 4.464/64), que proibia qualquer manifestação política por parte das entidades estudantis, que deveriam se ater ao "fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes", nos termos do artigo 18 da referida lei (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_AA1_0_ MPL_0005).

Esse episódio marca a passagem de Paulo de Tarso pela FEUB em 1965, e ele continuou, a partir daí, com forte articulação dentro do movimento estudantil na UnB. Segundo prontuário do Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal, em agosto de 1966, Paulo de Tarso era "o principal cabeça intelectual de todas as greves e agitações dentro da UnB" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_47580 _72). Ele se engajou ativamente nas manifestações estudantis organizadas no mês de setembro de 1966, que envolveram passeatas, comícios, panfletagens, etc, e ganhou destaque dos órgãos de informação como orador em reuniões e assembleias. Segundo anotado em ficha do SNI, nos seus pronunciamentos, Paulo de Tarso "concitava estudantes à 'luta pela liberdade e contra a ditadura'" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_30213_70).

Em razão da sua participação, especificamente, nas manifestações do dia 21 de setembro de 1966, que culminaram na depredação da Casa Thomas Jefferson, onde se localizava a embaixada norte-americana, Paulo de Tarso foi indiciado no Inquérito Policial Militar encabeçado pelo coronel Zaldir de Lima para apurar o ocorrido. A primeira denúncia apresentada não foi recebida pela justiça militar, uma vez que foi considerada inepta pelo STF em setembro de 1967. Somente em novembro de 1969, a Auditoria Militar aceitou a segunda denúncia, que acusava Paulo de Tarso e outros quatro estudantes por crime contra a segurança nacional. No dia 7 de abril de 1972, quando já estava morto, Paulo de Tarso foi condenado a 1 ano de prisão pela prática do crime previsto no art. 19, §1º da Lei 1.802/53[203].

Paulo de Tarso também foi acusado de organizar e comandar, junto com Honestino e outros alunos, em abril de 1967, a passeata dos Calouros da UnB "que portavam cartazes e faixas com ofensas aos costumes e autoridades constituídas" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_47580_72). No mesmo mês, ele foi preso por ocasião das manifestações organizadas pelos estudantes contra o embaixador dos Estados Unidos, que tinha ido à Biblioteca da UnB fazer uma doação de

202 Ver o capítulo deste Relatório sobre a crise da UnB em 1965.

203 O dispositivo previa o seguinte: "Art. 19. Convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sôbre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada, observado sempre o disposto no art. 141, § 11, da Constituição. Pena: - detenção de 6 a 18 meses. § 1º Para os efeitos dêste artigo, a autoridade policial discriminará, anualmente, os lugares para as reuniões públicas, a céu aberto, não podendo alterar essa indicação senão por motivo grave superveniente".

livros. Na repressão contra o ato, muitos estudantes foram detidos dentro da própria biblioteca, onde apanharam da polícia, e alguns foram presos.

Já formado em direito, em 1968, Paulo de Tarso advogou em Goiânia (GO) e também escrevia artigos para alguns veículos de imprensa, como o Jornal *O Social*. Mesmo tendo saído da UnB, os órgãos de informação registraram que Paulo de Tarso "teve destacada atuação nos movimentos estudantis de esquerda" em Brasília, no ano de 1968 (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_30213_70). Além da militância política propriamente dita, Paulo de Tarso atuou na defesa de colegas que estavam sendo perseguidos, dentro e fora da universidade, prestando a eles serviços jurídicos. Assim, ele representou Honestino e outros estudantes que responderam sindicância relacionada ao caso da expulsão de Román Blanco da UnB. Também foi advogado de Honestino e outros sete colegas com prisões preventivas decretadas pela Auditoria da 4ª Região Militar, em agosto de 1968. Nesses casos, Paulo de Tarso trabalhou junto com o advogado José Luiz Clerot na impetração de pedidos de *habeas corpus* para libertar os alunos detidos por ocasião da invasão da UnB em 29 de agosto. Inclusive, como será visto adiante, foi a partir da concessão de um desses *habeas corpus* que Honestino conseguiu sair da prisão no final de outubro.

Em depoimento prestado à CATMV-UnB, Jarbas Marques, ex-preso político e militante, relatou que conviveu com Paulo de Tarso desde a infância e que os dois vivenciaram juntos a política no estado de Goiás. Jarbas também relembrou o fato de Paulo de Tarso ter advogado para diversos alunos da UnB, inclusive para ele mesmo, quando esteve preso em Juiz de Fora.

Em razão da sua atuação política, Paulo de Tarso teve seu nome incluído em uma listagem do SNI de "Elementos que não devem exercer o magistério". Esse documento, datado do dia 8 de janeiro de 1969, informava "que os elementos abaixo relacionados, universitários e ex-universitários de Brasília, pelas suas implicações de caráter subversivo, estão sem condições de exercer o magistério, face ao risco de os seus educandos serem expostos à sua influência ideologicamente perniciosa anti-revolucionária" (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB _AA1_0_INF_ 0037). Percebe-se, assim, que, para além das formas mais evidentes de punição, como as prisões arbitrárias, violentas e abusivas, a repressão política também violou direitos como a liberdade de trabalho, ao impor privações ou restrições de ordem profissional como essa que atingiu Paulo de Tarso e tantos outros.

A participação política de Paulo de Tarso ultrapassou o movimento estudantil, e ele também militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira liderada por Carlos Marighella que surgiu a partir do "racha" do PCB em 1967. Como integrante da ALN, cumprindo parte do seu treinamento, Paulo de Tarso viajou para Cuba em 1969 para realizar um curso de guerrilha.[204] A essa altura, ele já era alvo de forte monitoramento pelos órgãos de informação, que sabiam com quem ele mantinha contato e para onde se deslocava. Também em 1969, Paulo de Tarso foi indiciado em IPM instaurado pela 11ª Região Militar para apurar atividades da "Ala Marighella" no DF e em Goiás. Em março de 1971, o Conselho Permanente de Justiça da 11ª Região Militar condenou Paulo de Tarso como revel à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão. No mês seguinte, foi expedido mandado de prisão em seu nome solicitando a sua captura, que ocorreria no mês de julho.

A partir da morte de Joaquim Câmara Ferreira, Paulo de Tarso tinha assumido uma posição de destaque dentro da ALN, sendo conhecido

204 Em informação confidencial do CENIMAR, constam dados sobre o "Curso de guerrilha rural e urbana" realizado por um grupo de 25 pessoas da ALN, com duração de 6 meses (julho/1969 a janeiro/1970), bem como a identificação dos militantes que fizeram o treinamento (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_30217_70).

pelo codinome "Vovô". Segundo organograma montado pelos órgãos de segurança, ele integrou, no comando da ALN, a II Coordenação Provisória (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_ DFANBSB_AT0_0069_0007, p. 45)[205]. Considerando a alegação do ex-coronel Paulo Malhães, importante figura do Centro de Informações do Exército (CIE), de que a política de desaparecimento foi planejada para atingir os "cabeças" das organizações, é possível pensar o caso de Paulo de Tarso dentro dessa lógica repressiva de eliminação e desaparecimento das lideranças. Nesse sentido, Jarbas Marques afirmou, em seu relato à CATMV-UnB, que Paulo de Tarso "caiu" no Rio de Janeiro e que estava marcado para morrer. Destaca-se, ainda, sobre o cerco da repressão, a Informação da Agência do SNI de Goiânia, que registra, em 11 de junho de 1971, que "as autoridades militares estão no encalço do epigrafado [Paulo de Tarso] para o prender" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AGO_ACE_4712_83).

No dia 12 de julho de 1971, Paulo de Tarso foi preso no Rio de Janeiro junto com Heleny Ferreira Telles Guariba, militante da VPR, por agentes do DOI-CODI do I Exército. Ele estava com 27 anos de idade e se encontra desaparecido desde então. Nos primeiros dias de agosto, o pai de Paulo de Tarso, Pedro Celestino, recebeu por telefone a notícia sobre a prisão do filho[206] e percorreu todos os órgãos de segurança no Rio de Janeiro e em São Paulo em sua busca. Ele era advogado e tinha sido deputado federal pelo MDB/GO, cassado pelo AI-5, com a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos. Não tendo obtido notícias sobre o paradeiro de Paulo de Tarso, Pedro Celestino escreveu para autoridades públicas, fez interpelações judiciais e recorreu a órgãos e entidades, como a OAB, para tentar encontrar o filho. Apesar de todos os esforços, a prisão de Paulo de Tarso nunca foi sequer admitida oficialmente pelos órgãos de segurança. Pedro Celestino chegou denunciar a prisão do filho à justiça militar, na condição de seu defensor, no âmbito do processo que acusava Paulo de Tarso pelas manifestações estudantis que resultaram na depredação da Casa Thomas Jefferson em setembro de 1966. Nenhuma providência, no entanto, foi tomada pela Auditoria Militar da 11ª Região Militar, que também indeferiu o pedido de Pedro Celestino para sustar o julgamento de Paulo de Tarso porque estaria preso (Brasil Nunca Mais Digital, BNM 623, p. 859).

Por resolução de seu Conselho, a OAB, seção Brasília, assumiu a incumbência de localizar o paradeiro de Paulo de Tarso, que era afiliado da entidade, assim como seu pai. A OAB/DF obteve, do Ministério do Exército, a informação de que Paulo de Tarso tinha sido preso por autoridades militares e entregue à Polícia Federal, de modo que apenas o Ministério da Justiça poderia prestar esclarecimentos sobre a sua localização. Assim, em dezembro de 1971, o presidente da OAB/DF denunciou o caso de Paulo de Tarso, detido ilegalmente há cinco meses, ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. O ministro respondeu, no entanto, que não tinha informações para ajudar na busca. Diante da negativa, a OAB/DF, na pessoa do seu presidente Moacir Belchior, enviou ofício ao presidente da República, em janeiro de 1972, na tentativa de obter informações sobre o destino de Paulo de Tarso, que estaria preso, em lugar incerto e à disposição da Justiça Militar. Nesse ofício, a OAB/DF relatou a informação que tinha sido obtida do Exército anteriormente e denunciou o silêncio do Ministério da Justiça:

> No Ministério do Exército, através do seu chefe de gabinete, esta Ordem obteve informação de que Paulo de Tarso for a preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal e que, somente no

205 Segundo Informação confidencial do CENIMAR, com a morte de Joaquim Câmara Ferreira, em 23 de outubro de 1970, "a ALN eleva Paulo de Tarso Celestino da Silva, que havia feito curso em CUBA em 1969, para Comandante Nacional da ALN" (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0069_0007, p. 31).

206 CABRAL, Reinaldo; LAPA; Ronaldo (org.). Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção; Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ, 1979. p. 207.

> Ministério da Justiça, se poderia colher esclarecimentos neste sentido.
>
> Decorridos mais de 30 dias da denúncia ao ministro da Justiça, seu chefe de gabinete informou, em 26 deste, à Ordem que nada podia esclarecer acerca do paradeiro desse jovem advogado.
>
> Esta Ordem tem razões para preocupar-se com o silêncio do Ministério da Justiça a respeito do destino do advogado Paulo de Tarso e está temerosa pela sua integridade física, já que são decorridos mais de seis meses do seu desaparecimento. (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_45372_72, pp. 1-3)

A Anistia Internacional também dirigiu cartas ao presidente general Emílio Garrastazu Médici com pedidos de informação sobre o paradeiro de Paulo de Tarso, que ficaram, no entanto, sem resposta, por orientação deliberada do próprio governo, que alegava que a entidade "tem servido à campanha de difamação contra o país" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_45372_72, p. 11). Apesar das reiteradas negativas e silêncios das autoridades, o pai de Paulo de Tarso continou na luta pela busca do seu paradeiro. Já em 1974, Pedro Celestino escreveu ao general Golbery o seu "apelo extremo":

> Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência, rogando fazer chegar ao presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extra judiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país (...) para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte, mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana (*Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 168).

No dia 6 de fevereiro de 1975, pressionado pelas volumosas denúncias de desaparecimento dirigidas às autoridades públicas e divulgadas na imprensa, o então ministro da Justiça Armando Falcão veiculou uma nota oficial sobre os casos de 27 pessoas apontadas como desaparecidas.[207] Segundo os dados divulgados e apoiados, supostamente, em registros dos órgãos de segurança e de informações, as pessoas desaparecidas estariam, de modo geral, em liberdade, foragidas, com destino ignorado ou vivendo na clandestinidade. Sobre Paulo de Tarso, em particular, a nota informava que ele era militante de organização terrorista e o seu destino era ignorado (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_SEC_115283_78_002). Em reação às informações repassadas pelo ministro sobre o seu filho, o pai de Paulo de Tarso divulgou uma carta aberta no *Jornal do Brasil* e em outros órgãos de imprensa, expressando a sua indignação:

> a gravidade maior suscitada nesta contradita prende-se à afirmação de que o destino do meu filho é ignorado. Enquanto esta notícia nos era dada pessoalmente na extensa e penosa peregrinação que minha esposa e eu fazíamos por esse Brasil afora, num esforço liliputiano, desde os presídios civis, militares, Ministérios Militares,

207 O pronunciamento do Ministro da Justiça se referiu às seguintes pessoas desaparecidas: Caiuby Alves de Castro, David Capistrano da Costa, Eduardo Collier Filho, Fernando Augusto Fiuza de Melo, Honestino Monteiro Guimarães, Humberto Albuquerque Câmara Neto, Issami Nakamura Okano, João Batista Rita Pereda, João Massena de Melo, Joaquim Pires Cerveira, Luiz Inácio Maranhão Filho, Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz, Maria Margarida da Rocha Melo, Maria Nilde Mascelani, Messias de Araújo Pires, Paulo Israel Singer, Paulo Stuart Wright, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Rui Frazão Soares, Tomás Antônio da Silva Meireles, Valter de Souza Ribeiro, Wilson Silva, José Roman, Ana Rosa Kucinski, Ieda dos Santos Delgado e Fernando Antônio da Silva Meireles Neto.

> Justiça de todos os níveis e competências até altas autoridades da Presidência da República, entendia que a sonegação estivesse sendo feita por determinados escalões de certos setores e que as autoridades solicitadas continuariam a busca reclamada.
>
> Agora, entretanto, o esclarecimento foi prestado à Nação, que sabe – a negação de franquias individuais a um cidadão põe em risco toda a comunidade. (*Jornal do Brasil*, 15/2/75, "Pai de desaparecido pede ao Ministro da Justiça para não encerrar o caso").

A carta prosseguia dizendo que as informações fornecidas pelo Ministro contradiziam aquelas prestadas pelo Ministério do Exército à OAB-DF em 1971, quando o chefe de gabinete informou que Paulo de Tarso Celestino tinha sido preso por autoridades militares e entregue à Polícia Federal. Por isso o seu pai se recusava "a aceitar pura e simplesmente um argumento de autoridade".

Em outubro de 1975, 35 presos políticos recolhidos no Barro Branco, presídio político de São Paulo, foram signatários da *Carta ao Presidente do Conselho Federal da OAB*, apelidada "Bagulhão", contendo uma denúncia coletiva das violações aos direitos humanos perpetradas pela ditadura brasileira. Os presos denunciaram casos de 16 mortos ou mutilados pelas torturas e 19 desaparecidos políticos, entre os quais Paulo de Tarso (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_5771_80_001, p. 39)[208].

O conhecimento das circunstâncias da morte e desaparecimento de Paulo de Tarso apenas avançou a partir do depoimento de Inês Etienne, única sobrevivente da Casa da Morte, a respeito dos três meses em que ficou detida neste centro clandestino mantido pelo CIE na cidade de Petrópolis (RJ). Inês escreveu um relatório, datado de 18 de setembro de 1971 e entregue ao Conselho Federal da OAB em 5 de setembro de 1979, quando ela também deu seu testemunho. Esses registros foram centrais para se levantar informações sobre a Casa da Morte e seu funcionamento, bem como sobre as vítimas que foram levadas para lá. Em seu relato, Inês aponta Paulo de Tarso entre os militantes que estiveram na Casa em julho de 1971. Ela narra que Paulo de Tarso foi torturado por 48 horas e que participaram de suas torturas os oficiais Freddie Perdigão Pereira ("doutor Roberto"), Rubens Paim Sampaio ("doutor Teixeira") e "doutor Guilherme", e os agentes Rubens Gomes Carneiro (o "Laecato" ou "BoaMorte"), Ubirajara Ribeiro de Souza ("Zé Gomes") e Antônio Waneir Pinheiro de Lima ("Camarão"). Inês fornece, ainda, detalhes sobre as torturas sofridas pelo ex-aluno da UnB: "Colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma quantidade grande de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d'água"[209].

208 Com base nas denúncias, o presidente do Conselho Federal da OAB – Caio Mário da Silva Pereira – encaminhou uma representação ao Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva, em 26 de novembro de 1975, pedindo a tomada de providências. Como esperado, as denúncias não desencadearam nenhuma investigação ou apuração de responsabilidades. Depois de encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, o documento foi enviado ao Procurador Geral da República e ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, que, depois de despachá-lo ao SNI, determinou seu arquivamento.

209 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Tomo I, p. 541. O depoimento de Inês Etienne está disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf . Acesso em 10 abr. 2015.

Documentos oficiais dos órgãos de repressão contêm informações adicionais que podem ajudar a precisar da data da morte de Paulo de Tarso, como explicado pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

> Em setembro de 1975, em comunicação feita com a Agência Central, a Agência São Paulo do SNI remeteu à matriz a quinta e última "relação de elementos que possuem registros como pertencentes ao PCB". À frente do nome de Paulo de Tarso, consta a seguinte informação: "24 Jul 71 – GB". O mesmo padrão de informação consta na frente de quase todos os nomes que preenchem as quatro folhas da lista. Analisando-se um a um, percebe-se que vários deles referem-se a mortos e desaparecidos do regime militar. Complementarmente, nota-se que a data e o local indicados na frente dos nomes coincidem exata ou praticamente com a data e o local de desaparecimento ou morte dos arrolados. Sendo assim, conclui-se que os dados que aparecem na sequência do nome de Paulo de Tarso podem indicar o registro da data e do local de sua morte.

A passagem e morte de Paulo de Tarso na Casa da Morte são corroboradas, ainda, por uma Informação do CIE, do dia 6 de dezembro de 1971, que registra que documentos falsos pertencentes a Paulo de Tarso teriam sido entregues na Delegacia Regional de Petrópolis por uma prostituta. Eis o teor do documento:

> 1. Êste Centro difunde, em anexo, cópia de documentação levada ao Delegado Regional de PETRÓPOLIS por uma prostituta, e que foi encontrada no interior de uma lata de talco em um prostíbulo de JUIZ DE FORA/MG.
>
> 2. As fotografias das carteiras de identidade encontradas pertencem ao terrorista, da ALN, PAULO DE TARSO CELESTINO FILHO.
>
> 3. O espêlho da Carteira do "Ministério da Guerra" é falso e, embora existindo a pessoa de GERALDO FRANCO, os dados de qualificação da mesma não coincidem com os verdadeiros.

Todo esse conjunto de provas, apoiado principalmente no depoimento de Inês Etienne, indica Paulo de Tarso como uma das vítimas da Casa da Morte de Petrópolis. Antes de ser levado para esse centro, é provável que o militante tenha passado por outros órgãos repressivos após sua captura. Nesse sentido, o ex-médico Amílcar Lobo afirmou, em reportagem da Revista *Isto É* ("Longe do Ponto Final"), de outubro de 1987, que se lembra de ter atendido Paulo de Tarso no DOI-CODI/I, no Rio de Janeiro.

O corpo de Paulo de Tarso nunca foi encontrado. Alguns agentes da repressão forneceram indicações distintas e contraditórias sobre os métodos empregados para se desaparecer com os corpos. Em resumo, três "técnicas" de ocultação de cadáver foram destacadas pelo Relatório da CNV: i) o lançamento dos corpos no mar ou em rios após a descaraterização da vítima, com apoio no depoimento prestado pelo ex-coronel Paulo Malhães; ii) a incineração dos corpos em uma usina de açúcar localizada em Campo dos Goytacazes (RJ), segundo informações prestadas pelo ex-delegado Cláudio Guerra; iii) o esquartejamento dos corpos e sepultamento espalhado das partes, de acordo com o ex-sargento Marival Chaves. Para além das divergências, é necessário

analisar com cuidado as afirmações dos agentes, que misturam, em regra, estratégias de contrainformação.

Em 1995, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a sua responsabilidade pelo desaparecimento de Paulo de Tarso, por meio da edição da Lei 9.140/95, que instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). O nome de Paulo de Tarso integra o Anexo I da lei, que lista 136 desaparecidos que foram automaticamente reconhecidos pelo Estado como mortos pela ditadura militar. A irmã de Paulo de Tarso, Gilka Maria Celestino da Silva, apresentou requerimento de reparação à CEMDP, o qual foi deferido em junho de 1996 (Processo nº 151/96). Em homenagem a Paulo de Tarso, seu nome foi atribuído a um dos prédios chamados "Mascs", ou Módulos de Apoio e Serviços Comunitários, inaugurados em maio de 2012. No Rio de Janeiro, também houve a denominação de ruas em sua memória.

Honestino Monteiro Guimarães (1947-1973)

Honestino Monteiro Guimarães nasceu no dia 28 de março de 1947, em Itaberaí, pequena cidade do interior de Goiás. Filho de Maria Rosa Leite Monteiro e Benedito Monteiro Guimarães, Honestino tinha dois irmãos – Norton e Luiz Carlos – e passou a infância também na companhia de muitos primos e primas. Em 1960, a família mudou-se para Brasília, capital recém-inaugurada, onde Honestino estudou no Centro de Ensino Médio Elefante Branco e, posteriormente, no ano de 1964, cursou o Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM), conhecido pela sua proposta pedagógica inovadora. Como se recordam familiares e colegas, Honestino se destacava como um aluno inteligente e dedicado aos estudos. Além disso, ele demonstrava desde cedo sensibilidade para os problemas sociais e para a luta por justiça social e liberdade, como revelam alguns versos seus, escritos em novembro de 1965:

As asas se abriram
de par em par
os cantos subiram
todos a ruflar

Soaram gritos
Troaram canhões
e gritaram aflitos
todos os patrões.

Grilhões quebrados
e um gesto de amor
de braços libertados
do seu amargor

Nasceram flores,
fez-se nova lida,
e todos amores
encheram-se de vida.

E veio o amor geral
dos homens, que então
como em um trigal
cantaram uma só canção.

A canção do vento
e da liberdade
do fim do tormento
da desigualdade

> As asas refloram
> de par em par
> e os cantos subiram
> todos a ruflar.
>
> 13.11.65
>
> (Arquivo Nacional, ASI-UnB, BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0035_d0001de0001)

Embora sua militância tenha se iniciado de fato na universidade, é possível antecipar o envolvimento politico de Honestino ainda como estudante secundarista: segundo relato de Álvaro Lins, registrado em 1992, Honestino deixou pronto o estatuto do grêmio do CIEM, que passou a desempenhar um papel de destaque na mobilização estudantil secundarista dentro do Distrito Federal.[210]

Em 1965, com 17 anos de idade, Honestino ingressou no curso de geologia da Universidade de Brasília (UnB), tendo obtido o primeiro lugar geral do vestibular. Começou a militar no movimento estudantil e ingressou na Ação Popular (AP), organização ligada à esquerda católica que tinha forte presença no meio universitário. Honestino era um aluno aplicado e estudioso, como relata sua mãe, ao contar sobre as noites que passava devorando livros, reunido com os colegas e envolto em discussões. Os colegas também ressaltam o conhecimento aprofundado que Honestino tinha sobre o seu objeto de estudo, a geologia: segundo Pedro Wilson, Honestino "era um cara extremamente dedicado à Geologia, conhecia profundamente a questão mineral no Brasil" (In: MONTEIRO, 1998, p. 68).

210 Entrevista à Maria Coeli, cedida por ela à CATMV-UnB.

Sua experiência dentro da universidade foi marcada, desde o início, pelo intenso envolvimento nos debates e manifestações coletivas dos estudantes, o que contribuiu para fortalecer sua consciência política e social e seu sentimento de revolta contra a ditadura instaurada no país. No "Mandado de Segurança Popular" escrito em 1973, Honestino falou sobre a sua vivência na UnB, destacando o contato com uma nova proposta de educação de cunho democratizante, que tinha sido golpeada pela intervenção militar:

> As lições fundamentais do primeiro ano de vida universitária ficaram indeléveis. O terrorismo cultural vivido particularmente e a resistência a ele de professores, alunos e funcionários. Uma concepção nova de ensino, ainda em caráter experimental, voltado para os reais problemas de nossa terra e nosso povo, com métodos democráticos – não paternalistas e autoritários não expositivos e magistrais. A existência já efetiva de um real diálogo entre professor e aluno, sem a distância que o sistema catedrático colocava. Depois a imagem de tudo isso calcado por uma bota militar. A demissão coletiva de quase todos os professores e a parada por vários meses e o vazio do reinício. (In: MONTEIRO, 1998, p. 184)

As palavras de Honestino, em 1973, mostram as profundas marcas gravadas pela UnB em sua subjetividade e permitem inferir como essa vivência dentro da universidade foi central para a sua formação e trajetória política.

Honestino se projetou em pouco tempo como uma liderança estudantil de peso em Brasília: foi presidente do Diretório Acadêmico de Geologia da UnB, vice-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), entre fevereiro e outubro de 1966 e, um ano depois,

em outubro de 1967, durante uma de suas prisões e mesmo sem se candidatar, foi eleito presidente da FEUB. Colegas que conviveram com Honestino no espaço da militância política ressaltam sempre o seu carisma, sua capacidade de agregar as pessoas, o seu compromisso e entrega à luta. Segundo Betty Almeida, amiga e biógrafa de Honestino, em audiência realizada pela Comissão Rubens Paiva, de São Paulo, "Honestino Monteiro Guimarães foi um desses militantes que se entregou de corpo e alma nessa luta revolucionária". Também a esse respeito, em depoimento prestado à CATMV em fevereiro de 2015, Euclides Pireneus falou sobre a postura democrática e corajosa de Honestino:

> Honestino era muito dado, confiante e corajoso. Participava de manifestações que não queria fazer, mas que tinham sido submetidas às assembleias e que havia perdido na votação. Isto em respeito às decisões democráticas. Acontecia que muitos dos que decidiam nem iam às manifestações. Lembro-me de que em algumas assembleias perdíamos e mesmo assim comparecíamos. Num dos cercos à UnB na Avenida W3 Sul corríamos de um lugar para outro evitando a repressão militar e Honestino sempre esteve presente. Ele tinha necessidade de não ter medo, mesmo sabendo que o cerco existia e estavam ali para pegá-lo. (Depoimento de Euclides Pirineus à CATMV em janeiro de 2015)

Em seu depoimento à CATMV-UnB em 17/10/2014, Felipe Lindoso, ex-aluno da UnB, também reforçou o carisma e a amabilidade de Honestino. Segundo Felipe Lindoso, Honestino era capaz de fazer articulações, de agregar as pessoas e de dar ao movimento estudantil na UnB, e à FEUB, um sentido e uma direção unitária.

Para além do engajamento político, os relatos colhidos pela CATMV-UnB mostram Honestino como um jovem muito alegre, carismático e comunicativo. Em seu depoimento, Isaura Botelho, que foi sua companheira, destacou: "Ao lado de um compromisso 24 horas por dia que o Gui tinha com a Revolução, ele era 24 horas por dia uma pessoa extremamente generosa e bem-humorada". Também nesse sentido é o depoimento de Betty Almeida:

> Ele era uma pessoa carismática, cativante, afetuosa. Todo mundo gostava dele. Na UnB tinha estudantes de direita que faziam segurança para ele dentro da universidade, em passeatas.
>
> Ele era uma pessoa de quem todo mundo gostava. Se ele chegasse numa assembleia e dissesse vamos sair todos e nos jogar nesse precipício, o pessoal saía e se jogava com ele, porque ele tinha uma sinceridade natural, um entusiasmo. Era uma pessoa ardente, apaixonada. Ele nunca quis sair do país. Ele poderia ter saído, acho que até devesse, mas ele não queria. Ele dizia que se todo mundo saísse não ia sobrar ninguém e ele ficaria até o último dia da vida dele.

Honestino adorava futebol e era um torcedor fanático do Vasco. Isaura também contou que, nas ocasiões em que esteve preso, Honestino organizava bolões de futebol e tentava convencer a todos a se tornarem vascaínos. Por conta desse lado brincalhão, Honestino recebeu o apelido de Fradinho, personagem de Henfil, uma vez que, como relatou Isaura: "a coisa que ele mais gostava na vida era pregar peças nas pessoas". Ao mesmo tempo, Honestino também é lembrado como um jovem muito envolvente e namorador: segundo Álvaro Lins, ele era um "paquerador incorrigível".

No embate com a ditadura, tendo se tornado um dos militantes mais visados pela repressão política, Honestino foi perseguido, indiciado em inúmeros inquéritos policiais militares (IPMs) e preso diversas vezes por atividades como a participação em protestos e assembleias estudantis, distribuição de panfletos e pichação de muros.

A primeira prisão de Honestino ocorreu em fevereiro de 1966, por ter participado, junto com outros estudantes, da paralisação das aulas que estavam sendo realizadas por fura-greves. A greve articulada pelos estudantes reagia à crise política vivida na UnB em 1965, que tinha resultado na demissão coletiva de 80% do corpo docente como resposta às medidas repressivas adotadas pela reitoria.[211] Nessa ocasião, Honestino ficou preso na Divisão Geral de Investigações (DGI) da Polícia Federal sob o mando do coronel Lincoln Gomes de Almeida, conhecido agente indicado em listas de torturadores.

Em setembro de 1966, Honestino foi um dos líderes das passeatas estudantis organizadas em solidariedade aos estudantes de outros estados que tinham sido alvo da violência policial empregada para reprimir as manifestações da "setembrada"[212]. Como consequência, foi indiciado em IPM instaurado na 11ª Região Militar e conduzido pelo coronel Zaldir de Lima para apurar essas manifestações estudantis que teriam culminado na depredação da Casa Thomas Jefferson, com a retirada de uma bandeira do Brasil do seu interior, no dia 21 de setembro (Brasil Nunca Mais Digital, BNM 623).

211 Para mais informações, ver o capítulo deste Relatório sobre a crise política na UnB em 1965.

212 Ficou conhecida como "setembrada" a série de protestos e manifestações de rua organizadas pelo movimento estudantil em diversas capitais do país contra as medidas autoritárias do governo e, em particular, contra a eleição de Costa e Silva para a presidência. O dia 22 de setembro foi conclamado como "Dia Nacional de Protesto". A polícia reagiu com enorme violência à oposição dos estudantes, culminando, no Rio de Janeiro, no chamado "massacre da praia vermelha".

Honestino sofreu outra prisão no início de 1967 por conta de pichações feitas na avenida W3. Para os órgãos de informação, segundo consta em prontuário do 10º Batalhão de Caçadores, do I Exército, 11ª RM, as pichações feitas por Honestino em prédios e logradouros públicos com "dizeres subversivos" faziam parte de um "plano nacional de agitação estudantil" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AGO_ACE_4061_ 83_002, pp. 53-57). Em abril de 1967, Honestino foi novamente preso quando participava das manifestações contra o embaixador norte-americano, que estava sendo recebido na Biblioteca da UnB para fazer uma doação de livros. Esse episódio, como narrado em outras partes deste Relatório, resultou na retenção de diversos estudantes dentro da biblioteca, onde foram espancados pela polícia, e alguns seguiram presos.[213]

Ainda em 1967, no mês de setembro, acusado de participar de organização clandestina, a Ação Popular (AP), Honestino foi preso pela quarta vez. Essa prisão ocorreu no âmbito de um IPM instaurado para investigar as atividades da AP em Goiás e em Brasília, que deveria apurar uma suposta tentativa de organização de um "movimento subversivo" que teria como base o município de Itauçu (GO). Honestino foi interrogado pelo encarregado do IPM, o coronel Paulo Antunes de Souza, no dia 14 de setembro, no Quartel do 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos e Antiaéreos (Brasil Nunca Mais Digital, BNM 15, fls. 194-198). Foi durante essa prisão, que se alongou até meados de outubro, que Honestino foi eleito presidente da FEUB, embora não tivesse se candidatado ao cargo.

Enquanto estava preso, Honestino escreveu uma carta ao pai, de 12/10/1967, em que relatava, entre outras coisas, a sua postura diante da violência sofrida nos interrogatórios:

213 Ver o capítulo deste Relatório sobre a resistência e repressão na UnB em 1967.

> Fui pressionado e ameaçado mas, por preço algum eu renegaria as minhas convicções e menos ainda por intimidações. Também por nada eu trairia meus companheiros e colegas. Lembrei-me do senhor nos meus depoimentos – isto porque me mantive digno e honrado durante o tempo todo. As violências que cometeram contra mim atingiram muito mais aqueles que são instrumentos e não sabem que o são. A estes policiais, como homens, dedico pena, mas como instrumento de repressão, dedico o meu ódio consequente, não a eles, mas às instituições que defendem. Por isso não há sentido pensar em agir individualmente contra estes agentes, o que tem a fazer é procurar derrotar a sua base, é liquidar com este mundo de exploração do homem, é construir o socialismo, é Fazer a Revolução. Porque só ela libertará todos os Pais Joãos. Neste momento, meu Pai, tenho nítida a via que devo seguir – será difícil eu sei, mas, pelo menos, já tenho um pouco de amadurecimento que me faz ver as coisas sem muito romantismo – não pararei, é certo, mas também não farei sacrifícios inúteis. (In: MONTEIRO, 1998, p. 130)

Essas convicções guiaram a trajetória de Honestino ao longo do ano de 1968, que ficou marcado pelo fortalecimento da mobilização estudantil e seu protagonismo na organização de movimentos de massa de resistência à ditadura. Como presidente da FEUB, Honestino manteve uma atuação combativa tanto em relação aos assuntos internos da UnB como em oposição à situação política nacional. Particularmente, as medidas tomadas pelo regime ditatorial no campo da educação, desde a lei Suplicy aprovada em 1964, que tolhia o direito de associação dos estudantes, até os Acordos MEC-USAID, que selavam a ingerência norte-americana no sistema educacional brasileiro, incluindo propostas de instituição de taxas no ensino superior, causavam enorme insatisfação e revolta entre os estudantes.

A morte do estudante secundarista Edson Luís pela ação das forças policiais que reprimiam uma manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, foi o estopim que deflagrou uma série de protestos estudantis em todo o país. Era o dia do aniversário de Honestino, que completava 21 anos e estava celebrando com a família e amigos quando recebeu a notícia da morte do estudante. Honestino interrompeu a comemoração e seguiu para a Câmara dos Deputados, onde acompanhou os discursos proferidos em reação ao episódio. No dia seguinte, articulou a mobilização dos estudantes, que declararam a UnB como "Território Livre" e se reuniram em Assembleia Geral, da qual tomaram parte, inclusive, deputados federais. Em uma das mesas de trabalho foi estendida uma bandeira do Vietcong, fato que recebeu enorme atenção dos órgãos de segurança, que enfatizaram, em informes sobre o episódio, a presença da bandeira, bem como o envolvimento de Honestino no ato. No mesmo dia 29 de março, foi organizada uma grande passeata em protesto contra a morte de Edson Luís, que resultou na quebra de palanques que tinham sido armados para a comemoração do "aniversário da Revolução", no dia 31, e Honestino foi apontado como um de seus mentores.

No dia 2 de abril de 1968, um ato da Reitoria determinou o fechamento da sede da FEUB, sendo seguido por outro ato que proibia a realização de reuniões no *campus* da UnB, inclusive dos órgãos de representação estudantil. Não obstante, Honestino ignorou a decisão e manteve a FEUB aberta e em funcionamento, desenvolvendo as suas atividades normais, o que foi considerado como um desacato e desrespeito à autoridade do reitor.

Honestino também assumiu o confronto político com a Reitoria da UnB contra a presença, na universidade, do professor Ricardo Román Blanco, conhecido apoiador do regime e delator de opositores, inclusive de estudantes. No dia 20 de abril de 1968, Honestino enviou uma carta ao reitor Caio Benjamin Dias com pedido de exoneração de Román Blanco, conforme decisão tomada em Assembleia Geral dos estudantes. Apontava, na carta, atitudes do professor que eram "negativas e incompatíveis com o meio universitário", como ter fechado a porta da biblioteca por ocasião do massacre policial de abril de 1967 e ter delatado colegas durante a passeata no dia 29 de março, ressaltando, ainda, que Román Blanco era "totalmente desqualificado para lecionar em uma universidade". Pedia, assim, que fossem tomadas providências em relação ao professor, ou os próprios alunos se encarregariam de tomá-las (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_ AA1_0_ MPL_0012_ d0001de0001, p. 1).

Diante da inércia da Reitoria, a FEUB conclamou os estudantes a cumprir a decisão tomada em Assembleia de expulsar o professor. Segundo nota divulgada, "O afastamento do Sr. Roman Blanco é uma medida de defesa, de nossa segurança e da autonomia do campus universitário, além da integridade cultural da UnB, pois os fatos abaixo atestam que êle, além de agir policialmente [ilegível] representa do ponto de vista cultural". Assim, os estudantes se mobilizaram e, no dia 6 de junho de 1968, organizaram ações contrárias à presença de Román Blanco na universidade, incluindo a retirada de objetos e pertences da sua sala de trabalho e residência, localizada na Colina. Em reação, a Reitoria determinou a abertura de uma sindicância para apurar o ocorrido, e Honestino foi acusado de ter liderado o grupo de estudantes que teria praticado "hostilidades" contra o professor Román Blanco e tentado expulsá-lo "de forma arbitrária" do *campus*, chegando inclusive a "despejá-lo temporariamente" da sua residência (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFAN BSB_AA1_0_ AGR_ 0188_d0001de0001). Os resultados da sindicância decidiram o destino de Honestino na UnB, como será apontado adiante.

Na presidência da FEUB, Honestino também demandou à Reitoria que devolvesse os objetos e pertences que foram retirados de estudantes e funcionários – ou indenizasse os prejuízos correspondentes – durante a invasão do campus no dia 23 de junho de 1968 por forças policiais que tinham sido acionadas pelo reitor (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_AA1_0_ADA_0026_d0001de0001, p. 25). Como esperado, no entanto, o parecer da Procuradoria Jurídica da FUB isentou o reitor de responsabilidade pelo ocorrido, entendendo que agiu no cumprimento do dever legal ao convocar as forças policiais para restabelecer a ordem e a disciplina no *campus* (pp. 28-34).

Pouco tempo depois, Honestino foi indiciado em outro inquérito, instaurado no Batalhão da Polícia do Exército em 08/08/1968, para apurar o episódio conhecido como o "sequestro do Pêra Dourada", ocorrido em 12 de julho daquele ano, o qual diz respeito ao suposto sequestro, detenção e interrogatório do agente policial Edrovano Guimarães Gutierrez por estudantes que identificaram o agente, que estava a paisana no campus da UnB, e posteriormente o soltaram em troca de outros alunos que tinham sido presos. O Ministério Público Militar denunciou Honestino e outros estudantes pela prática de crime contra a segurança nacional, capitulado no artigo 25 do Decreto-Lei 314/1967.[214] Processada a acusação, a sentença da Auditoria da 11ª Região Militar condenou Honestino a 2 anos de prisão, em 9 março de 1972 (Brasil Nunca Mais Digital, BNM 5).

214 Esse dispositivo prevê como crime a seguinte conduta: "Art. 25. Praticar massacre, devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem ou terrorismo; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais administrados pelo Estado ou mediante concessão ou autorização: Pena - reclusão, de 2 a 6 anos. Parágrafo único. É punível a tentativa, inclusive os atos preparatórios, como delitos autônomos, sempre com redução da têrça parte da pena."

Honestino foi indiciado em diversos outros inquéritos, respondeu à revelia a processos penais perante a justiça militar e sofreu condenações, em regra relacionadas à prática de delitos de opinião e de associação. As acusações diziam respeito à sua atuação como líder estudantil e militante político, inclusive porque Honestino era contrário à estratégia da luta armada. Em seu "Mandado de Segurança Popular", Honestino afirmava:

> não participei jamais dessas ações militares e sempre as critique e condenei. Sequer sou acusado disso pelas mentes férteis de invenções dos aparelhos repressivos. Mas refute a acusação de 'terrorista', uma vez que os verdadeiros terroristas estão no poder, e usam do terror para aí se manter (In: MONTEIRO, 1998, p. 186).

Em um dos processos, que respondia junto com Paulo Speller, José Antônio Prates e Lenine Bueno Monteiro, Honestino foi condenado, em 1972, a pena de 19 anos de prisão, o que demonstra a enorme fúria persecutória movida contra ele (Arquivo Nacional, Fundo DPF, BR_AN_BSB_ZD _012019). Esse desvirtuamento da justiça empregada como um braço da repressão política foi bem observado pelo próprio Honestino no mesmo texto:

> Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzido a justiça em nosso país. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de exceção – os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. (In: MONTEIRO, 1998, p. 185)

No mês de agosto de 1968, portanto, Honestino estava na mira do aparato repressivo, dentro e fora da universidade, por conta da sua liderança no movimento estudantil, respondendo a inquéritos e sindicâncias pela organização dos protestos a partir da morte de Edson Luis e especificamente pelos episódios envolvendo Román Blanco e o agente "Pêra Dourada". Ao mesmo tempo, seguia na articulação política: também em agosto, foram realizadas reuniões de preparação para o XXX Congresso da UNE, e Honestino recebeu e organizou assembleias com o também líder estudantil Luiz Travassos, que tinha vindo a Brasília para participar das reuniões e discussões.

Enquanto atravessava esse período de forte turbulência por conta da militância política, Honestino também viveu um fato marcante na sua vida pessoal: o casamento com Isaura Botelho, realizado no dia 9 de agosto de 1968. Em razão das perseguições que estava sofrendo, Honestino se casou por procuração, tendo sido representado pelo pai. Isaura conta que o amigo Luis Alfonso levou Honestino para a fazenda de um tio, onde ela foi encontrá-lo após a celebração. O fato de ser impedido de estar presente no próprio casamento demonstra as formas mais sutis, mas não menos perversas, com que a ação repressiva afeta a vida das pessoas por ela atingidas.

Pouco tempo depois, no final de agosto de 1968, ocorreu a penúltima prisão de Honestino, por ocasião da invasão do *campus* da UnB. No dia 15 de agosto, o coronel Murilo Rodrigues de Sousa, encarregado do IPM instaurado para apurar a atuação do movimento estudantil no Distrito Federal, tendo em vista especialmente as manifestações de protesto contra a morte do estudante Edson Luís, informou ao reitor que a Auditoria

da 4ª Região Militar havia decretado a prisão preventiva de Honestino e de outros sete estudantes. Pediu, por isso, para ser notificado quando os estudantes estivessem dentro do *campus* universitário e para receber as informações acadêmicas de cada um (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_AA1_0_ADA_ 0026_d0001de0001, pp. 17-19). Consta no mesmo documento que esse ofício foi respondido pela FUB no dia 28 de agosto de 1968, e, no dia seguinte, o cumprimento da ordem de prisão contra Honestino foi o pretexto para a invasão militar da UnB.

As forças policiais entraram na Universidade e prenderam Honestino na frente de colegas e sob intensa pancadaria. O protesto dos estudantes foi usado oficialmente como justificativa para a truculência daquela operação. Nesse sentido, o Cel. Murilo de Souza afirmaria nos autos do IPM que Honestino tinha resistido à prisão e que os demais alunos reagiram com pedras, paus e, inclusive, armas de fogo supostamente empunhadas contra os policiais, que precisaram de chamar reforço para controlar a situação (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_6469_80).

Preso no dia 29 de agosto, Honestino foi levado para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília, onde foi extremamente torturado. Em depoimento prestado à Comissão Rubens Paiva de São Paulo, Cláudio Almeida, também membro da CATMV-UnB, relatou o encontro que teve com Honestino na prisão. Cláudio Almeida era estudante de economia na UnB, também militante da AP e amigo de Honestino, e tinha sido, como ele, preso no dia da invasão. Os dois foram colocados frente a frente, como contou Cláudio:

> E eu fui levado num certo momento, me colocaram, fizeram uma acareação com Honestino. Honestino estava totalmente desfigurado. Ele apanhou demais e o coronel falava: olha o amigo de vocês, o que sobrou dele, não vale nada. Ele estava todo sujo. Eles queriam que Honestino dissesse sobre minha participação na AP. E Honestino não falava nada.
>
> E tinha uma vasilha de água e eles enfiavam a cabeça de Honestino várias vezes. (…)
>
> Colocaram Honestino na minha frente e ele foi afogado várias vezes. Eu imaginava qual é o limite que o ser humano suporta, mas acho que Honestino ultrapassava a dignidade, a amizade, porque era humanamente impossível suportar o que ele estava passando, fora os choques, fora as pancadas, fora outras coisas.
>
> (Depoimento de Cláudio Almeida, Audiência Comissão Rubens Paiva)

Em depoimento escrito entregue à CATMV-UnB, Cláudio Almeida narrou com detalhes essa acareação com Honestino:

> Em alguns instantes, surgiu HONESTINO, totalmente destruído. Suas roupas estavam rasgadas e ensanguentadas. Seu rosto, muito claro, tinha uma vermelhidão provocada pela violência a que vinha sendo submetido. Ele estava sem óculos, mas percebi que não conseguia me enxergar, estando sustentado por dois homens fortes. Vi ali um menino, de menos de vinte anos, estupidamente agredido, em todos os sentidos. Pensei: ali se encontrava uma criatura digna, sadia, bonita, brilhante, que havia sido aprovada em primeiro lugar no vestibular para a Universidade de Brasília, ingressando no curso de geologia. O que sobrou dele estava à minha frente. Suas pernas trôpegas, seus braços largados, sua cabeça caída, lem-

brando a figura de Cristo na cruz. Era apenas uma criança nas mãos daqueles bárbaros. (…)

Num certo momento, HONESTINO, levanta um pouco a cabeça e me olha fixamente. Estava ali o retrato do sofrimento, da penúria, do maltrato. Era um ser vivo que estava ali sendo espancado, a troco de uma informação que talvez ele nem tivesse. Mas também sabia que se a conhecesse, jamais passaria a um torturador. Ao se aproximarem dois militares, de patentes de coronel, foi-lhe perguntado se eu fazia parte da Ação Popular. Por ironia do destino, quando ainda secundarista, foi exatamente eu quem o levou para aquele grupo político e, em pouco tempo, ele assumiu uma liderança que lhe custaria a vida. Aos gritos, os militares lhe perguntavam e ele permanecia em total silêncio. Vendo-o sofrer, eu quase o pedia que dissesse a verdade àqueles bandidos, mas ele permaneceu em silêncio. Duas pessoas à paisana trazem um meio tambor com água, onde afundam por alguns minutos a cabeça de HONESTINO. Eles retiravam a cabeça e faziam novas perguntas que pudessem vir a me incriminar; algumas completamente descabidas, mas aquele garoto, apesar de tonto, se negava a fornecer qualquer indicação política minha àqueles inquisidores. É difícil imaginar o tempo em que tudo isso transcorria, tal o pavor, a loucura dos atos, os gritos, a tristeza. Por um instante, suspendem os afogamentos e uma pessoa, presumivelmente um médico, segura o pulso de HONESTINO e diz que está tudo bem. E um dia aquele homem jurou, perante um código de ética médica. Fomos levados para outra sala. HONESTINO não mais demonstrava lucidez. Seu corpo já estava completamente entregue aos brutos.

O relato sensível e emocionado de Cláudio Almeida demonstra, por um lado, a particular crueldade empregada pelos torturadores contra Honestino e, por outro lado, a admirável resistência física e psíquica de Honestino diante da brutal violência a que foi submetido. O IPM foi conduzido pelo Cel. Murilo Rodrigues de Souza, auxiliado pelo Major José Leopoldino e Silva, apontado por Euclides Pireneus, colega e amigo de Honestino, em depoimento à CATMV-UnB no dia 12/3/2015, como quem prendeu o militante. Durante o período dessa última prisão, Honestino foi inquirido e torturado cinco vezes: no dia 30 de agosto, 4 de setembro, 10 de setembro (quando foi acareado com outro estudante da UnB indiciado, Jeblin Antônio Abraão), 14 de outubro e 25 de outubro. O primeiro interrogatório foi apenas no dia 30 de agosto porque, como indicado por Cláudio Almeida, Honestino teria ficado tão machucado no dia anterior, quando foi preso, que não teria condições de depor. O fato de ter sido interrogado tantas vezes indica não só como Honestino era uma figura central aos olhos da repressão, mas também o nível das coações físicas e psicológicas que ele sofreu ao longo dos dois meses de prisão. Ainda que tenham sido manipulados, os depoimentos prestados por Honestino revelam a coragem e resistência já apontadas por seus colegas. Em vários momentos, Honestino chamou para si a responsabilidade pela prática dos atos questionados pelos interrogadores, como aqueles relacionados à redação e divulgação de panfletos e boletins da FEUB. Além disso, Honestino não nomeou colegas que teriam participado desses atos, tendo afirmado, por exemplo, ainda sobre o setor de divulgação da FEUB, que "não pode precisar nomes de seus colaboradores" (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_AAJ_ IPM_0130_d, p. 425). Outra marca dos depoimentos é que Honestino deixa firme a sua posição de esquerda, contrária ao governo ditatorial e de defesa das reivindicações e das lutas populares. Em um trecho, questionado sobre a proposta de união entre estudantes, operários e camponeses, Honestino respondeu com afiada ironia, provavelmente não percebida pelos interrogadores:

> Perguntado como justifica e qual o objetivo da Aliança – Operária – Estudantil – Camponesa, preconizada por grande número de panfletos distribuídos pela FEUB e bem definida na "Carta Político Programática" do XXIX Congresso Nacional da UNE, também subscrita e redistribuída pela FEUB, onde apareceu textualmente: "A Liberdade do Povo não Pode ser concedida por favor. Terá que ser conquistada na Luta. O fundamental para nós – estudantes – é a integração e o apôio aos Operários e Camponeses, na Luta pela Tomada do Poder". A fôrça fundamental desta Luta é a Aliança entre Operários e Camponeses. **Respondeu que a pergunta já está respondida no próprio contexto em que foi formulada**, mas na sua opinião o Movimento Estudantil tem um papel muito importante na atualidade, qual seja o de denunciar as ações repressivas sôbre o Movimento Estudantil e sôbre o Povo Brasileiro, bem como a Política Educacional, particularmente, e, a Política salarial do Govêrno e a intervenção imperialista dos Capitais estrangeiros, notadamente o americano, no Brasil; que essa luta travada pelo Movimento Estudantil no seu campo específico, Político-Educacional, é extensiva às outras classes populacionais sob a forma de apôio às suas lutas e reivindicações. (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0130_d, p. 371)

Honestino saiu da prisão no dia 29 de outubro de 1968, por força de um *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal Militar (STM), que versava sobre o excesso de prazo para o recebimento da denúncia em processo relativo aos fatos ocorridos na UnB no dia 29/8/1968. Em julgamento realizado no dia 10 de outubro, o STM determinou a libertação imediata de Honestino (HC 29.691). Antes, porém, de conseguirem a ordem de soltura, os advogados de Honestino – José Luiz Clerot e Paulo de Tarso Celestino – já haviam recorrido ao próprio STM, que tinha negado pedido anterior, e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que iniciou o julgamento do pedido e já reunia o voto de quatro ministros contrários à concessão da ordem, quando a segunda decisão do STM pôs fim à prisão de Honestino e prejudicou a apreciação de mérito (HC 46.059). Embora finalmente concedido o *habeas corpus*, fica nítida a atuação do Poder Judiciário em cumplicidade com o aparato repressivo.[215]

Enquanto estava preso, no mês de setembro, Honestino foi expulso da UnB, quando faltavam apenas dois meses para concluir o curso de Geologia. Sabendo que estava na mira da repressão, Honestino tinha se empenhado para conseguir se formar no tempo mínimo de 3 anos e meio, mas teve também a sua trajetória acadêmica e profissional interrompida pela política repressiva na UnB. A expulsão de Honestino decorreu da sindicância instaurada pela Reitoria para apurar a ação organizada pelos estudantes contra Roman Blanco no dia 6 de junho de 1968. Ao final dos trabalhos, a Comissão de Sindicância entendeu que estava caracterizada a participação e, inclusive, liderança de Honestino nos fatos apurados, enquadrando-o na prática de "ofensas morais ou físicas a qualquer membro do corpo docente no exercício de suas atribuições legais, estatutárias ou regimentais", infração disciplinar prevista no art. 87, IV do Regimento da Universidade e punível com exclusão (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_ DFANBSB_AA1 _0_ AGR_0188_d0001de0001, pp. 34-42). Em nota à imprensa, o Conselho

215 No julgamento do requerimento de anistia política de Honestino perante a Comissão de Anistia do Ministéro da Justiça, o relator, Conselheiro Cristiano Paixão, analisou de forma detida a atuação do STF no habeas corpus 46.056 impetrado em favor de Honestino, apontando como a apreciação do caso pela Corte legitimava a persecução do estudante por meio de um uso seletivo e autoritário do direito. Segundo o Conselheiro, "no caso de Honestino, fica clara a deferência do tribunal à política de segurança nacional então praticada pelo regime militar. (...) no mérito dos votos do relator (Min. Oswaldo Trigueiro) e do Min. Carlos Thompson Flores, a ordem de soltura requerida por José Luiz Clerot em benefício de Honestino Monteiro Guimarães foi negada. Ficou legitimada, portanto, toda a ação persecutória promovida pela Justiça Militar, com o uso de legislação de exceção e com evidentes falhas procedimentais" (Requerimento de Anistia: 2013.01.72431, julgado em 20.9.2013)

Diretor da FUB informou que, em reunião realizada no dia 26 de setembro de 1968, tinha sido deliberada a expulsão de Honestino da Universidade. Por irônica coincidência, a nota registrava que, na mesma reunião, José Carlos de Almeida Azevedo tinha sido eleito vice-reitor da UnB (In: MONTEIRO, 1998, p. 87). Representando Honestino, Paulo de Tarso Celestino chegou a pedir ao reitor cópia do processo, da ata da reunião e do ato que expulsou Honestino, bem como seu currículo escolar, a fim de "instruir ações ou recursos, para a salvaguarda de seus direitos" (Arquivo Nacional, Fundo ASI-UnB, BR_DFANBSB_AA1_0_MPL_0015_d0001de 0001, p. 35). A expulsão, no entanto, foi mantida.

No dia 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que levou ao endurecimento da repressão e à radicalização do uso da violência (sem pudor) pelos órgãos de segurança, que passaram a agir sem constrangimentos, tendo em vista a supressão de garantias que, até então, ainda podiam ser manuseadas, como o *habeas corpus*. Desse modo, a edição do AI-5 indicava que, se fosse preso outra vez, Honestino talvez não permaneceria vivo, o que foi determinante para a sua decisão de sair de Brasília e entrar na clandestinidade. De fato, a caçada a Honestino se tornou evidente de imediato. Sua mãe, Maria Rosa, conta que a casa onde viviam estava sendo vigiada e, no mesmo dia 13, foi invadida por agentes da repressão que buscavam Honestino. Seu irmão, Norton, ainda menor de idade, estava em casa e foi levado pelos agentes, ficando desaparecido por três dias, mantido preso e incomunicável, para o desespero dos pais. O outro irmão, Luiz Carlos, tinha ido para Goiânia por precaução, uma vez que também era perseguido por seu envolvimento com o movimento secundarista (MONTEIRO, 1998, pp. 62-63).

Acompanhado pelo amigo Alduísio Moreira de Souza, também estudante da UnB, Honestino foi inicialmente para Goiânia, onde Isaura os encontrou, com o objetivo de seguirem com destino à São Paulo. Em Goiânia, Honestino recebeu a notícia da morte de seu pai em um acidente de carro, no dia 16 de dezembro. Embora Maria Rosa relate que, naqueles dias, o senhor Monteiro estava profundamente abatido e cansado por conta das noites não dormidas em razão da prisão do filho Norton, o que poderia tê-lo levado a dormir no volante, não se pode deixar de registrar as circunstâncias altamente suspeitas da morte do pai de Honestino. Isso porque, em primeiro lugar, a simulação de acidentes era uma das estratégias da repressão para encobrir a morte de suas vítimas. Em segundo lugar, Honestino era um alvo visado, já tinha sido expedido novo mandado de prisão contra ele, e os órgãos de segurança tentaram utilizar o enterro do pai como isca para prendê-lo novamente. De fato, o enterro do senhor Monteiro foi extremamente vigiado e contou com a presença massiva de policiais à paisana, interessados na captura de Honestino, que ficou, por isso, impossibilitado de comparecer. No entanto, o impulso inicial de Honestino, em profundo sofrimento pela morte do pai, era participar do enterro, e só foi demovido pela interferência dos amigos, da companheira e de familiares. Alduísio, que estava com Honestino em Goiânia, relata como foi o recebimento da notícia, sua dor e desespero, e a necessidade de convencê-lo a não comparecer:

> A gente tava escondido em Goiânia e aconteceu a coisa mais inesperada. Chegou a notícia da morte de seu Benedito que era o pai de Honestino. Honestino tinha uma relação admirável, respeitosa e muito amorosa com o pai dele. Aliás que tinha com ele também um ideal, que ele dizia que era o filho que o Brasil não merecia. E quando chegou a notícia do estranho acidente, eu suponho, agora é uma suposição, mas tenho quase certeza que ele tava dirigindo uma Kombi, e Kombi você sabe que não tem defesa nenhuma na frente, eu suponho que ele foi acidentado. Não que ele se acidentou. Honestino entrou em desespero completo, porque Honestino, como

você sabe melhor do que eu, tinha um apreço pela honradez, e que era uma honradez que ele atribuía muito à transmissão familiar que ele tinha tido, inclusive a partir do pai e da mãe. (…) Então veja, e Honestino pra ele naquele momento era uma questão de honra, de participar do enterro do pai. Não esquecer que poucos dias antes ele tinha casado, casou e quem o representou, pra evitar que a polícia o pegasse, foi o pai dele que o casou com a Isaura por procuração. Então você já tinha essa ausência do casamento, entende que eu sei que ele sentiu muito, parte de não estar presente juntamente com o pai, e de repente o pai morreu. E ele queria ir. Estava lá inclusive o Norton, e quando ele decidiu que ia, eu e ele a gente tinha uma relação de autoridade um com o outro, autoridade vamos dizer amorosa, respeitosa, se ele falasse comigo muito sério eu sabia que eu tinha que seguir aquilo porque era importante, se eu falasse com ele muito sério e bravo ele também sabia que tinha que seguir aquilo porque era importante e a gente queria muito bem um ao outro e respeitava profundamente um ao outro, tanto que a gente era chamado de irmãos siameses, então veja, foi o momento que eu fiz isso, ele tava... Honestino não chorava, ele tremia. Eu peguei ele pelos dois ombros... (…) e sacudia ele, e dei uma ordem pra ele, mas uma ordem muito respeitosa, muito amorosa: eu dizia: nós perdemos seu pai, mas não vamos te perder agora, porque você vê que eu falo isso agora mas eu to absolutamente... porque não é passado, tá aqui ó, disse você não vai, nós não vamos te perder agora, se você for lá você vai ser preso e vai ser morto, como teu pai foi, então meu querido, nesse momento é aqui teu lugar e é chegar até São Paulo, nosso destino atual. (Depoimento prestado em 23 de agosto de 2013 à CATMV-UnB)

O trecho longo, mas precioso, do depoimento de Alduísio transmite de forma muito humana tanto a situação dramática vivida por Honestino naquele momento, como o bonito laço de afeto entre os dois amigos. Honestino, que já tinha sido privado pela ditadura de participar do próprio casamento, agora era privado de participar do enterro do pai, tendo em vista o cemitério ocupado por forças policiais e militares.

A partir de Goiânia, Honestino, Alduísio e Isaura viajaram em caminhão de transporte de gado e passaram por Uberaba (MG), onde ficaram na fazenda do pai de Alduísio. De lá, completaram o longo trajeto para São Paulo, onde Isaura e Honestino começaram a vida na clandestinidade. Isaura relata que, por um período de cerca de um ano, sem a opção de se instalarem em um local fixo, os dois moravam por três dias na casa de algum conhecido, três dias na casa de outro, e assim em diante. Em seu depoimento, Isaura ressaltou o suporte que ela e Honestino receberam de diversas pessoas, com menção especial ao enorme apoio e solidariedade que Honestino teve do amigo José Luiz Machado Lafetá. Isaura também destacou toda a ajuda recebida dos “tios” Luis Emílio e Wanda, que abrigaram ela e Honestino por três meses e, quando ela engravidou, alugaram uma casinha para os dois na atual Vila Madalena, onde eles moraram até a separação.[216] Em junho de 1970, nasceu a filha do casal, a quem deram o nome de Juliana.

A vida na clandestinidade era marcada por privações. Envolvia, em primeiro lugar, as tensões e riscos decorrentes da perseguição política contra Honestino. Maria Rosa narra, por exemplo, a angústia e aflição

216 Em seu depoimento, Isaura também lembrou da ajuda recebida por Rogério Duprat e ressaltou que, se não fosse ele, Honestino teria sido preso antes. Recordou-se ainda do suporte oferecido por Amélia Toledo em sua casa.

vividas por Isaura a cada vez que Honestino saía de casa de manhã, pela incerteza do seu retorno. Em segundo lugar, a vida clandestina trazia também as dificuldades do cotidiano, tendo em vista os apertos financeiros enfrentados e o sofrimento pela distância das pessoas queridas. Sobre esse aspecto, em carta escrita para a família em dezembro de 1972, Honestino dizia: "Sinto não poder com um e outro conversar sobre mil coisas. Posso dizer que estar longe de vocês e do Raiozinho de Luz[217] é a coisa pessoal mais dolorida que essa vida me impõe" (In: MONTEIRO, 1998, p. 162).

No final de 1971, Honestino e Isaura se separaram, tendo ela seguido para o Rio de Janeiro com a filha Juliana[218], enquanto ele permaneceu em São Paulo até o final de 1972, quando também se mudou para o Rio. Honestino seguiu dedicado ao trabalho político na AP e se firmou como liderança estudantil de âmbito nacional ao tornar-se presidente da UNE, tendo presidido o congresso clandestino realizado no Rio de Janeiro em 1971. Também nessa época, houve um grande debate dentro da AP a respeito da incorporação do grupo ao PCdoB, e Honestino alinhou-se aos que se opuseram e seguiram vinculados à organização de origem, que passou a se denominar APML (Ação Popular Marxista-Leninista).

Em depoimento entregue à Comissão Rubens Paiva, de São Paulo, Elia Meneses Rola relata que Honestino ficou um período hospedado na sua casa em São Paulo, durante o ano de 1972. Entre as memórias que guarda do convívio com o líder estudantil, Elia se recorda sobre a forma como se preparava para suportar a tortura, caso fosse capturado: "No seu preparo físico e mental eram incluídas diariamente a yoga, a ginástica e corridas na praia ao nascer do dia. À noite, dormia apenas 04 horas e sempre falava que tudo isso era a preparação para enfrentar a repressão quando caísse". No mesmo sentido é o testemunho de Isaura: "O Gui se preparava para ser preso desde pequenininho. É um negócio incrível. Ele fazia aquela ginástica da Força Aérea Canadense todos os dias, treinava para não dormir porque ele tinha que ser forte para resistir (…)".

Euclides Pireneus, que também tinha sido aluno da UnB do curso de Geologia e foi militante da AP, era amigo próximo de Honestino e o encontrou, por acaso, em São Paulo, em uma sessão de cinema. Em depoimento prestado à CATMV-UnB no dia 12 de março de 2015, Pireneus relatou como foi o encontro e o diálogo entre os dois:

> Eu já tinha contato com pessoas que pertenciam à Ação Popular mas não sabia, foi quando fui chamado para entrar na AP. Propuseram me deslocar para outra região. Indicaram-me ir para São Paulo onde eu teria um ponto de contato com alguém. Não consegui o contato. Então fui para a Av. São João e entrei num cinema cujo nome não me recordo para assistir o filme "Terra em Transe". Por incrível que pareça, ao sair do filme, lá na frente havia uma pessoa aloirada, também saindo e vi que era Honestino. Fui até ele e comentei com ele o fato de estar ali assistindo aquele filme que certamente teria vigilância da repressão de quem estaria ali assistindo. Ele apenas riu. Parecia que ele não tinha medo de nada. Perguntou o que eu estava fazendo ali e onde estava hospedado. Disse-lhe num hotel e contei-lhe sobre o contato não conseguido. Ele se prontificou a levar-me para um outro local onde poderia pousar e ter um contato com uma pessoa que poderia me atender. Ele tentou me convencer a permanecer no Movimento Estudantil e ir para a UNE. Eu disse-lhe que não queria e não gostava do ME porque tinha muitas brigas e que a questão ali não

217 Referência à filha Juliana.

218 Segundo narra Maria Rosa, Juliana ficou ela por alguns meses até que Isaura se estabelecesse. Assim, em meados de 1972 é que Juliana teria ido morar com a mãe no Rio de Janeiro.

> eram os debates era assumir poder. Honestino me olhou e disse-me: Tem uma coisa que penso comigo mesmo. Foi quando lhe perguntei: será o que eu também estou pensando? Então ele me disse vamos falar juntos. Penso comigo mesmo que se a esquerda vencer esta ditadura tão forte ela irá implantar a "ditadura do proletariado" e eu e você seremos presos de novo e teremos que ir para a clandestinidade para lutar por democracia. Nós teremos que continuar lutando por democracia no Brasil. Último diálogo nosso. (Emocionado e com lágrimas nos olhos) Pireneus disse: Foi a última vez que falei com Honestino.

Durante os anos que viveu na clandestinidade, Honestino conseguiu manter um contato periódico com a família e, especialmente, com a sua mãe, como narra a própria Maria Rosa em depoimento escrito em 1983:

> De 68 até 73, mantive contato efetivo com meu filho que sabia de minha inquietação se ficasse sem notícias. Durante este período não passei sem notícias por espaço superior a dois meses. Honestino arranjava meios de se comunicar comigo ou com a família por cartas, bilhetes, telefonema ou recados. Neste período também nunca fiquei sem ver Honestino por espaço superior a 6 meses. Nós conseguíamos nos ver. Ou ele viajava para Goiânia, onde residem maior número de pessoas da nossa numerosa família ou ia a cidades próximas a Brasília, como por exemplo, a Cidade de Paracatu, terra natal de sua esposa Isaura. Por outro lado eu viajava para S. Paulo ou Rio para através de bons amigos me dar oportunidade de ver meu filho, necessidade vital para minha existência bastante confusa por este envolvimento [..] compulsório na perseguição política a meu filho, que quase não me era possível compreender. (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0040_0004)

As cartas enviadas por Honestino à família permitem minimamente reconstruir não só o estado geral das coisas, relacionadas ao trabalho, às relações pessoais, etc, mas também seu estado de espírito, seu processo de amadurecimento e o modo de lidar e compreender a vida. Ao analisar uma carta escrita por Honestino no dia 11 de dezembro de 1972, e buscar a partir dela fazer uma "anamorfose" desse dia na vida do militante, Daniel Faria observa, pelo teor do texto, que Honestino "vinha se dedicando a uma elaborada auto-análise – não apenas política, mas emocional, subjetiva". Isso porque, na carta, "Honestino assume a voz de irmão mais velho e se dirige aos seus dois irmãos, dando-lhes conselhos sobre a vida, indicando leituras etc". As palavras de Honestino ressaltam todo afeto e a ligação profunda com os familiares, com quem ele compartilha reflexões políticas e íntimas. Como bem traduzido por Daniel Faria: "A carta de 11/12/1972 pulsa solidão, saudade da família, mas, ao mesmo tempo, é uma afirmação ética da vida que ele escolheu para si". Vale transcrever um bonito trecho dessa carta:

> Tenho pensado bastante em vocês todos. E sinto que gosto muito da família que tenho. Nestas horas me dói profundamente não estar com vocês. Sei que seria muito bom a gente conviver um pouco. Quando há amor e uma vontade de transformação em nós e nas pessoas próximas e se leva isso na prática, não há nada melhor. Quando estive com os manos este ano senti que cada vez tenho maior amizade, carinho, ligação com eles. Me sinto amigo pacas destes dois. E quanto não pagaria para convivermos juntos e interagirmos uns sobre os outros! Vi que os dois estão muito inquietos, não estão acomodados dentro de si. E isso é muito bom. Lembra-

> -me o Torquato Neto (não sei se vocês conhecem): 'Não era um anjo barroco/ era um anjo muito louco/ com asas de avião/ que disse: Vai bicho/ desafinar o coro dos contentes'. É isso aí. Enquanto não estivermos fazendo coro com os contentes, enquanto sentirmos a cuca quente e o sangue correndo, tá tudo azul. Não seremos mortos vivos dos tipos que o Henfil fala: não seremos os mesquinhos da vida. E vejam, meus caros, que a acomodação que eu tô combatendo é uma bem geral, e não apenas acomodação política. O negócio é cada um descobrir a própria medida dos seus passos. Ninguém tem o direito de se amesquinhar, de virar morto-vivo. Ou ainda, ninguém se transforma em morto-vivo sem deixar de ser vivo, de ser gente, e tudo o mais. Aí virado morto-vivo: contente beato, bobo alegre; aplaudidor dos poderosos, das leis morais que estão aí impostas e impositivas; aí, bem aí. Não sei se você estão com consciência disso. E isso é nada mais do que filosofia, rumo, perspectiva de vida. É verdade e verdade é coisa inquieta que mexe com a gente. (In: MONTEIRO, 1998, pp. 161-162)

Segundo Maria Rosa, em seus encontros com Honestino, eles conversavam sempre sobre questões de segurança, e ele tentava prepará-la para a eventualidade de ser capturado. A angústia vivida por Maria Rosa pode ser medida em suas palavras: "toda a minha tortura era o medo de um dia consumirem com ele, como aconteceu". Por conta desse medo, ela tentou convencê-lo a sair do país, mas ele nunca concordou e, com o tempo, ela aceitou a opção de vida do filho e demonstrava por ela o maior orgulho e admiração. Em suas palavras:

> Isto tudo era bastante doloroso para mim, porém era a opção de vida de meu filho. Ele acreditava que aquilo que fazia, era sua contribuição em benefício a sua Pátria a quem dedicava profundo amor. Rejeitou todas as ofertas de exílio que eu encontrei para ele. Sua afirmativa: "quero morrer em minha Pátria. Longe dela sentir-me-ei um verdadeiro caustro".
>
> Rendi-me perante a grandeza daquele ideal. Nunca conheci ninguém que manifestasse tamanho amor a sua Pátria, e que tenha sacrificado todos os ideais de vida como, amor e bem estar social com situação financeira definida para se doar a uma missão arriscada, consciente em seu interior que era o melhor que doava a sua Pátria. (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0040_0004)

No final de 1972, tendo em vista o cerco da repressão, Honestino se mudou para o Rio de Janeiro. Os colegas que conviveram com ele contam que, a despeito das tensões, Honestino gostava de manter conversas descontraídas com os amigos e de ir ao Maracanã assistir jogos do Vasco. Outro programa adorado por Honestino eram os encontros e passeios no parque com a filha, a quem ele chamava de "Raiozinho de Luz". Apesar de todas as adversidades, Honestino parecia seguir confiante e otimista, como revela Isaura ao contar que, na última vez em que o viu, ela estava indo para a faculdade de ônibus, na praia do Flamengo, e Honestino estava jogando futebol em frente ao Hotel Novo Mundo.

Nessa época, Honestino estava foragido, tendo em vista as condenações na justiça militar e os diversos mandados de prisão expedidos em seu nome. O aparelho de segurança tinha claro interesse em capturar Honestino e o mantinha na mira. É o que se nota, por exemplo, em documento do serviço de informações da Marinha de março de 1970, no qual Honestino é listado em "relação de elementos indiciados em IPMs

sob a responsabilidade da Marinha", e o CENIMAR solicitava receber qualquer informação sobre sua detenção ou paradeiro (APERJ, Fundo de Polícias Políticas). Também nesse sentido, Euclides Pireneus afirmou, em seu depoimento à CATMV-UnB em março de 2015, que, enquanto esteve preso, no final de 1971, indiciado no IPM da AP, foi questionado sobre Honestino e ouviu do Major José Leopoldino Leopoldino da Silva: "*Honestino, estamos chegando nele. Agora, sim, eu vou matar ele, vou torturar até matá-lo*".

No período em que viveu na clandestinidade, os passos de Honestino foram acompanhados de perto pelos órgãos de informação. Diversos documentos oficiais revelam o monitoramento estreito não só da vida do militante, mas também da sua família e de qualquer pessoa que estabelecesse contato com ele. Nesse sentido, uma informação prestada pela Agência de Goiânia do SNI em 10 de novembro de 1971 registrava que Honestino: (i) encontrava-se em São Paulo, "participando ativamente dos movimentos subversivos"; (ii) esteve no Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1971; (iii) correspondia-se com uma possível prima de Goiânia, a quem estaria tentando atrair para a militância política; e, (iv) em São Paulo, mantinha estreito contato com Luiz Emilio S. G. Horta, cujo endereço e telefone eram informados. O documento também relatava que, no dia 9 de novembro de 1971, "parentes de Honestino, residentes em Goiânia (GO) mantiveram contato telefônico com LUIZ EMILIO, o qual prometeu obter notícias do nominado" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE _43253_71, p. 3-8). Percebe-se, assim, que tanto a correspondência como os contatos telefônicos de Honestino e de pessoas próximas estavam sendo interceptados pelo aparato repressivo. Essas informações foram repassadas para diversos órgãos, entre eles o CIE e o DOI-CODI do II Exército que, segundo a Agência de Brasília do SNI, tinha "interesse na localização e prisão de HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ ACE_43253_71, p. 10).

Além disso, os órgãos de informação sabiam de fatos específicos como, por exemplo, que Honestino tinha presidido o congresso clandestino da UNE realizado em 1971 (APERJ, Fundo Polícias Políticas, Informação n° 181/72-H. "Congresso da Ex-UNE". CIE. 24 janeiro 1972). Outro documento, de 10 de maio de 1972, também indicava a localização de Honestino, as atividades que ele estava desenvolvendo e a possibilidade de ser enviado para o exterior pela APML:

> Pelo Informe 1014/69-11ª RM, o epigrafado encontra-se em São Paulo organizando pequeno grupo da ALA INDEPENDENTE DO "PORT" [Partido Operário Revolucionário-Trotskista]. Recentemente, à época, foi eleito Vice-Presidente da UNE, tendo rompido com a "AP" por estar discordando do seu ponto de vista, no último conselho da UNE;
>
> Pelo TELEX recebido do CIE/ADF, de 03-05-72, HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES deverá tentar sair do país, com destino ao Chile. Sua base de ação atualmente, (sic) é em São Paulo;
>
> Sua saída do Território brasileiro está sendo planejada pela APML, que tem enviado elementos para o exterior, através de esquema montado para esse fim. (Arquivo Nacional, Fundo DPF, BR_AN_ BSB_ZD_012_017, p. 6.)

Reforçando esse intenso monitoramento, os órgãos de informação também mapearam os contatos que Honestino teria mantido "com elementos do GO e DF visando a substituir as lideranças 'queimadas' por recentes detenções". O documento da Agência de Brasília do SNI, de 1972, chegava a indicar Fátima Aparecida da Rocha como "a principal suspeita de haver recebido a incumbência de HONESTINO para passar

a desenvolver o trabalho em GO" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, ASP_ ACE_4062_80, p. 17.).

Por sua vez, um Relatório de Informações produzido pelo II Exército, relativo ao mês de novembro de 1973, registra que Honestino "atualmente estaria atuando na Guanabara", o que demonstra que os órgãos de segurança tinham conhecimento da última localização do militante, que tinha se mudado para o Rio de Janeiro no final de 1972 (Arquivo Nacional, Fundo SNI, ASP_ACE_4062_80, p. 17). Vale citar, por fim, um documento da Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) que listou Honestino em uma relação de sentenciados condenados à revelia, indicando que seu mandado de prisão, expedido pelo Departamento de Polícia Federal em 21/07/1972, não tinha sido cumprido até a data de 08/10/1973, que corresponde à antevéspera do seu desaparecimento (Arquivo Nacional, Fundo CISA, BR_AN_BSB_VAZ_116A_ 0014).

Honestino foi preso pela última vez no dia 10 de outubro de 1973, e desde então se encontra desaparecido. A prisão de Honestino ocorreu no contexto de cerco da repressão à APML, com quedas sequenciais de militantes da organização: no dia 8 de outubro, em São Paulo, Paulo Stuart Wright foi capturado; no dia 19 de outubro, José Carlos da Mata Machado e, no dia 22 do mesmo mês, Gildo Macedo Lacerda também foram presos, respectivamente, em São Paulo e Salvador. Já no ano de 1974, em fevereiro, desapareceram os militantes Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho. Segundo informações prestadas pelo ex-sargento do DOI-CODI/II, Marival do Canto Chaves, o Centro de Informações do Exército (CIE) tinha organizado uma enorme operação, em vários pontos do país, comandada pelo coronel José Brandt Teixeira e pelo coronel Paulo Malhães, para o desmonte da AP e a liquidação de seus militantes.

A notícia da prisão de Honestino foi recebida por sua mãe, Maria Rosa, nos termos do código que ela havia combinado anteriormente com o filho. No dia 13 de outubro, ela recebeu um bilhete anônimo que dizia: "seu filho foi internado no Hospital do Rio", indicando a ocorrência da prisão e o local. Na sequência, Maria Rosa recebeu um telegrama que acrescentava a data: 10 de outubro de 1973. A informação foi confirmada, ainda, por meio de dois telefonemas, um recebido pela própria mãe de Honestino, e outro por parentes em Goiânia. A partir daí, começaria a busca desesperada da mãe e familiares pelo paradeiro de Honestino. De imediato, Maria Rosa e o filho Norton foram para o Rio de Janeiro e passaram duas semanas em peregrinação pelos órgãos de segurança onde Honestino poderia estar detido. Segundo Norton, não souberam de nada, mas apenas que o CENIMAR é que o havia prendido (In: MONTEIRO, 1998, p. 140)

Posteriormente, Maria Rosa recebeu das autoridades militares a informação de que Honestino estava detido no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília e que ela poderia visitá-lo no Natal daquele ano. Assim, no dia 25 de dezembro de 1973, Maria Rosa foi ao PIC levando roupas e alimentos para o filho, na expectativa de enfim reencontrá-lo, passados dois meses e meio desde soube da sua prisão. Após seis horas de espera, no entanto, ela foi informada por um funcionário que tinha havido um equívoco e que Honestino não estava preso naquele órgão. Não é possível caracterizar o sofrimento causado à Maria Rosa senão como uma tortura psicológica, que continuou a ser praticada pelo Estado e pelas autoridades públicas na medida em que negaram oficialmente as informações ou, ainda, veicularam informações falsas sobre o que teria acontecido com Honestino.

Além de toda a dor e angústia, a família de Honestino também sofreu, por extensão, as perseguições que eram impostas contra ele. O depoimento de seu irmão, Norton, demonstra isso de forma muito clara. Norton relata

que, quando era estudante secundarista, foi expulso do CIEM por ser irmão de Honestino. Em 1968, foi preso duas vezes: em agosto, os agentes tentavam incriminar Honestino, e em dezembro, tentavam localizá-lo. Honestino tinha partido para a clandestinidade, e Norton, como relatado, ficou incomunicável por três dias, tendo sido preso e interrogado pelo agente do DOPS Deusdeth Cruz Sampaio. Norton também foi expulso de um cargo público e impedido de assumir outros por ser irmão de Honestino. Foi preso em Brasília ainda outras duas vezes: uma em julho de 1973, ao voltar do Rio de Janeiro, quando tinha se encontrado com Honestino, ocasião em que ficou por uma semana incomunicável no Regimento de Cavalaria de Guarda no Setor Militar; e a segunda em outubro do mesmo ano de 1973, ao voltar novamente do Rio, para onde tinha ido com sua mãe para buscar informações sobre a prisão de Honestino. Além da violência sofrida, essa última prisão também levou Norton a abandonar a universidade (In: MONTEIRO, 1998, pp. 138-141).

A mãe de Honestino, como as famílias de tantos outros desaparecidos, seguiu na árdua empreitada de buscar o filho e de denunciar o seu desaparecimento. Ela mesma narra a sua luta ao longo dos anos:

> Busquei Honestino desesperadamente por longo tempo. Lancei mão de todos os meios e recursos: contratei advogados no Rio, S. Paulo e Brasília, recorri aos Direitos Humanos, a ABB, a Ordem dos Advogados, a Maçonaria (meu esposo foi maçom) até ao Papa escrevi. Bem tudo que me foi possível fazer fiz. Mantive contatos com as autoridades políticas e militares do meu País, inclusive uma entrevista coletiva com [..] familiares de outros desaparecidos junto ao então Ministro Golbery de quem recebi pessoalmente uma promessa de resposta nunca vinda. O tempo foi passando e a voz de Honestino emudecera para sempre. Nunca mais o menor sinal de vida. A anistia foi a maior resposta aos meus anseios. Foi irrestrita porque os desaparecidos como o Honestino, não poderiam voltar. (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0040_ 0004).

O relato de Maria Rosa mostra como o tempo atuou no sentido de firmar, aos poucos, alguma certeza sobre a morte de Honestino, o que explicita um dos aspectos mais perversos do crime de desaparecimento forçado, qual seja, a indefinição que cerca o destino da pessoa desaparecida, uma vez que não é possível saber se ela está viva ou morta. Esse caráter etéreo e intangível dos desaparecidos é uma forma de tortura imposta às famílias, também vítimas dessa grave violação, pela ação/omissão do Estado, que deliberadamente oculta, sonega e falsifica informações.

Nesse sentido, a nota oficial divulgada pelo ministro da Justiça Armando Falcão no dia 6 de fevereiro de 1975, sobre 27 pessoas desaparecidas, informava que Honestino se encontrava foragido. Não obstante, seu desaparecimento continuou a ser denunciado, com exigência de esclarecimentos sobre o seu paradeiro. Assim como Paulo de Tarso, Honestino também foi citado como desaparecido político na denúncia coletiva organizada pelos presos políticos recolhidos no Barro Branco em outubro de 1975, conhecida como *Bagulhão*. Campanhas pela localização de Honestino também foram organizadas no final da década de 1970. No contexto da luta pela reconstrução da UNE, houve a distribuição de panfletos reclamando o paradeiro do líder estudantil. No Congresso da UNE de 1979, foi mantido um assento vazio nas mesas de trabalhos, representando a ausência de seu último presidente. A chamada campanha “Onde está Honestino?” foi assumida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e pela Comissão Pró-UNE, dando continuidade às buscas e às denúncias do seu desaparecimento (Arquivo Nacional, Fundo SNI, ASP_ACE_1113_79).

Em 1979, a lei de anistia, Lei nº 6.683/1979, possibilitou a emissão de uma "declaração de ausência", gerando "a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva" (art. 6º). Essa declaração de ausência constituiu um modo cínico e limitado de o Estado lidar com a questão dos desaparecidos, uma vez que a ditadura não assumiu a responsabilidade pelos crimes, não permitiu a elucidação dos casos e continuou negando às famílias o direito de enterrar seus mortos e de conhecer o seu paradeiro. Não obstante, tendo em vista os efeitos práticos, a família de Honestino entrou com processo de declaração de ausência em 1982. O processo foi instruído com depoimentos da mãe de Honestino e do seu companheiro de militância, Jair Ferreira de Sá. No dia 11 de outubro de 1983, dez anos após o desaparecimento, foi proferida a sentença judicial que declarou a ausência de Honestino e nomeou sua esposa Isaura Botelho como curadora (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0040_0004).

Apenas em 1995, com a promulgação da Lei 9.140/1995, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente sua responsabilidade pelo desaparecimento de Honestino. O nome de Honestino consta no Anexo I da Lei, que relaciona 136 pessoas que foram desaparecidas pela ditadura, e então assumidas como mortas. Somente a partir desse reconhecimento é que foi possível à família obter a certidão de óbito de Honestino, emitida nos termos da lei: assim, no dia 12 de março de 1996, tendo como declarante a filha Juliana, foi registrado o óbito de Honestino. No entanto, a falta de informações e a permanência do desaparecimento aparecem inscritas na certidão, tanto quando registra que o falecimento ocorreu em hora *ignorada* e local *ignorado*, como ao deixar em branco as indicações da causa da morte e do local de sepultamento. Em 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) deferiu o pedido de indenização requerido pela família, como forma de reparação econômica e simbólica pelos danos causados pelo Estado (Processo nº 100/1996).

Diversos atos de memória homenageiam Honestino e reforçam o simbolismo da sua luta e militância. Em 26 de agosto de 1997, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília ganhou o nome de Honestino, que também recebeu o título de Mérito Universitário. Ainda no âmbito da UnB, em maio de 2012, foram inaugurados três espaços destinados à convivência da comunidade acadêmica – os "Mascs", ou Módulos de Apoio e Serviços Comunitários – que foram intitulados "Honestino Guimarães", "Ieda dos Santos Delgado" e "Paulo de Tarso Celestino", os três desaparecidos políticos da UnB. Em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado em Brasília, ao lado da Catedral, o Museu Nacional Honestino Guimarães, projetado por Oscar Niemeyer. Um viaduto do Complexo João Dias em São Paulo e ruas em São Paulo e no Rio de Janeiro também levam o nome de Honestino.[219] Em 2012, um ato do Levante Popular da Juventude reivindicou e simbolicamente rebatizou a ponte "Costa e Silva" passando a nomeá-la "Honestino Guimarães".

A política reparatória deu outro importante passo com a declaração de Honestino como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia/MJ (Requerimento 2013.01.72431, Portaria 648 de 10 de abril de 2014). Em caravana realizada na Universidade de Brasília (UnB), no dia 20 de setembro de 2013, o relator, Conselheiro Cristiano Paixão, opinou pelo deferimento do pedido, com a adoção das seguintes providências:

> a) Declaração de anistiado político *post mortem* a Honestino Monteiro Guimarães, oferecendo-se, em nome do Estado brasileiro, o pedido oficial de desculpas a sua

219 Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. pp. 355-356.
Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009. pp. 467-469.

família pelas graves violações a direitos humanos praticadas pelo Estado;

b) Retificação no atestado de óbito de Honestino Guimarães, para que conste, como causa da morte, "Atos de violência praticados pelo Estado";

c) Remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, diante da notícia da prática de crime permanente, para que aquele órgão delibere sobre a possibilidade de instauração de inquérito criminal.

Além da dimensão reparatória, o parecer do relator impulsiona avanços para as pautas de efetivação da verdade – ao recomendar a retificação do atestado de óbito – e da justiça – ao reconhecer o caráter permanente do crime e recomendar a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Federal para tomar as providências cabíveis em torno da investigação do caso.

Quando houve o julgamento de anistia de Honestino, em 2013, já estavam em curso os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), entre outras comissões que, ao lado da CATMV-UnB, dedicaram-se a investigar as circunstâncias de desaparecimento de Honestino, bem como o paradeiro do seu corpo. Apesar da proveitosa parceria que a CATMV-UnB estabeleceu com essas comissões e das frentes de investigação abertas e trabalhadas, pouco foi possível avançar, e o caso de Honestino segue envolto em incerteza e obscuridade. Como assinalou Wadih Damous, presidente da CEV-Rio, "O desaparecimento de Honestino não deixou rastros e isso quebra o padrão em relação a outros desaparecidos políticos. (...) Seu caso talvez seja o mais nebuloso dos desaparecimentos forçados da ditadura".

Esse caráter nebuloso do desaparecimento de Honestino se explica pela ausência de pistas sobre o que aconteceu com ele: não houve testemunhas de sua prisão, e nenhum preso viu Honestino em estabelecimentos policiais e militares. Todas as etapas do desaparecimento, desde a privação de liberdade, a morte, sob tortura ou por execução, até a ocultação de seu cadáver e de informações sobre o seu paradeiro, foram realizadas de forma absolutamente clandestina.

Apesar das reiteradas negativas oficiais, foram localizados documentos dos próprios órgãos da repressão que reconhecem a prisão de Honestino em 10 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro, provando que o Estado mentiu e sonegou informações. Assim, um documento da 2ª Seção do Quartel General do Comando Costeiro do Ministério da Aeronáutica, de 22 de setembro de 1978, versando sobre o "regresso ao país de banidos, asilados, auto-exilados ou/e elementos comprometidos com a subversão", registra que Honestino foi preso em 10 de outubro de 1973 no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, Fundo SNI, ESV_ACE_3704_82_003, p. 35). Da mesma forma, uma comunicação enviada à Agência Central do SNI pela Agência de Goiânia em 8 de maio de 1981, repassando dados sobre os "elementos atingidos por atos da revolução de 1964 em Goiás", informava, sobre Honestino, que foi preso em outubro de 1973 e "desaparecido" na mesma época (Arquivo Nacional, Fundo SNI, NAGO_ACE_1070_81, p. 9). Por fim, talvez a comprovação mais contundente esteja em uma troca de informações entre órgãos de segurança, na qual se questionava as relações existentes entre Honestino e seu tio, Sebastião Norton da Fonseca, indicado como membro da Subcomissão Geral de Investigações em Goiás (Sub-CGI/GO). A Agência de Goiânia do SNI assinalou, no dia 24 de janeiro de 1974, que Honestino havia sido "preso por órgão de segurança", razão pela qual recomendou, inclusive, que ele fosse indagado a respeito de "suas eventuais ligações" com o tio

(Arquivo Nacional, Fundo SNI, AGO_ACE_7071_83, p. 2).[220] Esse último registro merece particular atenção, uma vez que foi produzido em data próxima ao desaparecimento de Honestino.

Esses documentos que atestam a prisão são importantes para desconstruir as mentiras oficiais e provar que o Estado sabia que Honestino estava sob sua custódia e deliberadamente recusou informações ou as prestou falsamente. Esclarecem pouco, no entanto, sobre as circunstâncias da própria prisão, da morte e sobre o destino do seu corpo.

A respeito da prisão, em dossiê entregue à CATMV-UnB, a biógrafa e amiga de Honestino, Betty Almeida, levanta três possíveis hipóteses explicativas para a "queda" do militante: i) por delação de Gilberto Soares Prata, que confessadamente tornou-se informante da repressão a partir de 1973 e colaborou para a captura de seu cunhado, José Carlos da Mata Machado, e de outros militantes da APML, embora seja menos provável que Honestino tenha "caído" nessas circunstâncias; ii) por delação de outro colega, que era da diretoria da UNE de 1971 e passava por crises quanto à sua permanência na organização. Ele teria marcado encontros com quatro militantes que acabaram presos entre setembro e outubro de 1973, sendo que um deles o viu nas dependências do DOI-CODI/I. Honestino poderia ter marcado um encontro com ele e, da mesma forma, ter sido capturado; iii) segundo informações passadas por Luiz Fenelon Pimentel Barbosa, Honestino tinha comentado sobre investigar uma casa da organização suspeita de ter caído, e pode ter sido preso ao tentar uma aproximação ao aparelho.

220 O comunicado da Agência de Goiânia do SNI dizia, textualmente, o seguinte: "Considerando-se que HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES foi preso por órgão de segurança, sugerimos seja ouvido sobre suas eventuais ligações com o aludido membro da Sub-CGI de Goiás, de quem é efetivamente sobrinho".

Tendo em vista as operações de âmbito nacional organizadas pelo CIE para o desmantelamento da APML, é provável que tenha sido o órgão responsável também pela captura de Honestino. Isso não exclui, no entanto, uma possível participação do CENIMAR, o serviço de inteligência da Marinha, que é apontado como o centro "especializado" na AP, tanto por militantes, como Alduísio, que se referiu ao CENIMAR como responsável pela repressão à AP, como pelos documentos que indicam que os IPMs da AP estavam sob a responsabilidade do CENIMAR e trazem os pedidos do órgão para ser informado sobre eventual prisão ou notícia sobre o paradeiro de Honestino. As suspeitas são reforçadas pelo fato de a família ter também recebido a informação de que Honestino teria sido preso pelo CENIMAR.

Depois de preso, Honestino muito provavelmente foi levado à Brasília, onde teria ficado detido no Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Esta hipótese se baseia, primeiramente, no fato de as autoridades militares terem prometido à mãe de Honestino uma visita ao filho no PIC, no Natal de 1973, que não se concretizou. Em segundo lugar, há testemunhos – diretos ou indiretos – que indicam que Honestino teria sido visto no quartel da Polícia do Exército em Brasília e também no Hospital das Forças Armadas, em péssimas condições. Além disso, é verossímil que as forças de segurança optassem por trazer Honestino para Brasília, onde estavam órgãos de cúpula da repressão e onde ele próprio tinha iniciado e desenvolvido sua militância.

Ao longo do tempo, as poucas pistas recebidas pela família sobre o eventual paradeiro de Honestino misturavam estratégias de contrainformação e formas cruéis de tortura psicológica. Por exemplo, Isaura relatou, em seu depoimento, que chegaram a receber a informação de que Honestino teria sido submetido a uma lobotomia e teria sido visto como um morador de rua.











Honestino e amigos na Universidade de Brasília

Não só se avançou muito pouco no esclarecimento sobre o que aconteceu com Honestino, como as hipóteses existentes apontam para caminhos muito diversos, o que só reforça, mais uma vez, o caráter nebuloso do caso. Durante seus trabalhos de investigação, a CATMV-UnB se deparou com algumas possibilidades a respeito do paradeiro do corpo de Honestino, todas pendentes de confirmação e amparadas, de modo geral, em indícios frágeis. Seu irmão, Norton, dizia acreditar que, depois de morto, possivelmente o corpo de Honestino teria sido jogado no mar, sendo essa a estratégia do CENIMAR para o desaparecimento dos corpos de suas vítimas. Sabe-se que a ditadura argentina utilizou amplamente esse método para desaparecer com seus opositores políticos. O emprego do método no Brasil, por sua vez, foi sustentado pelo ex-coronel Paulo Malhães, importante figura do CIE que prestou depoimentos à CEV-Rio e

à CNV, nos quais revelou a técnica de se descaracterizar os corpos das vítimas e lançá-los no mar ou em rios para que não fossem encontrados.

Segundo informação repassada à CATMV-UnB por Betty Almeida, amiga e biógrafa de Honestino, outra possibilidade está ligada à revelação feita por Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), de que um informante anônimo teria ligado para a OAB-DF em 1992[221], dizendo ter buscado o corpo de Honestino na Base Aérea de Brasília e que ele teria sido morto acidentalmente na tortura. Dentro dessa hipótese, Honestino poderia ter sido enterrado em alguma sepultura ou cemitério clandestino na capital ou nos arredores.

A CATMV-UnB recebeu, ainda, de diferentes fontes, três indicações distintas sobre o possível paradeiro de Honestino. Em seu depoimento, o advogado José Luiz Clerot afirmou ter recebido de um escrivão do DOPS, chamado Placídio Barbosa, a informação de que Honestino teria sido levado e morto em Recife.[222] A jornalista Taís Moraes, por sua vez, levanta em seu livro a hipótese de o corpo de Honestino ter sido levado para a região do Araguaia e lá ocultado junto com os demais desaparecidos da guerrilha. A jornalista foi ouvida pela CATMV-UnB e confirmou essas informações. Por fim, outra fonte com ligação aos setores militares, que requereu sigilo, afirmou, em audiência reservada, que Honestino pode ter sido enterrado em um campo de treinamento do Exército localizado em Formosa, Goiás, junto com os corpos de outros guerrilheiros do Araguaia que teriam sido trazidos para Brasília. Na tentativa de aprofundar essa frente de investigação, a CATMV-UnB chegou a solicitar à CNV a realização de diligências e de oitivas de militares, mas não foi possível levar a cabo essas tentativas de averiguações.

Cabe ainda acrescentar que, pelo fato de ter militado em São Paulo e tendo em vista a forte concentração da ação repressiva naquele estado, não se pode descartar a possibilidade de o corpo de Honestino ter sido enterrado como indigente na vala clandestina aberta no cemitério de Dom Bosco, em Perus.

A mãe de Honestino, Maria Rosa, faleceu no ano de 2012, infelizmente sem conhecer as circunstâncias em que seu filho foi preso e morto, tampouco o paradeiro de seu corpo. Mas no curso da batalha que travou na busca pelo filho, ela tornou-se também uma incansável lutadora pelas causas e ideais defendidos por Honestino e aos quais ele entregou sua vida.

E até o final da sua curta – ainda que intensa – vida, Honestino reafirmou o seu compromisso e sua crença na luta por uma sociedade mais justa, livre e solidária. Embora estivesse há cinco anos na clandestinidade, privado do convívio da família, enfrentando dificuldades financeiras e vivendo sob constantes perseguições, medos e ameaças, ao apresentar seu "Mandado de Segurança Popular", em 1973, a mensagem trazida por Honestino era de revolta, mas também de esperança. Dizia ele: "Acredito firmemente que estes dias de violência fascista serão superados pela luta democrática de nosso povo e em especial dos trabalhadores, do operariado" (In: MONTEIRO, 1998, p. 183). Ao final do seu texto

221 Nessa época, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF tinha retomado as investigações sobre as circunstâncias de desaparecimento de Honestino, com apoio de parlamentares e do grupo Tortura Nunca Mais. Antônio Carlos de Almeida era o relator dos trabalhos, segundo informações do Correio Braziliense de 22 de abril de 1992, na reportagem "OAB quer abrir arquivo secreto" (Acervo IEVE, Dossiê Honestino – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos).

222 Essa versão foi noticiada em reportagem de Raimundo Rocha para o Correio Braziliense em 26 de abril de 1992, intitulada "Honestino pode ter sido morto em Recife". Segundo a reportagem: "O deputado José Clerot acha que pela possibilidade da morte de Honestino ter ocorrido em Recife, o comando da repressão pode ter planejado uma operação para eliminar o líder estudantil de forma que se sua morte fosse descoberta não gaveria qualquer conexão com sua prisão e passagem pelos cárceres dos órgãos de segurança. Nesse caso, Honestino pode ter sido levado até a capital pernambucana e morto com outros militantes oposicionistas. Esse tipo de operação, lembrou o deputado, era muito utilizada e vários presos de Brasília chegaram a ser levados dessa forma, para outros estados, mas escaparam com vida. Uma das razões que levam o deputado José Luiz Clerot a acreditar nessa possibilidade foi a repressão 'muito dura' ocorrida em Pernambuco durante a gestão do então governador Moura Cavalcanti" (Acervo IEVE, Dossiê Honestino – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos).

inacabado, Honestino renovava seu sentimento de confiança e amor ao povo brasileiro e à classe trabalhadora, e é com essas palavras que a CATMV-UnB encerra essas linhas dedicadas à sua memória:

> Esta tem sido a lição mais cara que eu tenho aprendido e se expressa em amor muito profundo à classe operária e ao povo brasileiro, assim como aos povos trabalhadores de todo o mundo, e, num ódio muito profundo a todo este sistema de exploração de classe. (In: MONTEIRO, 1998, p. 186)

Ieda Santos Delgado (1945-1974)

Ieda Santos Delgado foi estudante da UnB, mulher, negra e militante política da Ação Libertadora Nacional (ALN). Ieda nasceu no dia 9 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, filha de Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado. O casal tinha 4 filhos, sendo três mulheres e um homem. Em 1962, a família mudou-se para Brasília em razão da transferência do pai, que era funcionário do Banco do Brasil.

Ieda fez o curso de direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília (UnB), tendo se formado em 1969.





É lembrada pelos colegas como uma aluna inteligente e aplicada aos estudos. No seu currículo, constam os cursos de extensão por ela realizados enquanto era aluna da UnB: curso de extensão cultural sobre Direito Penal e Penitenciário, na UnB (maio a junho de 1966); curso para auditores do Plano de Educação – Legislação relativa à educação, no Ministério da Educação e Cultura – MEC (outubro de 1966); e curso sobre Técnica e Processo Legislativo, na UnB (setembro a outubro de 1967). Ieda também participou do II Congresso de Direito Penal e Ciências Afins na UnB, em outubro de 1967. De 1967 a 1970, Ieda foi Assistente Auxiliar da Assessoria Jurídica do Plano Nacional de Educação do Ministério de Educação e Cultura. Foi também estagiária na Assessoria Jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio de convênio entre a UnB e o Ministério de Minas de Energia, entre setembro e novembro de 1969. Além disso, Ieda tinha um bom domínio de idiomas estrangeiros, com conhecimentos razoáveis de francês, espanhol, italiano e inglês (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0041_0006, p. 21-22). Esse conjunto de registros relacionados à vida universitária de Ieda reforça a seriedade e a dedicação com que ela encarava e trilhava a sua trajetória acadêmica.

Em depoimento escrito entregue à CATMV-UnB em fevereiro de 2015, Betty Almeida falou sobre Ieda e sua passagem pela UnB:

> Ieda, reservada e discreta, era alegre, muito estudiosa e tinha facilidade para línguas estrangeiras. Gostava de praticar esportes, de judô e de ler. Também namorava, sempre discreta.
>
> A UnB era um ambiente politizado e a passagem de Ieda pelo curso de Direito despertou nela o interesse pelas questões sociais e pela luta contra a ditadura que oprimia o país. Ligou-se à Ação Libertadora Nacional (ALN),

> organização clandestina armada, participando como elemento de apoio.

Ainda que não tenha se engajado no movimento estudantil ou se envolvido diretamente com política dentro da universidade, a experiência de Ieda na UnB teria contribuído para a sua aproximação com a resistência à ditadura. Em depoimento prestado para a CATMV-UnB em 9/6/2014, Sônia Hipólito, ex-aluna da UnB, se emocionou ao se recordar de Ieda e falou sobre a amizade e a convivência intensa que tiveram em Brasília. Perguntada sobre o tipo de militância que Ieda teve na UnB, Sônia afirmou:

> "a politica não era o foco prioritário da Ieda, digamos assim, eu estava num estágio, digamos, inicial da minha militância, e a Ieda era uma aluna que tinha consciência das coisas, sabia do que a gente estava vivendo, mas ela de fato não foi para a ação aqui na Unb nem no movimento estudantil. Ela tinha, ela participava, quando teve a eleição dos delegados para o Congresso da UNE, ela votou, eu me lembro que a gente conversou sobre isso, mas ela não tinha atuação destacada nem nada (...)"

Percebe-se, assim, a consciência e sensibilidade política e social que Ieda já demonstrava desde os tempos de universidade. Na mesma audiência pública, Aylê-Selassié disse recordar-se de Ieda com um pouco mais de ativismo, lembrando-se que ela era muito presente na FEUB e ficava à disposição para ajudar em algumas tarefas da organização, como na distribuição dos boletins aos sábados de manhã.

Depois que se formou em direito e saiu da UnB, em 1969, Ieda se mudou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como Assistente Jurídica da Assessoria Jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral, no Ministério de Minas e Energia, entre julho e dezembro de 1970 e, a partir de janeiro de 1971, trabalhou como advogada da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileira, por meio de convênio firmado com o Ministério de Minas e Energia, prestando serviços na Assessoria Jurídica do Departamento Nacional da Produção Mineral. Ieda também foi Secretária Jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais e do Suplemento *POR QUE?*, entre os meses de março e novembro de 1973.

No Rio de Janeiro, Ieda deu continuidade aos estudos e fez dois cursos de especialização: i) curso de "Direito Especializado", sobre legislação de mineração, energia elétrica, energia nuclear e petróleo, entre setembro de 1971 e março de 1972, por meio de convênio firmado entre entre a PUC (Pontifícia Universidade Católica) e o Ministério das Minas e Energia (MME), como parte do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal do MME; ii) curso "Problemas da Grande Empresa" sobre legislação comercial, realizado na Faculdade de Direito da Faculdade Cândido Mendes, de maio a dezembro de 1972. Ieda também fez outros cursos de extensão, relacionados à advocacia de empresas, no Centro de Pesquisas Criminológicas (agosto a outubro de 1973) e a sociedades anônimas, no Instituto dos Advogados Brasileiros (novembro a dezembro de 1973) (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB _AT0_0041_0006, p. 21-22).

A militância política de Ieda na ALN era discreta e estava ligada ao trabalho no setor de apoio da organização que cuidava, por exemplo, da logística para ajudar militantes perseguidos a fugir do país. Em depoimento escrito cedido à CATMV-UnB, Betty Almeida falou sobre essa atuação política de Ieda: "Militante dedicada da ALN, não participava de ações armadas, trabalhando em serviços de apoio, ajudando, por exemplo, pessoas muito perseguidas a sair do país. Era importante para ela ter uma vida legal para melhor cumprir essas funções".

Durante a semana santa, em abril de 1974, Ieda viajou do Rio de Janeiro para São Paulo, com o intuito de providenciar a entrega de passaportes para um casal de militantes que precisava sair do país. Nesse percurso, ou mais provavelmente, assim que chegou em São Paulo, foi presa no dia 11 de abril e se encontra, desde então, desaparecida. A família de Ieda tomou conhecimento de sua prisão a partir de um telefonema anônimo que informava apenas que ela tinha sido detida em São Paulo em 11/4/1974, às 17h. Pelos indícios, ela teria sido presa pelo DOPS/SP. Até então, a sua família não tinha conhecimento da militância política de Ieda e foi apenas no processo de buscas que descobriram a sua colaboração ao setor de apoio financeiro da ALN.





Assim que soube da prisão de Ieda, Dona Eunice, sua mãe, foi para São Paulo de imediato e passou a procurá-la em repartições policiais e militares, em hospitais e até no necrotério. Sem conseguir encontrá-la, ela viajou para outros estados na busca por pistas: foi para o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Guanabara, mas não obteve nenhum retorno.

Sônia Hipólito contou, em seu depoimento para a CATMV-UnB, que a mãe de Ieda chegou a viajar para Paris para encontrá-la e tentar obter alguma informação sobre o paradeiro da filha.

Dona Eunice contratou diversos advogados, que entraram com pedidos de habeas corpus na tentativa de localizar Ieda, mas todas as autoridades apontadas como coatoras respondiam que Ieda não estava presa em nenhum dos estabelecimentos indicados. Nas informações prestadas no âmbito do HC 31.383-GB, impetrado no dia 24 de maio de 1974 perante o STM, o general Ednardo D´Ávilla Melo, comandante do II Exército, ainda desqualificou a denúncia da prisão e desaparecimento de Ieda. Em suas palavras: “Trata-se de mais uma ação dentro da campanha que procura desmoralizar o Exército de modo a apresentá-lo como instituição policial tipo comunista ou fascista” (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_ DFANBSB_AT0_ 0041_0006, p. 36). Em face das informações negativas, os pedidos de habeas corpus foram denegados ou julgados prejudicados.

Pouco tempo depois do desaparecimento da filha, Dona Eunice recebeu duas cartas manuscritas e assinadas por Ieda. A primeira foi recebida cerca de um mês depois e tinha sido postada em Belo Horizonte, com o seguinte teor:

> Mãezinha,
>
> Tudo bem com a senhora? Eu estou bem com muitas saudades, Tive que viajar e não tive como comunicar-me com a senhora. Não fique preocupada que em breve estaremos juntas.

> As meninas vão bem? Dê milhões de beijos em todos e no pai também.
>
> Até breve e milhões de beijos da filha Ieda.

A segunda carta foi postada do Uruguai com a data de 17 de maio de 1974 e trazia a letra tremida, como sinal de ter sido escrita sob coação. A carta continha a seguinte mensagem:

> Mãezinha,
>
> Estou bem e a senhora? Deve estar preocupadíssima, não é mesmo? Quero que a sra. e todos se tranquilizem. Da próxima vez que escrever-lhe marcarei um encontro e nos veremos, está bem? Por enquanto tenha calma e não se amargure mais.
>
> *Milhões de beijos da filha Ieda.*[223]

A família submeteu as cartas a exames grafotécnicos, que confirmaram que tinham sido escritas por Ieda. Na linha do que sugerem Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, o mais provável é que as cartas "teriam sido ditadas a Ieda, mediante torturas, pelas pessoas que a detiveram em São Paulo, com o objetivo de sustar, desmotivar ou mesmo desacaracterizar a ação dos seus advogados"[224]. De fato, as famílias de desaparecidos foram alvo de frequentes operações de contrainformação que, muitas vezes, plantavam pistas falsas sobre o paradeiro das pessoas procuradas, visando com isso desestimular as denúncias e as buscas. Esse tipo de prática causava profundos abalos emocionais e psíquicos aos familiares, para além do trauma já vivido pelo desaparecimento de uma pessoa querida. A família de Ieda e sua mãe, em particular, foi vítima de uma operação particularmente cruel: anos depois do desaparecimento de Ieda, a sua mãe recebeu quatro telefonemas, alguns trazendo supostas notícias sobre a filha, e outros simulando ser a própria Ieda. Os primeiros telefonemas foram feitos no ano de 1977, e o quarto e último aconteceu já em 1979. Neste último contato, Dona Eunice acreditou ter reconhecido a voz de Ieda quando atendeu o telefone e ouviu: "Mãe, é Rosa"[225]. Não é possível dimensionar a tortura psicológica sofrida por Dona Eunice ao ser submetida a essas armações que alimentavam uma falsa esperança de reencontrar a filha com vida. Em audiência pública da Comissão "Rubens Paiva" de São Paulo, Amelinha Teles comparou as estratégias repressivas utilizadas no caso de Ieda aos métodos empregados pela ditadura argentina ao desaparecer com seus opositores:

> Quando eu vejo o caso da Ieda eu penso nos argentinos, porque eu ouvi muitas madres contando que tinham ouvido... Eu vi madre falando assim pra mim: "meu filho não está morto". Eu falei "mas como seu filho não está morto? "Pra nós, desaparecido é morto"; "Não, o meu não". Porque elas têm aquela palavra lá, elas tinham... Agora acho que já não têm mais: "con vida lo llevaron, con vida lo queremos". Ela falava assim: "eu ouvi no telefone a voz dele falando: mãe, estou bem, qualquer dia eu apareço". Eu ouvi elas falando. E a mãe da Ieda também ouve. Inclusive eles usam o nome, o codinome dela, o nome de guerra, que é Rosa. Eu falei: gente, eles treinaram...

223 CABRAL, Reinaldo; LAPA; Ronaldo (org.). Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção; Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ, 1979. pp. 215-216.

224 CABRAL, Reinaldo; LAPA; Ronaldo (org.). Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção; Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ, 1979. p. 215.

225 "Rosa" seria o codinome utilizado por Ieda.

Ao longo dos anos, a mãe de Ieda endereçou cartas com apelos e pedidos de informações para diversas autoridades públicas, nacionais e internacionais, bem como para organismos de direitos humanos e pessoas influentes no meio político e religioso. No entanto, obteve apenas respostas negativas. Nesse sentido, inclusive, a nota oficial divulgada pelo ministro Armando Falcão no dia 6 de fevereiro de 1975 a respeito de 27 pessoas desaparecidas informava que não havia registros nos órgãos de segurança sobre Ieda.

Como relatado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, Dona Eunice chegou a procurar em Brasília um general, que era seu amigo pessoal e que, após verificar o caso de Ieda com o chefe do SNI, retornou à mãe dizendo que "Ieda era um elemento perigoso e que estava foragida por algum país, fora do Brasil". Nessa fala, o general teria repetido várias vezes a palavra "amargura", igualmente utilizada na carta de Ieda postada do Uruguai e transcrita acima.

Diante da ausência de notícias por parte das autoridades internas, Dona Eunice recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Por meio de carta enviada ao Presidente da CIDH em 15 de abril de 1976, ela relatava sua peregrinação e a situação de desespero em que se encontrava diante do desaparecimento da filha:

> (…) fiz a via sacra, fui a 11 lugares, em vários estados brasileiros, onde pudesse encontrar minha filha e em todos os lugares era sempre a mesma negativa; não tinham conhecimento, não sabiam, me mandavam a lugares onde eu já havia estado, pelo menos umas seis vêzes. Escrevi ao Presidente Geisel, ao Ministro Falcão, ao Chefe do 1º Exército, fui a Congregação dos Bispos do Brasil, ao Arcebispo de São Paulo, do Rio de Janeiro e as respostas sempre as mesmas, niguém sabe de nada, todos me pedem paciência e calma e a 25 meses estou nessa aflição, sem ter ao menos uma carta de minha querida filha.
>
> Faço-lhe este relato, para tentar junto a sua poderosa e dedicada Comissão, uma notícia qualquer. Já estou a beira de um colapso nervosa. Minha filha ao ser presa era assessora jurídica e trabalhava no Ministério das Minas e Energia, no Departamento Jurídico. Sempre morou em minha companhia e sempre foi uma filha exemplar, estudiosa, dedicada e amorosa, por essas razões, exclui a hipótese de estar ela foragida, pois se assim fosse, tenho certeza que teria conseguido comunicar-se com alguém da família. (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0041_0006, p. 27)

O Secretário Executivo da CIDH informou dona Eunice, em agosto de 1976, que havia solicitado informações a respeito do paradeiro de Ieda ao governo brasileiro e que, assim que recebesse resposta, daria ciência a ela. Nas respostas à interpelação da CIDH, o governo negou que Ieda estivesse detida em órgão de segurança e citou as cartas enviadas por Ieda à sua mãe como prova de que ela não tinha sido presa. Nesse sentido, em comunicação ao Ministro Armando Falcão, afirmou o diretor-geral do Departamento da Polícia Federal:

> O "Habeas Corpus" impetrado pelos pais de Ieda Santos Delgado e a Carta pore les dirigida a V. Exa. (…) dão como data de sua prisão o dia 13-04-74, o que é de se estranhar, uma vez que Ieda enviou duas correspondências a sua mãe, uma postada em Belo Horizonte, em 18-04-74, e a outra postada no Uruguai, em 15-05-74, o que comprova que não fora presa (Arquivo Nacional, Fundo DPF, BR_DFANBSB_Z4_DHU_0033, p. 28).

Em 1981, a CIDH acabou determinando o arquivamento do caso de Ieda, "sem prejuízo, entretanto, de poder ser reabri-lo se forem recebidos novos elementos de juízo" (Arquivo Nacional, Fundo SNI, AC_ACE_15294_81).

No dia 17 de agosto de 1976, a mãe de Ieda dirigiu outra carta, dessa vez ao general João Batista de Oliveira Figueiredo, então chefe do SNI, em que narrava as suas buscas infrutíferas por informações e pedia providências para a localização do paradeiro da filha.[226] Ao fim da carta, Dona Eunice revelava a extrema angústia que padecia diante da dúvida sobre a vida ou morte de Ieda: "À pobre mãe que subscreve este pedido, até mesmo o comunicado de já não pertencer minha filha ao mundo dos vivos é preferível à incerteza, à desesperança e a dor cruciante determinadas pela atual situação." (Arquivo Nacional, Fundo CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0041_ 0006, p. 26)

Segundo Betty Almeida, quando Nelson Mandela saiu da prisão, Dona Eunice comentou que, se ele tinha sido libertado depois de 27 anos, isso também poderia acontecer com os que estavam presos no Brasil. Assim, complementou Betty: "Até sua morte, Dona Eunice militou em grupos de familiares de desaparecidos, sem nunca perder a esperança de encontrar Ieda viva".

Dona Eunice faleceu em 1992 e não viveu para receber do Estado brasileiro o reconhecimento da sua responsabilidade pela morte de Ieda, o que só aconteceu em 1995, com a publicação da Lei 9.140/1995. O nome de Ieda integra o Anexo I da Lei, entre outros desaparecidos politicos que foram então assumidos como mortos, vítimas da ditadura militar brasileira. A irmã de Ieda apresentou requerimento de indenização perante a CEMDP, o qual foi deferido em 1996. Assim como nos casos de Paulo de Tarso e de Honestino, a certidão de óbito de Ieda apresenta diversas lacunas, uma vez que não se sabe quando ou onde ela morreu, tampouco a causa da morte e o local de sepultamento.

Nas investigações conduzidas sobre o caso de Ieda, tendo em vista a carta postada do Uruguai que foi recebida pela sua mãe pouco depois do desparecimento, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) solicitou informações sobre a brasileira à Secretaria de Direitos Humanos do Uruguai. No entanto, o Ministério do Interior uruguaio respondeu não ter encontrado registros sobre Ieda.[227]

As circunstâncias da prisão e morte de Ieda seguem sem esclarecimento, e o paradeiro do seu corpo continua desconhecido. Os únicos indícios existentes, embora muito fragmentados, se baseiam em informações que foram recebidas pela família na época e em outras que, mais recentemente, foram abertas por um agente da repressão.

Segundo relatou a irmã de Ieda, Eliete Santos Delgado, em entrevista à Maria Coeli em 14/5/1992, a família teria recebido de um preso político a informação de que Ieda foi executada por ter presenciado a morte de Thomás Antônio de Meirelles, também militante da ALN, em São Paulo. A morte de Ieda teria, portanto, um sentido de queima de arquivo, com o objetivo de não deixar rastros sobre a morte de Thomás, que se tornou outro desaparecido político da ditadura brasileira.

226 Assim dizia a carta de Dona Eunice: "Desde essa época [em que soube da prisão de Ieda], a minha peregrinação tem sido sem descanso, buscando um sinal, uma pista de minha filha, que tendo sido sempre muito amorosa e unida à família, não nos deixaria sem notícias por todos esses 28 meses, a menos que estivesse completamente impedida de tomar tal providência. Tudo resultou inútil. As inúmeras autoridades procuradas responderam nada saber sobre o assunto.
Não pretendo comover V. Exa. com razões que minha própria condição de mãe tornaria suspeita, também não é meu objetivo pleitear a liberdade de minha filha. Meu único motivo é o de suplicar-vos que determine providências para localizar o paradeiro de IÊDA."

227 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Tomo III, p. 1642.

Outras informações sobre Ieda foram repassadas, mais recentemente, pelo ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra, cujo depoimento embasou o conteúdo do livro "Memórias de uma Guerra Suja", escrito pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto e que narra a participação do ex-delegado na ocultação de cadáveres de vítimas da ditadura, particularmente por meio de um processo de incineração dos corpos em uma usina de açúcar localizada em Campo dos Goytacazes (RJ), a Usina de Cambahyba.

Em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade *Rubens Paiva* de São Paulo, em 9/12/2013, Suzana Lisbôa, membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, relatou que entrou em contato com Cláudio Guerra para questioná-lo sobre casos de desaparecimento de militantes da ALN que não eram mencionados no livro, mas que tinham ocorrido na época em que o agente atuava e em condições semelhantes a outros militantes citados na obra. A resposta de Guerra ficou gravada nos seguintes termos:

> Nesse primeiro contato, restava perguntar sobre outros dois desaparecidos da ALN com características marcantes: Ieda, mulher e negra; Issami, que era oriental. De início, Claudio Guerra disse não saber. Enviei fotos, falei muito sobre eles e dias depois ele me revelou que tinha investigado e sabido que Ieda fora morta sob torturas em São Paulo e que aqui ficara seu corpo.

Segundo o Relatório da CNV, em depoimento prestado no dia 23 de julho de 2014, "o ex-delegado Cláudio Guerra declarou que Ieda Santos Delgado teria sido morta pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, informação que teria obtido do próprio Fleury e também do delegado Josmar "Joe" Bueno"[228].

A informação repassada por Guerra reforça, portanto, a hipótese de que Ieda teria sido morta em São Paulo, o que, por sua vez, abre a possibilidade de ter sido enterrada como indigente no Cemitério de Dom Bosco, em Perus (SP), de modo que seus restos mortais poderiam estar entre as ossadas encontradas na vala clandestina construída no cemitério e aberta em 1990.

A CATMV-UnB tentou estabelecer contato com Cláudio Guerra por meio de comunicação eletrônica enviada em 2013, com o intuito de obter mais informações sobre as circunstâncias de prisão e morte de Ieda, mas não recebeu resposta do ex-delegado.

Ieda recebeu diversas homenagens em sua memória. Na UnB, seu nome foi atribuído a um dos prédios conhecidos como "Mascs", ou Módulos de Apoio e Serviços Comunitários, inaugurados em maio de 2012. Além disso, a Associação dos Estudantes de Pós-graduação da UnB leva o nome de Ieda Santos Delgado. Ieda também foi homenageada no Distrito Federal, com a atribuição do seu nome ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) localizado na estação do metrô da 102 Sul; no Rio de Janeiro e em São Paulo com a denominação de vias públicas.

228 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Tomo III, p. 1643.

Considerações sobre o caso Anísio Teixeira

Não é sem motivos que o nome escolhido pela Comissão da Verdade da UnB presta homenagem a Anísio Teixeira. Anísio foi um dos fundadores da UnB e um dos articuladores do novo projeto de universidade pensando junto com Darcy Ribeiro, de caráter inovador e cunho democratizante. Quando foi deflagrado o golpe de Estado em 1º de abril de 1964, Anísio foi atingido pela repressão política instaurada no país, sendo destituído do cargo de reitor da UnB.

Na cerimônia de instalação da CATMV-UnB, o biógrafo de Anísio Teixeira e professor da Universidade Federal da Bahia, João Augusto de Lima Rocha, prestou um depoimento no qual levantou diversos indícios sobre as circunstâncias suspeitas da morte do educador em março de 1971. Em novembro de 2012, João Augusto entregou à CATMV-UnB um dossiê – assinado em conjunto com Carlos Antônio Ferreira Teixeira, filho de Anísio, e Haroldo Borges Rodrigues Lima, sobrinho-neto – que reúne informações sobre a morte do ex-reitor da UnB, entre testemunhos e notícias de jornais da época.

Em pesquisas realizadas no Arquivo Nacional, embora não tenha avançado no esclarecimento das circunstâncias de morte, a CATMV-UnB localizou documentos de vários órgãos de repressão que demonstram o monitoramento das atividades de Anísio Teixeira e a sua consideração como *persona non grata* pelo regime ditatorial. Anísio é referido nos documentos, por exemplo, como um intelectual comunista e má influência para alunos e professores.

Em 11 de março de 1971, Anísio foi fazer uma visita ao amigo Aurélio Buarque de Hollanda, em seu apartamento localizado no Botafogo, Rio de Janeiro, para discutirem sua indicação para a Academia Brasileira de Letras. No final do dia, como não retornou para casa, sua esposa Anna Christina Teixeira Monteiro começou a buscar notícias suas. No dia 13 de março, a imprensa noticiou o desaparecimento de Anísio, e a família recebeu um telefonema da polícia informando que o seu corpo tinha sido encontrado no fosso do elevador do edifício onde morava Aurélio Buarque de Hollanda. O cadáver foi levado para o Instituto Médico Legal antes de realizada a perícia técnica no local da morte e tinha sido identificado inicialmente com o nome de João Carlos de Freitas Raulinho, oficial da Marinha que havia cometido suicídio nas proximidades do edifício. O laudo de necropsia concluiu que a causa da morte de Anísio teria sido por acidente, ou seja, em decorrência da queda no fosso do elevador.

Familiares e amigos do educador contestaram, na própria época, essa versão oficial sobre a causa da morte de Anísio. Os esforços iniciais para apurar e esclarecer o ocorrido foram, no entanto, prejudicados por dificuldades impostas à realização de investigações, como relatado no memorial entregue à CATMV-UnB:

> Apesar de considerar sob suspeita a causa da morte do educador, a Polícia só demonstrava interesse em investigar o caso como crime comum, resistindo a admitir a possibilidade de crime politico. Quando tentaram incriminar os serventes do prédio onde o corpo foi encontrado, o filho de Anísio, Carlos Antônio Ferreira Teixeira, sentindo não haver espaço para uma investigação rigorosa capaz de elucidar os fatos, preferiu se afastar.

No dossiê entregue à CATMV-UnB, foram apresentados diversos indícios que lançam a suspeita de assassinato político de Anísio, a começar pelo fato de não ter sido realizada perícia técnica no local da morte antes da transferência do corpo de Anísio para o IML. O acadêmico Afrânio Coutinho e os médicos Domingos De Paula e Francisco Duarte Guimarães Neto presenciaram a necropsia do corpo de Anísio e relataram que o

legista descreveu “duas grandes lesões traumáticas no crânio e na região supra clavicular, que seriam incompatíveis com a queda” e que poderiam ter sido causadas por “um eventual instrumento cilíndrico, provalvelmente de madeira”. A autópsia teria sido interrompida por dois policiais que chegaram ao local afirmando que o educador havia morrido em decorrência de acidente no elevador.

Outras informações trazidas pelo dossiê reforçam as suspeitas, a partir de relatos colhidos na época: i) o porteiro do edifício de Aurélio Buarque de Hollanda teria afirmado que no local não esteve ninguém com as características de Anísio; ii) o amigo e colaborador de Anísio, Abgar Renault, teria sido informado pelo Comandante do I Exército, general Sizeno Sarmento, que Anísio estava detido na Aeronáutica para averiguações. A mesma informação teria sido recebida por Luís Viana Filho, que era governador da Bahia na época e relatou esses fatos em entrevista a João Augusto de Lima Rocha em 1987.

O dossiê relata, ainda, que Anísio tinha recebido do filho um documento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com avaliação de conjuntura política e diretrizes para os membros. O documento era guardado por Anísio em sua pasta, mas não foi encontrado entre seus objetos pessoais, recolhidos após a morte. Por fim, a posição em que foi encontrado o corpo de Anísio no fosso do elevador e o fato de seus óculos terem sido encontrados com as lentes intactas também colocam dúvidas à versão de morte acidental por queda.

No relatório apresentado em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade narrou as diligências realizadas nas investigações sobre a morte de Anísio e informou o andamento do pedido de exumação dos restos mortais de Anísio:

> As diligências para desvelar as causas da morte de Anísio Teixeira foram iniciadas pela CNV no primeiro semestre de 2014. O objetivo inicial era localizar os laudos de exame de local e necroscópico, produzidos em relação à morte pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. Essas primeiras diligências não apresentaram resultados satisfatórios e o núcleo de perícias da CNV entrou em contato com familiares de Anísio Teixeira. Em função de reunião com Carlos Teixeira, um dos filhos do educador, foram realizadas novas diligências, como a análise do livro de entrada de corpos do IML/RJ, que demostrou que o corpo deu entrada no instituto em 13 de março de 1971, com a guia no 47 da 10ª DP do Rio de Janeiro. No mesmo dia, uma linha acima, registra-se a entrada de um oficial da Marinha de nome João Carlos de Freitas Raulino, com a guia no 46 da mesma delegacia. Verificaram-se também os registros do IML/RJ que indicam que houve recolhimento do corpo de Freitas Raulino no mesmo dia em que Anísio Teixeira morreu. Também foram realizadas diligências no Instituto de Criminalística do Rio de Janeiro, que comprovaram que houve perícia no local quando o corpo ainda estava no fosso do elevador. Por fim, verificaram-se dados da necropsia, mas, como não foi possível recuperar o laudo, foi solicitada a exumação dos restos mortais, com o objetivo de verificar possíveis lesões produzidas no evento que causou a morte de Anísio Teixeira, exame que até o momento de conclusão deste Relatório continua em andamento sob a responsabilidade Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal.[229]

229 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Tomo I, p. 80.

Diante do exposto acima, da documentação reunida e do trabalho de pesquisa realizado, a CATMV não tem condições objetivas para assegurar a ocorrência de morte por acidente. Por outro lado, não é possível indicar que a morte de Anísio Teixeira foi ação direta da repressão, seguindo inconclusas as investigações a respeito das circunstâncias do seu falecimento.

PARTE IV: CONCLUSÕES E RECOMEND AÇÕES

A Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade (CAT MV), nos seus 32 meses de atuação, produziu um conjunto de depoimentos – obtidos em audiências públicas e sessões reservadas – bastante representativo da repressão e da resistência na Universidade de Brasília. Além disso, a Comissão identificou, em diversas fontes existentes (como fundos de arquivos públicos e privados, documentos existentes em órgãos da Universidade, teses e dissertações e publicações sobre o período repressivo, entre vários outros), inúmeras situações e episódios de violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura militar (1964 a 1985), envolvendo estudantes, servidores e professores da Universidade de Brasília.

Entre as inúmeras violações de direitos humanos pesquisadas destacam-se aquelas relacionadas aos seguintes perfis: graves torturas físicas e psicológicas; sequestros; prisões ilegais; censura e violação de comunicações; vigilância, controle e perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa, restrições à liberdade de reunião, de manifestação política, artística e de ideias e de organização. Todas associadas a uma estrutura legal e burocrática repressiva, operando em redes internas e externas à Universidade. Também foram identificadas as diversas formas de resistência, protesto e luta pelo Estado Democrático de Direito.

Com base nas conclusões, a Comissão apresenta 16 Recomendações que visam à defesa da democracia e à preservação do direito à memória e à verdade e para que não sejam mais cometidos crimes contra a humanidade:

Recomendações

I. Encaminhamento do conjunto de informações e subsídios coletados pela Comissão referentes à prática de tortura contra estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores da UnB, por agentes do Estado, em próprios da União e do Distrito Federal, ao Ministério Público Federal, que tem por missão “promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito”, com vistas à apuração e, sendo o caso, responsabilização criminal e civil dos perpetradores dessas gravíssimas violações de direitos humanos.

II . Revisão da interpretação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), para assegurar a responsabilização dos agentes do Estado perpetradores de graves violações de direitos humanos no período de 1964 a 1988.

III . Localização e abertura dos acervos de órgãos de segurança e informações ainda não depositados no Arquivo Nacional, entre os quais os da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF, dos centros de informação das Forças Armadas e os da Secretaria de Segurança Pública do DF (incluindo arquivos da Polícia Civil e da Polícia Militar).

IV. Apoio ao Projeto de Lei nº 7899/2014, segundo o qual “fica instituída a Lei “Iara Iavelberg”, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática *A Ditadura Militar no Brasil e a Violação dos Direitos Humanos*, e dá outras providências”.

V. Criação de um Memorial (ou outro elemento simbólico análogo) na UnB, em memória das vítimas da ditadura e em homenagem aos que a combateram.

VI. Mudança de nome dos logradouros que atualmente homenageiam próceres da ditadura militar (por exemplo, em Brasília, a Ponte Costa e Silva), de modo a marcar a ruptura desejada com a ditadura, passando a homenagear a luta pelas liberdades democráticas, inclusive dando os nomes de pessoas que tombaram na luta contra a ditadura a prédios e instalações da Universidade.

VII. Revisão de títulos e de homenagens universitárias concedidas a apoiadores ou autoridades da ditadura (no caso da UnB, o título de Doutor honoris causa conferido a Roberto Marinho; outros casos: título de Doutor honoris causa conferido a Jarbas Passarinho pela Unicamp; a denominação do Grande Prêmio CAPES de Tese “Zeferino Vaz”; etc.).

VIII. Identificação, no atual regulamento da UnB, de eventuais permanências autoritárias (ligadas, por exemplo, à expulsão disciplinar ou por rendimento deficiente, ou outras formas de perseguição e restrição política), com vistas à sua supressão.

IX. Promoção do uso do acervo documental que deu suporte à pesquisa da Comissão, em especial o Fundo ASI-UnB, no aprendizado e na prática de pesquisa por professores e estudantes de vários cursos (dentre outros, História, Ciências da Informação, Comunicação, Antropologia, Ciência Política.), bem como na realização de projetos coletivos e interdisciplinares de pesquisa.

X. Degravação dos depoimentos constituintes do acervo da CAT MV.

XI. Destinação do acervo constituído pelos trabalhos da CAT MV para entidade de guarda/pesquisa documental, com acesso público e publicação permanente do material pesquisado no portal www.comissaoverdade.unb.br

XII. Estímulo ao levantamento de dados sobre momentos históricos importantes e pouco conhecidos de resistência à ditadura militar.

XIII. Estímulo a produções audiovisuais, editorais e jornalísticas que apurem as transgressões aos direitos humanos no período 1964-1988 por meio de editais de fomento, cursos de formação e premiações.

XIV. Promoção de atividades de extensão universitária que propiciem o contato e o debate com estudantes do ensino fundamental e médio em torno de questões ligadas à temática da Comissão.

XV. Discussão de possíveis alternativas, em especial no âmbito arquitetônico-urbanístico e de mobilidade/ transporte, para retomar a integração entre a UnB e o Distrito Federal e Entorno, superando o isolamento físico dentro do campus e sua relação com restrições à sociabilidade, à mobilização política etc.

XVI. Promoção da continuidade do trabalho das várias Comissões da Verdade constituídas, por meio de parceria com universidades em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

ANEXO:

O olhar de fotógrafos profissionais sobre o período e sobre as fotografias produzidas pela ditadura existentes nos arquivos da asi/unb

Saudações e Pesares



Agradeço o convite para colaborar com a CATMV-UnB com este testemunho e parabenizo o trabalho da Comissão, documentando, reagindo, recuperando a memória para melhor entender e aprender sobre os anos negros sofridos pela Universidade de Brasília, então florescente. Tarefa árdua, dolorida, trabalho de arqueologia viva do CATMV que levanta documentação preciosa e necessária. Leva à justiça possível e também ao divã, analisar traumas violentos de infância da UnB, central inteligente da tenra Brasília.

Difícil avaliar as dimensões e projeções das perdas e danos, com vidas interrompidas, física, geográfica e profissionalmente, atingindo famílias até a mais profunda e irrecuperável dor. A comunidade da UnB, arrastada e afogada na correnteza, despencou a patamares comprometedores de futuros, viveram presentes oprimidos e passados obscuros.

Penso na diáspora, clandestinidade e exílio, na extensão dos aspectos imateriais. Penso no projeto que desabrochava de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, precocemente destroçado, desertificando exemplos de excelência na Educação, como Paulo Freire, entre outros perseguidos e cassados.

Perderam-se sonhos e juventudes, diariamente despertos sob o pesadelo do terrorismo de Estado, onerados em tempo e nervos para acumular sabedoria e construir futuros. Boas razões para universidades existirem.

Marcos Santilli©, abril de 2015



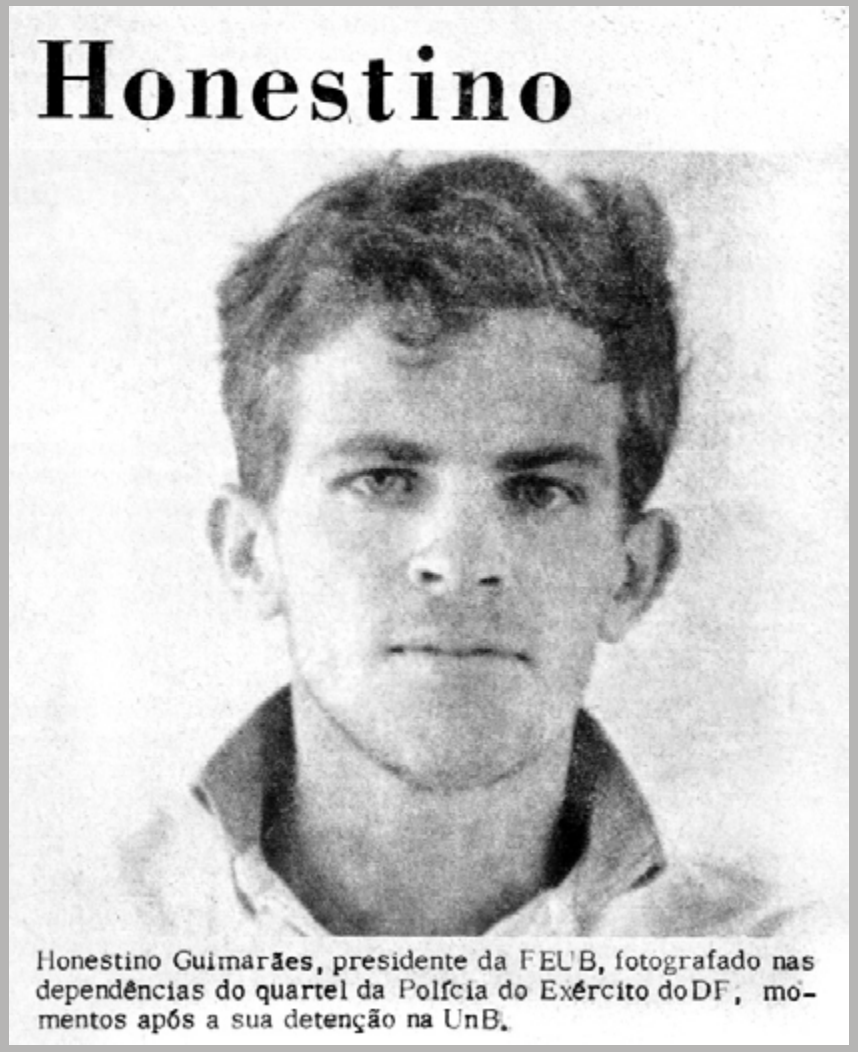
Com meus irmãos no Núcleo Bandeirante, conhecendo Brasília em 1960, viagem que me despertou o primeiro interesse pela fotografia.

Iniciação a Brasília, UnB, Fotografia e Repressão

Mudei-me para Brasília em 68 para prestar vestibular na UnB, onde minha irmã Raquel já estudava e envolvia-se com o movimento estudantil liderado por Honestino Guimarães, a quem conhecemos, seguimos, apoiamos e admiramos. Meu pai José Santilli Sobrinho, o Zeca, elegera-se deputado por São Paulo em 66 e meus irmãos foram-se transferindo para a capital, estudando na UnB em diferentes épocas. Paulo Santilli formou-se em antropologia em 78. Minha mãe, professora emérita da USP viveu a guerra da Maria Antonia, entre estudantes da USP e Mackenzie.

Minha família participou ativa e intensamente do sonho da Unb, de Brasília, à repressão, de 68 a 78, também acolhendo e abrigando militantes, perseguidos e clandestinos, entre eles Honestino e Luis Cacazu, presidente do DCE, Diretorio Central dos Estudantes do ICA-FAU, onde estudei.

Saiba mais em www.zecasantilli.com.br.


Honestino

Honestino Guimarães, presidente da FEUB, fotografado nas dependências do quartel da Polícia do Exército do DF, momentos após a sua detenção na UnB.

Correio Brasiliense, 30 de agosto de 1968



CORREIO BRAZILIENSE

UnB OUTRA VEZ TOMADA DE ASSALTO

Evacuada Presos

Reitor Início Tumulto Passeata "Elefante"



FOLHA DE S. PAULO

Policia invade Universidade de Brasilia

Professor conta como foi a invasão da UNB

Aulas foram suspensas na Universidade de Brasília





FOLHA DE S. PAULO

ANO XLVIII UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL SÃO PAULO, 6.ª FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1968 N.º 14.320

SERIOS INCIDENTES EM BRASILIA

Dubcek enfrenta novas ameaças dos sovieticos

A denuncia sobre suborno vai à

Deutsch: integra da palestra na FOLHA domingo

Inscrições para o Admissão

Ruptura do Projeto da UnB

Na invasão de 68, antes de entrar na UnB, entre incontáveis violências, fui espancado com meu pai pelo DOPS e PM, entre outros órgãos de insegurança da época. O acervo de família que compõe a colagem de reportagens que se segue, oferece um mural compacto deste epsódio marcante, infelizmente não o único, mas certamente o mais tráumático na Universidade de Brasília. Abalou o Brasil, sua imagem, disparou o AI-5, rojões do novo pesadelo que iria durar mais de uma década. A quebra da inviolabilidade do campus prenuncia outras rupturas. A seguir, o Congresso Nacional.



CORREIO BRAZILIENSE

DEPUTADOS E ESTUDANTES APANHAM NA UNIVERSIDADE

Notas oficiais

Waldemar

Honestino

Boletim

Aulas suspensas

Jânio



Grave Conflito na Invasão Policial do "Campus"

Indignação no Congresso Vê Convocar CPI em Meia Hora

Ministro da Justiça Vai Processar o Reitor Por Crime de Responsabilidade

Advogado Busca em Vão Honestino Pelos Quartéis

Deputados Presos e Espancados Durante a Luta



Vários policiais feridos, segundo a nota oficial da Polícia; seis estudantes feridos; grandes prejuízos materiais, com a destruição de aparelhos do Instituto de Ciências; deputados agredidos; deputados da Arena, inclusive seu vice-líder na Câmara, criticando violentamente o govêrno; a Polícia dizendo que ela é que foi agredida: são os resultados da invasão da Universidade de Brasília, ontem de manhã, por agentes do DOPS e da Polícia Federal. A invasão e suas conseqüências estão na pág. 13.



DOPS e PM invadem a Universidade de Brasília

PROTEÇÃO INÚTIL

O Deputado Josafá Marinho tenta proteger a filha, que foi espancado e detido pela PM

Estudante baleado começa a reagir bem

Reitoria sabia de tudo, revela a Polícia

Flashes



Fotografia de Roberto Stuckert



TRIBUNA da imprensa

GOVÊRNO APURA O MASSACRE DA UNIVERSIDADE



UNB: ampla repercussão no Congresso

Folha de São Paulo



CÊRCO COMPLETO

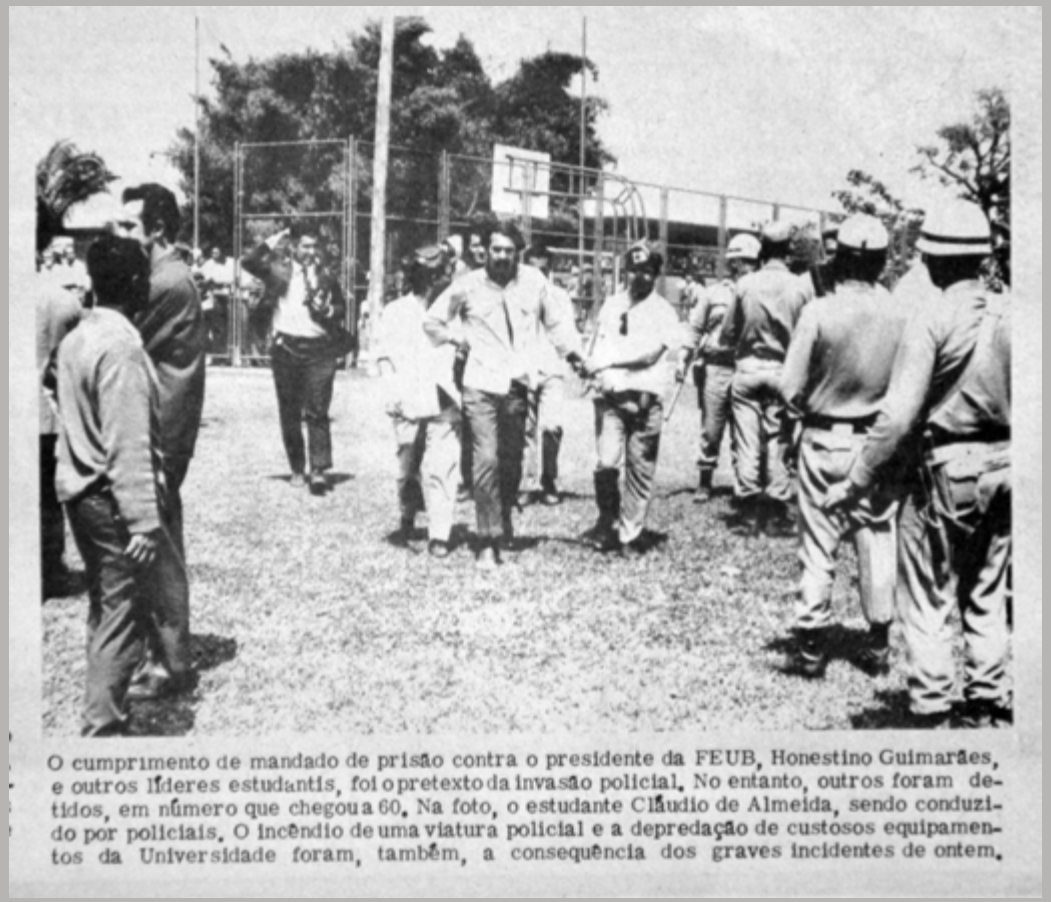
Universidade de Brasília é invadida pela Polícia

Jornal do Brasil



O DOPS NA UNIVERSIDADE

O Cruzeiro



O cumprimento de mandado de prisão contra o presidente da FEUB, Honestino Guimarães, e outros líderes estudantis, foi o pretexto da invasão policial. No entanto, outros foram detidos, em número que chegou a 60. Na foto, o estudante Cláudio de Almeida, sendo conduzido por policiais. O incêndio de uma viatura policial e a depredação de custosos equipamentos da Universidade foram, também, a consequência dos graves incidentes de ontem.

Correio Brasiliense

JORNAL DO COMMERCIO

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Rio de Janeiro, sábado, 31 de agôsto de 1968

Diretores: Carlos Rizzini e Alceu Costa

Preço dos exemplares:
Gb e E. do Rio ... NCr$ 0,20
Outros Estados ... NCr$ 0,25
Domingos ..... NCr$ 0,30

CHANCELA



O sr. Delfim Neto assina pelo Brasil o contrato de financiamento para as obras públicas do porto (Radiofoto UPI-JC)

Delfim assina contrato para a Rio-Niterói

Liquidação dos Fundos exigirá mudança do 157

Professôres fecham Universidade de Brasília e exigem garantias

Os professôres da Universidade de Brasília comunicaram ontem ao presidente do Conselho Federal de Educação, professor Dinaldo Couto, a paralisação das atividades, devido à insegurança criada após a invasão policial e exigiram ao Conselho providências que assegurem o funcionamento normal daquele estabelecimento de ensino.

Os líderes da ARENA na Câmara e no Senado, srs. Pedroso Horta e Ernani Sátiro, obtiveram do chefe da Casa Civil, ministro Rondon Pacheco, a garantia de que o Executivo mandará ajustar, "com fato e rigor", as acusações por abusos e violências cometidos contra estudantes, professôres e jornalistas, durante dois dias de ocupação da Universidade de Brasília.

Segundo o ministro, as providências serão tomadas após o recebimento de um relatório que lhe será encaminhado pelo comandante da 11ª Região Militar, general Antônio Carlos Muricy.

Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça, Gama e Silva, determinou a instauração de inquérito policial-militar para apurar as responsabilidades pelos excessos cometidos.

Os professôres da UnB, em assembléia realizada ontem à noite, decidiram pela paralisação das atividades até que sejam tomadas as providências solicitadas.

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

Rio de Janeiro, sábado, 31 de agôsto de 1968

REPRESSÃO AUMENTA EM BRASÍLIA E COSTA IGNORA QUEM DÁ A ORDEM



Major diz que PM não atirou

A CPI da Câmara que apura violências policiais cometidas no setor estudantil, ouviu ontem o depoimento do major Alberto Caetano, da PM, que comandou a operação contra a Universidade de Brasília na manhã de 5 de agôsto. Disse o oficial que as tropas sob seu comando não fizeram uso de armas de fogo, esclarecendo que apenas uma arma, segundo verificou o Almoxarifado da corporação, apresenta sinais de haver feito disparo ou disparos em data recente. Alegou, contudo, que não sabe ainda quem usava essa arma e, tão logo o apure, dará conhecimento à CPI.

O major Caetano, interpelado pelos deputados Elias Carmo, Mário Covas, Hermano Alves, David Lerer, Hélio Navarro e outros, confirmou informações anteriores de que se encaminhara para a UNB com três choques da PM, por ordem do comandante da milícia, coronel Alzir Nunes Gay. O comandante assistiu ao depoimento perante a CPI, tratações para ficar nas proximidades, pesolveu entrar na Universidade para atender a pedidos de socorro, pois cerca de 500 estudantes atacavam uns 30 agentes do DOPS. Mandou que fôssem atiradas bombas de gás para dispersar os estudantes, mas estes logo se reorganizaram e voltaram a atacar os policiais e os soldados, inclusive com armas de fogo. Em seguida disse que não viu os estudantes atirando, mas ouviu os estampidos.

ACAREAÇÃO

O major foi acareado com o deputado Santilli Sobrinho, a quem disse haver abraçado para tirá-lo do local, mas o parlamentar explicou que "o major abraçou-se a mim depois que seus homens estavam cansados de me bater com cassetetes". O major declarou que, pelo relatório de seus oficiais, o deputado dera um soco num capitão e seu filho um pontapé. A acareação não prosseguiu por interferencia do presidente da CPI, deputado Celestino Filho.

A CPI ouvirá hoje o coronel Raul Munhoz, chefe de gabinete do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, devendo tomar o depoimento do bispo auxiliar do Rio, d. José de Castro Pinto, no dia 19. O deputado Hermano Alves retirou sua proposta de convocação do estudante Franklin Martins, vice-presidente da UME, por falta de garantias.

REJEIÇAO

Foi rejeitado por 6 votos a 4 o requerimento do sr. David Lerer, que convocava para prestar declarações o ministro da Justiça, o general Meira Matos, o reitor Caio Dias, o coronel Carlos Evaristo, o líder Honestino Guimarães, o prof. Luiz Galvão Lobo e o diretor-geral do DOPS.

Em Brasília, os estudantes saíram às ruas ontem, durante 20 minutos, erguendo faixas e distribuindo panfletos.

A Universidade de Brasília foi invadida, na manhã de ontem, por tropas da Polícia Militar do DF, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia do Exército e agentes à paisana do DOPS que, utilizando bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, bazucas, revólveres e cassetetes cercaram o "campus" universitário e retiraram das salas de aulas todos os professôres e alunos, sendo êstes levados de mãos levantadas, à quadra de esportes da UnB para se submeterem à triagem.

Utilizando cêrca de 50 viaturas e choques policiais, as tropas penetraram na Universidade exatamente às 10 horas, ao mesmo tempo em que bloqueavam tôdas as suas vias de acesso, impedindo a entrada e saída dos estudantes, que correram para todos os lados, quando foram surpreendidos, durante as aulas, pela invasão.

Não se sabe ao certo o número de estudantes presos, mas entre êles está o Presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, Honestino Monteiro Guimarães que, juntamente com mais outros estudantes, estão com prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4a. Região Militar.



O Senado protesta

O Sr. Aurélio Vianna, líder do MDB, disse ao Senado ontem, narrando os acontecimentos da Universidade de Brasília, que "a ilusão era tamanho que os policiais passaram a depender inteiramente com os aparelhos mais modernos recém adquiridos pelo Brasil, carros, carrinhos", acrescentando que "há um pensamento geral que sentimos na aplicação explícita, para que o que resta de democracia neste País, os poderes dêste Brasil fiquem fortalecer para impedir ou defender uma ditadura".

Continuando disse que "sinceramente, se o Presidente da República brasileiro quer mesmo preservar, desenvolver, aperfeiçoar a democracia neste País só vê um caminho: de prestígio, aparando pessoalmente as responsabilidade por atos que levam à indignação não abrem o Brasil como o mundo inteiro, aquêle mundo que exprimiu em ofícios de democracia, aos ofícios de liberdade, aos ofícios de justiça, aos ofícios de direito".

Condenou os excessos policiais de ontem e citou o dia de Tiradentes "verdadeira noite libertícida, contra jovens que desejam, em verdade a participação na vida pública do País" acrescentando que tem com tanta intensidade dos episódios: é a de que não parte do Governo a imposição libertícida, considerando a ação da maquina humana "ultra-liberal talvez, contra-indicada pela falta de energia para, dentro dos moldes democráticos, conter os excessos da polícia de". E adiantou que não tem dúvidas de que quem atende os reclamos da juventude, "quem é sensível aos clamores da Pátria determina a reforma universitária e a promulgação de forma acelerada, há de repelir os abusos dos que, dizem da Nação, a ordenamento contra o direito e contra as liberdades".

FALA O LÍDER

Interpretando em nome do Governo os pedidos ao discurso do Sr. Aurélio Vianna, líder do MDB, o Sr. Petrônio Portela disse que os

PM dá sua versão da invasão

A CPI da Câmara dos Deputados que investigou violências policiais contra estudantes, apesar de já extinta, recebeu ontem documentos da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança do Distrito Federal, literalmente adulterados e revelando entre outras de contradições. O comandante da Polícia Militar a quem a CPI pedira o relatório de todos os oficiais que estiveram no **campus** da Universidade quando de sua invasão, enviou à Câmara a seguinte informação: "O Comando da PM não tem cópias dos relatórios solicitados. Tais documentos foram manuscritos e entregues ao chefe do Serviço Nacional de Informações, General Garrastazu Médice".

O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Coronel Jurandir Palma Cabral, a quem fôra solicitado o relatório do Tenente da PM, Casimiro de Sousa (que declarou ter sido ferido a bala pelos estudantes no dia da invasão da Universidade), enviou à CPI a fotocópia do relatório do oficial. Datilografado — ao contrário do que informou o Coronel Nunes Gay — o relatório diz, em certa altura, quando o tenente descreve o episódio em que foi ferido: "Houve tiros, pedradas e correrias". Segundo explicaram alguns parlamentares, foi acrescentado ao relatório, com um tipo de máquina datilográfica diferente, a seguinte expressão: "... partidos do Instituto Central de Ciências". O estudante Valdemar Alves foi baleado pela PM dentro do Instituto de Ciências.

Outros documentos encaminhados à CPI, como os laudos do exame pericial nas armas usadas pela Polícia Militar, assinalam que "apenas uma arma acusava sinal de disparos recentes: o revólver Taurus n.º 132.778, portado na ocasião pelo Tenente Palmeira da PM".

O mesmo oficial, cujo revólver comprovadamente atirou, é apontado no relatório do Coronel Nunes Gay como "tendo sido agredido pelo Deputado Santilli Sobrinho".

PORQUE HÁ TANTAS CRISES NA UNIVERSIDADE



Em todos os níveis, a UnB permanece uma contradição



O Deputado Santilli Sobrinho, que aparece na foto gritando com os policiais, foi à Universidade para defender seu filho, e ambos acabaram sendo espancados. O "campus" da UnB foi palco, naqueles instantes, de cenas de pânico e violência.

Santilli depois do espancamento

O deputado federal pelo MDB Santilli Sobrinho esteve ontem em São Paulo, no Diretório Regional do MDB, onde declarou que iria submeter-se a um eletroencefalograma.

Após a agressão a que foi submetido pela PM de Brasília, quando tentava proteger o filho dos policiais, durante a invasão da Universidade, o parlamentar afirmou que passou a ter súbitas alguns de memória.

Santilli exibiu as lesões que sofreu: um enorme hematoma que toma literalmente todo seu braço esquerdo, que está todo roxo e perto do ombro a pele adquiriu tom esverdeado. Nas costas, o deputado tem quatro marcas de pancadas.

O deputado Paulo Carlos sugeriu a vários parlamentares do Congresso, presentes no ato, que formassem uma comissão de deputados-médicos para ir até o presidente da República mostrar-lhe as atrocidades que aqueles autômatos cometeram.



Santilli depõe na polícia



"Por hoje prefiro restringir minhas declarações, no sentido de que ao lidar com autoridades como as com quem acabo de prestar meu depoimento, a gente começa a readquirir certa tranqüilidade com respeito aos poderes públicos. Nota-se sinceridade de propósitos, isenção e uma constante busca da verdade". Estas foram as palavras do deputado Santili Sobrinho (MDB-SP) após responder ao inquérito aberto por determinação do Ministro da Justiça, para apurar a agressão sofrida pelo deputado Santili Sobrinho, quando da invasão da UnB. O inquérito foi presidido pelo Dr. Valter Dias, designado pelo Secretário de Segurança, sendo representante do Ministério Público, o Dr. Jorge Leitão, Promotor da 2a. Vara Criminal, designado pelo Procurador Geral da Justiça, funcionando como escrivão o sr. Genésio Leão Padilha. O deputado Henrique La Roque (ARENA Maranhão) foi designado para representar a mesa da Câmara dos Deputados, acompanhando o deputado Santili Sobrinho, até o término do inquérito, que durou cêrca de três horas e meia, encerrando-se às 19 horas. No flagrante, momento em que o deputado Santili Sobrinho prestava depoimento, tedeado pelo deputado Henrique La Roque, na 1a. Delegacia de Polícia do Distrito Federal.



PREOCUPAÇAO DE PAI - O deputado Santillio Sobrinho não queria entregar à Polícia o seu filho. Agarrou-o, protegeu-o em seus braços, enquanto um pelotão da Polícia se acercava ameaçador, provocando pânico entre os outros estudantes, que se dispersavam.

Dez depoimentos de testemunhas

Os parlamentares que estiveram na Universidade de Brasília ainda durante a ocupação colheram dez depoimentos — nove de professores e um de estudante — sobre os acontecimentos. São estes:

Nome: **Luis Carlos Galvão Lobo** — coordenador da Faculdade de Ciencias Medicas — «Estava em classe com os alunos, quando foi informado da invasão pela PM. Como medida preventiva, pediu que os alunos se mantivessem nas classes.

A policia estava a 300 metros da sala de aula. Alguns estudantes lançaram pedras e a policia respondeu com tiros. Chegaram a prendê-lo e só o soltaram depois que declarou ser oficial da reserva. Inicialmente identificou-se como diretor da escola e a essa identificação não deram o menor valor. Os policiais lançaram gás lacrimogeneo na classe cheia de alunos e espancaram a torto e a direito. Naquela frente de combate os soldados tomaram e se mantiveram em posição de combatentes, ajoelhados alguns, com armas apontadas e atirando. Ali não havia nenhum oficial. Naquele momento prenderam todos os alunos e invadiram a diretoria. Só depois é que um major que, interpelado, só dizia estar cumprindo ordens. Os policiais quebraram muitas vidraças".

Nome: Valdemar Barbosa da Cruz — Professor da Faculdade Nacional de Medicina, dando um curso especial na Universidade de Brasília. "A policia lançou bombas de gás dentro do laboratorio e provocou a queima de aparelhos carissimos, como o espectrofotometro. Foi preso e com mais dois estudantes esteve detido dentro de uma viatura cerca de duas horas".

Nome: Milton Abrantes — Professor de Quimica — "Quis coibir aqueles assassinatos. Soldados atirando de mosquetão. Um oficial gordo, de um metro e noventa, chamado capitão Barbosa, dava ordens para atirar. Um aluno e mais dois professores foram alvejados quando procuravam socorrer o estudante Marcio, ferido no joelho".

Nome: Braulio Magalhães Castro — Professor da Faculdade de Medicina — "Estava na sala de aula com os seus alunos. Os policiais começaram a dar muitos tiros. Mandou que os alunos saissem e fossem para a administração. Os policias militares depredaram o laboratorio e incendiaram aparelhos."

Nome: Norma Guimarães Azevedo — professora de Francês — "Dois estudantes foram alvejados a tiros, por elementos do DOPS, quando procuravam socorrer um colega ferido".

Nome: **Nelia Cecilio** — professora de Francês — "Estava na sala de aula preparando materia para a preleção, quando a Policia lançou bombas de gás nos corredores e na propria sala. Depois de invadida a sala, os policiais encostaram todos na parede, professores e alunos, exigindo identificação".

Nome: **Wilson de Oliveira** — professor da Faculdade de Comunicações — "Fizeram manobra de envolvimento, dirigida por um sargento que já participou da ocupação da Universidade de outra vez".

Nome: **Aramita Marcadante** — professora — "Vinha para a Universidade quando me disseram que a Policia estava atirando para matar. De fato, a Universidade estava uma verdadeira praça de guerra".

Nome: **Sonia Delgado** — professora do Instituto de Francês — "Minha impressão é que o carro foi deixado pela Policia propositadamente, para ser incendiado pelos estudantes, pois os policiais não repeliram os estudantes quando se reuniram em torno da viatura que estava virada e foi incendiada. Viu quando os policiais lançaram os cães sobre os alunos que corriam, procurando fugir. Os policiais atiravam em linha horizontal, no rumo das pessoas".

Estudante — **não identificado** — "Saía da aula, no Instituto Central de Ciencias quando a Policia se aproximava. Refugiei-me na parte de cima. Valdemar, que estava ao seu lado, caiu ferido com um tiro na testa. Levaram Valdemar e o deitaram sobre uma mesa numa sala de aula. Os policiais lançaram gás na mesma sala".

DPF afirma que quem depredou Universidade foram estudantes

Ontem, à noite, o Departamento de Policia Federal divulgou outra nota sobre os incidentes digendo:

«Em complemento às notas anterioreso o Departamento de Policia Federal tem a esclarecer o seguinte:

«O agente encarregado da diligencia na Universidade de Brasilia, ao chegar ao «campus» universitario dirigiu-se ao gabinete do Magnifico Reitor, onde entrou em contato com seu substituto imediato, em virtude da ausencia daquela autoridade.

«O individuo em tela achou incoveniente o cumprimento do mandado no recinto do «campus» e, principalmente no horario de aulas. Em contrapartida, o elemento policial esclareceu que todos os condena do já eram perfeito conhecimento do Magnifico Reitor, inclusive mostrando o «ciente» aposto nos documentos, em ocasião anterior, por seus subordinados. E ainda, que nosso proposito era dar cumprimento cabal às ordens da Justiça, já por demais proteladas.

«Logo após, os agentes federais localizaram junto ao predio da administração da UNB, e prenderam, o universitario Honestino Monteiro Guimarães, presidente da FEUB. Imediatamente, todas as equipes do DOPS presentes ao local, poram agredidas violentamente, por pedradas e uma serie de objetos contundentes. Inclusive varios disparos de arma de fogo foram efetuados, partindo de dentro do «campus» e cercanias. Dentre as diversas violencias perpetradas, citamos a ação de total depredação da viatura marca P-100, placa oficial numero 74-42 e placa de camuflagem 3-21-55-DF, que foi virada e incendiada, destruindo-se completamente. Tambem foi seriamente atingida a viatura placa oficial numero 74-34, por pedradas, ocasionando danos no vidro e lataria em geral.

"Do conflito, sairam feridos os seguintes policiais: Manoel Alves Batista, João Alves da Silva, 2.o sargento Manoel da Silveira Cavalcante (PM), Oswaldo S. Oliveira e Aristeu Feu.

"Com a chegada de varios contigentes da Policia Militar, os universitarios recuaram, tendo a maior parte deles se refugiado no interior do Instituto de Biologia, vulgarmente conhecido como "minhocão". Passaram então, daquele abrigo, a atacar da maneira mais violenta possivel, fazendo lamjo emprego de armas de fogo, ocasionando ferimento em dois oficiais da PM, um deles, o tenente Casimiro, que teve a mão perfurada por projetil. Outros elementos da PM, de graduação inferior, também foram feridos, sendo imediatamente recolhidos ao Hospital.

"Simultaneamente, varios estudantes, entre os quais diversas moças, foram vistas depredando as dependencias da Universidade, quebrando carteiras e mesas, com o evidente intuito de lançar sobre os elementos policiais a responsabilidade dos atos de barbarismo.

"Com o restabelecimento da ordem, os estudantes foram condunzidos para o interior da quadra de basquete, a fim de ser efetuada uma triagem, com o objetivo de identificar os cinco elementos citados na nota anterior, contra os quais havia mandado de prisão preventiva decretada.

«No decorrer da triagem, um deputado federal saltou a grade de separação da quadra de basquete, e, no meio dos estudantes, iniciou um comicio, usando velhos chavões e palavrões por demais deturpados por elementos anarquistas, com o objetivo evidente de insuflá-los à nova reação. Identico procedimento tiveram alguns deputados que acompanharam o iniciador da desordem.

«Com o comparecimento de elementos da direção geral do DPF e confabulações com os deputados, o incidente foi contornado e restabeleceu-se a ordem.

«Na sede da FEUB e em outros locais da UNB, foi apreendido farto material de carater altamente subversivo, posteriormente recolhidos ao DOPS.

Presidente manda apurar em inquérito como foi a invasão da Universidade

Os líderes governistas no Congresso, que tentaram ontem falar com o Marechal Costa e Silva, foram informados no Palácio do Planalto de que êle está interessado em apurar, no inquérito que já mandou abrir, tôda a verdade sôbre a invasão da Universidade de Brasília. Na segunda-feira, o Presidente receberá o Reitor Caio Benjamim Dias em audiência especial.

A Comissão de Educação da Câmara, em manifesto assinado por 18 dos seus 22 membros, condenou os incidentes na Universidade. O presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, pediu ao Ministro da Justiça a abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades da agressão ao Deputado Santilli Sobrinho.

Os alunos da Universidade de Brasília, que se reuniram em assembléia de manhã, organizaram à tarde uma manifestação de protesto na Avenida W-3, sendo depois de uma hora reprimidos pela Polícia. Informou-se no DPF do Distrito Federal que os quatro universitários que escaparam ao cêrco serão presos de qualquer maneira e se fôr preciso a Universidade será invadida de nôvo.

No Rio, cinco agentes do DOPS, três atirando para o ar, dispersaram uma passeata de 500 estudantes que protestavam na Avenida Pasteur contra a invasão da Universidade de Brasília. Os jovens reagiram a pedradas quando viram que os tiros eram de festim, obrigando os policiais a se abrigar no Iate. Mais tarde chegaram choques da PM e a região próxima da Reitoria da UFRJ ficou guarnecida até as 17h30m.

Após uma reunião secreta de meia hora, o Conselho de Justiça da 2.ª Auditoria da Aeronáutica prorrogou por 30 dias a prisão preventiva do líder estudantil Vladimir Palmeira, como havia pedido o encarregado do IPM, coronel Pedro Vercesino. (Páginas 4, 11, 13, Coluna do Castello, página 4, e Editorial, página 6)

SINAL DE DISPERSAR



Os tiros desferidos pelos policiais atemorizaram os estudantes cariocas que protestavam contra a invasão

Daniel Faria   Zeca Santilli

[illegible]

Cabe-me, agora, requerer as prisões preventivas, ainda, dos seguintes ex-deputados federais indiciados:- HÉLIO NAVARRO, EVALDO PINTO e Deputado Federal SANTILLI SOBRINHO, que se destacaram no incitamento à guerra revolucionária, à guerrilha urbana do dia 29 de março de 1968, que compareceram, inclusive, à violenta Assembléia, sob o pendão do Vietcong no Auditório 2 Candangos, tomando parte na Mesa, incentivando a massa estudantil, exacerbando seu estado emocional, desencadeando a violência. Quando à prisão dos demais, deixo ao elevado critério da Douta Procuradoria e do Egrégio Conselho Permanente.

PM não deu tiro na UnB

BRASÍLIA (M) — Ao depor perante a CPI dos estudantes, realizada sob a presidência do deputado Celestino Filho, o major Gilberto Caetano, comandante da 1.ª Companhia da P.M., e que comandou os seus soldados no dia da invasão da Universidade de Brasília, disse que os soldados de sua companhia não usaram suas armas.

«Tôda a munição que levaram para a missão na Universidade — afirmou — foi devolvida ao almoxarifado». Disse, que, do exame feito nas armas utilizadas pelos soldados, apenas numa fôra constatado disparo recente, mas que não pode ser dado como tendo sido naquele dia na Universidade.

Sôbre abusos e comportamento inconveniente do ponto de vista do pudor, por parte de policiais, ao realizarem a triagem, com as môças aprisionadas, conforme se tem noticiado, citou o major um fato, o qual — disse — nem tinha ainda comunicado ao comandante geral da PM. Uma senhora denunciara êsse desrespeito de um soldado. Ele, depoente, solicitou a essa senhora, para evitar constrangimento, que comparecesse à sua residência, em companhia de seu marido, a fim de concretizar sua denúncia. E podia assegurar — como o fêz — que se ficar comprovada a atitude inconveniente do soldado, será punido com a pena de expulsão, porque está certo de que o cel. Gay, comandante da corporação, não permite tais ocorrências.

SEGURANÇA

A sala da CPI estava superlotada. O presidente Celestino Filho adotou, por precaução, algumas medidas de segurança, dispondo agentes da Câmara em pontos estratégicos, para evitar qualquer incidente. O depoente por sua vez, trouxe assessores, também fardados, como êle próprio, estando igualmente presente, à paisana, como assistente, o coronel Gay. O depoimento foi longo, noite adentro, desde as 15 horas, muito repetido, com os deputados insistindo em perguntas que melhor apurassem os fatos.

O depoente se cingiu a umas determinadas respostas, usando-as sempre, com firmeza. Houve um esbôço de incidentes entre deputados quando o sr. Hermano Alves invocou um depoimento do sr. Santilli Sobrinho, e o presidente da Comissão disse que não consentiria a repetição do processo por que isso seria uma acareação e a convocação não fôra para êsse fim. Também houve um ligeiro desentendimento quando o sr. Davi Lerer perguntou se a Polícia Militar tinha uma organização capaz de coibir qualquer tumulto, político ou de qualquer natureza, e o depoente se considerou impedido de responder, na forma da lei que o resguarda quanto sigilo devido pela subordinação aos seus superiores. O sr. Lerer chegou a requerer uma sessão secreta, para ouvir a resposta, mas logo advertido pelo líder Mário Covas, retirou a proposta.

ORDENS

Sôbre o problema de ordem e quem comandava a operação, pergunta feita por diversos deputados, disse o major Alberto Caetano que recebera ordens de levar sua companhia à Universidade, às 10 horas, para dar apoio ao cumprimento de um mandado de prisão, de estudantes, a cargo da DOPS. Quando lá chegou, já o tumulto estava generalizado. Então, apenas mandou desembarcar a tropa e entrou em ação para fazer cessar o tumulto. Não se apresentou a ninguém porque não devia fazê-lo. Se não houvesse o tumulto e a prisão tivesse ocorrido em calma, a tropa não teria entrado na Universidade. Tôdas as suas decisões foram tomadas por si mesmo, como chefe da companhia que entrou em ação. Não se dirigiu aos seus superiores para a decidir. Não deu ordem para atirar e admite que os soldados da PM não atiraram. Deu ordens para que fôssem lançadas bombas de gás. A uma pergunta respondeu que servidores da DOPS pediram instruções pelo rádio. Não sabe a quem.

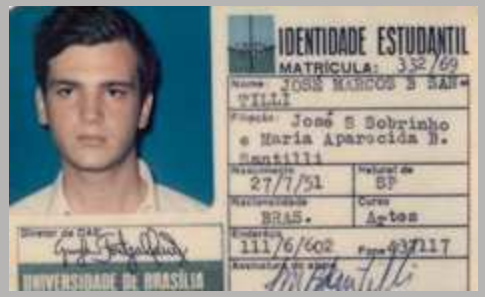




História Conhecida

É claro que os inquéritos, investigações e responsibilizações não prosseguiram, julgados e arquivados pelos próprios culpados, através da máquina administrativa e judiciária montada nos primeiros quatro anos do golpe. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves sobre a invasão desencadeia o AI-5, o país mergulha na pior fase da ditadura.

E assim não termina essa história. Os fatos da invasão foram soterrados por notícias piores para o Brasil, mas permanece ativo nas sombras da justiça, nas lápides e dores de vítimas sobreviventes, no sub-consciente coletivo e na forma de fantasmas povoadores de neuroses. Entre os escombros, jaz o Projeto inicial da UnB.





Nota Pessoal e Familiar

Em 1969 ingressei como aluno do Instituto Central de Artes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Iniciava-se então o desmonte da UnB, que passou a ser cotidiano, com vagalhões mais fortes em períodos de cassação de professores, alunos e funcionários. Adotarm-se princípios de “assepsia” técnico-jurídicos típicos dessa fase da ditadura. O reitor Azevedo, o 477, normas e regulamentos restritivos e muitos etcéteras.

Mesmo em seus períodos mais dramáticos, a Universidade era fascinante. Tenho orgulho e carinho por minha história e a de minha família na UnB. Professores extraordinários muito nos transmitiram, mesmo os diversos que íam tombando por canetadas persecutórias. Fiz grandes amigos, mestres, colegas, funcionários, alguns que permanecem próximos.

Minha irmã Raquel estava em seu segundo ano de Comunicações e namorava - depois casada - com Sérgio Soares Valença, da FAU-UnB, militante estudantil que no tempo da invasão atuava como segurança de Honestino Guimarães. Assistimos o desmantelamento do movimento estudantil que espalhou-se em êxodo e exílio. Preso e perseguido, Sérgio refugiou-se na Argélia, depois na Suécia onde concluiu o curso de arquitetura e não mais voltou. Lá tornou-se um destacado arquiteto e líder de classe. Raquel, voltou ao Brasil divorciada formando-se em jornalismo na ECA-USP.

Iniciei-me na fotografia nos cursos do Prof. Luis Carlos Homem da Costa, no ICA Instituto Central de Artes da UnB e poderia citar dezenas de mestres formidáveis e influentes em minha formação, a quem sou muito grato. Tranquei matrícula na Arquitetura no sétimo semestre, trabalhando no Diário de Brasília, depois no Jornal de Brasília, entusiasmado com o exercício profissional de foto-jornalista e as possibilidades

Ainda mantinha trancada a matrícula da UnB, quando outra onda de perseguições políticas levou à prisão centenas pessoas, diversos torturados, na maioria vinculados à Universidade. Por meu envolvimento com essas pessoas, advertido por elas, aconselhado pela família, permaneci por um ano na Europa e deixei inconcluso o curso de arquitetura na UnB. Voltei a Brasília contratado como fotógrafo da Abril em 1975, a convite de Luiz Humberto Martins Pereira e Pompeu de Souza. E vivi novamente um relacionamento intenso com a UnB.

Meu irmão mais novo, Paulo Santilli entrou na UnB em 1975 e, cursando Antropogia, dirigente do DCE, foi também um dos protagonistas do capítulo a seguir, ocorrido na greve de 1977. Meu pai José Santilli Sobrinho novamente presente ao lado dos estudantes, e seu apartamento um centro de ação e refúgio. Atuei como fotógrafo, cobrindo um tempo da história da UnB e a greve de 77 com Eliane Cantanhêde para a revista Veja.



Na Federal do Rio, sinais da lenta agonia do ensino da sociologia: prédio precário, avisos improvisados . . .



. . . e uma biblioteca sem livros

FOTOS DE WALTER FIRMO

A sociologia sem futuro

Há exatamente quinze anos projetos de lei para regulamentar a profissão de sociólogo vêm perambulando pelas escrivaninhas da burocracia federal, num fastidioso pingue-pongue entre Senado e Câmara, entre comissões e plenário, grupos de trabalho e Ministérios, Congresso e Executivo. Os mais céticos já consideravam esta ciranda absolutamente insolúvel. Mas, para sua surpresa, uma nova tentativa (desta vez, um substitutivo do deputado Francisco Amaral, do MDB de São Paulo) conseguiria, na semana passada, vencer o cipoal das tramitações parlamentares e ser aprovada em plenário — reabrindo uma réstea de esperança para pelo menos 20 000 pessoas diretamente interessadas, entre sociólogos formados e estudantes de ciências sociais.

No fim da semana, de qualquer forma, já se sabia que tudo não passara de um descuido. Pois a liderança da Arena, valendo-se do regimento interno, requereu uma segunda discussão do projeto nas comissões — o que faz prever meses e meses de nova e tediosa peregrinação pelos corredores do Congresso. O próprio líder do partido governista, o deputado José Bonifácio de Andrada, tratou de desfazer todas as esperanças mais imediatas, ao comentar a regulamentação. "Para que isso?", indagou. "Só serviria para encarecer ainda mais a vida. Imaginem se, para fazer um simples levantamento, fosse necessário contratar um sociólogo . . ."

Mínimo de ordem — E não são raros, na verdade, aqueles que, a exemplo de Andrada, reservam aos sociólogos apenas tarefas como levantamentos estatísticos — e que entendem a sociologia, vagamente, como a aplicação, de porta em porta, de questionários do IBOPE. De acordo com essa ótica, não haveria realmente nenhuma necessidade mais urgente em se despertar os parlamentares de sua doce rotina, obrigando-os a debater o tema. Mas há, evidentemente, quem veja a questão de outro ângulo.

O professor (de sociologia) Evaristo de Moraes Filho, por exemplo, não crê que a simples regulamentação vá criar um mercado de trabalho artificial — como sugere Andrada e como já argumentara anteriormente o então presidente da República, general Castello Branco, ao brecar, em 1966, a primeira tentativa de regulamentação da profissão, patrocinada pelo deputado paulista Anis Badra desde 1961. Na verdade, desde 1932, existem escolas superiores para a formação em sociologia. "Há dez anos", lembra Moraes Filho, "já havia no Brasil mais de 6 000 sociólogos." Hoje, é possível que passem de 13 000. Ademais, a maior ou menor quantidade de profissionais parece ser a última das preocupações levadas em conta na hora de se regulamentar um ofício. Pois, como argumenta o professor carioca, "entre as setenta profissões oficialmente regulamentadas estão a de agente de propaganda, de orientador educacional e até de diretor-sonoplasta".

Na realidade, a idéia de tornar oficial a profissão de sociólogo junto ao Ministério do Trabalho não apresenta ambições maiores do que a de dar à carreira um mínimo de ordem. Hoje em dia, os sociólogos estão habitualmente exilados no magistério secundário ou superior (cerca de 15% dos diplomados em todo o Brasil) ou em tarefas quilometricamente distantes de sua habilitação. Com a regulamentação, teriam condições de emprego na esfera pública ou privada, um salário profissional razoável, um horário de trabalho fixo — e, sobretudo, a certeza de que poderiam se dedicar, na área da pesquisa e do planejamento, a trabalhos bem mais dignificantes do que o de sair às ruas aplicando questionários.

Aspecto político — Ainda assim, reina absoluta discórdia tanto entre estudantes de ciências sociais quanto entre os próprios sociólogos formados acerca dos possíveis efeitos de uma proteção oficial. Entre os 464 alunos do curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, alguns insistem que a regulamentação profissional trará "melhores condições para o sociólogo dialogar com o governo como classe, e reivindicar uma abertura no mercado de trabalho" — e essa parece ser a opinião predominante entre seus colegas e professores do curso da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, para quem a regulamentação já existe de fato. "A função consta como tal nos quadros do INPS e é reconhecida até pelo imposto de renda", recorda o professor Gilásio Cerqueira Filho, da Católica.

Mas, em geral, mestres e alunos dos dezesseis cursos federais, onze estaduais, seis municipais e 44 particulares que sobrevivem pelo Brasil afora tendem a encarar o assunto com irremediável ceticismo. Eles estariam conscientes, talvez, de que a monótona ladainha sobre regulamentação está escondendo, isso sim, um delicado aspecto político: o velho estigma de rebeldia que os cursos de ciências sociais sempre estamparam aos que os vissem de fora. E não são poucos, inclusive, os que, de certa maneira orgulhosos do cunho eminentemente crítico da disciplina sociológica, temem que a regulamentação acabe se tornando uma forma sutil de adequar os currículos escolares e as preocupações profissionais a uma passividade de pensamento.

Estrutura séria — "Pretende-se justamente conseguir o não-envolvimento do profissional no amplo quadro que exige a atuação do sociólogo", arrisca Edgard Bandeira, presidente do Centro de Estudos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "A regulamentação não é senão uma tentativa de indicar as áreas onde ele 'deve' influir e outras onde ele 'não deve' atuar." De todo modo, quase ninguém acredita que a marginalização a que foi submetido o sociólogo no Brasil se resolva magicamente "apenas com a ampliação da oferta de empregos ou com a burocratização deles", como adverte o professor Luciano Martins, há oito anos lecionando na Universidade de Paris. "Acho que, muito mais importante que a regulamentação, é criar sociólogos competentes", disse Martins a Eva Spitz, de VEJA. "Mas isso implica uma estrutura universitária séria e eficiente e condições de liberdade intelectual que são indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer atividade profissional. Sobretudo a de sociólogo, que tem, quase por definição, de ser um homem essencialmente crítico." Por essa razão, entre outras, é que os alunos do curso da Universidade de São Paulo já não alimentam, em sua maioria, nenhuma ilusão quanto à regulamentação — pelo menos por ora.

Segundo eles, muito mais lógico seria simplesmente deixar os cursos de ciências sociais se deteriorarem lentamente e incentivar os de estudos sociais, mais dóceis e aptos a preencher, da mesma forma, a função de formar professores de moral e cívica e problemas brasileiros. O fato é que essa irremediável agonia já vem se manifestando claramente há pelo menos cinco anos, mesmo nos mais respeitados e tradicionais centros das ciências sociais do país — como em Belo Horizonte, por exemplo, onde o curso da Universidade Federal, que funciona há quase trinta anos, está desterrado no frio porão da Faculdade de Filosofia, e apresentou, até recentemente, um índice de desistência superior aos 50%.

Corredores sombrios — É verdade que houve uma saudável reviravolta, em 1974, por pressão dos alunos e dos professores da UFMG — mas é arriscado prever até quando a disposição quase heróica de todos, inclusive do novo diretor do departamento, Ronaldo Noronha, 32 anos, será suficiente para dobrar os obstáculos que o curso de sociologia enfrenta ali. Pois alguns são realmente inexplicáveis — por exemplo, a obstinação da burocracia universitária em se recusar até mesmo a emprestar um mimeógrafo, onde os alunos possam imprimir as apostilas.

Existem exceções, é claro, como o curso da Universidade de Brasília, que, apesar das crises cíclicas, ainda consegue manter um bom nível de ensino — não só na faixa de graduação mas sobretudo na de pós-graduação. O cenário de desolação, entretanto, costuma se repetir, com tonalidades mais ou menos carregadas, nas demais escolas. O curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é particularmente significativo, desde que foi transferido em 1970 para o secular prédio da antiga Polytechnica (Escola de Engenharia), no largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro.

Ali, depois de fazer rápida escala nos gotejantes barracões da Faculdade de Filosofia, ao pé do morro que divide os bairros de Botafogo e Laranjeiras, o curso utiliza salas pouco arejadas, escuras e permanentemente atordoadas pelo barulho do tráfego. A biblioteca não ganha um livro sequer há três anos, o que certamente explica seu abandono, e os corredores sombrios são povoados por raras e espectrais figuras. A única certeza de que ali funciona uma escola superior é dada por um improvisado cartaz, que avisa, solitário: "Departamento de Ciências Sociais, sala 415".



FOTOS ADEMARIO MARCOS SANTELLI

Noronha: vencendo os obstáculos



Pós-graduação na Universidade de Brasília: uma surpreendente exceção



FOTOS DE MARCOS RAMOS

Sessão de encerramento: a hora de a ciência perder a timidez

Um forum para a cultura

Após longos anos de hermetismo, de alheamento ou de hesitação, a ciência brasileira despertou — e talvez tenha perdido, definitivamente, sua timidez. A mudança parecia clara, ao final da 28.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre o dia 7 e a quarta-feira da semana passada, em Brasília. Em princípio, aquele seria mais um encontro insosso, sonolento, de doutores de nome seguido por uma infinidade de siglas (Ph. D., M. Sc.). No entanto, o etéreo academicismo acabou dando lugar, entre outras coisas, a debates inesperados e apimentados sobre a realidade nacional — e sobre o papel político da ciência.

Privatização e estatização, nacionalização e desnacionalização, democratização e autoritarismo, política nuclear e defesa do meio ambiente foram apenas alguns dos temas mais ou menos incandescentes que afloraram. É verdade que tal tendência, embora menos evidente, já despontara nas últimas reuniões dos cientistas brasileiros, em 1974 e 1975, em Recife e Belo Horizonte. Mas, desta vez, houve a presença de 7 500 associados e pelo menos mais 2 000 curiosos — quase o triplo dos dois encontros anteriores; nada de tão volumoso havia ocorrido na história recente da cultura brasileira. E esse grande número parecia, de certa forma, reforçar o peso específico de algumas moções aprovadas pelo plenário da assembléia-geral da SBPC, no início da semana.

Mas, que esperanças podem ter participantes de um congresso científico de fazer-se ouvir sobre algumas das questões mais espinhosas e delicadas da atualidade brasileira? Qual poderia ser, por exemplo, a eficácia real de uma reivindicação como a que pedia uma "anistia para os presos políticos"? E que resultado prático teriam várias outras propostas, entre elas a readmissão dos professores aposentados compulsoriamente em 1964 e 1968 ou a extinção do Decreto 477, que restringe as atividades políticas dos estudantes? Alguns observadores indagavam, até, que direito teria um conciliábulo de sábios para encaminhar ao governo federal sugestões políticas que, de certo ponto de vista, podem mesmo ser consideradas provocativas.

Falso furacão — Alguns fugazes desvarios retóricos podem ter dado, em determinados momentos, a impressão de uma rebelião de intelectualismo no sepulcral Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília — o "minhocão", como o chamam os alunos. Mas o fato é que reivindicações mais contundentes espalhadas pela assembléia-geral da SBPC, segundo largo consenso dos participantes, parecem ter um aspecto simbólico, ou pouco mais do que isso. "Não há nada de extraordinariamente escandaloso nas moções apresentadas", comentou, por exemplo, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade Estadual de Campinas, SP.

Para ele, as resoluções mais marcantemente políticas do encontro significam que "os intelectuais se dão ao respeito, estão dispostos a defender sua especialidade e sobretudo seu direito de influir na sociedade". Em geral, os participantes abstiveram-se de transformar a SBPC e seu congresso "num amplo movimento de pressão ou mobilização políticas", alertou Pinheiro. Da mesma forma pensam quase todos os demais sociólogos e cientistas políticos subitamente envolvidos num falso furacão político. Também eles acreditam que a explosão do interesse pelos temas relacionados com as ciências humanas devo-se ao fato de que a SBPC vai convertendo-se no único canal de expressão de idéias nessa área.

Por si mesma, na verdade, a SBPC é fundamentalmente uma entidade com preocupações acadêmicas. Suas reuniões anuais, em princípio, procuram "ocupar-se basicamente de questões científicas", como ficou claramente definido desde o discurso de abertura de seu presidente, o físico paulista Oscar Sala. "Os canais habituais de debate seriam os partidos, os sindicatos, a Igreja", diz Pinheiro. Mas, como essas instituições, por uma razão ou outra, não se estão manifestando, "sobre os ombros dos cientistas e da simples reunião anual de sua corporação acaba tombando o peso da responsabilidade de falar por todos, de assumir, por assim dizer, a iniciativa pela crítica social e política".

Fortaleza — Seja como for, o debate parece, de alguma forma, ter ficado mais amplo. Aliás, não foi mera coincidência a instalação da 28.ª Reunião Anual da SBPC em Brasília — após cansativa sucessão de negociações e consultas. As condições para reaproximação até mesmo geográfica com o poder se manifestariam, ainda, no discurso de tom razoavelmente otimista pronunciado pelo ministro João Paulo dos Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento, na sessão de abertura do encontro. Nesse discurso, ao mesmo tempo que acenou com verbas federais mais generosas para a pesquisa básica, Velloso deixou implícito o aceno de boas-vindas ao pensamento científico. O ministro — ele próprio sócio da SBPC — golpeou, dessa forma, a fortaleza de desconfiança mútua erigida nos últimos anos entre governo e inteligência nacional.

Houve, é claro, em sete dias de simpósios e comunicações, momentos de extravasamento emocional. Um deles ocorreu no sábado, ao final do seminário "Brasil Indígena". Todos os participantes retiraram-se da sala, em protesto contra uma intervenção mais explosiva do antropólogo Carlos Moreira Neto, que se indignou com duas perguntas do auditório. As perguntas dirigiam-se ao presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth Araújo Oliveira — cobrando informações sobre o problema da invasão de terras e uma suposta proibição da Funai de que índios participassem do encontro da SBPC.

Poderiam as perguntas ser incluídas no rol de pecadilhos demagógicos que pontilharam a reunião, aqui e ali? Moreira Neto, em todo caso, tomou a iniciativa de repeli-las — mas, num clima de democracia pouco usual, os dois lados envolvidos trataram de, dias depois, divulgar notas oficiais com sua versão do incidente. Outro episódio fadado a gorda repercussão, sobretudo fora do congresso, esteve centralizado na figura do sociólogo holandês Emmanuel de Kadt, do Instituto de Estudos do Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Autor de várias pesquisas sobre medicina nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, Kadt acusou o sistema médico nacional de "extrema falta de ética".



Assembléia-geral: para todos, uma oportunidade de falar de tudo sobre a atualidade nacional

Não era, propriamente, linguagem que se poderia esperar de um visitante para quem a solução está na maior ênfase na medicina profilática, preventiva, de larga escala, em lugar da fixação na custosa medicina urbana e terapêutica, além de simplificação no próprio processo de cura. Foi o suficiente para, nos dias seguintes, os jornais do Rio e São Paulo se encherem de notas oficiais em que associações médicas e conselhos regionais de medicina respondiam com vigor ao pesquisador holandês. Houve, enfim, quem sugerisse ao governo federal a idéia de considerá-lo persona non grata — e até de expulsá-lo do país.

"Muito bem . . ." — Durante os debates da SBPC, o desencontro de opiniões não se manifestou de maneira mais branda: protestos, gritos e até vaias foram ouvidos em plenário. Mas, como se vangloriou, ao final da reunião, o presidente da SBPC, Oscar Sala, "aqui todo mundo disse o que queria, ninguém deixou de ser ouvido". E de fato nem eminentes personalidades foram poupadas pelo agressivo, inquieto auditório. Por exemplo, após veemente exposição do professor Florestan Fernandes, aposentado pela Universidade de São Paulo, sobre o papel da sociologia no Brasil, um espectador o inquiriu: "Muito bem, mas o que o senhor está fazendo para colocar em prática suas idéias?"

Episódio semelhante ocorreria ao final do simpósio sobre "O Estado na América Latina". Ali o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do Centro Brasileiro de Planejamento, expôs sua complexa teoria de "democratização substantiva" do regime político brasileiro. Alguém lhe perguntou: "Então, o que fazer na prática?" Cardoso, resumindo exemplarmente o espírito de toda a reunião da SBPC, explicou: "Não estou aqui como político, mas como cientista político". Sua exposição, aliás, espelhava as possibilidades que as ciências sociais têm de oferecer contribuições à imaginação política nacional — por mais voláteis que possam parecer.

Cardoso parte da premissa de que um regime autoritário é, hoje, "pobre e impotente" diante da complexidade da sociedade brasileira. O autoritarismo, acredita ele, seria incapaz de solucionar os impasses e acompanhar o desenvolvimento da sociedade nacional. Apenas uma democratização formal, porém, ficaria igualmente desaparelhada. Ela teria de ser "substantiva", explicou o sociólogo de São Paulo, uma das figuras mais

notórias de toda a reunião — e, para isso, seria necessária a redefinição das relações sociais como um todo.

O que restou? — Nesses termos, a discussão sobre o aspecto formal da redemocratização, o Estado de direito, as liberdades democráticas, a Constituição, ainda que necessária, passaria a secundária em relação a uma constelação de outras tarefas de remodelação da sociedade. Aí, até mesmo questões em aparência irrelevantes, como o papel da mulher e da família, ganhariam novo destaque. De passagem, comparando o Brasil a outros países, Cardoso ressaltou o que considera a maior — e talvez mais irônica — contribuição brasileira à teoria do Estado forte. "Aqui", disse ele, "existe um regime de quase partido único, que é o partido da oposição."

Todas essas idéias encenadas no palco do encontro — brilhantes, tolas ou apenas razoáveis, mas partidas do desejo de dar uma contribuição — terão servido realmente para alguma coisa além de insuflar discussões que já nesta semana estarão esquecidas? Um dos temas centrais da reunião da SBPC foi a questão da estatização-privatização — de resto, o assunto que, até recentemente, era o mais debatido pela economia nacional. Mas, enquanto os cientistas tomavam seus lugares nos jatos, ônibus ou carros de volta a seus Estados, havia dúvidas a respeito de quem acabará se interessando em ouvir tais discussões, fora dos cenáculos da inteligentsia.



FOTOS DE MARCOS SANTILI

No auditório lotado, Sala lembra o sentido básico da SBPC

É possível até que as opiniões conflitantes alcancem relevo maior ao se converterem em livros ou em artigos de revistas especializadas. O mais provável, porém, como admitem muitos dos próprios participantes, será o sepultamento puro e simples nos arquivos mortos das universidades ou entidades de cultura. Tanto quanto agora o tema "Distribuição da Renda" — grande vedete da reunião anterior, em Belo Horizonte — raramente veio à tona em Brasília, não é de todo improvável que a "estatização" acabe se obscurecendo na memória dos redutos acadêmicos — e nada mais.

Indiferença dos políticos — O Congresso Nacional, por exemplo, teoricamente deveria funcionar como catalisador das inquietudes e divergências políticas e econômicas. Mas dificilmente as exposições exaustivas dos cientistas da SBPC conseguirão despertar, ali, muito mais do que uma polida atenção. Bem mais preocupados em aproveitar este mês de recesso para percorrer suas cidadelas eleitorais em busca da vitória nas eleições municipais de novembro, deputados e senadores deixaram quase totalmente a rotina política de Brasília entregue à reunião da SBPC.

Apenas um ou outro deputado, na verdade, e o senador Franco Montoro, líder do MDB, andaram palmilhando os 1 000 metros de corredores do "minhocão" lado a lado com sociólogos, economistas ou físicos. Talvez como consolo pela indiferença dos políticos profissionais, Montoro prometeu levar a debate, nas comissões parlamentares, algumas das teses apresentadas no encontro. De toda forma, pelo menos para a direção da SBPC, sobrou um certo otimismo. Não foram comunicadas, ali, descobertas científicas sensacionais — como, aliás, os leigos teriam razoável direito de esperar. As idéias políticas, igualmente, podem cair no vazio. Mas a SBPC julga importante que a ciência nacional tenha um grande forum — e nisso houve sucesso.



Do lado de fora, estudantes procuram acompanhar o debate

A reunião de Brasília, de fato, bateu todos os recordes anteriores de participantes. Só com as inscrições e as anuidades, por exemplo, a arrecadação passou de 1,4 milhão de cruzeiros — embora as despesas previstas apenas com a organização do encontro, passagens e hospedagem dos convidados (isto é, todos os que participaram de simpósios) devam superar em muito esse total. De qualquer maneira, as razões pelas quais o habitualmente reservado presidente da SBPC, Oscar Sala, resolveu, no encerramento da reunião, liberar cascata de superlativos para celebrar o encontro não foram, decerto, motivadas por mero sucesso de organização e de público.

Conselheiros do rei — "Na realidade", explicou Sala, "a explosão da SBPC, este ano, é um reflexo do próprio desenvolvimento científico no Brasil, do aumento da produção nas várias áreas do conhecimento." Sala fez questão de afirmar que o encontro anual da SBPC tem, hoje em dia, o mesmo peso dos festivais intelectuais promovidos por organizações semelhantes dos Estados Unidos ou da Europa. "Com a vantagem", acrescenta Sala, "de que aqui as reuniões são nas universidades, portanto, abertas aos estudantes."

Com reuniões como esta, fomentando o fervilhamento do debate científico, é possível de fato que o pesquisador possa se libertar, finalmente, de toda e qualquer torre de marfim acadêmica dentro da qual porventura se ache confinado. "Nós não somos alquimistas nem conselheiros do rei", afirma o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro. Portanto, entre a faixa da atuação crítica ante a sociedade e da liberdade de criação é que a ciência pode encontrar seu caminho.

Esta parece ter sido a lição fundamental da reunião de Brasília. Segundo Oscar Sala, a SBPC e a ciência brasileira saberão manter essa posição ao longo do ano, até seu próximo congresso, em Belém, em julho de 1977.

Cientistas por toda parte, alguns sofrendo

Onde colocar 7 500 cientistas de uma vez só? Para solucionar esta equação, fez-se um pouco de tudo, em Brasília, nas duas últimas semanas. Mediante o pagamento de taxas entre 120 e 186 cruzeiros, a maioria dos participantes da reunião brasileira da SBPC se hospedou em ginásios esportivos e prédios escolares, quase todos equipados com beliches. Os que não conseguiram vagas nesses alojamentos escolheram segundo suas disponibilidades financeiras entre o camping de Brasília, que gratuitamente recebeu 1 000 pessoas munidas de barracas, e os hotéis da cidade, que terminaram todos lotados — com exceção dos mais luxuosos. Enfim, laços de amizade e parentesco foram acionados. E até deputados tiveram seus apartamentos ocupados por estudantes e cientistas de outros Estados.

Nem tudo, porém, se resolveria satisfatoriamente, dentro do vasto quebra-cabeças logístico proposto pela reunião da SBPC. O sistema de transporte, por exemplo, montado com vinte ônibus da frota municipal, gerou críticas freqüentes: as partidas se davam muitas vezes fora dos horários marcados e os carros saíam com lotação excessiva para as viagens entre o campus da universidade e os alojamentos. Por sua vez, a agência do Banco do Brasil instalada especialmente para atender os congressistas em vão se esforçava para resolver todos os problemas que despencaram sobre seus funcionários. E quatro cheques, emitidos para pagar a taxa de inscrição (200 cruzeiros), chegaram a ser devolvidos à secretaria da SBPC por falta de fundos — apesar de os emitentes terem feito o depósito correspondente em suas cidades de origem.

ESTOQUE DE PÍLULAS — *Os organizadores, de qualquer forma, tentaram prever o maior número possível de hipóteses. Num subsolo do "minhocão", por exemplo, foi montada uma farmácia com um estoque avaliado em 8 000 cruzeiros. De um modo geral, os produtos à venda se destinavam a toalete — sabonetes, lenços de papel, absorventes. Prudentemente, havia lá também remédios que acabariam sendo os mais procurados: descongestionantes nasais, cold-creams, creme para pele e lábios, largamente empregados pelos brasilienses no combate aos males da baixa umidade relativa do ar do planalto, nesta época do ano. O produto menos procurado foram as pílulas anticoncepcionais — não saiu nenhuma das caixas armazenadas nas prateleiras. Na biblioteca da universidade, por outro lado, foi instalada uma central de telex para ligações nacionais e internacionais. E uma agência provisória dos Correios chegou a despachar 12 000 cartas e telegramas dos congressistas.*

Previsivelmente, algumas dificuldades surgiriam no relacionamento de alguns dos congressistas com o vigilante esquema policial montado para garantir que o encontro se fizesse com toda segurança necessária. Na noite do dia 10, sábado, cerca de 200 policiais desembarcados de quatro ônibus e vinte viaturas, da PM e da Polícia Civil, cercaram três bares vizinhos do setor comercial da superquadra 109, na Asa Sul, e procederam a uma revista de todos os fregueses que lotavam as mesas. Os que não tinham documentos foram levados para o "camburão", incômoda surpresa que atingiu sessenta pessoas. Entre os presos, quinze eram participantes da reunião da SBPC — liberados uma hora depois, com a intervenção do presidente do congresso, Oscar Sala.

Na verdade, as atenções do policiamento já haviam se manifestado no segundo dia do encontro, quando agentes do Departamento de Polícia Federal compareceram às nove escolas onde se hospedavam estudantes e alguns professores, para uma singular vistoria que incluiu o exame do conteúdo das malas e um ligeiro interrogatório dos presentes. Também no camping se registraria a presença curiosa de um técnico em camping com diversas habilidades — menos a de montar uma barraca. Mais que tudo, ele se interessava em fotografar os estudantes e professores, não se esquecendo de perguntar seus nomes e procedências.



JOSÉ PAULO PEREIRA

Nas escolas: acomodação improvisada

DIA DE FEIJOADA — *Aparentemente nada impressionados com a reputação do restaurante do campus — o "Palácio da Fome", como dizem os universitários — os congressistas se enfileiravam pacientemente, de bandejas na mão, para consumir diariamente uma média de 3 000 refeições. O recorde foi alcançado na tarde do sábado, dia 10 — nada menos que 3 200 feijoadas servidas a uma alegre e barulhenta multidão de estudantes, pesquisadores e professores. Nesse dia, o preço da refeição, elevado para 15 cruzeiros no início da reunião, já havia retornado aos 5 cruzeiros habituais. Além do restaurante, havia duas pequenas lanchonetes para refeições rápidas e um estande do Instituto Brasileiro do Café, que chegou a servir 25 000 cafezinhos durante os oito dias do congresso, gratuitamente.*

Um sucesso de organização e planejamento? Talvez pudesse ser melhor. Mas, ao final, cientistas comentavam animadamente que, apesar das falhas da reunião, a SBPC sai fortalecida do encontro — quando menos, argumentavam, pelos 291 novos sócios que granjeou em Brasília. Com esse reforço, efetivamente, a entidade já conta com 11 790 cientistas em suas fileiras — o que não deixa de representar uma preocupação especial para a reunião do ano que vem.

Criando um modelo

Criada em 1961 para desempenhar a função de escola superior modelo, a Universidade de Brasília conheceria dias conturbados em sua curta história.

Foi ocupada por tropas logo após a Revolução de 1964, invadida pela Polícia Militar do Distrito Federal em agosto de 1968 e agitada periodicamente por manifestações estudantis. Sucederam-se anos de marasmo, até que, em maio deste ano, ocorreria um novo incidente, quando os alunos tentaram acionar um sempre adiado processo de eleições para seu diretório universitário. A UnB também perdeu ao longo desses anos boa parte de seus professores — em 1965, por exemplo, mais de 300 se retiraram da Universidade em solidariedade a colegas demitidos.

Naturalmente, todas essas convulsões causariam à UnB profundas mudanças. Mas ela não deixou de ser, segundo seu atual reitor, José Carlos de Almeida Azevedo, uma universidade modelar. Aos 44 anos, militar da reserva, físico laureado com o título de Ph.D pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Azevedo é considerado como um funcionário extremamente rígido pelos universitários brasilienses. Reitor desde maio passado após ter sido vice-reitor desde 1968, ele se vê hoje na direção do mais sensível centro de ensino superior do Brasil. Para falar de seu trabalho e da UnB, ele recebeu a repórter Marinilda Marchi, de VEJA, a quem concedeu a seguinte entrevista:

VEJA — *A Universidade de Brasília, após tantas turbulências, estaria conseguindo atingir seus objetivos?*

AZEVEDO — Tenho absoluta certeza disso. A UnB é a universidade brasileira que mais cresceu nos últimos cinco anos, em número de estudantes. Nesse período, nós triplicamos o número de alunos. Temos a melhor biblioteca. Criamos mais de trinta cursos de pós-graduação. E nosso percentual de professores pós-graduados de dedicação exclusiva é o maior do Brasil. Enfim, a UnB é hoje uma universidade de qualidade.

VEJA — *E antes?*

AZEVEDO — Antes, ela era divulgada como se fosse de qualidade. Na verdade, a UnB foi criada em bases bastante avançadas para a época. Em seu início, 1961, vieram para cá pessoas de renome internacional, talvez uns dez nomes, não mais que isso. Mas a UnB tinha então uns 200, 300 alunos. E não havia instalações. Ou seja, a Universidade na realidade não tinha nada. Era uma universidade apenas de intenções.



MARCOS SANTILLI

Azevedo: "Coitado do reitor"

VEJA — *E não passou das intenções?*

AZEVEDO — A Universidade não tinha condições administrativas, financeiras. Surgiram tantas dificuldades que, somadas aos problemas políticos, acabaram por fazer com que os professores fossem embora. Para se ter uma idéia das dificuldades materiais da época, 80% dos equipamentos atuais da UnB foram comprados nos últimos seis anos.

VEJA — *Muitos alegam que, a despeito dos progressos alcançados, a UnB teria perdido em peso político no país.*

AZEVEDO — Ao contrário, seu peso político, hoje, é muito grande. O que ela não tem é engajamento partidário. É totalmente neutra em problemas partidários, em posições ideológicas.

VEJA — *O senhor acha que os alunos devem ter alguma influência nas decisões tomadas relativamente à vida de sua Universidade?*

AZEVEDO — Os alunos devem ter as influências necessárias para que se conheçam seus pontos de vista. Mas, no dia em que o estudante tiver condições de admitir ou demitir professores, por exemplo, a Universidade não merecerá mais esse nome. É demagogia da mais infantil e barata — e nociva ao próprio aluno.

VEJA — *O senhor é considerado pelos alunos como um reitor inflexível, de métodos rígidos. A que atribui essa fama?*

AZEVEDO — Pelo que sei, dá-se justamente o oposto. Desconheço essa fama de inflexibilidade.

VEJA — *Como ex-aluno da Escola Naval, o senhor não teve qualquer participação em política estudantil em seu tempo de universitário. Essa formação terá alguma influência no controle que o reitor exerce atualmente sobre a política estudantil na UnB?*

AZEVEDO — Controle em que sentido? Em novembro houve eleições para o diretório universitário, realizadas dentro da maior normalidade.

VEJA — *Entretanto, numa primeira tentativa, em maio passado, as eleições foram suspensas e sete alunos expulsos. Por que eclodiu essa crise?*

AZEVEDO — Em primeiro lugar, não houve crise. A biblioteca da Universidade permaneceu com sua freqüência média diária de 4 000 alunos. Além disso, não se perdeu uma só aula e não houve quebra-quebra. Na realidade, apenas um grupo de alunos insatisfeitos se deixou envolver pelo clima de comoção tão propalada. Os demais se mantiveram no ritmo de estudo normal.

VEJA — *Em recente pesquisa entre os alunos, muitos responderam que evitavam participar de manifestações político-estudantis porque tinham medo de ser expulsos, ou até presos. O senhor acha que há razões para tais temores?*

AZEVEDO — De forma nenhuma. Vamos aos fatos concretos: a UnB expulsou apenas sete alunos e um professor, pelo Decreto-lei 477, entre 31 de maio de 1969 e 25 de maio de 1976. Outros sete foram expulsos em maio passado pelo Regimento Interno em decorrência de problemas com as eleições. Mas nenhum outro aluno foi expulso. Medo de quê, então? A UnB não vigia nem pune. Nosso corpo de segurança é, por exemplo, muito menor que os da Câmara e do Senado em comparação com o patrimônio, a extensão da área, etc.

VEJA — *Estudantes alegam que foram expulsos da UnB por pregar a eliminação do AI-5 e do 477, quando os representantes do MDB dedicam-se frequentemente a pregação semelhante.*

AZEVEDO — Os alunos não foram expulsos por isso. O inquérito é claro: foram expulsos por uma série de atitudes, como ofensas ao reitor, a quem acusaram de inidoneidade administrativa — como no caso da compra da Biblioteca Agripino Grieco —, e outras leviandades.

VEJA — *Durante a campanha para eleições do diretório universitário, em novembro, os alunos espalharam cartazes que diziam "Não vote em branco que é isso que o reitor quer", "Não vote nulo que é isso que o reitor quer". Como o senhor vê essas manifestações?*

AZEVEDO — Coitado do reitor...

EDUCAÇÃO

A palavra dos reitores

Após algumas semanas de ebulição em grandes universidades brasileiras, o movimento estudantil parece ter entrado em certo recesso de atividades. Em Belo Horizonte, os estudantes de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais desistiram da passeata prometida para a última segunda-feira. Afinal, perdera-se o pretexto, pois suas reivindicações foram aceitadas pela direção da escola.

No Rio de Janeiro, embora tenha estourado nova greve segunda-feira passada — na Faculdade de Ciências Sociais de Niterói, da Universidade Federal Fluminense, cujos alunos reivindicam melhorias no nível do ensino —, o principal núcleo de inconformismo, instalado na Pontifícia Universidade Católica, adiou suas discussões para esta semana. Em São Paulo, os estudantes também estão em regime de espera, embora continuem promovendo reuniões. Os da Universidade de São Paulo e das quinze faculdades isoladas da Grande São Paulo aguardam uma audiência com o governador Paulo Egydio Martins, a quem pretendem entregar um memorial com pedidos de verbas e denúncias de falhas existentes em suas escolas.

Se, em comparação com as manifestações das últimas semanas, é patente o refluxo, a tendência pode ser temporária. Na verdade, os alunos das grandes universidades se voltam nesses dias para as eleições de diretórios estudantis, marcadas em muitas delas para maio, e também para empreendimentos mais ambiciosos — como o encontro nacional de universitários, acertado em princípio para o dia 4 de junho, em Belo Horizonte.

Assim, as mobilizações estudantis continuam preocupando os dirigentes universitários. Nos últimos dias, VEJA ouviu os reitores de algumas universidades. Seu comportamento diante das manifestações estudantis mostra opiniões bastante diferentes, em alguns aspectos até antagônicas.

Em S. Paulo, um mestre

Sem recursos financeiros para manter seu funcionamento normal, e ao mesmo tempo pressionada por seus 8 000 alunos que decidiram boicotar pagamentos acima dos 35% permitidos pelo governo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo encontra-se num sério impasse. Segundo o vice-reitor da instituição, padre João Edênis dos Reis Valle, o Ministério da Educação havia acenado em fins de março com uma permissão para aumento de até 50% nas anuidades. No entanto, os alunos se rebelaram contra a majoração, fizeram uma greve no dia 1.º de abril — e acabaram brindados com o limite de 35%, divulgado pelo governo há três semanas e que vale também para as PUCs do Rio e de Porto Alegre.

Como dirigente universitário, padre Valle discorda por certo do boicote estudantil, que obriga a PUC a malabarismos financeiros "para manter os cursos com um mínimo de dignidade". Embora representem mais da metade do orçamento da entidade, as anuidades não bastam nem para cobrir a folha de pagamento de funcionários e professores, atualmente em cerca de 9 milhões mensais. Ainda assim, padre Valle, 40 anos, vê com bons olhos a mobilização dos estudantes.



Pe. Valle: debater é importante

"De um lado, eles lutam com obstinação por metas às vezes irrealistas — e, nesse aspecto, como ocorre atualmente, torna-se espinhosa a missão do dirigente universitário", admite o vice-reitor. "De outro lado, contudo, é extremamente positiva a tentativa que fazem de participar da vida pública do país", acrescenta. No fundo, o vice-reitor considera o movimento estudantil como um desafio pedagógico de grande importância. "E qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade no campo da educação universitária só pode concluir que não é construtivo impedir que os jovens se manifestem", afirmou a Tales Alvarenga, editor-assistente de VEJA.

Greve funciona? — Como vem ocorrendo em outras universidades, os alunos da PUC paulista efetivamente se manifestaram nas últimas semanas. Realizaram em sua Universidade a primeira assembléia metropolitana de universitários, que reuniu cerca de 4 000 participantes, no princípio de abril. Aliaram-se, ainda, aos alunos da Universidade de São Paulo, que nessa mesma época promoveram passeata reivindicando maiores verbas para a educação. E, de lá para cá, mantiveram seu boicote às anuidades com aumento superior aos 35%. Da mesma forma que atribuem a fixação desse índice máximo à sua greve de 1.º de abril, somada às manifestações em outros centros, os estudantes podem ter conseguido uma segunda vitória. Na semana passada, a PUC recebia um telegrama do Ministério da Educação comunicando que o governo resolveu adiantar 5 milhões de cruzeiros à Universidade como parte das verbas a serem liberadas neste ano.



São Paulo: após assembléias movimentadas, apenas reuniões fechadas



Jobim: o Galaxie para os alunos

No sul, um político

"Política é para ser feita fora da Universidade", sentencia freqüentemente o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Homero Jobim. Ao contrário de outros reitores, porém, o corpulento Jobim, de 68 anos, investe-se de refinada habilidade em seu trato com os universitários. Não os satisfaz sempre, é verdade. No início de abril, por exemplo, ele se manifestou contrário à passeata realizada pelos alunos nos 500 metros existentes entre a reitoria e a Faculdade de Engenharia, no centro de Porto Alegre, como protesto às prisões de dezesseis pessoas pela Polícia Federal.

No entanto, mesmo em situações tão delicadas como essa, Jobim se mostra aberto ao diálogo e às negociações. "Eu soube que a polícia viria e pedi ao secretário da Segurança que não atacasse os estudantes", afirmou ele a Adélia Porto da Silva, de VEJA. Não foi a primeira intervenção do reitor nesse campo. Dias antes, por sinal, emprestara seu Galaxie preto, de chapa oficial, a um grupo de estudantes que pretendia entregar à polícia um memorial redigido em defesa dos prisioneiros. O carro fez a viagem de 5 quilômetros, esperou os estudantes à porta da repartição e depois os levou de volta à reitoria.

Em momento algum, é claro, Jobim estimula ou mesmo aprova tais demonstrações. Mas acredita que, mantendo permanente contato com os alunos, possa evitar maiores atritos. Sem dúvida, trata-se de um estilo de comportamento inédito nos últimos anos da UFRGS. Tão logo assumiu a reitoria, no começo de 1976, Jobim declarou que as portas de seu gabinete estariam sempre abertas para os alunos. E vem cumprindo a promessa com rara fidelidade.

"Acho válido" — Médico e microbiologista, conselheiro do Sport Club Internacional, Jobim tinha certa experiência no terreno estudantil, pois ocupara o cargo de vice-reitor na gestão anterior, de Ivo Wolff. Sua estréia na reitoria surpreendeu até os estudantes. Um de seus primeiros problemas, ao assumir, era a irritação dos alunos com o aumento no preço das refeições no restaurante universitário, determinado pelo antigo reitor. Jobim limitou-se a baratear a refeição em 50 centavos, anulando o motivo das queixas. E, provavelmente para evitar a repetição de atritos, ele não permitiu que os preços fossem majorados neste ano. Assim, os alunos da UFRGS continuam fazendo suas refeições por apenas 5 cruzeiros — e sem mais protestos.

O reitor vai mais adiante, contudo. Por exemplo, nunca expulsou alunos com os instrumentos legais de que dispõe, como o Decreto-lei 477, às vezes acionado em outras universidades contra estudantes acusados de atividade política. No fundo, acha que não é necessário apelar para tais recursos. "A gurizada é boa; conversando direito com eles, tudo se arranja." Mas um de seus maiores orgulhos é ter contornado habilmente a difícil questão das eleições para o Diretório Central dos Estudantes — que a lei exige sejam indiretas e que os alunos querem diretas. Na última, em 1976, chamou os estudantes e ofereceu a sugestão: "Acho válido que pretendam o voto direto. Não vou proibir, mas votem fora da Universidade, na calçada. A polícia, vocês deixem comigo". Agora, ele se gaba de que, dos 15 000 universitários, apenas 3 000 votaram. "Se eu proibisse, votariam 12 000."

Em Brasília, um "duro"

As pressões exercidas pelos estudantes da Universidade de Brasília não encontram um reitor disposto a contornar dificuldades através do diálogo. Ao contrário, aos 44 anos de idade, militar da reserva e doutor em Física, o capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Almeida Azevedo é considerado um reitor inflexível pelos universitários da capital federal. Chegam, inclusive, a responsabilizá-lo por uma tentativa de cercear qualquer forma de mobilização estudantil espontânea com a qual não concorde — e ele praticamente discorda de todas, segundo queixa dos estudantes.

Atualmente, Azevedo enfrenta as insatisfações estudantis em duas questões: em relação ao chamado jubilamento e quanto às taxas impostas neste ano pela secretaria da UnB para a expedição de documentos. Nos dois casos, confor-



Azevedo: espionando os alunos



Brasília: na assembléia, decidiu-se fazer um plebiscito estudantil

DIPLOMACIA

Pragmatismo

me asseverou a Eliane Cantanhede, de VEJA, Azevedo não admite qualquer discussão. Segundo ele, essas são batalhas perdidas de antemão pelos estudantes, "pois a reitoria não vai ceder em hipótese alguma". Quanto ao jubilamento — instituto que prevê o desligamento de alunos com baixo desempenho escolar —, o reitor se apóia no Estatuto da Universidade, que prevê tal punição. E, quanto às taxas cobradas pela secretaria (de 20 a 5 000 cruzeiros, conforme o documento solicitado), argumenta que esse dinheiro contribui para o orçamento da UnB. E acrescenta: "Ninguém está cobrando do aluno por puro prazer ou para puni-lo".

"Discriminação" — Por seu lado, os alunos alegam que em nenhuma universidade do país o jubilamento vem sendo usado com tanto empenho quanto na UnB, onde atingiu 1 753 estudantes em seus oito anos de vigência. Na lista de desligamentos preparada para 1977, já entraram 378 estudantes e a punição ronda ainda outros cinqüenta. Para eles, o jubilamento representaria, segundo argumentam, uma forma de "discriminação sócio-econômica, pois recai geralmente sobre aqueles que, por precisarem trabalhar para seu sustento, não podem se dedicar aos estudos à altura das exigências impostas pela Universidade". E, quanto às taxas que o reitor considera indispensáveis, são recebidas pelos alunos como "um passo a mais para a implantação do ensino pago nas universidades".

Na verdade, o reitor Azevedo parece também descontente com os critérios que presidem o jubilamento. Ao contrário dos estudantes, porém, inclina-se por punições mais rígidas. A propósito, lembra como exemplares os idos de 1969, quando esse tipo de desligamento estreou na UnB com um vigor nunca mais alcançado. Com efeito, dos 2 500 alunos que naquela época estudavam na Universidade, 300 acabaram o ano jubilados. "Naquela fase, os critérios eram mais justos", comenta Azevedo, "já que a função dos estudantes é aprender bem e demonstrar bom aproveitamento". Segundo acredita, os punidos com o desligamento "são os preguiçosos". Portanto, conforme seu raciocínio, "nada melhor do ponto de vista pedagógico e moral, sem contar que o aluno custa uma 'nota' à Universidade e não dá nada em troca".

Plebiscito — Tais posições, inaceitáveis para os estudantes, têm certamente contribuído para acirrar os ânimos contra Azevedo. Essas indisposições, aliás, já começaram a se manifestar em 1969, quando ele assumiu a vice-reitoria da UnB, após quatro anos de grande turbulência no campus, pontilhados por expulsão de professores, prisões, duas invasões policiais e, naturalmente, protestos estudantis. Menos dramáticos, os protestos continuavam presentes na terça-feira passada, quando em assembléia cerca de 450 dos 9 108 alunos da UnB resolveram realizar um plebiscito, no campus, sobre o jubilamento e o ensino pago.

Marcado para esta sexta-feira, o plebiscito vem-se preparando em meio a um clima de tensão, admitem os membros do diretório acadêmico. Citam, como exemplo, o fato de o reitor mandar funcionários espionarem as reuniões do diretório. "É evidente que faço isso", retruca Azevedo. Se para o reitor a vigilância e as medidas punitivas parecem tão naturais, elas ganham outra imagem aos olhos dos alunos. "A UnB, por estar sediada em Brasília, próxima do poder, e ter como reitor um homem estreitamente ligado às autoridades", afirmam os membros do diretório, "vem servindo como cobaia para todas as novas formas de repressão ao movimento estudantil — é só notar que as primeiras arbitrariedades em torno de qualquer ponto começam sempre aqui."

Objetivo máximo — Se não foi aquela uma boa noite para jornalistas, foi, em todo caso, uma noite de sutilezas, quer se tratasse de política externa ou interna. O senador José Magalhães Pinto, por exemplo, surpreendido em conversa com o chefe do SNI, general João [illegible] dir-nos, levando-nos a confundir publicidade com negociação."

sua principal função — "a de apreender corretamente a realidade do país onde exercem sua missão". "A política externa do Brasil", disse Geisel, antes de erguer um brinde pela prosperidade dos povos representados pelos embaixadores, "é um instrumento para a realização do objetivo máximo do país, que é o de ver seu povo prosperar em ordem e alcançar, no mais curto prazo possível, melhor justiça social e desenvolvimento político mais perfeito."



Geisel brinda com dom Carmine na homenagem dos diplomatas

A missão Todman

Terence Todman, subsecretário de Estado americano, aterrissou em Brasília na manhã da última quinta-feira com pelo menos doze horas de antecipação



Todman: com a agenda lotada

ao horário previsto — e uma tempestade diplomática, dizia-se, já o esperava. Excessivamente agasalhado para a marhã quente do planalto goiano, e ajudado por funcionários graduados da embaixada americana, que carregaram seu paletó e sua mala, Todman dirigiu-se para a casa do embaixador John Crimmins enquanto o assessor de Imprensa, John de Witt, tentava obter de Caracas, a escala anterior do visitante, uma transcrição do que ele realmente dissera a respeito do Brasil.

A resposta chegou a Brasília por volta de meio-dia, quando Todman descansava: "Não estou disposto a aceitar que era a tese de Nixon e Ford que o Brasil determina o caminho da América Latina". Como as agências de notícias, em seus despachos anteriores, haviam suprimido as palavras "que era", surgiu na frase um nítido conteúdo anti-brasileiro — e sobre ela o próprio Itamaraty, em nota ditada aos repórteres, já fizera seu comentário. "Cada país tem o seu peso relativo na comunidade das nações", disse o ministro Guy Marie de Castro Brandão. "O Brasil tem o seu."

O próprio Todman, afinal, concordaria com o Itamaraty, e não fez nenhum comentário sobre a nota, baseada numa frase que fora publicada incompleta. "Eu tenho um grande prazer em visitar o Brasil", diria ele na sexta-feira aos jornalistas, finda a estafante maratona que empreendera junto a autoridades brasileiras. E completou: "Os Estados Unidos não têm nenhuma autoridade para escolher um país como líder de determinada região". E até agora eu não ouvi nada que indicasse que o Brasil deseje ser um líder na América Latina".

Acordos e silêncios — Assim, com alguma surpresa, foram surgindo da extensa agenda de Todman vários pontos de acordo com os brasileiros. "Foi uma conversa cordial e não vi nenhum ponto de atrito em nossas posições", disse o embaixador Carlos Duarte após conversar com Todman sobre os temas a serem tratados na próxima reunião da Organização dos Estados Americanos, em junho. "No momento, não há qualquer problema comercial nas relações entre o Brasil e os EUA", comentou um diplomata brasileiro depois do encontro de Todman com os especialistas do Departamento Econômico do Itamaraty. Sobre questões políticas, porém, não foram dadas maiores informações. O subsecretário falou por mais de uma hora com o embaixador João Hermes Pereira de Araújo, do Departamento das Américas, encontrou-se por 15 minutos com o senador Magalhães Pinto, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e reuniu-se durante uma hora e 40 minutos com o chanceler Azeredo da Silveira.

Como este último encontro ultrapassou em 40 minutos o inicialmente previsto, Todman acabou chegando atrasado à entrevista em que prometera aos jornalistas ser "totalmente franco". Durante uma hora ele reafirmou, então, que os EUA consideram Brasil e Alemanha países soberanos em seus acordos — confirmando, assim, o que na véspera declarara Zbigniew Brzezinski, assessor para Assuntos de Segurança do presidente Jimmy Carter — e que seu governo entende que a questão dos direitos humanos deve ser compartilhada "por todos que acreditam na dignidade da pessoa humana". Na noite de sexta-feira, enfim, Todman participou de um jantar oferecido por Azeredo da Silveira e no sábado cedo embarcou para La Paz — sem guardas ou esquema de segurança, exatamente como havia chegado.

Rumo à Austrália

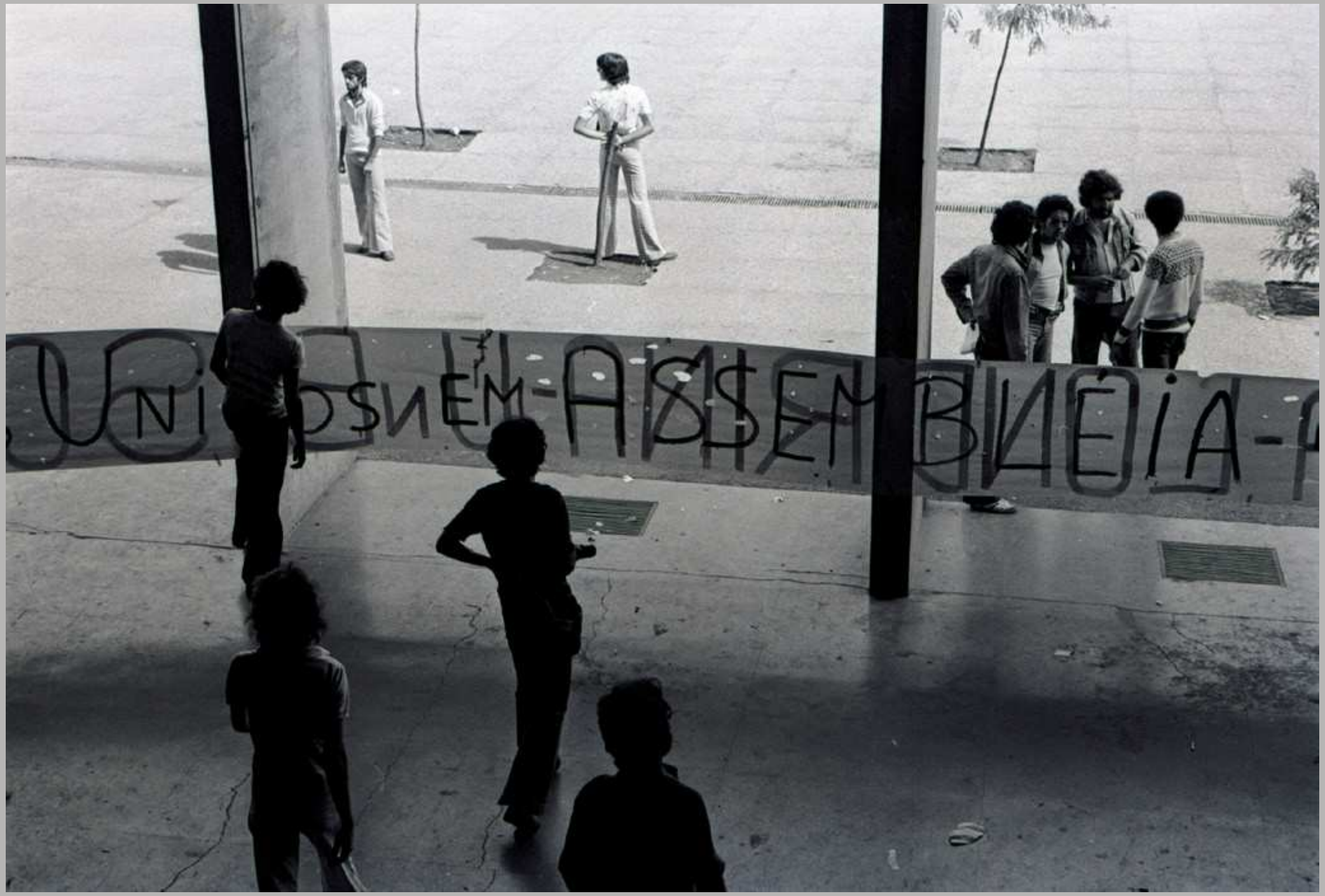
Se tudo der certo, esperam altos funcionários do Itamaraty, já em agosto o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira estará desembarcando em Canberra, na Austrália, com todos os dados na mão — e poderá começar a ser posto em prática um ambicioso projeto de intercâmbio econômico que fará subir dos atuais 50 milhões de dólares australianos (cerca de 730 milhões de cruzeiros) para 500 milhões (cerca de



Kelso: uma questão de bons preços

3,6 bilhões de cruzeiros) o volume das trocas entre os dois países. Feito "a galope", segundo o Itamaraty, por diplomatas, a Secretaria do Planejamento e os ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, o plano prevê para os manufaturados brasileiros um vasto mercado, pois a Austrália, tecnicamente desenvolvida e dona de riquíssimas minas, é um país tradicionalmente importador — só com o Japão, por exemplo, ela mantém o quarto comércio bilateral do mundo, ao valor de 5 bilhões de dólares anuais.

Assim, para satisfazer às necessidades de um país que de certa forma prefere importar a se industrializar, por achar mais barato, o Brasil pensa tornar mais variada a lista atual de artigos que para lá exporta, basicamente calçados, têxteis, parte de computadores, castanha e óleo de mamona. Em compensação, a





UnB: reunidos em assembléia geral, os estudantes decretam greve em solidariedade aos 16 colegas punidos

ESTUDANTES

Encontro, prisões, greve

Reunidos em vigília no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, no bairro de Santa Ifigênia, próximo ao centro de Belo Horizonte, mais de 400 universitários de escolas mineiras e de outros Estados tentavam assegurar, na madrugada de sábado passado, a realização do Encontro Nacional de Estudantes — transformado no mais recente pólo das divergências que, sobretudo a partir das manifestações de maio, separam estudantes e autoridades federais. Horas antes, aparentemente alheios à disposição oficial de impedir a qualquer custo a consumação do encontro, haviam chegado os primeiros grupos de jovens, municiados com 150 litros de leite e 1 000 sanduíches.

Às 2 horas da madrugada, depois da exibição do clássico filme policial "Rififi" e de alguns documentários, os estudantes se reuniram para uma primeira avaliação da situação e não chegaram a conclusões exatamente estimulantes. Nove integrantes da delegação baiana já haviam sido presos pelo DOPS quando o ônibus em que viajavam se aproximava da capital mineira. Pior ainda, o número de universitários presentes à vigília dificilmente chegaria aos 2 000 inicialmente previstos — mesmo porque as delegações que desembarcavam em Belo Horizonte eram divididas imediatamente em dois grupos que se dirigiam a lugares diferentes, para garantir a realização do encontro num local alternativo caso a ação policial tornasse inviável a concentração, marcada para as 8 horas da manhã no DA da Faculdade de Medicina. De qualquer forma, eles ficariam muito mais preocupados se soubessem que, àquela altura, mal começara a movimentação policial anunciada na tarde de sexta-feira pelo governador Aureliano Chaves.

"Cercaremos a Faculdade de Medicina e, se os estudantes tentarem furar o bloqueio, reagiremos", antecipou Chaves a vinte jornalistas que o acompanharam durante uma inspeção de obras. "Não estamos para brincadeiras", acrescentou, para ressalvar que, em todo caso, as forças policiais só entrariam na Universidade se houvesse uma requisição por escrito do reitor — "porque, para nós, o campus é sagrado". Pouco depois, enquanto se preparava para saborear um churrasco à mineira num restaurante no bairro da Pampulha, Chaves foi chamado ao telefone pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que de Brasília pedia informações sobre a situação estudantil. "Já recomendei para não chegarmos ao extremo... Não podemos perder mais pontos com a opinião pública... O cerco começa de madrugada... Eles só entram se chegarem de pára-quedas...", ia informando Chaves pelo DDD.

Greve em Brasília — Na manhã de sexta-feira, durante uma reunião entre Chaves e o general Antônio Bandeira, comandante da IV Divisão do Exército, sediada em Belo Horizonte, o esquema policial ganhara seus derradeiros retoques. Decidiu-se, então, que às 5 horas da madrugada de sábado o local da reunião seria cercado por tropas combinadas da Polícia Militar, do DOPS e da Polícia Metropolitana (Metropol). A partir daí, ninguém poderia entrar no prédio da Faculdade de Medicina e quem dele saísse deveria ser preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional — como participante, tecnicamente, de uma "reunião ilegal e subversiva". Duas horas antes do prazo fatal, enquanto cresciam rumores de sucessivas prisões de estudantes que chegavam à capital mineira, uma autoridade do DOPS de Belo Horizonte informava a VEJA: "Vou fazer uma boa pescaria". Às 5 horas, enfim, o prédio foi cercado por 200 policiais, conduzindo cães pastores.

A essa altura, Belo Horizonte parecia ter reassumido integralmente sua condição de centro das agitações estudantis — condição que, ao longo da semana, fora compelida a dividir com a capital federal, graças à greve geral dos 15 800 estudantes da Universidade de Brasília. A paralisação das aulas foi decretada na terça-feira, em represália à atitude do reitor José Carlos de Almeida Azevedo, capitão-de-mar-e-guerra e PhD. em Física pelo Massachusetts Institute of Technology, que na véspera suspendera dezesseis alunos da UnB. Dois deles foram suspensos por 29 dias, três por dez dias e onze por três dias, por terem sido considerados responsáveis pela manifestação que reuniu 2 000 alunos no campus no dia 19 de maio. Entre os punidos figuravam o ex-presidente do Diretório Universitário, Rocine Castelo de Carvalho, e o atual presidente Flávio Alberto Botelho.

Quatro deles, inclusive Botelho — que fazia uma prova de hospital-escola de Sobradinho durante a tarde do dia 19 —, provaram que não haviam participado da manifestação, mas tiveram mantidas suas suspensões. "As punições não atingiram os participantes, mas os organizadores", explicaram assessores de Azevedo. "Não temos o levantamento exato para saber se estavam ou não no ato público", acrescentou o assessor de imprensa da UnB, Olympio Melo. "Mas isso é irrelevante: o que importa é que eles organizaram tudo." Em represália, no dia seguinte a UnB estava quase completamente paralisada — e começava a viver sua mais séria crise desde que, em 1968, o campus foi ocupado por tropas policiais. No fim da semana, depois de vários dias de tensão e incidentes, a greve na UnB parecia ainda longe do seu desfecho.

Eleições em São Paulo — No começo da semana, tudo indicava que, desta vez, os duelos frontais entre estudantes e autoridades ficariam circunscritos a Belo Horizonte — ou, pelo menos, estariam estritamente ligados à preparação do Encontro Nacional. Nas maiores universidades, afinal, o tempo dos militantes era inteiramente consumido pelos preparativos para a reunião na capital mineira. E, de quebra, os estudantes paulistas, reconhecidamente os mais articulados do país no momento, estavam absorvidos pelas eleições para o DCE da Universidade de São Paulo.

Na quarta e quinta-feira elas levariam às urnas cerca de 16 000 dos quase 30 000 alunos da USP — um índice de comparecimento que os estudantes consideram bastante elevado para eleições oficialmente ignoradas pelos estatutos da reitoria, e que no ano passado reuniram menos de 13 000 votantes. Apurados os votos, constatou-se uma esmagadora vitória da chapa Refazendo, que já controlava o DCE e obteve mais de 50% dos quase 15 000 votos válidos, sobre quatro chapas concorrentes — Caminhando, Liberdade e Luta, Resistência, Mobilização. Só depois da apuração, assim, os paulistas puderam voltar sua atenção para o Encontro Nacional de Belo Horizonte.

Igualmente atento à reunião de Minas Gerais, o ministro da Educação, Ney Braga, distribuiu à imprensa, na segunda-feira, uma curta nota oficial. "Sobre o anunciado Encontro Nacional de Estudantes", especificava o documento, "o ministro Ney Braga declarou, reafirmando o que já disse antes, que a lei deve ser cumprida e que o referido encontro não pode ser permitido, porque é ilegal. Os estudantes sabem disso. Por certo, todos agirão com bom senso e serenidade, evitando qualquer ato contrário à lei." Naturalmente, a exortação ministerial refletia a manifesta preocupação do Palácio do Planalto, de onde as unidades da Federação teriam recebido sigilosas recomendações para que o fluxo de estudantes com destino a Belo Horizonte fosse contido nas nascentes universitárias.

Nas assembléias realizadas ao longo de maio em dezenas de faculdades espalhadas pelo país ficara decidido que cada entidade estudantil — diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes — teria direito a cinco votos no congresso mineiro. O número de delegados, porém, seria livre, fixado pelas próprias escolas. Calculava-se, assim, às vésperas da reunião, que um contingente entre 1 000 e 1 600 estudantes acorreria a Belo Horizonte, levando posições definidas pelas assembléias em torno dos três itens do temário — "Formas de organização", "Condições de ensino e assistência" e "Situação política do país". Aos olhos das autoridades, entretanto, a multiplicidade de temas apenas encobria a disposição dos congressistas de ressuscitar a proscrita União Nacional dos Estudantes (UNE), responsabilizada pela maior parte das agitações que sacudiram a Universidade brasileira nos anos 60.

Intimações no Rio — No decorrer da semana, os braços estaduais dos organismos de segurança trataram de cumprir as recomendações do Planalto. Em Londrina, no norte do Paraná, o zelo policial acabou indo longe demais. Armados de revólveres e cassetetes, 100 soldados da Polícia Militar barraram na noite de sexta-feira todas as ruas de acesso ao ginásio de esportes "Colossinho", da Prefeitura, onde deveria ser realizado um debate sobre o tema "Direitos Humanos e Constituinte", com a presença, entre outros, do ex-ministro do STF Aliomar Baleeiro, 76 anos. O cerco impediu a passagem de pelo menos 500 universitários e dos conferencistas que falariam aos estudantes.

Em outros centros universitários, de modo geral, houve mais comedimento. No Rio de Janeiro, por exemplo, a momentânea calmaria nas universidades foi abalada por novas intimações endereçadas pelo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) a trinta universitários já interrogados nas semanas anteriores. Segundo assessores da Secretaria da Segurança Pública, eles seriam ouvidos na sexta-feira e liberados na madrugada de sábado, de preferência depois da partida do último ônibus para Belo Horizonte.

Foi justamente essa, com ligeiras variações de intensidade, a tática seguida nos demais Estados. A idéia de barreiras nas saídas das capitais ou de controles nas estações rodoviárias não chegou a prosperar. Como explicaria em São Paulo o secretário da Segurança, coronel Antônio Erasmo Dias, não seria prático, talvez nem possível, impedir os estudantes de viajar. De qualquer modo, a polícia paulista teria em seu poder os nomes de um bom número de delegados ao Encontro — as contas seriam ajustadas na sua volta a São Paulo, caso a reunião de Belo Horizonte tivesse conseqüências.

Assim, tendo ao fundo a relativa tranqüilidade instaurada na maioria dos campi do país, a efervescência em Belo Horizonte e em Brasília acabou alcan-

Manhã de sábado: uma das muitas prisões ocorridas em Belo Horizonte





CELIO APOLINARIO

Belo Horizonte: tela de arame em torno do DA da Faculdade de Medicina

çando relevo ainda maior — e, no caso da UnB, as dimensões do movimento surpreenderam tanto o reitor José Carlos de Almeida Azevedo quanto os próprios estudantes. Na terça-feira, o reitor declarou que não se tratava de uma greve geral e sim de movimento insuflado por "uma minoria, coagindo os demais para não irem às aulas". E, decidindo retomar a iniciativa, desfechou uma imediata contra-ofensiva, reiterando a professores e alunos, em incisivas notas oficiais, que as atividades universitárias prosseguiriam normalmente, com pesadas conseqüências para os faltosos.

Inicialmente aturdidos com a adesão à greve, os estudantes logo ganharam suficiente desembaraço para percorrerem todas as classes em busca dos raros dissidentes. Ao cabo da operação, dois incidentes haviam ocorrido. Aos brados de "vagabundos! baderneiros!", um professor de Direito atingiu com um tapa no peito, segundo testemunhas, um estudante que integrava a chamada "comissão de greve" e que acabara de subtrair-lhe seis dos dez alunos que assistiam à sua aula de Direito Civil. Por seu turno, um professor de Biologia Geral trancou a sala e realizou a prova marcada para aquele dia. Os grevistas esperaram que todos deixassem a sala e improvisaram uma fogueira com as folhas das provas e das listas de freqüência.

Data marcada — A temperatura no campus atingiria níveis mais elevados a partir de quinta-feira. Reunidos em assembléia na praça Edson Luiz, em frente ao Instituto de Educação, ou em passeatas-relâmpago pelo campus, os estudantes da UnB pareciam deixar claro que estavam dispostos a continuar em greve até a revogação das punições. Seu movimento contaria com uma vantagem tática: como as suspensões têm data marcada para acabar, a greve também ficou limitada no tempo — o que afastaria o inevitável esvaziamento de uma paralisação por tempo indeterminado.

A partir daí houve, por parte do reitor, uma tentativa de negociar — mas condicionando-se um eventual reexame das punições ao fim da greve. Criou-se, assim, o impasse — quem cederia primeiro? —, temperado pela "invasão branca" sofrida na manhã de quinta-feira pela UnB, quando os estudantes ganharam a companhia de 300 policiais à paisana e passaram a ser estreitamente vigiados por centenas de soldados. À frente de um aparatoso esquema composto de caminhões, camburões e viaturas de combate, eles permaneceram debruçados sobre as fronteiras do campus, onde, a essa altura, já não havia mais nenhuma aula, situação que se estendeu até o fim da semana.

Preocupados com a evolução da crise e aparentemente convencidos da iminência da ocupação da UnB pelas tropas, os professores resolveram então formar uma comissão mediadora que, depois de sucessivos contatos com as partes em conflito, nada de prático obteve. Ainda assim, as negociações foram retomadas na sexta-feira, quando cresceu a suspeita de que, àquela altura, a invasão era inevitável. Desde as 8 horas da manhã, sentados em círculo a poucos metros do local onde estavam estacionados camburões com as portas traseiras abertas, os alunos cantavam o Hino Nacional e o Hino da Independência. E, ao meio-dia, 2 000 emocionados estudantes se deram as mãos cantando a música "Caminhando", de Geraldo Vandré.

À tarde, uma assembléia de 300 professores emitiu uma nota que pede à administração central da UnB a "retirada dos elementos estranhos à Universidade", providências para "impedir a entrada de forças policiais" e a revogação das punições impostas aos dezesseis alunos. Essa derradeira tentativa de mediação, todavia, resultou infrutífera. Pouco antes das 18 horas da sexta-feira, estudantes e professores foram informados por alguns colegas que deveriam deixar o campus em 15 minutos, "para evitar derramamento de sangue". Só houve tempo para que novas assembléias fossem marcadas para esta segunda-feira. E a semana da UnB terminou sem que se pudesse vislumbrar soluções para o impasse.

Reprovação — Para o reitor da UnB, foram dias decididamente difíceis — talvez os mais duros de sua gestão. Além da greve, ele foi surpreendido por um pedido de demissão apresentado pelo professor José Dion de Melo Teles, que alegou não mais ter condições para continuar lecionando na UnB. Mais ainda, vem ganhando força rumores, alimentados por fontes da própria reitoria, de que Azevedo estaria enfrentando dificuldades políticas junto ao ministro Ney Braga — e que um dos dois sairia da crise enfraquecido junto aos setores militares. Enfim, o reitor da UnB — de um lado criticado pela aplicação das suspensões e de outro por não ter logo se servido dos rigores do Decreto-lei 477 — talvez seja obrigado a desistir de novas punições. Uma sucessão de greves, combinada com o cumprimento dos regulamentos, poderia acarretar a reprovação de todos os 15 800 alunos e, em conseqüência, a suspensão dos exames vestibulares pelo prazo mínimo de um ano.

De qualquer forma, o vento que sopra sobre a Universidade brasileira também não poupou, na semana passada, o conciliador reitor mineiro Eduardo Osório Cisalpino, que na sexta-feira — depois de tentar demover os estudantes da realização da reunião e de ordenar a colocação de uma tela de arame em torno do DA da Faculdade de Medicina — decidiu fechar as portas da UFMG. Antes disso, o Ministério da Educação vinha reiterando que o recesso no campus era uma solução reservada a momentos especialmente graves. É provável, agora, que esses momentos se repitam, com alguma freqüência, em outras capitais. Sobretudo porque os mais de 400 estudantes sitiados na manhã de sábado em Belo Horizonte, incluindo delegações paulistas, gaúchas, baianas, paranaenses, cariocas e mineiras, de qualquer forma conseguiram dar à sua reunião uma aparência de encontro nacional. Embora se vissem obrigados a apelar para a solidariedade da população, em busca de pão e água, e amargassem até as 11 horas da manhã mais de 100 prisões e investidas de cães e policiais contra cerca de 500 colegas aglomerados nas imediações da Faculdade de Medicina. Tudo isso, sem dúvida, poderá ter reflexos já nesta semana.





Rosalynn, emissária da trégua



Os senadores com o ministro Ney Braga: voluntários da mediação

Da sra. Carter ao divórcio

A meteorologia chegou a prever um negro período de chuvas e trovoadas, a partir da manhã de quinta-feira passada, quando decolaria do Recife o avião levando embora a senhora Rosalynn Carter, esposa do sorridente presidente dos Estados Unidos. Seria a hora para um acerto de contas entre as forças de segurança e os estudantes universitários, que nas últimas semanas promoveram numerosas reuniões pelo país; entre o AI-5 e os mandatos de parlamentares oposicionistas que tomaram emprestada a retórica subversiva para discursar na Câmara, ou freqüentaram proibidas assembléias estudantis; ou ainda entre a censura e órgãos de imprensa que insistem em comentar temas delicados, como a sucessão do presidente Ernesto Geisel. Mas, na tarde daquele dia, embora o tempo continuasse densamente nublado sobre o Congresso, em Brasília, uma aragem renovadora anunciava a retomada do comando dos trabalhos pelos líderes moderados da Arena e do MDB, que nas duas semanas anteriores haviam sido marginalizados pelos grupos mais radicais das duas bancadas.

Registrava-se um ainda tímido reinício do diálogo e, embora persistisse a certeza de que nada salvaria da cassação o mandato do deputado mineiro Marcos Tito, havia quem considerasse possível circunscrever as ameaças a esse caso sem remédio. E assim só faltaram mesmo palmas e hurras para saudar o êxito registrado por uma improvisada comissão formada pelos senadores José Magalhães Pinto e Henrique La Rocque, da Arena, e Itamar Franco e Roberto Saturnino Braga, do MDB, com as bênçãos do presidente Petrônio Portella, na mediação entre a reitoria e os estudantes da Universidade de Brasília, na busca de soluções para os problemas que determinaram a paralisação de suas atividades. Navegando cautelosamente, a partir da segunda-feira, pelos gabinetes do ministro da Educação, Ney Braga, e do capitão de mar-e-guerra José Carlos de Almeida Azevedo, reitor da UnB, e recebendo ansiosas delegações de alunos, no Senado, a comissão havia conseguido estabelecer as condições de um acordo, pelo qual a reitoria suspenderia as punições impostas a dezesseis alunos, e uma assembléia de estudantes, a ser realizada no campus já livre da vigilância policial, na sexta-feira, marcaria o fim da greve.

Pressão normal — A sexta-feira, apesar de tudo, começou sob maus presságios. Contrariando o combinado entre o reitor, os senadores e os próprios delegados do movimento grevista, a assembléia dos estudantes decidiu continuar a greve (veja reportagem na página 24). Ao receber a notícia, entre um grupo de parlamentares, o agourento deputado mineiro Sinval Boaventura esfregou as mãos: "Hoje morre um", garantiu, referindo-se com certeza ao mandato de seu co-estaduano Marcos Tito, por ele denunciado da tribuna por haver utilizado trechos de artigo do jornal clandestino *Voz Operária*, para a preparação de um discurso.

Em seu gabinete de presidente do Senado, Petrônio Portella produzia naquela mesma hora uma quase resposta a Boaventura. "É bom que os fatos desmoralizem as cassandras", disse ele aos jornalistas. E não produzia uma simples frase de efeito, para aparentar tranqüilidade. Pouco antes, munida da indispensável aparelhagem técnica, uma enfermeira havia constatado que a pressão de Portella registrava os índices 14 por 9 — surpreendentemente normais para quem, como ele, vivia horas angustiadas. Ainda no Senado, Itamar Franco esperançosamente se dispôs a permanecer em seu gabinete, à espera dos estudantes que, supunha, buscariam retomar o diálogo, e dali manter contato telefônico com os senadores Magalhães Pinto e Saturnino Braga, que já haviam deixado Brasília.

Portella tinha razão: ninguém morreu na sexta-feira, mas nem por isso se podia considerar salvo o mandato de Tito. Na verdade, ele parecia mais do que nunca condenado, pois naquela mesma tarde, cercado por jornalistas no Palácio do Planalto, o assessor de Imprensa da Presidência, coronel José Maria de Toledo Camargo, deixou de lado todas as sutilezas. "O caso saiu da jurisdição do Congresso", disse Camargo, "já não está mais do outro lado da rua. Onde está? Vocês que deduzam." Em todo caso, se nada podiam fazer para salvar o companheiro, os políticos ainda contavam salvar a paz na universidade.

Sem fronteiras — É verdade que a decisão dos estudantes, pela greve, não chegou a surpreender inteiramente a comissão de senadores. O tranqüilo, fleugmático maranhense La Rocque recebeu-a sem espanto, conforme declarou a Hélio Doyle, de VEJA: "É uma questão de psicologia da multidão. Uma assembléia com mais de 1 000 pessoas toma decisões imprevisíveis". Mesmo assim, causou preocupações. Itamar Franco passou a tarde em seu gabinete, e quando desistiu de esperar reuniu os jornalistas para manifestar decepção por não terem os estudantes voltado ao Congresso, depois da assembléia. Em todo caso, manteve o convite: "Nós continuamos às ordens".

Essa demonstração extra de boa vontade foi providencial, pois Franco não chegaria a sair do Senado. Antes disso ali chegaram quatro universitários, com a notícia de que colegas seus voltavam a ser detidos pela polícia. Assustados, ouviram uma paternal admoestação do senador mineiro, em relação à sua inexperiência, invocaram a "desarticulação" do movimento para explicar o fracasso da idéia conciliadora na assembléia, e acertaram uma nova reunião para a tarde de sábado, quando se combinariam detalhes para tornar possível a suspensão da greve, nesta segunda-feira. Para isso contribuíram esforços de negociação patrocinados também por assessores do ministro da Educação.

Nesse esforço quase desesperado para construir uma ponte por onde fosse possível restabelecer o diálogo entre a reitoria e os estudantes, os políticos praticamente esqueceram as fronteiras que separam a Arena do MDB. Essa singular disposição, por sinal, já se manifestara dias antes, quando as lideranças dos dois partidos começaram a tatear em busca de pontos comuns que ajudassem a superar as dificuldades que se acumulavam no horizonte. E como se convencionou que a primeira tentativa de diálogo, bem antes da decretação das reformas constitucionais com base no AI-5, em abril passado, fracassou pela presteza com que o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, correu a relatar a seus companheiros, em termos quase públicos, o inteiro teor de sua primeira conversa com o comandante arenista Petrônio Portella, desta vez acertou-se que nada se falará. Portella, por sinal, tem sido dos mais rigorosos cumpridores do trato. Nenhuma palavra deixou escapar, por exemplo, a respeito da conversa mantida com o reitor Azevedo, em seu gabinete, ainda quando se procuravam abrir as



A assembléia dos estudantes da UnB na manhã de sexta-feira: decisões imprevisíveis

Tito: anônimo e arredio, até o discurso



Marcos Tito

Alto e forte, mas tímido e introspectivo, o deputado Marcos Wellington de Castro Tito, 36 anos, do MDB mineiro, foi uma figura discreta na Câmara, pelo menos até a denúncia de que leu, como se fosse discurso seu, um manifesto do clandestino movimento comunista. No livro que contém o repertório biográfico dos membros da Câmara, os feitos de sua vida ocupam modestas quinze linhas, pois ali nada há a destacar, a não ser os cargos que ocupa nas comissões técnicas, ou o mandato de deputado estadual exercido em Minas, antes da eleição para a Câmara, em 1974, com 61 387 votos.

Tito sempre foi um deputado de poucos discursos, e seu único trabalho de algum realce foi um relatório na Comissão de Minas e Energia, favorável ao acordo de cooperação nuclear, firmado entre o Brasil e a Alemanha.

Na Assembléia mineira, Marcos Tito conquistou fama de sério e solidário com os companheiros, mas em Brasília seu relacionamento pouco foi além dos co-estaduanos. Mesmo os amigos mais chegados, da Arena ou do MDB, queixam-se das dificuldades para estabelecer laços mais íntimos com ele — mas ninguém se dispõe a admitir que esteja realmente envolvido com o comunismo ou qualquer movimento extremista.

De origem humilde, nascido no bairro proletário de Lagoinha, em Belo Horizonte, filho mais velho de uma família de nove irmãos, que ajudou a criar — e para isso trabalhou desde menino —, Marcos Tito, casado há cerca de um ano e à espera de um primeiro filho que nascerá daqui a três meses, continua um homem pobre. Se confirmada a cassação de seu mandato, seguramente enfrentará problemas para ganhar a vida, pois na advocacia, sua profissão original, cedo trocada pela política, tem pouca prática. E, atingido pelo AI-5, deverá perder automaticamente o emprego de fiscal de rendas do Estado de Minas, do qual está licenciado para o exercício do mandato.

No apartamento onde reside em Brasília, na superquadra norte 202, as visitas estão escasseando, pelo depressão que o ambiente ali reinante infunde aos amigos. "Não volto mais lá", disse um deles na semana passada a Oswaldo Amorim, de VEJA. "Eu não sei o que fazer para confortar o Tito e a mulher, ainda mais arrasada do que ele. E acabo saindo arrasado também." Marcos Tito ainda tentou, logo após a denúncia do deputado Sinval Boaventura, conquistar a ajuda de arenistas ilustres. Um deles foi o governador de Minas, Aureliano Chaves, a quem procurou recentemente, em Belo Horizonte. A história de sua vida, a infância pobre e a ajuda aos irmãos, e sua aflição quanto ao futuro comoveram o governador. Um amigo que entrou no gabinete quando ele saía ouviu de Chaves o desabafo, olhos lacrimejantes: "Olha como ele me deixou. Mas o que é que eu posso fazer?"



Sinval Boaventura, radiante: "Hoje vai morrer alguém"

portas para o diálogo entre estudantes e reitoria.

"Feijão com arroz" — Por isso, no fim da semana passada, foi impossível até mesmo obter uma confirmação de que o diálogo recomeçara — e, mais ainda, saber quem conversara com quem —, embora os indícios de que isso tivesse acontecido fossem evidentes. "Qualquer sacrifício é válido para que o país retorne à legalidade, ao pleno estado de direito", declarou o líder emedebista Alencar Furtado, em tempos recentes considerado um radical da oposição. Ele reconhece que nos últimos dias conversou seguidamente com os arenistas Francelino Pereira e Marco Maciel — e nessas conversas teria chegado a garantir que "estamos dispostos a tudo".

Tudo o quê? Pelos exemplos dados na semana passada, tudo é, no caso, um conceito verdadeiramente amplo. O líder Alencar Furtado, por exemplo, cuidou pessoalmente de transferir para data mais oportuna a formação, na Câmara, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de corrupção em órgãos governamentais — uma suspeita com a qual não se conformam os setores mais chegados à presidência da República. E não ficou nisso a boa vontade oposicionista: um simpósio anunciado com algum estardalhaço para esse final de semana foi substancialmente esvaziado, de forma a deixar de fora o debate de temas como a convocação de uma assembléia constituinte, que vinha sendo o carro-chefe da pregação oposicionista e provocando severas restrições por parte de assessores governamentais.

"Esse negócio de constituinte está se tornando feijão com arroz", disse Alencar Furtado, para justificar a retirada do tema. A nova imagem do MDB, em todo caso, ainda receberia outras tinturas, quando sua liderança concordou com a suspensão das sessões do Senado de segunda e terça-feira, para evitar discursos programados pelos emedebistas Paulo Brossard e Marcos Freire, e pelo arenista José Sarney, capazes de radicalizar inutilmente o debate.

Rol de candidatos — O primeiro sinal da retomada da iniciativa pelos moderados já fora dado no começo da semana, com o discurso do deputado arenista de Minas Murilo Badaró, que em tom cadenciado mas firme proclamou a necessidade de terminar "o festim dos radicais". No correr da semana houve um novo round da luta entre Marcos Tito e Sinval Boaventura — mas este, acossado por apartes ríspidos e provocantes, acabou colocado numa posição tão defensiva que, a certa altura, chegou a negar sua condição de partidário da candidatura do ministro do Exército, general Sylvio Frota, à sucessão do presidente Ernesto Geisel.

"Nunca fui, nem sou porta-voz de ninguém", proclamou o atarantado Boaventura, para então enfileirar uma longa relação de pessoas que, no seu entender, podem chegar à presidência com o seu voto, se escolhidos pela Arena. Foram relacionados os generais Sylvio Frota, Fritz de Azevedo Manso, chefe do Estado-Maior do Exército, Ariel Pacca da Fonseca, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, Dilermando Monteiro, comandante do II Exército, Fernando Belfort Bethlem, comandante do III Exército, e, por último, o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo, e os civis Ney Braga, Magalhães Pinto, Delfim Netto, Aureliano Chaves.

Apoiando indistintamente esse poderoso rol de nomes, Boaventura procurou despir-se da condição, que lhe é atribuída, de defensor da candidatura do ministro do Exército, mas o seu não seria o único recuo registrado no delicado terreno sucessório, ao longo da semana. Não se concretizou, por exemplo, o convite para que a Comissão de Agricultura do Senado, presidida pelo emedebista Agenor Maria, visitasse o Estado-Maior do Exército e ali almoçasse com o general Sylvio Frota. Por outro lado, o secretário particular do presidente Ernesto Geisel, Heitor Ferreira, passou a executar um minucioso e reservado programa de visitas aos Estados.

Desafogo — Assim, se a sucessão realmente estava por detrás da incendiária radicalização dos debates políticos das últimas semanas, como entenderam muitos integrantes dos dois partidos, é possível reconhecer que o novo esforço pelo esvaziamento da crise teve efeitos também nesse campo — e disso seria testemunha a cuidadosa colocação do problema feita pelo deputado Sinval Boaventura. O governo, que terá registrado com desafogo a disposição do MDB para desarmar alguns dos seus dispositivos de ataque, também fez demonstrações de boa vontade, embora não tão vistosas quanto as da oposição. No anoitecer de sexta-feira, justamente quando se reacendia o problema na UnB, chegava ao gabinete do deputado Marco Maciel, presidente da Câmara, a confirmação de que o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, comparecerá ao plenário, às 15 horas do



Portella e o reitor Azevedo: conversa não divulgada

próximo dia 22, para falar sobre a ação do BNDE no processo de desenvolvimento — ou seja, para oferecer também explicações sobre o rumoroso episódio dos financiamentos concedidos pelo governo ao grupo paulista Lutfalla.

Até lá, será preciso desativar a crise que ronda a Universidade de Brasília, e conseguir alguma espécie de trégua na seqüência de atos programados pelos estudantes para outros pontos do país. No Palácio do Planalto oferecia-se a possibilidade de não serem denunciados pela rigorosa Lei de Segurança Nacional os estudantes detidos pela Polícia em Belo Horizonte, no final da semana atrasada. Poderia este gesto de boa vontade ser apreendido a tempo por grupos estudantis que não dispõem de sólidas lideranças, nem estão ao alcance de negociadores pacientes como os senadores mergulhados nos problemas da UnB? É mais uma questão a preocupar os parlamentares, em Brasília, já aflitos pelas ameaças que pairam sobre os mandatos de alguns de seus companheiros. Este começo de semana, por todos os títulos, deverá ser esclarecedor, e se de alguma forma a paz se mantiver até a quarta-feira, então entrará na ordem do dia o projeto que institui o divórcio, capaz de provocar e sustentar debates mais lúcidos e produtivos do que a simples origem dos discursos pronunciados pela oposição. De Rosalynn à emenda divorcista, a paz política poderá, assim, estar garantida até a chegada do salvador recesso parlamentar de julho — um raciocínio baseado em muitas condicionais, para ser uma garantia efetiva de tranqüilidade, e que inevitavelmente desaguará no agourento mês de agosto, de triste tradição para a política brasileira.

Braga: Sereno e agindo dentro da lei*

"Tenho o maior interesse em ver tudo voltar à normalidade", dizia na semana passada, em seu branco gabinete em Brasília, o ministro da Educação Ney Aminthas de Barros Braga, entre um gole de guaraná e uma tragada num cigarro bixiexto, quem sabe justificado pela tensão dos últimos dias. E é natural que seja assim: a ampliação da crise estudantil poderá significar pontos negativos para a administração e para a carreira de Braga — aos 59 anos, um político bem sucedido, dono de uma respeitável reserva de votos populares no Paraná e em condições de aspirar a novos e, quem sabe, ainda mais elevados cargos na vida pública. Essa condição, aliás, oferece as bases para que ele se defina como homem público: "Sou um homem afeito ao diálogo, sou tranqüilo, gosto de ouvir e conversar com todas as partes. Enfim, sempre que possível vou servir como mediador".

Braga não sabe — ou pelo menos não comenta — as posições de sua filha Nilcéia, estudante de pedagogia na UnB, diante das reivindicações apresentadas pelos colegas nos últimos dias. Mas é capaz de exibir estatísticas cuidadosas para mostrar que desde a sua chegada ao Ministério foram autorizados 72 atos públicos promovidos por estudantes, "de acordo com a lei", e em seu gabinete foram recebidos 49 grupos de alunos, para tratar de assuntos diversos. Na terça-feira passada, por exemplo, um dia depois da ocupação da Universidade de Brasília pela polícia, ele recebeu estudantes de Goiás que lhe apresentaram um quadro das atividades das universidades do Estado. Na quarta-feira, representantes da Universidade Federal de Santa Catarina convidaram-no para patrono de todas as turmas de engenharia.

Seu gosto por ouvir e conversar, no caso, não se limita aos estudantes. Acostumado a usar diretamente o telefone, dispensando a intermediação de secretárias ou telefonistas, o ministro, nestes dias de turbulência, mantém-se em contato quase diário com os reitores das universidades federais. Para que não perdesse tempo procurando números, há duas semanas foi-lhe preparado uma lista completa desses aparelhos, nos Estados.

Desde então, a relação está permanentemente ao seu lado, em casa ou no gabinete. Assim ocupado com esse diálogo em pelo menos duas frentes (é possível que sejam mais de duas), Ney Braga não tem demonstrado gosto semelhante para falar aos jornais. No feriado da quinta-feira passada, no entanto, de plantão em seu gabinete no Ministério, ele abriu uma exceção e falou a Eliane Cantanhede, de VEJA. O depoimento de Braga:

"O Ministério da Educação vem agindo com serenidade na estrita observância da lei. Essa é a forma pela qual se podem atingir os grandes objetivos do país, entre os quais o atendimento às necessidades educacionais.

Já expressamos, anteriormente, o quanto consideramos destituída de sentido uma ação que pretenda conturbar a vida universitária. Não entendemos e não entenderemos a atuação que conduza a caminhos de radicalização e agitação que não ajudam a construir. Isso bem o sabem os que se empenham e se dedicam, com meritório esforço, e até com o sacrifício, à diuturna tarefa da vida acadêmica. E, porque bem o sabem, vão nos ajudar. Esta é uma missão que demanda a participação de todos, porque é importante que a vida universitária tenha os meios e condições de prosseguir no seu trabalho profícuo, com o objetivo de formar o homem e de prepará-lo para a grande tarefa de construção do futuro de nossa terra.

O que queremos é que predomine o bom senso e que todos ajudemos aos que dele se afastaram a retomá-lo. Os que militam legitimamente na vida universitária, os que compreendem melhor o grande papel da universidade na vida brasileira, e a exata noção de que não podemos perder tempo na edificação do Brasil de hoje e de amanhã, os que desejam estar presentes nas aulas e atividades escolares, não se curvem ante aqueles que, no seu agir, outra coisa não obtêm senão o prejuízo coletivo. Mesmo a esses chegue, talvez, como sugestão oportuna, o entendimento de que não estão no caminho que todos almejamos e que propicie, como benefício comum, o aperfeiçoamento do ensino universitário.

As reivindicações acadêmicas, quando encaminhadas pelas vias corretas, continuarão a ter o melhor atendimento possível. Entendemos todos o alcance da autonomia universitária. Assim, a mocidade estudiosa deve conservar o seu compromisso social, sem prejuízo do dever moral de habilitar-se cientificamente. Esse compromisso social só pode ser exercido em um ambiente de respeito à lei. E é com essa perspectiva que deve ser compreendida tal autonomia, na qual reitores e diretores, como reiteradamente tenho dito, são os vértices das respectivas instituições na defesa da comunidade acadêmica que lhes incumbe preservar. Com o meu apoio sempre reafirmado, e deles recebendo igual contrapartida, dirigentes e professores têm a grande responsabilidade de fortalecer a vida universitária, de acordo com as nossas mais sensíveis tradições nacionais.

À frente do Ministério não tenho feito outra coisa, dentro dos altos objetivos do governo, senão agir com firmeza e bom senso, para manter a tranqüilidade da vida universitária. Entendemos que fazer da universidade local para ações extremadas não é compatível com a militância acadêmica.

Estou certo de que, com essa perspectiva, somos dignos da história deste país. E saberemos prosseguir juntos, com grandeza e com fé, na construção do futuro desta grande nação."



UnB: salas invadidas no recesso



Belo Horizonte: estudantes presos atravessam o "corredor polonês"

A paz longe do campus

O esforço de mediação empreendido ao longo da semana por uma comissão de senadores parecia ter chegado a bom termo na quinta-feira, quando, após nove dias de crise, floresciam indícios de paz iminente na conturbada Universidade de Brasília. Faltava, apenas, que os estudantes, na assembléia geral marcada para a manhã de sexta-feira, encerrassem a greve iniciada no último dia 31 em solidariedade a dezesseis colegas punidos pela reitoria. Erguida a bandeira branca, o reitor José Carlos de Almeida Azevedo certamente revogaria as punições. Antes disso, porém, os dezesseis casos seriam reexaminados pelo Conselho Universitário da UnB, considerado "um órgão fantasma" pelos alunos. Esse esquecido pormenor foi seguidamente invocado durante a reunião iniciada às 9 horas da manhã — e, aparentemente, contribuiu de modo decisivo para que a esmagadora maioria dos 1 500 estudantes presentes à assembléia votasse pelo prosseguimento da greve.

Outros fatores provavelmente colaboraram para que a paz fosse adiada. Ao retornarem ao campus da UnB, colocada em recesso desde o começo da semana, os estudantes constataram que algumas pesquisas iniciadas há mais de um ano haviam sido irremediavelmente inutilizadas por falta de checagem diária. No Departamento de Biologia, na sede do Diretório Universitário e em outras dependências acadêmicas, portas arrombadas, material didático espalhado pelo chão e livros desaparecidos denunciavam a passagem de misteriosos invasores. Conhecida a decisão da assembléia, de qualquer forma, novos e mais convincentes negociadores saíram a campo em busca de uma urgentíssima solução para o impasse.

Ainda na sexta-feira, assim, o diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, professor Edson Machado, reuniu-se na residência de um assessor com quatro estudantes da UnB, além de mais quatro professores e três importantes assessores do ministro Ney Braga — o chefe de gabinete Carlos Alberto Direito, o secretário de apoio Hélio Pontes e o chefe da Divisão de Segurança e Informações do MEC, coronel Armando Mendes. Durante duas horas, os representantes do governo analisaram em conjunto a situação política do país e insinuaram aos jovens interlocutores que o agravamento da crise na UnB inevitavelmente estimularia o endurecimento reclamado por setores do regime. E as represálias oficiais, concluíram, talvez já estivessem em pleno andamento.

Focos de tensão — Para evitar o pior, os estudantes deveriam encaminhar o quanto antes um recurso à reitoria da UnB solicitando a revogação das punições, conforme fora anteriormente acertado pela comissão de senadores. Enfim convencidos, os quatro universitários seguiram às pressas para o campus, e ali conseguiram a pronta adesão de mais colegas. Depois, eles se dirigiram à comissão da Ordem dos Advogados do Brasil, que vem prestando assistência aos estudantes detidos nos últimos dias, e de lá saíram com o recurso já redigido. À noite, enfim, o providencial documento chegou à reitoria. Horas antes, como que para confirmar as represálias vislumbradas na reunião convocada por Machado, dois universitários haviam sido conduzidos ao DOPS, onde foram identificados e liberados pouco depois.

Os rumos do movimento na UnB serão rediscutidos nesta segunda-feira, em nova assembléia geral no campus. De todo modo, os focos de tensão não se restringem às escolas do Planalto — e a maioria deles, nos outros Estados, tem permanecido fechada à ação de mediadores. Durante a semana passada, em meio às convulsões geradas pela repressão ao III Encontro Nacional de Estudantes, dia 4, em Belo Horizonte, os líderes estudantis ratificaram a promessa de realizar um outro Dia Nacional de Luta nesta quarta-feira, com manifestações e atos públicos em diversas capitais. Da mesma forma, eles pretendem promover em São Paulo, no dia 21 deste mês, o III Encontro Nacional. Para o governo, naturalmente, a manutenção do calendário de protestos representa um desafio intolerável — e deve ser combatido com energia.

Em alguns importantes Estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, as manifestações desta quarta-feira talvez se limitem a discretas atividades culturais. Também no Rio os estudantes dificilmente sairão do aparentemente protegido campus da PUC. Em São Paulo, contudo, os universitários reafirmaram a disposição de voltar às ruas no dia 15 — resta saber se o local do ato público será o parque Dom Pedro II, um fervilhante terminal de ônibus, ou o histórico largo São Francisco, ambos no coração da capital. Seja como for, parece claro que as prometidas manifestações serão severamente reprimidas dentro ou fora do campus, já que os acontecimentos da semana atrasada em Belo Horizonte e



Rio: na PUC, adesão à greve

Brasília demoliram a recente jurisprudência política que mantinha a polícia afastada dos portões das universidades.

Três categorias — Assim, a temperatura na universidade brasileira voltou aos níveis quentes de terça-feira passada, quando prisões de universitários em Brasília e Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, se somaram aos ecos das explosivas ocorrências do dia 4 em Belo Horizonte, sede do malogrado III Encontro Nacional de Estudantes. Nesse mesmo dia, concorridas assembléias foram promovidas em diversos Estados, para que os estudantes deliberassem sobre os próximos passos do movimento e ouvissem minuciosos relatos das delegações que regressavam de Belo Horizonte. Só então se soube exatamente o que ocorrera no sábado, depois que mais de 600 policiais fecharam o cerco aos 348 universitários concentrados no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Às 15h40, sentados no chão e silenciosos, os sitiados receberam a garantia de que seriam apenas ouvidos em depoimentos e liberados em seguida, e atravessaram um "corredor polonês" formado por policiais em direção a nove ônibus reservados ao transporte dos detidos. Com exceção de cinco agentes dos órgãos de segurança infiltrados na vigília noturna no DA da escola de Medicina, todos foram conduzidos ao parque de exposição de gado da Gameleira, onde seriam ouvidos e fichados. Junto com os estudantes seguiram o reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, e o secretário de Educação, José Fernandes Filho, que só deixariam o local às 7 horas de domingo, quando já não havia qualquer estudante preso.

Ao mesmo tempo, outras 480 pessoas capturadas nas estradas de acesso a Belo Horizonte ou em diferentes pontos da cidade eram remetidas ao DOPS. Depois de responder a um questionário que, em meio a perguntas de caráter estritamente político, também indagava se os interrogados fumavam maconha, tinham religião ou eram "amasiados", todos foram divididos em três categorias — "massa", "membro de entidade" e "membro de entidade e liderança". Os estudantes catalogados nas duas primeiras categorias foram fichados e liberados na manhã de domingo. Os demais, cerca de trinta, só deixariam a cadeia na segunda-feira, por direta interferência do governador Aureliano Chaves.

Incidente diplomático — Nem todos os detidos, de qualquer forma, puderam ser enquadrados nas três categorias. Pois o rigoroso arrastão mineiro acabou arrebanhando, de cambulhada com estudantes nativos e forasteiros, também um casal em lua-de-mel, um jovem de 15 anos que reside nas cercanias do Diretório Central de Estudantes da UFMG, duas equipes de futebol formadas por funcionários da Petrobrás e 32 alunos da Universidade Federal de Ouro Preto, que, a bordo de um ônibus fretado, empreendiam uma excursão científica a uma fábrica de grafita em Itapecerica, a 171 quilômetros da capital. Para desconsolo do Itamaraty, da excursão participavam três alemães — o geólogo Hubert Peter Roesner, professor da Escola de Minas de Ouro Preto, sua mulher Ursula e o estudante Karl Horst Glückner, recém-chegado ao Brasil para a elaboração de uma tese científica.

Embora explicassem aos policiais as razões da viagem e exibissem farta documentação, os três estrangeiros foram conduzidos ao DOPS. Ali, o aturdido Glückner, imediatamente batizado "Beckenbauer" pelos policiais, foi submetido pelos estudantes presos a um curso intensivo de palavrões em português, que passou a endereçar, com rude sotaque tedesco, aos igualmente perplexos carcereiros. A liberação dos três estrangeiros só foi consumada na madrugada de domingo, graças aos apelos formulados ao governador Aureliano Chaves pelo reitor da Universidade Federal de Ouro Preto e pelo cônsul da República Federal da Alemanha em Belo Horizonte, que resolveu atribuir o incidente a "um lamentável engano da Polícia Militar".

Somados às explosões de violência que sacudiram diferentes pontos da cidade até o cair da noite de sábado, esses exageros causaram alguma comoção na sociedade mineira. Já no domingo, em numerosos templos religiosos, padres e pastores dedicaram seus sermões à condenação dos métodos repressivos utilizados pela polícia, ou leram uma nota especialmente redigida por líderes estudantis mineiros. No começo da semana, em duas notas oficiais, 300 professores da UFMG se solidarizaram com os estudantes e aplaudiram a conduta "serena e firme" do reitor Cisalpino. Divulgado ao mesmo tempo, um "manifesto dos intelectuais", com 1 300 assinaturas, exortava a população mineira a "erguer um grande clamor nacional em defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos".

Água e lixo — Reunidos ainda na prisão, líderes de vários Estados resolveram convocar uma "greve nacional de protesto" na terça-feira. Já na segunda-feira, todas as aulas foram paralisadas na USP, na PUC e em dezenas de faculdades paulistas. No mesmo dia, os estudantes da Universidade Federal da Bahia decretaram greve de 48 horas. No Rio, só na quarta-feira, cumprindo parcialmente a decisão de greve geral aprovada na véspera numa assembléia de 1 500 estudantes, as aulas foram totalmente paralisadas na PUC e em algumas faculdades da UFRJ, e substituídas por manifestações de protesto. Mas, no fim das contas, o movimento grevista não foi além das fronteiras desses três Estados. Em Minas e em Brasília, é verdade, a inevitável paralisação das aulas só não foi oficializada pelos alunos porque, ainda na semana anterior, os reitores da UFMG e da UnB haviam decretado o recesso das duas universidades, que se estenderia até quarta-feira e seria prolongado pelo feriado de Corpus Christi. Em outras regiões do país, todavia, incipientes movimentos estudantis limitaram-se a discretas manifestações de protesto às ocorrências de Belo Horizonte.

Em Aracaju, por exemplo, um poster com os dizeres "Pelas liberdades democráticas", recentemente publicado pelo semanário *Pasquim*, foi acoplado ao habitualmente anódino jornal mural do Instituto de Letras, Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. Em Curitiba, treze entidades estudantis da Universidade Federal do Paraná divulgaram um manifesto pedindo "o fim das prisões arbitrárias" e uma "anistia ampla, geral e irrestrita", além de uma carta ao governador Jayme Canet Júnior em que protestam contra recentes "arbitrariedades policiais", sobretudo intimações dirigidas a universitários envolvidos nas manifestações. Houve, enfim, lugares onde a eventual adesão ao movimento grevista foi dificultada por inesperadas contra-ofensivas domésticas.

Em Porto Alegre, enquanto 400 alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se reuniam defronte ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1 500 alunos da Pontifícia Universidade Católica promoveram ao meio-dia de terça-feira a primeira assembléia já realizada nos seis anos de existência



Porto Alegre: briga doméstica

do campus da PUC. E tiveram de enfrentar a decidida oposição de colegas, que, entrincheirados nas janelas de um prédio próximo, bombardearam os manifestantes com baldes de água, sacos plásticos com urina, lixo e longas fitas de papel higiênico cor-de-rosa que revoluteavam sobre a assembléia. "Desce aqui, covarde!", bradavam os alvejados. "Vai pegar uma picareta para trabalhar, vagabundo!", retrucavam os franco-atiradores. Foram, de qualquer modo, incidentes muito menos graves que os registrados na véspera em Brasília, novamente com a participação de forças policiais.

Jornalistas presos — Ao meio-dia de segunda-feira, a chamado do reitor, policiais em uniforme de campanha, portando escudos de acrílico, cassetetes, revólveres e metralhadoras, invadiram novamente o campus da UnB. Em princípio, deveriam ser presos somente os alunos cujos nomes constassem de uma lista de 63 pessoas, datilografada em três laudas e mais tarde ampliada com mais nomes manuscritos em tinta azul. Mas a ação policial acabou incluindo correrias no campus, funcionários espancados, jovens resgatados à força dos banheiros em que se escondiam, e, como sempre, prisões equivocadas. Neste último caso se enquadraram as jornalistas Rosangela Bittar, de *O Estado de S. Paulo* e credenciada há sete anos junto ao gabinete do ministro da Educação, e Maria do Rosário Caetano, do *Jornal de Brasília*, e o fotógrafo Kin-Ir-Sen Pires, da *Folha de S. Paulo*.

Também foram detidos um professor e uma funcionária da UnB que descontavam cheques numa agência do Banco do Brasil alojada no campus, e uma ex-aluna que cuidava da documentação para transferência de matrícula. As jornalistas foram conduzidas ao Centro de Operações Especiais da PM, que no final da tarde já recolhera outras oito moças. E de lá saíram somente às 9 horas da noite, graças aos enérgicos protestos do jornalista Pompeu de Souza, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em Brasília, e ao empenho pessoal do ministro Ney Braga. Ainda na segunda-feira, pelo menos treze universitários foram presos — alguns em suas casas — e conduzidos ao ginásio da PM. Quando a noite desceu sobre o campus, 2 000 policiais ocupavam a UnB.

Na terça-feira, as prisões prosseguiram, enquanto grupos de policiais revistavam algumas casas e distribuíam intimações a alunos incluídos em relações elaboradas pelo DOPS. A essa altura, ao mesmo tempo que intimações em série eram expedidas também em outras capitais, sobretudo no Rio, inquietos assessores do MEC foram informados de que Ribeirão Preto se incorporara ao painel das preocupações oficiais — ali, sempre na terça-feira, a polícia dissolveu uma passeata de centenas de estudantes que protestavam nas ruas da cidade. Setenta manifestantes foram detidos, interrogados, fichados e liberados. De qualquer forma, os presos de Ribeirão Preto tiveram melhor sorte que os de Brasília, onde a última ordem de soltura, segundo informações dos seis integrantes da comissão designada pela OAB para prestar assistência aos estudantes, só foi consumada às 11 horas de quarta-feira.

CIA sob suspeita — Se os mais sérios incidentes na área estudantil ocorreram em Brasília, a São Paulo coube novamente a promoção das mais vistosas manifestações. Na noite de terça-feira, 3 500 pessoas, a maioria universitários, compareceram à homenagem prestada na Pontifícia Universidade Católica ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns, pelo recebimento do título de "doutor honoris causa" da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Depois de pronunciamentos de operários, políticos, profissionais liberais e religiosos, dom Paulo Evaristo encerrou a solenidade com palavras de apoio aos estudantes. "Os jovens que reivindicaram em ordem a soltura de seus companheiros, o fim das torturas, a ampla anistia e a volta das liberdades democráticas", afirmou o cardeal, "deram a prova ao país de que está na hora de que isso aconteça, dentro de um clima de ordem e responsabilidade."



Cisalpino: cultivando o diálogo

Durante a semana, todavia, seriam denunciadas até mesmo conexões internacionais envolvendo os universitários brasileiros. O reitor Zeferino Vaz, da Universidade Estadual de Campinas, por exemplo, foi o primeiro a desconfiar, em São Paulo, de que "a CIA pode estar por trás disso tudo". A suspeita foi encampada pelo *Correio Braziliense*, que atribuiu ao serviço de inteligência americano a redação da versão em inglês da carta entregue a Rosalynn Carter pelos estudantes da UnB. Por sua vez, o deputado federal Álvaro Valle (Arena-RJ), embora ressalvando a ausência de provas concretas para incriminar a CIA, exibiu algumas pistas.

"A carta foi datilografada em máquina americana, que não tem acentos", sentenciou Valle da tribuna da Câmara. "Além disso", aventurou-se ele, invocando insuspeitados conhecimentos lingüísticos, "os termos são muito sofisticados, de um inglês de alto nível universitário, para serem atribuídos a um brasileiro." Definitivamente provado, nesse caso todo, ficou apenas o escasso nível de conhecimento que Valle tem do idioma inglês. Pois, exatamente ao contrário do que ele sustenta, a carta entregue a Rosalynn apresenta uma saraivada de ingênuos, primários erros de inglês, a começar pela maneira de se grafar a data — conforme demonstraria uma sucinta análise do texto feita pelo *Jornal do Brasil*.

Veredas traiçoeiras — Fantasias à parte, mais do que nunca parece evidente que a atual ebulição universitária não é orientada por estrategas políticos postados do lado de fora do campus. Ao contrário, proliferam indícios de que na maioria dos Estados os jovens líderes vêm perdendo o controle do movimento para inexperientes alunos dos primeiros anos das faculdades, de presença hegemônica nas assembléias gerais. As principais universidades, é verdade, já possuem correntes com programas mais definidos, como ocorre na USP. Mas só agora começam a surgir afinidades políticas interestaduais, ainda assim restritas aos grupos formados pelos mais ativos militantes.

Por outro lado, poderosas entidades estudantis do passado, que poderiam compensar a ausência de lideranças individuais, foram varridas pelas severas normas baixadas pelo governo em 1969 — assim sucumbiram, por exemplo, os principais diretórios e centros acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que só recentemente emergiram das cinzas em que jaziam há mais de oito anos. Algumas entidades têm exibido certo poderio, como os DCEs livres que surgiram nos últimos meses, nos moldes do DCE Alexandre Vanucchi Leme, da USP. De nenhuma forma, entretanto, as siglas de agora revelam o mesmo poder de arregimentação exibido até poucos anos atrás por órgãos hoje proscritos, como as UEEs e, principalmente, a UNE.

Se afasta suspeitas de influências externas, essa hegemonia numérica de estudantes inexperientes, traduzida com especial nitidez nas assembléias da semana passada, pode acabar fazendo o movimento percorrer traiçoeiras veredas. Assim é que, na UnB, a decisão de prosseguir a greve foi atribuída à ausência de líderes experimentados e com suficiente ascendência sobre os colegas para simplesmente propor a volta às aulas. Da mesma forma, provavelmente faltam, em diversas outras capitais, estudantes capazes de mostrar a seus companheiros que, em vez de marchar para confrontos certamente suicidas, talvez seja tempo de regressar às escolas e ali repensar um movimento que ainda está em busca da maturidade.



São Paulo: 3 500 pessoas na homenagem a dom Paulo Evaristo Arns

Nas reitorias, estilos em confronto

Diante do recrudescimento da movimentação estudantil na Universidade de Brasília, o reitor José Carlos de Almeida Azevedo não hesitou em recorrer à suspensão de alunos e, quando também essa medida resultou infrutífera, à ocupação do campus por tropas da Polícia Militar — até integrar-se, na semana passada, no esquema senatorial de negociações com os grevistas. Igualmente inquieto com a efervescência universitária em Belo Horizonte às vésperas do malogrado III Encontro Nacional de Estudantes, o reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, a princípio tentou evitar a prisão dos estudantes. Não conseguindo, permaneceu o tempo todo ao lado dos detidos, zelando por sua integridade física.

Desde então, de acordo com sua conduta frente ao movimento estudantil, os reitores das universidades brasileiras vêm sendo divididos em duas grandes vertentes — a "linha Azevedo" e a "linha Cisalpino". Alguns talvez estivessem mais à vontade numa terceira corrente, como o reitor da PUC do Rio, padre João MacDowell Leite: ele garante que a polícia não entrará no campus durante sua gestão, mas distribuiu doze uniformes de funcionários da limpeza da PUC a saudáveis senhores claramente desafeitos a essa atividade. A maioria dos reitores, entretanto, parece perfilhar um dos estilos consagrados por Azevedo e Cisalpino.

Transformado num dos protagonistas da crise na UnB, Azevedo mereceria, na segunda-feira, 56 das 99 linhas escritas pelo pool de jornalistas americanos destacados para a cobertura da recepção oferecida pela embaixada dos Estados Unidos em Brasília, que incluíra o reitor entre os convidados. Desenvolto, fluente, Azevedo afirmou aos repórteres que as punições na UnB foram uma justa resposta às manifestações estudantis do dia 19 de maio, "destinadas a homenagear o nascimento ou a morte de algum líder". E, para reforçar sua tese, revelou que no mesmo dia havia ocorrido manifestações semelhantes em outras capitais do continente latino-americano.

QUESTÃO DE SENSIBILIDADE — *Enquanto Azevedo não esconde suas restrições e reservas quanto à atuação política das entidades estudantis da UnB — cujas atividades são quase sempre disciplinadas por firmes portarias —, o reitor Cisalpino é abertamente favorável ao livre funcionamento da representação universitária. Sempre se lembra, em Belo Horizonte, de que não ocorrem punições na UFMG desde a ascensão de Cisalpino à reitoria, em 1974. "Nós cultivamos o diálogo", afirma o reitor. "A gente se entende conversando, trocando idéias, convivendo pacificamente."*

Cisalpino faz, contudo, uma ressalva. "O diálogo só é possível se tiver o aval do Ministério. E, no nosso caso, temos esse aval: o ministro Ney Braga sabe que sem diálogo tudo é mais difícil." Nem sempre, é verdade, tais idiossincrasias se mostram viáveis. Durante os incidentes do fim de semana atrasado, por exemplo, houve momentos em que Cisalpino esbarrou na hostilidade das autoridades policiais, que chegaram a impedir sua entrada na Faculdade de Medicina na manhã de sábado. Fiel a seu estilo, porém, o reitor solicitou e obteve a decidida solidariedade do ministro Ney Braga e do governador Aureliano Chaves, e logo estava de volta ao palco das negociações.

Estimulados por rumores que vaticinam a candidatura do reitor Azevedo ao Ministério da Educação do próximo governo, professores da UnB e da UFMG consideram Cisalpino a alternativa eleita por Ney Braga em oposição à ala dos tidos como reitores "duros". Essa impressão ganhou força na semana passada, quando Cisalpino divulgou, por inspiração do MEC, uma nota desmentindo categoricamente sua propalada demissão da reitoria mineira. De qualquer forma, Braga prefere não comentar diferenças de comportamento entre os reitores: "É uma questão de sensibilidade de cada um", resume o ministro.

gresso, não foi ao plenário, e Luiz Viana (Arena-BA), ausente na votação anterior, deu o seu "sim" (o senador Franco Montoro mais uma vez deixou de comparecer). Na Câmara, um deputado, Nabor Júnior (MDB-AC), mudou seu voto contrário. E doze outros deputados, ausentes na primeira votação, afluíram para votar igualmente a favor.

Posições tomadas — Terminada a votação e a batalha, divorcistas e antidivorcistas começaram a se recompor. Em Porto Alegre, o severo cardeal Vicente Scherer, que colocara a discussão justamente em termos bélicos, disse no seu programa "A Voz do Pastor" que "as ruínas de uma derrota e os prejuízos das guerras perdidas se restauram rapidamente, mas as devastações do divórcio não têm recuperação". No Rio, coube ao secretário geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, distribuir nota à imprensa, antes mesmo da segunda votação, onde chama de "equívoco" a emenda divorcista.

Dom Ivo recordou que um católico que adota o divórcio é automaticamente afastado dos sacramentos da Igreja e rejeitou como insensata "a exploração do vil boato de que a CNBB estaria negociando a rejeição do divórcio em troca do abandono de sua linha pastoral". Quando dom Ivo expediu a sua nota, a CNBB estava sendo visitada pelo missionário americano Laurence Rousenbaugh, cuja situação, nas suas palavras, em nada mudou desde que foi recebido por Rosalynn Carter, a quem contou de sua prisão e maus tratos sofridos no Recife. "Não foram apuradas as responsabilidades", disse o missionário. "Com este alvoroço em torno do divórcio, acabaram esquecendo os direitos humanos".

ESTUDANTES

Silêncio na UnB

O recesso escolar de 32 dias decretado na semana passada pelo reitor da Universidade de Brasília, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Almeida Azevedo, não dissolveu a tensão que paira sobre o campus nem resolveu a crise gerada pela punição imposta a dezesseis alunos e agravada por uma greve geral que se aproxima do seu primeiro mês de duração. Mas, pelo menos, remeteu para outras áreas eventuais manifestações de descontentamento. Na manhã de quarta-feira passada, quando a UnB foi finalmente devolvida ao silêncio pelo recesso, repercutia no Congresso o discurso em que o senador Marcos Freire pedira a demissão do reitor. Ao mesmo tempo, uma missa dedicada a sete universitários presos no fim de semana anterior reunia, no Santuário de Fátima, mais de 2 000 estudantes, pais de alunos, professores, advogados e jornalistas.

Enquanto policiais à paisana circundavam a igreja e um ostensivo aparato era montado na praça 21 de Abril, a multidão no templo rezou em coro — entoando com especial veemência uma "prece para que o reitor seja um educador e não um policial no campus". À saída do santuário, dois advogados, dois estudantes e a repórter Eliane Cantanhede, de VEJA, foram conduzidos à Polícia Federal e liberados quase quatro horas depois — sem quaisquer explicações.

A missa de quarta-feira não foi o único evento religioso registrado na semana passada pelo movimento que mantém afastados das aulas os 15 800 alunos dos diversos cursos da UnB. Já na manhã de segunda-feira, quando 2 000 alunos reunidos na mais concorrida assembléia geral de Brasília desde 1969 resolveram por unanimidade continuar a greve, uma mulher pedira a palavra para exortá-los a rezar o "Pai Nosso", "porque não há coração de reitor que resista a Cristo". De mãos dadas, os estudantes oraram — e depois discutiram a situação dos sete colegas presos e entregues à Polícia Federal, responsável pelo inquérito que tentará enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional.

"Quintal do Planalto" — A própria Polícia Federal informou à comissão de advogados da OAB-Brasília, que presta assistência jurídica aos estudantes, que outros cinco nomes, não divulgados, completam a relação de procurados. E, no começo da semana, o reitor Azevedo anunciou a constituição de uma comissão de inquérito interna que, em vinte dias, deverá "apurar as responsabilidades dos alunos" quanto a cinco itens — que incluem desde a presença em passeatas até danos ao patrimônio, passando pela participação em piquetes e "ofensas físicas, calúnias, injúrias ou difamações contra membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo". O professor Sebastião Machado e o estudante Paulo Afonso Linhares se recusaram a integrar a comissão de inquérito, que na sexta-feira começou sua coleta de depoimentos.

Para os advogados, tanto o prazo quanto os itens do ato baixado pela reitoria podem significar que Azevedo pretende recorrer ao Decreto-lei 477. Fontes do MEC, todavia, esseguram que a comissão de inquérito interna não vai aplicar novas punições e que o recurso aos severos dispositivos do 477 se encontra decididamente fora de cogitações. Mas, embora o ministro Ney Braga discorde dos métodos postos em prática na UnB, essas mesmas fontes descartam a eventualidade do imediato afastamento do reitor. De todo modo, o reitor Azevedo tem sido alvejado por um desgastante e cada vez mais extenso fogo cruzado de críticas.

Paralelamente às veladas restrições do MEC, setores do governo tidos como "duros" acusam o reitor de "não conseguir manter a ordem na UnB" — que, como salientam assessores do MEC, "está no quintal do Planalto". Na tarde de quinta-feira passada, um dos raros professores presentes ao campus desabafava para VEJA: "A antipatia ao reitor é o ponto que une professores, alunos e funcionários da UnB, e a cada ato de força o movimento ganha novas adesões". Até maio, de fato, quando ocorreram as punições aos dezesseis alunos, a agora explosiva movimentação estudantil permanecia limitada a tímidas campanhas contra o jubilamento ou pela redução do preço das refeições no restaurante universitário.



MARCOS SANTILLI

Brasília: 15 800 estudantes afastados das aulas há quase um mês


MARCOS SANTILLI

UnB: com a decretação do recesso, só guardas de segurança no campus

ESTUDANTES

Lista incompleta

Às portas da agência do Banco do Brasil no campus da Universidade de Brasília, na tarde de terça-feira passada, o estudante de medicina Flávio Alberto Botelho, presidente do Diretório Universitário (DU) da UnB, foi abordado por três homens que saíram de uma Rural-Willys de placa fria. "Não adianta correr", informou um dos desconhecidos, depois de se apresentar como agente da Polícia Federal. Minutos antes da sua prisão, Botelho entregara à reitoria um requerimento solicitando a formação de uma nova comissão de inquérito para apurar responsabilidades por danos causados ao patrimônio da UnB entre os dias 6 e 8 de junho, durante o primeiro dos dois recessos decretados em menos de um mês pelo reitor José Carlos de Almeida Azevedo.

Na segunda-feira, o estudante de agronomia Sérgio Mascarenhas de Moura, que dias antes tivera sua prisão preventiva decretada pela Polícia Federal, apresentou-se para depor e, apesar das promessas de libertação imediata, não pôde regressar à sua casa. As prisões da semana passada elevaram para nove o número de estudantes da UnB que permanecem recolhidos à Polícia Federal, numa seqüência de detenções iniciada no último dia 17 — quando a polícia de Brasília, abandonando uma regra até então rigorosamente obedecida, deixou de libertar os universitários depois da tomada dos depoimentos.

Respeito à autonomia — Desde então, além de Botelho e Moura, foram presos José Ralf Campos, do curso de pós-graduação em sociologia, Antônio Ramaiana Ribeiro, aluno de agronomia e ex-secretário do DU, o estudante de medicina José Simplício Martins, Michel Zaidan Filho, do curso de pós-graduação em história, Luiz Antônio Falcoski, representante estudantil no Departamento de Arquitetura, Maria Ângela Noronha Serra, representante estudantil no Departamento de Comunicações e ex-candidata à presidência do DU, e Hudson Cunha, representante estudantil no Departamento de Economia.

Mais prisões deverão ocorrer nos próximos dias, já que, como informaram alguns policiais à comissão designada pela OAB-Brasília para prestar assistência jurídica aos estudantes, a relação inicial de procurados se compunha de "uns catorze nomes". Todos poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acusados de responsáveis pelas manifestações que desde maio vêm sacudindo a UnB.

De todo modo, setores do próprio governo acreditam que tais medidas, em vez de consolidar a ilusória calmaria vivida pela UnB depois da decretação de um recesso de 32 dias no final do mês passado, poderão acabar tendo um resultado oposto — ou seja, reinflamar o movimento estudantil.

Embora preocupados assessores do MEC recordem que a cada ato de força do reitor corresponderam novas adesões à greve decretada pelos alunos no dia 30 de maio, o ministro Ney Braga continua aparentemente decidido a não interferir na questão da UnB, "em respeito à autonomia universitária". Essa postura ministerial, de qualquer modo, já se encontra ameaçada pela manifesta contrariedade de Ney Braga diante do comportamento do reitor, e poderá sofrer correções ainda em julho. "Alguma coisa deve acontecer até o final do recesso", prevê um assessor do MEC. Caso contrário, o recrudescimento do movimento estudantil em Brasília no segundo semestre será inevitável — sobretudo porque os alunos da UnB, que não tiveram atendidas as reivindicações formuladas no primeiro semestre, dificilmente se conformarão com a permanência de seus colegas na Polícia Federal.

PERNAMBUCO

Rixa ou atentado?

Por que o Chevrolet Bel-Air, 1974, do cônsul americano Marvin Hoffenberg, levou um tiro na madrugada de domingo, dia 26 passado, em frente ao bar do Grande Hotel, no Recife? Não houve feridos, nem por parte do cônsul, que estava à direção do veículo, nem do publicitário e colunista social Francisco Albuquerque Pereira — que o acompanhava. Afinal, o Bel-Air do consulado é a prova de balas, tendo por isso mesmo transportado a senhora Rosalynn Carter em sua recente visita à capital pernambucana.

Na segunda-feira, a suspeita era de que Hoffenberg fora vítima de um atentado terrorista, talvez ligado justamente à polêmica visita da senhora Carter. No dia seguinte, porém, o consulado emitiu uma breve nota oficial dizendo que nada tinha a ver com o incidente, pois as autoridades policiais garantiram que o tiro não visava o representante diplomático.

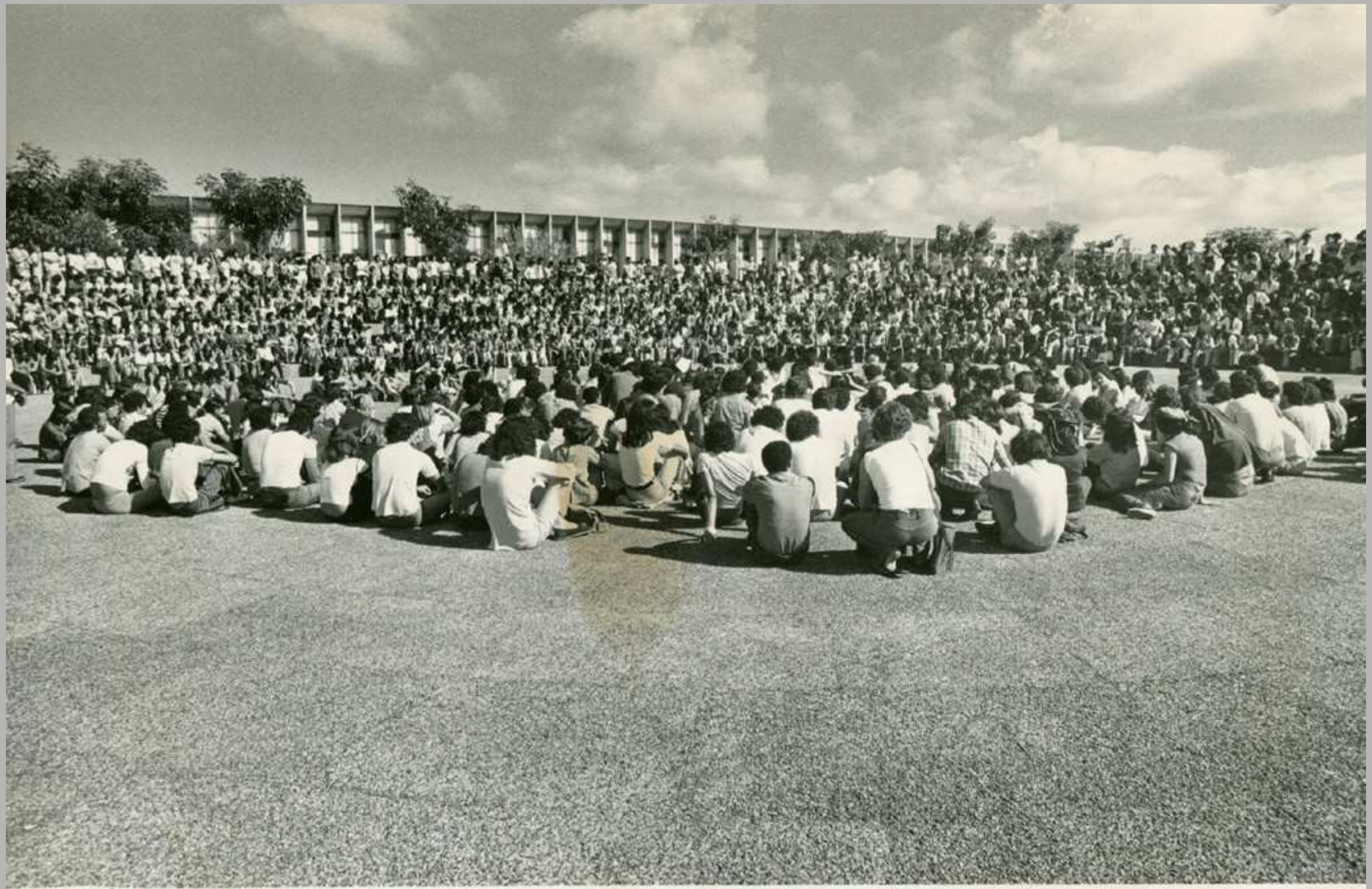
O caso, então, passou para o outro lado do banco da frente do Bel-Air, onde estava Pereira, e já com o autor do disparo identificado — o quintanista de Direito Luís Francisco Buarque de Lacerda, de 24 anos, suposto desafeto do publicitário desde as eleições de 1974, quando Marcos Freire, do MDB, e João Cleofas, da Arena, disputavam uma cadeira no Senado.

"De direita" — Segundo o estudante, os dois moravam num mesmo prédio na praia de Boa Viagem e ele, partidário de Cleofas, várias vezes discutira com Pereira, que apoiava Freire. A rixa transbordou na madrugada de domingo, quando o publicitário teria dito alguns gracejos à esposa do estudante, antes de sair do bar do Grande Hotel em companhia do cônsul. Lacerda, indignado, pegou sua arma e disparou contra o automóvel. A história terminaria aí se Pereira, igualmente indignado, não tivesse dito que não conhece Lacerda, nunca morou em Boa Viagem e jamais discutiu com ele sobre política.

Apesar dos desmentidos, seria então um caso de atentado? "Não pode ser", diz Gil Teobaldo, um dos seis advogados contratados pela família do estudante. "O garoto é de direita e não iria atirar contra um diplomata americano. Além disso, respeita a opinião dos outros." Reconheceu, ainda, que Lacerda não tem licença para porte de armas, mas acredita no arquivamento do caso. Para tanto, concorreria o desejo de todos, até do próprio Pereira e do Ministério da Justiça — que pediu imediatas e rigorosas investigações assim que soube do incidente.



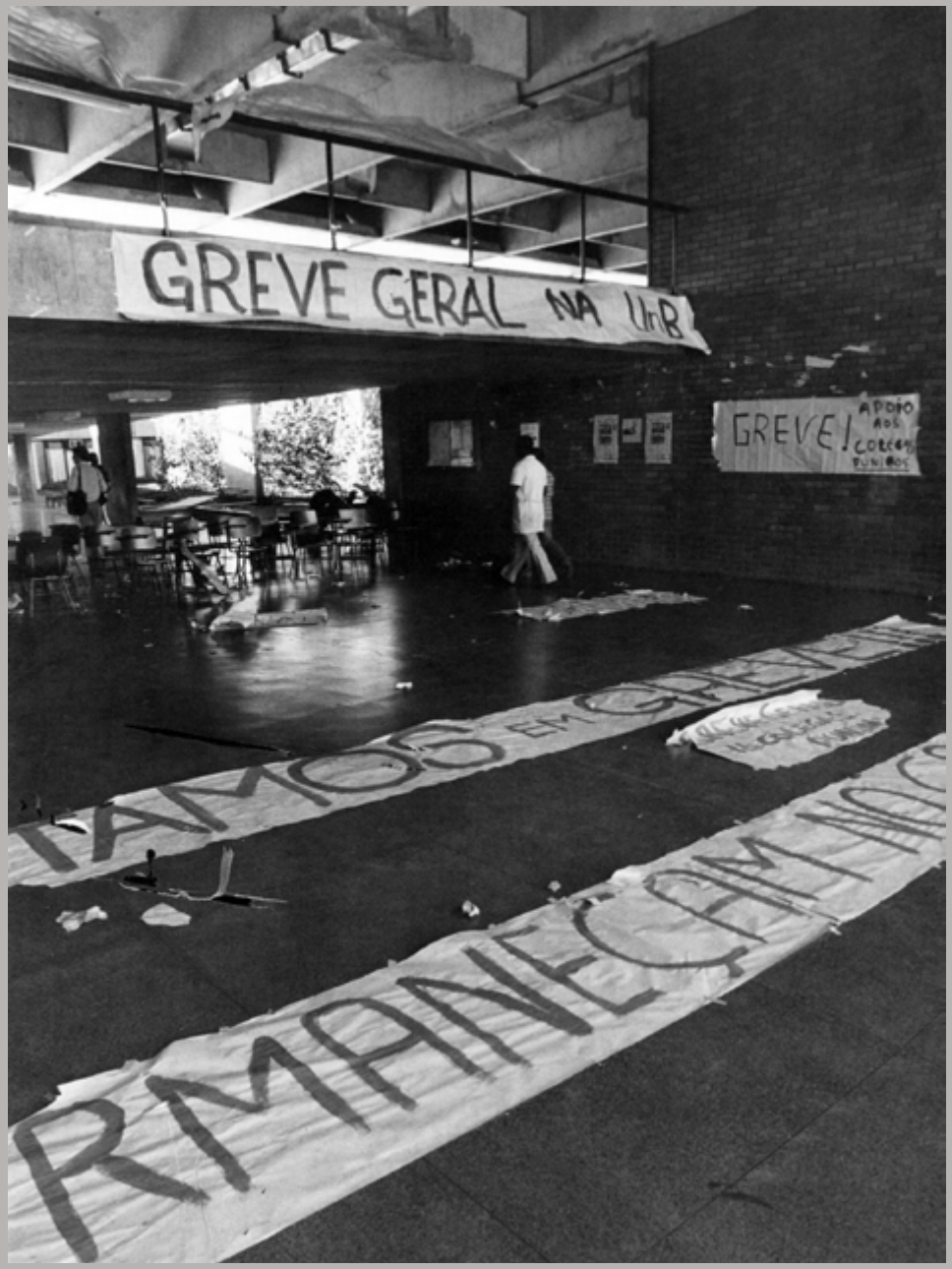




BRASÍLIA, 10/6/77-3. ESTUDANTES - ASSEMBLÉIA GERAL.
FOTO DE MARCOS SANTILLI - "VEJA".


PROFESSOR NÃO SEJA
INSTRUMENTO DE REPRESSÃO
MENÇÃO É PARA AVALIAR NÃO PARA PUNIR




GREVE GERAL NA UnB
GREVE!
APOIO AOS



BRASÍLIA, 10/6/77-2. ESTUDANTES - DIRETÓRIO DA BIOLOGIA DEPREDADO PELA POLÍCIA. FOTO DE MARCOS SANTILLI - "VEJA".



BRASÍLIA, 10/6/77-1. ESTUDANTES - DIRETÓRIO DA BIOLOGIA DEPREDADO PELA POLÍCIA. FOTO DE MARCOS SANTILLI. - "VEJA".





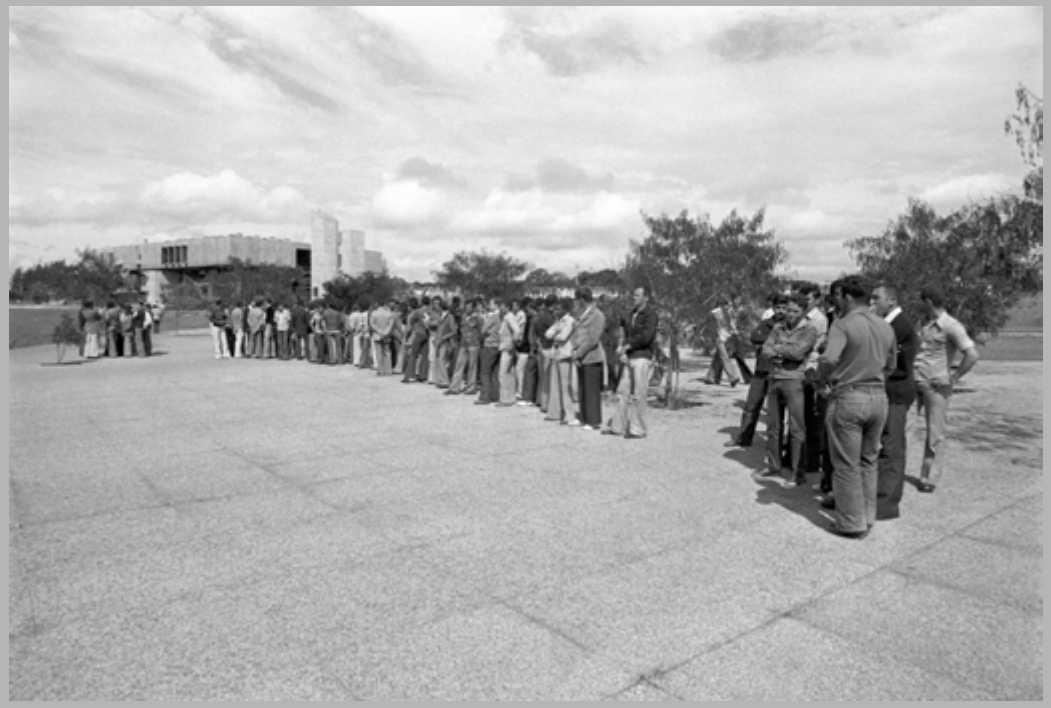







SECRETARIA DE SEGURANCA







Ed. Abril - Policiais a paisana protegem reitoria

Foto de Marcos Santilli (Brasília)













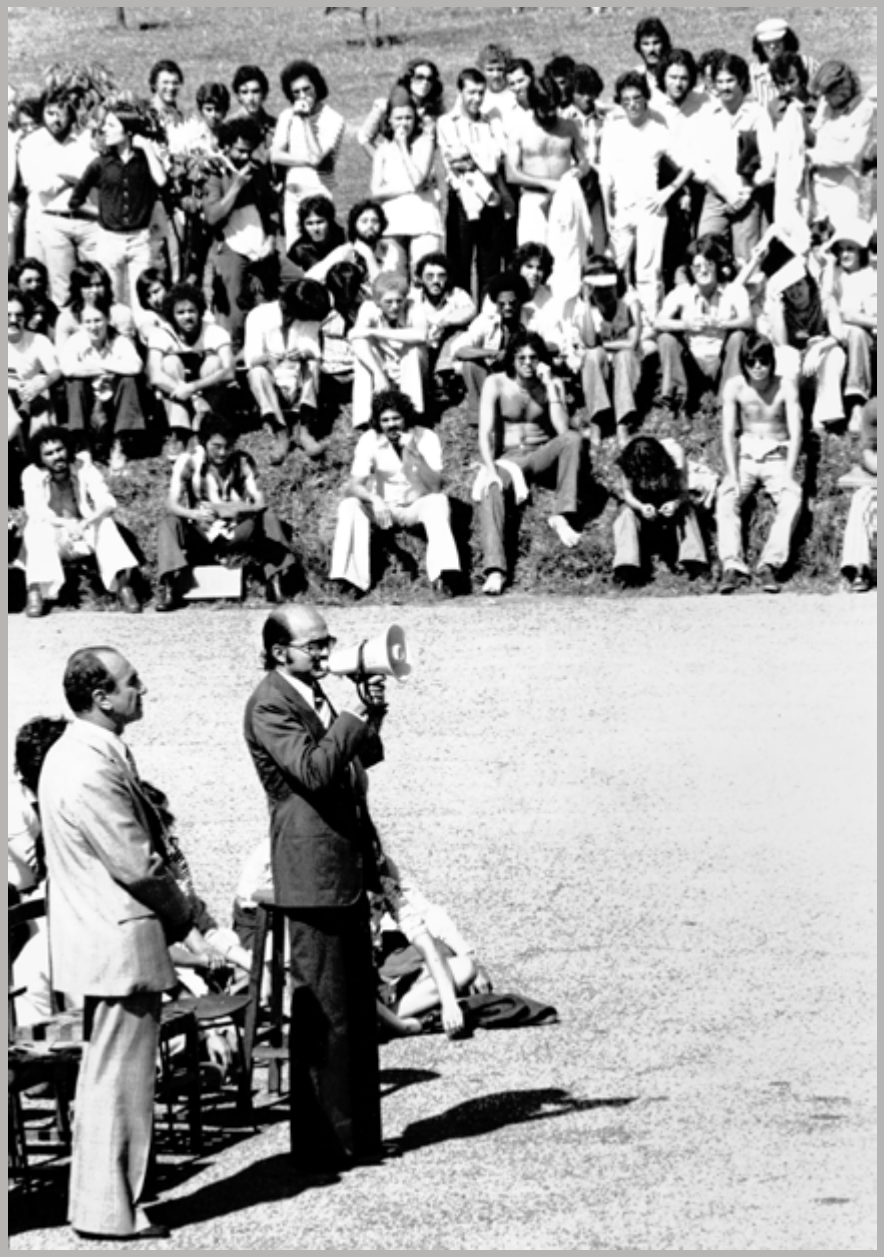














CORREIO BRAZILIENSE

Órgão dos "Diarios Associados". Londres, 1808, Hipólito José da Costa. Brasília, 1960, Assis Chateaubriand

Brasília, quinta-feira, 3 de junho de 1977 - Número 0344 - Edição de hoje: 3 cadernos - 44 páginas - Cr$ 4,00

Na quarta parte nova se canaliza ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES v. VII e 14.

Silveira acha que depois do Diálogo de Paris tudo ficou pior

(Página 16)

CONFRONTO

O comparecimento de três deputados do MDB ao campus da Universidade de Brasília, ontem, serviu de motivo para nova investida da Arena contra a Oposição. É o confronto político dos radicais.



Santilli, um "autêntico" do MDB, fala a alunos da UnB, numa reunião no Campus

O comparecimento dos emedebistas "autênticos" Airton Soares, João Gilberto e Santilli Sabóia à UnB, ontem, quando os estudantes se encontravam em greve, adicionou elementos inquietantes ao ambiente conturbado e de oposição que o Congresso vem vivendo, desde que o Deputado Marcos Tito leu trechos do manifesto do PCB, da tribuna.

A Oposição, que já se encontrava submetido a pressão da Arena por causa das denúncias contra Orestes Quércia, viu-se mais acuada, ainda, com a atitude de Marcos Tito. Por isso, anteontem, na reunião da bancada da Minoria na Câmara nem se tocou no caso do deputado mineiro, enquanto a Arena, que igualmente reuniu sua bancada, criava uma comissão para propor medidas contra Marcos Tito.

Sem dar trégua ao MDB, as lideranças da Arena na Câmara e no Senado, através do Deputado Jorge Vargas e do Senador Eurico Rezende, ampliaram a ofensiva denunciando a leitura do manifesto comunista e a presença de deputados "autênticos" no greve dos universitários como ações conjugadas com a série de discursos que o Senador Paulo Brossard, da Oposição gaúcha, vem pronunciando contra o Governo e anunciando que é chegada a "mamenta de mudança".

Os grupos moderados de ambos os partidos assistem a uma radicalização de posições que lhes parece incontrolável, no momento, com os grupos mais extremados se exigentando e se afastando dos caminhos que poderiam levar a um entendimento. O mais provável é que haja uma trégua durante a visita da Primeira-Dama dos Estados Unidos, Rosalynn Carter, para um desfecho imprevisível após a sua partida. (Páginas 2, 3 e 5)

Arena escolhe novos alvos no MDB



Paulo Brossard

Brossard, um caso especial



Santilli Sabóia

Santilli: "Ora, nós fomos lá"



Airton Soares

Airton: Fui à UnB convidado



João Gilberto

Gilberto levou solidariedade

MUNDO EM GUERRA

ÁFRICA

Moçambique sob fogo da Rodésia

(Página 11)

AMÉRICA CENTRAL

Guatemala usará força em Belize

(Pág 9)

ORIENTE MÉDIO

Judeus invadem aldeia libanesa

(Página 7)

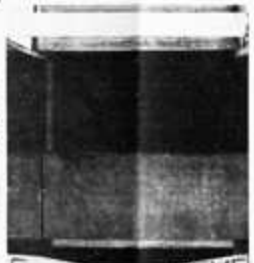
Aos estudantes

As autoridades governamentais esclarecem aos alunos da Universidade de Brasília que será garantida a freqüência às aulas àqueles que desejarem fazê-lo.

Greve na UnB paralisa todos os cursos









O movimento de paralisação dos cursos na Universidade de Brasília iniciado na tarde de terça-feira, em repulsa às punições aplicadas pelo Reitor José Carlos Azevedo a 16 estudantes, foi realmente executado ontem, conforme previsto. Não houve aula em qualquer curso. Grupos de estudantes formaram barricadas de cadeiras e colaram cartazes nas entradas dos Departamentos, além de formar piquetes que demoviam os alunos interessados em assistir às aulas. Uma peça teatral, um debate sobre o que ocorre no Brasil apresentado por Warnich Iraci, presidente do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, e a presença dos Deputados Airton Soares, Santilli Sabóia e João Gilberto, todos do MDB, marcaram as manchas rações do dia. Por outro lado, o Reitor não quis prestar declarações sobre os acontecimentos.

Estudantes de pós-graduação também resolveram apoio paralisação de uma assembléia, integrar o movimento, em solidariedade a três colegas que foram sumariamente suspensos. Os estudantes do Hospital de Subsistência resolveram não assistir às aulas teóricas ministradas pela Faculdade de Saúde, além dos internos de mais quatro hospitais do Distrito Federal. Os alunos residentes decidiram, após reunião convocada para a noite de ontem, se aderirem ou não pela paralisação, uma vez que a greve poderá prejudicar a comunidade.

BARRICADAS

Desde as 7 horas da manhã, vários estudantes começaram a

A imprensa local foi recebida pelos estudantes de defloração os fatos, principalmente o Correio Braziliense, que foi recebido na Assembléia, em sinal de protesto, ocasião de diminuir o número de participantes no movimento.

DEPUTADOS

Os deputados Airton Soares, Santili Sabóia e João Gilberto, do MDB, compareceram ao campus às 13 horas, para um debate sobre Assembléia Constituinte. Diante da paralisação dos cursos, resolveram apenas solidarizar-se com o movimento, sem influir nas decisões que possam ser encaminhadas.

Falando a uma platéia de quase mil estudantes, no teatro de Arena, Airton Soares parabenizou os estudantes pela realização de verdadeiro "debate" entre seus colegas, e ressaltou que representava para comunicar "a posição de irrestrita solidariedade" em nome do seu partido, que é levada naquele que lutam pelas liberdades democráticas, nos setores oprimidos da sociedade e "às manifestações que são feitas em defesa dessa liberdade".

Aproveitou para repetir denúncia sobre o ato e a prisão do Reitor José Carlos Azevedo, uma vez que foram realizadas manifestações em todo o país, no Dia Nacional de Lutas", e as punições surgiram apenas na UnB. "Será que o Reitor da UnB é mais letrado que os demais reitores, ou o seu poder e tão acima de qualquer suspeita?"

Caso do Clube em

DF poderá ter



Santilli, um "autêntico" do MDB, fala a alunos da UnB, numa reunião no Campus






4491
4790
5091
5530




ABAIXO

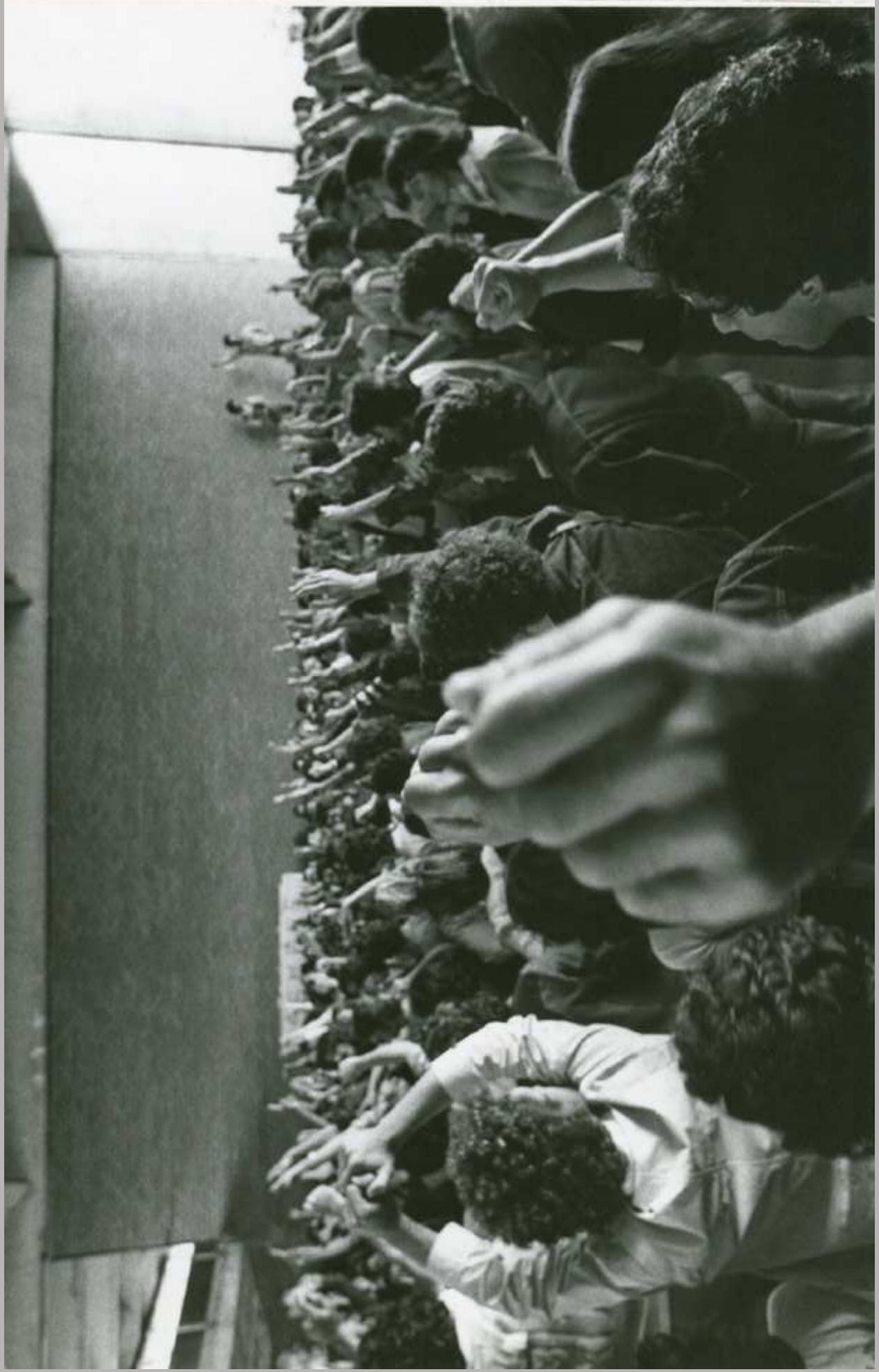








continuar greve - Foto de Marcos Santilli (Brasília)





Rosalyn Carter

Fim da Greve

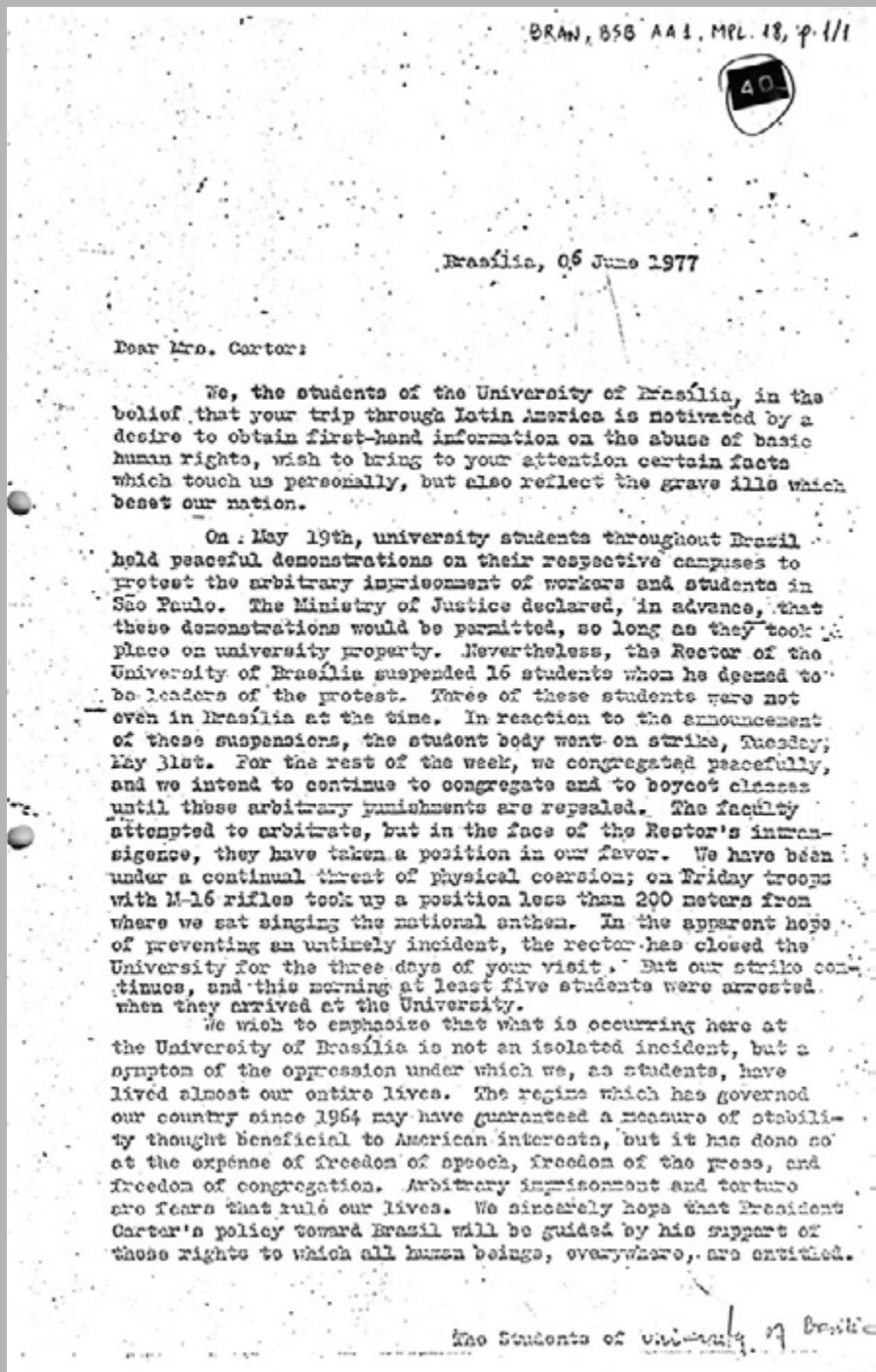
A greve foi desmobilizada após a visita de Rosalyn Carter, que percorreu a América Latina em missão pelos direitos humanos. O governo Geisel acordava para a impossibilidade de manter a arcaica ditadura, conduzindo a "lenta, gradual e segura" redemocratização.

Coube a mim entregar a carta dos estudantes, que protocolei na Embaixada norte-americana e entreguei a Terence Toddmann, subsecretário de Estado para a América Latina e amplamente divulgada pela imprensa nacional e internacional.

Diversos líderes foram perseguidos, muitos presos e alguns não se recuperaram dos traumas.



Terence Toddmann (centro) na Embaixada dos EUA



BRAN, BSB AAE, MPL 18, p. 1/1

40

Brasília, 06 June 1977

Dear Mrs. Carter:

We, the students of the University of Brasília, in the belief that your trip through Latin America is motivated by a desire to obtain first-hand information on the abuse of basic human rights, wish to bring to your attention certain facts which touch us personally, but also reflect the grave ills which beset our nation.

On May 19th, university students throughout Brazil held peaceful demonstrations on their respective campuses to protest the arbitrary imprisonment of workers and students in São Paulo. The Ministry of Justice declared, in advance, that these demonstrations would be permitted, so long as they took place on university property. Nevertheless, the Rector of the University of Brasília suspended 16 students whom he deemed to be leaders of the protest. Three of these students were not even in Brasília at the time. In reaction to the announcement of these suspensions, the student body went on strike, Tuesday, May 31st. For the rest of the week, we congregated peacefully, and we intend to continue to congregate and to boycot classes until these arbitrary punishments are repealed. The faculty attempted to arbitrate, but in the face of the Rector's intransigence, they have taken a position in our favor. We have been under a continual threat of physical coersion; on Friday troops with M-16 rifles took up a position less than 200 meters from where we sat singing the national anthem. In the apparent hope of preventing an untimely incident, the rector has closed the University for the three days of your visit. But our strike continues, and this morning at least five students were arrested when they arrived at the University.

We wish to emphasize that what is occurring here at the University of Brasília is not an isolated incident, but a symptom of the oppression under which we, as students, have lived almost our entire lives. The regime which has governed our country since 1964 may have guaranteed a measure of stability thought beneficial to American interests, but it has done so at the expense of freedom of speech, freedom of the press, and freedom of congregation. Arbitrary imprisonment and torture are fears that rule our lives. We sincerely hope that President Carter's policy toward Brazil will be guided by his support of those rights to which all human beings, everywhere, are entitled.

The Students of [illegible] of Brasília





Página digitalizada dos autos do IPM - Inquérito Policial Militar - instaurado pela ditadura, onde consta não identificada, Eliane Cantanhêde reporter da Veja, colega de cobertura da greve no inverno de 1977.

Sobre Fotografias da Ditadura Exumadas

Convidado pela CATMV-UnB para apreciação das imagens fotográficas dos órgãos de informação da ditadura, em IPMs instaurados e investigações, tenho a comentar o que se segue.

Causa espanto a precariedade e incompetência dos temidos arapongas, com anotações desarticuladas, não sabiam e não aprenderam quem era quem. Deve ser a causa de prisões incompreensíveis e a criação de teorias insurrecionais imaginárias. Talvez para justificar seu ganho e a gigantesca estrutura ineficiente.

Ficaríamos tranquilos se soubéssemos disso na época, pois estes agentes causaram pânico, neuroses e afastavam amigos de militantes, estes temerosos de serem vistos ou fotografados em sua companhia.

Presente em algumas situações fotografadas, digo que os agentes não se posicionavam entre jornalistas e fotógrafos de imprensa. Sondar e alertar a presença de suspeitos era normal na reduzida comunidade jornalística. Colocavam-se no próprio minhocão, na época ICCH, com lentes objetivas de 400 ou 500mm, de baixa luminosidade.

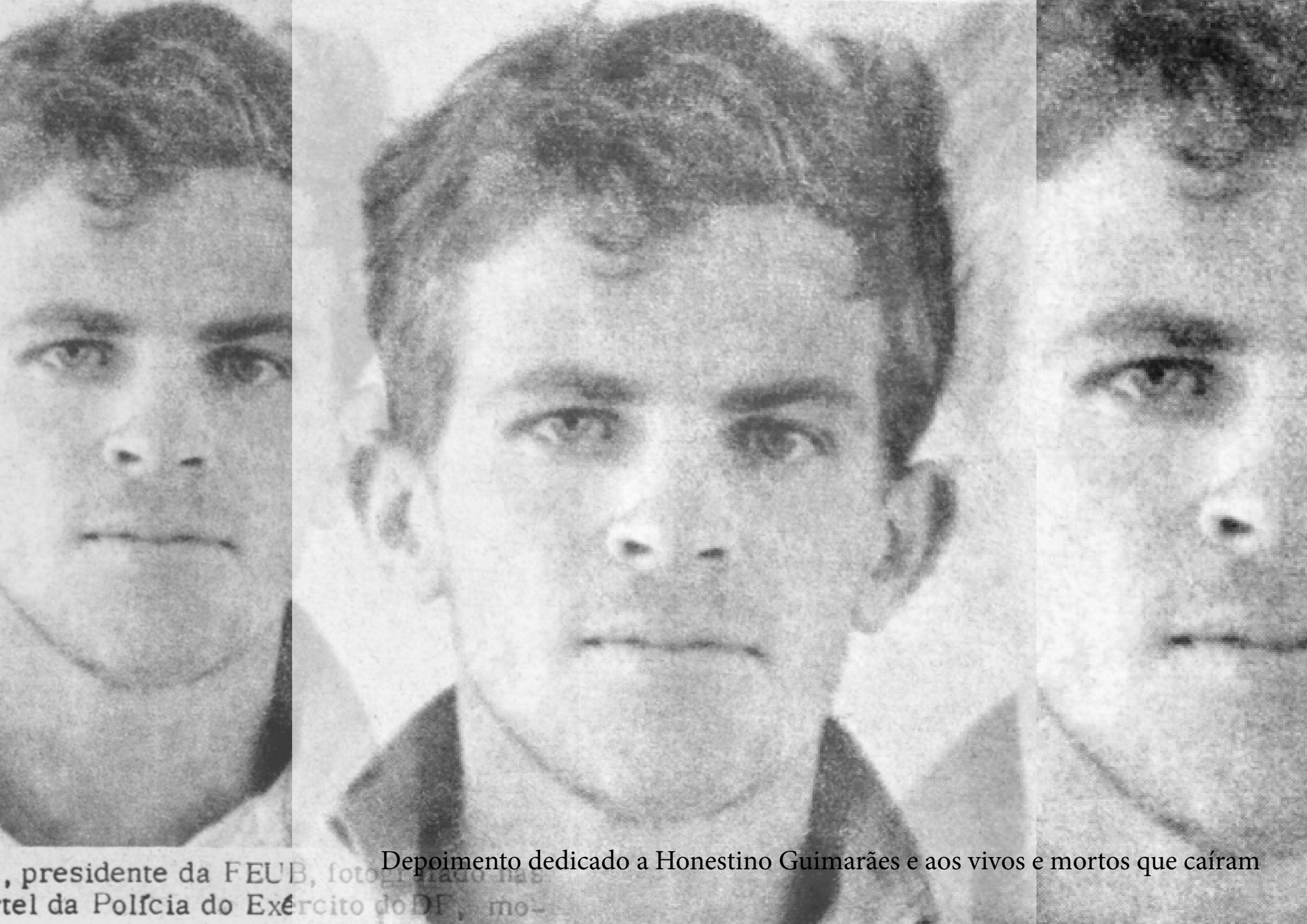
Durante as coberturas, era preocupação constante não identificar estudantes.Nota-se em meu trabalho. Maior distância, contra-luz, desfoque, cuidado com fotos frontais, eram os recursos. Alguns fotógrafos de sucursais, como eu, não dominavam o percurso dos filmes. Na paranóia, indefiníamos os personagens no clique. Ao contrário, os agentes tentavam provas e imagens precisas, o que não obtinham. São fotografias de má qualidade, furtivas, sugerem economia de filmes.

Buscávamos mostrar o número de participantes de eventos, transmitir sua abrangência e significado. Imparcialmente? Jamais.

Marcos Santilli©

A oportunidade de produzir este depoimento pessoal e compartilhar estes arquivos da coleção da família e o ensaio fotográfico inédito é, além de auto-terapia, homenagem à UnB, à CTVM, para uma infinidade de pessoas que viveram isso, amigos-irmãos- irmãs. Também à memória de meus pais e dos que se foram.





, presidente da FEUB, fotografado nas
tel da Polícia do Exército do DF, mo-

Depoimento dedicado a Honestino Guimarães e aos vivos e mortos que caíram

2) ADONAI ROCHA

Comentários sobre os arquivos da Comissão da Verdade, por Adonai Rocha, então aluno de Comunicação em 1977 na UnB.

Ver ensaio fotográfico, de Adonai Rocha, para ilustração de comentários:
https://brasilia.culturalspot.org/exhibit/universidade-de-brasília/vwLSVJQOupvSLg

(Início)

Como calouro de Comunicação, documentei a greve e a ocupação policial da Universidade de Brasília em 1977, com uma visão muito mais humanista e refinamento estético e fotográfico. Meu material, obtido na época, tem, sobretudo, qualidade jornalística e artística, o que não era de se esperar das imagens obtidas pelos informantes ou órgãos da segurança, contidas nos arquivos da Comissão da Verdade.

Era difícil fotografar naquela época. O aparato policial era enorme, os infiltrados eram muitos. Era comum ter os filmes confiscados, afinal vivíamos na Ditadura, sem liberdade de expressão. Eu costumava depositar os rolos de filmes fotografados, nos pés das árvores, para depois resgatá-los, evitando assim que fossem confiscados.

Éramos jovens, tínhamos coragem, mas também, tínhamos medo. É verdade. Vivíamos em um ambiente hostil: a nossa universidade ocupada. Os camburões, as Veraneios, ficavam estacionados nos gramados com a porta do camburão aberta, como nos esperando. Os órgãos de repressão eram bom nisso: sabiam reprimir, ameaçar, oprimir. As tropas de choque, escudos, cassetetes, policiais armados e de capacete militar ocupavam todos os espaços: externos, internos, minhocão, corredores, tudo. Os agentes e informantes infiltrados tentavam se misturar aos estudantes, mas destoavam muito: a maioria não tinha cabelos compridos e nem se vestiam e se portavam como nós.

Confesso que não tenho muito a comentar. As imagens são patéticas, os relatórios idem. Foi uma época triste para nós alunos, professores, e sociedade brasileira. As imagens dos estudantes, numerados e com identificação de nomes, lembra muito as imagens da Gestapo – polícia política secreta nazista - identificando os judeus (abaixo).

Não querendo comparar a inteligência dos agentes e informantes da Gestapo com os que relataram as atividades da UnB em 1977, vale lembrar que o órgão máximo brasileiro da época era o SNI, ou Serviço Nacional de Informação. Não existia a palavra “inteligência”, como existe hoje na ABIN – Agência Brasileira de Inteligência. Os agentes eram basicamente informantes, muito longe do que existe hoje nos órgãos de inteligência de hoje. Para ilustrar, veja a pérola encontrada nos arquivos da Comissão da Verdade “Cientistas que estavam no satélite da lua”:

“FATO RETRATADO - WALLACE JOSÉ SESANA Fez uma comparação entre a situação da UnB e dos operários, dizendo que a situação destes últimos era bem pior, porque 'não tinham nenhuma condição de mobilização. - 0 Governo devia se preocupar mais era com o problema de transporte, saúde, habitação e alimentação, examinando, por exemplo, o que ocorre na Amazônia onde a Volksvagem encendiou uma vasta área de floresta, o que foi provado por fotografias tiradas por satélites, digo, Cientistas que estavam no satélite da lua, representando isto uma grande perda nas reservas do oxigeneo do mundo e, que, a Amazônia representava um sexto destas reservas. - ' que o Brasil esta nas mãos de quatro ou cinco Multinacionais mais importantes. - Que as empresas Norte Americanas estão se apoderando da Amazônia" que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil e vice-versa'.”

Pag 9 Arquivo MPL 0117

Os murais, feitos de papelão, pelos estudantes e colocados em pontos estratégicos da UnB, que aparecem nos arquivos da Comissão da Verdade, talvez mereçam mais destaques e estudos, pois ao meu ver, eram os verdadeiros veículos de comunicação, livres de censura e muito ricos em grafismo. Feitos com recortes de palavras e clippping, formavam uma assemblage de caráter informativo ao mesmo tempo uma forma de expressão artística. Numa época sem internet e com a censura da comunicação, tiveram um papel muito importante para a informação e liberdade de expressão. Duravam pouco, pois eram logo retirados pela repressão, mas talvez por isso mesmo, tinham valor pela resistência e resiliência estudantil.

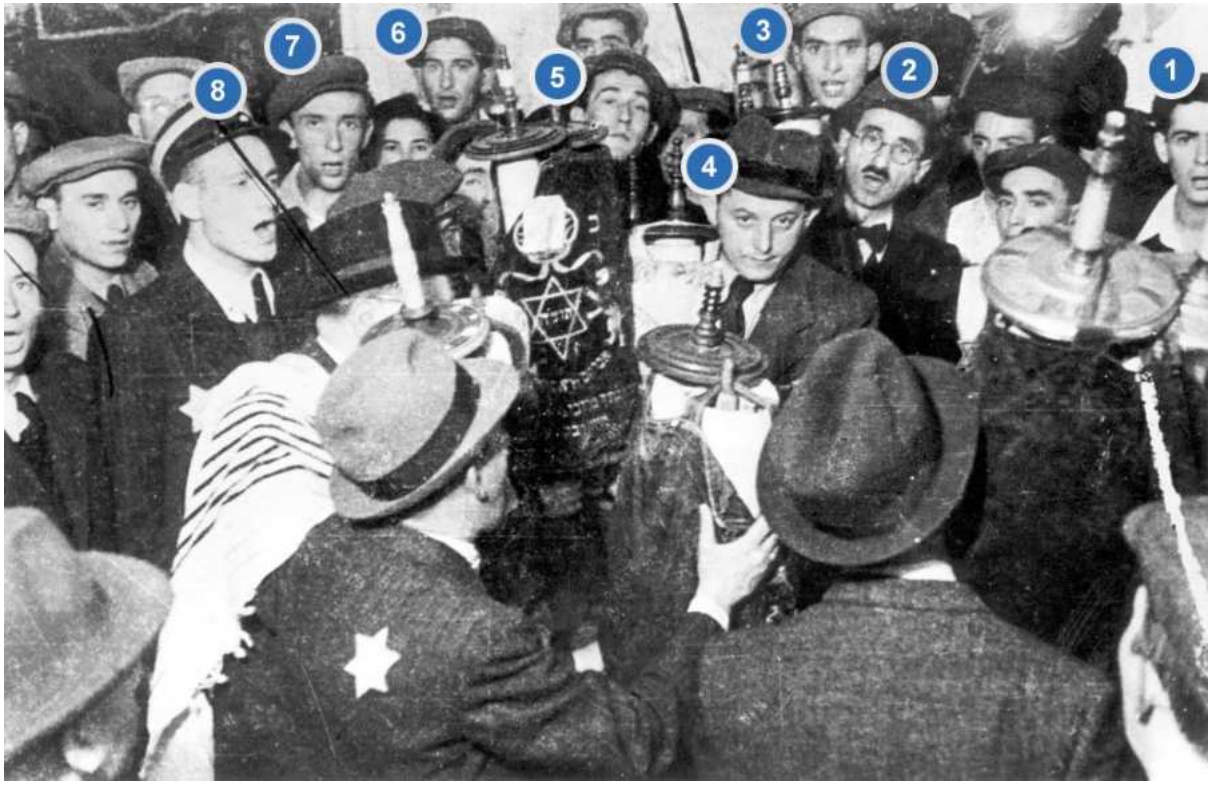
Depois de quase 40 anos da greve e ocupação da UnB em 1977, talvez possamos identificar causas e consequências do movimento estudantil daquela época: Éramos jovens, estudantes, não-alienados, mas conscientes das nossa responsabilidades, direitos e cidadania, apesar dos 13 anos de ditadura. Queríamos liberdades democráticas, anistia, fim da censura e do regime autoritário. Não éramos subversivos no sentido negativo, daquele que destrói. Queríamos construir uma pátria nova e democrática. Não queríamos a universidade entregue a uma reitoria autoritária como a do Azevedo. Não queríamos muita coisa, mas queríamos muito mais.

“Brasil: ame-o ou deixe-o” era um dos slogans da Ditadura. A UnB paralítica, amputada, decepada, ocupada. As cadeiras nas salas de aula, reviradas. Greve geral. Alunos presos. Repressão. Repressão, Repressão. Era difícil resistir. Os laboratórios da Comunicação sucateados. A ditadura não gostava de jornalistas, e vice-versa. Os que estavam para concluir seus cursos, concluíram. Eu como calouro da Comunicação, optei para ir para Londres, me exilar e lá estudar, com toda dificuldade. Assim como Gil e Caetano, que ainda influenciavam na época é só voltar na “abertura”, em 1980, com a anistia geral e irrestrita.

Os “anos de chumbo” foram escuros e pesados. O AI-5 já nos tinha atingido anos antes...

Não me arrependo de nada. Mas a UnB, deve sim se arrepender, para que nunca, mas nunca mais mesmo, permita uma ocupação e repressão policial e militar, como a ocorrida em 1977.

(Fim dos Comentários)



http://www.yadvashem.org/YV/en/exhibitions/museum_photos/02/02.asp

Members of the *Zionist Youth Front* and the *Tchiya* youth movements celebrating the *Simchat-Tora* holiday in the Lodz Ghetto. Poland, 1943

© Yad Vashem Archives 4062/414

From right to left:

1. **Israel Lajzerowicz**
2. **Majlech Sziper**
3. **Matityahu Kon**
4. **Uberbaum**
5. **Avigdor-Wiktor Sztajn**
6. **Marek Margolies**
7. **Josef Wassercier-Givon**
8. **Lipel**



FOTO Nº 07

FATO RETRATADO

1 - Agamenon de Araújo Souza K
2 - João Simplicio Lopes Martins K
3 - Alcides Bartolomeu de Faria K
4 - Marco Antonio Ribeiro V. Lima K
5 - Flavio Alberto Botelho K

MDL-127 ip. 4/34



FOTO Nº _____

FATO RUTH T.DO

- 1- FLAVIO ALBERTO BOTELHO
- 2- MARCO ANTONIO RIBEIRO V. LIMA
- 3- ANTONIO RAMMIANA DE B. RIBEIRO

MPL.125 ip. 19/67



130677 E33

1- ENEIDA ~~BUENO~~ BENEVIDES
2- ANTONIO CARLOS
3- VIRGILIO RIBEIRO NETO
4- Prof. ~~GARDER~~ → FRANCISCO DE ASSIS S. DANTAS
5- NEWTON CAMARGO DE PAULA.
6- LUIZ CARLOS DUARTE LIMA
7- Bento José de Menezes e silva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu (2006) - *Depoimento* [de Perseu Abramo] *sobre as ocorr*ências na Universidade de Brasília, publ. 15 abr. 2006 (Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre-ocorrencias-na-universidade-de-br>. Acesso em: 17 jun. 2003).

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br.>. Acesso em: 5 abr. 2015.

ADUnB. Sonho e realidade – O movimento docente na Universidade de Brasília (1977-1985). Brasília: s/ed., 1994. 255p.

AMINISTÍA INTERNACIONAL. *Desapariciones forzadas y homicídios políticos*. La crisis de lis derechos humanos em los noventa. Manual para la acción. Madrid: Editorial Amnistía Inernacional, 1994. p. 291/286 (tradução livre).

APARECIDA, Geralda Dias (1991) *Relatório sobre o processo de Anistia dos professores e alguns funcionários da Universidade de Brasília*, UnB, Brasília, abril de 1991. 35p.

_____. (1998) - Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. *In*: *Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. v.1, nº1, mar-ago 1998, pp.13-26.

AQUINO, Maria Aparecida de. (1999). *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício da dominação e da resistência:* 'O Estado de São Paulo' *e* 'Movimento'. Bauru: EDUSC, 1999. 270 p.

Arquidiocese de São Paulo. Brasil: nunca mais. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985, 2a ed. 312p.

Arquivo Nacional do Brasil/Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN) (2012) - Ficha descritiva "Consulta de Fundo/Coleção – Nível 1: Fundo ASI/UnB". Disponível em: <http://www.an.gov.br/sian/multinivel>. Acesso em: 19 nov. 2012.

AZEVEDO, José Carlos de Almeida. Omissão da universidade? Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina*: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p. 86.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. (2009) - "Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente". In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp.173-193.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 976 p.

Brasil. Direito à memória e à verdade: Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto de Cooperação Técnica BRA/08/021. Produto: Relatório Final para a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília/CATMV-UnB (Pesquisa realizada pela Consultora Andrea Valentim Alves Ferreira no acervo da CA/MJ referente a requerimentos de alunos, professores e funcionários). Brasília: CA/MJ, 2014.

CABRAL, Reinaldo; LAPA; Ronaldo (org.). *Desaparecidos políticos*: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção; Comitê Brasileiro pela Anistia – RJ, 1979.

CLICRBS. Especial Novembrada 30 anos. Infográfico e material audiovisual. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731217,Infografico-saiba-como-aconteceu-a-Novembrada-em-Florianopolis.html>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado de São Paulo, 2009.

COSTA, Marcelo; CUNHA, Luís Antônio; e PORTILHO, Aline. União Nacional dos Estudantes. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

DAMASCENO, Filadelfo Reis. Maconha, o perigo minimizado. In: Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 63, mai/jul 1976, p. 61-71.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues Dias. UnB e Comunicação nos anos 1970. Brasília: Edunb, 2013, 265p.

FARIA, Daniel. *Anamorfose de um dia: 11/12/1972*. Manuscrito inédito. Brasília: 2013.

FICO, Carlos (2001) - *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269p.

FIGUEIREDO, Cecília e KOBAYASHI, Eliza Mayumi (2004). *Os álbuns do DOPS*. Revista ADUSP, Outubro/2004. pp. 81-85. (Disponível em: <*http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a13.pdf*>. Acesso em: 20 mar. 2015)

GALULA, David. Teoria e crítica da contra-rebelião. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

GREEN, Penny & WARD, Tony. State Crime. Governements, violence and corruption. London: Pluto Press, 2004.

GUISONI, Divo (org.). O livro negro da ditadura militar. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

GURGEL, Antônio de Pádua. A rebelião dos estudantes. Brasília 1968. Brasília: Edunb, 2002.

_____. Jornal da década de 70. Vitória: Pro Texto, 2011.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza Eleutério de (2012) - *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 340p.

LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers – student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil*. Durham/London: Duke University Press, 2013.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. A ex-Universidade de Brasília. Significação e crise. In: Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, jul 1967, p. 139-158.

Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 90 Dias, Apurar a Destinação dos Arquivos do

Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Relatório Final. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. 60p.

MONTEIRO, Maria Rosa Leite. Honestino. O bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.

MOTTA, Marly. O Pacote de Abril. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (2008) – Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista Topoi*, v.9, nº16, jan-jun. 2008, pp.30-67.

_____. (2008A) - Incômoda memória. Os arquivos das ASI universitárias. *Revista Acervo*, v.21, nº 2, jul-dez. 2008, pp.43-66.

_____. (2014). As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429p.

PARUCKER, Paulo E. C. Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985). Disponível em: www.asselegis.org.br/articles/unb-na-teia-de-seguranca-e-informacoes-1964-1985.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. Rupturas. Brasília: Editora Otimismo, 2014, 271p.

RIBEIRO, Antônio Ramaiana de Barros (2009). *UnB 1977: o início do fim.* Brasília: Paralelo 15, 2009. 192p.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Aos trancos e barrancos; como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1985, 3a ed., 5a reimp.

_____. Golpe e Exílio. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro/Edunb, 2010. 105p.

_____. Testemunho. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: Edunb, 2009, 4a ed. 208p.

_____ (org.). Universidade de Brasília. Brasília: Edunb, 2012. 1a reimp., edição especial. 158p.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010.

RUIZ, Antonio Ibañez & FERREIRA, Clodomir. Em tempos de pensamento inquieto – Universidade de Brasília (1990/1993). Prefácio de Marilena Chauí. Brasília: s/ed., 2012. 133p.

SALMERON, Roberto Aureliano. A Universidade de Brasília e sua história. In: Humanidades (BrasíliaCidadePensamento), n. 56, dez 2009, p. 168-179.

_____ (2007) - *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. (2ª ed., revista). Brasília: Ed.UnB, 2007. pp.47-97.

SCOVAZZI, Túlio; CITRONI, Gabriella. *The struggle against enforced disappearance and the 2007 United Nations Convention*. Leiden; Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon (1989). A censura durante o regime militar. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4, nº 10, jun.1989. Disponível em: <*http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm*> Acesso em: 3 abr. 2015.

SOUZA, Alduísio Moreira de. Memórias quase esquecidas. Aqueles olhos. Porto Alegre/São Paulo: AGE/Giordano, 2001.

SOUZA, Daniel Emídio de. *Dias de agonia*. Goiânia: Kelps, 2005. 171p.

TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. Os segredos dos porões da ditadura. Porto Alegre: LP&M, 2012.

TODOROV, Maria Silvia Ribeiro. *UnB – evolução da estrutura acadêmica: do plano orientador ao estatuto de 1993*. Brasília: Editora UnB, 1995. 23p.

Universidade de Brasília/Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB) (s/d [*circa* 2003]). *Relatório Fundo ASI/UnB*. Brasília: CEDOC, s/d. datil. 15p.

Universidade de Brasília/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU (2015). *Guia de Bolso de Arquitetura e Arte. Campus Darcy Ribeiro*. 2ªEd. Brasília: UnB. 2015

Universidade de Brasília (2013) - *Linha do Tempo. Informações sobre a instituição.* (Disponível em: <*http://www.unb.br/unb/historia/linha_do_tempo/*>. Acesso em: 29 jul. 2013).

_____. (2013A) - *Principais capítulos. Informações sobre a instituição.* (Disponível em: <*http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos*>. Acesso em: 29 jul. 2013).

VITAL, Antônio. (2006). *É possível. As realizações do engenheiro Cristovam Buarque rumo a uma nova esquerda*. São Paulo, Geração Editorial, 2006, 317p.

WIKILEAKS PLUS-D - 'Public Library of US Diplomacy': *telegram 1977BRASIL06358_c*, da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília para Department of State/USA (Departamento de Estado dos EUA). Disponível em <*https://wikileaks.org/plusd/cables/1977BRASIL06358_c.html*>. Acesso em: 8/12/2014.

ARTIGOS E MATÉRIAS – CATMV

ALCÂNTARA, Manoela. Comissão quer identificar colaboradores da ditadura dentro da UnB. Correio Braziliense, 28/7/2012.

ALVES, Renato & RODRIGUES, Gabriela. Comissão da UnB investiga nova versão sobre morte de Anísio Teixeira. Correio Braziliense, 18/8/2012.

ARAÚJO, Saulo. Comissão irá investigar violência cometida na UnB durante ditadura militar. Correio Braziliense, 10/7/2012.

_____. Comissão da Verdade na UnB. Correio Braziliense (Eu, estudante), 11/7/2012.

CARTA CAPITAL. Morte de Anísio Teixeira será investigada pela Comissão da Verdade. 15/11/2012. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/morte-de-anisio-teixeira-sera-investigada-pela-comissao-da-verdade

COSTA, Gilberto. Invasão da UnB durante a Ditadura completa 44 anos. Brasília: EBC-Agência Brasil, 29/8/2012. Disponível em: http://www.ebc.com.br/2012/08/invasao-da-unb-completa-44-anos-universidade-foi-a-que-mais-sofreu-com-o-golpe-diz

CRONEMBERG, Débora. UnB instala Comissão da Verdade com depoimento inédito. Brasília: Secom UnB, 10/8/2012. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6934

_____. "Maria Rosa foi também uma vítima da tortura da ditadura militar". Brasília: Secom UnB, 20/9/2012. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7075

FARIA, Daniel. Em memória de Ieda Santos Delgado. Brasília, Secom UnB, 11/4/2014. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=695

_____. Sobre a Comissão Anísio Teixeira. Brasília, Secom UnB, 27/5/2014. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=718

FREITAS, Conceição & POMPEU, Ana. Perdão, Honestino. Correio Braziliense, 14/9/2013.

GIRALDI, Renata. Anísio Teixeira será tema de investigações de duas comissões da Verdade. EBC-Agência Brasil, 6/11/2012. Disponível em: http://www.ebc.com.br/2012/11/anisio-teixeira-sera-tema-de-investigacoes-de-duas-comissoes-da-verdade

GUIMARÃES, José Otávio & PAIXÃO, Cristiano. Os desafios da Comissão Anísio Teixeira. Brasília: Secom UnB, 20/4/2015. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=825

MACEDO, Jairo. Comissões da Verdade vão colaborar na investigação sobre morte de Anísio. Brasília: Secom UnB, 6/11/2012. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7290

MOLINA, Fernando. Depoimento comove sessão da Comissão da Verdade da UnB. Brasília: Secom UnB, 8/7/2013. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7878

NASCIMENTO, Luciano. Ex-companheiros de movimento estudantil lembram luta de Honestino pela democracia. EBC-Agência Brasil, 20/9/2013. Disponível em: http://www.ebc.com.br/noticias/

brasil/2013/09/ex-companheiros-de-movimento-estudantil-lembram-luta-de-honestino-pela

PAIXÃO, Cristiano & GUIMARÃES, José Otávio. Comissão da Verdade na UnB: entre o passado e o futuro. Brasília: Secom UnB, 21/8/2012. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=564

_____ A Ponte Honestino Guimarães. Brasília: Secom UnB, 31/8/2015. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=867

PAIXÃO, Cristiano. Repressão e resistência na Universidade: 50 anos depois. Brasília: Secom UnB, 1/4/2014. Disponível em:

http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=690

_____. Resistência e direitos humanos em Brasília. Correio Braziliense, 6/11/2013.

PARUCKER, Paulo E. C. Um passo a mais na luta pelo direito à memória e à verdade. Brasília: Secom UnB, 1/12/2014. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=794#

PASSOS, Najla. UnB se prepara para instalar sua Comissão da Verdade. Carta Maior, 18/7/2012. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/UnB-se-prepara-para-instalar-sua-Comissao-da-Verdade%0D%0A/5/25671

PINTO, Simone Rodrigues. Brasil precisa reavaliar seu passado. Brasília: Secom UnB, 18/7/2012. Disponível em: www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=554

POMPEU, Ana. Correio mostra Brasília como palco da repressão e resistência à ditadura. Correio Braziliense, 20/10/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Violência que marcou a alma – Alexandre Ribondi. Correio Braziliense, 21/10/2013.

_____. Durante a ditadura, estudante da UnB foi preso e torturado por 15 dias – Claudio Almeida. Correio Braziliense, 22/10/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Endereços Escusos da Tortura na Capital – Cristiano Paixão. Correio Braziliense, 23/10/2013.

_____. Mapa da Ditadura – UnB, da Resistência à Repressão – Betty Almeida. Correio Braziliense, 25/10/2013.

_____. Há 45 anos a UnB foi palco de um dos episódios mais tristes da ditadura. Correio Braziliense, 27/10/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Ocupação, violência e tiros na Universidade – Cláudio Almeida. Correio Braziliense, 27/10/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Arapongas na Universidade – Antonio Carpintero. Correio Braziliense, 3/11/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Os endereços da Resistência – Aylê-Salassié. Correio Braziliense, 4/11/2013.

_____. Mapa da Ditadura – Muito além da Universidade – Álvaro Lins. Correio Braziliense, 5/11/2013.

_____. Sem memória da Repressão. Correio Braziliense, 6/11/2013.

RICHARD, Ivan. Ditadura transformou UnB em lugar sombrio. Brasília: EBC- Agência Brasil, 26/9/2014. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/ditadura-transformou-unb-em-um-lugar-sombrio-diz-ex-aluno-comissao

SECOM-UnB. Greve de estudantes de 1977 marca novo encontro da Comissão Anísio Teixeira. 18/3/2014. Disponível em: http://unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8435

_____. Ex-estudantes relembram período da ditadura na UnB. 30/8/2012. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=701

TAVARES, Ádlia. Cerimônia marca anistia de Honestino Guimarães. Brasília, Secom UnB, 16/9/2013. Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8046

VERDÉLIO, Andreia. Comissão da UnB recomenda apuração da conduta de agentes da ditadura. EBC-Agência Brasil, 26/4/2015. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/comissao-da-verdade-da-unb-recomenda-apuracao-e-punicao-de-agentes

VELOSO, Alberto. História sem fim [sobre Honestino Guimarães]. Brasília: Secom UnB, 23/10/2013. Disponível em: http://unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=645